



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1511

Segunda-feira - 23 de Junho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3
Água Doce	4
Alto Bela Vista	6
Anchieta	8
Antônio Carlos	18
Arroio Trinta	23
Ascurra	32
Balneário Rincão	35
Bela Vista do Toldo	37
Biguaçu	42
Bom Jesus do Oeste	50
Bom Retiro	52
Braço do Trombudo	52
Brunópolis	96
Brusque	97
Caçador	99
Camboriú	110
Campo Alegre	112
Campos Novos	118
Canoinhas	123
Capinzal	175
Catanduvas	188
Caxambu do Sul	189
Chapadão do Lageado	190
Cocal do Sul	191
Concórdia	193
Cordilheira Alta	213
Coronel Freitas	218
Coronel Martins	218
Correia Pinto	220
Corupá	243
Curitibanos	245
Dionísio Cerqueira	249
Forquilha	250
Fraiburgo	253
Garopaba	260
Garuva	266
Gaspar	267
Guaramirim	298
Herval d'Oeste	303
Ibiam	305
Imbituba	307
Iomerê	309
Ipumirim	310
Irineópolis	387
Itaiópolis	390
Itapiranga	391
Itapoá	392
Joaçaba	397

Lages	400
Lauro Muller	401
Lebon Régis	416
Leoberto Leal	417
Lindóia do Sul	417
Luzerna	418
Mafra	424
Maravilha	424
Marema	426
Massaranduba	426
Meleiro	430
Modelo	431
Morro da Fumaça	438
Navegantes	446
Nova Trento	461
Novo Horizonte	462
Orleans	463
Ouro Verde	463
Paial	464
Palhoça	465
Palmitos	468
Papanduva	468
Passos Maia	472
Paulo Lopes	474
Penha	479
Peritiba	481
Peritiba	497
Pinheiro Preto	513
Pomerode	513
Porto Belo	518
Porto União	518
Rio do Sul	521
Salto Veloso	528
Santa Terezinha do Progresso	530
São Bento do Sul	530
São Carlos	536
São José	556
São José do Cedro	561
São Lourenço do Oeste	561
São Pedro de Alcântara	565
Schroeder	567
Serra Alta	586
Siderópolis	586
Timbé do Sul	587
Timbó	591
Treze Tílias	621
Trombudo Central	622
Tunápolis	624
Turvo	635

Vargeão	638
Vargem Bonita	639
Videira	640
Vitor Meireles	645
Xavantina	648
Xaxim	648

Associações

AMAVI	651
AMVALI	651

Consórcios

CIMVI	651
CIS/AMFRI	652
Consórcio Mampituba	652

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



23 DE JUNHO

Parabéns, Rio do Oeste, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Abdon Batista

PREFEITURA

Processo 96/2014 PP 86/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 96/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 86/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO PLACA MEP-3319 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.
TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 03/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 11 de junho de 2014.
Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo 84/2014 PP 75/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 84/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 75/2014

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de acesso à Internet, com fornecimento e suporte técnico e interligação da prefeitura e secretarias, utilizados pelo municipio de Abdon Batista.
TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 02/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 20 de maio de 2014.
Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo 95/2014 PP 85/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 95/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 85/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DA RETRO RD406 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 03/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei

8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 11 de junho de 2014.
Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo 74/2014 PP 65/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 74/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 65/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA ELABORAR PLANO DE TRABALHO, COLETAR E SISTEMATIZAR OS DADOS INSTITUCIONAIS DISPONIVEIS SOBRE CRIANÇA E ADOLESCENTE DE ACORDO COM PROGRAMA EM PARCERIA COM A ENERCAN.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 04/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 07 de maio de 2014.
Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 176/2014

PORTARIA Nº 176/2014 18 de junho de 2014

"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM APROVADO NO PROCESSO SELETIVO 007/2014"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Célia Maria de Almeida da Silva, inscrita sob CPF 000.184.719/86, aprovada no processo seletivo 007/2014, no cargo de Técnico em Enfermagem, pelo período de 18/06/2014 até 06/12/2014, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de junho de 2014

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 177/2014

PORTARIA Nº 177/2014 18 de junho de 2014

"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM APROVADO NO PROCESSO SELETIVO 007/2014"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Maria Jesovina dos Santos, inscrita sob CPF 824.222.659-87, aprovada no processo seletivo 007/2014, no cargo de Técnico em Enfermagem, pelo período de 18/06/2014 até 06/12/2014, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de junho de 2014

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 178/2014

PORTARIA Nº 178/2014 18 de junho de 2014

"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO 007/2014"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009; Lei complementar 083/2013:

Resolve:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Juceli Antunes Zanatta, inscrita sob CPF 937.355.619-34, aprovada no processo seletivo 007/2014, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelo período de 18/06/2014 até 06/12/2014, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de junho de 2014

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 179/2014

PORTARIA Nº 179/2014 18 de junho de 2014

"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO 007/2014"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009; Lei complementar 083/2013:

Resolve:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Sandy Cássia Mendes, inscrita sob CPF 089.453.839-05, aprovada no processo seletivo 007/2014, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelo período de 18/06/2014 até 06/12/2014, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de junho de 2014

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 180/2014

PORTARIA Nº 180/2014 18 de junho de 2014

"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO 007/2014"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009; Lei complementar 083/2013:

Resolve:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Rosane Salete Ansolin, inscrita sob CPF 915.435.849-34, aprovada no processo seletivo 007/2014, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelo período de 18/06/2014 até 06/12/2014, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de junho de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

Portaria 181/2014

PORTARIA Nº 181/2014 18 de junho de 2014

"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO 007/2014"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009; Lei complementar 083/2013:

Resolve:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Adriana Dilley Viêra, inscrita sob CPF 023.708.189-05, aprovada no processo seletivo 007/2014, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelo período de 18/06/2014 até 06/12/2014, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de junho de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

Portaria 182/2014

PORTARIA Nº 182/2014 18 de junho de 2014

"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO 007/2014"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009; Lei complementar 083/2013:

Resolve:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Idelsa Zenatti Zanini, inscrita sob CPF 744.236.499-34, aprovada no processo seletivo 007/2014, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelo período de 18/06/2014 até 06/12/2014, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de junho de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

Portaria 183/2014

PORTARIA Nº 183/2014 - DE 18 DE JUNHO DE 2014

"NOMEIA 1/3 DOS MEMBROS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 781/92, alterada pela Lei nº 1.011/97 - Parágrafo Quinto,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear 1/3 dos membros para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Representando a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Doce:

- Titular: CLAUDETE CACHOEIRA

- Suplente: ANA PAULA LUZ CHAVES

Representando a Associação de Pais e Professores do CEDUP - Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva:

- Titular: KAROLINE SOMMER DA SILVA

- Suplente: NIVALDO TURRA

Representando a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon:

- Titular: ADRIANA MINATI SARI

- Suplente: MÁRCIO ANTONIO MULLER

Representando a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Municipal Frei Silvano:

- Titular: KEILA LÚCIA DA SILVA ARRUDA

- Suplente: MARINÊS LÚCIA FIOREZE

Representando a Associação de Pais e Professores do Núcleo de Educação Infantil Estrelinha Azul:

- Titular: CLAUDETE DULCINÉIA DALLACOSTA

- Suplente: THIARA GABRIELA CYRINO RAMOS

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de junho de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Decreto Nº 1877, de 17 de Junho de 2014.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º, V da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

Considerando a justificativa da Gerência de Saúde, para o atendimento da população na farmácia do posto de saúde, em virtude do desligamento do profissional farmacêutico e da necessidade do referido profissional no respectivo setor;

DECRETA

Art. 1º Nomeação do Sr. VITOR RICKES DA SILVA, para exercer o Cargo de FARMACÊUTICO - 20 HORAS em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A Contratação ora realizara, dar-se a até 30 de setembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 17 de junho de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

Lei Municipal Nº 643 de 18 de Junho de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 463, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009, QUE "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE INCENTIVOS PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS LIGADAS À AGROPECUÁRIA, ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS, E AO DESENVOLVIMENTO URBANO, ESTABELECE CRITÉRIOS E CONDIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Inciso V, do § 7º do Art. 6º, da Lei Municipal nº 463, de 15 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

§ 7º

(...)

V - as primeiras 6 (seis) horas anuais, nos serviços de distribuição de dejetos de suínos das unidades produtoras cujas esterqueiras estejam dotadas de condições inibidoras de entrada ou penetração de águas pluviais ou de águas usadas, cuja solicitação deverá ser realizada pelo respectivo proprietário junto ao Órgão competente do Município;

Art. 2º O art. 6º, da Lei Municipal nº 463, de 15 de setembro de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes Parágrafos:

Art. 6º

§ 9º - Os serviços de máquina prestados pela administração pública municipal serão organizados, mediante a realização de rodízio, que contemple todas as Comunidades do Município, cuja programação de atendimentos, sua ordem cronológica, valor do óleo diesel, atendimentos realizados, listagem das urgências eventualmente atendidas, mediante prévia justificativa e demais informações, serão mensalmente publicadas junto ao mural público Municipal.

§ 10º - O produtor que não antecipar-se à solicitação dos serviços constantes no § 9º do presente, mediante solicitação que será realizada em formulário próprio e devidamente numerado com a ordem cronológica do pedido, junto ao Órgão competente do Município, ficando fora da escala de rodízio previamente organizada, não fará jus às isenções previstas no presente artigo.

Art. 3º Os Serviços estabelecidos na Lei 463 de 15 de setembro de 2009, serão pagos ao Município, como forma de restituição dos custos de combustível, manutenção e demais despesas operacionais, nos termos da tabela constante do ANEXO PRIMEIRO desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC),
em 18 de Junho de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

ANEXO PRIMEIRO
TABELA DE VALORES
PROGRAMAS, SERVIÇOS PARA O FOMENTO E EXPANSÃO
DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E ATIVIDADES
EMPRESARIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

Identificação dos Serviços	Produto/Máquina	Unidade de Medida	Litros de Óleo Diesel
Inseminação Artificial	Veículo e Pessoal do Município	Atendimento (Sê-men nacional)	6 lts
		Atendimento (Sê-men importado)	12 lts.
Serviços de Coleta, Transporte e Distribuição de Dejetos de Suínos.	Trator Agrícola e Distribuidor e Caminhão Tanque	Hora	12 lts.
Serviços de Silagem	Trator Agrícola e Colhedora de Forragem	Hora	12 lts.

Serviço de Subsolagem (Pé-de-Pato)	Trator Agrícola	Hora	24 lts.
Outros serviços(*)	Trator de Esteiras	Hora	35 lts.
	Motoniveladora	Hora	40 lts.
	Pá-Carregadeira(**)	Hora	27 lts
	Retroescavadeira	Hora	20 lts.
	Caminhão Pipa	Hora	16 lts.
	Escavadeira Hidráulica	Hora	40 lts
	Caminhão	Km	1 lt

(*) Serviços que não se enquadram nos casos de isenção, nos termos desta Lei.

(**) Com exceção aos serviços de carregamento de adubo orgânico de aves ou de calcário, nas propriedades rurais, quando o valor será equivalente a 12 (doze) Litros de Óleo Diesel.

Retificação - Alteração do Anexo 01 - Termo de Referência do Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 023/2014

Modalidade: PREGÃO nº 016/2014

RETIFICAÇÃO - ALTERAÇÃO DO ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a compra de livros e materiais para aulas de música na rede municipal de ensino, de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 13:50 horas, do dia 03 de Julho de 2014, em sessão pública, na mesma dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 08 de Maio de 2014.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

Decreto Nº 1878, de 18 de Junho de 2014

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - CMD.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeadas as seguintes pessoas para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - CMD, conforme dispõe o artigo 57º Lei Complementar n.º 049, de 12 de Junho de 2012:

I - Membros do Poder Público:

Silvano Finger;
Jones José Gastmann.

II - Membros da Sociedade Civil:

Lorivaldo Angelo Paggi;

Ernani Bervian;

III - Fiscal de Tributos e Obras do Município:

Carlos Alberto Maltauro.

Art. 2º Por se tratar de atividades consideradas de relevantes serviços públicos, os servidores ora nomeados não percebem qualquer remuneração adicional o exercício destas funções.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições do Decreto nº 1712, de 10 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC),
em 18 de Junho de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.879, de 18 de Junho de 2014.**DECRETA PONTO FACULTATIVO**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99 item VIII da Lei Orgânica

Considerando a contenção de despesas nos diversos setores da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Será considerado Ponto Facultativo no dia 20 de Junho de 2014, dia que sucede ao Feriado Nacional do dia 19 de Junho, Corpus Christi, nas repartições Públicas Municipais, exceto setor da balsa que faz a travessia sobre o Rio do Peixe na comunidade de Volta Grande.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 18 de Junho de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

Termo de Convênio N.º 004/2014

TERMO DE CONVÊNIO N.º 004/2014

(Autorizado pela Lei Municipal Nº 2.048 de 07 de fevereiro de 2014).

TERMO DE CONVÊNIO AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.048/2014 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC E A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E CULTURA ANCHIETA - ADEC.

O Município de Anchieta/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 083.024.687/0001-22, com sede na Avenida Anchieta, nº 838 - Centro, Anchieta-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Ari Prestes de Oliveira, e a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E CULTURA ANCHIETA - ADEC, estabelecida à Rua Júlio Rui Barbosa 383, Bairro Centro, Anchieta (SC), inscrita no CNPJ 11.380.498/0001-81, neste ato representada por seu presidente Sr. Dionir Pedro Buganti, doravante denominada simplesmente ADEC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

Constitui o objeto deste instrumento a cooperação financeira do MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC à ADEC. A cooperação financeira do município de Anchieta, no termo de convênio, refere-se ao auxílio de custeio/investimento de despesa financeira para execução da X EXPO ANCHIETA, que acontecerá nos dias 21, 22 e 23 de março de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Valor

O valor total deste Convênio corresponde ao montante de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e será pago até o prazo de vigência do presente convênio.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta da dotação orçamentária em execução o Projeto Atividade 05.04.13.392.0247.2.214 - Manutenção das Atividades de Festividades do Município, na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.50.00 - Aplicações Diretas, (Transferências a Entidades sem fins lucrativos), no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do orçamento vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Prazo de Vigência e da Publicação

O prazo de validade deste Convênio passa a contar da data da assinatura do presente termo de convênio até 31 de dezembro de 2014 e será publicado no diário oficial do município de Anchieta (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

CLÁUSULA QUARTA: Das Obrigações

Os convenientes se obrigam:

1) Do Município:

a) Repasse financeiro de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em parcela única.

b) Exigir da ADEC a prestação de contas do valor recebido conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA N.TC-14/2012 de 13 de junho de

2012, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

c) Exigir o fiel cumprimento do Plano de Aplicação aprovado pelo concedente;

d) Deverá analisar a prestação de contas que será efetuada em Até 60 dias contados do recebimento de cada parcela (redação dada pela Lei Municipal 2.048/2014 - Art. 4º. A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento dos recursos e/ou de cada parcela para aplicação e comprovação da boa e regular aplicação dos mesmos, sob pena de não concorrência às próximas transferências/parcelas.).

2) Da ADEC:

a) Aplicar os recursos no pagamento de despesas elencadas na cláusula primeira deste Convênio em conformidade com o Plano de Aplicação aprovado pelo concedente;

b) Prestar contas das parcelas recebidas segundo as instruções que lhe forem transmitidas pelo MUNICÍPIO, através do Decreto Municipal nº DECRETO Nº. 017/2014, de 07 de fevereiro de 2014 e na forma prevista na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012, até 60 (sessenta) dias úteis após o repasse financeiro;

CLÁUSULA QUINTA: Das Certidões

Para celebração deste convênio a ADEC apresentou os seguintes documentos exigidos:

- Solicitação ao dirigente máximo do concedente;
- Cópia da Ata da ADEC aprovando a execução da X Expo Anchieta;
- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
- Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
- Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no Cartório competente;
- Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo Dirigente da entidade, registrada no cartório competente;
- Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;
- Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;
- Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada;
- Cópia da Lei de utilidade pública, quando exigida pela legislação do concedente;
- Certidão Negativa de Débitos - CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa - CPD-EN emitido pela Previdência Social;
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF;
- Certidão Negativa de débitos municipais, quando o concedente for município;
- Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.

CLÁUSULA SEXTA: Do Fundamento Legal e Local

O presente termo de convênio de cooperação financeira fundamenta-se pela Lei Municipal nº 2.048 de 07 de fevereiro de 2014 e

em comum acordo de valores firmado entre as partes, assinado na sede do Município de Anchieta/SC, sito a Avenida Anchieta, 838, Centro, Anchieta, Estado de Santa Catarina.

A Instituição ADEC foi declarada de utilidade pública federal através Lei Municipal nº 1.742/09 de 11 de dezembro de 2009.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Rescisão

As partes poderão rescindir o presente Convênio de comum acordo, desde que uma das partes notifique a outra com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA: Do Foro

É eleito o foro da Comarca de Anchieta/SC, para dirimir quaisquer e possíveis dúvidas advindas da execução do presente instrumento.

E, por estarem de comum acordo as partes, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor na presença de duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 10 de fevereiro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal de Anchieta

Dionir Pedro Buganti
Presidente da ADEC

Testemunhas:

1ª-Nome: _____ 2ª-Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Convênio N.º 004/2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO N.º 004/2014.

O Município de Anchieta/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º83.024.687/0001-22, com sede na Avenida Anchieta, nº 838 - Centro, Anchieta-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Ari Prestes de Oliveira, e a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E CULTURA ANCHIETA - ADEC, estabelecida à Rua Júlio Rui Barbosa 383, Bairro Centro, Anchieta (SC), inscrita no CNPJ 11.380.498/0001-81, neste ato representada por seu presidente Sr. Dionir Pedro Buganti, doravante denominada simplesmente ADEC, tem entre si justo e avençado, e celebram, por força deste Instrumento, o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA CLÁUSULA QUARTA: Das Obrigações - 2) Da ADEC:

b) Prestar contas das parcelas recebidas segundo as instruções que lhe forem transmitidas pelo MUNICÍPIO, através do Decreto Municipal nº DECRETO Nº. 017/2014, de 07 de fevereiro de 2014 e na forma prevista na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012, até 60 (sessenta) dias úteis após o repasse financeiro;

Fica prorrogado por 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Termo Aditivo, para a entidade realizar a prestação de contas.

E, por estarem de comum acordo as partes, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor na

presença de duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 17 de abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal de Anchieta

Dionir Pedro Buganti
Presidente da ADEC

Testemunhas:

2ª- Nome: _____
CPF: _____

1ª- Nome: _____
CPF: _____

Termo de Convênio N.º 005/2014

TERMO DE CONVÊNIO N.º 005/2014

(Autorizado pela Lei Municipal Nº 2.060 de 10 de abril de 2014).

TERMO DE CONVÊNIO AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.060/2014 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ANCHIE-
TA/SC E A ASSOCIAÇÃO ANCHIETENSE DE UNIVERSITÁRIOS -
ASANUN.

O Município de Anchieta/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º83.024.687/0001-22, com sede na Avenida Anchieta, nº 838 - Centro, Anchieta-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Ari Prestes de Oliveira, e a A ASSOCIAÇÃO ANCHIE-
TENSE DE UNIVERSITÁRIOS - ASANUN, estabelecida à Avenida Anchieta n. 280, Bairro Centro, Anchieta (SC), inscrita no CNPJ 04.886.226/0001-92, neste ato representada por seu presidente Sra. Tatiane Draszewski, doravante denominada simplesmente ASANUN, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

Constitui o objeto deste instrumento a cooperação financeira do MUNICÍPIO DE ANCHIE-
TA/SC à ADEC. A cooperação financeira do município de Anchieta, no termo de convênio, refere-se ao auxílio financeiro para custear despesas com transporte de universitários que se deslocam todas as noites de Anchieta/SC até São Miguel do Oeste para obter uma formação superior.

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Valor

O valor total deste Convênio corresponde ao montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), que será pago em parcelas mensais, conforme cronograma de desembolso até o prazo de vigência do presente convênio.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta do Orçamento Vigente as seguintes dotações: 05.02 - 12.364.0031.2.018, elemento: (51) - 3.3.50.00.00.00.00.0131 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Prazo de Vigência e da Publicação

O prazo de validade deste Convênio passa a contar da data da assinatura do presente termo de convênio até 31 de dezembro de 2014 e será publicado no diário oficial do município de Anchieta (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

CLÁUSULA QUARTA: Das Obrigações

Os convenientes se obrigam:

1) Do Município:

a) Repasse financeiro de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em parcelas mensais.

b) Exigir da ASANUN a prestação de contas do valor recebido conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA N.TC-14/2012 de 13 de junho de 2012, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

c) Exigir o fiel cumprimento do Plano de Aplicação aprovado pelo concedente;

d) Deverá analisar a prestação de contas que será efetuada em Até 30 dias contados do recebimento de cada parcela (redação dada pela Lei Municipal 2.060/2014 - Art. 3º A entidade terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à devida comprovação de sua aplicação, em conformidade com a legislação vigente.).

2) Da ASANUN:

a) Aplicar os recursos no pagamento de despesas elencadas na cláusula primeira deste Convênio em conformidade com o Plano de Aplicação aprovado pelo concedente;

b) Prestar contas das parcelas recebidas segundo as instruções que lhe forem transmitidas pelo MUNICÍPIO, através do Decreto Municipal nº DECRETO Nº. 044/2014, DE 10 DE ABRIL DE 2014 e na forma prevista na Resolução do Tribunal de Constas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012, até 60 (sessenta) dias úteis após o repasse financeiro;

CLÁUSULA QUINTA: Das Certidões

Para celebração deste convênio a ASANUN apresentou os seguintes documentos exigidos:

- Solicitação ao dirigente máximo do concedente;
- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
- Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
- Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no Cartório competente;
- Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo Dirigente da entidade, registrada no cartório competente;
- Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;
- Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;
- Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada;
- Cópia da Lei de utilidade pública, quando exigida pela legislação do concedente;
- Certidão Negativa de Débitos - CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa - CPD-EN emitido pela Previdência Social;
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF;
- Certidão Negativa de débitos municipais;
- Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses.

CLÁUSULA SEXTA: Do Fundamento Legal e Local

O presente termo de convênio de cooperação financeira

fundamenta-se pela Lei Municipal nº 2.060 de 10 de abril de 2014 e em comum acordo de valores firmado entre as partes, assinado na sede do Município de Anchieta/SC, sito a Avenida Anchieta, 838, Centro, Anchieta, Estado de Santa Catarina.

A Instituição ASANUN foi declarada de utilidade pública municipal através Lei Municipal nº 1.451/2006 de 07 de abril de 2006.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Rescisão

As partes poderão rescindir o presente Convênio de comum acordo, desde que uma das partes notifique a outra com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA: Do Foro

É eleito o foro da Comarca de Anchieta/SC, para dirimir quaisquer e possíveis dúvidas advindas da execução do presente instrumento.

E, por estarem de comum acordo as partes, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor na presença de duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 22 de maio de 2014.

_____	_____
Ari Prestes de Oliveira	Tatiane Draszewski
Prefeito Municipal de Anchieta	Presidente da ASANUN

Testemunhas:

1ª- Nome: _____

CPF: _____

2ª- Nome: _____

CPF: _____

Decreto Nº. 076 /2014, de 04 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 076 /2014, de 04 de junho de 2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA EM EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.088, de 04 de junho de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta- (SC), para execução no exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando a onerar dotação orçamentária em atendimento a Lei Municipal nº. 2.040/2014 de 21 de janeiro de 2014 que Dispõe sobre a criação do Programa NASF no âmbito do Município de Anchieta/SC

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com o objetivo de onerar a seguinte dotação orçamentária abaixo especificada e constante da mesma matéria em execução:

09 - SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0428.2.108 - Manutenção do Programa NASF.

() 3.1.90.00.00.00.00.0727 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

() 3.1.90.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 3º Para dar atendimento aos despesas do Programa fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação do Recurso do Programa NASF e para a cobertura do crédito de contrapartida fica, igualmente, autorizado a proceder a redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

09 - SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0428.2.101 - Adm. Gerl. Bens e Serv.Unid. Assit. Med. Sanitária

09 - 3.3.90.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Total R\$ 25.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 04 de junho de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente ato foi publicado nesta data e na forma da Lei em 04 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 077 /2014, de 04 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 077 /2014, de 04 de junho de 2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 650.000,00 (SEISCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) EM CONFORMIDADE COM LEI MUNICIPAL Nº 2.030/13 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.089, de 04 de junho de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Unidade 02 - ENSINO FUNDAMENTAL, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal matéria orçamentária em execução o Projeto nº. 05.02-12.361.0188.1.045 - Aquisição de Imóvel para Construção de Escola, através dos elementos de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa BADESC CIDADES II, por interveniência de Operação de Crédito no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e contrapartida de Recursos Ordinários da Prefeitura Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL Unidade 01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal matéria orçamentária em execução o Projeto nº. 13.01-22.661.349.1.046 - Aquisição de Imóvel para Área Industrial do Município, através dos elementos de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa BADESC CIDADES II, por interveniência de Operação de Crédito no valor de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e contrapartida de Recursos Ordinários da Prefeitura Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 3º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
02 - ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0188.1.045 - Aquisição de Imóvel para Construção de Escola
(.....)4.4.90.00.00.00.00.00.0294 - Aplicações Diretas
R\$ 150.000,00
Total R\$ 150.000,00

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL
22.661.349.1.046 - Aquisição de Imóvel para Área Industrial do

Município. (.....)4.4.90.00.00.00.00.00.0294 - Aplicações Diretas
R\$ 500.000,00

Total R\$ 500.000,00

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a utilizar como fonte de recursos, o produto desta operação de crédito, como fonte para a abertura de um Crédito Adicional Especial até a respectiva importância, em conformidade com o disposto no inciso IV, do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, na respectiva conta constante do orçamento municipal em execução em conformidade com o disposto a seguir:

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto no artigo 1º e artigo 2º deste Decreto, relativamente ao Crédito e a utilização da fonte de recurso introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto no artigo 1º e artigo 2º deste Decreto, relativamente ao Crédito e a utilização do recurso introduzidas no presente Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se na íntegra os Decretos Nº. 015 /2014, de 07 de fevereiro de 2014 e Decreto nº. 016/2014, de 07 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 04 de junho de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 04 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 078 /2014, de 06 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 078 /2014, de 06 de junho de 2014

FIXA TURNO ÚNICO PARA O EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído turno único de expediente a ser cumprido no âmbito da Administração Municipal de Anchieta, no horário das 07:30:00 às 13:30 horas, nos dias 12, 17 e 23 de junho de 2014, dias que haverá jogos da Seleção Brasileira.

Art. 2º Os serviços emergências serão atendidos no Hospital Municipal Anchietaense.

Art. 3º Fica assegurado intervalo de 15 minutos durante o horário de expediente de turno único, o que deve ser registrado no respectivo controle de horário.

Art. 4º Fica vedada a realização de horas extras durante o período de turno único, ressalvados os casos excepcionais, autorizados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, 06 de junho de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 06 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Decreto Nº. 079/2014, de 06 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 079/2014, de 06 de junho de 2014.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº 2.035/2013, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DE CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.122.0021.2.100 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Unidade Administrativa
(02)-3.3.90.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica reduzido das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do Orçamento do Município, mais precisamente conforme abaixo:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0021.2.100 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Unidade Administrativa
(01)-3.1.90.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2034/2013, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente as suplementações e reduções introduzidas no presente ato.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
06 de junho 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente ato
Foi registrado e publicado nesta Mesma data e na forma da Lei.

Anchieta-(SC), 06/06/2014.
Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

Decreto Nº. 080/2014, de 10 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 080/2014, de 10 de junho de 2014.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº 2.035/2013, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DE CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
01 - AGRICULTURA
20.122.0021.2.031 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Agricultura
(82) - 3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica reduzido das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do Orçamento do Município, mais precisamente conforme abaixo:

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
01 - AGRICULTURA
20.122.0021.2.031 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Agricultura
(81) - 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2034/2013, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente as suplementações e reduções introduzidas no presente ato.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
10 de junho 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente ato
Foi registrado e publicado nesta
Mesma data e na forma da Lei.

Anchieta-(SC), 10/06/2014.
Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

Decreto Nº. 081 /2014, de 13 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 081 /2014, de 13 de junho de 2014
FIXA TURNO ÚNICO PARA O EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído turno único de expediente a ser cumprido no âmbito da Administração Municipal de Anchieta, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda à sexta feira.

Art. 2º Será abrangido pelo Turno Único que trata este Decreto os seguintes órgãos e Entidades da Administração Municipal, os quais seguem no horário normal:

I - Setor de Infraestrutura e Obras.

Parágrafo Único: Os demais setores cumprirão horário normal.

Art. 3º Fica assegurado intervalo de 15 minutos durante o horário de expediente de turno único, o que deve ser registrado no respectivo controle de horário.

Art. 4º Fica vedada a realização de horas extras durante o período de turno único, ressalvados os casos excepcionais, autorizados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor em 16 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, 13 de junho de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 13 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Decreto Nº. 082 /2014, de 20 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 082 /2014, de 20 de junho de 2014

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.092, de 20 de junho de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual Lei nº. 2.021 de 18 de outubro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), objetivando a Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE, para o Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina em conformidade com a Adesão ao Pregão Eletrônico nº 63/2013/FNDE/MEC.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), objetivando a Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE, para Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica igualmente alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.035 de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta/SC, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, com objetivo de Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE, para o Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
02 - ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0188.1.123 - Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/
PAR/FNDE.
(.....)4.4.90.00.00.00.00.00.0723-Aplicações Diretas
R\$ 499.500,00
Total R\$ 499.500,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos (0278) intitulada como Outras Transferências do FNDE.

Art. 5º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo 4º deste Ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes de Recurso extra orçamentário do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE através do Pregão Eletrônico nº 63/2013/FNDE/MEC no valor de até R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), 20 de junho de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 20 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 083 /2014, de 20 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 083 /2014, de 20 de junho de 2014
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 23.000,00 (VINTE E TRÊS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.093, de 20 de junho de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:
TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta- (SC), na Secretaria de Saúde Pública / Fundo Municipal de Saúde, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução do Projeto/Atividade nº. 09.01.10.301.0428.1.120 - Aquisição de Equipamentos e

Material Permanente - FNS/MINIST. SAÚDE, incluindo-se para tal Dotação Orçamentária na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, do Recurso 0132, objetivando atender a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.802, de 06 de dezembro de 2012, no desenvolvimento dos serviços de saúde pública de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.120 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente - FNS/Minist. Saúde.
4.4.90.00.00.00.00.00.1132-Aplicações Diretas R\$ 23.000,00
Total R\$ 23.000,00

Art. 3º Para o atendimento ao Crédito autorizado fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do Supravital apurado no Banco do Brasil a C/C 12.185-1, Recurso sob o código nº. 0132 - (00.01.0132) - Desenvolvimento do Programa de Vigilância e Prevenção de Violência e Acidentes de Trânsito/ Portaria 2.802 de 06 de dezembro de 2012, no valor de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), concernente à fonte receita sob código 4.1.7.2.1.33.180 - Transferência do Sistema Único Saúde-SUS, conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual Lei nº. 2.021 de 18 de outubro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), objetivando a Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - FNS/MINIST. SAÚDE, para o Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao crédito e redução transcritos no presente ato.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), 20 de junho de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 20 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº. 2.092/2014.

LEI Nº. 2.092/2014.

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), e contém outras providências.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual Lei nº. 2.021 de 18 de outubro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), objetivando a Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE, para o Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina em conformidade com a Adesão ao Pregão Eletrônico nº 63/2013/FNDE/MEC.

CAPÍTULO II**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), objetivando a Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE, para Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica igualmente alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.035 de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta/SC, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, com objetivo de Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE, para o Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO IV**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.1.123 - Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE.

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0723-Aplicações Diretas R\$ 499.500,00

Total R\$ 499.500,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos (0278) intitulada como Outras Transferências do FNDE.

Art. 5º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo 4º deste Ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes de Recurso extra orçamentário do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE através do Pregão Eletrônico nº 63/2013/FNDE/MEC no valor de até R\$ 499.500,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), 20 de junho de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 20 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº. 2.093/2014.

LEI Nº. 2.093/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 23.000,00 (VINTE E TRÊS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta- (SC), na Secretaria de Saúde Pública / Fundo Municipal de Saúde, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução do Projeto/Atividade nº. 09.01.10.301.0428.1.120 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - FNS/MINIST. SAÚDE, incluindo-se para tal Dotação Orçamentaria na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, do Recurso 0132, objetivando atender a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.802, de 06 de dezembro de 2012, no desenvolvimento dos serviços de saúde pública de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.120 - Aquisição de Equipto e Material Permanente - FNS/Minist. Saúde.

4.4.90.00.00.00.00.1132-Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Total R\$ 23.000,00

Art. 3º Para o atendimento ao Crédito autorizado fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do Superavit apurado no Banco do Brasil a C/C 12.185-1, Recurso sob o código nº. 0132 - (00.01.0132) - Desenvolvimento do Programa de Vigilância e Prevenção de Violência e Acidentes de Trânsito/ Portaria 2.802 de 06 de dezembro de 2012, no valor de até R\$ 23.000,00(vinte e três mil reais), concernente à fonte receita sob código 4.1.7.2.1.33.180 - Transferência do Sistema Único Saúde-SUS, conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual Lei nº. 2.021 de 18 de outubro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), objetivando a Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - FNS/MINIST. SAUDE, para o Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao crédito e redução transcritos no presente ato.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), 20 de junho de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 20 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Extrato Aviso Pregão FMS N. 020-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 020/2014

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de um veículo novo tipo Wango, com capacidade de 05 passageiros ano/modelo 2014/2015, que será destinado nas atividades da rede municipal de saúde e transporte das equipes de saúde, de acordo com o a proposta nº 11243.552000/1130-04 do Ministério da Saúde, para a Unidade Básica de Saúde do Centro. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala

de Licitações até às 09:00 horas do dia 04/07/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 20 de junho de 2014.
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora FMS

CÂMARA MUNICIPAL**Emenda À Lei Orgânica Municipal Nº004/2014**

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº004/2014

RESOLVE DAR NOVA REDAÇÃO AO ART. 16 E DE 17 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE DISTRITO E OS REQUISITOS MÍNIMOS PARA A CRIAÇÃO DE DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, PROMULGA A SEGUINTE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

Art. 1º - Os artigos 16 e 17 da Lei Orgânica Municipal passam a ter a seguinte redação:

Art. 16. A criação de distrito deverão ser observados:

- a) a iniciativa é do Prefeito Municipal;
- b) aprovação da Câmara de Vereadores, pela maioria de seus membros;
- c) homologação pela Assembleia Legislativa.

Art. 17. . São requisitos mínimos para a criação de distritos:

- I - existência, na sede, de pelo menos, cem habitações;
- II - população mínima de mil habitantes no território;
- III - delimitação da área, com a descrição das respectivas divisas.

Parágrafo único. A delimitação da linha perímetrica do novo Distrito será determinada pelo órgão estadual competente, não podendo sua área ser superior à metade da área daquele de que se quer desmembrar.

Art. 2º. Esta emenda modificativa entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ANCHIETA (SC), EM 12 DE JUNHO DE 2014.

PAULO FUSIEGER
PRESIDENTE DA CÂMARA

EDUARDO RAFAEL SCHNEIDER
VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

IVO SCHAEFFER
1ºSECRETÁRIO

ODACIR PREVEDELLO
2ºSECRETÁRIO

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N 294/2014

PORTARIA Nº 294/2014.

Concede Adicional de Titulação a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - /Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 1250/2009,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, a servidora efetiva KATIA COELHO, ocupante do cargo de AUXILIAR TECNICO DE INFORMATICA - 40H, a contar de 01 de junho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 18 de junho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 20 de junho de 2014.

Decreto Nº 064/2014

DECRETO Nº 064/2014

Remanejamento entre despesas no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.005-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 20.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.005-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 20.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Antônio Carlos, 18 de Junho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Portaria N 295/2014

PORTARIA Nº 295/2014.

Exonera cargo comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR - /Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar. MARIA HELENA HENRIQUE PEREIRA, do cargo Comissionado de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, a contar de 01 de junho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 20 de junho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23 de junho de 2014.

Portaria N 296/2014

PORTARIA N.º 296/2014

Constitui e nomeia a comissão de avaliação do processo seletivo 003/2014, e dá outras providencias.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município,

Resolve:

Art. 1º - Constituir e nomear os servidores REMO REMOR BORGHEZAN, ANA CARLA PRIM e ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANTES para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão especial de avaliação do Processo Seletivo 003/2014 - afim de, selecionar candidatos para o preenchimento das seguintes vagas:

Psicólogo.

Parágrafo único - No desempenho das suas funções, os servidores nomeados no caput do presente artigo poderão se utilizar de instalações, equipamentos, servidores e todos os elementos que forem necessários para o correto desempenho das suas atividades.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 20 de junho de 2014.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Aviso de Processo Seletivo N 03/2014

AVISO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Processo Seletivo: nº 003/2014; Objeto: Processo seletivo para o preenchimento de cargo com lotação na Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC, admitido em caráter temporário, regido pela Lei Municipal nº 558/1992 e suas alterações; Período de inscrição: De 23 de junho a 07 de julho de 2014. Data da prova: Dia 14 de julho de 2014. Cargos: (1) Psicólogo. Inscrições: Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC, sito, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas. Publicação

do Edital: O edital será publicado no dia 23 de junho de 2014 no site da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, qual seja; www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 20 de junho de 2014.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Praça Anchieta 10, Centro- Fone/ Fax: (48) 3272-1123
CEP: 88180-000 administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições, torna público que estão abertas de 23 de junho a 07 de julho de 2014, na Secretaria Municipal de Administração, as inscrições do Processo Seletivo Simplificado, cujo objetivo consiste na seleção e contratação de servidor em caráter temporário, para preenchimento de vaga no Cargo de Psicólogo, regendo-se pelas instruções deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, designado pelo Prefeito Municipal.

1.2 A seleção dos candidatos será publicada em Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos (www.antoniocarlos.sc.gov.br) e consistirá na nota obtida na prova escrita.

1.3 O processo seletivo simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação temporária pelo período de até doze meses, podendo ser prorrogada pelo mesmo prazo.

1.4 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.5 O Contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa da administração pública;
- III - por realização de concurso público; e
- IV - por iniciativa do contratado, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência, sob pena de pagamento de multa de um vencimento.

2. DO CARGO, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO, HABILITAÇÃO.

2.1 O Candidato concorrerá à vaga oferecida, conforme seguinte quadro demonstrativo:

Cargo	nº de vagas	C/H semanal	Habilitação necessária para a posse	Vencimento inicial	Tipo de Provas
Psicólogo	01	20hs	Conclusão de curso de graduação em Psicologia, com diploma registrado no MEC ou Instituição autorizada por Lei e registro no Órgão Fiscalizador da Classe.	R\$ 1.607,05*	Escrita

* - Valor bruto, não incluídos os descontos legais, nem o valor do Vale-Alimentação.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1 A taxa de inscrição será de R\$ 15,00 (quinze reais) para o cargo disposto neste edital, sendo que, tal importância será arrecada em favor da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

3.2 O candidato que efetuar o pagamento da taxa em cheque somente terá sua inscrição efetivada após a compensação deste, sem prescindir do cumprimento das demais exigências.

3.3 O valor da taxa de inscrição, uma vez pago não será restituído, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com todo o Processo Seletivo.

3.4 As inscrições serão recebidas no período de 23 de junho a 07 de julho do ano de 2014, na Secretaria Municipal de Administração de Antônio Carlos, das 07h30min h às 11h30minh e das 13h às 17h.

3.5 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais na ficha de inscrição que esta em anexo ao presente edital e fornecer cópias dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- Cartão do CPF;
- Comprovante de Residência;

4. DA PROVA

4.1 O Processo Seletivo será composto por uma prova escrita com 20 (vinte) questões de múltipla escolha, seguindo as seguintes temáticas:

1. 10 perguntas de conhecimentos específicos;
2. 10 perguntas de conhecimentos gerais, atualidades e sobre o município de Antônio Carlos.

4.2 A parte da prova referente às questões de conhecimento específico terá peso dobrado em relação às perguntas sobre conhecimentos gerais.

4.3 Ao final da realização da prova será feita a somatória de todas as notas e serão publicados os resultados.

5. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.1 A prova escrita será realizada no dia 14 de julho de 2014, às 13:00 horas, em local que será divulgado exclusivamente no site da Prefeitura - www.antoniocarlos.sc.gov.br até o dia 15 de julho de 2014, sendo de inteira responsabilidade dos candidatos a verificação e conferência do local da prova;

5.2 O dia acima designado para a prova (14/07/2014) poderá ser

alterado diante da ocorrência de situações que impeçam a sua realização naquele dia, sendo que tal fato será comunicado aos candidatos exclusivamente no site da Prefeitura - www.antonio-carlos.sc.gov.br, e com antecedência de, pelo menos, 24 horas.

5.3 A prova escrita obedecerá aos seguintes critérios:

- a) A prova terá duração de até 90 minutos;
- b) Sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;
- c) A prova deverá ser feita com caneta azul ou preta;
- d) Só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova;
- e) Não será permitido ao candidato ausentar-se do local da prova após ter assinado a lista de presença;

5.4 Para ter acesso aos locais de prova, o candidato deverá apresentar a carteira de identidade original com a qual se inscreveu e o comprovante de inscrição;

5.5 Quando da realização da prova escrita, não haverá tempo mínimo de permanência na sala de provas, sendo que os três últimos candidatos de cada cargo somente poderão entregar a prova e retirar-se do local simultaneamente;

5.6 Será eliminado o candidato que:

- a) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista;
- b) agir com incorreção ou descortesia;
- c) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada;
- d) consultar, durante as provas, livros, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido.

5.7 Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Processo Seletivo;

6. CLASSIFICAÇÃO

6.1 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos.

6.2 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- a) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- b) maior idade;
- c) sorteio.

6.3 A prova de conhecimentos específicos terá peso em dobro em relação à nota da prova conhecimentos gerais, sendo atribuída nota de 0 a 10, que terá peso 2 na somatória final, sendo usada a seguinte fórmula:

$$NF = \frac{NPCG + (NPCE \times 2)}{3}$$

NF= Nota Final Prova Escrita

NPCG= Nota da Prova Conhecimentos Gerais

NPCE= Nota da Prova Conhecimentos Específicos

6.4 Ao final da realização da prova será feita a somatória de todas as notas e serão publicados os resultados.

6.5 Na inexistência de recursos quanto ao gabarito oficial, à listagem classificatória será divulgada no mural e no site desta Prefeitura no dia 18 de julho de 2014, a partir das 10h00min.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação e apresentação dos seguintes requisitos básicos, quando da posse:

- classificação no processo seletivo simplificado;
- habilitação necessária conforme descrito no item 2 do presente edital;
- idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral.
- estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;
- escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;
- PIS - PASEP;
- declaração de Bens e Valores;
- declaração de acúmulo de cargos (a acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários).

8. DAS VAGAS DE DEFICIENTE

8.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, devendo assinalar sua condição no item específico do requerimento de Inscrição.

8.2. Será reservada vaga para candidato com deficiência, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

8.3. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrar nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

8.4. O candidato com deficiência deverá protocolar, junto com sua inscrição laudo médico especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício do cargo a que se inscreveu cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital. A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos está localizada na Praça Anchieta, nº. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, CEP: 88180-000, aberta das 7:30h às 17h.

8.5. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no item 8.4 terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não-portador de deficiência.

8.6. O candidato com deficiência submeter-se-á, quando convocado, à avaliação de equipe multiprofissional, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal 5.296/04, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

8.7. O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova, bem como à

nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

8.8. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

9. DOS RECURSOS

9.1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

- do presente edital;
- do não deferimento do pedido de inscrição;
- do gabarito oficial e da classificação;
- da homologação do resultado do Processo seletivo;

9.2 A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de dois dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal.

9.3 Os demais recursos deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação e será dirigido ao Prefeito Municipal, que decidirá sobre este no prazo de 02 (dois) dias. O protocolo do requerimento deverá ser efetuado na Prefeitura Municipal e o prazo para tanto será de 02 (dois) dias, a partir da publicação:

- da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;
- da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão das notas e para impugnar a homologação do resultado do Processo Seletivo.
- os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.

9.4 Findo o prazo para recurso, o Processo Seletivo será homologado pelo Prefeito Municipal.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

10.2 A aprovação no Processo Seletivo não gera o direito à admissão, a contratação será de acordo com a necessidade do Município, obedecendo à ordem de classificação, durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, computadas as vagas existentes na data do edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

10.3 Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

10.4 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.

10.5 Caberá à Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2014 a análise de recursos.

10.6 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Público de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo. Será destituído da Comissão, se constatado em qualquer fase do Processo Seletivo, o membro que tiver qualquer parentesco até 2º grau, com os candidatos inscritos.

10.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

10.8 Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu para dirimir questões oriundas do presente processo seletivo.

10.9 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - SC.

Antônio Carlos, em 20 de junho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS Inscrição Para Processo Seletivo Simplificado - Edital n° 003/2014		N.º de Inscrição
Cargo:		
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: M () F ()
CPF:	Título Eleitoral:	
Estado Civil:	e-mail-	
Endereço:	Bairro:	
Município:	Estado:	Fone: ()
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.		
Local e Data:	Assinatura do Candidato:	

Via Prefeitura

.....

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS Inscrição Para Processo Seletivo Simplificado - Edital n° 003/2014		N.º de Inscrição
Nome do(a) Candidato(a):		
Cargo:		
Local e Data:	Assinatura do Responsável pelo recebimento:	

Via Candidato

ANEXO I
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CARGO PSICÓLOGO

Disciplina	Conteúdos
Conhecimentos Específicos	Relações Humanas. Ética no serviço público. Qualidade no atendimento ao público. Trabalho em equipe. Psicologia do desenvolvimento: infância, adolescência, o adulto e o idoso. Comportamento ajustado e desajustado: Processos Psicológicos Básicos: Percepção, sensação, memória, atenção, consciência, emoção e sentimento. As diversas abordagens de intervenção. Psicoterapia Breve. Os procedimentos de diagnóstico e intervenções Psicológicas. Práticas grupais. Orientação e acompanhamento familiar do portador. Noções básicas de doenças mentais. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Conhecimento das campanhas sanitárias, vacinações, programas, políticas e atendimento. História da saúde Pública e sua legislação. A psicologia nas diversas modalidades de atendimento. Tentativas de suicídio. Avaliação e diagnóstico psicológicos: entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos. Orientação e Acolhimento. Conhecendo o guia do Exercício profissional. O papel do psicólogo na equipe de cuidados básicos à saúde. Psicologia Social. Portaria GM nº 154, de 24 de Janeiro de 2008, dispõe sobre a criação dos Núcleos de Apoio à Família. NASF. Diretrizes do NASF: Núcleos de apoio à saúde; Atenção Básica. Programa Saúde da Família; Código de Ética do Profissional Psicólogo - Resolução CFP 010/2005. Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/2007.
Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Atuais, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Antônio Carlos, Economia Social; Questão Agrária; Distribuição de Renda; terceiro Setor; Relações com o trabalho; Direitos dos Deficientes; Constituição Federal; Urbanização; Regiões Metropolitanas; Problemas Ambientais, Urbanos e Agrícolas; Meio Ambiente; população; Estados Brasileiros; Organização social, política e econômica do Brasil; Dívida Externa e Interna; Histórico Municipal (aspectos históricos, geográficos, e econômicos e populacionais do Município, desde sua emancipação político-administrativa).

OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os Conteúdos coincidirem para Graus de Formação diferenciados.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O NASF é um programa do Governo Federal, e, segundo o próprio Governo, "(...)deve ser constituído por equipes compostas por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, para atuarem em conjunto com os profissionais das Equipes Saúde da Família, compartilhando as práticas em saúde nos territórios sob responsabilidade das Equipes de SF no qual o NASF está cadastrado."

Ele é dividido em 2 níveis, com diversos profissionais envolvidos, sendo que em todas as situações o profissional Psicólogo é imprescindível para a formação e estruturação do NASF.

Assim, diante da criação deste cargo na estrutura administrativa da Prefeitura, nasce a necessidade da contratação deste profissional.

Contudo, por impossibilidade da contratação por concurso público neste momento, e, tendo em vista que a profissional que vem exercendo o cargo terá por encerrado o contrato de trabalho no próximo dia 02/07/2014, optou-se pela realização do presente Processo Seletivo, para dar continuidade neste tão importante serviço prestado à população.

Assim, resta justificada a presente contratação, que servirá para suprir esta importante necessidade até a realização do concurso público.

Antônio Carlos, 20 de junho de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria 009/2014-Estabelece Ponto Facultativo

PORTARIA n.º 009/2014

Fixa ponto facultativo no dia 20 de Junho de 2014, para os serviços da Câmara de Vereadores.

EDSON LAIR DECKER, Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1ª - Fica estabelecido ponto facultativo no âmbito da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC, no dia 20 de junho de 2014, em razão das festividades relacionadas a Corpus Christi.

Art. 2ª - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 18 de junho de 2014.

EDSON LAIR DECKER

Presidente

Arroio Trinta

PREFEITURA

Contrato Nº 0047/2014 - Viga Pavimentação E Obras Ltda

CONTRATO Nº0047/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2014, TOMADA DE PREÇOS Nº0003/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM VÁRIAS RUAS DA CIDADE - RECURSOS DO FUNDAM.

O MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e empresa VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 09.223.659/0001-81, com sede na Avenida XV de Novembro, 468, 1º andar, Centro, no Município de Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador do CPF sob nº 008.482.959-19 e identidade sob nº 3.538.752, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas 1.800, apto 301, Centro, no Município de Joaçaba - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação da lei n.º 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

I - OBJETO

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA A EXECUTAR OS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DA RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO COM 4.421,29M², RUA TREVISÓ COM 1.447,10M², RUA GALDINO NESI COM 1.957,05 M², RUA OTÁVIO DE CARVALHO COM 917,25 M², RUA ANGELO ROVARIS COM 1.053,44 M², RUA MADALENA MASSAROLI NORDIO COM 696,22 M² E RUA ROSALINO ZAPELINI COM 403,83 M², SENDO UMA ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 10.896,18M², INCLUSIVE CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NAS LATERAIS DAS RUAS ACIMA CITADAS, DE ACORDO COM A PROPOSTA DE TRABALHO Nº 6051, PROCESSO SEF Nº 7984/2014, CONVÊNIO Nº 2014TR001119, TUDO DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS, tudo de acordo com os projetos, memoriais descritivos e quantitativos anexados ao Edital e parte integrante deste contrato.

§1º - A obra deverá ser executada pela própria contratada, ficando expressamente vedada a sublocação a terceiros, sem a prévia autorização por escrito do Município de ARROIO TRINTA.

§2º - As despesas com ARTs de execução da obra serão por conta da contratada.

§3º - Qualquer alteração de serviço ou projeto, somente deverá

ser executada com prévia aprovação por escrito do Senhor Prefeito Municipal, mediante alteração contratual.

§4º - Os materiais a serem empregados na obra deverão atender as especificações e normas técnicas da ABNT - DNIT - DEINFRA - FATMA e demais órgãos fiscalizadores e executados de acordo com os projetos técnicos fornecidos.

§5º - De acordo com a Lei 8.666/93, a garantia das obras, objeto do presente edital, será de no mínimo 05 (cinco) anos.

§6º - O canteiro de obras deverá estar de acordo com a norma de segurança vigente NR-18.

§7º - A qualquer momento a fiscalização poderá solicitar corpos de provas de concreto asfáltico e outros materiais, sendo que os custos de sua obtenção e demais ensaios de verificação deverão ser custeados integralmente pela contratada. Em caso do não atendimento imediato dos ensaios solicitados, a execução dos serviços será imediatamente suspensa, até a liberação da fiscalização.

§8º - A obra, objeto do presente edital, seguirá os trâmites de obra civil, ou seja, apresentar guia do INSS, FGTS, relação de funcionários registrados na empresa, alvarás, matrícula da obra no INSS e CND após o término da mesma, dentre outros documentos inerentes.

§9º - A contratada deverá fornecer termômetro para medir a temperatura da massa no momento da aplicação da mesma.

§10º - A contratada deverá fornecer e manter na obra o DIÁRIO DA OBRA, devidamente assinado pelo responsável pela execução da mesma, contendo o mínimo de informações necessárias para o bom entendimento do mesmo, e apresentar um boletim de medição ao término de cada fase.

§11º - A contratada somente poderá iniciar os serviços com autorização por escrito (ordem de serviço).

§12º - A referida Ordem de Serviço deverá ser emitida em até 15(quinze) dias úteis após assinatura do contrato, sob pena de rescisão contratual.

§13º - Os serviços de limpeza, impostos e serviços correlatos para a execução da obra será de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

§14º - Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar os seguintes documentos, em cópias autenticadas ou originais:

- Licença Ambiental de operação junto à Fundação do Meio Ambiente -FATMA ou órgão equivalente em outro Estado, do local do estabelecimento onde for preparado e produzido o material para realização da empreitada. Em caso de utilização de usina móvel deverá apresentar Licença Ambiental de instalação da mesma;
- A planilha orçamentária e o cronograma em meio magnético ou e-mail;
- Caução de 3% (três por cento) do valor do contrato, cabendo à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária, com supedâneo no artigo 56 da Lei 8.666/93.

§ 15º - Os equipamentos necessários deverão estar permanentemente na obra, em perfeito estado de conservação e funcionamento, cabendo a mesma sua manutenção, isentando a Prefeitura de qualquer obrigação referente a estas.

II - PREÇO E PAGAMENTO**CLÁUSULA 2ª: PREÇO**

A obra, objeto do presente contrato, será executada pelo preço total e global de R\$945.598,76(NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO MIL QUINHENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS) sendo os valores unitários referente ao material e referente a mão de obra, de cada Rua, conforme especificado na proposta apresentada, que independentemente de transcrição, é parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA 3ª: FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos oriundos da contratação dos serviços, constante do objeto do presente contrato, far-se-ão através de transferência bancária à contratada.

III - DOS PRAZOS**CLÁUSULA 4ª: PRAZO DE PAGAMENTO**

Os pagamentos dos serviços prestados serão de conformidade com o Cronograma físico financeiro, mediante Boletins de Medição, condicionados a liberação dos recursos, PROPOSTA DE TRABALHO Nº 6051, PROCESSO SEF Nº 7984/2014, CONVÊNIO Nº 2014TR001119, devendo o boletim ser comprovado através de laudo apresentado por engenheiro designado pelo Município.

A medição poderá ocorrer semanalmente ou quinzenalmente, dependendo do andamento da obra.

O pagamento será efetuado em até 7(sete) dias após a emissão da Nota Fiscal de acordo com o Boletim de Medição da obra, com:

I - Emissão dos respectivos documentos fiscais;

II - Aceitação dos bens/serviços, pelo órgão da Prefeitura encarregado da fiscalização;

III - Cópias autenticadas da folha de pagamento e da GRPS, relativas aos segurados colocados à disposição da CONTRATADA, quando for o caso;

IV - Retenção do ISS sobre os serviços prestados que tenham por local da prestação o território do Município de ARROIO TRINTA;

V - Apresentação das negativas de tributos Federais, Estaduais e Municipais, bem como CRF - FGTS e CND - INSS.

§ 1º - Tratando-se de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá cumprir todos os encargos e obrigações trabalhistas. A CONTRATANTE somente efetuará o pagamento para a CONTRATADA mediante comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, em especial o pagamento de salários, recolhimento de FGTS e de Contribuição Previdenciária dos Trabalhadores.

O pagamento será efetuado mediante emissão da respectiva Nota Fiscal/ Fatura, através de transferência bancária a favor da licitante vencedora.

§ 2º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

§ 3º - A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com o Boletim de Medição, cuja cópia deverá acompanhá-la, assinada pela Comissão de Recebimento das Obras do Município, bem como cópia do diário de obra e Guia de Recolhimento do INSS.

CLÁUSULA 5ª: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução e entrega da obra será em até 150(cento e cinquenta) dias consecutivos, contados da expedição da ordem de serviço pelo órgão competente da Administração Pública Municipal.

§1º - A não entrega da obra dentro do prazo do item anterior, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

§2º - A referida Ordem de Serviço deverá ser emitida em até 15(quinze) dias úteis após assinatura do contrato, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA 6ª: VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir da emissão da Ordem de Serviço, a qual deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 15(quinze) dias úteis após a assinatura do contrato pelas partes, com duração de 150(cento e cinquenta dias) podendo ser prorrogado por motivo de força maior, nos termos do Art. 57, Lei 8.666/93.

IV - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**CLÁUSULA 7ª: CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS**

As despesas com a obra, objeto do presente contrato, correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014, conforme segue:

40/2014

00002.00006.00015.00451.00015.1.000009.3.4.4.9.0.00.00.00.00.00

Aplicações Diretas

V - GARANTIAS

CLÁUSULA OITAVA: GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA responderá pelos vícios dos serviços que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a PREFEITURA isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da prestação dos serviços, objeto do presente contrato.

§ 1º - O objeto do presente contrato tem garantia de 5(cinco) anos consoante dispõe o artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando houver vícios ocultos ou defeitos, ficando a licitante vencedora responsável pela solidez e segurança da obra durante este prazo.

VI - MULTAS**CLÁUSULA NONA: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

Ressalvados os casos de força maior, devidamente comprovados, a juízo da PREFEITURA, a CONTRATADA incorrerá em multa, quando houver descumprimento no fornecimento dos produtos adquiridos, objeto deste contrato.

§ 1º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, a critério da contratante, na forma do artigo 86 e seguintes da Lei 8.666/93.

VII - DAS RESPONSABILIDADES**CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

§ 1º - Cabe ao Município de Arroio Trinta:

a) tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

b) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em Mural Público Municipal e no DOM - Diário Oficial do Município;

c) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos, se ocorrerem;

d) Nomear Comissão de Fiscalização para acompanhar a referida obra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

§ 2º - Cabe a Contratada:

- a) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias a execução dos serviços;
- b) responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;
- c) efetuar, semanalmente a limpeza da obra;
- d) compor o seu quadro de funcionários com pessoal apto para o exercício das funções, devidamente uniformizados e com equipamentos de segurança, possuindo registro em carteira de trabalho;
- e) apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado pelo Município, responsabilizando-se pela execução dos serviços;
- f) arcar com as despesas administrativas, tais como tributos, salário dos empregados e encargos sociais e outros;
- g) facilitar todas as atividades de fiscalização pelo Município;
- h) fornecer todas as informações e elementos necessários, sempre que o município solicitar;
- i) é vedada a subempreitada total ou parcial da obra; sem a prévia autorização por escrito do Município de ARROIO TRINTA;
- j) responder pela solidez e segurança dos serviços executados no prazo previsto no Código Civil Brasileiro;
- k) manter no local da obra, no mínimo 4 horas diárias e sempre no mesmo horário de trabalho o engenheiro responsável pela execução da obra;
- l) confecção e preenchimento do boletim diário da obra, vistado pelo engenheiro responsável pela execução da mesma;
- m) fixar placa de identificação da obra, padrão GOVERNO DO ESTADO, que deverá atender as normas da identidade visual do Município.
- n) prestar garantia do contrato conforme item 8.3 deste edital;
- o) recolher a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do serviço, objeto deste Edital e do Contrato e entregar na Prefeitura, cinco (5) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.
- p) outras obrigações mencionadas na minuta contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RESCISÃO

O presente contrato será rescindido, independentemente de interposição ou de procedimento judicial:

- a) No caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados no art. 78 da lei 8.666/93;
- b) No caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;
- c) Quando, ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução ao contrato ou para prosseguir na sua execução;
- d) Se a CONTRATADA transferir o presente contrato, ou a sua execução, no todo ou em parte, sem prévia autorização da PREFEITURA.
- e) Se a CONTRATADA falir, entrar em concordata, em liquidação ou dissolução ou, ainda, ocorrer alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente contrato.

VIII - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: VINCULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de TOMADA DE PREÇOS nº 0003/2014, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IX - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEIS 8.666/93 - 8.883/94 - 9.648/98

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

X - FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: FORO DE ELEIÇÃO

As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de VIDEIRA, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

ARROIO TRINTA- SC, 17 de junho de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ. 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
CNPJ: 09.223.659/0001-81
FELIPE RAMOS D'AGOSTINI
Sócio Gerente
Contratado

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI	RONIVAN BRANDALISE
CPF - 000.077.349-21	CPF: 027.783.989-02

Contrato Nº 0046 2014 - Supermercado Sprícigo Ltda

CONTRATO Nº 0046/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2014, PREGÃO Nº 0018/2014, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE, 2014.

Contrato de compra e venda de produtos da Merenda Escolar, que entre si celebram O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa SUPERMERCADO SPRÍCIGO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 86.550.449/0001-49, com sede na Rua do Comércio S/N, Município de Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Sra LUCILA SPRÍCIGO PASQUAL, brasileira, casada, comerciante, inscrito no CPF sob Nº 296.557.069-15, e Carteira de Identidade nº 10/R 787.608/SSP-SC, residente e domiciliada na Rua Otília Barichello Zardo, 46 no Município de Arroio Trinta - SC, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 00026/2014, PREGÃO Nº 00180/2014, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é o fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE, 2014, na quantidade, marca e valores constantes na Autorização de fornecimento, e processo licitatório acima destacado que serão parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

Parágrafo único - Os Gêneros alimentícios deverão ser entregue pela contratada na Secretaria Municipal de Assistência Social de Arroio Trinta - SC, conforme solicitação.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município pagará pelos produtos, conforme a entrega dos mesmos, conforme liberação dos recursos federais, mediante apresentação da nota fiscal, sendo que não haverá reajuste. O valor global é de R\$5.312,10(CINCO MIL TREZENTOS E DOZE REAIS E DEZ CENTAVOS).

Parágrafo único - A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega da mercadoria.

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até o quinto dias após a entrega da mercadoria.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo do presente contrato terá seu início em 13 de junho a 31 de dezembro de 2014, ou até que as mercadorias forem totalmente entregue, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas conseqüências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte dos produtos, assim como, dos funcionários. Responsabilizam-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos

ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 13 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Contratante

SUPERMERCADO SPRÍCIGO LTDA

CNPJ 86.550.449/0001-49

LUCILA SPRÍCIGO PASQUAL

Contratada

Contrato Nº 0044 2014 - Fritz Comércio E Representações

CONTRATO Nº 0044/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2014, TOMADA DE PREÇOS Nº 0005/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENTREGA DE SÊMEM BOVINO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA FRITZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE SÊMEM BOVINO LTDA - ME.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a empresa FRITZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE SÊMEM BOVINO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 80.409.428/0001-21, com Inscrição Estadual nº 251.626.105, com sede á Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 5699, no Município de Indaial - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor CIRO HEDLER,

brasileiro, separado judicialmente, comerciante, portador do CPF nº 246.562.599-34, Carteira de Identidade nº 4.606.913-5 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 5699, Bairro Warnow, no Município de Indaial - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0022/2014, TOMADA DE PREÇOS nº 0005/2014, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira - A contratada se obriga a fornecer as doses de Sêmen, conforme TOMADA DE PREÇOS nº 0005/2014, (ITENS 01, 02, 04, 06 E 07) que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

Cláusula Segunda - O objeto deste contrato será fornecido na Secretaria Municipal da Agricultura, no prédio da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na pessoa do Secretário Municipal da agricultura Senhor Marciano Biava, para conferência do sêmen que está sendo entregue, juntamente com o Controlador Interno.

Cláusula Terceira - Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$ 19.598,00(DEZENOVE MIL QUINHENTOS E NOVENTA E OITO REAIS), com base nos preços apresentados na licitação. O pagamento e a entrega serão conforme entrega do produto requisitado pela Secretaria da Agricultura.

§ 1º - O reajuste de preço só será efetivado mediante prorrogação do presente instrumento, após 31 de Dezembro de 2014 e com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em caso de extinção deste, será utilizado o que vier a substituí-lo.

Cláusula Quarta - O prazo do presente contratado é de 11 de junho de 2014 até 31 de dezembro de 2014. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

Cláusula Quinta - A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2014.

§ 1º - O pagamento à Contratada será efetuado á vista de nota fiscal ou fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

Cláusula Sexta - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento das doses de sêmen de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima - O presente Contrato não poderá ser objeto de

cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira - A Contratada assume com exclusividade seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento das doses de sêmen, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º - A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira - SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 11 de junho de 2014.
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

FRITZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES
DE SÊMEN BOVINO LTDA - ME
CNPJ 80.409.428/0001-21
CIRO HEDLER
Sócio Gerente
Contratada

Testemunhas:
IRIO SERIGHELLI
CPF: 163.594.709-00

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

Contrato Nº 0043 2014 - Semex do Brasil com. Imp. E Exportação Ltda

CONTRATO Nº 0043/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2014, TOMADA DE PREÇOS Nº 0005/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENTREGA DE SÊMEN BOVINO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a empresa SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.593.476/0001-83, com sede à Rua Guilherme Scharf, 2520, 89.060-001- Blumenau - SC doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor CARLOS VICTOR SILVEIRA DE ARAGON, portador do CPF nº 096.786.668-55, Carteira de Identidade nº 16.271.157, residente e domiciliado e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0022/2014, Tomada de Preços nº 0005/2014, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira - A contratada se obriga a fornecer as doses de Sêmen, conforme Tomada de Preços nº 0005/2014, OU SEJA, 650 DOSES DE SÊMEN RAÇA RED ANGUS IMPORTADO E 50 DOSES DE SÊMEN RAÇA GIR LEITEIRO NASCIONAL que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

Cláusula Segunda - O objeto deste contrato será fornecido na Secretaria Municipal da Agricultura, no prédio da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na pessoa do Secretário Municipal da agricultura Senhor Marciano Biava, para conferência do sêmen que está sendo entregue, juntamente com o Controlador Interno.

Cláusula Terceira - Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$6.650,00(SEIS MIL SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS), com base nos preços apresentados na licitação. O pagamento e a entrega serão conforme entrega do produto requisitado pela Secretaria da Agricultura.

§ 1º - O reajuste de preço só será efetivado mediante prorrogação do presente instrumento, após 31 de Dezembro de 2014 e com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em caso de extinção deste, será utilizado o que vier a substituí-lo.

Cláusula Quarta - O prazo do presente contratado é de 11 de junho de 2014 até 31 de dezembro de 2014. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

Cláusula Quinta - A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2014:

§ 1º - O pagamento à Contratada será efetuado á vista de nota fiscal ou fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

Cláusula Sexta - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento das doses de sêmen de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira - A Contratada assume com exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento das doses de sêmen, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º - A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira - SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 11 de junho de 2014.
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ sob o nº 00.593.476/0001-83
CONTRATADA
CARLOS VICTOR SILVEIRA DE ARAGON

Testemunhas:
IRIO SERIGHELLI
CPF: 163.594.709-00

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

Contrato Nº 0045 2014 - Casa Bianema Ltda

CONTRATO Nº 0045/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2014, PREGÃO Nº 0018/2014, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE.

Contrato de compra e venda de produtos da Merenda Escolar, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede na Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa CASA BIANEMA EPP - LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 82.826.363/0001-45, com sede na Rua Orlando Zardo, nº 93 no município de Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Sra. ILDA BIAVA NESI, brasileira, casada, comerciante, inscrita no CPF sob Nº 551.997.209-53, e Carteira de Identidade nº 10/R 1.913.407 SSP-SC, residente e domiciliada na Rua Orlando Zardo, 25, na cidade de Arroio Trinta - SC, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0040/2014, Carta Pregão Nº 0012/2014, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é o fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE 2014, na quantidade, marca e valores constantes na Autorização de fornecimento, e processo licitatório acima destacado que serão parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

Parágrafo único - Os Gêneros alimentícios deverão ser entregue pela contratada na Secretaria Municipal de Assistência Social de Arroio Trinta - SC, conforme solicitação.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município pagará pelos produtos, conforme a entrega dos mesmos, conforme liberação dos recursos federais, mediante apresentação da nota fiscal, sendo que não haverá reajuste. O valor global deste contrato é de R\$6.300,75(SEIS MIL, TREZENTOS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

Parágrafo único - A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega das mercadorias.

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até o quinto dia após a entrega da mercadoria.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo do presente contrato terá seu início em 13 de junho de 2014 e terminará em 31 de dezembro de 2014, ou até que a mercadoria for totalmente entregue, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte dos gêneros alimentícios, assim como, dos funcionários. Responsabilizam-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado

o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 13 de junho de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

CASA BIANEMA LTDA
CNPJ 82.826.363/0001-45
ILDA BIAVA NESI
Contratada

Testemunhas:

LÚCIA MARIA MANENTI
CPF: 715.609.129-87

ROSETE MARIA NESI CIVIDINI
CPF: 613.133.609-10

Contrato Nº 0041 2014 - Casa Bianema Ltda

CONTRATO Nº 0041/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0025/2014, PREGÃO 0017/2014, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OFICINAS DO CRAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM CASA BIANEMA LTDA EPP E O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Contrato de compra e venda de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa CASA BIANEMA EPP - LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 82.826.363/0001-45, com sede na Rua Orlando Zardo, nº 93 no município de Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Senhora ILDA BIAVA NESI, brasileira, casada, comerciante, inscrita no CPF sob Nº 551.997.209-53, e Carteira de Identidade nº 10/R 1.913.407 SSP-SC, residente e domiciliada na Rua Orlando Zardo, 25, na cidade de Arroio Trinta - SC, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0025/2014, Pregão nº 0017/2014, Doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é o fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS OFICINAS DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO D ARORIO TRINTA, conforme processo licitatório epigrafo, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo único - Os gêneros alimentícios deverão ser entregue na contratada na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Arroio Trinta - SC, conforme data pré-estabelecida e os demais produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município pagará pelos produtos,

conforme a entrega dos mesmos, conforme liberação dos recursos federais, mediante apresentação da nota fiscal, sendo que não haverá reajuste. O valor global deste contrato é de R\$8.776,10(OITO MIL SETECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E DEZ CENTAVOS).
Parágrafo único - A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega da merenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até cinco dias após a entrega da merenda.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo do presente contrato terá seu início em 11 de junho de 2014 e terminará em 31 de dezembro de 2014, ou até que os gêneros alimentícios forem totalmente entregues, não podendo ser renovado.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2014, seguintes:

64/2014

00002.00012.00008.00244.00005.2.000010.3.3.3.9.0.00.00.00.0

0.00
Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte dos gêneros alimentícios, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano

causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 11 de junho de 2014.
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

CASA BIANEMA LTDA
CNPJ 82.826.363/0001-45
ILDA BIAVA NESI
Contratada

Testemunhas:

EVERTON CAMPAGNIN
CPF: 715.611.619-34

ROSETE MARIA NESI CIVIDINI
CPF: 613.133.609-10

Contrato Nº 0042/2014-Supermercado Spricigo Ltda Epp

CONTRATO Nº 0042/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0025/2014, PREGÃO 0017/2014, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OFICINAS DO CRAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM SUPERMERCADO SPRICIGO LTDA EPP E O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Contrato de compra e venda de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa SUPERMERCADO SPRÍCIGO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 86.550.449/0001-49, com sede na Rua do Comércio S/N, Município de Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Sra. LUCILA SPRÍCIGO

PASQUAL, brasileira, casada, comerciante, inscrita no CPF sob Nº 296.557.069-15, e Carteira de Identidade nº 10/R 787.608/SSP-SC, residente e domiciliada na Rua Otília Barichello Zardo, 46 no Município de Arroio Trinta - SC, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0025/2014, Pregão nº 0017/2014, Doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é o fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS OFICINAS DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, conforme processo licitatório epígrafado, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo único - Os gêneros alimentícios deverão ser entregue na contratada na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Arroio Trinta - SC, conforme data pré-estabelecida e os demais produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município pagará pelos produtos, conforme a entrega dos mesmos, conforme liberação dos recursos federais, mediante apresentação da nota fiscal, sendo que não haverá reajuste. O valor global deste contrato é de R\$7.950,50(SETE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
Parágrafo único - A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega da merenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até cinco dias após a entrega da merenda.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo do presente contrato terá seu início em 11 de junho de 2014 e terminará em 31 de dezembro de 2014, ou até que os gêneros alimentícios forem totalmente entregues, não podendo ser renovado.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2014, seguintes:

64/2014
00002.00012.00008.00244.00005.2.000010.3.3.3.9.0.00.00.00.0
0.00
Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei nº 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei nº. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei nº. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de

cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte dos gêneros alimentícios, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 11 de junho de 2014.
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

SUPERMERCADO SPRÍCIGO LTDA
CNPJ 86.550.449/0001-49
LUCILA SPRÍCIGO PASQUAL
Contratada

Testemunhas:
MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF - 000.077.349-21

ROSELI FÁTIMA ZIMMERMANN LIDANI
CPF: 789.538.479-15

Ascurra

PREFEITURA

Lei Nº 1370, de 17/06/2014 - Dispõe Sobre Abertura de Crédito Especial

LEI Nº 1370, de 17 de junho de 2014.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1342, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 1º - Cria modalidade de aplicação - 44.30.00 - e vínculos de recurso - 10000 e 30000 - no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ascurra, conforme quadro abaixo:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2006	MANUTENÇÃO CONVÊNIO RADIO PATRULHA
3443000000000000	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E DISTRITO FED.
00030000	Recursos Ordinários
00010000	Recursos Ordinários

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 17 de junho de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 17 de junho de 2014.
Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Lei Complementar Nº 149 de 18/06/2014 - Cria Cargos No Quadro de Pessoal da Administração Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 149, de 18 de junho de 2014.

Cria Cargos no Quadro de Pessoal da Administração Municipal e dá outras providências

MOACIR POLIDORO, PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA.
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica criado mais 02 (dois) cargos de Técnico em Enfermagem, do grupo II - Atividades Técnico-profissionais de Nível Médio - Sigla ATP, com carga horária semanal de 40 horas, do Quadro geral de cargos de provimento efetivo - Anexo II e Anexo III (incisos II e III do artigo 27 da LC nº 118, de 19/12/2011).

ANEXO II - GRUPO II (Inciso II do Art. 27 LC118/2011)
ATIVIDADES TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO
SIGLA - ATP

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Técnico de Enfermagem	XIII	10	40	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.

Anexo III

Art. 27, Inciso III

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS

DESCRIÇÃO DO CARGO				
GRUPO OCUPACIONAL		ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA	ATP
CARGO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM			
NÍVEL	XIII	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XIII-1 a XV-12	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				
<ul style="list-style-type: none">- Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal;- Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos;- Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental;- Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas;- Manter atualizado o prontuário dos pacientes;- Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários;- Ministras medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos;- Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde;- Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde;- Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia				
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA				
Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Médio Técnico, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.				
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA				
Portador de Certificado de Conclusão das Séries Iniciais do Ensino Fundamental.				

Art. 2º - O Executivo Municipal, através de atos de sua competência, fará as alterações previstas nesta Lei, respeitadas às limitações impostas pela Lei Complementar 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 18 de junho de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei, na forma regulamentar,

Município de Ascurra, em 18 de junho de 2014

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

ANEXO I

Art. 27, Inciso I

TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GRUPO: DIREÇÃO SUPERIOR CÓDIGO: DSU

Quant.	Cargo	Carga Horária	Nível	Nível Referência
01	Secretário de Administração e Planejamento	40	DSU-1	Lei própria
01	Secretário de Educação, Desp., Cultura e Promoção Social	40	DSU-1	Lei própria
01	Secretário da Saúde e Assistência Social	40	DSU-1	Lei própria
01	Secretário de Transportes e Serviços Urbanos	40	DSU-1	Lei própria
01	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	40	DSU-1	Lei própria
01	Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo	40	DSU-1	LII - 1
	Assessor de Gabinete	40	DSU-1	LII - 1
	Assessor Jurídico			

GRUPO: DIREÇÃO INTERMEDIÁRIA CÓDIGO: DIN

Quant.	Cargo	Carga Horária	Nível	Nível Referência
01	Assessor de Controle Interno	40	DIN-1	XLIX - 1
01	Chefe de Compras	40	DIN-1	XL - 1
02	Assessor Técnico	40	DIN-1	XLIII - 1
01	Diretor Cultural	40	DIN-1	XLIII - 1
01	Diretor de Esportes	40	DIN-1	XLIII - 1
01	Diretor Financeiro do Fundo Municipal Saúde-	40	DIN-1	XLIII - 1
02	FMS	40	DIN-1	XLIII - 1
02	Coordenador Educacional	40	DIN-1	XXVIII - 1
	Assessor de Serviços de Órgãos Governamentais	40	DIN-1	XIX - 1

QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO I

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

SIGLA - ANS

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Bibliotecário	XXVIII	01	40	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.
Fonoaudiólogo	XXII	01	20	
Nutricionista	XXII	02	20	
Psicólogo	XXII	03	20	
Engenheiro Florestal	XLIX	01	40	
Médico Veterinário	XXXIV	01	20	
Procurador	LII	02	40	
Engenheiro Civil	XLIX	01	40	
Supervisor de Recursos Humanos	XLVI	01	40	
Analista Financeiro	XLVI	01	40	
Auditor Fiscal	XXXIV	02	10	
Médico Clínico Geral	XL	01	10	
Médico Ginecologista	XL	01	10	
Médico Pediatra	XLVII	01	40	
Farmacêutico	XLVI	02	40	
Assistente Social	XLIX	02	40	
Enfermeiro	XLIX	01	40	
Contador	XLIX	01	40	

GRUPO II
ATIVIDADES TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO
SIGLA - ATP

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Auxiliar Administrativo		08		
Fiscal de Postura e Obras	XIX	01	40	
Fiscal de Vigilância Sanitária	XIX	01	40	
Agente de Vigilância Sanitária	XIX	01	40	
Atendente de Enfermagem (EM EXTINÇÃO)	XIII	01	40	
Técnico de Segurança do Trabalho	XIII	03	40	
Atendente Geral	XL	01	40	
Técnico de Enfermagem	XIII	07	40	
Agente de Combate à Endemias (Dengue)	XIII	10	40	
Tesoureiro (EM EXTINÇÃO)	VII	02	40	
Super. de Adm. de Pessoal (EM EXTINÇÃO)	XL	01	40	
Fiscal de Tributos (EM EXTINÇÃO)	XL	01	40	
				Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.

GRUPO III
ATIVIDADES AUXILIARES
SIGLA - AAU

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Auxiliar Veterinário (EM EXTINÇÃO)	XXII	01	40	
Crecheiras (EM EXTINÇÃO)	I	22	40	
Atendente de Educação infantil	IV	47	40	
Eletricista	XIX	01	40	
Auxiliar de Serviços Gerais	I	31	40	
Auxiliar de Educação	IV	03	40	
Atendente Veterinário	XVI	03	40	
				Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.

GRUPO IV
TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS
SIGLA - TSG

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Mecânico				
Motorista	XXXI	01		
Operador de Equipamentos	XVI	22	44	
Auxiliar de Mecânico	XIX	15	44	
Agente Operacional	XVI	01	44	
Guarda de Patrimônio Público	I	28	44	
Oficial de Manutenção e Conservação	IV	02	44	
Zelador (EM EXTINÇÃO)	X	09	44	
Merendeira (EM EXTINÇÃO)	I	04	44	
Operador de Maquina Retro Escavadeira (EM EXTINÇÃO)	I	03	44	
Operador de Maquina Trator de Pneu	XIX	01	40	
Operador de Maquina Trator Esteira (EM EXTINÇÃO)	XIII	02	44	
Operador de Maquina Trator Esteira (EM EXTINÇÃO)	XIII	****	44	
Operador de Maquina Carreg. e Patrola (EM EXTINÇÃO)	XIII	03	44	
				Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.

Lei Complementar Nº 150 de 18/06/2014 - Altera A Tabela 1, dos Empregos da Lei Complementar Nº 65, de 07/12/2006

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, de 18 de junho de 2014.

Altera a Tabela 1 - Dos Empregos, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 65, de 07/12/2006, e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica criado na Tabela 1 - Dos Empregos, constante no Anexo I, da Lei Complementar n.º 065, de 07/12/2006, mais uma (01) vaga de Agente Comunitário de Saúde,

ANEXO I

1. DOS EMPREGOS:

EMPREGO PÚBLICO	Nº DE VAGAS	SALÁRIO BASE	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Agente Comunitário de Saúde	15	R\$ 736,63	40 horas

Art. 2º - Fica, pela presente lei, atualizada a Tabela 1 - Dos Empregos, constante no Anexo I, da Lei Complementar nº 065, de 07/12/2006, que será parte integrante desta lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 18 de junho de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei, na forma regulamentar, Município de Ascurra em, 18 de junho de 2014

Claudia Dalfovo
 Auxiliar Administrativo

Balneário Rincão

PREFEITURA

Decreto da Lei 156_Suplementação Fundo 100 Mil DECRETO Nº 156 /2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Artigo 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão do Exercício de 2014 na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

0900- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
0901- Fundo Municipal de Saúde		
2.050 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.71.00.00.00.00.0.1.02 - Transferências a Consórcios Públicos	R\$	100.000,00
Soma	R\$	100.000,00
TOTAL GERAL	R\$	100.000,00

Artigo 2º - As suplementações decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulações parciais e/ou totais, das dotações orçamentárias dos elementos de despesas abaixo discriminados:

0900- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
0901- Fundo Municipal de Saúde		
2.050 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Soma	R\$	100.000,00
TOTAL GERAL	R\$	100.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 11 de Junho de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração em 11 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKEBROCK
Secretaria de Administração

Lei 131_Convenio Mirassol

LEI Nº 131/2014.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS MULHERES VOLUNTÁRIAS DO BAIRRO MIRASSOL DO BALNEÁRIO RINCÃO.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Associação Beneficente das Mulheres Voluntárias do Bairro Mirassol do Balneário Rincão, inscrita no CNPJ sob o n. 08.921.174/0001-07, com sede na Rua "D", s/n, Bairro Mirassol, Balneário, objetivando o repasse financeiro para manutenção da entidade, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) ao ano.

Art. 2º - As despesas inerentes ao convênio citado no art. 1º correrão de dotação própria do orçamento do exercício de 2014.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 16 de Junho de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 16 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário Municipal de Administração

Lei 132_Departamento de Meio Ambiente

LEI Nº 132 / 2014

ALTERA A LEI 01/2013, ALTERANDO A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL CRIANDO O DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE NA SECRETARIA DE PESCA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o departamento de meio ambiente na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, alterando-se os respectivos anexos da lei 01/2013.

Art. 2º Ficam criados e os cargos de provimento em comissão de Diretor de Departamento, Chefe de Departamento, Chefe de Setor, com o número de vagas, renumeração e classificação conforme anexo I da presente lei.

Art. 3º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 16 de Junho de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 28 de Maio de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I
A - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO:

Nº de vagas	Nomenclatura	Nível
01	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	DAS 2
01	CHEFE DE DEPARTAMENTO	DAS 3
01	CHEFE DE SETOR	DAS 5

Lei 133_ Consórcio Ciasamrec

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
LEI Nº 133/ 2014.

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Balneário Rincão no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA, nos valores e termos do Contrato do Consórcio em anexo.

Art. 2º Serão pagos os meses de janeiro a março em parcela única, conforme tabela anexa ao Contrato de rateio.

Art. 3º Para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Art. 4º A alteração ou extinção do CIASAMREC dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Balneário Rincão, 16 de Junho de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 16 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário Municipal de Administração

Lei 134_ Calendario Vida Jovem

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
LEI Nº134/2014.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DE COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO VIDA JOVEM", INSERIDO NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Calendário Oficial do Município, o

segundo sábado do mês de janeiro de cada ano o "Dia Municipal em Comemoração ao Aniversário do Centro de Recuperação Vida Jovem", no Município de Balneário Rincão.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 16 de Junho de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 16 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº. 154.2014-Comissao

DECRETO Nº. 154 DE 11 DE JUNHO DE 2014.

DESIGNA NOVOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES POR 12 MESES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECIO GOMES GOES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 73 da Lei Orgânica, e de conformidade com a Lei 8.666, de 21 de setembro de 1993 e a Lei 8.883, de 08 de junho de 1994, DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os Srs. Valberto Berkenbrock, Gisele Pereira Ferreira, Tamara Scarpini Magagnin, sob a presidência do primeiro e a função de secretária do segundo, comporem a Comissão Permanente de Licitações, vigente por 12 meses.

Parágrafo único. O presidente da Comissão Permanente de Licitações será substituído, em suas ausências e impedimentos, pela Secretária e os demais membros por Renato da Silva Viche e Maria Aparecida Vieira.

Art. 2º. Compete ao Procurador Geral do Município a responsabilidade pelos pareceres jurídicos nas minutas de editais e contratos de todos os procedimentos licitatórios, em quaisquer modalidades.

Art. 3º. Fica o Presidente da Comissão autorizado a assinar os instrumentos licitatórios.

Art. 4º. A Comissão Permanente de Licitações realizará todos os procedimentos licitatórios para o Poder Executivo, Administração direta e indireta e Fundos Municipais.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publicada no Paço Municipal do Balneário Rincão em 11 de Junho de 2014.

DECIO GOMES GOES
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Balneário Rincão em 11 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 155.2014-Pregão-Decio Goes

DECRETO Nº. 155 DE 11 DE JUNHO DE 2014.

DESIGNA PREGOEIRA OFICIAL E MEMBROS DE APOIO PELO PERÍODO DE 12 MESES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECIO GOMES GOES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 73 da Lei Orgânica, e de conformidade com a Lei 10.520, de 17 de Julho de 2002, DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados como Pregoeira a servidora GISELE PEREIRA FERREIRA, e os servidores Valberto Berkenbrock e Tamara Scarpari Magagnin, como membros de equipe de apoio os servidores Renato da Silva Viche e Maria Aparecida Vieira como membro suplente vigente por 12 meses.

Parágrafo único. Os membros da equipe de apoio atuarão nos procedimentos licitatórios de acordo com a suas respectivas funções administrativas.

Art. 2º. A Pregoeira e a Equipe de Apoio exercerão todas as atribuições definidas na Lei nº 10.520,/2002.

Art. 3º. Compete ao Procurador Geral do Município a responsabilidade pelos pareceres jurídicos nas minutas de editais e contratos de todos os procedimentos licitatórios, em quaisquer modalidades.

Art. 4º. A Pregoeira realizará procedimentos licitatórios na modalidade "Pregão" para o Poder Executivo, Administração direta e indireta e Fundos Municipais.

Art. 5º. Nos casos em que for adotada, a modalidade Pregão será realizada na forma presencial.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publicada no Paço Municipal do Balneário Rincão em 11 de Junho de 2014.

DECIO GOMES GOES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Balneário Rincão em 11 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****Decreto 161**

DECRETO N.º 161/2014, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1005/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08-08.244.0010-2.034	2.034	Manutenção e Ações do FMAS	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL GERAL	20.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06-08.244.0010-2.034	2.034	Manutenção e Ações do FMAS	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL GERAL	20.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de junho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 163

DECRETO N.º 163/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

"APROVA DESMEMBRAMENTO DE UMA ÁREA DE TERRAS DE JAQUELINE TYSZKA E JOÃO PEDRO TYSZKA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 67, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de uma área total de 5.941,00 m², (cinco mil e novecentos e quarenta e um metros quadrados), registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, objeto da matrícula nº 29.622, de propriedade de JAQUELINE TYSZKA E JOÃO PEDRO TYSZKA, contendo as seguintes descrições:

MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: O terreno urbano com a área de 5.941,00 m², (cinco mil e novecentos e quarenta e um metros quadrados), situado na cidade de Bela Vista do Toldo, desta Comarca, com as seguintes confrontações: faz frente para a Rua Estanislau Schumann, na extensão de 43,50 metros lineares, dividindo do lado direito para quem de frente olha o imóvel com terras pertencentes a Evaldo Pereira, na extensão de 50,80 metros lineares, e com o lote nº 04, na extensão de 51,80 metros lineares; do lado esquerdo na mesma posição com a Rua Augusto Küchler, na extensão de 98,20 metros lineares, e pelos fundos divide com a Rua Professor Alfredo Ludka, na extensão de 80,60 metros lineares.

De acordo com o projeto de Desmembramento o terreno acima descrito (situação atual), conforme matrícula ficou subdividido em 10 (dez) lotes, com as características e dimensões conforme apresentadas abaixo (situação posterior).

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL**MEMORIAL DESCRITIVO**

Imóvel: Urbano - Lote 01 - Área de 770,00 m²

Proprietário: Jaqueline Tyszka e João Pedro Tyszka

Comarca: Canoinhas

Município: Bela Vista do Toldo UF: SANTA CATARINA

Matrícula: 29.622

Área: 770,00 m² **Perímetro:** 147,09 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P01, de coordenadas N 7093604.361 m e E 553489.415 m, situado no limite com Terras de Ademir Borges Vieira e Rua Estanislau Schumann; deste, segue confrontando com Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimuth e distância: 161°54'09" e 12.62 m até o vértice P02, de coordenadas N 7093592.370 m e E 553493.334 m; deste, segue confrontando com João Pedro Tyszka; com o seguinte azimuth e distância: 249°15'20" e 60.12 m até o vértice P16, de coordenadas N 7093571.076 m e E 553437.115 m; deste, segue confrontando com Jaqueline Tyszka; com o seguinte azimuth e distância: 335°04'40" e 12.73 m até o vértice P15, de coordenadas N 7093582.622 m e E 553431.750 m; deste, segue confrontando com Ademir Borges Vieira; com o seguinte azimuth e distância: 69°20'40" e 61.63 m até o vértice P01, de coordenadas N 7093604.361 m e E 553489.415 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir do marco de referência BASE1 transportado a partir das estações ativas da RBMC código 93970, de Curitiba, com coordenadas N

7.184.223,310 m e E 677.878,515 m, e estação código 94025 de Lages, com coordenadas N 6.925.551,902 m e E 568.538,121 m, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Urbano - Lote 02 - Área de 550,12 m²

Comarca: Canoinhas

Município: Bela Vista do Toldo UF: SANTA CATARINA

Proprietário: Jaqueline Tyszka e João Pedro Tyszka

Matrícula: 29.622

Área: 550,12 m²

Perímetro: 109,48 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P15, de coordenadas N 7093582.622 m e E 553431.750 m, situado no limite com Terras de Ademir Borges Vieira e Terras de Jaqueline Tyszka; deste, segue confrontando com Jaqueline Tyszka; com o seguinte azimuth e distância: 155°04'40" e 12.73 m até o vértice P16, de coordenadas N 7093571.076 m e E 553437.115 m; com o seguinte azimuth e distância: 247°46'26" e 41.41 m até o vértice P13, de coordenadas N 7093555.413 m e E 553398.785 m; deste, segue confrontando com Rua Alfredo Ludka; com o seguinte azimuth e distância: 335°04'43" e 13.87 m até o vértice P14, de coordenadas N 7093567.991 m e E 553392.940 m; deste, segue confrontando com Ademir Borges Vieira; com o seguinte azimuth e distância: 69°20'39" e 41.48 m até o vértice P15, de coordenadas N 7093582.622 m e E 553431.750 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir do marco de referência BASE1 transportado a partir das estações ativas da RBMC código 93970, de Curitiba, com coordenadas N 7.184.223,310 m e E 677.878,515 m, e estação código 94025 de Lages, com coordenadas N 6.925.551,902 m e E 568.538,121 m, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Urbano - Lote 03 - Área de 550,12 m²

Proprietário: Jaqueline Tyszka e João Pedro Tyszka

Comarca: Canoinhas

Município: Bela Vista do Toldo UF: SANTA CATARINA

Matrícula: 29.622

Área: 550,12 m²

Perímetro: 109,38 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P16, de coordenadas N 7093571.076 m e E 553437.115 m, situado no limite com terras de Jaqueline Tyszka e terras de João Pedro Tyszka; deste, segue confrontando com João Pedro Tyszka; com o seguinte azimuth e distância: 155°04'42" e 12.76 m até o vértice P17, de coordenadas N 7093559.505 m e E 553442.492 m; deste, segue confrontando com Jaqueline Tyszka; com o seguinte azimuth e distância: 246°16'34" e 41.37 m até o vértice P12, de coordenadas N 7093542.861 m e E 553404.617 m; deste, segue confrontando com Rua Alfredo Ludka; com o seguinte azimuth e distância: 335°04'41" e 13.84 m até o vértice P13, de coordenadas N 7093555.413 m e E 553398.785 m; deste, segue confrontando com Jaqueline Tyszka; com o seguinte azimuth e distância: 67°46'26" e 41.41 m até o vértice P16, de coordenadas N 7093571.076 m e E 553437.115 m até o vértice inicial da

descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir do marco de referência BASE1 transportado a partir das estações ativas da RBMC código 93970, de Curitiba, com coordenadas N 7.184.223,310 m e E 677.878,515 m, e estação código 94025 de Lages, com coordenadas N 6.925.551,902 m e E 568.538,121 m, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Urbano - Lote 04 - Área de 550,13 m²
Proprietário: Jaqueline Tyszka e João Pedro Tyszka
Comarca: Canoinhas
Município: Bela Vista do Toldo UF: SANTA CATARINA
Matrícula: 29.622
Área: 550,13 m² Perímetro: 109,45 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P17, de coordenadas N 7093559.505 m e E 553442.492 m, situado no limite com Terras de Jaqueline Tyszka e terras de João Pedro Tyszka; deste, segue confrontando com João Pedro Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 154°19'17" e 12.55 m até o vértice P18, de coordenadas N 7093548.195 m e E 553447.930 m; deste, segue confrontando com Jaqueline Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 244°16'08" e 41.53 m até o vértice P11, de coordenadas N 7093530.164 m e E 553410.516 m; deste, segue confrontando com Rua Alfredo Ludka; com o seguinte azimute e distância: 335°04'42" e 14.00 m até o vértice P12, de coordenadas N 7093542.861 m e E 553404.617 m; deste, segue confrontando com Jaqueline Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 66°16'34" e 41.37 m até o vértice P17, de coordenadas N 7093559.505 m e E 553442.492 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir do marco de referência BASE1 transportado a partir das estações ativas da RBMC código 93970, de Curitiba, com coordenadas N 7.184.223,310 m e E 677.878,515 m, e estação código 94025 de Lages, com coordenadas N 6.925.551,902 m e E 568.538,121 m, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Urbano - Lote 05 - Área de 550,13 m²
Proprietário: Jaqueline Tyszka e João Pedro Tyszka
Comarca: Canoinhas
Município: Bela Vista do Toldo UF: SANTA CATARINA
Matrícula: 29.622
Área: 550,13 m² Perímetro: 109,72 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P18, de coordenadas N 7093548.195 m e E 553447.930 m, situado no limite com terras de Jaqueline Tyszka e terras de João Pedro Tyszka; deste, segue confrontando com João Pedro Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 154°19'17" e 12.44 m até o vértice P19, de coordenadas N 7093536.985 m e E 553453.319 m; com o seguinte azimute e distância: 242°07'37" e 41.75 m até o vértice P10, de coordenadas N 7093517.468 m e E 553416.416 m; deste, segue confrontando com Rua Alfredo Ludka; com o seguinte azimute e distância: 335°04'42" e 14.00 m até o vértice P11, de

coordenadas N 7093530.164 m e E 553410.516 m; deste, segue confrontando com Jaqueline Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 64°16'08" e 41.53 m até o vértice P18, de coordenadas N 7093548.195 m e E 553447.930 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir do marco de referência BASE1 transportado a partir das estações ativas da RBMC código 93970, de Curitiba, com coordenadas N 7.184.223,310 m e E 677.878,515 m, e estação código 94025 de Lages, com coordenadas N 6.925.551,902 m e E 568.538,121 m, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Urbano - Lote 06 - Área de 779,59 m²
Proprietário: João Pedro Tyszka e Jaqueline Tyszka
Comarca: Canoinhas
Município: Bela Vista do Toldo UF: SANTA CATARINA
Matrícula: 29.622
Área: 779,59 m² Perímetro: 122,99 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P19, de coordenadas N 7093536.985 m e E 553453.319 m, situado no limite com terras de Jaqueline Tyszka e terras de João Pedro Tyszka; deste, segue confrontando com João Pedro Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 154°19'16" e 13.04 m até o vértice P08, de coordenadas N 7093525.236 m e E 553458.969 m; deste, segue confrontando com Rua Augusto Kuchler; com o seguinte azimute e distância: 227°22'13" e 43.95 m até o vértice P09, de coordenadas N 7093495.473 m e E 553426.636 m; deste, segue confrontando com Rua Alfredo Ludka; com o seguinte azimute e distância: 335°04'42" e 24.25 m até o vértice P10, de coordenadas N 7093517.468 m e E 553416.416 m; deste, segue confrontando com Jaqueline Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 62°07'37" e 41.75 m até o vértice P19, de coordenadas N 7093536.985 m e E 553453.319 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir do marco de referência BASE1 transportado a partir das estações ativas da RBMC código 93970, de Curitiba, com coordenadas N 7.184.223,310 m e E 677.878,515 m, e estação código 94025 de Lages, com coordenadas N 6.925.551,902 m e E 568.538,121 m, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Urbano - Lote 07 - Área de 460,00 m²
Proprietário: João Pedro Tyszka e Jaqueline Tyszka
Comarca: Canoinhas
Município: Bela Vista do Toldo UF: SANTA CATARINA
Matrícula: 29.622
Área: 460,00 m² Perímetro: 97,36 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P20, de coordenadas N 7093563.873 m e E 553455.272 m, situado no limite com terras de João Pedro Tyszka; deste, segue confrontando com João Pedro Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 155°36'14" e 32.57 m até o vértice P07, de coordenadas N 7093534.215 m e E 553468.723 m; deste, segue confrontando com Rua Augusto

Kuchler; com o seguinte azimute e distância: 227°22'13" e 13.26 m até o vértice P08, de coordenadas N 7093525.236 m e E 553458.969 m; deste, segue confrontando com João Pedro Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 334°19'15" e 12.62 m até o vértice P19, de coordenadas N 7093536.613 m e E 553453.498 m; deste, segue confrontando com Jaqueline Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 334°19'17" e 12.70 m até o vértice P18, de coordenadas N 7093548.059 m e E 553447.995 m; com o seguinte azimute e distância: 334°19'17" e 12.70 m até o vértice P17, de coordenadas N 7093559.505 m e E 553442.492 m; deste, segue confrontando com João Pedro Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 71°08'01" e 13.51 m até o vértice P20, de coordenadas N 7093563.873 m e E 553455.272 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir do marco de referência BASE1 transportado a partir das estações ativas da RBMC código 93970, de Curitiba, com coordenadas N 7.184.223,310 m e E 677.878,515 m, e estação código 94025 de Lages, com coordenadas N 6.925.551,902 m e E 568.538,121 m, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Urbano - Lote 08 - Área de 460,00 m²
 Proprietário: João Pedro Tyszka e Jaqueline Tyszka
 Comarca: Canoinhas
 Município: Bela Vista do Toldo UF: SANTA CATARINA
 Matrícula: 29.622
 Área: 460,00 m² Perímetro: 90,59 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P21, de coordenadas N 7093569.009 m e E 553470.301 m, situado no limite com terras de João Pedro Tyszka; deste, segue confrontando com João Pedro Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 155°47'06" e 25.40 m até o vértice P22, de coordenadas N 7093545.843 m e E 553480.720 m; deste, segue confrontando com Rua Augusto Kuchler; com o seguinte azimute e distância: 217°52'11" e 2.61 m até o vértice P06, de coordenadas N 7093543.786 m e E 553479.121 m; com o seguinte azimute e distância: 227°22'13" e 14.13 m até o vértice P07, de coordenadas N 7093534.215 m e E 553468.723 m; deste, segue confrontando com João Pedro Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 335°36'14" e 32.57 m até o vértice P20, de coordenadas N 7093563.873 m e E 553455.272 m; com o seguinte azimute e distância: 71°07'49" e 15.88 m até o vértice P21, de coordenadas N 7093569.009 m e E 553470.301 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir do marco de referência BASE1 transportado a partir das estações ativas da RBMC código 93970, de Curitiba, com coordenadas N 7.184.223,310 m e E 677.878,515 m, e estação código 94025 de Lages, com coordenadas N 6.925.551,902 m e E 568.538,121 m, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Urbano - Lote 09 - Área de 460,00 m²
 Proprietário: João Pedro Tyszka e Jaqueline Tyszka
 Comarca: Canoinhas
 Município: Bela Vista do Toldo UF: SANTA CATARINA
 Matrícula: 29.622
 Área: 460,00 m² Perímetro: 93,07 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P03, de coordenadas N 7093578.540 m e E 553497.945 m, situado no limite com terras de João Pedro Tyszka e Rua Estanislau Schumann; deste, segue confrontando com Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimute e distância: 173°58'58" e 6.39 m até o vértice P04, de coordenadas N 7093572.187 m e E 553498.614 m; deste, segue confrontando com Rua Augusto Kuchler; com o seguinte azimute e distância: 203°19'51" e 8.15 m até o vértice P05, de coordenadas N 7093564.705 m e E 553495.387 m; com o seguinte azimute e distância: 217°52'07" e 23.89 m até o vértice P22, de coordenadas N 7093545.843 m e E 553480.720 m; deste, segue confrontando com João Pedro Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 335°47'06" e 25.40 m até o vértice P21, de coordenadas N 7093569.009 m e E 553470.301 m; com o seguinte azimute e distância: 70°58'43" e 29.24 m até o vértice P03, de coordenadas N 7093578.540 m e E 553497.945 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir do marco de referência BASE1 transportado a partir das estações ativas da RBMC código 93970, de Curitiba, com coordenadas N 7.184.223,310 m e E 677.878,515 m, e estação código 94025 de Lages, com coordenadas N 6.925.551,902 m e E 568.538,121 m, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Urbano - Lote 10 - Área de 811,00 m²
 Proprietário: João Pedro Tyszka e Jaqueline Tyszka
 Comarca: Canoinhas
 Município: Bela Vista do Toldo UF: SANTA CATARINA Matrícula: 29.622
 Área: 811,00 m² Perímetro: 146,10 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P02, de coordenadas N 7093592.370 m e E 553493.334 m, situado no limite com terras de Jaqueline Tyszka e Rua Estanislau Schumann; deste, segue confrontando com Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimute e distância: 161°33'43" e 14.58 m até o vértice P03, de coordenadas N 7093578.540 m e E 553497.945 m; deste, segue confrontando com João Pedro Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 250°58'42" e 29.56 m até o vértice P21, de coordenadas N 7093568.907 m e E 553470.003 m; com o seguinte azimute e distância: 251°08'01" e 15.93 m até o vértice P20, de coordenadas N 7093563.756 m e E 553454.931 m; com o seguinte azimute e distância: 251°08'01" e 13.15 m até o vértice P17, de coordenadas N 7093559.505 m e E 553442.492 m; deste, segue confrontando com Jaqueline Tyszka; com o seguinte azimute e distância: 335°04'42" e 12.76 m até o vértice P16, de coordenadas N 7093571.076 m e E 553437.115 m; com o seguinte azimute e distância: 69°15'20" e 60.12 m até o vértice P02, de coordenadas N 7093592.370 m e E 553493.334 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir do marco de referência BASE1 transportado a partir das estações ativas da RBMC código 93970, de Curitiba, com coordenadas N 7.184.223,310 m e E 677.878,515 m, e estação código 94025 de Lages, com coordenadas N 6.925.551,902 m e E 568.538,121 m, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 16 de junho de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 164

DECRETO N.º 164/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014.
"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NA FORMA QUE MENCIONA".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado PONTO FACULTATIVO no dia 20 (vinte) de junho (sexta-feira) do ano corrente, dedicado as festividades de CORPUS CHRISTI, não havendo expediente nas repartições públicas municipais.

Parágrafo Único: O "caput" deste artigo não se aplica a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, devido a situação de emergência declarada através do Decreto nº 160/2014.

Art. 2º. Ficam ressalvados das disposições do art. 1º os serviços emergenciais e essenciais, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento determinado pelos titulares das respectivas Secretarias.

Art. 3º. As atividades da Administração Pública Municipal retornarão ao seu horário normal de expediente, no dia 23 de junho as 08h00min.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 18 de junho de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1.040

LEI Nº 1.040/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014.
"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER REPOSIÇÃO DE VALORES DE DIARIAS E AJUDA DE CUSTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica concedido reajuste nas diárias e ajudas de custo no percentual de 12,68 (doze vírgula sessenta e oito por cento), referente à reposição inflacionaria do período de dezembro de 2011

a dezembro de 2013.

Parágrafo Único: A reposição concedida no "caput" deste artigo foi adotada seguindo o INPC acumulado do período 12/2011 à 12/2013.

Art. 2º. As despesas desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 16 de junho de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 1675/2014

PORTARIA nº 1675 de 18 de junho de 2014

Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) Marizete Doralice Pereira Hammes, ocupante do cargo efetivo de Professor I, na Secretaria Municipal de Educação nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012 e do art. 104 da Lei 730/1992, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) Marizete Doralice Pereira Hammes, ocupante do cargo efetivo de Professor I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012 e do art. 104 da Lei 730/1992, a partir de 23/06/2013.

Art. 2º A servidora terá sua jornada de trabalho fixada em 20 horas semanais, conforme Decisão Administrativa referente ao Processo 4911/2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1682/2014

PORTARIA nº 1682 de 18 de junho 2014

Admitir o (a) Servidor (a) VANESSA BENTA GARCIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VANESSA BENTA GARCIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/06/2014 a 29/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/06/2014.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1681/2014

PORTARIA nº 1681 de 18 de junho 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARCIA ANDREA GAVIAO DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCIA ANDREA GAVIAO DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/06/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/06/2014.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1680/2014

PORTARIA nº 1680 de 18 de junho 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JOYCE BARBIERI DOS SANTOS CATARINA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOYCE BARBIERI DOS SANTOS CATARINA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 23/06/2014 a 22/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 23/06/2014.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1679/2014

PORTARIA nº 1679 de 18 de junho 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FRANCIELY BIFF, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FRANCIELY BIFF, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE

COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/06/2014 a 13/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 13/06/2014.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1678/2014

PORTARIA nº 1678 de 18 de junho 2014

Admitir o (a) Servidor (a) KARLA DA SILVA VICENTE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KARLA DA SILVA VICENTE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/06/2014 a 12/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 12/06/2014.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1677/2014

PORTARIA nº 1677 de 18 de junho 2014

Admitir o (a) Servidor (a) KAROLINE EDUARDA CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KAROLINE EDUARDA CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/06/2014 a 12/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 12/06/2014.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1676/2014

PORTARIA nº 1676 de 18 de junho de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Maria Luiza de Souza, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Maria Luiza de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2014.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Termo de Rescisão Amigável: Nº 001/2014

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL: Nº 001/2014

CONTRATO RESCINDIDO: Nº. 137/2005

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC.

LOCADOR: SENHOR ALOÍSIO MARCELINO, ATRAVÉS DA IMOBILIÁRIA BIGUAÇU.

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA ABRIGAR AS DEPENDÊNCIAS DO POSTO DE SAÚDE DO PRADO, SITUADO NA RUA TREZE DE MAIO, 30 BAIRRO PRADO, NESTE MUNICÍPIO.

PROCESSO Dispensa de Licitação 14/2005 - Contrato de locação nº 137/2005

O Município de Biguaçu, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CGC/MF, sob o número 82892308/0001-53, estabelecida na Praça Nereu Ramos, 90 - Centro - aqui representado pelo senhor Secretário de Saúde LEANDRO ADRIANO DE BARROS, por delegação e competência (Decreto 149/2012 combinado com a Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), assim estabelece:

CONSIDERANDO que o imóvel não abriga mais as dependências do Posto de Saúde do Prado, motivo legítimo da abertura da dispensa de licitação para locação do imóvel;

CONSIDERANDO que já foi retirado todo o mobiliário pertencente a esta Administração Pública do imóvel locado;

CONSIDERANDO que a vistoria já foi feita no imóvel, findando todo o compromisso financeiro firmado entre as partes;

CONSIDERANDO a inauguração de uma nova unidade básica de saúde;

Esta Administração Pública RESOLVE RESCINDIR AMIGAVELMENTE o Contrato 137/2005, firmado com o Senhor Aloisio Marcelino, brasileiro, solteiro, portador do CPF sob o nº. 894.281.379-87 e inscrito no RG sob o nº. 2.957.961-SSP/SCC, residente e domiciliado na Rua Treze de Maio, nº301, ap, 101, Prado - Biguaçu/SC - CEP: 88160-000, nos termos do art. 79, II e § 1º da Lei Federal 8.666/93.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Mês 05/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 261/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: TECNOPONTO ELETRODOMÉSTICOS ELETRONICOS LTDA
Valor: 18.860,00 (dezoito mil oitocentos e sessenta reais)
Vigência.. Início: 19/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2014
Objeto: AQUISIÇÃO DE VENTILADORES PARA OS CEIM E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 219/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ANTUNELLI E ANTUNELLI LTDA - ME
Valor 150.000,00 (cento e cinquenta mil e reais)
Vigência.. Início: 05/05/2014 Término: 05/05/2015
Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 220/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: DANIEL FERRAZ DIAS - ME
Valor 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais)
Vigência.. Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2014
Objeto REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES, ESPECIALISTAS, GESTORES E TÉCNICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO DE 2014.

Contrato Nº.: 221/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: PAULO VINICIUS HEUSI RAMPINELLI
Valor 6.845,20 (seis mil oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos)
Vigência.. Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 86/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL COM INTUITO DE DESENVOLVER ATIVIDADES CULTURAIS.

Contrato Nº.: 222/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: RICARDO ALVES
Valor 6.845,20 (seis mil oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos)
Vigência.. Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 86/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL COM INTUITO DE DESENVOLVER ATIVIDADES CULTURAIS.

Contrato Nº.: 223/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRÂNSITO LTDA
Valor 4.852,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta e dois reais)
Vigência.. Início: 07/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 101/2014

Objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PARA A Vtr ABR- 04 CAMINHÃO DO FUMREBOM.

Contrato Nº.: 225/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: SILÉSIO GONÇALVES DOS SANTOS
Valor 20.535,44 (vinte mil quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)
Vigência.. Início: 07/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 98/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR COMO PROFESSOR DE NATAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , ESPORTE ,TURISMO E LAZER .

Contrato Nº.: 224/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: PAPAS DA LINGUA - GRUPO MUSICAL LTDA - EPP
Valor 32.000,00 (trinta e dois mil reais)
Vigência.. Início: 09/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 118/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 226/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: SUPRIMOVEIS LTDA ME
Valor 13.440,00 (treze mil quatrocentos e quarenta reais)
Vigência.. Início: 09/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 71/2014
Objeto AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 227/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: LUA TURISMO LTDA ME
Valor 9.000,00 (nove mil reais)
Vigência.. Início: 09/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 113/2014
Objeto LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE DE PRODUTORES RURAIS E TÉCNICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Contrato Nº.: 229/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: DRIAL ORGANIZACAO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME
Valor 55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais)
Vigência.. Início: 09/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOM, PALCO, ILUMINAÇÃO E DEMAIS ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS, NO PERÍODO DE 14 A 18 DE MAIO DE 2014, NA PRAÇA NEREU RAMOS.

Contrato Nº.: 228/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: PROVALLE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor 293.947,24 (duzentos e noventa e três mil novecentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
Vigência.. Início: 09/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 58/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA E.B.M. FERNANDO B.VIEGAS DE AMORIM.

Contrato Nº.: 230/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ADRIANO ANDRADES PERICOLO 98930320082
Valor 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 231/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: AGOSTINHO BORBA
Valor 400,00 (quatrocentos reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 232/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: BRUNA BEATRIZ VIANA GUIMARAES
Valor 1.000,00 (um mil reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 233/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: DARICK RAFAEL LUNARDELLI
Valor 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 234/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: DIEGO SANTOS DE LIMA
Valor 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 235/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: DIJALMA RITA
Valor 1.000,00 (um mil reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS

ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 236/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ÉLIDA LUCIA DE MELLO
Valor 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 237/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: EMIDIO HUGEN JUNIOR
Valor 1.000,00 (um mil reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 238/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: FERNANDO JESUS ROCHA
Valor 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 239/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: JUCIMARA DE FATIMA DA SILVA MACHADO
Valor 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 240/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MARCOS AURELIO DE LARA
Valor 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 241/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MARCUS COSTA DA CRUZ
Valor 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 242/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: NELSON ANDRÉ DA SILVA
Valor 300,00 (trezentos reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 243/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: OSVALDO APARECIDO DA SILVA
Valor 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 244/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: RAFAEL BARRETO BOSSLE
Valor 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 245/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ROBSON DE LIMA
Valor 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
Vigência.. Início: 14/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 116/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 246/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: JANE LUCIA JOHANSON
Valor 500,00 (quinhentos reais)
Vigência.. Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 117/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 247/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MILTON FERREIRA DA SILVA
Valor 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência.. Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 117/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 248/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: NEWTON DE SOUZA
Valor 600,00 (seiscentos reais)
Vigência.. Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 117/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS

PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 249/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ODINEI CAMACHO
Valor 500,00 (quinhentos reais)
Vigência.. Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 117/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 250/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: SANDRO DE SOUZA PENTEADO 89635817053
Valor 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
Vigência.. Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 117/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS ESPECIALIZADAS PARA APRESENTAÇÕES CULTURAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 251/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: SERVIG SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP
Valor 3.000,00 (três mil reais)
Vigência.. Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 111/2014
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA PARA O EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS, A REALIZAR-SE NA PRAÇA NEREU RAMOS E NO ESTACIONAMENTO AO LADO DA IGREJA MATRIZ, NO PERÍODO DE 14 À 18 DE MAIO DE 2014.

Contrato Nº.: 252/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: CARLOS AURELIO DOS SANTOS
Valor 1.000,00 (um mil reais)
Vigência.. Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 120/2014
:
Objeto CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO DESAFIO ESPORTIVO, PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Contrato Nº.: 253/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MARCOS ALEXANDRE DOS SANTOS
Valor 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
Vigência.. Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 122/2014
:
Objeto CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "BIGUAÇU 181 ANOS".

Contrato Nº.: 254/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MONICA APARECIDA DE ASSUMPCAO 95099948987
Valor 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Vigência.. Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 115/2014
Objeto CONTRATAÇÃO ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO DO BOLO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 255/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: LUIZ BEZERRA DOS SANTOS
 Valor 15.390,00 (quinze mil trezentos e noventa reais)
 Vigência.. Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 100/2014
 Objeto CONTRATAÇÃO DO PROFISSIONAL, LUIZ BEZERRA DOS SANTOS, PARA ATUAR COMO PROFESSOR DE TAEKWONDO NA SECETUL.

Contrato Nº.: 256/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: ROGERIO CAMARGO
 Valor 13.900,00 (treze mil novecentos reais)
 Vigência.. Início: 13/05/2014 Término: 30/12/2014
 Licitação. Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 105/2014
 Objeto CONTRATAÇÃO DE ROGÉRIO CAMARGO PARA ELABORAÇÃO DOS TRAMITES TÉCNICOS NECESSÁRIOS PARA ELABORAR O EDITAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Contrato Nº.: 257/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: MARION MACHADO PACHECO
 Valor 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
 Vigência.. Início: 15/05/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 123/2014
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COBERTURA FOTOGRÁFICA PARA PRESTAR SERVIÇOS NO EVENTO BIGUAÇU 181 ANOS.

Aditivo Nº 262-5/2009 - Contrato Nº: 262/2009
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: INEZ MARIA SILVESTRE
 Valor 48.815,02 (quarenta e oito mil oitocentos e quinze reais e dois centavos)
 Vigência.. Início: 09/05/2014 Término: 09/05/2015
 Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 101/2009
 Objeto LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESTINADO Á INSTALAÇÃO DO C.E.I.M. ALGODÃO DOCE, LOCALIZADO NA SERVIDÃO LUIS EDUARDO BORBA, Nº 200, CENTRO, BIGUAÇU - SC, COM ÁREA CONSTRÍDA DE 244 M².

Aditivo Nº 378-2/2013 - Contrato Nº: 378/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: NELSON WILIAN & ADVOGADOS ASSOCIADOS
 Valor 0,00 (zero)
 Vigência.. Início: 09/05/2014 Término: 09/07/2014
 Licitação. Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 126/2013
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº 384-4/2010 - Contrato Nº: 384/2010
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: AMA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA
 Valor 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais)
 Vigência.. Início: 09/05/2014 Término: 21/05/2015
 Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 126/2010
 Objeto LOCAÇÃO DE GALPÕES PARA O ALMOXARIFADO MUNICIPAL, LOCALIZADOS NA RODOVIA BR-101, KM195, BIGUAÇU - COM ÁREA TOTAL DE 1.096,2 M².

Aditivo Nº 371-6/2012 - Contrato Nº: 371/2012
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA
 Valor 16.590,92 (dezesesseis mil quinhentos e noventa e dois centavos)
 Vigência.. Início: 09/05/2014 Término: 01/06/2014
 Licitação. Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 137/2012
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA GERAL DE SOROCABA DE DENTRO.

Aditivo Nº 441-4/2012 - Contrato Nº: 441/2012
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORACOES LTDA.
 Valor 0,00 (zero)
 Vigência.. Início: 29/04/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação. Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 153/2012
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE JANAÍNA.

Aditivo Nº 11-1/2004 - Contrato Nº: 11/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Valor 0,00 (zero)
 Vigência.. Início: 29/04/2014 Término: 02/08/2014
 Licitação. Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 163/2013
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO MINHA CASA MINHA VIDA.

Contrato Nº.: 258/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: PROKLIMA AR CONDICIONADO LTDA - ME
 Valor 111.946,29 (cento e onze mil novecentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos)
 Vigência.. Início: 16/05/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 102/2014
 Objeto MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADOS DAS SECRETARIAS ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, ASSISTENCIA TRANSPORTE

Contrato Nº.: 259/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA.
 Valor 11.274,00 (onze mil duzentos e setenta e quatro reais)
 Vigência.. Início: 19/05/2014 Término: 19/05/2015
 Licitação. Inexigibilidade de Licitação Nº.: 127/2014
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DO PROGRAM FLY SOCIAL PLUS (FERRAMENTA QUE CONTEMPLA PINCÍPIOS LEGAIS DO SISTEMA UNICO DE ASISTÊNCIA SOCIAL)

Contrato Nº.: 260/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA
 Valor 2.275,00 (dois mil duzentos e setenta e cinco reais)
 Vigência.. Início: 19/05/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 121/2014
 Objeto AQUISIÇÃO DE BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL, FARDOS DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E SEM GÁS PARA O USO NO ANO DE 2014 DO CORPO DE BOMBEIROS.

Contrato Nº.: 262/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: L. MOHR LTDA ME
 Valor 1.065,00 (um mil e sessenta e cinco reais)
 Vigência.. Início: 19/05/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2014
 Objeto AQUISIÇÃO DE LIVROS DO VESTIBULAR DA UFSC 2015 PARA FAZER PARTE DO ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL CORONEL TEIXEIRA DE OLIVEIRA.

Contrato Nº.: 263/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: DIEGO SOMMER DE SOUZA ME
 Valor 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)
 Vigência.. Início: 20/05/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 110/2014
 Objeto AQUISIÇÃO DE TRAVES DE FUTSAL E POSTES DE METAL PARA VOLEIBOL, PARA AS SEGUINTE ESCOLAS EBM PROFº RUTH FARIA DOS REIS, EBM OLGA DE ANDRADE BORGONOV E GEM CELINA DIAS DA CUNHA.

Contrato Nº.: 264/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: NT CONSTRUCAO E INCORPORACAO EIRELI - EPP
 Valor 1.286.356,69 (um milhão duzentos e oitenta e seis mil trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos)
 Vigência.. Início: 20/05/2014 Término: 31/05/2015
 Licitação. Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 91/2014
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE SAUDADE.

Contrato Nº.: 265/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: JEFERSON DA SILVEIRA ME
 Valor 33.830,00 (trinta e três mil oitocentos e trinta reais)
 Vigência.. Início: 21/05/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação. Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 99/2014
 Objeto AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO E CORTINA DE AR COM INSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRÓ-CIDADÃO.

Contrato Nº.: 266/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: SANDRO MIRANDA ME
 Valor 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
 Vigência.. Início: 22/05/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 132/2014
 Objeto AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS COMUNITÁRIAS COM ESTAMPAS DO PROGRAMA DROGA ZERO, DE IMAGENS DE MOMENTOS HISTÓRICOS E PAISAGENS NATURAIS DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 267/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: DESINSECT ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA ME
 Valor 4.997,00 (quatro mil novecentos e noventa e sete reais)
 Vigência.. Início: 22/05/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2014
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA DE FOSSA, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, CONTROLE DE PRAGAS (DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO), DESENTUPIMENTO DE VASOS E LIMPEZA DE CANOS PARA A CASA LAR MUNICIPAL. RECREIA . CRAS, CREAS, CCI.

Contrato Nº.: 268/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: FALCAO SANEAMENTO LTDA - ME
 Valor 9.996,00 (nove mil novecentos e noventa e seis reais)
 Vigência.. Início: 22/05/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2014
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA DE FOSSA, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, CONTROLE DE PRAGAS (DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO), DESENTUPIMENTO DE VASOS E LIMPEZA DE CANOS PARA A CASA LAR MUNICIPAL. RECREIA . CRAS, CREAS, CCI.

Contrato Nº.: 269/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP
 Valor 165.320,00 (cento e sessenta e cinco mil trezentos e vinte reais)
 Vigência.. Início: 22/05/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2014
 Objeto AQUISIÇÃO DE 01 (UM) NOTEBOOK E 46 (QUARENTA E SEIS) COMPUTADORES PARA O USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 01 (UM) NOTEBOOK PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, (01) UM PROJETO MULTIMÍDIA, E 01(UMA) TV COM SUPORTE PARA A ADMINISTRAÇÃO

Contrato Nº.: 270/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: SUPERINFO AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA - EPP
 Valor 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
 Vigência.. Início: 22/05/2014 Término: 22/05/2015
 Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 96/2014
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SUPORTE AO CADASTRO DE FUNCIONÁRIOS NO RELÓGIO PONTO.

Aditivo Nº 339-2/2013 - Contrato Nº: 339/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
 Valor 0,00 (zero)
 Vigência.. Início: 26/05/2014 Término: 30/12/2014
 Licitação. Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES DE GALERIAS EM CONCRETO E CONSTRUÇÃO DE ALAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E ART EM ANEXO.

Aditivo Nº 430-7/2012 - Contrato Nº: 430/2012
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: EMPREITEIRA PAVICON LTDA
 Valor 0,00 (zero)
 Vigência.. Início: 26/05/2014 Término: 26/07/2014
 Licitação. Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 176/2012
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA BERTOLDO SIMÃO DE OLIVEIRA, BAIRRO MORRO DA BOA VISTA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº 342-2/2012 - Contrato Nº: 342-1/2012
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
 Contratada...: ACAO SOCIAL SAO JOAO EVANGELISTA
 Valor 9.389,10 (nove mil trezentos e oitenta e nove reais e dez centavos)
 Vigência.. Início: 28/05/2014 Término: 28/05/2014

Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 263/2012

Objeto LOCAÇÃO DE UMA SALA NO CENTRO ADMINISTRATIVO DE BIGUAÇU LOCALIZADA NA RUA LUCIO BORN Nº 12, EDIFÍCIO SÃO JOÃO EVANGELISTA NO SEGUNDO ANDAR (SALA 209), PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aditivo Nº 420-4/2012 - Contrato Nº: 420/2012

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Valor 0,00 (zero)

Vigência.. Início: 30/05/2014 Término: 30/12/2014

Licitação. Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 134/2012

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM INTUITO DE ATENDER OCORRÊNCIAS POSTERIORES A ESTA LICITAÇÃO, DE RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS COM LAJOTAS E CONCRETO ARMADO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EM ANEXO.

Aditivo Nº 402-5/2012 - Contrato Nº: 402/2012

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA

Valor 0,00 (zero)

Vigência.. Início: 30/05/2014 Término: 30/12/2014

Licitação. Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 109/2012

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DO PROJETO BEIRA RIO - PROGRAMA HABITAR BRASIL BID, CONTRATO DE REPASSE Nº 0118.286-36/2002.

Aditivo Nº 467-3/2012 - Contrato Nº: 467/2012

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ITECC CONSULTORIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO LTDA EP

Valor 0,00 (zero)

Vigência.. Início: 30/05/2014 Término: 30/12/2014

Licitação. Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 202/2012

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.

Contrato Nº.: 271/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MMB TRANSPORTE LTDA

Valor 457.350,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil trezentos e cinquenta reais)

Vigência.. Início: 30/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2014

Objeto TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DAS COMUNIDADES GRACIOSA, FAZENDA, ARIAL, FAZENDA DE DENTRO, FAZENDA DE FORA, MORRO DA SOROCABA, MORRO DO TROMBUDO, BELA VISTA E TAMBÉM PARA PASSAGEIROS COM NECESSIDADES ESPECIAIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 272/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SANTA CATARINA CONSULTORAS ASSOCIADOS LTDA

Valor 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)

Vigência.. Início: 30/05/2014 Término: 30/06/2015

Licitação. PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 126/2014

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA TÉCNICA PARA ORIENTAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS NO ÂMBITO DO

DISTRITO FEDERAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

BIGUAÇU, 18 DE JUNHO DE 2014

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 142/2014 de 18 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 142/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA CARGO DA SRA. CELINETE KLEIN DICKEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1º. ALTERAR cargo da Sra. Celinete Klein Dickel, matrícula 601-7, portadora do CPF sob nº. 019.086.029-45, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, nomeada na Portaria nº 076/2013 de 04 de fevereiro de 2013, para a partir de 18/06/2014 ocupar o cargo de Diretora, com direito a percepção da remuneração ao padrão CC-7, com carga horária de 40 horas semanais constante na Lei 755/2010 de 08 de dezembro de 2010 anexos I e II.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de junho 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Licitação Nº001-2014

CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 003/2014

O Presidente da Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GOVERNANÇABRASIL SA TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS

Licitação: Pregão Presencial nº 001/2014

Objeto: Prestação de Serviços Técnicos Especializados para informatização da Administração da Câmara de Vereadores, através de locação de sistemas específicos para gestão Pública da Câmara. Valor: R\$ 18.420,00 (Dezoito mil, quatrocentos e vinte reais).

Vigência: 01 de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Assinatura: 10 de junho de 2014.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO

Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Oeste

Portaria Nº 143/2014 de 18 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 143/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA SRA. ANGELITA SCHMITT AO CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. ANGELITA SCHMITT, portadora do CPF sob nº. 016.500.799-07, com lotação na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes, para ocupar o cargo efetivo de Professora de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável, com carga horária de 10 horas semanais, aprovada em Concurso Público nº 001/2014, com direito a percepção da remuneração ao padrão constante na Lei 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, a partir de 18/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de Junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 144/2014 de 18 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 144/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1º. EXONERA a Servidora Municipal Sra. SALETE ESCHER, matrícula nº 650-5, portadora do CIC sob. nº. 928.534.989-72, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ocupante do cargo de Professora de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável, em caráter temporário, conforme portaria nº 047/2014, sendo sua exoneração a partir de 18 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 145/2014 de 18 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 145/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Méritos para servidores públicos municipais, a partir do mês de junho do ano 2014, conforme art. 68 da Lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) a art. 25 da Lei nº 755/2010 (Plano de Cargos e Salários), conforme relação e percentuais abaixo:

NOME	MATRICULA	PERCENTUAL
Sandronei Ammes	70-1	6%
Clemir Sansigolo	354-9	10%
Cilvio Odair Wilsman	570-3	6%
Marcia Elenice Dentee Schmidt	513-4	12%
Jaime Omar Zimmermann	390-5	12%
Fernanda Baldissera	512-6	10%
Ediane Francisco da Silva Bruinsma	164-3	6%
Gilson Menegotte	526-6	8%
Volmir Estevão Cecon	302-6	12%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de Junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº 932/2014

LEI MUNICIPAL Nº 932/14 DE 18 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA BOMJESUSENSE DE FUTSAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, para dar cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º.- Fica declarada como entidade de UTILIDADE PÚBLICA a Associação Desportiva Bomjesusense de Futsal, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 19.897.741/0001-45, com sede na Av. Nossa Senhora de Fátima, 417, centro no Município de Bom Jesus do Oeste/SC.

Art. 2º.- Os efeitos desta Lei se aplica em âmbito municipal, conferindo a entidade o status necessário para fins de celebração de convênios e projetos com o Poder Público.

Art. 3º.- Revogam-se as disposições em contrário, condicionado

sua validade após a sua aprovação, com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito do município de Bom Jesus do Oeste/SC, em 18 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº.041/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1512/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 03 de Julho de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de combustíveis Diesel Comum e Diesel S-10 para o exercício de 2014.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 23 de Junho de 2014.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****Minuta PP 02/2014 Câmara Municipal**

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014

A Câmara Municipal de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 02/2014 para Contratação de licença de uso de sistemas para gestão pública informatizada do Poder Legislativo Municipal. Abertura dos envelopes será dia 04/07/14 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 23 de junho de 2014.

José Alfeu Ferreira

Presidente

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Decreto 072/2014**

DECRETO Nº 072/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal da Saúde.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme segue:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 - Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(12) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.0.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais), como segue:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 - Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(14) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.0.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 16 de junho de 2014.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Edital de Lic. Pregão Presencial 04/2014 FMS - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2014 FMS

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 04/2014 FMS - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 04h30min do dia 03.07.2014, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Aquisição de gêneros de Panificação para o grupo de Gestantes, Diabéticos e Hipertensos, para reuniões da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo. pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 18 de Junho de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

Edital de Lic. Pregão Presencial 24/2014 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 28/2014
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 24/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 08h30min do dia 04.07.2014, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Aquisição de Veículo Automotor para a Secretaria Municipal de Educação de Braço do Trombudo pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br

Braço do Trombudo, em 18 de Junho de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

Chamada Pública Nº 2/2014

Chamada Pública nº 2/2014 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei nº 11.947, de 16/06/2009, Resolução nº 38 do FNDE, de 16/06/2009.

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça da Independência, 25 inscrita no CNPJ sob o nº 95.952.230/0001-67, representado neste ato pelo senhor prefeito municipal, Charles Rafael Schwambach, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/CD nº 38/2009, através da Secretaria de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de 10.07.2014 a 20.12.2013. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 03.07.2014 às 15h00min na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo - Departamento de Licitações, com sede à Praça da Independência, 25 - Centro, neste município.

1. Objeto

O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo.

Quantidades	Und	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
500	Kg	AIPIM COM CASCA, unidades grandes, fresca e limpas.	2,70	1.350,00
200	pct	ALHO GRAÚDO, sem machucados e brotamento, tamanho médio, pacote com 100 gramas.	2,23	446,00
370	Kg	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	2,89	1.069,3

580	Und	BRÓCOLIS, unidade limpa e fresca isentas de insetos e enfermidades e de danos por eles provocados, tamanho grande.	3,63	2105,4
530	Kg	CEBOLA, unidade íntegras, frescas e limpas, sem perfurações.	2,35	1.245,5
460	Kg	CENOURA, tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	2,9	1.334,00
600	Kg	COUVE FLOR, unidade limpa e frescas, sem manchas, isentas de insetos e enfermidades e de danos por eles provocados.	4,23	2.538,00
450	Kg	CHUCHU, unidade limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos.	1,8	810,00
350	Kg	FEIJÃO VERMELHO, embalagem limpa, de bom cozimento.	8,33	2.915,50
490	Kg	PEPINO SALADA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	2,83	1.386,70
190	mç	SALSA, maço de 200 gramas, frescas, não podem estar murchas.	1,78	338,20
200	Mc	CEBOLINHA, maço de 200 gramas, frescas, não podem estar murchas.	1,94	388,00
430	Mc	REPOLHO, tamanho médio, devendo estar bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo.	2,78	1.195,40
1000	Und	ALFACE, de boa qualidade isenta de material terroso, de primeira qualidade e sem manchas.	1,99	1.990,00
80	mç	Espinafre, maço de 200 gramas, frescas, não podem estar murchas.	2,12	169,60
70	Kg	ABOBRINHA ITALIANA, fresca, limpas.	2,83	198,10
Total R\$ 19.479,70				

2. Fonte de recurso

Recursos proveniente do Programa Alimentação Escolar PNAE.

3. Envelope nº. 001 - habilitação do Grupo Formal

3.1 O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

4. Envelope nº. 001 - habilitação do Grupo Informal

4.1 O Grupo Informal deverá apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF), ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

5. Envelope nº. 002 - Projeto de Venda

5.1 No envelope nº 002 segue a entrega do Projeto de Venda conforme anexo V da Resolução nº 38 do FNDE, de 16/07/2009.

6. Local e periodicidade de entrega dos produtos

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues nas Escolas Municipais, sendo elas: Escola Nucleada Braço do Trombudo KM 15, Escola Nucleada Braço do Trombudo KM 20, Escola Básica Adriano Mosimann, CEI Tia Edith, CEI Tecla Georg, CEI Emília Rinnert e CEI Edson Arndt, neste município, pelo período de 09.07.2014 a 20.12.2014, nas quantidades solicitadas pela Secretaria Municipal de Educação.

7. Pagamento

a) O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a última entrega do mês, através de depósito bancário, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

8. Disposições Gerais

8.1 A presente Chamada Pública poderá ser obtida na Secretaria Municipal de Educação, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira.

8.2 Para definição dos preços de referência deverá observar o artigo 23 da referida Resolução do FNDE;

8.3 Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), art. 23 § 6º, da mencionada Resolução do FNDE, site: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1203118176.pdf>;

8.4 Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverão ter prioridade às propostas dos grupos locais e as dos Grupos Formais, art. 23, § 3º e § 4º, da referida Resolução do FNDE;

8.5 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

8.6 O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano civil;

8.7 A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o anexo IV, da mencionada Resolução do FNDE.

Braço do Trombudo, em 18 de Junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Loni Arndt de Souza
Sec. Mun. de Educação

Juliana do Nascimento
Pres. Com. Per. de Licitações

Ata de Registro de Preço 32 2013 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 1/12

Número do Registro de Preços: 32/2013			Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LEITE EM PO (LATA 400 GR) (2381)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninho	0	10,7800	1
2	Açúcar refinado especial (pct 5kg) (7430)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caravelas	0	7,2600	1
3	Café solúvel (vidro de 200 gr) (7436)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescafé	0	8,8600	1
4	Café torrado e moído (cx 500gr) (7437)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Melitta	0	7,6400	1
5	Leite pasteurizado longa vida integral (embalagem tetra pak) (7438)	LTS	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Aurolat	0	2,4600	1
6	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor maracujá. (7685)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	6,5900	1
7	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor uva. (7686)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	5,7900	1
8	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor laranja. (7687)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	5,7900	1
9	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor abacaxi. (7688)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	5,7900	1
10	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,6600	1
11	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3900	1
12	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,5500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 2/12

Número do Registro de Preços: 32/2013			Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	3,2100	1
14	Chá em sachês, no sabor MAÇÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3900	1
15	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3600	1
16	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3600	1
17	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3600	1
18	Chá em sachês, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê no sabor HORTELÃ (7700)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3900	1
19	Chá em sachês, no sabor PÊSSEGO, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7696)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,6500	1
20	Adoçante Dietético Líquido Ciclamato de Sódio e Sacarina Sódica Gotas 200ml (7703)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Adoçil	0	5,2000	1
21	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H-Leve	0	6,2600	1
22	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H- Leve	0	22,1800	1
23	VASSOURA NYLON (659)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	4,4200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor v-35	0	7,4700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 3/12

Número do Registro de Preços: 32/2013			Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	PAPEL TOALHA (PCT C/ 02 ROLOS) (1556)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	1,9500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Log	0	2.5500	2
25	VASSOURA DE PALHA (1567)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	9,7500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Colonial	0	13,4900	2
26	LUSTRA MÓVEIS (200 ML) (1948)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	1,6200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ype	0	2,7200	2
27	PANO DE CHÃO ALVEJADO (TRAMA BEM FECHADA) (1950)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	2,7000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Martim	0	2,9300	2
28	RODO BORRACHA (1951)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	2,6000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Fora	0	6,8300	2
29	PANO MULT-USO (PCT C/ 5 UND) (1952)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	2,4700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Scotch Brite	0	4,6300	2
30	ESPONJA DE LOUÇA (ESPUMA) DUPLA FACE (1953)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	BETANIN	0	0,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 4/12

Número do Registro de Preços: 32/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

31	LÃ DE AÇO (PCT C/ 8 UN) (1954)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INOVE	0	0,8800	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Assolan	0	1,6100	2
32	LIMPA VIDROS 500 ML (2158)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	1,6200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Uau	0	5,2100	2
33	FOSFORO (MAÇO C/ 10 UND) (2159)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT LUX	0	1,7500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Gaboardi	0	1,8800	2
34	SACO LIXO DE 30 LTS (PCT C/ 10 UND) (2161)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	0,8300	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Starplast	0	2,9400	2
35	SACO LIXO DE 50 LTS (PCT C/ 10 UN) (2162)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	0,8700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Starplast	0	3,0100	2
36	SACO DE LIXO DE 100 LTS (PCT C/ 5 UND) (2222)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	0,8700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Starplast	0	3,0100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 5/12

Número do Registro de Preços: 32/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014		Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	OLEO PEROBA (200 ML) (2605)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEROBA	0	5,6300	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peroba	0	5,6300	2
38	DESODORIZADOR SANITÁRIO (PEDRA) (2855)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	'SANY BRIL	0	0,5400	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sani-all	0	0,8000	2
39	PAPEL HIGIÊNICO (PCT C/8 UNID) BRANCO COM 60 MT (4724)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	4,4200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bob	0	6,8200	2
40	RODO C/ESPUMA (4725)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	2,4700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	5,2500	2
41	Sabão em pó (pct 1kg) (7447)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ULTRAGLASS	0	2,6000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	4,0800	2
42	Desinfetante líquido - frasco de 2lt (7452)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	2,8000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,5100	2
43	Amaciante de roupas - frasco de 2lt (7453)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	2,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 6/12

Número do Registro de Preços: 32/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

44	Água sanitária - frasco de 2lt (7454)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	1.8200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3.4900	2
45	Detergente de louça - frasco de 500ml (7458)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	0.8800	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	2.8400	2
46	Vassoura tipo escova C/cabo (7494)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5.4600	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ype	0	1.1300	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	6.5000	2
47	Papel higiênico rolo, macio, resistente, branco luxo - rolos com 300mt (7725)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	JUMBINHO	0	2.4000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Blummy	0	3.8700	2
48	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e laranja com chá verde - frasco de 5 lt (7726)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAX	0	9.7500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sequinel	0	18.3000	2
49	Alcool líquido - volume 46,2% - Frasco de 1 litro. (11874)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	2.9900	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Araucaria	0	3.6500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 7/12

Número do Registro de Preços: 32/2013			Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	Luvax de borracha tamanho M (7728)	PAR	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	1,9300	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Idealex	0	4,0300	2
51	Balde de plástico com alça de metal, capacidade de 10lt (7729)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ARQUIPLASR	0	1,3000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CDK	0	6,1000	2
52	Saponáceo de detergente cremoso com 300ml (8224)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	1,6200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Font	0	3,0600	2
53	Toalhas de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5x20,5cm com 2 dobras, branco, extra luxo. (7731)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TUBARÃO	0	6,4200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Embrast	0	6,4200	2
54	Cera líquida auto-brilho incolor (750ml) (7733)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SO	0	4,4900	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilho Facil	0	5,8900	2
55	Pano de prato, 100% algodão, nas medidas: 42x70cm. (7734)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	1,4300	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sol	0	2,7600	2
56	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150mm de diâmetro. (7735)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	2,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 8/12

Número do Registro de Preços: 32/2013 Data do Registro: 24/09/2013 Válido até: 24/09/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jota	0	2,4400	2
57	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90mm de diâmetro. (7736)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	1,3000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	HJR	0	1,0800	2
58	Copos plásticos descartáveis de 180ml - pct com 100und (7737)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MASTERCOP	0	1,9700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Totalplast	0	3,0900	2
59	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contém CFC (clorofluorcabono), com 400ml. Nas fragrâncias: lavanda, flores do campo, floral fresh, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (7740)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	5,4600	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	No Ar	0	7,7100	2
60	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12ml. (7741)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	7,7500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	No Ar	0	7,7500	2
61	Refil de 12ml para Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (7742)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	5,4200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	No Ar	0	5,4200	2
62	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragrância (9, 18 e 30min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha 2 pilhas AA + um refil aerosol de 250ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (7743);	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	28,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 9/12

Número do Registro de Preços: 32/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

63	Refil de 250ml para Aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus (7744)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	23.5200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Ar	0	28.3000	2
64	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anômico.Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em Aço inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (8543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	33.1000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Ar	0	23.5200	2
65	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água (8544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	5.8500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	10.8800	2
66	Refil para Mop pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	22.0200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	22.0200	2
67	Cera líquida auto-brilho vermelha (750ml) (8549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SO	0	4.4900	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilho Fácil	0	5.8900	2
68	Mop pó completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm (9295)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	50.0800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 10/12

Número do Registro de Preços: 32/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	50,0800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 11/12

Número do Registro de Preços: 32/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Super Gasbras	0	48,6600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 12/12

Número do Registro de Preços: 32/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2013

PROCESSO Nº 60/2013

- (6152) - COOP. REG.AGROPALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 48 2013 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 1/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água Sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2,0% à 2,5%pp, aplicação lavável e alvejante de roupas, banheiros, pia's, tipo comum, frasco de 2 litros, acondicionadas em embalagem de papelão identificadas. (12542)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	2,8972	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	2,8930	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ECOVILLE	0	2,8986	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	2,9227	4
2	Álcool etílico hidratado, aplicação limpeza em geral, teor alcoólico 46° INPM, 54° GL, unidade contendo 1 litro cada. (12543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	3,1775	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	3,1748	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FLOPS	0	3,1792	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Araucaria	0	3,2054	4
3	Álcool em gel, bactericida 70° INPM, frasco de 500 gramas, aprovado pelo INMETRO. (12544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	4,4672	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	4,4616	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DA ILHA	0	4,4696	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	cocamar	0	4,5065	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 2/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, picotado, neutro, rolos com 60 metros de comprimento e 10 centímetros de largura, pacote com 8 rolos. (12545)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	7,2615	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FOFINHO	0	7,2654	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FOFINHO	0	7,2795	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bob	0	7,3254	4
5	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22x20 cm cada uma. (12546)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	2,7382	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DALMATA	0	2,7239	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SORELLA	0	2,7397	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Log	0	2,7623	4
6	Cera Líquida auto brilho, incolor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SO	0	6,1120	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SO	0	6,1153	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GIRANDO SO	0	6,1241	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilho Facil	0	6,1657	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 3/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
7	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300 ml. - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanas, e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300 ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (12548)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	3.7008
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PRATIK	0	3.7008
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	3.7028
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Font	0	3.7334
8	Escova dental infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polietileno de 1º qualidade. (12549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DENTIL	0	4.2429
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DENTALK	0	4.2451
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	TEK JUNIOR	0	4.2550
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jadefrog	0	4.2802
9	Creme dental infantil com flúor ativo, peso liq. 50 gramas a unidade. (12550)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DENTIL	0	2.1775
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	TANDY	0	2.1698
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALEGRINHO	0	2.1787
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Action	0	2.1967

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 4/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
10	Embalagem para alimentos, contendo 50 sacos de 05 kg, de 1º qualidade. (12551)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MEGA MIL	0	3,1775	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	BOMPACK	0	3,1466	2			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PAMPLASTIC	0	3,1792	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Multifort	0	3,2054	4			
11	Lustra Móveis em frasco de 200 ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de canaúba, ceras naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies. (12552)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	4,1027	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PRATIK	0	4,0859	2			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	4,1049	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Poliflor	0	4,1388	4			
12	Óleo de Peroba, frasco de 200ml. (12553)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEROBA	0	7,9811	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	KING	0	7,9839	2			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	7,9854	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peroba	0	8,0513	4			
13	Pano Multitudo, pacote com 05 unidades. (12554)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	2,7476	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 5/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Espanja de limpeza, multiuso, dupla face, pacote contendo 1und. 110mmx75mmx20mm, pacote da embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza. (12555)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SANI MIX	0	2,7427	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALKIN	0	2,7491	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Fort	0	2,7718	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	BETANIN	0	1,4953	1
16	Espanja de limpeza, material lá aço fina, abrasividade mínima, aplicação utensílio de alumínio, pacote com 08 unidades (12556)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	BETTANIM	0	1,4559	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ESFREBOM	0	1,4961	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Trindo	0	1,5084	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INOVE	0	1,8878	1
15	Limpa vidros, tubos com 500 ml, acondicionados em caixas de papelão devidamente identificadas. (12557)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	INOVE	0	1,8598	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	INOVE	0	1,8888	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bombrit	0	1,9044	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	4,8784	1
16	Limpador de vidro, 500 ml, acondicionado em caixa de papelão devidamente identificadas. (12557)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DA ILHA	0	4,8810	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 6/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 75x105cm. De 1º qualidade. (12558)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PRATIK	0	4,8843	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	uau	0	4,9213	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PEGA LIXO	0	7,2795	2
18	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm. De 1º qualidade. (12559)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BioStar	0	7,3536	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PEGA LIXO	0	7,2795	2
19	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x62cm. Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradável. De 1º qualidade. (12560)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BioStar	0	7,3536	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PEGA LIXO	0	7,2795	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 7/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
20	Sabão em pó, caixa de 1kg, para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (12561)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	biostar	0	7,3536	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SO	0	5,7382	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ULTRA CLASSE	0	5,7296	2			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	5,7412	3			
21	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em celofane a prova de vazamento, com no mínimo 30g, com ação bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ono	0	5,7886	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,2710	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANI MIX	0	1,2493	2			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANY	0	1,2717	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sanibox	0	1,2822	4			
22	Detergente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 ml. (12563)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	1,2803	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	1,2586	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 8/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Rodode borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo. De 1ª qualidade. (12564)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SO	0	1,2810	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ype	0	1,2916	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,9905	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	5,9937	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	HARACEM	0	6,0020	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	6,0432	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	8,6166	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	8,6212	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	HARACEM	0	8,6414	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	8,6924	4
24	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 45 cm, com cabo. De 1ª qualidade. (12565)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,6727	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	5,6758	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	HARACEM	0	5,6827	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	5,6827	4
25	Rodo de espuma. (12566)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,6727	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	5,6758	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	HARACEM	0	5,6827	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	5,6827	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 9/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Fósforo mapo com 10 unidades. (12567)		COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	5,7226	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT LUX	0	2,0560	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	QUE LUZ	0	2,0383	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GABOARDY	0	2,0571	3
27	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arame a cada 3cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral. (12568)		COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parana	0	2,0741	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	14,6351	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	COLONIAL	0	14,6429	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	HARACEM	0	14,6810	3
28	Limpador desengordurante concentrado spray 500 ml. (12569)		COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Colonial	0	14,7639	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	9,4110	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CIF	0	9,4160	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PRATIK	0	9,4398	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 10/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
29	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, franco de 2lt. (12570)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cif	0	9,4937	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	3,4579	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	3,4472	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	QUALY	0	3,4597	3		
30	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tudo com 2 litros. (12571)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,4883	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	3,8877	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GOTA LIMPA	0	3,8886	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BABY PLUS	0	3,8898	3		
31	Sabão em barra glicerinado, pacote de 1kg com 5 unidades de 200g cada. (12572)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,9219	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SO	0	4,1681	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZAVASKI	0	4,1516	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SO	0	4,1703	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	4,2048	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 11/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Filtro coador de papel, para café, de 1º qualidade, tamanho nº103, em caixas com 30 unidades, Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior 60 (sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12573)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	3 CORAÇÕES	0	3,0934	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	3 CORAÇÕES	0	3,0903	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BRIGITA	0	3,0950	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brigitta	0	3,1206	4
33	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo. De 1º qualidade. (12574)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TUBARÃO	0	6,2802	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DAMASPEL	0	6,2836	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TUBARÃO	0	6,2932	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Embrast	0	6,3354	4
34	Sabonete líquido bactericida, cremoso anti-séptico neutro e sem aroma. Embalagem de 5 litros. (12575)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAX	0	80,3343	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAX	0	80,3772	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PROTECT	0	80,6847	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	81,0409	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Desodorizador ambiental em aerosol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, fresco de 400ml. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não a superior 60 (sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12576)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	7,2054	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BOWAR	0	7,1999	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ULTRA FRESH	0	7,2137	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Ar	0	7,2688	4
36	Copo descartável, estriado, branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1º qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes de 100 unidades e acondicionados em caixas de papelão com 2.500 unidades. (12577)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	COPOSUL	0	343,4489	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TOTALPLAST	0	343,6323	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CRISTAL COP	0	344,9998	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Copobras	0	346,4698	4
37	Esfregão de aço. (9707)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,3271	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GAUCHO	0	1,3150	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	INOVE	0	1,3278	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Romar	0	1,3387	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 13/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
38	Lenço unedecido, refil, testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (12578)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PIKTUCHO	0	7,9250	1			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ANJINHO	0	7,9283	2			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FERINHA	0	7,9370	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Baby Piss	0	7,9947	4			
39	Pano para limpeza para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1º qualidade. Medidas mínima de 42cmx65cm. (12579)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	3,8504	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	3,8511	2			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	3,8524	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Martim	0	3,8842	4			
40	Sabonete sólido, branco, infantil, 60 gramas. (12580)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	1 2 3 BABY	0	1,6635	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	POM POM	0	1,6438	2			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ANJINHO	0	1,6644	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pom pom	0	1,6781	4			
41	Vassourade nylon com cerdas macias, cepo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm cor plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo domestica. (12581)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	7,2054	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 14/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
42	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (12582)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	7,2093	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	7,2137	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Betannim	0	7,2688	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	1,7289	1		
43	Luva de borrachade borracha tamanho médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada automaticamente, com forração antialérgica. De 1ª qualidade. (12583)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZAVASKI	0	1,7189	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GABOARDY	0	1,7298	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parana	0	1,7441	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	5,7288	1		
44	Pá de lixo uso domestica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12584)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBRE	0	5,7296	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DANNY	0	5,7319	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ideatex	0	5,7792	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	9,7100	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	9,7152	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 15/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Limpa forno,frasco c/ aproximadamente 225 ml. (12585)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	9,7310	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	9,7954	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	8,5044	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EASY OFF	0	9,2664	2
46	Lixa ferro, material óxido de alumínio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão n°.100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (12586)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	9,2708	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Easy off	0	9,3429	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT	0	1,2616	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	3M	0	1,2493	2
47	Pano de prato, 100% algodão. Medidas 45x70cm. Com bainha, de 1º qualidade. (12587)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	3M	0	1,2623	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Norton	0	1,2727	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	2,9158	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	2,9118	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	2,9174	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 16/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

48	Balde plástico polipropileno 20 litros com alça de metal. (12588)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ARQUIPLAST	0	6,7194	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ARQPLAST	0	6,7230	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	6,7253	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CDK	0	6,7786	4
49	Luva de procedimentos, descartável, não estéril - tamanho médio; em látex natural. Caixa com 100 unidades.Complemento: textura uniforme, espessura média de 0,16 milímetros e comprimento mínimo de 25 centímetros, ambidestra,boa elasticidade, resistente ao calçar, lubrificada com pó bio-absorvível, confortável e anatômica com empunhadura justa. Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS. (12589)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TALGE	0	4,2803	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESCARPAC	0	4,2738	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TALGE	0	4,2825	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	4,3179	4
50	Bota de borracha branca Nº 37, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana; sem cadarço; sem gravação. (12590)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA	0	34,3355	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3165	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 17/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
51	Bota de borracha branca Nº 38, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12591)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SETE LÉGUA	0	34,4718	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8815)	SETE LEGUA	0	34,3355	1			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VUSCABRAS	0	34,3539	2			
52	Bota de borracha branca Nº 39, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12592)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SETE LÉGUA	0	34,4718	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8815)	SETE LEGUA	0	34,3355	1			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2			
53	Bota de borracha branca Nº 40, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12593)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SETE LÉGUA	0	34,4718	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8815)	SETE LEGUA	0	34,3355	1			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

54	Bola de borracha branca Nº 42, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12594)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SETE LÉGUA	0	34,4718	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4
55	Toalha de banho em cor escura no mínimo 70x130cm. (12595)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SETE LÉGUA	0	34,4718	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 19/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
56	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12596)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8815)	NOBRE	0	25,3919	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KM	0	25,4054	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	BETTANIM	0	25,5016	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	25,6152	4		
57	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12597)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8815)	NOBRE	0	7,3176	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KM	0	7,3215	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	BETTANIM	0	7,3284	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 20/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	sony	0	7.3819	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 21/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2013

PROCESSO Nº 87/2013

- (6152) - COOP. REG.AGROPALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (8738) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
- (8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 49 2013 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2013

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 49/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de Leite Zero Lactose para o ensino infantil, creche e fundamental da rede de ensino do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Leite Zero Lactose, embalagem Tetra Pack de 1 litro com identificação do produto, rótulo com ingredientes, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 2 meses a contar da data da entrega. (12607)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	4,1800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2013

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 49/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014	
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de Leite Zero Lactose para o ensino infantil, creche e fundamental da rede de ensino do Município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2013
PROCESSO Nº 90/2013

(6152) - COOP. REG.AGROPALTO VALE ITAJAI LTDA.

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 50 2013 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013	Válido até: 20/12/2014
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.			

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Saída 6h: Rua Tiradentes - Braço Novo - Ribeirão Ernesto - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - Rua Dom Pedro - EEB Adolfo Boving - Rua Leopoldo Joenck - Rua 26 de Setembro - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua Dom Pedro - Tamandaré - Rua Alfredo Kufis - Rua Tiradentes - ENBT Km 20. Retorno aproximado: 7h e 20 min. Saída 11h e 20min: ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - Amadeu Hercílio da Silva - Rua 26 de Setembro - Rua Leopoldo Joenck - EEB Adolfo Boving - Rua Dom Pedro I - Rua Tiradentes - Braço Novo - Ribeirão Ernesto - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua 26 de Setembro - Rua Leopoldo Joenck - EEB Adolfo Boving - Rua Dom Pedro - Rua Tamandaré - Rua Alfredo Kufis - Tiradentes - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - SC 426 - Rua dos Pioneiros - ENBT Km 15 - SC 426 - Rua Tiradentes - ENBR Km 20. Retorno aproximado: 13h. Saída 16h e 50min: ENBT Km 15 - SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rua Leopoldo Joenck - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua Tamandaré - Rua Alfredo Kufis - Tiradentes - Tamandaré - EEB Adolfo Boving - Rua Leopoldo Joenck - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Braço Novo - Ribeirão Ernesto - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximado: 18h e 30min. Capacidade de 40 lugares. (12464)	KM	G.G. TURISMO LTDA ME (8766)		0	2.7400	1
			Styllus Transportes Coletivo Ltda (9222)		0	2.7500	2
			Laudemir Falkiewicz - ME (9223)		0	2.9200	3
			COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.3600	4
			BRAULIO REIF (6729)		0	3.3700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

2	Saída 5h e 50min: Rod.BRT 205 - Estrada Geral Ribeirão Vitória até a divisa com o Corruichel (Pouso Redondo) - Cascalheira - Celso Verdi - Tifa Wespahl - Baixa Vitória - entrada ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Tifa dos Baade - Transfaller - SC 426 - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rua 26 de Setembro - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua Duque de Caxias - ENBT Km 20 - Rua Tiradentes - EEB Adolfo Boving - SC 426 - ENBT Km 15. Retorno aproximado: 7h e 20min. Saída 11h e 20min: ENBT Km 15 - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving - Morro Silva - Rod. SC 426 - ENBT Km 15 - Transfaller - Travessa Transfaller/Rib. Vitória - Saída ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Entrada propriedade Osni Rode - Estrada Geral Vitória até a divisa Corruichel (Pouso Redondo) - Celso Verdi - desce até a casa do Sr. Amadeu de Liz - Tifa Wespahl retornando a Estrada Geral - Travessa Transfaller/Rib. Vitória - Transfaller - Rod SC 426 - ENBT Km 15 - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximado: 13h. Saída 16h e 50min - ENBT Km 15 - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rod SC 426 - Transfaller - Rod BRT 205 - Tifa Baade - Saída ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Baixa Vitória - Estrada Geral Vitória até a divisa Corruichel (Pouso Redondo) - Celso Verdi - desce até a casa do Sr. Amadeu de Liz - Tifa Wespahl retornando a Estrada Geral - Baixa Vitória - entrada ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Tifa dos Baade - Transfaller - SC 426 - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno Aproximado: 18h e 20 min. Capacidade mínima para 25 lugares. (12465)	KM	G. G. TURISMO LTDA ME (8766)		0	2,5900	1
			Styllus Transportes Coletivo Ltda (9222)		0	2,6000	2
			COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	2,6300	3
			Laudemir Falkevecz - ME (9223)		0	2,6600	4
			BRAULIO REIF (6729)		0	3,0700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Saída 6h e 30min: EB Adriano Mosimann - Fumas - Águas Sulfurosas - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving - Rua Tiradentes - ENBT Km 20 - Fumas - Serril. Retorno aproximado: 7h e 20min. Saída 11h e 30min: EB Adriano Mosimann - Fumas - Águas Sulfurosas -ENBT Km 20 - Rua Tiradentes - Morro Silva - EEB Adolfo Boving - Duque de Caxias - Águas Sulfurosas - Fumas - Final das Fumas - Morro do Santo Antônio - EB Adriano Mosimann. Retorno aproximado: 12h e 50min. Saída 17h - EB Adriano Mosimann - Santo Antônio - Fumas - Águas Sulfurosas - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving - Rua Tiradentes - ENBT Km 20 - Fumas - Serril. Retorno aproximado: 18h 20min. Saída as 22h e 10min: Saída Adolfo Boeving - Águas Sulfurosas - Serril. Retorno aproximado 23h e 45 min. Capacidade mínima de 40 lugares. (12466)	KM	G.G. TURISMO LTDA ME (8766)		0	2,7400	1
			Styllus Transportes Coletivo Ltda (9222)		0	2,7500	2
			Laudemir Falkievecz - ME (9223)		0	2,9200	3
			BRAULIO REIF (6729)		0	3,3700	4
			COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3,3700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

4	Saída 6h e 10min: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Residência Marcolino) - Sertão - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Arndt - Estrada Geral - Residência Egon Becker - Sertão - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximando: 7h e 20min. Saída 11h e 20min: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Duque de Caxias - ENBT Km 20 - CEI Emilia Rinnert - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Valdeir Lemos) - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Arndt - Estrada Geral (Altamiro dos Santos) - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Avenida Erica Hansen Joenck - EEB Adolfo Boving - Dom Pedro - Tamandaré - Dom Pedro - SC 426 - ENBT - Km 15 - CEI Tecla Georg. Retorno aproximando: 12h e 45min. Saída 17h: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Duque de Caxias - ENBT Km 20 - CEI Emilia Rinnert - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Valdeir Lemos) - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Arndt - Estrada Geral (Altamiro dos Santos) - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Avenida Erica Hansen Joenck - EEB Adolfo Boving - Dom Pedro - Tamandaré - Dom Pedro - SC 426 - ENBT - Km 15 - CEI Tecla Georg. Retorno aproximando: 18h e 20min. Saída 22h e 10min: Colégio - Varandão - Lar Beneficente João 3:16 - ENBT Km 15 - Transstaller - Baixa Vitória - Final da Vitória. Retorno aproximado: 23h e 30min. Capacidade mínima de 40 lugares. (12467)	KM	Stylus Transportes Coletivo Ltda (9222)	0	2.5000	1
			G. G. TURISMO LTDA ME (8766)	0	2.9000	2
			Laudemir Falkiewicz - ME (9223)	0	2.9200	3
			BRAULIO REIF (6729)	0	3.3700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 50/2013

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 50/2013
Data do Registro: 20/12/2013
Válido até: 20/12/2014

Número do Registro de Preços: 50/2013	Data do Registro: 20/12/2013	Válido até: 20/12/2014
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.		

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.3700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2013
PROCESSO Nº 88/2013

- (6729) - BRAULIO REIF
- (8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD
- (8766) - G.G. TURISMO LTDA ME
- (9222) - Stylus Transportes Coletivo Ltda
- (9223) - Laudemir Falkievicz - ME

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.

Brunópolis

PREFEITURA

Lei Mun. Nº 799

Lei 799, de 16 de junho de 2014.

Abre crédito adicional no Orçamento de 2014.

O Prefeito Municipal De Brunópolis no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 767/13 de 6 de Dezembro de 2013, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 38.500,00 para a seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Desporto

05.01.27.812.0003.2.014- ESPORTE AMADOR

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 13.500,00

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

10.01.08.244.0005.2.019- MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 25.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

10.01.08.244.0005.2.033- CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 38.500,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis,

16 de junho de 2014.

Ademil Antônio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e Publicada a Presente Lei no DOM.

Lei Mun. Nº 800

LEI 800, de 16 de junho de 2014.

Abre Crédito Adicional no Orçamento de 2014.

O Prefeito Municipal em Exercício de Brunópolis no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 767/13 de 06 de dezembro de 2013, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementarno

valor de R\$ 50.000,00 para as seguintes dotação orçamentária:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 - Fundo Municipal de Saúde

09.01.10.301.0004.2.020-ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

04.01.15.451.0009.1.020- PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 16 de junho de 2014.

Ademil Antônio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrado e Publicado a Presente Lei no DOM.

Brusque

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 071/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 071/2014

PREGÃO nº 039/2014

OBJETO: Aquisição de passagem aéreas para trechos nacionais e internacionais.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de sua competência e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, DECIDE tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, ANULAR o certame licitatório objeto do Pregão Presencial nº 039/2014, determinando à Diretoria de Compras e Licitações que providências cabíveis, para a contratação dos serviços pretendidos.

18/06/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

Decreto Nº. 7.455, de 18 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 7.455, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Fiscal, em vigência do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0340.1171 Construção Ampl. E Reforma de unidades de Saúde

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp. - Saúde.

VALOR R\$ 73.000,00

010.301.0275.2272 Manutenção Assistência Farmacêutica (BLA-FB)

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.67.00 Farmácia Básica

VALOR R\$ 100.000,00

010.304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.12.01 Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

225.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0340.1171 Construção Ampl. E Reforma de unidades de Saúde

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp. - Saúde.

VALOR R\$ 73.000,00

010.301.0275.2272 Manutenção Assistência Farmacêutica (BLA-FB)

3.3.93.00 Transferências a Consórcios Públicos - Outras Despesas Correntes

0.1.67.00 Farmácia Básica

VALOR R\$ 100.000,00

010.304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária

3.1.90.00 Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

0.1.12.01 Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 10.000,00

Art. 3º Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL

Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

Secretária de Saúde

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.166, de 11 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.166, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Sérgio Luiz Cadore do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 10 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.167, de 11 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.167, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Alexandra da Silva Cadore para ocupar o cargo

em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I-E da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de junho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.168, de 10 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.168, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 147/09, CONSIDERANDO o decidido no Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Demitir, por abandono de cargo, GILSON CARVALHO, matrícula nº 68822.3-1, do cargo efetivo de Agente de Serviços Especiais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso II do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de junho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.169, de 13 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.169, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 143/2009, Anexo I-E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jaqueline Nehring para ocupar o cargo em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada na Secretaria de Saúde, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I-E da Lei Complementar n.º 143/2009, reajustados pelas Leis n.ºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC..

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.173, de 13 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.173, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

Inclui servidora, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, para compor a Comissão Permanente de Licitação - exercício 2014 e a Equipe de Apoio nas licitações - modalidade de pregão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Incluir Carolina Pastor, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 102883.9, para compor a Comissão Permanente de Licitação - exercício de 2014 e a Equipe de Apoio nas licitações - modalidade de pregão, instituídas pelas Portarias nºs 8.937/14 e 8.938/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.174, de 13 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.174, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

Substitui membro representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) no Conselho Municipal da Juventude - COMJUV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) no Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, conforme segue:

- Titular: HARRY GEVAERD NETO

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.175, de 13 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.175, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

Substitui membros representantes de entidades governamentais e não-governamentais no Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, nomeados por meio da Portaria n. 8.456/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, nominados nos itens IV, V e VIII da Portaria n. 8.456/13, conforme segue:

IV - Representante da Vigilância Sanitária de Brusque:

Titular: Lucie Herta Hilbert

Suplente: Leandro de Souza

V - Representante da Associação Comercial e Industrial de Brusque:

Suplente: Osmar Peron Junior

VIII - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/Subseção de Brusque/SC

Titular: Luciana Genehr da Silva

Suplente: Ludmilla Aparecida de Oliveira Knoblauch

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 11-2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: CREDENCIAMENTO IL - Nº 11/2014

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE CLINICA DE FISIOTERAPIA, NOS TERMOS DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2014 - FMS DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 17h30min do dia 30/06/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@caçador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 18 de Junho de 2014.

REJANE SERAFINI

Secretária de Saúde

Decreto Nº 6033

DECRETO Nº 6.033, de 16 de junho de 2014.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância total de R\$ 198.548,80 (cento e noventa e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos):

05.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.0352 - Aplicações Diretas R\$ 84.475,93

08.244.0005.2.192 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.00.0352 - Aplicações Diretas R\$ 77.280,69

3.3.90.00.0353- Aplicações Diretas R\$ 1.959,03

3.3.90.00.0350 - Aplicações Diretas R\$ 18.652,43

08.244.0005.2.193 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.00.0352 - Aplicações Diretas R\$ 5.642,50

4.4.90.00.0353- Aplicações Diretas R\$ 7.615,12

08.244.0005.2.194- Manutenção da Secretaria Municipal de

Assistência Social

3.3.90.00.0363 - Aplicações Diretas R\$ 2.923,10

Total R\$ 198.548,80

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 198.548,80 (cento e noventa e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos):

Recurso 0352- Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social R\$ 167.399,12

Recurso 0353- Transferências de Convênios - Assistência Social R\$ 9.574,15

Recurso 0350- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI...R\$ 18.652,43

Recurso 0363- Bolsa Família R\$ 2.923,10
Total R\$ 198.548,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

Lei Nº 3.131

LEI Nº 3.131, de 18 de junho de 2014.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, na importância de R\$ 250.521,00 (duzentos e cinquenta mil e quinhentos e vinte e um reais), conforme segue:

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.00.0022 - Aplicações Diretas R\$ 8.031,00

4.4.90.00.0022 - Aplicações Diretas R\$ 242.490,00

Total R\$ 250.521,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros recebidos através do Convênio nº 01.0005.00/2011, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Município de Caçador, que tem por objeto à implantação do programa de inclusão social e digital para

promoção ao acesso e ampliação de conhecimentos em comunidades rurais e urbanas no Município de Caçador.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, na importância de R\$ 244.999,34 (duzentos quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), conforme segue:

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais

4.4.90.00.0022 - Aplicações Diretas R\$ 244.999,34
Total R\$ 244.999,34

Art. 4º Para atender o disposto no art. 3º, serão utilizados recursos financeiros recebidos através do Termo de Compromisso PAC2 10329/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, destinado à construção de 01 (uma) cobertura de quadra esportiva escolar, situada na EMEB Dr. Ulysses Guimarães.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Lei Nº 3.132

LEI Nº 3.132, de 18 de junho de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 1.641.000,00 (um milhão e seiscentos e quarenta e um mil reais):

02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração

4.4.90.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.2.101 - Manutenção do Parque de Exposições

4.4.90.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 80.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.046 - Aplicação Recursos do FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00

Total R\$ 1.641.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 1.641.000,00 (um milhão e seiscentos e quarenta e um mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.162 - Contribuição Financeira a Centros Comunitários

3.3.50.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.1.057 - Construção e Manutenção de Abrigos para Passageiros

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 19.000,00

3.3..90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

15.451.0017.2.076 - Manutenção do Cemitério Municipal

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 9.000,00

15.451.0017.2.077 - Manutenção, Revitalização e Limpeza de Praças e Ruas

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

17.512.0017.1.052 - Canalização de Córregos

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

16.01 - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

15.451.0034.2.014 - Manutenção do IPPUC

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.2.055 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
Total R\$ 1.641.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Lei Nº 3.133

LEI Nº 3.133, de 18 de junho de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.1.036 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros de Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 116.000,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

4.4.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0017.1.051 - Construção e Reformas de Pontes, Pontilhões e Bueiros

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.2.101 - Manutenção do Parque de Exposições

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.013 - Contribuições Financeiras a Entidades

3.3.50.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Total R\$ 324.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais):

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

15.451.0017.1.057 - Construção e Manutenção de Abrigos para Passageiros

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

17.512.0017.1.052 - Canalização de Córregos

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.003 - Aquisição de Veículos

4.4.90.00.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.3.90.00.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas R\$ 116.000,00

02.12 - FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO

15.452.0020.1.048 - Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0001.1.191 - Modernização Estrutura Patrimonial

4.4.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Total R\$ 324.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Decreto Nº 6.037

DECRETO nº 6.037, de 18 de junho de 2014.

Acrescenta membro para compor Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica acrescentado a servidora pública JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER, para compor a Comissão que dará cumprimento ao Decreto nº 5.942, de 25 de março de 2014, que tornou sem efeito desde a data da sua publicação as disposições do Edital SEMEC nº 01, de 13 de outubro de 2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.038

PORTARIA Nº 24.038, de 13 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Classificação em Processo Seletivo conforme o Edital SME 002/2013, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.865, de 20 de Dezembro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo de contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Motivo de Contratação	Período
Andréia Paraná de Oliveira	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Esperança	V.V. Vera Muchinski, AEE EMEB Henrique Julio Berger - Licença Maternidade	16/06/2014 a 19/12/2014
Eliane Aparecida Ferreira Drun	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	V.V. Bernadete Maria Ribeiro dos Santos - Licença Tratamento Saúde	16/06/2014 a 08/08/2014
Eliane de Souza Luz dos Santos	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Wal-sin Nunes Garcia	V.V. Marilene Coelho Gonçalves - Licença Prêmio	02/06/2014 a 01/07/2014
Eunice Alves de Oliveira	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Morada do Sol	V.V. Lucia Speggorin - Licença Prêmio	07/05/2014 a 02/12/2014
Felipe Aloísio Cruz	Professor de Educação Física	1.3/A	15	EMEB Hilda Granemann de Souza CMEI Santa Clara	V.V. Ivan Carlos Carneiro - Licença Tratamento de Saúde Familiar	09/06/2014 a 01/07/2014
Karina Padilha	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Elizangela Bartel - diretora EMEB Hilda G. Sousa	09/06/2014 a 19/12/2014
Suzana de Oliveira Damer	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	V.V. Adriana Marlisa Campos - Licença Prêmio	16/06/2014 a 14/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de Junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 24.039

PORTARIA Nº 24.039, de 13 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE

CONTRATAR por tempo determinado, as cidadãs a seguir relacionadas, para atuarem junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Atuação	Razão	Período da Contratação
Daniela Miranda	Professora	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães (Laboratório de Informática)	Vaga Transitória (Projeto)	02/06/2014 a 19/12/2014
Mara Rejane Fortes da Silva	Meren-deira	1.5/A	44	CMEI Pierina Adami	V.V. Daniela Monteiro - Licença Tratamento Saúde	04/06/2014 a 19/12/2014
Maristela de Bortoli	Professor de Português	1.3/A	19	EMEB Alto Bonito	V.V. Claudeni Bezerra - Licença Maternidade	28/05/2014 a 04/08/2014
Mônica Machado	Servente	1.5/A	44	EMEB Castelhanos	V.V. Sebastiana Domingues - Licença tratamento de Saúde	29/05/2014 a 27/07/2014
Neusa Aparecida Gonçalves da Silva	Professor de Artes	1.1/A	34	04h - EMEB Castelhanos 10h - EMEB Hilda Grannemann de Sousa 20h - EMEB Esperança	V.V. Gleci Aparecida Moura - Licença Tratamento Saúde	05/06/2014 a 21/07/2014
Silvana Grannemann	Especialista em Assuntos Educacionais (Orientação Educacional)	1.3/A	40	20h - EMEB Castelhanos 20h - CREAS	Vaga Transitória	05/06/2014 a 19/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de Junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 23.824

PORTARIA Nº 23.824, de 30 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Classificação em Processo Seletivo conforme o Edital SME 002/2013, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.865, de 20 de Dezembro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo de contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Atuação	Motivo de Contratação	Período
Jussara Fonseca	Professor de 1º a 5º ano	1.3/A	40	EMEB Alto Bonito	20h - V.V. Noeli Sandra Dallacosta - Licença sem Vencimentos 20h - V.V. Liria Bellaver Basegio - disposição AEE	03/02/2014 a 19/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Abril de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.820

PORTARIA Nº 23.820, de 30 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR os Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, carga horária e data da disposição:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Data da Disposição
1964	Adelar Geraldo Piran	Motorista	44	01/04/2014
711	Antonio de Oliveira Segundo	Agente de Serviços e Obras Públicas	44	01/04/2014
10451	Antonio Vanderlei Moreira	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	44	01/04/2014
2027	Edézio Recalcatti	Motorista	44	01/04/2014
1827	Odair Santana	Motorista	44	01/04/2014
2650	Odiney Leite	Motorista	44	01/04/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.821

PORTARIA Nº 23.821, de 30 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR os Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, à disposição da Secretaria Municipal de Administração, especificando: código, nome dos servidores, cargo, carga horária e data da disposição:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Data da Disposição
764	Darci Pires de Camargo	Motorista	44	01/04/2014
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	Auxiliar de Serviços Gerais	44	01/04/2014
10950	Liziane Prandini	Assistente Administrativo	35	01/04/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.963

PORTARIA Nº 23.963, de 30 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que fazem jus, por motivos pessoais, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./Fund.	Conv.	Período Aquisitivo
912	Ana Maria de Candido Constantini	Merendeira	005	1/3	01/01/2002 a 01/01/2007
4594	Gelson Luiz Savi	Fiscal de Posturas	023	1/3	04/03/2009 a 04/03/2014
896	José Alves Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	003	1/3	01/11/1994 a 01/11/1999
1293	Rosani de Fátima Sabini	Auxiliar de Serviços Gerais	002	1/3	20/08/2007 a 20/08/2012

962	Valdir Antonio Teles de Oliveira	Operador de Máquinas	003	1/3	01/01/2002 a 01/01/2007
-----	----------------------------------	----------------------	-----	-----	-------------------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
30 de Maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.964

PORTARIA nº 23.964, de 30 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados em diversas Secretarias Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome dos servidores e nível ascendido no período de 01/05/2014 a 30/05/2014, conforme segue:

Código	Nome	Nível Ascendido
892	Cleony Lopes Barboza Figur	Nível X - Nível XI
12	Gustavo Kucher Furlin	Nível 0 - Nível I
10486	Hemerson Bach Castilho	Nível 0 - Nível I
10949	Iseline Correia de Souza do Valle	Nível 0 - Nível I
10823	Jocemara Silva	Nível 0 - Nível I
10942	Josiane Burger da Silva Criminácio	Nível 0 - Nível I
1039	Juçara Schneider Muller João	Nível V - Nível VI
791	Laurita Faustino Aimi	Nível II - Nível III
10950	Liziane Prandini	Nível 0 - Nível I
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	Nível I - Nível II
9615	Marilene de Lima Fagundes	Nível 0 - Nível I
8331	Monica Michele Witiuk	Nível II - Nível III
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	Nível 0 - Nível I
10928	Serly de Goes dos Santos	Nível 0 - Nível I
10785	Vagner Gonçalves	Nível 0 - Nível I

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.040

DECRETO nº 6.040, de 20 de junho de 2014.
Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.938, de 21 de março de 2014, para compor a Comissão Especial de Licitação do Transporte Coletivo no Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas

atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o servidor GIANNI LUCIO PARIZOTTO, designado pelo Decreto nº 5.938, de 21 de março de 2014, para compor a Comissão Especial de Licitação do Transporte Coletivo no Município de Caçador, pela servidora LUCIANA MARTA DEBARBA CEREZA, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.065

PORTARIA nº 24.065, de 20 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

Art. 1º - SUSPENDER o Processo Administrativo Disciplinar nº. 01/2014, instaurado a fim de apurar a reprovação de estágio probatório, com possibilidade de falta de capacidade e aptidão e dificuldade de relacionamento humano, entre outros, da Servidora Pública Municipal LAISA TATIANA MARTINS, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, atuando junto à CMEI Sonho Encantado, em virtude da urgente necessidade de instauração de procedimento para investigar denúncias de possíveis irregularidades ocorridas junto à Secretaria Municipal de Saúde, e considerando o grande fluxo de informações a serem investigadas e documentos auditados pela Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares.

Art. 2º. O Processo Administrativo ficará suspenso até a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de Junho de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 24.070

PORTARIA nº 24.070, de 20 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

Art. 1º - INSTAURAR Sindicância Administrativa a fim de apurar denúncias referentes à possibilidade de irregularidade em viagens

de servidores/funcionários, adiantamento de viagens, acompanhamento de pacientes por servidores municipais e diárias de servidores e/ou funcionários públicos municipais da Secretaria de Saúde nos anos de 2010, 2011 e 2012. A Comissão deverá apurar amplamente toda e qualquer irregularidade que eventualmente tenha ocorrido junto à Secretaria Municipal de Saúde, e se há envolvimento ou beneficiamento indevido de servidores e/ou funcionários públicos, tudo conforme consta na denúncia e demais documentos que acompanham (Protocolos nº. 8687/2014).

Parágrafo único. A Comissão Sindicante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do procedimento, e deverá, se possível, apontar as irregularidades, os envolvidos bem como suas responsabilidades, e a obrigação de ressarcimento aos cofres públicos, em conformidade com o art. 192 e seguintes da Lei Complementar nº. 56/2004.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº. 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora, designada como Coordenadora de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, lotada junto à Secretaria de Educação; CARLA CAVALHEIRO DALLAZZEN, ocupante do cargo de Secretária, lotada junto a Secretaria de Educação e LEANDRO SOUZA DE MATOS, ocupante do cargo de analista de sistemas, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, para, na condição de membros, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Sindicância Administrativa nº. 02/2014. A Comissão contará com o auxílio da estagiária de Direito Jéssica Menel, que secretariará os trabalhos, prestando o compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo no processo.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30(trinta)dias para conclusão dos trabalhos, a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 223 da Lei Complementar nº. 056 de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador.

Art. 4º- Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, devendo todos os setores e repartições públicas atenderem com prioridade as solicitações da Comissão Sindicante, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de Junho de 2014.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.050

PORTARIA nº 24.050, de 16 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos,

Resolve:

Art. 1º - INSTAURAR Processo Administrativo a fim de apurar a

efetiva realização de despesa não empenhada e não paga, bem como para apuração da legitimidade da despesa com a locação de imóvel, de propriedade de Carmem Lucia Thomé Fabiani e outros sem cobertura contratual, consistente em uma casa de alvenaria, com 310m², situado na Av. Santa Catarina, nº 400, Centro, nesta cidade de Caçador, para o funcionamento da farmácia central da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º - A Comissão de Processo Administrativo tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 233, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/04 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARTA DEBARBA CEREZA, matrícula nº 10.780, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município; MARIA APARECIDA BOSCATTO, matrícula nº 3.271, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município; ADRIANA CARNEIRO SCHIMITZ, matrícula nº 863, ocupante do cargo Técnico em Programação de Computador, lotado na Secretaria da Administração, para, sob a presidência do primeiro, e secretariada pela última, comporem a Comissão de Processo Administrativo n. .

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos a contar do recebimento da portaria publicada no órgão oficial de publicação, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 30 (trinta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 4º- Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos denunciados.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

IPASC

Ata de Registro de Preços Nº 08/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014
REGISTRO DE PREÇOS

Aos dezessete dias do mês de junho de 2014, presentes de um lado O IPASC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua General Osório, nº 52, nesta cidade de Caçador/SC, inscrita no CNPJ sob nº 04.272.905/0001-71, neste ato representada pelo senhor Diretor-Presidente, Sr. ALCEDIR FERLIN, brasileiro, separado, servidor público municipal, inscrito no CPF sob nº 476.609.539-15, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, denominado INSTITUTO/CONTRATANTE, de outro a empresa

TELECAL TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.340.382/0001-02, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 32 em Caçador/SC, neste ato representada pelo Sr. ASSIS PEREIRA, brasileiro, separado judicialmente, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº

511.370.119-04, residente e domiciliado na cidade de Caçador/SC, denominado FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao processo licitatório nº 07/2014, Pregão Presencial nº 04/2014 para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- (IPASC), nos termos da Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Lei 10.520/02, Decreto Municipal nº 3.522/06 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO E NOBREAK PARA ALA NOVA DO EDIFÍCIO DO IPASC, conforme marcas constantes na proposta comercial de preços apresentada pelo FORNECEDOR do Edital do Pregão Presencial nº 04/2014, para Registro de Preços, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM - 02 - 10 UNIDADES - NOBREAK ONDA SEMI SENOIAL, 08 TOMADAS, ENTRADA 120/220V AUTOMATICO, SAIDA 120V, 2 BATERIAS SELADAS DE 7 AMPER, 1200VA, 600 WATTS, NA AUSENCIA DE ENERGIA MANTER LIGADO NO MINIMO 10 MINUTOS. SINALIZAÇÃO EM LEDS: PRESENCIA DE REDE, AUSENCIA DE REDE E PERCENTUAL DE CARGA, AUSENCIA OU CARGA MINIMA NOBREAK, SUBTENSÃO OU SOBRETENSÃO DA REDE ELÉTRICA, BATERIA DESCARREGADA OU COM NÍVEL MINIMO, POTENCIA EXCESSIVA NA SAIDA, DESLIGAMENTO POR SOBRE TENSÃO NA SAÍDA, INDICAÇÃO DE NECESSIDADE DE TROCA DE BATERIA, COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES, DA MARCA NHS pelo Valor Unitário R\$ 379,00 (trezentos e setenta e nove reais) totalizando R\$ 3.790,00 (Três mil setecentos e noventa reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014
REGISTRO DE PREÇOS

Aos dezessete dias do mês de junho de 2014, presentes de um lado O IPASC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua General Osório, nº 52, nesta cidade de Caçador/SC, inscrita no CNPJ sob nº 04.272.905/0001-71, neste ato representada pelo senhor Diretor-Presidente, Sr. ALCEDIR FERLIN, brasileiro, separado, servidor público municipal, inscrito no CPF sob nº 476.609.539-15, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, denominado INSTITUTO/CONTRATANTE, de outro a empresa

TELECAL TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.340.382/0001-02, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 32 em Caçador/SC, neste ato representada pelo Sr. ASSIS PEREIRA, brasileiro, separado judicialmente, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 511.370.119-04, residente e domiciliado na cidade de Caçador/SC, denominado FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao processo licitatório nº 07/2014, Pregão Presencial nº 04/2014 para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- (IPASC), nos termos da Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Lei 10.520/02, Decreto Municipal nº 3.522/06 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO E NOBREAK PARA ALA NOVA DO EDIFÍCIO DO IPASC, conforme marcas constantes na proposta comercial de preços apresentada pelo FORNECEDOR do Edital do Pregão Presencial nº 04/2014, para Registro de Preços, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM - 02 - 10 UNIDADES - NOBREAK ONDA SEMI SENOIAL, 08 TOMADAS, ENTRADA 120/220V AUTOMATICO, SAIDA 120V, 2 BATERIAS SELADAS DE 7 AMPER, 1200VA, 600 WATTS, NA AUSENCIA DE ENERGIA MANTER LIGADO NO MINIMO 10 MINUTOS. SINALIZAÇÃO EM LEDS: PRESENCIA DE REDE, AUSENCIA DE

REDE E PERCENTUAL DE CARGA, AUSENCIA OU CARGA MINIMA NOBREAK, SUBTENSÃO OU SOBRETENSÃO DA REDE ELÉTRICA, BATERIA DESCARREGADA OU COM NÍVEL MINIMO, POTENCIA EXCESSIVA NA SAÍDA, DESLIGAMENTO POR SOBRE TENSÃO NA SAÍDA, INDICAÇÃO DE NECESSIDADE DE TROCA DE BATERIA, COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES, DA MARCA NHS pelo Valor Unitário R\$ 379,00 (trezentos e setenta e nove reais) totalizando R\$ 3.790,00 (Três mil setecentos e noventa reais).

1. 2. Condições para entrega:

1. A entrega compreende a entrega, descarga, a montagem e instalação e configuração para perfeito funcionamento no local indicado, com todo o material necessário, a instalação deverá ser de forma que atenda a legislação pertinente, por um técnico devidamente registro no CREA/SC e com recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)

2. Os equipamentos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses. O atendimento quando solicitado assistência técnica deverá ser no máximo em 48 (quarenta e oito) horas no local de entrega, na sede do Instituto, sendo que o proponente vencedor deverá resolver, inclusive com substituição dos móveis que apresentarem defeitos durante o período de vigência da garantia ou garantir gratuitamente os consertos de eventuais defeitos nos serviços que venham ocorrer durante o período de vigência da garantia.

3. Todas as despesas com transporte, montagem, instalação, a entrega e descarregamento correrão por conta da proponente. As entregas deverão ser feitas no horário de expediente em vigor juntamente com a Nota Fiscal para conferência. Anexo a Nota Fiscal deverá vir cópia da ART.

4. Os equipamentos cotados e entregues deverão atender as especificações mínimas estabelecidas neste Edital, ser novos e lacrados, com prazo de garantia mínima de (12) doze meses, com selo de qualidade. Os equipamentos entregues deverão ser da mesma marca e qualidade das marcas cotadas nas propostas, não será permitida a substituição de marcas;

5. Caso o equipamento não corresponda ao exigido pelo Edital, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Lei 10.520/02, Decreto Municipal nº 3.522/06 e demais legislações aplicáveis.

6. O recebimento e conferência dos equipamentos serão realizados pela Diretoria Administrativa do Instituto ou por servidor especialmente designada para este fim, sendo que os equipamentos que apresentarem problemas, ou deixarem de atender as especificações deverão ser substituídos sem custo adicional para o Instituto;

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte e descarregamento de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital, inclusive entrega.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ter seus preços reajustados pelo IGPM/FGV ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.

3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Licitações e Contratos desde que

acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

6. Independentemente do disposto no item 3, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do município.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 3 (três) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Instituto.

2. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura desta ata, bem como a garantia dos equipamentos terá validade para 12 meses após a entrega contados a partir da emissão da Nota Fiscal.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega e mediante apresentação da Nota Fiscal juntamente com uma cópia da ART na Diretoria Administrativa do Instituto devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento dos equipamentos devidamente entregues, instalados, montados e configurados para o perfeito funcionamento.

2. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do processo licitatório que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o Instituto a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o Instituto poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Instituto, observadas às condições do Edital e o preço registrado.

4. Os pedidos de fornecimento serão formalizados pela Diretoria Administrativa do Instituto.

5. As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o Instituto na quantidade constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de aplicação das sanções e penalidades previstas em Lei.

6. O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA

1. Os equipamentos serão recebidos pela Diretoria Administrativa do Instituto ou por servidor especialmente designado para este fim;
2. Caso o equipamento não corresponda ao exigido pelo Edital, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Lei 10.520/02, Decreto Municipal nº 3.522/06 e demais legislações aplicáveis.
3. O FORNECEDOR deverá entregar os móveis e equipamentos instalados após emissão da autorização de fornecimento parcelada, conforme a necessidade da requisitante, com tolerância máxima de 10 (dez) dias, no local determinado pela Autorização de Fornecimento, de segunda a sexta-feira no edifício sede do IPASC situado na Travessa da Rua General Osório, nº 52. A entrega, montagem e instalação deverão ser feitas no horário de expediente em vigor juntamente com a Nota Fiscal para conferência.
4. A instalação para perfeito funcionamento deverá ser feita por técnicos habilitados e adequada a legislação pertinente com recolhimento de ART.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a

aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério da Administração.

2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

3. A penalidade pecuniária prevista neste capítulo será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94

5. Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um (1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois (2) anos no caso de inexecução total do contrato;

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.
2. Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).
3. O licitante reconhece os direitos da Administração nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

Pela Administração no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou

instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

2. A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito a Diretoria Administrativa do IPASC facultada à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

3. A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.

4. O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

5. No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários do exercício de 2014, e serão lançadas quando da emissão do empenho, por ser Registro de Preços.

2. Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de

organismos internacionais, repassados ao Instituto a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de Caçador/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 04/2014 para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa TELECAL TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EPP, classificada em 1º lugar, no Item 02 da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Caçador/SC, 17 de junho de 2014.

ALCEDIR FERLIN.

Diretor-Presidente do IPASC.

TELECAL TEC. INF. LTDA EPP

ASSIS PEREIRA - Representante Legal

FORNECEDOR

Portaria N.º 717, de 20 de Junho de 2014

PORTARIA n.º 717, de 20 de junho de 2014.

Dispõe sobre a homologação do resultado final do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 01/2014 - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais De Caçador - IPASC.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29 de dezembro de 2006,

RESOLVEM:

Art. 1º. Homologar o resultado final do Processo de Seleção Simplificado para contratação em caráter temporário e formação de cadastro de reserva, para atuação junto ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, de acordo com o Edital nº 01/2014, de 14 de Maio de 2014, conforme consta do anexo I que fica fazendo parte integrante da presente Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 20 de junho de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

ANEXO I

RESULTADO FINAL PARA OS CARGOS DO PROCESSO SELETIVO

Nome do Cargo: CONTADOR

Classificação	Candidato	Pós Graduação	Exp. Prof. Serv. Público	Exp. Prof. Serv. Privado	Total de Pontos
1º	Fabrizio João Bogoni	3,0	6,0	20,0	29,0
2º	Maria Jussara Canalle Paes Juliani	0,0	0,0	28,0	28,0
3º	Marcelo Ribeiro	0,0	0,0	24,0	24,0
4º	Ivandro José Bogoni	0,0	6,0	17,0	23,0
5º	Maria Salete Zanoni	0,0	0,0	19,0	19,0
6º	Sandra Rogéria Balzan	1,5	0,0	11,0	12,5
7º	Aline Maíra Carvalho Archer	3,0	0,0	3,0	6,0

Camboriú

PREFEITURA

PR 16/14 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2014-FUNDESB

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MALHA POP REFORÇADA PARA SER USADO NA PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EM MORROS, DEIXANDO ASSIM O SERVIÇO COM UMA DURABILIDADE MAIOR E GERANDO ECONOMIA AO MUNICÍPIO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 02 (Dois) de Julho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Junho de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 21/14 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2014-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (TIRA REAGENTE E LANCETA) PARA O PROGRAMA DE DIABETES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 10:00 horas do dia 04 (Quatro) de Julho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Junho de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2014-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO. REQUALIFICAÇÃO E REPARO DAS UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas

no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 04 (Quatro) de Julho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Junho de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 20/14 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2014-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO. REQUALIFICAÇÃO E REPARO DAS UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 04 (Quatro) de Julho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Junho de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Lei N.º 2.693/2014

LEI N.º 2.693/2014

Dispõe sobre a autorização para repasse de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/ Secretaria Municipal de Administração e o Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com o Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n.º 79.372.108/0001-65, com sede na Rua Prof. Jacob Ineichen, n.º 6.607, Bairro Itoupava Central, Blumenau/SC.

Art. 2º O objeto do presente convênio consiste no repasse de recursos financeiros ao Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, com o objetivo de custar as despesas com o acolhimento institucional provisório de atendimento psicossocial de até 05 (cinco) adolescentes do sexo masculino, com idade entre 12 (doze) e 17 (dezessete) anos, em situação de dependência de substâncias psicoativas, em regime de residência integral, pelo prazo de 06

(seis) meses, acompanhado por equipe multidisciplinar.

Parágrafo único. O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 12 (doze) parcelas mensais no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil de cada mês na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir sua assinatura e terá vigência por 12 (doze) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 17 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.694/2014

LEI N.º 2.694/2014

Dispõe sobre a autorização para transferência de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e a Ação Social e Cultural de Monte Alegre e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a Ação Social e Cultural de Monte Alegre, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob n.º 0 10.291.484/0001-29, com sede na Rua Monte Neblina, n.º 199, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do convênio consiste no repasse de recursos financeiros destinados à Ação Social e Cultural de Monte Alegre, com a finalidade de custear parte das despesas com a realização do evento "Quermesse Cultural Senhor Bom Jesus 2014", que ocorrerá entre os dias 04 e 10 de agosto de 2014, com o intuito de manter as tradições dos colonizadores do Distrito de Monte Alegre.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em parcela única, a qual será depositada a partir da data de assinatura do convênio na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 60 (sessenta) dias.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso sejam descumpridas as suas cláusulas

ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 17 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.695/2014

LEI N.º 2.695/2014

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO GUARANI", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada O", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7414, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 17 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.696/2014

LEI N.º 2.696/2014

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO IUJÍ", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada V", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7424, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 17 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

PR 8/14 - FUNDESP

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2014-FUNDESP
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E REPARO NAS INSTALAÇÕES PERTENCENTES À FUNDAÇÃO DE ESPORTES - ESTÁDIO MUNICIPAL ROBERTO SANTOS GARCIA, GINÁSIO DE ESPORTES IRINEU BORNHAUSEN, GINÁSIO DE ESPORTES DO CONDE VILA VERDE, QUADRA POLIESPORTIVA DO BAIRRO SANTA REGINA NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 15:00 horas do dia 04 (Quatro) de Julho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 8.414 de 18 de Junho de 2014

DECRETO Nº 8.414 DE 18 DE JUNHO DE 2014
ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta: Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), na seguinte Dotação no Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública	
400000.00.168 -	Despesas de Capital	
440000.00.168 -	Investimentos	
449000.00.168 -	Aplicações Diretas	
449051.00.168 -	Obras e Instalações	R\$ 81.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
08.03 -	Serviço de Controle Fazendário	
15.451.0048.2.025 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças	
300000.00.168 -	Despesas Correntes	
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.168 -	Aplicações Diretas	
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 81.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.022 de 18 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.022 DE 18 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A AGENTE DE CONTROLE INTERNO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Contador, exercendo o cargo de provimento em Comissão Agente de Controle Interno, CAMILA BRAUN MACHADO, Matrícula Funcional nº 000698, Registro no Sistema sob nº 955139, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as suas férias no período de 23 de junho de 2014 a 27 de junho de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.023 de 18 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.023 DE 18 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, EVANILDA TOMAZ DE CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000020, Registro no Sistema sob nº 292200, referente ao período aquisitivo 13 de fevereiro de 2013 a 12 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de junho de 2014 a 12 de julho de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.024 de 18 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.024 DE 18 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, PATRICK ONGHERO, Matrícula Funcional nº 000609, Registro no Sistema sob nº 954897, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 23 de junho de 2014 a 07 de julho de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.025 de 18 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.025 DE 18 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio ao Servidor Público, ocupante do cargo de público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional, CELSO FELICIANO, Matrícula Funcional nº 285, Registro no Sistema sob nº 316400, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo de 17 de abril de 2011 a 17 de abril de 2014.

Art.2º) O servidor gozará sua Licença Prêmio no período de 23 de junho de 2014 a 22 de julho de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.026 de 18 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.026 DE 18 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Comunitária de Saúde, BEATRIS KUIASKI, Matrícula Funcional nº 000020, Registro no Sistema sob nº 955102, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de junho de 2014 à 06 de julho de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.027 de 18 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.027 DE 18 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Motorista, JOSÉ ODENIR ALVES FRANCO, Matrícula Funcional nº 000266, Registro no Sistema sob nº 314960, referente ao período aquisitivo 19 de junho de 2012 a 18 de Junho de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de junho de 2014 à 06 de julho de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão Eletrônico 58/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2014

A licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO UTILITÁRIO para transporte de merenda escolar na rede municipal de ensino, conforme tabela abaixo:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	01	Unid.	Veículo automotor, tipo furgão/carga (com compartimento fechado, para o transporte de merenda escolar), garantia mínima de 12 meses, sem limite de quilometragem, combustível diesel S10, conforme norma vigente. Original, de fábrica, novo, (zero quilometro), ano e modelo 2014 ou 2015, na cor branca. Fabricação nacional, direção hidráulica, com proteção de cárter/motor, assoalho da cabine em borracha, motor com potência mínima de 120cv, capacidade de carga mínima de 1500 KG. Assistência técnica no município de Campo Alegre ou em até 70 KM da sede até o município de Campo Alegre. Com todos equipamentos de segurança exigidos pela legislação de trânsito vigente. Com frete incluso.	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 23/06/2014, às 09 horas e 15 minutos do dia 03/07/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 9 horas e 30 minutos do dia 03/07/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da

seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00
- Secretaria Municipal de Educação. Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: 12 - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamento e Material Permanente; Recurso: 907 - AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TRANSPORTE MERENDA, Código reduzido: 390.

- Os recursos são provenientes do programa de transferência 2014002631, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra e contrapartida municipal.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 23 de junho de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Pregão Eletrônico 59/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2014

A licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO AMBULÂNCIA para transporte de pacientes do município, conforme tabela abaixo:

VALOR ESTIMADO PARA O ITEM 01

Veículo automotor AMBULÂNCIA, tipo furgão, 4 portas, motor de no mínimo 2.299 cilindradas. Diesel S10 e S50. Tração dianteira, 6 marchas, tanque de combustível de no mínimo 70 litros.

DIMENSÕES:

Mínimo de 2.500mm altura exterior.

Mínimo de 5.500mm comprimento exterior.

EQUIPAMENTOS:

02 tomadas 12V no painel, protetor de cárter, portas traseiras com abertura 180°, airbag, freios a disco nas 4 rodas com ABS, ar quente, ar condicionado cabine + salão de atendimento, revestimento interno em material lavável, piso nivelado em compensado naval de no mínimo 10mm de espessura antiderrapante e lavável, divisória original com janela de comunicação com vidros deslizantes entre os compartimentos (cabine do motorista e salão de atendimento), isolamento termo acústico em EPS de alta densidade com 30mm de espessura, janela lateral direita com vidros deslizantes serigrafados na cor branca com filetes, janela de comunicação com vidros deslizantes temperados instalado na divisória, iluminação interna com 2 luminárias de dupla intensidade com lâmpadas em LED. Circuito elétrico com cabos anti-chamas super dimensionados, que não emanem gases conforme norma ABNT NBR 14561:2000, relés, fusíveis térmicos e disjuntores, para proteção do sistema.

MOBILIÁRIO:

Armário superior instalado na lateral esquerda, com portas em acrílico.

SUORTE DE SORO E PLASMA:

Suporte para soro e plasma próximo à cabeceira da maca.

SISTEMA DE OXIGÊNIO:

Suporte metálico para cilindro de oxigênio de 16 litros, com sistema de cintas de poliéster e catraca ajustável, painel de oxigênio com régua tripla completa, com fluxometro, umidificador, chicote, máscara e aspirador com frasco.

BANCO BAÚ:

Banco baú para 03 pessoas, confeccionado em compensado e revestido em fórmica texturizada, com assento basculante e encosto em espuma, com cintos de segurança, banco do atendente com assento, encosto e apoio de cabeça com espuma anatômica, com cintos de segurança.

MACA:

Maca retrátil com estrutura de alumínio, rodízios, trilhos, cabeceira regulável com travas de fixação, colchonete em espuma revestido em couro com cintos de segurança.

SINALIZADOR:

Sinalizador acústico visual, tipo barra em LED com sirene eletrônica - 1 tom na cor vermelha.

GRAFISMO:

Grafismo padrão ambulância, sendo: palavra AMBULÂNCIA invertida no capô, palavra AMBULÂNCIA normal na traseira, cruzes vermelhas nas portas dianteiras.

QUANTIDADE: 01	UNIDADE:	UNIDADE
VALOR ESTIMADO:	R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais).	

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 23/06/2014, às 10 horas e 45 minutos do dia 03/07/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 11h do dia 03/07/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
 - Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social. Unidade: 06.01 - Serviço de Assistência a Saúde; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 301 - Atenção Básica; Programa: 73 - Ampliação da Frota para a Secretaria Municipal de Saúde; Projeto: 1.951 - AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamento e Material Permanente; Recurso: 910 - AQUISIÇÃO DE 01 AMBULÂNCIA, Código reduzido: 388.
 - Os recursos são provenientes do programa de transferência 2014003201, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 23 de junho de 2014.
 Lucilaine Mokfa Schwarz
 Secretária Municipal de Administração

Pregão Eletrônico 60/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
 AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2014

A licitação tem como objeto a aquisição de notebook para Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do município, conforme tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	1	UNID.	Notebook com procesador de núcleo duplo, mínimo de 1.1GHz de velocidade, com no mínimo 2GB DDR3 memória RAM, tela de 14 polegadas, HDD de no mínimo 320GB. Com sistema operacional incluso, webcam integrada, conexão wireless e gravador de DVD.	R\$ 2.750,00	R\$ 2.750,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 2.750,00	

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 23/06/2014, às 13 horas e 45 minutos do dia 03/07/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 03/07/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
 - Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Unidade: 11.01 - Coordenadoria de Cultura; Função: 13 - Cultura; Subfunção: 392 - Difusão Cultural; Programa: 82 - Cultura Descentralizada e Democratizada; Projeto: 1.005 - Manutenção e Ampliação da Banda e Fanfarras; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 1.0515 - Convênio para Aquisição de Equipamentos Musicais e Informática (código reduzido: 252).
 - Os recursos são provenientes do programa de transferência 2014000557, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra e contrapartida municipal.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 23 de junho de 2014.
 Lucilaine Mokfa Schwarz
 Secretária Municipal de Administração

Pregão Eletrônico 61/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2014

A licitação tem como objeto a aquisição de Parque Infantil para instalação em praça da localidade de Fragosos, conforme tabela abaixo:

VALOR ESTIMADO PARA O ITEM 01

PARQUE INFANTIL, contendo:

02 Plataformas medindo 0,98 x 0,98m, confeccionada em madeira de Pinus tratado em Autoclave, régua de 7cm de largura, espaçamento de 1 cm entre elas, com 4 pés em Eucalipto medindo 3,00 e diâmetro entre 12 e 15cm, e cobertura em fibra de vidro, modelo pirâmide, medindo 1,30 x 1,30 x 0,55; altura do chão até a plataforma: 1,30m;

01 Ponte pênsil, medindo 3,00m de comprimento x 0,83m de largura, com corrimão em Eucalipto, assoalho em Pinus 5,5 x 5,5cm tratado em Autoclave, sustentada por cabo de aço 8mm, e 6 correntes 6mm para auxiliar na sustentação, cordas 8mm nas laterais para maior proteção;

01 Escorregador 2,50 x 0,42m e, fibra de vidro, com aba na parte superior e pega mãos em tubo de 1" fixados à plataforma, para maior segurança no acesso, acabamento arredondado no final da pista, pés em tubo de 1";

01 Rampa de cordas, medindo 2,10 x 0,83m, com estrutura em madeira de Pinus 5 x 10cm, e cordas de polipropileno 12mm, formando uma malha;

01 rampa de tacos, medindo 2,00 x 0,83m, com estrutura em madeira de Eucalipto tratado em Autoclave 4 x 7cm, assoalho em madeira de Pinus tratado em Autoclave, tabuas de 9cm e espaçamento de 1cm entre elas, 7 tacos em madeira de Eucalipto tratado em Autoclave medindo 4,5 x 4,5cm x 0,83m, e corrimão nas laterais em tubo de 1";

01 Cerca de proteção, confeccionada em madeira de Pinus tratado em Autoclave, medido 0,75m de altura x 0,83 de largura, com 9 régua de 7cm no sentido vertical;

01 Escada 7 degraus, medindo 2,00 x 0,76m, com estrutura em tubo 30x50mm e corrimão em tubo 1", degraus em madeira medindo 0,12 x 0,70m;

01 Balanço 2 lugares, com estrutura em Eucalipto Citriodora tratado em Autoclave, travessa superior medindo 3,00m e 4 pés medindo 3,00m com diâmetro de 12 a 15cm, com 03 acentos em madeira de Pinus tratado em Autoclave, presos por correntes 6mm galvanizadas à fogo e engates para movimentação com buchas em nylon.

01 Escorregador curvo 3,00 x 0,42m em fibra de vidro, pega mãos em tubo de 1" fixados à plataforma, para maior segurança no acesso, acabamento arredondado no final da pista, pés em tubo de 1", e 3 apoios em madeira ao longo da curva;

02 Gangorras de Eucalipto citriodora tratado em autoclave de 2,5 x 20cm.

QUANTIDADE: 01	UNIDADE: CONJUNTO
----------------	-------------------

VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 13.000,00 (treze mil reais).
----------------------	----------------------------------

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 23/06/2014, às 15 horas e 15 minutos do dia 03/07/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 15 horas e 30 minutos do dia 03/07/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Unidade: 11.03 - Coordenadoria de Esporte e Lazer; Função: 27 - Desporto e Lazer; Subfunção: 813 - Lazer; Programa: 84 - Esporte e Lazer - Integrar para Socializar; Projeto: 2.810 - Criação e Manutenção de Espaços de Lazer; Elemento de Despesa:

3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 909 - AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL. Código reduzido: 392.

- Os recursos são provenientes do programa de transferência 2014002718, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra e contrapartida municipal.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 23 de junho de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

Republicada - Lei Complementar Nº 05/14 Altera Redação da Lc 11/12 Que Criou Cargos de Provimento Temporário Para Execução de Programas Especiais

REPUBLICADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2014 DE 13/06/2014

ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 11/12 DE 10/07/2012 QUE CRIOU CARGOS DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO/EMPREGO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da Lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. A tabela constante no artigo 2º da Lei Complementar 11/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

Cargo	Carga horária/semanal	Vagas	Vencimento
Fisioterapeuta/NASF	40	1	R\$ 2.494,33
Assistente Social/NASF	40	1	R\$ 2.494,33
Fonoaudiólogo/NASF	40	1	R\$ 2.494,33
Nutricionista/NASF	40	1	R\$ 2.494,33
Educador Físico/NASF	40	1	R\$ 1.868,89

Art. 2º. O Anexo I da Lei Complementar nº 11/12 passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo I da presente lei.

Art. 3º. Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 13 de junho de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: EDUCADOR FÍSICO/NASF	
GRUPO/CATEGORIA: Atividades de nível superior	HABILITAÇÃO: Nível superior, formação em Educação Física (bacharelado) e inscrição no CREF.
ATRIBUIÇÕES	

- Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade;
- Veicular informação que visam à prevenção, minimização dos riscos e proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado;
- Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertencimento social nas comunidades, por meio de atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;
- Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/ Práticas Corporais nutrição e saúde juntamente com as ESF, sob a forma de co-participação acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente;
- Articular ações, de forma integrada às ESF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública;
- Contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social;
- Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais;
- Capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde
- ACS, para atuarem como facilitador-monitores no desenvolvimento de Atividades Físicas/Práticas Corporais;
- Supervisionar de forma compartilhada, e participativa, as atividades desenvolvidas pelas ESF na comunidade;
- Promover ações ligadas à Atividade Física/Práticas Corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território;
- Articular parcerias com outros setores da área adstrita junto com as ESF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais;
- Promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/ Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população.

CARGO: NUTRICIONISTA/NASF

GRUPO/CATEGORIA: Atividades de nível superior	HABILITAÇÃO: Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
ATRIBUIÇÕES	

- Planejar e elaborar cardápios, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de preparação dos mesmos;
- Prestar assistência dietoterápica hospitalar e ambulatorial de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos;
- Acompanhar o trabalho do pessoal auxiliar, supervisionado o preparo, distribuição de refeições, recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição;
- Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, observando e analisando o ambiente interno, orientando e supervisionando os funcionários e providenciando medidas adequadas para solucionar os problemas pertinentes, para oferecer alimentação sadia e o aproveitamento das sobras de alimento;
- Realizar auditoria, consultoria, assessoria e palestras em nutrição e dietética;
- Atualizar diariamente as dietas de pacientes, mediante prescrição médica;
- Preparar listas de compras de produtos utilizados, baseando-se nos cardápios e no número de refeições a serem servidas e no estoque existente;
- Zelar pela conservação dos alimentos estocados, providenciando as condições necessárias para evitar deterioração e perdas;
- Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;
- Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;
- Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: FISIOTERAPEUTA/NASF

GRUPO/CATEGORIA: Atividades de nível superior	HABILITAÇÃO: Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
ATRIBUIÇÕES	

- Avaliar e reavaliar o estado de saúde de doentes e acidentados, realizando testes musculares e funcionais;
- Fazer pesquisas de reflexos, provas de esforço, de sobrecarga e de atividades para identificar o nível de capacidade funcional dos órgãos afetados;
- Planejar e executar tratamentos de afecções reumáticas, sequelas de acidentes vascular-cerebral e outros;
- Ensinar exercícios físicos de preparação e condicionamento pré e pós-parto, fazendo demonstrações e orientando a parturiente para facilitar o trabalho de parto;
- Prestar atendimento a pessoas com membros amputados, fazendo treinamento nas mesmas, visando a movimentação ativa e independente com o uso das próteses;
- Fazer relaxamento, exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente para promover a descarga ou liberação da agressividade e estimular a sociabilidade;
- Manipular aparelhos de utilidade fisioterápica;
- Controlar o registro de dados, observando as anotações das aplicações e tratamentos utilizados, para elaborar boletins estatísticos;
- Ensinar exercícios corretivos, orientando e treinando o paciente em exercícios ginásticos especiais, para promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea;
- Supervisionar e avaliar atividades dos auxiliares, orientando-os na execução das tarefas, para possibilitar a execução correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples;
- Assessorar autoridades superiores em assuntos de fisioterapia preparando informes, relatórios, documentos e pareceres;
- Executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL/NASF

GRUPO/CATEGORIA: Atividades de nível superior.	HABILITAÇÃO: Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
--	---

ATRIBUIÇÕES

- Estudar e analisar causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ação que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social;
- Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional para conseguir o seu ajustamento ao meio social;
- Promover o auxílio as pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores, quanto à agilização de exames, fornecimento de medicamentos e outros fatores que facilitem e auxiliem a recuperação de pessoas com problemas de saúde;
- Elaborar diretrizes, atos normativos e programas de assistência social, promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso e melhoria do comportamento individual;
- Assistir às famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico ou de outra natureza, para melhorar a situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros;
- Organizar programas de planejamento familiar, materno-infantil, atendimento a hansenianos e desnutridos, bem como demais enfermidades graves;
- Elaborar e emitir pareceres socioeconômicos, relatórios mensais de planejamento familiar e relação de material e medicamentos necessários para atender a demanda dos atendimentos;
- Participar de programas de reabilitação profissional, integrando equipes técnicas multiprofissionais, para promover a integração ou reintegração profissional de pessoal física ou mentalmente deficiente por doenças ou acidentes decorrentes do trabalho;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: FONOAUDIÓLOGO/NASF

GRUPO/CATEGORIA: Atividades de nível superior.	HABILITAÇÃO: Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
--	---

ATRIBUIÇÕES

- O profissional deve desenvolver suas atividades/ações nos espaços das Unidades Básicas de Saúde e na comunidade;
- Trabalhar de acordo com as diretrizes do SUS, conforme as políticas públicas de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Alegre e as Diretrizes do Ministério da Saúde para o NASF;
- Prestar assistência integral à todos os ciclos de vida;
- Ter habilidade para trabalho em equipe interdisciplinar colaborando na construção do projeto terapêutico do serviço;
- Realizar atendimento levando em consideração os diversos aspectos que compõem o sujeito e sua dinâmica biopsicossocial através de novo olhar para clínica ampliada,
- Cumprir horário conforme específico em contrato,
- Disponibilidade para o trabalho com as famílias nas diferentes transformações em que elas sofrem e estão inseridas,
- Preencher os impressos da unidade para o registro de produção conforme solicitado pela gerência,
- Realizar apoio matricial às equipes de saúde adstritas ao Núcleo de Apoio a Saúde da Família,
- Diagnosticar casos na população atendida específica e propor ações necessárias seja no atendimento individual ou grupo,
- Participar das atividades junto à secretaria municipal de saúde quanto solicitada,
- Apoiar a Equipe de saúde da Família na construção de estratégias educativas sistêmicas para famílias no cuidado dos portadores de distúrbios da comunidade,
- Desenvolver, ações de promoção à saúde através de atividades, grupos, palestras, consultas e visitas domiciliares.

Decreto Nº 7.043/14 Homologa Fases de Estágio Probatório do Concurso Público, Edital Nº 01/2010

DECRETO Nº 7.043/14 DE 16/06/2014

HOMOLOGA FASES DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO, EDITAL Nº 01/2010.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e de conformidade com o Decreto nº 4.941/04 e Decreto nº 5.849/09, e considerando o relatório apresentado pela Comissão nomeada pela Portaria 965/13 de 05/04/2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Relatório de Avaliação da 2ª e 3ª fase do estágio Probatório dos servidores admitidos pelo Concurso Público - Edital nº 01/2010.

Art. 2º - A avaliação foi realizada pela Comissão nomeada pela Portaria nº 965/13, cujos Boletins são parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Os servidores considerados aprovados na 2ª e 3ª fase do Estágio Probatório, cujos boletins de avaliação integram este Decreto, estão aptos a prosseguirem no serviço público municipal.

Art. 4º - O Departamento de Pessoal do município anotarà na ficha funcional de cada servidor a aprovação na 2ª e 3ª etapa do estágio probatório.

Art. 5º - Os servidores aprovados que concluíram a 3ª Fase do Estágio Probatório passarão a efetividade na função pública por força deste Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 16 de junho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

A Comissão designada para aferir o estágio Probatório referente ao Concurso Público - Edital nº 01/2010, nomeada pela Portaria nº 965/13 de 05/04/13, buscou seguir o que estabelece o Decreto nº 4.941 de 25/11/04 e o Decreto nº 5.849 de 08/09/09.

Foram apresentados para avaliação 38 (trinta e oito) servidores concursados, sendo que destes 9 (nove) em 2ª fase e 29 (vinte e nove) em 3ª fase. Foram aprovados 9 (nove) na 2ª fase e 28 (vinte e oito) na 3ª fase. Foi reprovado 1 (um) na 3ª fase do estágio probatório, conforme tabelas abaixo:

SERVIDORES APROVADOS NA 2ª FASE DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

AUXILIAR DE ENFERMAGEM	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
CLAUDETE SALETE ROSA DE CHAVES	2ª

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
ANA MARIA DE ARAÚJO	2ª
BERNADETE JARDIM RIBEIRO	2ª
MARCIA TOLOMEOTTI	2ª
ELETRICISTA PREDIAL	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
IRINEU DOS SANTOS JUNIOR	2ª

FARMACÊUTICO	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
DANIELA GUZATTI MARTENDAL	2ª

OPERADOR DE CENTRAL TELEFÔNICA	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
ANDRÉIA ZANOTTO FAGUNDES	2ª

TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
GRAZIELI APARECIDA CORDEIRO CORREIA MAI	2ª
LUCIANE GOMES DE ALMEIDA	2ª

SERVIDORES APROVADOS NA 3ª FASE DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

AUXILIAR DE ENFERMAGEM	
NOME	FASE
ADRIANA APARECIDA ALMEIDA	3ª

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
NOME	FASE
ANA LUCIA PINTO	3ª
FATIMA LORENA DOS SANTOS MATOS	3ª
FERNANDA GERMANO DOS SANTOS VILLASBOAS	3ª
JANES APARECIDA VENTURIN	3ª
JOSSANIA APARECIDA LOPES DOS SANTOS FERREIRA	3ª
MARI ROSANE DE SOUZA	3ª
MARIA DAS GRACAS DE OLIVEIRA ALMEIDA	3ª
MARLENE ANTUNES DE OLIVEIRA	3ª
PATRICIA DE OLIVEIRA	3ª
SILMARA DE FATIMA CARNIEL SILVEIRA	3ª
SONIA APARECIDA MORESCO	3ª

CARPINTEIRO	
NOME	FASE
JOAO AMADEU BORGES DE OLIVEIRA	3ª

ELETRICISTA PEDRIAL	
NOME	FASE
ANILDO JOSE BEVILAQUA	3ª

ENGENHEIRA CIVIL	
NOME	FASE
LAIDES DALAZEN LAIDNES	3ª

MOTORISTA	
NOME	FASE
CLAUDEMIR DA FONSECA	3ª
FABIO CESAR ANTUNES	3ª
JOAO CARLOS DE LIMA	3ª
MARCO AURELIO PADILHA	3ª
MARCOS ANTONIO HERMES	3ª
TIAGO DA SILVA FERREIRA	3ª

OPERADOR DE MÁQUINAS	
NOME	FASE
ORLY DE JESUS MATOS	3ª

TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO

NOME	FASE
ANDRE LUIZ GUIDINI	3ª
ELENITA APARECIDA GRANZOTTO	3ª
KERLLY JUCIANE WALTER	3ª
MARCIA GONCALVES DE MATTOS MACEDO	3ª
MARIA CRISTINA AVILA	3ª
VIVIANE KEMER PANDOLPHO	3ª

Dos servidores avaliados, 1 (um) foi reprovado conforme tabela abaixo:

SERVIDOR REPROVADO NA 3ª FASE DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

SERVIDOR AVALIADO	CARGO
CLAUDIOMIR DA SILVA	OPERADOR DE MÁQUINAS

Campos Novos, 16 de junho de 2014.

Rosângela Aparecida Canônica
Membro

Viviane Cristina Junho
Membro

Ana Eliza Mara Marcon
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO TP 13/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
TOMADA DE PREÇO Nº 13/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 09 de julho de 2014 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preços do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE NO DISTRITO DE IBICUI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min, diariamente.

Campos Novos, 18 de junho de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - PP 54/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 04 de julho de 2014 às 15h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTO COTAÇÃO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou

na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 18 de junho de 2014.

Prefeito Municipal

Nelson Cruz

CÂMARA MUNICIPAL

Moção Nº 50/2014

MOÇÃO Nº 50/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

A pedido do vereador Antonio Rosa, o Poder Legislativo de Campos Novos/ SC, vem por meio de seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização a...

"ESCOLA CAIC E FUNCIONÁRIOS"

Pelo belíssimo evento realizado no dia 10 de junho do corrente ano, a "Festa das Nações", pois somos sabedores da dedicação, empenho e comprometimento de todos, que de alguma maneira colaboraram para a realização deste grandioso evento que tem uma grande diversidade cultural e de qualidade que engrandece nosso município, onde a população camponovense prestigiou com muito orgulho.

É com enorme satisfação que parabenizamos, pela dedicação e todos, e temos orgulho de ter em nosso município profissionais como vocês, que com muito empenho fazem uma festa tão grandiosa. Parabéns a este time vencedor.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações, desejando-lhes sucesso na continuidade de seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 11/06/2014.

Antônio Rosa

2º Secretário

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

Decreto Nº 10/2014

DECRETO Nº 10/2014

VISA CONCEDER A "COMENDA JOÃO GONÇALVES DE ARAÚJO A DANIELI DA SILVA"

O cidadão Rui Jorge Tomazoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º. Visa conceder a "Comenda João Gonçalves de Araújo" a DANIELI DA SILVA, natural de Campos Novos, atleta, campeã brasileira de 1,500 metros, a qual contribuiu para o crescimento do esporte camponovense.

Parágrafo único - A jovem "Danieli da Silva" nasceu em Campos Novos, no dia 05 de Novembro de 1997, começou no esporte no ano de 2011. No mesmo ano já obteve o título de 3º lugar na ALESC (Assembleia Legislativa de Campos Novos), percorrendo uma distância de 800 metros. No ano de 2012, ficou campeã da ALESC, a qual percorreu uma distância de 1.500 metros. E auferindo também 4º lugar no JASC (Jogos Abertos de Santa Catarina). Atingiu o Título de Bi Campeã da ALESC em 2013, consagrando-se também na distância de 1.500 metros. E ficando em 2º lugar no JASC. Competiu no CROSS, que é conhecido como uma corrida em céu aberto ou terreno acidentado, alcançando 4 Km de corrida e adquirindo o Título de 3º lugar. E em 2014 conquistou o Título mais importante do Atletismo, tornando-se Campeã Brasileira, batendo o recorde dos 1.500 metros. Danieli alcançou a glória em curto período de tempo. Afirma que pretende ficar no esporte até os 30 anos de idade, e depois continuar na corrida de rua. Danieli da Silva tem orgulho de ser camponovense, almejando ganhar mais Títulos para o Município de Campos Novos.

Art. 2º Este decreto entra em vigo na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 18 de junho de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA

Decreto 106/2014

DECRETO Nº. 106/2014
DECRETA LUTO OFICIAL

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica decretado luto oficial no Município de Canoinhas, por três (03) dias, tendo em vista o falecimento do Sr. EDMUNDO BITTENCOURT, ocorrido no dia 14 de maio do corrente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº107/2014

DECRETO Nº. 107/2014
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 611,90 m² (Seiscentos e onze metros e noventa decímetros quadrados), procedido por MICHELE CRISTINA ARNOLD situado na Rua João Maria dos Santos, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 33.963 e 37.040, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 04 com área de 229,88 m², lote nº 17 com área de 207,34 m² e lote nº 18 com área de 207,34 m², todos pertencentes à quadra nº 1187, conforme requerimento protocolado sob nº. 3115/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº108/2014

DECRETO Nº. 108/2014
APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 847,00m² (Oitocentos e quarenta e sete metros quadrados), procedido por SILVETE ROSINHA HELKO, situado na Rua Emilio Scholtz, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 5.824 e 18.406, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 28 com área de 847,00m² pertencente a quadra nº 210, conforme requerimento protocolado sob nº. 2876/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº109/2014

DECRETO Nº. 109/2014
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVES DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 - Inc. III da Lei 5.202 de 11/11/2013 - LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por anulação de dotação ao Orçamento Geral da Prefeitura, para o

exercício de 2014, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 15: FUNREBOMPM DE CANOINHAS
 Unidade 15.02: FUNPOM DE CANOINHAS
 Função 6: Segurança Pública
 Subfunção 181: Policiamento
 Programa 15: Segurança Pública Eficiente
 Atividade 2.031 - Ações do FUNPOM
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 10.000,00
 Recursos 535 - Recursos Ordinários - PM - FUNPOM

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 15: FUNREBOMPM DE CANOINHAS
 Unidade 15.02: FUNPOM DE CANOINHAS
 Função 6: Segurança Pública
 Subfunção 181: Policiamento
 Programa 15: Segurança Pública Eficiente
 Atividade 2.031 - Ações do FUNPOM
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 10.000,00
 Recursos 535 - Recursos Ordinários - PM - FUNPOM

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 19 de maio de 2014.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº110/2014

DECRETO Nº. 110/2014
 "ALTERA O VALOR DA TARIFA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE VEÍCULOS MEDIANTE CORREÇÃO MONETÁRIA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Art. 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e:

Considerando a necessidade de correção monetária do contrato 65/2009;

Considerando o parecer jurídico nº 56/2014;

Considerando a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do referido contrato; Resolve:
 DECRETAR

Art. 1º - O valor da tarifa a ser cobrada do usuário do sistema pela concessionária exploradora do "Rotativo Canoinhas", fica fixado em R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos) o cartão de 30 min (trinta minutos) e R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o cartão de 01 (uma) hora.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor a partir de 01/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de maio de 2014.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº111/2014

DECRETO Nº. 111/2014
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2008, 2011, 2012 e 2013, inscritos em Restos a Pagar - Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivara e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de maio de 2014.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº111/2014

ENTIDADE 01 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 - RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0005253/08	03/12/2008	IMPrensa NACIONAL	121,48
0000178/11	03/01/2011	INVIO SAT SEGURANÇA LTDA EPP	4.352,00
0000001/12	02/01/2012	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	15.186,75
0000025/12	02/01/2012	BANCO DO BRASIL S.A. - PROVIAS II	4.595,48
0000578/12	25/01/2012	INVIO SAT SEGURANÇA LTDA EPP	7.368,87
0001646/12	02/04/2012	BETHA SISTEMAS LTDA	7.290,14

0002385/12	23/05/2012	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	6.210,00
0004071/12	27/12/2012	BETHA SISTEMAS LTDA	9.147,12
0000013/13	02/01/2013	BANCO DO BRASIL S.A. - PROVIAS II	1.775,44
0000015/13	02/01/2013	BANCO DO BRASIL S.A. - PMAT	3.389,13
0000016/13	02/01/2013	BADESC - MP RENE-GOCIAÇÃO	1.122,82
0000017/13	02/01/2013	BADESC - MP RENE-GOCIAÇÃO	6.231,70
0000018/13	02/01/2013	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PROG SANEAMENTO	8.543,93
0000019/13	02/01/2013	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PROG SANEAMENTO	4.638,56
0000034/13	02/01/2013	STANG & STANG LTDA	18,58
0000035/13	02/01/2013	STANG & STANG LTDA	6.981,56
0000036/13	02/01/2013	STANG & STANG LTDA	1.032,20
0000037/13	02/01/2013	STANG & STANG LTDA	160,93
0000038/13	02/01/2013	STANG & STANG LTDA	59,89
0000039/13	02/01/2013	STANG & STANG LTDA	1.567,69
0000041/13	02/01/2013	STANG & STANG LTDA	7.751,71
0000177/13	02/01/2013	CAROLINE STEIN E OUTROS	11.400,00
0000203/13	02/01/2013	CENTRO DE INTEG. EMPR-ESCOLA DO ES. DE SC	0,04
0000247/13	02/01/2013	IPÊ INFORMÁTICA LTDA	0,16
0000513/13	31/01/2013	CONSÓRCIO INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	139,00
0000514/13	31/01/2013	CONSÓRCIO INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	2.314,00
0000947/13	08/03/2013	CONSÓRCIO INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	1.287,00
0001754/13	09/05/2013	WAGNER HAROLDO PELAGIO	1.150,00
0001918/13	24/05/2013	STANG & STANG LTDA	139,70
0001925/13	27/05/2013	GRÁFICA CANOINHAS LTDA	962,00
0002423/13	10/07/2013	CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SC	4.320,00
0002837/13	13/08/2013	AWS - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME	34.914,49
0003000/13	26/08/2013	LUPA SEGURANÇA LTDA	6.639,00
0003001/13	26/08/2013	LUPA SEGURANÇA LTDA	986,94

0003003/13	26/08/2013	LUPA SEGURANÇA LTDA	4.934,68
0003004/13	26/08/2013	LUPA SEGURANÇA LTDA	1.389,50
0003005/13	26/08/2013	LUPA SEGURANÇA LTDA	2.467,34
0003006/13	26/08/2013	LUPA SEGURANÇA LTDA	2.103,73
0003007/13	26/08/2013	LUPA SEGURANÇA LTDA	4.000,00
0003008/13	26/08/2013	LUPA SEGURANÇA LTDA	4.000,00
0004082/13	28/11/2013	DIGITALNET BRASIL SISTEMAS DE COLABORAÇÃO LTDA	3.950,00
0004179/13	05/12/2013	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	0,19
0004180/13	05/12/2013	PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL JUCEMAR CESCONETTO	1,73
0000284/13	07/01/2013	LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA	334,00
0000283/13	07/01/2013	LUIZ HAROLDO MUNHOZ	170,00
0000129/13	02/01/2013	INVOLÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA	1.152,00
0000299/13	09/01/2013	COLETIVO SANTA CRUZ LTDA	3.784,00
0000303/13	09/01/2013	COLETIVO SANTA CRUZ LTDA	3.432,30
0000304/13	09/01/2013	COLETIVO SANTA CRUZ LTDA	2.640,00
0000459/13	30/01/2013	WALDEVINO ESTEVES MARTINS	13,00
0000449/13	30/01/2013	RENATO KNOREK EPP	46,75
0000698/13	20/02/2013	VALDEMAR BERLANDE FILHO & CIA LTDA	263,50
0000699/13	20/02/2013	VALDEMAR BERLANDE FILHO & CIA LTDA	3,00
0000701/13	20/02/2013	VALDEMAR BERLANDE FILHO & CIA LTDA	76,50
0000702/13	20/02/2013	VALDEMAR BERLANDE FILHO & CIA LTDA	17,00
0000703/13	20/02/2013	VALDEMAR BERLANDE FILHO & CIA LTDA	136,00
0000704/13	20/02/2013	VALDEMAR BERLANDE FILHO & CIA LTDA	51,00
0000739/13	22/02/2013	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS	121,00
0000875/13	04/03/2013	IT9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA - ME	20,15
0000134/13	02/01/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	495,79
0000136/13	02/01/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	172,76
0000137/13	02/01/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	330,00
0000138/13	02/01/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	160,33
0000139/13	02/01/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	116,83

0000140/13	02/01/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	37,19
0000141/13	02/01/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	7,19
0000259/13	07/01/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	130,00
0001939/13	28/05/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	2.203,37
0001940/13	28/05/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	337,79
0001943/13	28/05/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	57,15
0001944/13	28/05/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	208,37
0001945/13	28/05/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	337,79
0001946/13	28/05/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	370,88
0002983/13	22/08/2013	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	61,32
0001345/13	03/04/2013	RENATO KNOREK EPP	45,00
0001349/13	03/04/2013	RENATO KNOREK EPP	200,00
0001353/13	03/04/2013	RENATO KNOREK EPP	61,00
0001360/13	03/04/2013	RENATO KNOREK EPP	180,00
0001363/13	03/04/2013	RENATO KNOREK EPP	100,00
0001364/13	03/04/2013	RENATO KNOREK EPP	57,00
0000738/13	22/02/2013	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF. DE CONCRETO	200,00
0001026/13	15/03/2013	MARINA MARIA IAR-ROCHESKI - ME	126,28
0001091/13	20/03/2013	ELETRICA TF LTDA	110,00
0001307/13	02/04/2013	UNIVALE - UNIÃO PLANTAD VALE DO CANOINHAS	34,40
0001315/13	02/04/2013	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF. DE CONCRETO	21,44
0001675/13	30/04/2013	VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMEN-TO LTDA	37,90
0001676/13	30/04/2013	VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMEN-TO LTDA	75,80
0001677/13	30/04/2013	VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMEN-TO LTDA	796,80
0001680/13	30/04/2013	VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMEN-TO LTDA	1.321,97
0002109/13	11/06/2013	INVIOÁVEL SEGU-RANÇA 24 HORAS LTDA	11,92
0001659/13	30/04/2013	VALDEMAR BERLAN-DE FILHO & CIA LTDA	136,00
0002656/13	31/07/2013	VALDEMAR BERLAN-DE FILHO & CIA LTDA	110,50
0003677/13	22/10/2013	COLETIVO SANTA CRUZ LTDA	1.320,00
0003044/13	29/08/2013	NELSON DOS REIS SILVA	190,00
0001673/13	30/04/2013	ADEPLAN PRESTA-DORA DE SERVIÇOS LTDA	231,00

0002985/13	23/08/2013	ELETRICA TF LTDA	323,70
0003017/13	27/08/2013	DIGISYSTEM COM. DE MAQ. E SUPRIM. INFORMATICA LTDA	198,00
0003041/13	29/08/2013	MAGNA COELI PANGRATZ GONDIM PADILHA	150,00
0003131/13	04/09/2013	CLARO S.A.	179,00
0003212/13	10/09/2013	ELETRICA TF LTDA	200,00
0003799/13	05/11/2013	HERMES ANTONIO SARI	948,00
0004050/13	25/11/2013	I9 SOLUÇÕES TEC-NOLÓGICAS LTDA - ME	94,94
0004215/13	06/12/2013	STANG & STANG LTDA	2.248,28
0004235/13	09/12/2013	ALBACORA SUPRI-MENTOS DE INFOR-MÁTICA LTDA	13,80
0004343/13	19/12/2013	AUTO POSTO PWIE-DADE LTDA	2.815,12
0000463/12	16/01/2012	AWS - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME	5.528,01
ENTIDADE 01 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 142 - RECURSOS FUNDEB 40			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000140/12	02/01/2012	OI. S.A.	4.853,17
0001270/13	27/03/2013	IDEJAIME FERREIRA DOS SANTOS	40,80
0001481/13	12/04/2013	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SAN-TA CRUZ LTDA	3.860,03
0002457/13	11/07/2013	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SAN-TA CRUZ LTDA	14.108,64
0002917/13	16/08/2013	ALBACORA SUPRI-MENTOS DE INFOR-MÁTICA LTDA	1.697,50
0002920/13	16/08/2013	DIGISYSTEM COM. DE MAQ. E SUPRIM. DE INFORMÁTICA LTDA	1.263,00
0002930/13	16/08/2013	ALBACORA SUPRI-MENTOS DE INFOR-MÁTICA LTDA	3.743,00

ENTIDADE 01 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 132 - RECURSOS MDEB 8%			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001177/12	02/03/2012	EXPOENTE SO-LUÇÕES COMER-CIAIS E EDUCA-CIONAIS LTDA	4.840,00
0000040/13	02/01/2013	STANG & STANG LTDA	1.340,19
0000145/13	02/01/2013	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA	38.676,16

0000301/13	09/01/2013	COLETIVO SANTA CRUZ LTDA	6.952,00
0000302/13	09/01/2013	COLETIVO SANTA CRUZ LTDA	1.312,00
0000458/13	30/01/2013	WALDEVINO ESTEVES MARTINS	552,50
0000575/13	07/02/2013	EUGENIO STEIDEL	68,75
0000616/13	14/02/2013	WALDEVINO ESTEVES MARTINS	10.620,00
0000617/13	14/02/2013	COMPANHIA ULTRAGAZ S/A	17.920,00
0000618/13	14/02/2013	WALDEVINO ESTEVES MARTINS	7.257,00
0000619/13	14/02/2013	COMPANHIA ULTRAGAZ S/A	21.030,00
0000718/13	21/02/2013	IPÊ INFORMÁTICA LTDA	1,08
0000780/13	27/02/2013	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA - ME	2.523,61
0000781/13	27/02/2013	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	1.958,40
0000782/13	27/02/2013	JANAÍNA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP	442,00
0001087/13	20/03/2013	PRESTADORA DE SERVIÇOS DUFFECK LTDA	960,00
0001356/13	03/04/2013	RENATO KNOREK EPP	46,50
0001357/13	03/04/2013	RENATO KNOREK EPP	312,25
0001365/13	03/04/2013	RENATO KNOREK EPP	370,00
0001366/13	03/04/2013	RENATO KNOREK EPP	225,00
0001660/13	30/04/2013	INVIOLÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA	44,93
0001661/13	30/04/2013	INVIOLÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA	234,52
0001662/13	30/04/2013	INVIOLÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA	113,55
0001679/13	30/04/2013	VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA	45,48
0002381/13	09/07/2013	EUGENIO STEIDEL	89,25
0002440/13	11/07/2013	EUGENIO STEIDEL	126,45
0002486/13	12/07/2013	INSTALADORA HIDR. ÁGUA VERDE LTDA	33,63
0002487/13	12/07/2013	INSTALADORA HIDR. ÁGUA VERDE LTDA	85,00
0002934/13	16/08/2013	CANTINA CHOCOLATE COM PIMENTA LTDA - ME	596,40
0003905/13	08/11/2013	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	9.565,27

0004021/13	21/11/2013	DU PNEUS CENTRO AUTOMOTIVO	82,00
0004214/13	06/12/2013	STANG & STANG LTDA	2.777,18
0004339/13	19/12/2013	INVIOLÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA	101,95
0003522/08	30/06/2008	IMPRENSA NACIONAL	121,48

ENTIDADE 01 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 131 - RECURSOS MDEB 20%			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000144/13	02/01/2013	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ	16.645,04
0000729/13	22/02/2013	VALDEMAR BERLANDE FILHO & CIA LTDA	2.762,50
0001678/13	30/04/2013	VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA	68,22
0001825/13	13/05/2013	EUGENIO STEIDEL	40,20
0003262/13	13/09/2013	SUPERMERCADO DJEK E SHERON E CIA LTDA	99,90
0003293/13	13/09/2013	SUPERMERCADO DJEK E SHERON E CIA LTDA	12,00
0003503/13	10/10/2013	EUGENIO STEIDEL	79,00
0004274/13	11/12/2013	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA - ME	61,25

ENTIDADE 01 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 306 - RECURSOS DE CONVÊNIO ESTADO - SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
004431/13	27/12/2013	SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	2.668,00

ENTIDADE 01 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 154 - RECURSOS FINANCEIROS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001681/13	30/04/2013	VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA	545,76
0001703/13	30/04/2013	INVIOSAT SEGURANÇA LTDA EPP	1.349,02
0001704/13	30/04/2013	INVIOSAT SEGURANÇA LTDA EPP	4.268,04
0002260/13	26/06/2013	BETHA SISTEMAS LTDA	10.984,99

DECRETO Nº112/2014

DECRETO Nº. 112/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVES DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 - Inc. III da Lei 5.202 de 11/11/2013 - LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por anulação de dotação ao Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.060 - Ações de Média e Alta Complexidade
Recursos 133 - 00.01.0002 - Recursos Ordinários ASPS

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado o valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.060 - Ações de Média e Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas6.200,00

Recursos 133 - 00.01.0002 - Recursos Ordinários ASPS

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº112/2014

DECRETO Nº. 112/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVES DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 - Inc. III da Lei 5.202 de 11/11/2013 - LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por anulação de dotação ao Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.060 - Ações de Média e Alta Complexidade
Recursos 133 - 00.01.0002 - Recursos Ordinários ASPS

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado o valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.060 - Ações de Média e Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas6.200,00

Recursos 133 - 00.01.0002 - Recursos Ordinários ASPS

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº113/2014

DECRETO Nº. 113/2014

"AUTORIZA REPRESENTAR O MUNICÍPIO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais; Resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica autorizada a EQUIPE DE BOLÃO 23 FEMININO DE CANOINHAS a representar o Município de Canoinhas nos jogos da referida categoria no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº114/2014

DECRETO Nº. 114/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVES DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 - Inc. III da Lei 5.202 de 11/11/2013 - LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por anulação de dotação ao Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 76.031,49 (setenta e seis mil, trinta e um reais e quarenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 1.021 - Construções, Ampliações e Reformas de Prédios da Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 76.031,49
Recursos 291 - Recursos Convênios União Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 76.031,49 (setenta e seis mil, trinta e um reais e quarenta e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado no exercício financeiro de 2013, por fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
291	Recursos Convênio União - Superávit	76.031,49
TOTAL		76.031,49

Fonte: Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento, 2014.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 23 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº115/2014

DECRETO Nº. 115/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVES DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 - Inc. III da Lei 5.202 de 11/11/2013 - LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por anulação de dotação ao Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 226.350,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 1.021 - Construções, Ampliações e Reformas de Prédios da Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 226.350,00
Recursos 914 - Recursos Convênios União Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 226.350,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta reais), por conta do superávit financeiro apurado no exercício financeiro de 2013, por fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
914	Recursos Convênio União - Superávit	226.350,00
TOTAL		226.350,00

Fonte: Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento, 2014.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 26 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº116/2014

DECRETO Nº. 116/2014

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 9.450,50m² (Nove mil, quatrocentos e cinquenta metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por SOCIEDADE BENEFICIENTE OPERÁRIA, situado na Avenida dos Expedicionários, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 7.928; 7.929; 7.930; 7.931; 24.161 e 11.246; e transcrições nº 25.905; 33.584 e 33.459, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 20 com área de 9.450,50m² pertencente a quadra nº 1099, conforme requerimento protocolado sob nº. 3403/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 27/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº117/2014

DECRETO Nº. 117/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 49.708,83 m² (Quarenta e nove mil, setecentos e oito metros e oitenta e três decímetros quadrados), procedido por NATÁLIA KAMINSKI FURDA E OUTROS situado na Rodovia BR-116, no Bairro Piedade, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 37.026, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 15 com área de 632,82 m², lote nº 16 com área de 606,96 m², lote nº 17 com área de 581,13 m², lote nº 18 com área de 14.195,59 m² sendo 2.718,00 m² de Área de Preservação Permanente (APP), lote nº 19 com área de 627,712 m², lote nº 20 com área de 627,71 m², lote nº 21 com área de 16.096,53 m² sendo 3.134,53 m² de Área de Preservação Permanente (APP), lote nº 22 com área de 628,85 m², lote nº 23 com área de 13.672,53 m² sendo 3.938,00 m² de Área de Preservação Permanente (APP) e lote nº 24 com área de 2.039,00 m² sendo 600,00 m² de Área de Preservação Permanente (APP), todos pertencentes à quadra nº 1714, conforme requerimento protocolado sob nº. 672/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº118/2014

DECRETO Nº. 118/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 15.966,52 m² (Quinze mil, novecentos e sessenta e seis metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), procedido por AROLDI ALLAGE situado na Rua Agrimensor Genival Stelzner Batista, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 37.056, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 15 com área de 400,55 m², lote nº 16 com área de 439,29 m², lote nº 17 com área de 478,52 m², lote nº 18 com área de 532,73 m², lote nº 19 com área de 400,36 m², lote nº 20 com área de 409,44 m², lote nº 21 com área de 456,63 m², lote nº 22 com área de 493,57 m² e lote nº 71 com área de 12.355,43m², todos pertencentes à quadra nº 1622, conforme requerimento protocolado sob nº. 3278/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº119/2014

DECRETO Nº. 119/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 750,00 m² (Setecentos e cinquenta metros quadrados), procedido por LUIS ROGÉRIO PANGRATZ situado na Rua Petronilla Castanha Dittrich, no Distrito de Marcílio Dias, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 1.584, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 12 com área de 375,00 m² e lote nº 13 com área de 375,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 1729, conforme requerimento protocolado sob nº. 2653/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº120/2014

DECRETO Nº. 120/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 5.620,00 m² (Cinco mil, seiscentos e vinte metros quadrados), procedido por DÉCIO ROBERTO ROEDER E OUTRO situado na Rua Walmor Ivo Gallotti, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 33.725, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 01 com área de 394,90 m², lote nº 02 com área de 377,00 m², lote nº 03 com área de 332,05 m², lote nº 04 com área de 332,05 m², lote nº 05 com área de 458,00 m², lote nº 06 com área de 458,00 m², lote nº 07 com área de 458,00 m² e lote nº 08 com área de 2.810,00 m², todos pertencentes à quadra nº 245, conforme requerimento protocolado sob nº. 3530/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da

Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº121/2014

DECRETO Nº. 121/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVES DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 - Inc. III da Lei 5.202 de 11/11/2013 - LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por anulação de dotação ao Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 6.261,76 (seis mil, duzentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência social responsável
Atividade 2.041 - Manutenção e Ações do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos6.261,76
Recursos 337 - 00.06.0177 - Recursos p/Deficientes - Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 6.261,76 (seis mil, duzentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos), por conta do superávit financeiro apurado no exercício financeiro de 2013, por fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
337	Recursos p/Deficientes - Superávit	6.261,76
TOTAL		6.261,76

Fonte: Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento, 2014.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 30 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº122/2014

DECRETO Nº. 122/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 - Inc. III da Lei 5.202 de 11/11/2013 - LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por anulação de dotação ao Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 212.400,00 (duzentos e doze mil e quatrocentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 1.015 - Pavimentação e recuperação de ruas e estradas

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas212.400,00

Recursos 209 - Recursos Convênios Estado

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 212.400,00 (duzentos e doze mil e quatrocentos reais), por conta do excesso de arrecadação apurado na fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
209	2.806.000,00	3.018.400,00	212.400,00

Fonte: Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento, 2014.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 30 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº123/2014

DECRETO Nº. 123/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.334 de 29/05/2014, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.334 de 29/05/2014, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Função 20: Agricultura

Subfunção 606: Extensão Rural

Programa 106: Assistência ao Pequeno Produtor Rural

Atividade 3.007 - Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 450.000,00

Recursos 208 - 00.01.0208 - Recursos Convênio União

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), observando a tendência de arrecadação do exercício de 2014, dos recursos provenientes de convênio com a União.

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.334 de 29/05/2014, no valor de R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Função 20: Agricultura

Subfunção 606: Extensão Rural

Programa 106: Assistência ao Pequeno Produtor Rural

Atividade 3.007 - Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 9.200,00

Recursos 130 - 00.01.0000 - Recursos Ordinários

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais), com a seguinte classificação

institucional:

I) Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Função 20: Agricultura
 Subfunção 606: Extensão Rural
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
 Atividade 2.016 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 9.200,00
 Recursos 130 - 00.01.0000 - Recursos Ordinários

Art. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de maio de 2014.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº124/2014

DECRETO Nº. 124/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Resolve:
 RETIFICAR O DECRETO Nº. 098/2014

Art. 1º - Fica retificado o inteiro teor do Decreto nº 098/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 516,00 m² (Quinhentos e dezesseis metros quadrados), procedido por VIVIANE TRAPP E JULIANA TRAPP situado na Rua Sérgio Gaspki esquina com a Rua Narciso Ruthes, no Bairro Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 4.463, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 34 com área de 264,00 m² e lote nº 15 com área de 252,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 433, conforme requerimento protocolado sob nº. 2652/2014."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº125/2014

DECRETO Nº. 125/2014

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme disposições contidas no artigo 66, VI da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol, que será realizada nos meses de junho e julho do corrente ano e com o intuito de propiciar aos servidores públicos municipais acompanhar os jogos; Resolve:

DECRETA

Art. 1º - Nos dias 12, 17 e 23 de junho do corrente ano o expediente na Prefeitura Municipal de Canoinhas será das 08 às 13h, sem interrupção, em virtude dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo.

Art. 2º - O disposto no presente Decreto não se aplica aos serviços essenciais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº126/2014

DECRETO Nº. 126/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVES DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 - Inc. III da Lei 5.202 de 11/11/2013 - LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por anulação de dotação ao Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação Urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 2.010 - Manutenção da Secretaria Municipal de Habitação
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1.500,00
 Recursos 208 - Recursos Convênios União

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, o valor R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), com a seguinte

classificação institucional:

I) Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação Urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 2.010 - Manutenção da Secretaria Municipal de Habitação
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1.500,00

Recursos 208 - Recursos Convênios União

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº127/2014

DECRETO Nº. 127/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA E POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.338 de 30/05/2014, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.338 de 30/05/2014, no valor de R\$ 24.999,09 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Função 26: Transportes
 Subfunção 182: Defesa Civil
 Programa 108: Ações em Infraestrutura e Serviços Públicos
 Projeto 3.065 - Aquisição de Veículo para a Defesa Civil
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 24.999,09
 Recurso 209 - 00.01.0209 - Recursos Convênio Estado

Produto: Veículos
 Unidade de Medida: Unidade
 Meta física: 1

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes

de convênio firmado com o Estado de Santa Catarina no valor de R\$ 24.999,09 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e nove centavos).

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.338 de 30/05/2014, no valor de R\$ R\$ 8.390,91 (oito mil, trezentos e noventa reais e noventa e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 26: Transportes

Subfunção 182: Defesa Civil

Programa 108: Ações em Infraestrutura e Serviços Públicos

Projeto 3.065 - Aquisição de Veículo para a Defesa Civil

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 8.390,91

Recurso 130 - 00.01.0000 - Recursos Ordinários

Produto: Veículos

Unidade de Medida: Unidade

Meta física: 1

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 8.390,91 (oito mil, trezentos e noventa reais e noventa e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Projeto 2.080 - Ações da Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 8.390,91

Recurso 130 - 00.01.0000 - Recursos Ordinários

Art. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº128/2014

DECRETO Nº. 128/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVES DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 - Inc. III da Lei 5.202 de 11/11/2013 - LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 18.760,89 (dezoito mil, setecentos e sessenta reais e oitenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.041 - Manutenção e Ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas18.760,89

Recursos 561 - 00.06.0539 - Recursos Casas de Passagens - Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 18.760,89 (dezoito mil, setecentos e sessenta reais e oitenta e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado no exercício financeiro de 2013, por fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
561	Recursos Casas de Passagens - Superávit	18.760,89
TOTAL		18.760,89

Fonte: Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento, 2014.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 03 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.304/2014

LEI Nº. 5.304 DE 16/04/2014

"PERMISSÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, a realizar cessão de uso, de forma gratuita ao Município de Bela Vista do Toldo - SC, no dia 16 de abril de 2014, o uso dos seguintes bens do patrimônio público municipal:

I - 03 (três) tendas/barracas e;

II - 01 (um) palco para eventos.

Parágrafo Único - Os bens a serem utilizados pelo Município de Bela Vista do Toldo - SC, destinam-se única e exclusivamente para a comemoração do 20º aniversário daquele município.

Art. 2º - Fica vedada a utilização dos bens para outras finalidades, se não para a comemoração prevista nesta Lei.

Parágrafo Único: Findado o evento, os bens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sob pena de ressarcimento dos mesmos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de abril de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.305/2014

LEI Nº. 5.305 DE 23/04/2014

"ALTERA A NOMENCLATURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA - SMDSF"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica alterada a nomenclatura da "Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família- SMDSF", passando a ser denominada como "Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS".

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.306/2014

LEI Nº. 5.306 DE 23/04/2014

"AUTORIZA O REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2014, a título de contribuição a entidade abaixo relacionada:

I - Liga Esportiva Canoinhense, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 82.773.797/0001-24, até o valor de R\$ 26.460,00 (vinte e seis mil e quatrocentos e sessenta reais), objetivando custear parte das despesas com a realização do "Projeto Esporte e Lazer no Campo-Campeonato do Interior de Futebol" e o evento "Copa Integração de futebol 2014" (Campeonato do Interior), a serem realizados no exercício de 2014 no Município de Canoinhas;

Art. 2º. O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art.4º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. Os recursos orçamentários decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento geral da Prefeitura - 3.3.90.00.00.00.00.0130 - DOT. 11 - F.M.D.R. Atividade 2.501.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.307/2014

LEI Nº. 5.307 DE 23/04/2014

"AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2014, a título de subvenção social à entidade abaixo relacionada:

I - Hospital Santa Cruz de Canoinhas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.192.096/0001-64, até o valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), destinado a cobrir as despesas com material hospitalar, medicamentos, despesas com pessoal e encargos sociais, material de expediente, material de limpeza e outros materiais e serviços que concorram para manutenção das atividades da referida entidade.

Art. 2º. O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º, poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Trabalho apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único. A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, e posterior à data de vigência do mesmo, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de termos de ajuste com esta

municipalidade.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.308/2014

LEI Nº. 5.308 DE 23/04/2014

“INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO DA PISCICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Incentivos ao desenvolvimento da Piscicultura, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural que tem por objetivo a coordenação estratégica das atividades ligadas à produção, comércio, industrialização do pescado de água doce no município de Canoinhas, em equilíbrio com o meio ambiente para, através da diversificação da produção da propriedade e da agregação de valor à matéria-prima, promover o desenvolvimento econômico integrado e sustentável.

Art. 2º - O Município poderá disponibilizar aos produtores incentivos como:

I - Disponibilização de serviços, insumos e equipamentos à grupos organizados através de cessão de uso, comodato ou parcerias;

II - Assessoria técnica na elaboração de projetos para captação de recursos;

III - Análise da viabilidade técnica da produção;

IV - Cadastramento dos aquicultores

V - Incentivo a piscicultura a nível comercial;

VI - Acompanhamento do controle de qualidade dos pescados nas propriedades;

VII - No transporte para visitas técnicas e capacitações fora do município de Canoinhas;

VIII - Auxílio de custo 50% (cinquenta por cento) horas máquinas de escavadeira hidráulica com limite de 15 horas e/ou 10 horas de trator esteira para construção ou reformas de açudes, com máquinas do programa porteira adentro e suas normas e seu cronograma de trabalho.

IX - Capacitação dos aquicultores e técnicos envolvidos no programa;

X - Acompanhamento do controle de qualidade de água e do pescado nas propriedades;

XI - Auxílio de custo integral no transporte de produtores para visitas técnicas e capacitações em outros municípios;

XII- Desenvolver mecanismos de apoio a industrialização e comercialização da produção;

XIII - Executar as metas relacionadas ao Programa Municipal de Incentivos à Piscicultura, promovendo a integração entre os demais programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 3º - Poderão participar do Programa, os produtores rurais do município de Canoinhas, que cumpram com os seguintes requisitos:

I - Possuir bloco de produtor rural;

II - Ter como principal fonte de renda a atividade rural;

III - Possuir cadastro atualizado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas;

IV - Não possuir débitos com os programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;

V - Após um ano de acompanhamento a propriedade deverá apresentar evolução de sua produção para continuidade do projeto.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - CMDA, ouvida a Comissão de Piscicultura poderá instituir requisitos complementares aos produtores que manifestem interesse em participar do presente Programa Municipal.

Art. 4º - Compete ao Município, que poderá contar com o auxílio das entidades parceiras representadas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, ou ainda, outras entidades públicas ou privadas que tenha por objeto fomentar o desenvolvimento da atividade agropecuária no âmbito de Canoinhas, a execução das seguintes ações:

I - Efetuar o cadastramento dos produtores;

II - Desenvolver mecanismos de apoio à industrialização e comercialização da produção;

III - Executar as metas relacionadas ao Programa Municipal de Incentivos à Piscicultura promovendo a integração entre os demais Programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 5º - A normatização para a operacionalização do programa, como prioridades, cronograma, dentre outros, será regulamentada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, ouvida a Comissão Técnica de Piscicultura, através de Resolução Normativa, devendo ser ratificada por Decreto do Executivo, obedida às diretrizes de que trata esta lei.

Art. 6º - O município poderá efetuar convênio com entidades e ou instituições de ensino visando à efetivação dos objetivos e incentivos que trata esta lei.

Art. 7º - Os produtores beneficiados pelos incentivos da presente Lei, deverão respeitar a legislação ambiental em vigor, cabendo a cada agricultor a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos respectivos projetos ambientais junto aos órgãos competentes.

Art. 8º - Compete a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural deste Município, a execução do programa de que trata a presente Lei, sob a coordenação da Comissão Técnica da Piscicultura do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

Art. 9º - Não poderão ser beneficiados com os incentivos concedidos por esta lei servidores públicos municipais, da administração direta e indireta, membros dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, mesmo que sejam proprietários, posseiros a qualquer título e produtores rurais.

Art. 10 - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Atividade 2016 - Dotação 146.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.309/2014

LEI Nº. 5.309 DE 23/04/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2013, POR REPASSE DO ESTADO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 12.456,90 (doze mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 08: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Atividade 2.041 - Manutenção e Ações do Fundo Mun. de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 12.456,90

Recursos 298 - 00.06.0252 - Recursos CRAS - Superávit

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de superávit, apurado no recurso de repasses do Estado, no valor de R\$ 12.456,90 (doze mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos).

Art. 3º - As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.312/2014

LEI Nº. 5.312 DE 28/04/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
Função 16: Habitação
Subfunção 482: Habitação urbana
Programa 18: Moradia para todos
Atividade 2.052 - Manutenção do FROHAB
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 150.000,00
Recursos 540 - 00.01.0540 - Recursos FROHAB

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Atividade 2.023 - Manut. de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 150.000,00
Recursos 130 - 00.01.0000 - Recursos Ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.313/2014

LEI Nº. 5.313 DE 28/04/2014

"ALTERA LEI Nº 5.285 DE 19/03/2014"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o art. 2º da Lei Municipal nº. 5.285 de 19 de março de 2014, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias do corrente exercício na atividade PAB/ Ordinários, recurso 002, do Fundo Municipal de Saúde."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.314/2014

LEI Nº. 5.314 DE 28/04/2014

"AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADES E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2014, a título de subvenção social às entidades abaixo relacionadas:

I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Canoinhas - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.166.793/0001-40, até o valor de R\$36.991,12 (trinta e seis mil, novecentos e noventa e um reais e doze centavos), através de recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, destinado à realização de despesas gerais para a manutenção das atividades da entidade, visando dar o aporte necessário ao atendimento sócio-educativo a crianças especiais;

II - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Canoinhas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.786.400/0001-00, até o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), proveniente da produção mensal de acordo com a tabela SIA/SUS, destinado ao pagamento de serviços de assistência que visam à prevenção de doenças através de atendimentos básicos de saúde;

III - Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº06.096.391/0001-76, até o valor de R\$35.658,00 (trinta e cinco

mil, seiscentos e cinquenta e oito reais), visando estabelecer condições para que o Corpo de Bombeiros Militar realize serviços preventivos de exame e vistoria de projetos relativos aos sistemas de segurança contra sinistros e manutenção e expansão do serviço de atendimento pré-hospitalar que lhe competem;

IV - Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº83.931.550/0001-51, até o valor em reais equivalente a 1.800 (mil e oitocentos) litros de gasolina por mês, tendo como base o valor efetivamente registrado e pago pelo Município no abastecimento de sua frota, visando a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município de Canoinhas através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

Parágrafo Único. No tocante aos recursos recebidos pela entidade citada no inciso IV deste artigo, estes deverão ser utilizados em despesas com manutenção (combustível, peças e serviços) das viaturas colocadas em serviço e para manutenção do aquartelamento da Polícia Militar, tais como materiais de expediente e limpeza, visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município.

Art. 2º. Os valores a ser objeto de repasse às entidades constantes no artigo 1º poderão ser repassados em parcela única ou ainda divididos em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.315/2014

LEI Nº. 5.315 DE 28/04/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Saúde
Função10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.057 - Ações de Atenção Básica
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 1.250.000,00
Recursos 479 - 00.02.0479 - Recursos outras transferências do Estado

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2013 e a tendência de arrecadação do exercício de 2014, conforme tabelas a seguir:

Tabela 1 -Demonstrativo da Arrecadação Mensal em 2014 - Recurso 479

Mês	Valor em R\$	Observação
Janeiro	104.166,67	Expectativa de Arrecadação
Fevereiro	104.166,67	Expectativa de Arrecadação
Março	104.166,67	Expectativa de Arrecadação
Abril	104.166,67	Expectativa de Arrecadação
Mai	104.166,67	Expectativa de Arrecadação
Junho	104.166,67	Expectativa de Arrecadação
Julho	104.166,67	Expectativa de Arrecadação
Agosto	104.166,67	Expectativa de Arrecadação
Setembro	104.166,67	Expectativa de Arrecadação
Outubro	104.166,67	Expectativa de Arrecadação
Novembro	104.166,67	Expectativa de Arrecadação
Dezembro	104.166,63	Expectativa de Arrecadação
Total	1.250.000,00	-

Fonte: Fundo Estadual de Saúde - FES.

Tabela 2 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
479	100.000,00	1.350.000,00	1.250.000,00

Fonte: Fundo Estadual de Saúde - FES.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Saúde
Função10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.057 - Ações de Atenção Básica
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 50.000,00
Recursos 479 - 00.02.0479 - Recursos outras transferências do Estado

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Saúde
Função10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.057 - Ações de Atenção Básica
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 50.000,00
Recursos 479 - 00.02.0479 - Recursos outras transferências do Estado

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.316/2014

LEI Nº. 5.316 DE 28/04/2014

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO JESUS DE NAZARETH"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação Jesus de Nazareth, inscrita no CNPJ sob nº 04.484.688/0001-83, com sede e foro na Rua Emílio Scholtz, 1250, Município de Canoinhas.

Parágrafo Único: À entidade beneficiada ficam asseguradas as prerrogativas e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.317/2014

LEI Nº. 5.317 DE 28/04/2014

"CRIA CARGOS E ESTABELECE NORMAS PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA ATUAÇÃO JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA FAZER FRENTE AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL 24 HORAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - Ficam criados os seguintes cargos destinados à Secretaria Municipal de Saúde, visando a garantir o atendimento 24 horas por dia, através de escalas de plantões no Pronto Atendimento Municipal.

I - Ficam criados 04 (quatro) cargos de médico plantonista, com carga horária de 30 horas semanais, com plantões de 6 horas e vencimento de R\$ 7.200,00 mensais, com curso superior em medicina e respectivo registro no Conselho Profissional;

II - Ficam criados 06 (seis) cargos de médico plantonista, com carga horária de 24 horas semanais, com plantões de 12 horas e vencimento de R\$ 5.760,00 mensais, com curso superior em medicina e respectivo registro no Conselho Profissional;

III - Ficam criados 02 (dois) cargos de médico plantonista, com carga horária de 36 horas semanais, com plantões de 12 horas e vencimento de R\$ 8.640,00 mensais, com curso superior em medicina e respectivo registro no Conselho Profissional;

Art.2º - Os cargos criados pela presente Lei, serão regidos pela Lei Municipal nº. 2.305/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas).

§ 1º - O provimento do cargo de Médico Plantonista dar-se-á

mediante a aprovação em hábil concurso público.

§ 2º - Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os profissionais poderão ser contratados por tempo determinado, nas condições previstas na Lei Municipal 3.869/2005.

Art.3º - As despesas complementares decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações do Orçamento vigente.

Art.4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES - MÉDICO PLANTONISTA - 6 HORAS

Os médicos deverão cumprir rigorosamente a escala mensal e realizar suas atividades laborais em regime de plantão diurno de urgência e emergência de (6) seis horas por dia, 30 horas por semana, de acordo com a escala rotativa de plantões pré-acordada entre a Secretaria Municipal Saúde, os profissionais médicos e chefia imediata do Pronto Atendimento Municipal.

Atender a demanda conforme protocolo de atendimento de urgência e emergência.

Realizar passagem de plantão dos pacientes sob seus cuidados.

Prestar atendimento de assistência integral aos usuários do SUS do município de Canoinhas, efetuando exames médicos, diagnóstico, prescrevendo medicamentos e aplicando recursos de medicina preventiva e/ou terapêutica para promover a saúde e bem estar ao paciente, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida na rede de urgência e emergência e encaminhamentos necessários para internação ou transferências.

Aplicar as Leis, Portarias do Ministério da Saúde e demais regulamentos da saúde pública.

ATRIBUIÇÕES - MÉDICO PLANTONISTA - 12 HORAS

Os médicos deverão cumprir rigorosamente a escala mensal e realizar suas atividades laborais em regime de plantão noturno durante a semana e diurno e noturno nos finais de semana e feriados, de urgência e emergência, (12) doze horas por dia, 24 ou 36 horas por semana, de acordo com a escala rotativa de plantões pré-acordada entre a Secretaria Municipal Saúde, os profissionais médicos e chefia imediata do Pronto Atendimento Municipal.

Atender a demanda conforme protocolo de atendimento de urgência e emergência.

Realizar passagem de plantão dos pacientes sob seus cuidados.

Prestar atendimento de assistência integral aos usuários do SUS do município de Canoinhas, efetuando exames médicos, diagnóstico, prescrevendo medicamentos e aplicando recursos de medicina preventiva e/ou terapêutica para promover a saúde e bem estar ao paciente, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida na rede de urgência e emergência e

encaminhamentos necessários para internação ou transferências.

Prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento a pacientes tanto adultos como crianças e adolescentes, em demanda espontânea, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos. Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com protocolo de acolhimento definidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Portarias do Ministério da Saúde. Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários analisar e interpretar seus resultados; emitir diagnósticos; prescrever tratamentos; orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão; Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar (caso indicado) contatar com a Central de Regulação Médica, e demais meios disponíveis para colaborar com a organização e regulação do sistema de atenção às urgências. Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico. Fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão intensivista e de assistência pré-hospitalar; garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso. Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos, boletim de atendimento de urgência, declaração de óbitos, comunicação de acidente de trabalho, prontuários assim como outros determinados pela SMS. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Instituição. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho; executar outras tarefas correlatas à sua área de competência. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado. Obedecer ao Código de Ética Médica.

LEI Nº 5.318/2014

LEI Nº. 5.318 DE 28/04/2014

"AUTORIZA A CUSTEAR 200 CAMISETAS REGATAS PARA A 10ª CORRIDA RÚSTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o município de Canoinhas, a custear despesas com a compra de 200 (duzentas) camisetas, estilo regata, autorizando também, a doação das camisetas aos participantes da "10ª Corrida Rústica", a ser realizada neste município, no dia 01 de maio de 2014.

Parágrafo Único: O valor das 200 (duzentas) camisetas regatas é do montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 2º - A doação das camisetas descritas no artigo 1º destina-se única e exclusivamente para os 200 primeiros atletas que se inscreverem no evento esportivo.

Art. 3º - A despesa constante na presente Lei será custeada através de recursos ordinários da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Canoinhas - 3.3.90.00.00.00.00.01.0000.000000, dot. 02

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/04/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.319/2014

LEI Nº. 5.319 DE 07/05/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 235.804,61 (duzentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.025 - Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 173.282,85

Recurso 3202 - Recurso Superávit SSP/SC - Prefeitura

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 48.723,05

Recurso 3203 - Recurso Superávit SSP/SC - Polícia Civil

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 13.798,71

Recurso 3204 - Recurso Superávit SSP/SC - Polícia Militar

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 235.804,61 (duzentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e um centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício de 2013, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
3202	Recurso Superávit SSP/SC - Prefeitura	173.282,85
3203	Recurso Superávit SSP/SC - Polícia Civil	48.723,05
3204	Recurso Superávit SSP/SC - Polícia Militar	13.798,71
TOTAL		235.804,61

Fonte: Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento, 2014.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar

no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 72.611,28 (setenta e dois mil, seiscentos e onze reais e vinte e oito centavos), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.038 - Ações Atinentes ao Convênio Rádio Patrulha
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 72.611,28

Recurso 220 - Recurso Ordinários - Superávit

Art. 4º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 72.611,28 (setenta e dois mil, seiscentos e onze reais e vinte e oito centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício de 2013, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Nº Recurso	Nome do Recurso	Valor R\$ 1,00
220	Recursos Ordinários Superávit	72.611,28
TOTAL		72.611,28

Fonte: Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento, 2014.

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.320/2014

LEI Nº. 5.320 DE 07/05/2014

"AUTORIZA A INTERVENÇÃO EM CALÇADA PÚBLICA."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder permissão para intervenção em calçada pública, com a finalidade precípua de acelerar o desenvolvimento do município de Canoinhas e obter resultados socioeconômicos a curto, médio e longo prazo, em favor da empresa "VITAL PEREIRA EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA", inscrita no CNPJ nº. 04.777.365/0001-88, através de:

Permissão para a perfuração e manutenção de poço artesiano em calçada pública, situado a Rua Coronel Albuquerque, nº 480, Centro, neste município.

Art. 2º - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo à empresa a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, caso necessário.

Art. 3º - A responsabilidade por eventuais danos decorrentes das obras necessárias à implantação e manutenção do poço artesiano é exclusivamente da permissionária.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.321/2014

LEI Nº. 5.321 DE 07/05/2014

"AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS NA 8ª ETAPA MICRORREGIONAL, AUTORIZA CUSTEAR VALORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas na 8ª Etapa Microrregional, que será realizado no Município de São Bento do Sul - SC na data de 09 á 11 de maio de 2014, os atletas abaixo nominados:

I - Atletas modalidade Futebol:

Willian José Vilki;

Ildefonso Porta Junior;

Guilherme Galeski;

Erivelton Valencio Fernandes;

Jonathan Moreira da Silva;

Lucas Orchulak;

Vitor Anselmo Correa;

Ederson Gabriel Ferreira dos Santos;

Roberto Fernando de Matos Todt;

Alisson Frantz Filho;

Valdomiro Torquato Neto;

Lucas de Oliveira Lemos;

Luan Kotetski;

Jackson Luis Albano;

Cesar Gustavo Machado Koskodai;

Bruno Alves de Góes;

Marcelo Domingues Maciel;

Allan Renan dos Santos.

II - Chefe da Delegação:

Sanderson Roberto de Souza

III - Técnico:

Laércio Manoel David

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo de Canoinhas a custear as despesas de transporte e adiantamento necessário para a participação dos atletas no referido evento.

Parágrafo Único: As despesas previstas no caput deste artigo, referem-se ao montante de R\$ 1.000,00 (mil reais) destinados as despesas com alimentação, R\$ 300,00 (trezentos reais) destinados as despesas emergenciais e, R\$ 1.389,00 (mil, trezentos e oitenta e nove reais) para despesas de transporte da delegação.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas - 3.3.90.00.00.00.00.00.0001.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.322/2014

LEI Nº. 5.322 DE 07/05/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE CONVENIO COM A UNIÃO."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Projeto 3.060 - Aquis. de Equip. e Mat. Perm. p/ o Centro Integrado de Saúde Bucal

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 100.000,00

Recurso 480 - 00.02.0480 - Recursos Convênio União - Saúde

Produto: Equipamentos

Unidade de Medida: Unidade

Meta física: 40

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de convênio firmado com a União no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.323/2014

LEI Nº. 5.323 DE 07/05/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:
LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 5.148,49 (cinco mil, cento e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade: 2.041 - Manutenção e Ações do Fundo Mun. de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 5.148,49

Recurso 304 - 00.06.0311 - Recursos Abrigos - Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o

valor R\$ 5.148,49 (cinco mil, cento e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2013, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
304	Recursos Abrigos - Superávit	5.148,49
TOTAL		5.148,49

Fonte: Sec. Mun. de Adm. Finanças e Orçamento, 2014.

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.324/2014

LEI Nº. 5.324 DE 07/05/2014

"AUTORIZA A CESSÃO TEMPORÁRIA DE UNIFORMES AOS ATLETAS QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FMEL/Canoinhas, a ceder temporariamente uniformes padronizados aos atletas representantes do Município de Canoinhas em eventos oficiais desportivos, dentre os quais nos VII Jogos Abertos da Terceira Idade que acontecerá entre os dias 12 a 17 de maio de 2014.

Parágrafo Único: O uniforme individual será composto por um conjunto de agasalho e uma camisa gola polo, utilizando cores e símbolos oficiais.

Art. 2º - Será fornecido um uniforme para cada atleta, cujo controle do fornecimento será realizado pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer, mediante comprovante de entrega.

§ 1º - Em sendo comprovado a necessidade do atleta, poderá ser fornecido mais de um uniforme;

§ 2º - Ao término dos eventos oficiais, os atletas deverão devolver os uniformes no endereço da Fundação Municipal de Esportes e Lazer.

§ 3º - Em não sendo os uniformes devolvidos, serão tomadas as medidas legais cabíveis para ressarcir o erário, conforme valor pago pela administração pública na época da sua aquisição.

Art. 3º - Ao receber as peças de uniforme, o atleta deverá assinar termo de responsabilidade onde constará a obrigação de devolver o mesmo em bom estado de conservação.

Art. 4º - As despesas desta lei correrão pelas respectivas dotações orçamentárias, podendo ser suplementadas se necessárias.

Art. 5º - A presente lei poderá ser regulamentada por Decreto no que for necessária.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.325/2014

LEI Nº. 5.325 DE 07/05/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 792.421,09 (setecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte e um reais e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.024 - Manutenção e ampliação da iluminação pública
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 592.421,09

Recurso 264 - 00.03.0136 - Recursos Cosip - Superávit

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 200.000,00

Recurso 264 - 00.03.0136 - Recursos Cosip - Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 792.421,09 (setecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte e um reais e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2013, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
264	Recursos Cosip - Superávit	792.421,09

TOTAL	792.421,09
-------	------------

Fonte: Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento, 2014.

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.326/2014

LEI Nº. 5.326 DE 16/05/2014

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE DOS ATLETAS DO CANOINHAS ATLÉTICO CLUBE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a custear as despesas de transporte necessários, para outros municípios, em até o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), visando à participação dos atletas amadores do Canoinhas Atlético Clube, inscrito no CNPJ nº. 08.766.329/0001-70, ora representante do município de Canoinhas, nas partidas do Campeonato Catarinense da 2º Divisão, categoria juniores e juvenis.

Parágrafo Único - O jogo será realizado em 17 de maio de 2014 na cidade de Imbituba/SC, podendo haver alteração da referida data caso a organização do campeonato assim decidir.

Art. 2º - Fica desde já autorizado o poder executivo municipal a custear despesas de transporte para outros municípios em caso de classificação a outra etapa, sendo que o valor gasto deverá ser equivalente ao valor pago pelo quilometro rodado descrito no artigo primeiro.

Art.3º - A despesa constante na presente Lei será custeada através de recursos ordinários da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Canoinhas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 e 3.3.90.00.00.00.00.00.00.02.0186.00 0000.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.327/2014

LEI Nº. 5.327 DE 16/05/2014

“AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS EM COMPETIÇÕES DE NÍVEL ESTADUAL E NACIONAL, AUTORIZA CUSTEAR VALORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas, no “Campeonato Brasileiro de Clubes Máster Feminino”; “Campeonato Catarinense Taça Outro Feminino” e; “Campeonato Catarinense Máster Feminino”, os atletas abaixo nominados:

I - Atletas modalidade Bolão 23:

Almeri Sartori da Silva;

Amélia Adélia Thien;

Dolores Steinlen Correa.

Emanuelle M. Scheuer;

Eni Maria Wendt;

Fabiane Cristina Ramos e;

Josete Zaniolo Trevisani;

Jura Terezinha Rodrigues;

Juraci Maria Nader;

Maria Schneider Witt;

Marion Thien Scheuer;

Regina Maria T. Weisnieski;

Renate Edler dos Santos;

Roseli Fátima Sudoski;

Salete Weinert Tevszeca;

Sandra Mara Tauchek;

Vânia Rosa W. Krezinski;

Art. 2º - Fica autorizada a Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a custear as despesas relativas ao transporte dos representantes, conforme os dias, cidades e valores a seguir:

I - Dia 15 a 18 de maio de 2014, Campeonato Brasileiro de Clubes Máster Feminino na cidade de Blumenau/SC, R\$ 1.955,00 (mil, novecentos e cinquenta e cinco reais);

II - Dia 04 a 07 de setembro de 2014, Campeonato Catarinense Taça Outro Feminino na cidade de Rio do Sul/SC, R\$ 1.955,00 (mil, novecentos e cinquenta e cinco reais) e;

III - Dia 18 a 21 de setembro de 2014, Campeonato Catarinense Máster Feminino na cidade de Videira/SC, 1.604,00 (mil, seiscentos e quatro reais);

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta

de dotações orçamentárias específicas da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas - 3.3.90.00.00.00.00.00.0001.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.331/2014

LEI Nº. 5.331 DE 23/05/2014

"AUTORIZA DOAR MATERIAIS INSERVÍVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 17, II, a, da Lei Federal nº. 8.666/93, autorizado a doar os materiais inservíveis, relacionados no anexo I - lote único, parte integrante da presente Lei, à Associação de Moradores do Entorno do Parque de Exposições Ouro Verde, inscrita no CNPJ sob nº. 17.677.007/0001/45.

Art. 2º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a dar baixa do bem arrolado no artigo anterior do patrimônio público municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO I LOTE ÚNICO

Descrição	Quant. cadastro
CADEIRA DE FÓRMICA ESTR. DE FERRO	2098
CARTEIRA DE FÓRMICA VERDE E BEGE	1508
ARMÁRIOS DE MADEIRA	86
MESA ESCOLAR ESTR. DE FERRO E OUTRAS	356
MESA REDONDA INFANTIL	02
ARQUIVO DE AÇO	12
BEBEDOURO DE PRESSÃO	03
FOGÃO A GÁS	06
FOGÃO A GÁS INDUSTRIAL	01
FOGÃO A LENHA	01

VIDEO CASSETTE	03
APARELHO DE DVD	04
GRAVADOR DE DVD	01
VENTILADOR DE TETO	02
CIRCULADOR DE AR	01
BALCÃO	03
IMPRESSORAS DIVERSAS	22
MÁQUINA DE DATILOGRAFIA	05
MÁQUINA DE ESCREVER MANUAL	01
MICROCOMPUTADOR COMPLETO	03
BANCOS	26
BANQUETAS	03
CADEIRA ESTOFADA	139
CADEIRA GIRATÓRIA	32
ESTOFADOS	04
QUADRO ESCOLAR	07
ESTANTE DE MADEIRA	08
MESAS	355
MESA PARA COMPUTADOR	06
TELEVISOR	04
APARELHO DE SOM	06
SUORTE DE VÍDEO	01
ESPELHO	01
NOBREAK	01
SWITH DE LINK	01
TELEFONE	05
DATASHOW	01
PROJETOR	01
MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS	01
ESTUFA ESTERILIZÁVEL	01
FORNO ELÉTRICO	01
SUORTE PARA TV E VÍDEO	03
CAMA DE SOLTEIRO	02
BERÇO	12
CENTRÍFUGA DE ROUPAS	03
CADEIRÃO ALIM. DE BEBÊ	16
CARRINHO DE BEBÊ	07
APARELHO DE SINAL ELETRÔNICO	01
SECADORA	01
ESTRUT. DE JANELA COM VIDRO	02
ESTRUTURA DE PALCO	01
ESTRUTURA DE FERRO ORNAMENTAÇÃO NATALINA	01
TORNEIRA ELÉTRICA	03
SENSOR INTERNO	01
MIMEÓGRAFO	05
ESTABILIZADOR	03

LEI Nº 5.332/2014

LEI Nº. 5.332 DE 23/05/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e obter resultados socioeconômicos a curto, médio e longo prazo, através da disponibilização de 20 (vinte) horas de serviço de escavadeira hidráulica e 10 (dez) horas de serviço de motoniveladora para movimentação de terra, em benefício da empresa "Indústria de Erva Mate Yacuy Ltda", inscrita no CNPJ nº. 16.726.607/0001-93.

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a executar serviços de infra-estrutura no imóvel descrito no art. 1º, de acordo com as necessidades do empreendimento, consubstanciados em terraplanagem, escavações, utilizando para tanto máquinas e equipamentos da Prefeitura ou mediante contratação de terceiros.

Art. 3º - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo à empresa a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, caso necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.333/2014

LEI Nº. 5.333 DE 26/05/2014

"PERMISSÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, a permitir o uso, de forma gratuita à empresa SSR Informática Ltda, inscrita no CNPJ sob nº. 01.418.594/0001-18, de um espaço no Centro de Educação Infantil Professora Landi Ama Neppel, localizado à Rua Julio Budant Neto, bairro Campo da Água Verde, em especial, a parte mais alta da edificação, a fim de que possam proceder especificamente com a afixação/instalação de equipamento de transmissão de sinal de internet que abrangerá aquela comunidade.

Parágrafo Único - A área a ser utilizada pela empresa destina-se única e exclusivamente para a colocação de equipamento de transmissão de internet, vedada a utilização para outras finalidades, se não para os fins previstos nesta Lei.

Art. 2º - A colocação dos equipamentos deverá ser instalada na parte externa da edificação escolar, sem prejuízo das atividades normais desenvolvidas no local, bem como não oferecer riscos à saúde e à segurança das pessoas frequentadoras do local e da vizinhança, sob pena de ressarcimento dos danos causados.

Art. 3º - Não havendo mais interesse das partes, deverá a parte desinteressada, manifestar-se no prazo mínimo de 30 dias, devendo a permissionária proceder com a retirada total dos equipamentos instalados, sob pena de incorporação ao imóvel.

Parágrafo Único - Após a retirada dos equipamentos, a permissionária deverá deixar a área utilizada em perfeitas condições, como antes da utilização, sob pena de ressarcimento ao erário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.335/2014

LEI Nº. 5.335 DE 30/05/2014

"AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, pelo prazo de 12 meses, cujo objetivo é contribuir com a operacionalização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radio Patrulha da Polícia Militar.

Art. 2º - O município fará o repasse mensal do equivalente até 900 (novecentos) litros de gasolina por viatura colocada a serviço do município, preço da gasolina no posto de combustível onde o município realiza o abastecimento de sua frota.

Parágrafo Único: Os recursos recebidos deverão ser utilizados em despesas com manutenção (combustível, peças e serviços) das viaturas colocadas em serviço e para manutenção do aquartelamento da Polícia Militar, tais como materiais de expediente, limpeza e melhoria da infra-estrutura das instalações físicas, visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no município de Canoinhas.

Art. 3º - O convênio poderá ser renovado por até 05 (cinco) anos.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas, dentro da atividade 2.025 - Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.334/2014

LEI Nº. 5.334 DE 29/05/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO E POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 106: Assistência ao Pequeno Produtor Rural
Atividade 3.007 - Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 450.000,00
Recursos 208 - 00.01.0208 - Recursos Convênio União

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), observando a tendência de arrecadação do exercício de 2014, dos recursos provenientes de convênio com a União.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 106: Assistência ao Pequeno Produtor Rural
Atividade 3.007 - Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 9.200,00

Recursos 130 - 00.01.0000 - Recursos Ordinários

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
Atividade 2.016 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 9.200,00

Recursos 130 - 00.01.0000 - Recursos Ordinários

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 29 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.336/2014

LEI Nº. 5.336 DE 30/05/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e a obtenção de resultados econômicos e sociais a curto, médio e longo prazo, a implantação da empresa com atividades em fabricação de artefatos de cimento para uso na construção, comércio varejista de materiais de construção em geral, através da cessão de uso a Empresa JOSINEI GONÇALVES DE FREITAS - ME, inscrita no CNPJ nº. 09.221.612/0001-89, pelo período de 10 (dez) anos, de uma área de 3.000,00m² (três mil metros quadrados), parte de uma área maior com 54.480,75 m², no Bairro Industrial I, localizado à margem da Avenida Senador Ivo D'Aquino (antiga estrada Canoinhas - Paula Pereira), conforme demonstrado em mapa, o qual passa a ser parte integrante da presente Lei, de

propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 31.377.

Art. 2º - A presente cessão de uso destina-se única e exclusivamente para instalação da empresa com atividades em comércio varejista e materiais de construção em geral; fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira; fabricação de esquadrias de metal e; serrarias sem desdobramento de madeira.

Art. 3º - O prazo para execução e implantação do projeto específico obedecerá ao seguinte cronograma:

O início das obras dar-se-á no prazo de 06 (seis) meses;

O funcionamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do projeto, no prazo de 18 (dezoito) meses;

O prazo para conclusão do projeto será de 04 (quatro) anos.

§1º. Os prazos estabelecidos neste artigo começarão a contar a partir da assinatura do termo de cessão de uso.

§2º. No termo de cessão de uso constará obrigatoriamente, como cláusula de reversão:

O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido no inciso I deste artigo, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.

Cláusula de reversão do imóvel sem direito a indenização, quando:

Pelo período de 60 (sessenta) dias após a implantação do projeto, tiver ociosa;

Deixar de cumprir o cronograma constante no projeto da empresa;

Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto da empresa;

Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei;

Ocorrer paralisação das obras executadas, por mais de 02 (dois) meses, exceto quando por força maior devidamente reconhecida pelo Executivo Municipal.

Não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em lei e, prevista no projeto.

Proibição de subdivisão ou sublocação do imóvel e das áreas edificadas para terceiros.

§3º. Reverterá também a propriedade ao Município o imóvel, após a conclusão das obras, estiver com suas instalações e atividade ociosas, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sem direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, que passam a integrar o patrimônio público municipal.

§4º. Os impostos e taxas inerentes ao imóvel e suas benfeitorias ficarão sobre encargo da Empresa, sendo negativo um item deste parágrafo será motivo de reversão ao Município.

Art. 4º - A reversão do terreno poderá ser parcial, quando, durante o prazo do benefício for utilizada parcialmente.

Parágrafo Único: A reversão de que trata este artigo, será na proporção da área de terras não utilizadas para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei.

Art. 5º - A empresa fica obrigada apresentar par a confecção do termo de cessão de uso os seguintes documentos:

PESSOA JURÍDICA:

Inscrição Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal;

Certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

Certidão Negativa de Ações e Execuções Judiciais e Falência ou Concordata;

Atos Constitutivos da Empresa (Contrato Social ou estatuto devidamente registrado na Junta Comercial).

PESSOA DOS SÓCIOS:

Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF; Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal.

Art. 6º. Fica obrigada a empresa, apresentar semestralmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Empregado e Desenvolvimento - CAGED, o número de empregado a seu serviço, pelo período da cessão de uso.

Art. 7º. O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos, revertendo o terreno ao patrimônio público.

Art. 8º. A empresa tem 30 (trinta) dias, da notificação extrajudicial, extinção ou reversão, para retirar as benfeitorias existentes, fora do prazo estabelecido, passarão a pertencer ao patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.337/2014

LEI Nº. 5.337 DE 30/05/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e a obtenção de resultados econômicos e sociais a curto,

médio e longo prazo, a implantação da empresa com atividades em comércio varejista de ferragens e ferramentas, através da cessão de uso a Empresa TUBOS E AÇO CATARINENSE LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº. 11.021.514/0001-40, pelo período de 10 (dez) anos, de uma área de 2.500,00m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), parte de uma área maior com 239.797,00 m², no Bairro Campo da Água Verde, conforme demonstrado em mapa, o qual passa a ser parte integrante da presente Lei, de propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 13.449.

Art. 2º - A presente cessão de uso destina-se única e exclusivamente para instalação da empresa com atividades em comércio varejista de ferragens e ferramentas.

Art. 3º - O prazo para execução e implantação do projeto específico obedecerá ao seguinte cronograma:

O início das obras dar-se-á no prazo de 06 (seis) meses;

O funcionamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do projeto, no prazo de 18 (dezoito) meses;

O prazo para conclusão do projeto será de 04 (quatro) anos.

§1º. Os prazos estabelecidos neste artigo começarão a contar a partir da assinatura do termo de cessão de uso.

§2º. No termo de cessão de uso constará obrigatoriamente, como cláusula de reversão:

O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido no inciso I deste artigo, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.

Cláusula de reversão do imóvel sem direito a indenização, quando:

Pelo período de 60 (sessenta) dias após a implantação do projeto, tiver ociosa;

Deixar de cumprir o cronograma constante no projeto da empresa;

Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto da empresa;

Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei;

Ocorrer paralisação das obras executadas, por mais de 02 (dois) meses, exceto quando por força maior devidamente reconhecida pelo Executivo Municipal.

Não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em lei e, prevista no projeto.

Proibição de subdivisão ou sublocação do imóvel e das áreas edificadas para terceiros.

§3º. Reverterá também a propriedade ao Município o imóvel, após a conclusão das obras, estiver com suas instalações e atividade ociosas, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sem direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, que passam a integrar o patrimônio público municipal.

§4º. Os impostos e taxas inerentes ao imóvel e suas benfeitorias ficarão sobre encargo da Empresa, sendo negativo um item deste parágrafo será motivo de reversão ao Município.

Art. 4º - A reversão do terreno poderá ser parcial, quando, durante

o prazo do benefício for utilizada parcialmente.

Parágrafo Único: A reversão de que trata este artigo, será na proporção da área de terras não utilizadas para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei.

Art. 5º - A empresa fica obrigada apresentar par a confecção do termo de cessão de uso os seguintes documentos:

PESSOA JURÍDICA:

Inscrição Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal;

Certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

Certidão Negativa de Ações e Execuções Judiciais e Falência ou Concordata;

Atos Constitutivos da Empresa (Contrato Social ou estatuto devidamente registrado na Junta Comercial).

PESSOA DOS SÓCIOS:

Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF; Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal.

Art. 6º. Fica obrigada a empresa, apresentar semestralmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Empregado e Desenvolvimento - CAGED, o número de empregado a seu serviço, pelo período da cessão de uso.

Art. 7º. O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos, revertendo o terreno ao patrimônio público.

Art. 8º. A empresa tem 30 (trinta) dias, da notificação extrajudicial, extinção ou reversão, para retirar as benfeitorias existentes, fora do prazo estabelecido, passarão a pertencer ao patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.338/2014

LEI Nº. 5.338 DE 30/05/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE CONVENIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA E AINDA PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI

FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$ 24.999,09 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Função 26: Transportes
 Subfunção 182: Defesa Civil
 Programa 108: Ações em Infraestrutura e Serviços Públicos
 Projeto 3.065 - Aquisição de Veículo para a Defesa Civil
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 24.999,09
 Recurso 209 - 00.01.0209 - Recursos Convênio Estado
 Produto: Veículos
 Unidade de Medida: Unidade
 Meta física: 1

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de convênio firmado com o Estado de Santa Catarina no valor de R\$ 24.999,09 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e nove centavos).

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$ 8.390,91 (oito mil, trezentos e noventa e um reais e noventa e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Função 26: Transportes
 Subfunção 182: Defesa Civil
 Programa 108: Ações em Infraestrutura e Serviços Públicos
 Projeto 3.065 - Aquisição de Veículo para a Defesa Civil
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 8.390,91
 Recurso 130 - 00.01.0000 - Recursos Ordinários
 Produto: Veículos
 Unidade de Medida: Unidade
 Meta física: 1

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 8.390,91 (oito mil, trezentos e noventa e um reais e noventa e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Função 15: Urbanismo
 Subfunção 452: Serviços Urbanos
 Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
 Projeto 2.080 - Ações da Defesa Civil
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 8.390,91
 Recurso 130 - 00.01.0000 - Recursos Ordinários

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de maio de 2014.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.339/2014

LEI Nº. 5.339 DE 06/06/2014

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE DOS DANÇARINOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE BALLET DA CASA DA CULTURA DE JOINVILLE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a custear as despesas de transporte necessárias, dos dançarinos da Escola Municipal de Ballet da Casa da Cultura de Joinville, para esta cidade de Canoinhas/SC no dia 06 de junho de 2014, visando à participação dos referidos dançarinos na "II Mostra de Dança Clássica" que se realizará neste município de Canoinhas neste mesmo dia.

Art. 2º - A despesa constante na presente Lei será custeada através de recursos ordinários da Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer - 3.3.90.00.00.0000.00.00.01.0000.000.000 dotação 3.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de junho de 2014.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.340/2014

LEI Nº. 5.340 DE 06/06/2014

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE DOS DANÇARINOS DO GRUPO STREET COMPANY, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a custear as despesas de transporte necessárias, para cidade de Porto União - SC, no dia 06 de junho de 2014, visando à participação dos dançarinos do Grupo "Street Company", na seletiva Mostra Paranaense de Dança.

Art. 2º - A despesa constante na presente Lei será custeada através de recursos ordinários da Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.000.000000, dotação 3.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.341/2014

LEI Nº. 5.341 DE 06/06/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e a obtenção de resultados econômicos e sociais a curto, médio e longo prazo, a implantação da empresa com atividades em fabricação de móveis com predominância de madeira e artefatos, através da cessão de uso a Empresa MARCOS AURÉLIO DE SOUZA, inscrita no CNPJ nº. 17.640.829/0001-51, pelo período de 10 (dez) anos, de uma área de 1.193,58m² (um mil, cento noventa três metros quadrados e cinquenta e oito décímetros), parte de uma área maior com 54.480,75 m², no Bairro Industrial I, localizado à margem da Avenida Senador Ivo D'Aquino (antiga estrada Canoinhas - Paula Pereira), conforme demonstrado em mapa, o qual passa a ser parte integrante da presente Lei, de propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 31.377.

Art. 2º - A presente cessão de uso destina-se única e exclusivamente para instalação da empresa com atividades em fabricação de móveis com predominância de madeira e; comércio varejista de madeira e artefatos.

Art. 3º - O prazo para execução e implantação do projeto específico obedecerá ao seguinte cronograma:

O início das obras dar-se-á no prazo de 06 (seis) meses;

O funcionamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do projeto, no prazo de 18 (dezoito) meses;

O prazo para conclusão do projeto será de 04 (quatro) anos.

§1º. Os prazos estabelecidos neste artigo começarão a contar a partir da assinatura do termo de cessão de uso.

§2º. No termo de cessão de uso constará obrigatoriamente, como cláusula de reversion:

O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido no inciso I deste artigo, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.

Cláusula de reversão do imóvel sem direito a indenização, quando:

Pelo período de 60 (sessenta) dias após a implantação do projeto, tiver ociosa;

Deixar de cumprir o cronograma constante no projeto da empresa;

Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto da empresa;

Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei;

Ocorrer paralisação das obras executadas, por mais de 02 (dois) meses, exceto quando por força maior devidamente reconhecida pelo Executivo Municipal.

Não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em lei e, prevista no projeto.

Proibição de subdivisão ou sublocação do imóvel e das áreas edificadas para terceiros.

§3º. Reverterá também a propriedade ao Município o imóvel, após a conclusão das obras, estiver com suas instalações e atividade ociosas, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sem direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, que passam a integrar o patrimônio público municipal.

§4º. Os impostos e taxas inerentes ao imóvel e suas benfeitorias ficarão sobre encargo da Empresa, sendo negativo um item deste parágrafo será motivo de reversion ao Município.

Art. 4º - A reversão do terreno poderá ser parcial, quando, durante o prazo do benefício for utilizada parcialmente.

Parágrafo Único: A reversão de que trata este artigo, será na proporção da área de terras não utilizadas para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei.

Art. 5º - A empresa fica obrigada apresentar para a confecção do termo de cessão de uso os seguintes documentos:

PESSOA JURÍDICA:

Inscrição Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal;

Certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

Certidão Negativa de Ações e Execuções Judiciais e Falência ou Concordata;

Atos Constitutivos da Empresa (Contrato Social ou estatuto devidamente registrado na Junta Comercial).

PESSOA DOS SÓCIOS:

Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF; Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal.

Art. 6º. Fica obrigada a empresa, apresentar semestralmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Empregado e Desenvolvimento - CAGED, o número de empregado a seu serviço, pelo período da cessão de uso.

Art. 7º. O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos, revertendo o terreno ao patrimônio público.

Art. 8º. A empresa tem 30 (trinta) dias, da notificação extrajudicial, extinção ou reversão, para retirar as benfeitorias existentes, fora do prazo estabelecido, passarão a pertencer ao patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.342/2014

LEI Nº. 5.342 DE 06/06/2014

"AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, inscrita no CGC nº. 83.052.191/0012-15 e inscrição estadual nº. 251.894.681, visando à cooperação técnico-científico para aquisição, instalação e manutenção da rede de Estação Hidrológica do Rio Canoinhas.

Art. 2º - Fica autorizado o município de Canoinhas, a custear despesas para viabilizar o convênio relativo à compra de 03 (três) caixas de passagem de concreto; 01 (um) cano de PVC de 6m com diâmetro de 200mm (DN 200) azul (resistente a maior pressão e temperatura) sem CAP; tubulação de PVC 3 (30m); 01 (uma) curva PVC 3; 05 (cinco) braçadeiras com buchas e parafusos

necessários para concreto para PVC 3; fiação padrão necessária para aterramento com haste (10m); 09 (nove) metros de ferro em "U", para fixação das réguas linimétricas; parafusos e buchas diversas para a fixação das réguas nos pilares da ponte; ferro de obra diâmetro ¼ (5mm) com 10 (dez) metros para guia do sensor piezométrico; 02 (duas) barras de canos PVC de 6m com diâmetro de 50mm para guia dos sensores; 01 (um) saco de cimento, areia e brita, para fixação das caixas de passagem no terreno e; 01 (um) cabo de aço de 3,2mm de diâmetro plastificado, com 30 (trinta) metros de comprimento, para fixação e guia da sonda de qualidade.

Parágrafo Único: Os materiais previstos neste artigo, destinam-se única e exclusivamente para os fins previstos nesta Lei, vedada o uso para outras finalidades.

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a custear as despesas necessárias do convênio previsto no artigo 1º desta Lei, com o valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 4º - As despesas constantes na presente Lei, serão custeadas através de recursos ordinários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural - SMDR - 3.3.90.00.00.00.00.0130

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.343/2014

LEI Nº. 5.343 DE 06/06/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$ 999.952,01 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais e um centavo), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Projeto 3.030 - Aquisição de Equip. e Mob. para a saúde do Mun. de Canoinhas

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 999.952,01

Recurso 481 - 00.01.0481 - Recursos Convênio Estado - Saúde
Produto: Equipamentos
Unidade de Medida: Unidade
Meta física: 600

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 999.952,01 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais e um centavo), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Projeto 3.030 - Aquisição de Equip. e Mob. para a saúde do Mun. de Canoinhas
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 999.952,01
Recurso 209 - 00.01.0209 - Recursos Convênios Estado

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de junho de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.344/2014

LEI Nº. 5.344 DE 11/06/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e a obtenção de resultados econômicos e sociais a curto, médio e longo prazo, a implantação da empresa com atividades em transporte coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional, agências de turismo, através da cessão de uso a Empresa CANOINHAS TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº. 10.758.237/0001-90, pelo período de 10 (dez) anos, de uma área de 1.250,00m² (um mil e duzentos cinquenta metros quadrados), parte de uma área maior com 239.797,00 m², no Bairro Campo da Água Verde, conforme demonstrado em mapa, o qual passa a ser parte integrante

da presente Lei, de propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 13.449.

Art. 2º - A presente cessão de uso destina-se única e exclusivamente para instalação da empresa com atividades em transporte coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional, agências de turismo, vedada à construção de edificação residencial na área cedida.

Art. 3º - O prazo para execução e implantação do projeto específico obedecerá ao seguinte cronograma:

O início das obras dar-se-á no prazo de 06 (seis) meses;

O funcionamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do projeto, no prazo de 18 (dezoito) meses;

O prazo para conclusão do projeto será de 04 (quatro) anos.

§1º. Os prazos estabelecidos neste artigo começarão a contar a partir da assinatura do termo de cessão de uso.

§2º. No termo de cessão de uso constará obrigatoriamente, como cláusula de reversion:

O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido no inciso I deste artigo, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.

Cláusula de reversão do imóvel sem direito a indenização, quando:

Pelo período de 60 (sessenta) dias após a implantação do projeto, tiver ociosa;

Deixar de cumprir o cronograma constante no projeto da empresa;

Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto da empresa;

Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei;

Ocorrer paralisação das obras executadas, por mais de 02 (dois) meses, exceto quando por força maior devidamente reconhecida pelo Executivo Municipal.

Não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em lei e, prevista no projeto.

Proibição de subdivisão ou sublocação do imóvel e das áreas edificadas para terceiros.

§3º. Reverterá também a propriedade ao Município o imóvel, após a conclusão das obras, estiver com suas instalações e atividade ociosas, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sem direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, que passam a integrar o patrimônio público municipal.

§4º. Os impostos e taxas inerentes ao imóvel e suas benfeitorias ficarão sobre encargo da Empresa, sendo negativo um item deste parágrafo será motivo de reversion ao Município.

Art. 4º - A reversão do terreno poderá ser parcial, quando, durante o prazo do benefício for utilizada parcialmente.

Parágrafo Único: A reversão de que trata este artigo, será na proporção da área de terras não utilizadas para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei.

Art. 5º - A empresa fica obrigada apresentar para a confecção do termo de cessão de uso os seguintes documentos:

PESSOA JURÍDICA:

Inscrição Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal;

Certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

Certidão Negativa de Ações e Execuções Judiciais e Falência ou Concordata;

Atos Constitutivos da Empresa (Contrato Social ou estatuto devidamente registrado na Junta Comercial).

PESSOA DOS SÓCIOS:

Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF; Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal.

Art. 6º. Fica obrigada a empresa, apresentar semestralmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Empregado e Desenvolvimento - CAGED, o número de empregado a seu serviço, pelo período da cessão de uso.

Art. 7º. O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos, revertendo o terreno ao patrimônio público.

Art. 8º. A empresa tem 30 (trinta) dias, da notificação extrajudicial, extinção ou reversão, para retirar as benfeitorias existentes, fora do prazo estabelecido, passarão a pertencer ao patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de junho de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.345/2014

LEI Nº. 5.345 DE 11/06/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:
LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de

Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 193.202,63 (cento e noventa e três mil, duzentos e dois reais e sessenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 1.008 - Construção da Policlínica
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 39.805,94
Recursos 919 - Recursos Financeiros Vinculados - FMS Superávit
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 153.396,69
Recursos 921 - Recursos de Convênio União - Saúde Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 193.202,63 (cento e noventa e três mil, duzentos e dois reais e sessenta e três centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2013, conforme anexo e tabela a seguir:

Cód. Recurso	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
919	Recursos Financeiros Vinc. - FMS Superávit	107.517,78
921	Recursos de Convênio União - Saúde Superávit	279.137,51
919	Restos a pagar exercício 2013	(67.711,84)
921	Restos a pagar exercício 2013	(125.740,82)
TOTAL		193.202,63

Fonte: Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento, 2014.

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de junho de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.346/2014

LEI Nº. 5.346 DE 11/06/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO DO EXERCÍCIO DE 2013 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual

2014 e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no Valor de R\$ 1.434.076,44 (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil, setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01 - Fundo Municipal de Saúde
 Atividade 2.055 - Ações de Assistência Farmacêutica
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 76.887,91
 Recurso 289 - 00.06.0258 - Recurso Farmácia Básica do Estado Superávit

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 50.580,51
 Recurso 294 - 00.06.0167 - Recurso Farmácia Básica da União - Superávit

Atividade 2.056 - Farmácia Popular do Brasil
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 20.902,43
 Recurso 287 - 00.06.0261 - Recurso Farmácia Popular do Brasil - Superávit
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 14.675,09
 Recurso 287 - 00.06.0261 - Recurso Farmácia Popular do Brasil - Superávit

Atividade 2.057 - Ações de Atenção Básica
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 176.350,35
 Recurso 292 - 00.06.0161 - Recurso PAB - Superávit

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 71.573,35
 Recurso 329 - Recurso COFIN/PSF - Superávit

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 211.087,28
 Recurso 840 - 00.06.0840 - Recurso PMAQ - Superávit

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 6.263,78
 Recurso 903 - 00.06.0316 - Recurso Insulino Dependente - Superávit

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 421.383,39
 Recurso 906 - Recursos ACS - Superávit

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 8.490,00
 Recurso 908 - Recursos Saúde Bucal - Superávit

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 14.733,07
 Recurso 6319 - Recursos Alienação de Ativos - Superávit

Atividade 2.058 - Ações de Vigilância em Saúde - Vig. Epidemiológica
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 113.332,64
 Recurso 282 - 00.06.0165 - Recursos Vigilância Epidemiológica - Superávit

Atividade 2.059 - Ações de Vigilância em Saúde - Vig. Sanitária
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 57.428,51
 Recurso 321 - 00.06.0321 - Recurso Piso Estratégico VISA - Superávit

Atividade 2.060 - Ações de Média e Alta Complexidade
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 98.019,02
 Recurso 267 - 00.06.0160 - Recurso Ordinários FMS Superávit

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 24.160,54
 Recurso 284 - Recurso CEO União Superávit

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 29.891,38
 Recurso 285 - Recurso SAMU - Superávit

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 33.765,47
 Recurso 290 - Recurso CEO Estado Superávit

Atividade 2.063 - Ações voltadas à Gestão do SUS
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 4.551,72
 Recurso 602 - Recursos Gestão do SUS - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que tratam o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 1.434.076,44 (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil, setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), por conta do superávit financeiro apurado no balanço do Fundo Municipal de Saúde no exercício financeiro de 2013, por fonte de recurso, conforme anexo e as tabelas a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Cód. Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
267	Recursos Ordinários FMS Superávit	98.019,02
282	Recursos Vigilância Epidemiológica - Superávit	113.332,64
284	Recursos CEO União - Superávit	24.160,54
285	Recurso SAMU - Superávit	29.891,38
287	Recursos Farmácia Popular - Superávit	35.577,52
289	Recursos Farmácia Básica Estado - Superávit	76.887,91
290	Recursos CEO Estado - Superávit	33.765,47
292	Recursos PAB - Superávit	176.350,35
294	Recursos Farmácia Básica União - Superávit	50.580,51
321	Recursos - Piso Estratégico VISA - Superávit	57.428,51
329	Recursos COFIN - ESF - Superávit	71.573,35
602	Recursos Gestão do SUS - Superávit	4.551,72
840	Recursos PMAQ Superávit	211.087,28
903	Recurso Insulino Dependente - Superávit	6.263,78
906	Recursos ACS - Superávit	421.383,39
908	Recursos Saúde Bucal - Superávit	8.490,00
6319	Recursos Alienação de Ativos - Superávit	14.733,07
TOTAL		1.434.076,44

Fonte: Contabilidade, 2014.

Art. 3º As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de junho de 2014.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 129/2014

DECRETO Nº. 129/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2006, 2008, 2011, 2012 e 2013, inscritos em Restos a Pagar - Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação constante no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivara e/ou não se efetivará em sua integralidade, conforme o exposto na Comunicação Interna nº015/2014/SME.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº129/2014

ENTIDADE 01 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 137 - RECURSOS SALÁRIO-EDUCAÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000601/08	30/01/2008	ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA	5.889,07
0000892/06	10/02/2006	VENCEDORA CONSTRUÇÕES LTDA	1.568,21
0000893/06	10/02/2006	VENCEDORA CONSTRUÇÕES LTDA	3.969,31
0001308/11	15/03/2011	BASE, PROJETOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA	2.777,15
0001643/12	02/04/2012	CONSTRUTORA E CERÂMICA LMR SUL LTDA	7.084,40
0001671/08	27/03/2008	CONSTRUTORA MARÍTIMA LTDA	24.870,54
0002493/13	12/07/2013	TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA	73.400,44

PORTARIA Nº 361/2014

PORTARIA Nº. 361/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; Resolve:
ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 13/05/2014 da profissional MIRELLA GALLOTTI SILVEIRA SCHOLZE, comissionada no cargo de Chefe de Setor para atuar na Unidade Básica de Saúde Cohab II, junto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna nº151/SMS/2014:

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 370/2014

PORTARIA Nº. 370/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; Resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 19/05/2014 das profissionais abaixo relacionadas, conforme comunicação interna nº104/SME/2014:

ANDREA APARECIDA BERTONSELI LUDKA, 40 horas na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, Monitora de Educação Especial;

IVETE TEREZINHA DA SILVA, 20 horas no GEM Xeila Elizabete Cornelsen, Monitora de Educação Especial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento, em 13/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 371/2014

PORTARIA Nº. 371/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; Resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 20/05/2014 da profissional SOLANGE DAMIRIS FERREIRA, professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) MAG II 40 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM José Grosskopf, conforme comunicação interna nº099/SME/2014:

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 376/2014

PORTARIA Nº. 376/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, Resolve:
CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, para os servidores abaixo relacionados, a partir de 01/06/2014, conforme comunicação interna:

LINDOMAR EMÍDIO FERREIRA, efetivo no cargo de Motorista;
MARIO RIBEIRO, efetivo no cargo de Motorista de Caminhão;
RENATO HATSCHBACH, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus;
RONALDO HATSCHBACH, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus;
SERGIO MUTILO MIGUEL, efetivo no cargo de Motorista;
LUIZ OCIMAR FERREIRA, efetivo no cargo de Motorista;
CÉLIO DOS SANTOS, efetivo no cargo de Motorista;
PAULO LEOMAR MIRESKI, efetivo no cargo de Motorista;
OSVALDO BENTO DA SILVA, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus;
VALMIR ANTÔNIO DA SILVA, efetivo no cargo de Motorista;
ALVACIR MARCONDES, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 382/2014

PORTARIA Nº. 382/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; Resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 19/05/2014 da profissional MÁRCIA REGINA CONCEIÇÃO VICENTE, efetiva no cargo de Servente para atuar na Unidade Básica de Saúde Cohab I, junto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna nº160/SMS/2014.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 19/05/2014 da profissional ROSELANE LEITE, concursada no cargo de Servente para atuar no Pronto Atendimento Municipal, junto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna nº160/SMS/2014.

Art. 3º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 21/05/2014 da profissional SIMONE MARIA WENDT, efetiva no cargo de Agente Administrativo para atuar na Vigilância Sanitária, junto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna nº159/SMS/2014.

Art. 4º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 21/05/2014 da profissional DAMARIS APARECIDA DE CÁSSIA KRUL PIRES, efetiva no cargo de Farmacêutico - VISA, para atuar na Farmácia Básica Municipal, junto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna nº159/SMS/2014.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de maio de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 402/2014

PORTARIA Nº. 402/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; Resolve:
ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 04/06/2014 da profissional RAQUEL APARECIDA DAMBROSKI, efetiva no cargo de Administrador Educacional, 40 horas semanais na EBM Presidente Castelo Branco para atuar junto ao Pólo de Apoio Presencial - EaD - UAB - Canoinhas, conforme comunicação interna nº111/SME/2014;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 403/2014

PORTARIA Nº. 403/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 3.893/2005; da Lei Municipal nº 3.022/1998; da Lei Municipal nº 2.972/1998; da Lei Municipal nº 3.689/2004; da Lei Municipal nº 4.473/2009; da Lei Municipal nº 4.960/2012 e da Lei Municipal nº 5.139/2013; Resolve:
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, à disposição do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - região I, a profissional FABIANE BONIN, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 525, e convocada através do edital nº. 021 de 12 de maio de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 02/06/2014.

Art. 2º - Fica nomeado para exercer o cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, à disposição da Casa de Passagem Santa Clara, o profissional VILSON DO NASCIMENTO, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrito sob nº. 441, e convocado através do edital nº. 021 de 12 de maio de 2014, iniciando as suas

atividades a partir de 02/06/2014.

Art. 3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, à disposição do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - região II, a profissional JOANA SCHEFFER DE CASTILHO, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 331, e convocada através do edital nº. 021 de 12 de maio de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 03/06/2014.

Art. 4º - Fica nomeado para exercer o cargo de Pedagogo Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, à disposição do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - região II, o profissional EDSON JOSÉ KOWALSKI, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrito sob nº. 219, e convocado através do edital nº. 021 de 12 de maio de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 09/06/2014.

Art. 5º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de maio de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/05/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 407/2014

PORTARIA Nº. 407/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, Resolve:
NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da Lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais Roseli Dobroshinskei, Andreia Correia da Silva Fontana Kauva e Zenici Dreher Herbst, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida Comissão deverá apurar os fatos apresentados na Comunicação Interna nº077/SMAFO de 29/05/2014, demais documentos em anexo.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II, e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 408/2014

PORTARIA Nº. 408/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 4.508/2010; Resolve:
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Médico Generalista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, para atuar no Programa Saúde Itinerante, o profissional MARCOS VINÍCIUS DE MORAES OKADA, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrito sob nº. 473, e convocado através do edital nº. 014 de 03 de abril de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 03/06/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 409/2014

PORTARIA Nº. 409/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; Resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 02/06/2014 da profissional SIRLEI GRACIANO LEITE BORECK, efetiva no cargo de Servente, para atuar no Terminal Rodoviário, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, conforme comunicação interna nº109/SME/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 410/2014

PORTARIA Nº. 410/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996; da Lei Municipal nº 3.386/2001; da Lei Municipal nº 3.511/2001; da Lei Municipal nº 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.960/2012; Resolve:
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a profissional LUCIANA APARECIDA MACIEL, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1250, e convocada através do edital nº. 016 de 08 de abril de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 03/06/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 411/2014

PORTARIA Nº. 411/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 1º - Fica nomeada CINTIA MULLER DE AGUIAR, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor, com adicional de tempo integral de 30%, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/06/2014, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 412/2014

PORTARIA Nº. 412/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990 e da Lei Municipal nº 5.139/2013; Resolve:
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no setor do CadÚnico, a profissional CLEONICE PEREIRA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 917, e convocada através do edital nº. 022 de 22 de maio de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 04/06/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 413/2014

PORTARIA Nº. 413/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990 e da Lei Municipal nº 3.893/2005; Resolve:
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, à disposição do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - região III, a profissional PRISCILA POSTOL PETRENTCHUCK, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 053, e convocada através do edital nº. 021 de 12 de maio de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 05/06/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 415/2014

PORTARIA Nº. 415/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990 e da Lei Municipal nº 5.139/2013; Resolve:
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Educador Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, à disposição da Casa de Passagem Santa Clara, a profissional AMANDA APARECIDA ROCHA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 590, e convocada através do edital nº. 022 de 22 de maio de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 09/06/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 426/2014

PORTARIA Nº. 426/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e DO Capítulo IV, art. 23, Parágrafo Único da Lei Municipal nº. 2.307/1.990; Resolve:

CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Art. 1º - Fica concedida Redução de Carga Horária para 30 horas com a proporcional redução da remuneração, a partir 01/06/2014, nos termos da Lei nº 2.307/1990 à servidora CHRISTIANNE BUCHMANN, efetiva no cargo de Fonoaudiólogo, 40 horas semanais, no Programa Espaço Crescer, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna e parecer jurídico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 427/2014

PORTARIA Nº. 427/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

NOMEAR EQUIPE

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe de Auditoria Interna da Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna nº 171/SMS/2014:

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA, auditora administrativa;
CÍNTIA MULLER DE AGUIAR, auditora administrativa;
DIRAZELI DO PRADO, auditora administrativa;
JANICE DE FÁTIMA STEMPINHAK, auditora administrativa;
MARCOS VINÍCIUS DE MORAES OKADA, médico auditor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento, em 06/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Publicação da Dispensa de Licitação N. Funr. 01/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNREBOMPM DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º 03/2014

Dispensa de Licitação n.º 01/2014

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, inciso V combinado com o inciso IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças e serviços para reparos mecânicos, na viatura ASU-252 Ford Transit Placas MIB - 8751. Contratado: Retifica Motocar Ltda. Valor R\$ 7.005,00 (sete mil e cinco reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/ Presidente do Fundo

Edital Nº. 024/2014

EDITAL Nº. 024/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);

Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);

Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou

comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente

posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 06 de junho de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 024/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

LUCAS VOIGT NOERNBERG

PUBLICAÇÃO DA ATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N. PMC 86/2014 - LICITAÇÃO DESERTA

EITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

"Departamento de Licitações"

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATORIO Nº 86/2014, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O TRANSPORTE DOS VEÍCULOS E MOTOS APREENDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº. 73/2008, QUE ESTÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, PARA O PÁTIO DA EMPRESA ROGÉRIO RIBEIRO DA SILVA - ME, CONTRATO 156/2013.

Aos 16 (dezesseis) dias, do mês de junho do ano de 2014, às 14h05min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se o Pregoeiro e sua equipe de apoio, formada pelo Sr. Paulo César Safanelli e Sra. Andressa Cassias Pereira, nomeados pela Portaria nº 309/2014, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se que nenhuma empresa resolveu participar do certame, caracterizando licitação deserta. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

Paulo César Safanelli
Pregoeiro

Andressa Cassias Pereira
Apoio

Publicação da Homologação do Processo Licitatório N. PMC 78/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 9/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/14

HOMOLOGAÇÃO: 18/06/14

CONTRATADO: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 306.677,52 (trezentos e seis mil seiscientos e setenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)

DATA: 18/06/14
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 42/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 42/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 75/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º PMC 04/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 42/2014. Data de assinatura: 09/05/2014. Contratada: ASSOCIAÇÃO TEATRAL ARLEQUIM DE RIO NEGRINHO, CNPJ n.º 79.368.163/0001-81. Objeto Contratado: 04 (quatro) apresentações da Peça Teatral "Vamos brincar de Teatro", destinado aos alunos das Escolas da Rede Municipal de Ensino. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais). Vigência: 09/05/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 43/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 43/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 54/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 34/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 43/2014. Data de assinatura: 14/05/2014. Contratada: JOSÉ CARLOS SELVINO DA COSTA - ME, CNPJ n.º 02.420.563/0001-64. Objeto Contratado: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 150 METROS QUADRADOS DE CERCA DE CONCRETO PRÉ FABRICADO E 01 TAMPA DE FOSSA DESTINADOS AO CEI DA LOCALIDADE DE SANTA BÁRBARA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais). Vigência: 14/05/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 44/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 44/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 71/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 50/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 44/2014. Data de assinatura: 16/05/2014. Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ n.º 90.180.605/0001-02. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO À FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 36.494,51 (trinta e um mil quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta

e um centavos). Vigência: 16/05/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 45/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 45/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 43/2014
PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 27/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 45/2014. Data de assinatura: 22/05/2014. Contratada: RK INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA., CNPJ n.º 05.043.720/0001-58. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE GRADE ARADORA, GRADE NIVELADORA COM A FINALIDADE DE AUXILIAR NO MANEJO DAS LAVOURAS, FACILITANDO E OTIMIZANDO A EXECUÇÃO DO TRABALHO NO MEIO RURAL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 21.126,00 (vinte e um mil cento e vinte e seis reais). Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 46/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 46/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 43/2014
PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 27/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 46/2014. Data de assinatura: 22/05/2014. Contratada: COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE URUBICI - COOPERURUBICI, CNPJ n.º 06.336.545/0001-50. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA AGRÍCOLA, BATEDEIRA DESGRANADORA E PULVERIZADOR, COM A FINALIDADE DE AUXILIAR NO MANEJO DAS LAVOURAS, FACILITANDO E OTIMIZANDO A EXECUÇÃO DO TRABALHO NO MEIO RURAL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 21.975,00 (vinte e um mil novecentos e setenta e cinco reais). Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 47/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 47/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 43/2014
PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 27/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 47/2014. Data de assinatura: 22/05/2014. Contratada: VANDERLEI DE FREITAS - ME, CNPJ n.º 05.852.250/0001-73. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE ARADO SUBSOLADOR MÉDIO E RASPO

TRANSPORTADOR, COM A FINALIDADE DE AUXILIAR NO MANEJO DAS LAVOURAS, FACILITANDO E OTIMIZANDO A EXECUÇÃO DO TRABALHO NO MEIO RURAL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais). Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 48/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 48/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 174/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 84/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 48/2014. Data de assinatura: 22/05/2014. Contratada: KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA - ME, CNPJ n.º 07.890.398/0001-28. Objeto Contratado: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 42.684,00 (quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e quatro reais). Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 49/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 49/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 44/2014
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 05/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 49/2014. Data de assinatura: 22/05/2014. Contratada: PR & GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ n.º 20.083.660/0001-90. Objeto Contratado: CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ADMINISTRAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE CANOINHAS e MARCÍLIO DIAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 20.083.660/0001-90. Vigência: 31/05/2014 à 29/05/2019.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 50/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 50/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 59/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 38/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 50/2014. Data de assinatura: 22/05/2014. Contratada: M. MOBILE EIRELI - EPP, CNPJ n.º 15.764.033/0001-85. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 430 (QUATROCENTOS E TRINTA)

COLETORES DE LIXO DESTINADOS PARA FIXAÇÃO NAS CALÇADAS DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 115.713,00 (cento e quinze mil setecentos e treze reais). Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 52/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 52/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 58/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 08/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 52/2014. Data de assinatura: 02/06/2014. Contratada: SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA EPP, CNPJ n.º 83.189.084/0001-80. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO/EXTENÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA NA TRAVESSA MARIO MUSSI, ACESSO AO UPA (UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO), COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 21.232,47 (vinte e um mil duzentos trinta e dois reais e quarenta e sete centavos). Vigência: 02/06/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 53/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 53/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 62/2014
PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 42/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 53/2014. Data de assinatura: 02/06/2014. Contratada: MACROMAC EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ n.º 83.675.413/0001-01. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA/PÁ CARREGADEIRA NOVA, ZERO HORA, CONVÊNIO Nº. 2014/TR000437 - PROCESSO Nº. 1152/2014. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 284.000,00 (Duzentos e oitenta e quatro mil reais). Vigência: 02/06/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 54/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 54/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 48/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 07/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC

54/2014. Data de assinatura: 03/06/2014. Contratada: ACIPRASC CONTROLE SANITÁRIO LTDA ME, CNPJ n.º 10.842.415/0001-66. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 11.222,40 (onze mil duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos). Vigência: 03/06/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 55/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 55/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 55/2014. Data de assinatura: 09/06/2014. Contratada: AGRIMAPAS ASSESSORIA AGRO FLORESTAL LTDA - ME, CNPJ n.º 10.481.291/0001-30. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais). Vigência: 09/06/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 58/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 58/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 57/2014
PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 41/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 58/2014. Data de assinatura: 16/06/2014. Contratada: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n.º 85.199.578/0001-71. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA NOVA, ZERO HORA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO FEDERAL, ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 212.900,00 (duzentos e doze mil e novecentos reais). Vigência: 16/06/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Termo de Contrato N. FMS 09/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 09/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 06/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 03/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º

11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 09/2014. Data de assinatura: 11/04/2014. Contratado: SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 07.894.826/0001-90. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS - ADIC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Valor: R\$ 186.427,83 (cento e oitenta e seis mil quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos). Vigência: 11/04/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo de Contrato N. FMS 10/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 10/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 37/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 24/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 10/2014. Data de assinatura: 11/04/2014. Contratado: VILSON JOSE PEREIRA - ME, CNPJ: 15.053.191/0001-27. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇO PARA HORAS TRABALHADAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E REPAROS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Valor: R\$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais). Vigência: 11/04/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo de Contrato N. FMS 12/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 12/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 12/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 06/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 12/2014. Data de assinatura: 09/05/2014. Contratado: J. LUMA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE PINHEIROS COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Valor: R\$ 61.188,51 (sessenta e um mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos). Vigência: 09/05/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo de Contrato N. FMS 13/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 13/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 12/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 06/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 13/2014. Data de assinatura: 09/05/2014. Contratado: J. LUMA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE FELIPE SCHMIDT COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Valor: R\$ 75.847,42 (sessenta e cinco mil oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos). Vigência: 09/05/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo de Contrato N. FMS 14/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 14/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 12/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 06/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 14/2014. Data de assinatura: 09/05/2014. Contratado: J. LUMA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE ARROIOS COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Valor: R\$ 97.349,59 (noventa e sete mil trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e nove centavos). Vigência: 09/05/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo de Contrato N. FMS 15/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 15/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 12/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 06/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 15/2014. Data de assinatura: 09/05/2014. Contratado: J. LUMA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE PAULA PEREIRA COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Valor: R\$ 74.402,95 (setenta e quatro mil quatrocentos e dois reais e noventa e cinco centavos). Vigência: 09/05/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo de Contrato N. FMS 16/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 16/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 13/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 07/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 16/2014. Data de assinatura: 09/05/2014. Contratado: J. LUMA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA AGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Valor: R\$ 377.833,54 (trezentos e setenta e sete mil oitocentos e trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos). Vigência: 09/05/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo de Contrato N. FMS 17/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 17/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 13/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 07/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 17/2014. Data de assinatura: 09/05/2014. Contratado: J. LUMA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO ALTO DA TIJUCA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Valor: R\$ 379.128,66 (trezentos e setenta e nove mil cento e vinte e oito reais e sessenta e seis centavos). Vigência: 09/05/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo de Contrato N. FMS 18/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 18/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CHAMADA PÚBLICA Nº FMS 01/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 20/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMS 02/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 18/2014. Data de assinatura: 20/05/2014. Contratado: CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, CNPJ: 76.839.588/0001-33. Objeto Contratado: CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO-PSIQUIÁTRICO COM INTERNAMENTO E TRATAMENTO DE PACIENTES MAIORES DE 18 ANOS (AMBOS OS SEXOS) PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS DECORRENTES DE ALCOOL E DROGAS; 2- ATENDIMENTO MÉDICO-PSIQUIÁTRICO COM INTERNAMENTO E TRATAMENTO DE PACIENTES COM IDADE ENTRE 12 E 18 ANOS (ADOLESCENTES - AMBOS OS SEXOS). Valor: R\$ 107.210,46 (Cento e sete

mil duzentos e dez reais e quarenta e seis centavos). Vigência: 31/05/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo de Contrato N. FMS 19/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 19/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 18/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 08/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 19/2014. Data de assinatura: 22/05/2014. Contratado: SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 07.894.826/0001-90. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CAMPO DA ÁGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Valor: R\$ 158.528,86 (cento e cinquenta e oito mil quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos). Vigência: 22/05/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo de Contrato N. FMS 20/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 20/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 15/2014
PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 05/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 20/2014. Data de assinatura: 29/05/2014. Contratado: UVEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 03.047.652/0001-70. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO, 04 (QUATRO) PORTAS, 05 (CINCO) PASSAGEIROS, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Valor: R\$ 29.880,00 (vinte e nove mil oitocentos e oitenta reais). Vigência: 29/05/2014 até 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo de Contrato N. Fmdr 07/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMDR 07/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMDR 05/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMDR 04/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMDR 07/2014. Data de assinatura: 08/05/2014. Objeto: FORNECIMENTO DE HORAS DE TRATOR DE ESTEIRAS, OU HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, DESTINADAS AOS PROGRAMAS PORTEIRA ADENTRO E INCENTIVO A PECUÁRIA. CONTRATADA: EMPRESA CHV SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ: 10.720.438/0001-06. Valor: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil). Prazo

de execução: 08/05/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação da Ata Referente ao Julgamento dos Documentos de Habilitação da Concorrência Pública N. PMC 09/2014

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO N.º 73/2014, MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 09/2014, que tem por finalidade a seleção e contratação de empresa especializada de engenharia, para EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS HILDA OSTROSK, JOÃO ALLAGE, KURT MENDES, LAZÁRO BASTOS, LOURENÇO ROLANDO MALUCELLI, VIRGILIO TREVISANI, OTÁVIO TABALIPA.

Aos 18 (dezoito) dias, do mês de junho, do ano de 2014, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, pelo Sr. Cleison Tarcisio Fuck e pela Srta. Karoline Aparecida Crestani, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação das empresas CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA representada por PAULO FRANCISCO CAGLIARI, DÉCIO PACHECO & CIA LTDA representada por JOSÉ FRANCISCO GUIMARÃES TONI, CASTELAR ENGENHARIA LTDA, representada por SABRINA MARIA ALVES CAVALHEIRO, VOLTESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA, representada por LUIZ CEZAR CRESCENCIO LUIZ, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA E PERFIL EMPREENDIMENTOS sem representantes presentes. Primeiramente foram abertos os envelopes contendo a documentação de habilitação, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Mediante análise da documentação apresentada constatou-se que a empresa DÉCIO PACHECO & CIA LTDA apresentou o CRF do FGTS com data de validade vencida e a empresa PERFIL EMPREENDIMENTOS efetuou alteração em seu Contrato unificando as cotas societárias a uma única sócio, e não comprovou a transformação da sociedade para empresário individual ou a acolhida novo sócio no prazo legal, ferindo portanto o disposto na Lei 12.441 de 11/07/2011 e, ainda apresentou atestado de capacidade técnica sem o devido registro no CREA. A Comissão de Licitação, por entender que a documentação apresentada, atende as exigências do Edital, declarou HABILITADAS as empresas CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CASTELAR ENGENHARIA LTDA, VOLTESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e inabilitadas as empresas DÉCIO PACHECO & CIA LTDA e PERFIL EMPREENDIMENTOS. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação desta ata para possíveis recursos quanto ao julgamento da documentação apresentada. Não havendo interposição de recursos, as propostas das licitantes habilitadas serão abertas pela Comissão de Licitação, na sala de licitação da Prefeitura de Canoinhas, às 1400min do dia 30/06/2014. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck
Secretário

Karoline Aparecida Crestani
Membro

CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
Paulo Francisco Cagliari,

DÉCIO PACHECO & CIA LTDA
José Francisco Guimarães Toni

CASTELAR ENGENHARIA LTDA
Sabrina Maria Alves Cavalheiro.

VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA
Luiz Cezar Crescencio Luiz

**Publicação da Homologação do Processo Licitatório
N. FMS 14/2014**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/14
HOMOLOGAÇÃO: 20/06/14
CONTRATADO: ZOOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, IMPRESSORAS E NOTEBOOK, PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.376,00 (cinco mil trezentos e setenta e seis reais)
DATA: 20/06/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/14
HOMOLOGAÇÃO: 20/06/14
CONTRATADO: GUARAPUAVA CENTRO DIGITAL DE INFORMATICA LTDA - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, IMPRESSORAS E NOTEBOOK, PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 53.822,00 (cinquenta e três mil oitocentos e vinte e dois reais)

DATA: 20/06/14
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

**Publicação da Errata da Ata da Concorrência Pública
N. 09/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ERRATA DA ATA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 09/2009 - PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 73/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na ata da Concorrência Pública n.º 09/2014, publicada neste veículo, neste dia 23/06/2014, onde LIA-SE: Não havendo interposição de recursos, as propostas das licitantes habilitadas serão abertas pela Comissão de Licitação, na sala de licitação da Prefeitura de Canoinhas, às 14h00min do dia 30/06/2014, LEIA-SE: Não havendo interposição de recursos, as propostas das licitantes habilitadas serão abertas pela Comissão de Licitação, na sala de licitação da Prefeitura de Canoinhas, às 14h00min do dia 01/07/2014.

PAULO CESAR SAFANELLI
Presidente da Comissão de Licitação

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial N. FMS 09/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 21/2014		Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		Total dos Itens Vencedores: 8.790,00					
Licitação.....:	9/2014 - PR								
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE LENÇÓIS, FRONHAS E MANTAS EM MICROFIBRA A SEREM UTILIZADAS NAS SALAS DE PROCEDIMENTOS E CONSULTÓRIOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E AMBULÂNCIAS MUNICIPAIS.								
Fornecedor		Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1		- 48839	- LENÇOL ALGODÃO HOSPITALAR LISTRADOS 1,20 X 2,20 M. - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ			300,000	0,0000	21,0000	6.300,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA			300,000	0,0000	21,1667	6.350,00	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME			300,000	0,0000	23,1667	6.950,00	Perdeu	3
Item.....: 2		- 48840	- FRONHAS EM ALGODÃO HOSPITALAR LISTRADOS 0.50 X 0.70CM - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ			150,000	0,0000	6,6000	990,00	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME			150,000	0,0000	6,6667	1.000,00	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA			150,000	0,0000	9,0667	1.360,00	Perdeu	3
Item.....: 3		- 48841	- MANTA MICROFIBRA 1,20 X 2,20 M - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ			50,000	0,0000	30,0000	1.500,00	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME			50,000	0,0000	30,6000	1.530,00	Perdeu	2

Página: 2/2

3
Classificação

--

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. FMS 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 14/2014 Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **Total dos Itens Vencedores: 59.198,00**

Licitação.....: 4/2014 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, IMPRESSORAS E NOTEBOOK, PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 6267 - COMPUTADOR - Unidade: UN								
13345	GUARAPUAVA CENTRO DIGITAL DE INFORMATICA LTDA - ME		34,000	0,0000	1,583,0000	53,822,00	Venceu	1 *****
13339	ZOOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA		34,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 15357 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER - Unidade: UN								
13339	ZOOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA		8,000	0,0000	672,0000	5,376,00	Venceu	1 *****
13345	GUARAPUAVA CENTRO DIGITAL DE INFORMATICA LTDA - ME		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 41390 - NOTEBOOK, CONFORME EDITAL - Unidade: UN								
13339	ZOOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 14/2014

Licitação.....: 4/2014 - PE

Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, IMPRESSORAS E NOTEBOOK, PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

59.198,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 3	-	41390	-	NOTEBOOK, CONFORME EDITAL	-	Unidade: UN		
13345	GUARAPUAVA CENTRO DIGITAL DE INFORMATICA LTDA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)

FRANCIELE TISCHLER QUADROS - - SUPLENTE

JOSÉ AUGUSTO MAIEVSKI - - EQUIPE DE APOIO

ANDRESSA CASSIAS PEREIRA - - EQUIPE DE APOIO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC

LUIZ AUGUSTO FONTANA JUNIOR - - CRC/SC 033168/O-4

Capinzal

PREFEITURA

FMAS Ata/Contrato 0170/2014 M

Ata/Contrato Nº.: 0170/2014 M

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: ANTONIO R. BORGES ROGER

Valor : 87.045,00 (oitenta e sete mil e quarenta e cinco reais)

Vigência : Início: 16/06/2014 Término: 16/06/2015
Processo Licitatório Nº 0099/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0066/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota Municipal de veículos do Município de Capinzal, suas Secretarias e Fundos.

FMAS Ata/Contrato 0171/2014 M

Ata/Contrato Nº.: 0171/2014 M

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: DORNELES JOSE CESA & CIA LTDA

Valor : 54.095,00 (cinquenta e quatro mil e noventa e cinco reais)

Vigência : Início: 16/06/2014 Término: 16/06/2015
Processo Licitatório Nº 0099/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0066/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota Municipal de veículos do Município de Capinzal, suas Secretarias e Fundos.

FMS Ata/Contrato 0170/2014 M

Ata/Contrato Nº.: 0170/2014 M

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: ANTONIO R. BORGES ROGER

Valor : 87.045,00 (oitenta e sete mil e quarenta e cinco reais)

Vigência : Início: 16/06/2014 Término: 16/06/2015

Processo Licitatório Nº 0099/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota Municipal de veículos do Município de Capinzal, suas Secretarias e Fundos.

FMS Ata/Contrato 0171/2014 M

Ata/Contrato Nº.: 0171/2014 M

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: DORNELES JOSE CESA & CIA LTDA

Valor : 54.095,00 (cinquenta e quatro mil e noventa e cinco reais)

Vigência : Início: 16/06/2014 Término: 16/06/2015
Processo Licitatório Nº 0099/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0066/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota Municipal de veículos do Município de Capinzal, suas Secretarias e Fundos.

PMC Ata/Contrato 0170/2014

Ata/Contrato Nº.: 0170/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: ANTONIO R. BORGES ROGER

Valor : 87.045,00 (oitenta e sete mil e quarenta e cinco reais)

Vigência : Início: 16/06/2014 Término: 16/06/2015
Processo Licitatório Nº 0099/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0066/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota Municipal de veículos do Município de Capinzal, suas Secretarias e Fundos.

PMC Ata/Contrato 0171/2014

Ata/Contrato Nº.: 0171/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: DORNELES JOSE CESA & CIA LTDA

Valor : 54.095,00 (cinquenta e quatro mil e noventa e cinco reais)

Vigência : Início: 16/06/2014 Término: 16/06/2015

Processo Licitatório Nº 0099/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota Municipal de veículos do Município de Capinzal, suas Secretarias e Fundos.

Portaria 280 A/2014

PORTARIA Nº 280 A, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 26 de fevereiro a 12 de dezembro de 2014, Riceli Aparecida Rosa, matrícula nº 407467/01, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de fevereiro de 2014

Capinzal - SC, em 26 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portaria 259/2014

PORTARIA Nº 259, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999,

Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 19 de fevereiro a 19 de dezembro de 2014, Juliana Soares da Silva, matrícula nº 407466/01, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor nível 372, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Belisário Pena, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de fevereiro de 2014

Capinzal - SC, em 19 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portaria 280/2014

PORTARIA Nº 284, DE 03 DE MARÇO DE 2014

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009,

Resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC - 1) ao servidor Assis Girioli, matrícula nº 332011/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 056, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 26 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 280 A, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999,

Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 26 de fevereiro a 12 de dezembro de 2014, Riceli Aparecida Rosa, matrícula nº 407467/01, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de fevereiro de 2014

Capinzal - SC, em 26 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias Março/2014

PORTARIA Nº 363, DE 07 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999,

Resolve:

Art. 1º Fica contratado, pelo período de 07 de março a 20 de dezembro de 2014, Roque Divanir Lopes, matrícula nº 332860/03, para exercer as funções do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na APAE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de março de 2014

Capinzal - SC, em 07 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 364, DE 07 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999,

Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 07 de março a 13 de dezembro de 2014, Jessica Duarte, matrícula nº 407482/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de março de 2014

Capinzal - SC, em 07 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 365, DE 07 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999,

Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 07 de março a 13 de dezembro de 2014, Nahida Faissal Bassis, matrícula nº 407484/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de trinta (30) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de março de 2014

Capinzal - SC, em 07 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 366, DE 10 DE MARÇO DE 2014

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991,

Resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratar de Interesses Particulares, conforme requerimento protocolado sob o nº 1110/2014, à servidora Seila Eliane Ribeiro, matrícula nº 31833/02, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária da Educação, Cultura e Esportes, nível CC - 5, conforme o anexo IV - F da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 10 de março a 09 de abril de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de março de 2014

Capinzal - SC, em 10 de março de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 367, DE 10 DE MARÇO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000,

Resolve:

Art. 1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 10 de março a 12 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Marilda Esganzela, matrícula nº 407480/01, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Moro, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de março a 12 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 10 de março de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 369, DE 10 DE MARÇO DE 2014
Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, Resolve:
Art. 1º Fica nomeada Debora Tobaldini, matrícula nº 397318/02, no cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento de Controle e Manutenção, nível CC - 3, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 3068, de 22 de maio de 2013, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 10 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 10 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Debora Tobaldini

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, senhor Andevir Isganzela, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srta. Debora Tobaldini, matrícula nº 397318/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Controle e Manutenção, nomeado pela Portaria nº 369, de 10 de março de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 10 de março de 2014
Empossado
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 368, DE 10 DE MARÇO DE 2014
Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, Resolve:
Art. 1º Fica nomeado Anildo Roch Martinelli Junior, matrícula nº 407485/01, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Agricultura, nível CC - 3, conforme o anexo IV - C da Lei Complementar nº 3068, de 22 de maio de 2013, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 10 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 10 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Anildo Roch Martinelli Jr.

Aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, senhor Andevir Isganzela, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Anildo Roch Martinelli Jr., matrícula nº 407485/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Diretor de Agricultura, nomeado pela Portaria nº 368, de 10 de março de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 10 de março de 2014
Empossado
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 370, DE 10 DE MARÇO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor,

Resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 1119/2014, a servidora Debora Fernanda da Silva Amalcaburio, matrícula nº 327700/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, a contar de 10 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 10 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 371, DE 10 DE MARÇO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor,

Resolve:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 1186/2014, o servidor André Luiz Recalcatti, matrícula nº 407479/01, ocupante do cargo de Monitor de Informática, nível 415, referência A, conforme o anexo III da Lei Complementar

nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, a contar de 10 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 10 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 372, DE 10 DE MARÇO DE 2014
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 10 de março a 31 de dezembro de 2014, Vivian Aparecida Ribeiro Schuster, matrícula nº 407483/01, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Unidade Sanitária Central.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de março de 2014

Capinzal - SC, em 10 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 373, DE 11 DE MARÇO DE 2014
Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, Resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 1076/2014, à servidora Claudia Adriane Cousseau da Silva, matrícula nº 307467/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 17 de fevereiro de 2009 a 16 de fevereiro de 2014, pelo período de 11 de março a 10 de maio de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de março de 2014

Capinzal - SC, em 11 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 374, DE 11 DE MARÇO DE 2014
Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei

Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, Resolve:
Art. 1º Fica nomeada Dalva Luiza Dalcortivo, matrícula 322172/06, no cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Transportes, nível CC - 1, conforme anexo IV - E da Lei Complementar nº 146, de 04 de maio de 2012, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 21 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 11 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Dalva Luiza Dalcortivo

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª. Dalva Luiza Dalcortivo, matrícula 322172/06, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Transportes, nomeada pela Portaria nº 374, de 11 de março de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 11 de março de 2014
Empossado
Prefeito Municipal
PORTARIA Nº 375, DE 11 DE MARÇO DE 2014

Incorpora Função de Chefia a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 85 da Lei Complementar nº 046, de 04 de abril de 2012 e o requerimento protocolado sob o nº 1158/2014, Resolve:

Art. 1º Fica incorporada Função Gratificada ao salário, a contar de março de 2014, do servidor Milton Krumenauer Maurer, matrícula nº 316148/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência g, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 11 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 376, DE 12 DE MARÇO DE 2014

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, Resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 12 de março a 10 de maio de 2014, conforme requerimento protocolado sob o nº 25/2014 à servidora Patrícia Fatima Teixeira Baretta, matrícula nº 324892/08, ocupante do cargo de Professor Nível 4, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de março de 2014

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 377, DE 12 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999,

Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 12 de março a 12 de dezembro de 2014, Giseli Lopes Duarte, matrícula nº 407486/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 4, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no CECON.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de março de 2014

Capinzal - SC, em 12 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 378, DE 12 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 12 de março a 20 de dezembro de 2014, Janaina de Lima Zambom, matrícula nº 407487/01, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na APAE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de março de 2014

Capinzal - SC, em 12 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 379, DE 12 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, Resolve:

Art. 1º Fica contratado, pelo período de 12 de março a 20 de dezembro de 2014, Gustavo Francisco Angeli, matrícula nº 407490/01, para exercer as funções do cargo de Professor de Música, nível 232, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de março de 2014

Capinzal - SC, em 12 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 380, DE 13 DE MARÇO DE 2014

Altera nome de servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Averbção constante da Certidão de Casamento, Matrícula nº 104935 01 55 2013 2 00022 011 0004071 25, do Registro Civil das Pessoas Naturais, Resolve:

Art. 1º Fica alterado o nome da servidora Rosimeri Aparecida Mantovani, matrícula nº 333115/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais e vinculada à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passa a assinar Rosimeri Aparecida Mantovani Batista.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 13 de março de 2014

Capinzal - SC, em 13 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 381, DE 13 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, Resolve:

Art. 1º Fica contratado, pelo período de 13 de março a 31 de dezembro de 2014, Celso Luiz Alberti, matrícula nº 407488/01, para exercer as funções do cargo de Carpinteiro, nível 079, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais,

na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de março de 2014

Capinzal - SC, em 13 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 383, DE 17 DE MARÇO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

CONSIDERANDO o inciso V do artigo 31 da Lei Complementar nº 006/1991, que dispõe sobre a vacância do cargo em caso de aposentadoria;

CONSIDERANDO instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa

Catarina a respeito da vacância do cargo efetivo em razão de aposentadoria do servidor;

CONSIDERANDO que a servidora encontra-se aposentada desde abril/2010.

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art. 1º Fica exonerada, por motivo de aposentadoria, conforme Carta de Concessão, Benefício nº 1429728792, a servidora Maria Inês de Paula Godoy, matrícula nº 315095/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, nível 65, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Ficam indenizadas as Licenças Prêmio referentes aos quinquênios de 10 de abril de 2002 a 09 de abril de 2007 e 10 de abril de 2007 a 09 de abril de 2012

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 17 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino
PORTARIA Nº 384, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 17 de março a 12 de dezembro de 2014, em dez (10) horas semanais, da servidora Marilda Rodrigues, matrícula nº 182990/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Moro, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 17 de março a 12 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 17 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 385, DE 17 DE MARÇO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 17 de março a 12 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Silvai de Simas, matrícula nº 333395/03, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Moro, para atuar como Professor Volante.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 17 de março a 12 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 17 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 386, DE 17 DE MARÇO DE 2014
Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 17 de março a 14 de julho de 2014, conforme atestado médico, à servidora Samanta Antunes da Costa, matrícula nº 331660/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de março de 2014

Capinzal, SC, em 05 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 387, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, conforme requerimento protocolado sob o nº 1292/2014, a contar de 17 de março de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Grasiela Gramazio, matrícula nº 329118/03, ocupante do cargo de Monitor de Artes, nível 116, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais a partir de 17 de março de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 17 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 392, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004, Resolve:

Art. 1º Fica contratado, pelo período de 05 de março a 30 de novembro de 2014, Edson Fernando Moretti, matrícula nº 182680/02, para exercer as funções do cargo de Técnico Desportivo III, nível 19, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de março de 2014

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 393, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004, Resolve:

Art. 1º Fica contratado, pelo período de 05 de março a 30 de novembro de 2014, Jucelma Angela Poggere, matrícula nº 304271/05, para exercer as funções do cargo de Técnico Desportivo III, nível 19, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de março de 2014

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 394, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004, Resolve:

Art. 1º Fica contratado, pelo período de 17 de março a 30 de novembro de 2014, Rafael Chiomento, matrícula nº 304301/02, para exercer as funções do cargo de Técnico Desportivo III, nível 19, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de março de 2014

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 395, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004, Resolve:

Art. 1º Fica contratado, pelo período de 06 de março a 30 de novembro de 2014, Rudemar Dirceu Dickel, matrícula nº 304336/10, para exercer as funções do cargo de Técnico Desportivo I, nível 17, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de março de 2014

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 396, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999 e com a Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004, Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 05 de março a 30 de novembro de 2014, Saionara Cristina Masson, matrícula nº 318434/04, para exercer as funções do cargo de Técnico de Atividades Desportivas III, Nível 3, referência A, modalidade Handebol Escolinha, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de março de 2014

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA Nº 397, DE 17 DE MARÇO DE 2014
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004, Resolve:

Art. 1º Fica contratado, pelo período de 05 de março a 30 de novembro de 2014, Sergio Rodrigues dos Santos, matrícula nº 318949/06, para exercer as funções do cargo de Técnico Desportivo III, nível 19, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de março de 2014

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 398, DE 17 DE MARÇO DE 2014
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004, Resolve:

Art. 1º Fica contratado, pelo período de 05 de março a 30 de novembro de 2014, Valdecir Jose Saretta, matrícula nº 304379/04, para exercer as funções do cargo de Técnico Desportivo III, nível 19, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de março de 2014

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 399, DE 17 DE MARÇO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 17 de março a 12 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, do servidor Lucas Guerreiro Camassola, matrícula nº 407457/01, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40)

horas semanais pelo período de 17 de março a 12 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 17 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 400, DE 17 DE MARÇO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 17 de março a 12 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Cristiane da Silva, matrícula nº 402516/02, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 17 de março a 12 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 17 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 401, DE 17 DE MARÇO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 17 de março a 12 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Sara Lopes Duarte, matrícula nº 333239/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 17 de março a 12 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 17 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 408, DE 18 DE MARÇO DE 2014
Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, Resolve:

Art. 1º Fica à disposição, por interesse do serviço público, conforme memorando 046/SMS, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, em quarenta (40) horas semanais, a contar de 01 de março de 2014, a servidora Ilda Maria Schmidt Correa, matrícula nº 310697/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelandor, nível 309, referência E, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 18 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 409, DE 19 DE MARÇO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 1322/2014, a servidora Maria Mariline de Mattos, matrícula nº 331600/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, a contar de 19 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 19 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 410, DE 19 DE MARÇO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 1326/2014, a servidora Lisiane Maria Masson, matrícula nº 330779/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, a contar de 19 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 19 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 411, DE 19 DE MARÇO DE 2014
Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, Resolve:

Art. 1º Fica nomeada Lusiana Angeli Hachmann, matrícula nº 331236/02, no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, a contar de 19 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 19 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Lusiana Angeli Hachmann

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª. Lusiana Angeli Hachmann, matrícula 331236/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nomeada pela Portaria nº 411, de 19 de março de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 19 de março de 2014
Empossado
Prefeito Municipal
PORTARIA Nº 412, DE 19 DE MARÇO DE 2014
Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, Resolve:

Art. 1º Fica nomeada Rosangela Raizer Faccin, matrícula nº 407493/01, no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, a contar de 19 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 19 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO
Termo de Posse e Compromisso prestado por Rosangela Raizer Faccin

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª. Rosangela Raizer Faccin, matrícula 407493/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nomeada pela Portaria nº 412, de 19 de março de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, empenhando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 19 de março de 2014
Empossado
Prefeito Municipal
PORTARIA Nº 412, DE 19 DE MARÇO DE 2014
Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, Resolve:

Art. 1º Fica nomeada Rosangela Raizer Faccin, matrícula nº 407493/01, no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, a contar de 19 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 19 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO
Termo de Posse e Compromisso prestado por Rosangela Raizer Faccin

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª. Rosangela Raizer Faccin, matrícula 407493/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nomeada pela Portaria nº 412, de 19 de março de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, empenhando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 19 de março de 2014
Empossado
Prefeito Municipal
PORTARIA Nº 413, DE 20 DE MARÇO DE 2014
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, Resolve:

Art. 1º Fica contratado, pelo período de 20 de março a 31 de dezembro de 2014, Francisco Victor Belotto, matrícula nº 310093/02, para exercer as funções do cargo de Operador de Máquina Pesada, nível 200, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de março de 2014

Capinzal - SC, em 20 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 414, DE 20 DE MARÇO DE 2014
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1345/2014, Resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação ao servidor Wilson Jose Marostica, matrícula nº 320790/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Ônibus do Transporte Coletivo, nível 185, referência D conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 185, referência E, por ter preenchido as exigências constantes dos artigos 34 e 35, da já citada lei.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 20 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 20 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 415, DE 20 DE MARÇO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art. 1º Fica exonerada, por motivo de óbito, conforme Certidão nº 105197 01 55 2014 4 00169 198 0054271 75, a servidora Claudia Adriane Cousseau da Silva, matrícula nº 307467/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, a contar de 20 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 20 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 416, DE 20 DE MARÇO DE 2014
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 20 de março a 12 de dezembro de 2014, Elizandra Lovatel, matrícula nº 328227/06, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço, para atuar com Estimulação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de março de 2014

Capinzal - SC, em 20 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 417, DE 20 DE MARÇO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 1175/2013, a servidora Mara Simone Xavier Alves da Rosa, matrícula nº 324035/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, a contar de 20 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 20 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 418, DE 20 DE MARÇO DE 2014
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 20 de março a 13 de dezembro de 2014, Dianefer Maraisa Datsch, matrícula nº 407495/01, para exercer as funções do cargo de Monitor de Informática, nível 415, referência A, conforme o anexo III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de março de 2014

Capinzal - SC, em 20 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 419, DE 20 DE MARÇO DE 2014
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 20 de março a 12 de dezembro de 2014, Darliane Carla Nora, matrícula nº 407496/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de março de 2014

Capinzal - SC, em 20 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 420, DE 20 DE MARÇO DE 2014
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, Resolve:

Art. 1º Fica contratado, pelo período de 20 de março a 12 de dezembro de 2014, Rodrigo Augusto Nardi, matrícula nº 407494/01, para exercer as funções do cargo de Monitor de Informática, nível 415, referência A, conforme o anexo III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de março de 2014

Capinzal - SC, em 20 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 421, DE 20 DE MARÇO DE 2014
Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, conforme requerimento protocolado sob o nº 1384/2014, a contar de 20 de março de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Gisele Aparecida Sze-manski, matrícula nº 322903/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais a partir de 20 de março de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 20 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 20 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 422, DE 20 DE MARÇO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 20 de março a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Beloni dos Prazeres da Silva, matrícula nº 321842/09, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 20 de março a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 20 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 20 de março de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 423, DE 21 DE MARÇO DE 2014
Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, Resolve:

Art. 1º Fica à disposição, por interesse do serviço público, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, conforme memorando nº 006/SAF/RH, em quarenta (40) horas semanais, a contar de 21 de março de 2014, o servidor Ramiro Marcelo dos Santos, matrícula nº 332690/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 21 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 424, DE 24 DE MARÇO DE 2014
Concede Licença Paternidade a servidor, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 92 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, Resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Paternidade, pelo período de 24 a 28 de março de 2014, ao servidor Odair Jose Pezzole, matrícula nº 182940/01 ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e lotação na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de março de 2014.

Capinzal - SC, em 24 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 425, DE 26 DE MARÇO DE 2014
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, Resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 26 de março a 12 de dezembro de 2014, Lucilene Pacheco dos Santos, matrícula nº 407497/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em substituição a Mara Simone Xavier Alves da Rosa, que pediu exoneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de março de 2014

Capinzal - SC, em 26 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PMC Ata/Contrato 0168/2014

Contrato Nº.: 0168/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada....: ENGHEVIA SERVICOS E OBRAS LTDA - EPP

Valor : 37.361,62 (trinta e sete mil trezentos e sessenta e um reais e sessenta e dois centavos)

Vigência : Início: 16/06/2014 Término: 31/12/2014

Processo Licitatório Nº 0094/2014

Licitação : Tomada de Preço para Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0004/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para execução de serviço de pavimentação asfáltica da pista de caminhada da Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, Parte I do Projeto de Recapeamento em asfalto.

Catanduvras

PREFEITURA

Decreto Nº 1.994, de 16 de Junho de 2014

DECRETO Nº 1.994, de 16 de junho de 2014.

"INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO DE APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento advindo da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Catanduvras/SC para fins de investigação de supostas irregularidades no atendimento a paciente no Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no dia 05/06/2014;

CONSIDERANDO, as imagens gravadas durante o atendimento hospitalar no dia 05/06/2014 encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Catanduvras/SC;

CONSIDERANDO, o relatório encaminhado pela diretora do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

CONSIDERANDO, a obrigação da autoridade que tiver ciência de suposta irregularidade no serviço público determinar a apuração imediata dos fatos, de acordo com o disposto no art. 151 da Lei Complementar Municipal nº 19, de 4 de janeiro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apurar os fatos, bem como os responsáveis pelos atos acima descritos.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto nº 1.904 de 04 de junho de 2013, com as alterações operadas pelo Decreto nº 1.983, de 12 de maio de 2014, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se dos documentos apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Catanduvras/SC, depoimento dos servidores envolvidos, testemunhas, além das demais provas e diligências que entenderem necessário.

Art. 4º A comissão terá um prazo de dez (10) dias a partir da publicação do presente Decreto para o início dos trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º Pela participação na Comissão os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvras(SC), 16 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado por esta secretaria nesta data.

Aviso de Anulação de Licitação - Processo Licitatório Nº 0056/2014 - Edital de Convite Nº 0003/2014

TERMO DE ANULAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2014
CONVITE Nº 3/2014

OBJETO: Contratação de profissionais para os serviços de Assessoria e Consultoria em Saúde Pública para a Secretaria Municipal de Saúde.

MOTIVO: Considerando que das três empresas convidadas somente uma estava habilitada conforme detalhamento na Ata impressa em anexo a este processo, e no prazo estipulado em edital nenhuma empresa auto convocou - se. Considerando o cumprimento da lei 8.666 onde prevê três proponentes habilitados se tratando da modalidade convite, este processo está anulado, por não cumprir a lei.

1. ANULAR, o presente Processo Licitatório 56/2014

CATANDUVAS, 18 de junho de 2014
GISA APARECIDA GIACOMIN
PREFEITA MUNICIPAL

Caxambu do Sul

PREFEITURA

Decreto 101/2014

Município de Caxambu do Sul
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000101/14 de 16 de Junho de 2014
Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001296/13 de 8 de Novembro de 2013.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 16.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 - Departamento de Saúde

05.01.10.301.0005.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 16.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	05.01 - Departamento de Saúde 05.01.10.301.0005.2.006-3.1.71.00.00.00.00.00 - Transferencias a Consórcios Públicos	2.800,00
	05.01.10.301.0005.2.006-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	5.000,00
	05.01.10.301.0005.2.006-3.3.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	3.200,00
	05.01.10.301.0005.2.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
Art. 3º -	Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.	

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Junho de 2014
VILMAR FOPPA
PREFEITO

DECRETO 102/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000102/14 de 16 de Junho de 2014
Abre crédito especial - anulação de dotação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001296/13 de 8 de Novembro de 2013.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

03.02 - Departamento Financeiro

03.02.04.123.0004.2.005-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

03.02 - Departamento Financeiro

03.02.04.123.0004.2.005-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Junho de 2014

VILMAR FOPPA

PREFEITO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº 045/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 045/2014

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 001/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº. 001/2014 de 16.05.2014, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado, que aprova a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, no Município de Chapadão do Lageado, onde terá um total de gastos de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), referente a contratação de profissional habilitado e capacitado para desenvolver o respectivo Plano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 03 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portarianº 245/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 245/2014

CONSIDERANDO, o recebimento da Comunicação de Decisão do benefício previdenciário de auxílio-doença emitido em 16.06.14, pelo Instituto Nacional de Seguro Social;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a licença para tratamento de saúde da servidora LUCIANI PAUL KERSCHBAUM, matriculada sob o nº 2423/02, pelo período de 19.07.14 a 20.08.14, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 18 de junho de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portarianº 246/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 246/2014

CONSIDERANDO, que a Administração Publica pode rever seus atos a qualquer tempo,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 008 de 23/12/99 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010.

RESOLVE:

Art.1º Retificar o Art. 3º da Portaria nº. 240/2014 de 09.06.2014, do Servidor Público ANDRÉ SEBOLD, com a seguinte alteração, onde se lê: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos legais a partir de 03.07.2012 leia-se: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos legais a partir de 03.07.2013.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 18 de junho de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº. 214/2014**

RESOLUÇÃO N.º 214/2014, de 18 de junho de 2014.

ATUALIZA OS VALORES CONSTANTES NO ANEXO I, DA LEI Nº. 784, de 30.03.2007, E DOS ARTIGOS 2º E 3º DA LEI Nº. 900, DE 11.06.2008 DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº. 1.205/2014, de 18/06/2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, AGENOR BENATI PEDROSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º. Atualizar em 7,00% (sete por cento) os valores contidos no ANEXO I da Lei Nº. 784, de 30.03.2007, em decorrência da promulgação da Lei Nº. 1.205/2014, de 18/06/2014, e em conformidade com o disposto no art. 37, inciso X, da CF/88.

Art. 2º. Atualizar em 5,81% (cinco vírgula oitenta e um por cento) os valores contidos no art. 2º da Lei Nº. 900, de 11.06.2008, que passa a vigorar com o valor de R\$ 4.678,77 (quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais e setenta e sete centavos), e no art. 3º da Lei Nº. 900, de 11.06.2008, que passa a vigorar no valor de R\$ 6,016,04 (seis mil e dezesseis reais e quatro centavos), em decorrência da promulgação da Lei Nº. 1.205/2014, de 18/06/2014, e em conformidade com o disposto no art. 37, inciso X, da CF/88.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2014.

Art.4º. Fica revogada a Resolução Nº. 205/2013, 19 de junho de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, 18 de junho de 2014.

AGENOR BENATI PEDROSO

Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA

1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nos Murais da Câmara e da Prefeitura, aos 18 dias do mês e junho de 2014.

ANEXO I

LEI 784, de 30.03.2007

SÍMBOLO	VALOR - R\$ / MÊS
ECPL-1	R\$ 3.553,52
REFERÊNCIA	
1	R\$ 719,79
2	R\$ 791,76
3	R\$ 870,93
4	R\$ 958,04
5	R\$ 1.053,82
6	R\$ 1.159,20
7	R\$ 1.275,12
8	R\$ 1.402,63
9	R\$ 1.542,89

10	R\$ 1.697,18
11	R\$ 1.866,90
12	R\$ 2.053,59
13	R\$ 2.258,95
14	R\$ 2.484,84
15	R\$ 2.733,32
16	R\$ 3.006,65
17	R\$ 3.307,41
18	R\$ 3.638,04
19	R\$ 4.001,86
20	R\$ 4.402,02
21	R\$ 4.842,22
22	R\$ 5.326,44
23	R\$ 5.859,08
24	R\$ 6.444,99
25	R\$ 7.089,49
26	R\$ 7.798,43
27	R\$ 8.579,27
28	R\$ 9.437,20
29	R\$ 10.380,92
30	R\$ 11.418,01

AGENOR BENATI PEDROSO
Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
1º Secretário

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 5.895

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.895, DE 26 DE MAIO DE 2014.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.655, de 26 de maio de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.122.0060.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.020000 Receitas de Impostos de Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$ 130.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.020000 Receitas de Impostos de Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$ 250.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0064.2105 Assistência Farmacêutica - FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.020000 Receitas de Impostos de Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 580.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.896

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.896, DE 28 DE MAIO DE 2014.

Institui e regulamenta a Central de Atendimento ao Cidadão - CAC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Central de Atendimento ao Cidadão - CAC, no âmbito do Município de Concórdia, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, que funcionará no pavimento térreo do Centro Administrativo Municipal.

Art. 2º A CAC tem como função primordial orientar o cidadão quanto aos procedimentos para acesso à informação pública e aos serviços disponíveis no Portal online da Prefeitura Municipal de Concórdia, competindo:

I - permitir o acesso do público em geral ao Portal online do Município, com disponibilização de computadores instalados na Central;

II - manter 1 (um) servidor em período integral para orientação dos usuários;

III - atualizar informações e serviços disponíveis no Portal online do Município, conforme solicitado pelas Secretarias competentes;

Art. 3º A CAC também estará disponível para que o público em geral, orientado pelo servidor, caso necessário, protocole pedidos de informações, requerimentos e demais documentos por meio virtual.

Art. 4º A utilização da CAC obedecerá aos seguintes critérios:

I - tempo máximo de utilização dos computadores: 1 (uma) hora/dia, por usuário;

II - menores de 16 (dezesesseis) anos não poderão utilizar os equipamentos;

III - não será permitida a impressão de nenhum tipo de documento, sendo que a disponibilização dos comprovantes ou documentos eventualmente gerados pelo sistema, se dará por meio de arquivo digital (PDF), enviado ao usuário por endereço eletrônico;

IV - fica expressamente proibida a utilização dos equipamentos de informática existentes na CAC para acesso livre à internet, bem como de qualquer outro software, tais como Word, Excel, comunicadores instantâneos e similares.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.897
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.897, DE 28 DE MAIO DE 2014.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.621, de 13 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2013, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade 15.0452.0039.2029 Ações Serviços Urbanos - SEMURB
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 03.170000 Contribuição Cosip - Superávit do Exercício Anterior R\$ 160.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 160.000,00.

Art. 2º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de abril de 2014, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade 13.122.0071.2401 Manutenção das Atividades-Meio da FMC
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 17.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 17.500,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2014.

Decreto Nº 5.898

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.898, DE 28 DE MAIO DE 2014.

Altera expressão constante no caput do art. 1º do Decreto nº 5.894, de 23 de maio de 2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "superávit financeiro" para: "excesso de arrecadação", constante no caput do art. 1º do Decreto nº 5.894, de 23 de maio de 2014, que abre crédito suplementar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.899

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.899, DE 3 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a pintura de logradouros públicos, em virtude da realização da Copa do Mundo de 2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Em virtude da realização da Copa do Mundo de 2014, fica autorizada, até o dia 13 de julho de 2014, a pintura, em logradouros públicos, exceto nas pistas de rolamento de veículos, com as cores da bandeira do Brasil.

Parágrafo único. A pintura deverá ser executada somente em frente ao imóvel de propriedade do interessado, às suas expensas, observado o disposto no art. 133, da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.900

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.900, DE 5 DE JUNHO DE 2014.

Dá nova redação ao inciso I do § 4º do art. 2º do Decreto nº 5.659, de 12 de dezembro de 2011 e alterações, que regulamentam o art. 45 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do § 4º do art. 2º do Decreto nº 5.659, de 12 de dezembro de 2011 e alterações, que regulamenta o art. 45 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

I - por um período de até 2 (duas) horas, por mês, e até 5 (cinco) dias, por ano, para:

a) consultas médicas ou odontológicas, realização de exames e pequenos procedimentos médicos e odontológicos do servidor, de seus filhos menores e de familiar sob sua responsabilidade, comprovado mediante apresentação de atestado médico ou declaração de comparecimento;

b) participação em curso de formação na área, aprovada pela Direção da Unidade Escolar, comprovado mediante apresentação de Certificado com frequência superior a 85% (oitenta e cinco por cento);” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2014.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.890, de 7 de maio de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA HABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.901 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.901, DE 6 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.656, de 6 de junho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbanística

- SEMURB

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.830000 Operações de Crédito Internas - Outros Programas R\$ 3.000.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 3.000.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0030.2026 Ações da Extensão Rural - SEMADRA

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.830000 Operações de Crédito Internas - Outros Programas R\$ 3.000.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 3.000.000,00.

Art. 3º Fica suplementada com recursos do excesso de arrecadação verificado até 30 de abril de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade 12.122.0018.2012 Manutenção das Atividades-Meio da SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Educação R\$ 50.000,00

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0019.2017 Ações de Ensino Fundamental - SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Educação R\$ 260.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0021.2018 Ações da Educação Infantil - SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Educação R\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 360.000,00.

Art. 4º Ficam suplementadas com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0019.2013 Ações da Administração Escolar - SEMED

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e de

Transferências de Impostos - Educação - Superávit do Exercício Anterior R\$ 70.000,00
Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil
Projeto/Atividade 12.365.0025.1007 Modernização e Organização Administrativa - Educação Infantil
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - Superávit do Exercício Anterior R\$ 590.000,00

Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEMA
Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 680.000,00.

Art. 5º Ficam suplementadas com recursos do provável excesso de arrecadação, as dotações constantes no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária 06.06 Ensino Médio
Projeto/Atividade 12.362.0024.2011 Ações do Ensino Médio - Convênios - SEMED
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.220000 Transferência de Convênios - Educação.. R\$ 87.000,00
Fonte de Recursos 01.610000 Programa Nacional de Apoio ao Transporte - PNATE R\$ 26.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 113.000,00.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 427/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 427/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2014, à servidora KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104221-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 11 de novembro de 2008 a 10 de novembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

ELISETE MARIA PEDOTT
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 428/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 428/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SIRLEI FERREIRA LONGO BORTOLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2014, à servidora SIRLEI FERREIRA LONGO BORTOLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 96970-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 26 de janeiro de 2008 a 25 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

ELISETE MARIA PEDOTT
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 429/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 429/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor SALIN URBANO DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2014, ao servidor SALIN URBANO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

ANTONIO COLUSSI
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 430/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 430/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2014, à servidora FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI, ocupante do cargo de Pedagogo, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de março de 2008 a 3 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 431/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 431/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARLEI ALBIERO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2014, à servidora MARLEI ALBIERO, ocupante do cargo de Orientador de Informática, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de junho de 2008 a 1º de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

ELISETE MARIA PEDOTT
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 432/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 432/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELIANE CRISTINA DETOFANO JACOVAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 20 de junho de 2014, à servidora ELIANE CRISTINA DETOFANO JACOVAS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 49174-08, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de fevereiro de 2009 a 3 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

ELISETE MARIA PEDOTT
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 433/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 433/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

Designa GENAIR LOURDES BOGONI, Responsável Técnica do Serviço de Enfermagem; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora GENAIR LOURDES BOGONI, Responsável Técnica do Serviço de Enfermagem, no Município de Concórdia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 602/2011, de 19 de julho de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 434/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 434/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CLEIDI SCHMIDT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2014, à servidora

CLEIDI SCHMIDT, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de fevereiro de 2009 a 3 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 435/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 435/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor ADAIR KNOB.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2014, ao servidor ADAIR KNOB, ocupante do cargo de Inseminador, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 10 de janeiro de 2000 a 9 de janeiro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

RUIIMAR SCORTEGAGNA
Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 436/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 436/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora IVANICE MARIA DALLA CORTE FOCESATO; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados, nos assentamentos funcionais da servidora IVANICE MARIA DALLA CORTE FOCESATO, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 91367-00, tempo de contribuição, na forma abaixo:

I - 1.327 dias, ou seja: 3 (três) anos, 7 (sete) meses e 22 (vinte e dois) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pela Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina, em 20 de agosto de 2013;

II - 943 dias, ou seja: 2 (dois) anos, 7 (sete) meses e 3 (três) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 2 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 0339/98, de 9 de abril de 1998.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 437/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 437/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 410/2014, de 20 de maio de 2014, que concede gozo de licença-prêmio à servidora KAREN DAIANE MANICA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando a solicitação protocolizada sob nº 10043/2014, em 28 de maio de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "no mês de junho de 2014" para: "no mês de agosto de 2014", constante no art. 1º do Decreto nº 410/2014, de 20 de maio de 2014, que concede gozo de licença-prêmio à servidora KAREN DAIANE MANICA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Extrato do Termo de Compromisso Nº 85/2014

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 085/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 053.136.319-73, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante SILVANA SCHMIDT DE LIMA inscrito (a) no CPF-MF sob nº 933.407.889-87, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 09.06.2014 a 08.06.2016.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 86/2014

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 086/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 053.136.319-73, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JAQUELINE KARYNE DE ALMEIDA inscrito (a) no CPF-MF sob nº 106.897.549-06, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 09.06.2014 a 08.06.2016.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 87/2014
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 087/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 053.136.319-73, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante ANDRESSA ROMANI inscrito (a) no CPF-MF sob nº 095.114.969-56, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 09.06.2014 a 08.06.2016.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 88/2014
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 088/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 053.136.319-73, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante BEATRIZ MUELLER inscrito (a) no CPF-MF sob nº 100.139.569-64, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 09.06.2014 a 08.06.2016.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 89/2014
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 089/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEdes, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 053.136.319-73, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante ANGÉLICA MACHADO VENITE inscrito (a) no CPF-MF sob nº 078.729.659-76, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 06.06.2014 a 05.06.2016.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 90/2014
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 090/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEdes, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 053.136.319-73, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante ELAINE GLAUCIA GUEDES inscrito (a) no CPF-MF sob nº 010.365.079-20, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa

equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 16.06.2014 a 15.06.2016.

Resolução CMAS Nº 026

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

e-mail: cmas@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 026 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social - Ano/2014, apresentado a este conselho pelo Órgão Gestor.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia em reunião ordinária realizada no dia 13 de junho de 2013 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e considerando a proposta do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) para manutenção dos serviços de ação continuada para o exercício de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar e Aprovar o Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social/SUAS, referente ao ano de 2014.

I - Serviços de Proteção Social Básica e Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, no que se refere à previsão de atendimento físico da Gestão e dos Serviços; previsão de financiamento da Gestão e dos Serviços e o resumo executivo.

Art. 2º - Após análise da documentação apresentada pelo Órgão Gestor o Conselho avaliou que com os recursos do Cofinanciamento é possível qualificar os serviços prestados, oportunizando acesso de um número maior de usuários da Política Pública de Assistência Social. Possibilita também à transparência no planejamento dos programas, projetos, serviços e benefícios desenvolvidos, bem como a maior flexibilidade de otimização dos recursos destinados à prevenção e investimento no âmbito da Assistência Social.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 12 de junho de 2014.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente do CMAS

Resolução CMAS Nº 027

RESOLUÇÃO nº 027 de 12 de junho de 2014.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de junho/2014.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 12 de junho de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere inciso I, do Art. 2º e Art. 4º da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e o art. 30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS,

RESOLVE:

Art. 1o. Após análise da documentação física apresentada pelo

órgão gestor, delibera e aprova de forma contábil a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de junho 2014.

Art. 2o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 12 de junho de 2014.
NEUSA PRESOTTO COLOMBO
Presidente do CMAS

Resolução CMAS Nº 028

RESOLUÇÃO Nº 028 de 12 de junho de 2014

Dispõe sobre a aprovação da proposta e conteúdos da capacitação para Conselheiros de Assistência Social, profissionais que compõem a equipe técnica do SUAS de Concórdia; 2 membros de cada entidade da rede socioassistencial inscritas no Conselho de Assistência Social e conselheiros de outras políticas públicas afins, apresentada a este conselho pela comissão de conselheiros deliberada para tal finalidade.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 12 de junho de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social LOAS e suas alterações e o disposto na Lei Municipal nº 4.384, 15 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1o. Deliberar e aprovar a proposta e conteúdos da capacitação para Conselheiros de Assistência Social, profissionais que compõem a equipe técnica do SUAS de Concórdia; 2 membros de cada entidade da rede socioassistencial inscrita no Conselho de Assistência Social e conselheiros de outras políticas públicas afins, apresentada a este conselho pela comissão de conselheiros deliberada para tal finalidade.

Art. 2o. Os conteúdos da capacitação foram organizados em quatro (4) módulos e aprovados em reunião plenária deste conselho conforme segue:

I - No primeiro módulo será ministrado o Curso "Sistema Único de Assistência Social/SUAS, que deverá conter os seguintes assuntos: Princípio e diretrizes, Proteção Social Básica (CRAS: serviços, programas, projetos e benefícios), Proteção Social Especial (CREAS: serviços, programas, projeto e usuários) e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, com previsão de realização até final de agosto de 2014, com carga horária de 16 horas;

II - No segundo módulo o curso "Controle Social no SUAS" que deverá conter os seguintes assuntos: o Conselho Municipal de Assistência Social, constituição, composição, documentação, estruturação, Plano de Ação, Regimento Interno e atribuições da secretaria executiva, fiscalização, Conferência Municipal de Assistência Social, Legislação Social, atribuição dos Conselheiros e a Responsabilidade Civil, com previsão de realização até final de setembro de 2014, com carga horária de 8 horas;

III - No terceiro módulo o curso "Entidades Beneficentes de Assistência Social" e deverá conter os seguintes assuntos: O que são entidades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos; a importância da inscrição das entidades no CMAS; inscrição das entidades e organizações de assistência social de acordo com as resoluções do CNAS nº 016-2010 e nº 10-2011 e suas alterações; documentação, planejamento, Plano de Ação, Relatórios e equipe técnica; o CEBAS (abordagem geral de como obter o CEBAS, modelo formulários, requerimento, Plano de Ação e Relatórios de Atividades) e as Obrigações Assessórias futuras das entidades, com previsão de realização até final de outubro de

2014, com carga horária de 8 horas;

IV - No quarto módulo o curso "Financiamento do Sistema Único de Assistência Social/SUAS" e deverá conter os seguintes assuntos: Fundo Municipal de Assistência Social (repasso fundo a fundo e cofinanciamento); cuidados contábeis, cruzamento de Informações, aplicação dos recursos (custeio e investimentos), com previsão de realização até final de novembro de 2014, com carga horária de 8 horas.

Art. 3o. Após deliberação e aprovação em reunião planária da proposta dos conteúdos da capacitação o mesmo passará pelo processo legal de licitação, que será encaminhada pelo Órgão Gestor da Política Pública de Assistência Social de Concórdia.

Art. 4o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 12 de junho de 2014.
Neusa Presotto Colombo
Presidente do CMAS

Portaria Fumdema Nº 16/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA

PORTARIA Nº 16/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 401, de 27 de abril de 2005, c/c o disposto no art. 1º, II, "1" e VII, da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 e alterações e no art. 115 da Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora IVETE DAHMER ALBIERO, ocupante do cargo de Biólogo, no período de 01 a 30 de julho de 2014, correspondente à portaria 15/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
LEVI ELÓI DOS SANTOS
Diretor/Superintendente

Extrato do Termo de Compromisso Nº 91/2014

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 091/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEdes, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 053.136.319-73, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante LUCIA MARLI BROCC DEBORTOLI inscrito (a) no CPF-MF sob nº 105.084.489-05, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.06.2014 a 01.06.2016.

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 79/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2014 - PMC

Objeto: Aquisição de cestas alimentação para os servidores públicos municipais ativos e inativos, com base na Lei Complementar Municipal nº 668 de 11 de abril de 2014 e Decreto nº 5.884 de 15 de abril de 2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 02/07/2014.

Abertura: dia 03/07/2014, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 18 de junho de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Tomada de Preços Nº 6/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem Pluvial nas ruas Goiás e Irã, neste Município, através do regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 15/07/2014, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 10/07/2014, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 15/07/2014, às 16h00min.

Abertura: dia 16/07/2014, às 08:30h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de junho de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal Urbanismo e Obras

Extratos Contratos 213/2014 Á 237/2014 - PMC

Contrato Nº : 216/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 15/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para a execução, em regime de empreita por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), recapeamento asfáltico de diversas vias do Município, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 03/06/2014 Término: 01/10/2014

Assinatura : 03/06/2014

Valor R\$: 131.983,94 (Cento e Trinta e Um Mil, Novecentos e Oitenta e Três Reais e Noventa e Quatro Centavos)

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

Contrato Nº : 217/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA REABILITAR LTDA

Licitação : Pregão Presencial 40/2014

Objeto : Aquisição de vacinas trivalente contra Influenza (fragmentada e inativada), temporada 2014, para os servidores da Prefeitura Municipal de Concórdia, em atendimento ao disposto no art. 8º do Projeto de Lei Complementar nº 7/2014, de 07 de abril de 2014, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 03/06/2014 Término: 02/09/2014

Assinatura : 03/06/2014

Valor R\$: 54.417,00 (Cinquenta e Quatro Mil e Quatrocentos e Dezessete Reais)

Dotação : 188 - 12.001.2043.333903009000000.01000001

Dotação : 262 - 16.001.2401.333903009000000.01000001

Dotação : 275 - 17.001.2451.333903009000000.01000001

Dotação : 291 - 18.001.2501.333903009000000.01000001

Dotação : 303 - 19.001.2601.333903009000000.02030000

Contrato Nº : 218/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ATI - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 51/2014

Objeto : A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância com Câmeras CFTV a ser realizado na Escola Básica Municipal Irmão Miguel, conforme

especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 04/06/2014 Término: 04/06/2015

Assinatura : 04/06/2014

Valor R\$: 3.540,00 (Três Mil e Quinhentos e Quarenta Reais)

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903977000000.01010000

Contrato Nº : 219/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CERVY LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 114/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO visando à contratação de empresa, para prestação de serviços de horas máquinas e transporte de cascalho e calcário, para atender às necessidades e aos trabalhos das Secretarias, a serem utilizadas durante o exercício de 2014.

Vigência : Início: 04/06/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 04/06/2014

Valor R\$: 4.273,50 (Quatro Mil, Duzentos e Setenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 91 - 07.001.2026.333903961000000.01000001

Dotação : 91 - 07.001.2026.333903999000000.01000001

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903999000000.01000001

Dotação : 156 - 10.001.2038.333903999000000.01000001

Dotação : 174 - 11.001.2041.333903999000000.01000001

Contrato Nº : 220/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ALERT SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 55/2014

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância patrimonial ostensiva, sanitários e limpeza geral do Parque Municipal de Exposições, para a realização da XXIX Festa Nacional do Leitão Assado FENAL, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 05/06/2014 Término: 04/09/2014

Assinatura : 05/06/2014

Valor R\$: 2.100,00 (Dois Mil e Cem Reais)

Dotação : 158 - 10.001.2039.333903401000000.01000001

Contrato Nº : 221/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ALERT SEGURANÇA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 55/2014

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância patrimonial ostensiva, sanitários e limpeza geral do Parque Municipal de Exposições, para a realização da XXIX Festa Nacional do Leitão Assado FENAL, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 05/06/2014 Término: 04/09/2014

Assinatura : 05/06/2014

Valor R\$: 3.600,00 (Três Mil e Seiscentos Reais)

Dotação : 158 - 10.001.2039.333903401000000.01000001

Contrato Nº : 222/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SALETE KAPP E CIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 55/2014

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância patrimonial ostensiva, sanitários e limpeza geral do Parque Municipal de Exposições, para a realização da XXIX Festa Nacional do Leitão Assado FENAL, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 05/06/2014 Término: 04/09/2014

Assinatura : 05/06/2014

Valor R\$: 2.999,00 (Dois Mil e Novecentos e Noventa e Nove Reais)

Dotação : 158 - 10.001.2039.333903401000000.01000001

Contrato Nº : 223/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SULMACRO LIXEIRAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 56/2014

Objeto : Contratação de empresa para o fornecimento de equipamento para pintura de demarcação viária e acessórios, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 05/06/2014 Término: 05/08/2015

Assinatura : 05/06/2014

Valor R\$: 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 126 - 08.001.2031.344905234000000.01000001

Contrato Nº : 224/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA ME

Licitação : Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014

Objeto : Prestação de serviço de execução de muros de contenção em pedras argamassadas, em diversos pontos do município de acordo com Memorial Descritivo.

Vigência : Início: 06/06/2014 Término: 01/06/2015

Assinatura : 06/06/2014

Valor R\$: 65.520,00 (Sessenta e Cinco Mil e Quinhentos e Vinte Reais)

Dotação : 42 - 06.002.1004.344905198000000.01580000

Dotação : 103 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Contrato Nº : 225/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), pavimentação asfáltica de diversas ruas deste município.

Vigência : Início: 09/06/2014 Término: 06/12/2014

Assinatura : 09/06/2014

Valor R\$: 1.734.963,41 (Um Milhão, Setecentos e Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Sessenta e Três Reais e Quarenta e Um Centavos)

Dotação : 103 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

Contrato Nº : 226/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 44/2014

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte de dados através de fibra óptica em 100Mbps full para o Município de Concórdia objetivando interligação entre o Data Center do Centro Administrativo, situado à Rua Leonel Mosele, 62, e a Secretaria Municipal de Educação situada à Rua Marechal Deodoro, 1280, Edifício Golden Office, 2º andar, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 09/06/2014 Término: 08/06/2015

Assinatura : 09/06/2014

Valor R\$: 5.400,00 (Cinco Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 40 - 06.001.2012.333903997000000.01010000

Contrato Nº : 227/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CORDIAL - DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 57/2014

Objeto : Aquisição de veículos novos, na cor branca original de fábrica, ano/modelo 2014, em atendimento às necessidades do Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 09/06/2014 Término: 09/06/2017

Assinatura : 09/06/2014

Valor R\$: 37.900,00 (Trinta e Sete Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 107 - 08.001.1009.344905252000000.01440000

Dotação : 128 - 09.001.1010.344905252000000.01000001

Contrato Nº : 228/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FERMAC PEÇAS E VEÍCULOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 57/2014

Objeto : Aquisição de veículos novos, na cor branca original de fábrica, ano/modelo 2014, em atendimento às necessidades do Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 09/06/2014 Término: 09/06/2015

Assinatura : 09/06/2014

Valor R\$: 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 107 - 08.001.1009.344905252000000.01440000

Dotação : 128 - 09.001.1010.344905252000000.01000001

Contrato Nº : 229/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : AUTO PEÇAS 4R LTDA

Licitação : Pregão Presencial 58/2014

Objeto : Aquisição de peças e serviços de conserto do veículo ônibus,PMC 373 placa MJW 2826 modelo 15.190 EOD ano 2012, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 10/06/2014 Término: 10/06/2015

Assinatura : 10/06/2014

Valor R\$: 14.500,00 (Quatorze Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903039000000.01010000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903919000000.01010000

Contrato Nº : 230/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da via que liga o loteamento Sintrial ao Distrito de Presidente Kennedy, localizada neste Município, com recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 11/06/2014 Término: 11/06/2016

Assinatura : 11/06/2014

Valor R\$: 3.859.181,59 (Três Milhões, Oitocentos e Cinquenta e Nove Mil, Cento e Oitenta e Um Reais e Cinquenta e Nove Centavos)

Dotação : 106 - 08.001.1009.344905198000000.01240000

Contrato Nº : 231/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Licitação : Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 4/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para adequação e complementação da obra no Bairro Imigrantes, do novo Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, neste Município, de acordo com o Projeto Básico e Memorial Descritivo.

Vigência : Início: 11/06/2014 Término: 09/09/2014

Assinatura : 11/06/2014

Valor R\$: 468.053,68 (Quatrocentos e Sessenta e Oito Mil, Cinquenta e Três Reais e Sessenta e Oito Centavos)

Dotação : 359 - 06.004.1007.344905198000000.03010000

Contrato Nº : 232/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTA FÉ IMOBILIÁRIA LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 26/2014

Objeto : Locação de Imóvel para abrigar o Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Vigência : Início: 11/06/2014 Término: 31/05/2015

Assinatura : 11/06/2014

Valor R\$: 23.400,00 (Vinte e Três Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903910000000.01010000

Contrato Nº : 233/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA

Licitação : Tomada Preços para Compras Serviços 3/2014

Objeto : Contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada à instituição de ensino superior, para realização de concurso público, com provas escritas, títulos, práticas e de aptidão física para cargos de nível fundamental, médio e superior, de acordo com as especificações constantes nos Anexos D?, E? e F? do Edital.

Vigência : Início: 11/06/2014 Término: 06/02/2015

Assinatura : 11/06/2014

Valor R\$: 91.800,00 (Noventa e Um Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 188 - 12.001.2043.333903948000000.01000001

Contrato Nº : 234/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MOVEIS KERBER LTDA ME

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 25/2014

Objeto : Aquisição de móveis sob medida para fruteira e trocadores do Berçário do Centro Municipal de Educação Infantil Zilda Silveira Neves, de acordo com o Projeto e Memorial Descritivo.

Vigência : Início: 11/06/2014 Término: 10/07/2014

Assinatura : 11/06/2014

Valor R\$: 8.100,00 (Oito Mil e Cem Reais)

Dotação : 359 - 06.004.1007.344905242000000.03010000

Contrato Nº : 235/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Licitação :

Objeto : O objeto do presente contrato é a contratação de Instituição Bancária, para operacionalização dos depósitos dos valores das inscrições do Concurso Público que será realizado pela CONTRATANTE.

Vigência : Início: 11/06/2014 Término: 09/09/2014

Assinatura : 11/06/2014

Valor R\$: 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais)

Contrato Nº : 213/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : HANNA ANGENLS SERVIÇOS PSICOLÓGICOS LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 45/2014

Objeto : Credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviços médicos, hospitalar, laboratorial, fisioterapia, nutrição, fonoaudiologia e psicologia, exames complementares para diagnósticos e tratamento aos segurados do SEMAS, nas

diversas especialidades nominadas na Lei complementar 163 de 26/07/1999 e Decreto n. 4155 de 16/09/1999.

Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 02/06/2014

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 33 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Contrato Nº : 237/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : I.SILVEIRA E CIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 62/2014

Objeto : Aquisição e instalação de brinquedos e equipamentos de ginástica para diversas praças deste município, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 13/06/2014 Término: 13/06/2015

Assinatura : 13/06/2014

Valor R\$: 153.900,00 (Cento e Cinquenta e Três Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905210000000.01450000

Contrato Nº : 236/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : KRUTZMANN SOLUÇÕES EM ALIMENTAÇÃO LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 60/2014

Objeto : Contratação de empresa para execução de evento relativo às homenagens aos pioneiros do Município, promovido por ocasião das festividades dos oitenta anos do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 12/06/2014 Término: 11/08/2014

Assinatura : 12/06/2014

Valor R\$: 23.600,00 (Vinte e Três Mil e Seiscentos Reais)

Dotação : 158 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

Contrato Nº : 214/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IRMAOS BALBINOT LTDA

Licitação : Pregão Presencial 52/2014

Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios para a preparação de refeições nas Escolas do Ensino Fundamental e nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Rede Pública Municipal, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar ? PNAE/PNAC. Conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 29/11/2014

Assinatura : 02/06/2014

Valor R\$: 3.800,00 (Três Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 53 - 06.002.2014.333903007000000.01000001

Dotação : 75 - 06.004.2019.333903007000000.01000001

Contrato Nº : 215/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MEDIGRAM DIST DE MEDICAMENTOS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 52/2014

Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios para a preparação de refeições nas Escolas do Ensino Fundamental e nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Rede Pública Municipal, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar ? PNAE/PNAC. Conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 29/11/2014

Assinatura : 02/06/2014

Valor R\$: 5.390,00 (Cinco Mil e Trezentos e Noventa Reais)

Dotação : 53 - 06.002.2014.333903007000000.01000001

Dotação : 75 - 06.004.2019.333903007000000.01000001

Extrato 1º TA Contrato Nº 6/2014 -PMC

Contrato Nº : 6 C/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSKUNZLER-TUR LTDA ME

Licitação : Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Outorga, em caráter emergencial, de concessão de serviço público de transporte coletivo de passageiros, no interior do Município de Concórdia, para Linha 01 - Terra Vermelha até Concórdia, via Marchesan.

Vigência : Início: 04/06/2014 Término: 21/09/2014

Assinatura : 04/06/2014

Valor R\$: 100,00 (Cem Reais)

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 204/2014 -PMC

Contrato Nº : 204/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 17/2014

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada, por preço máximo unitário (material e mão de obra), para instalações elétricas e lógicas, no imóvel locado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, adequando os espaços internos em seu novo endereço, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 13/06/2014 Término: 26/07/2014

Assinatura : 13/06/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 128 - 09.001.1010.344905193000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 164/2014 -PMC

Contrato Nº : 164/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ANGELO GILMAR LORENZETTI & CIA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 8/2014

Objeto : Aquisição de hortifrutigranjeiros para preparação de refeições nos Centros Municipais de Educação Infantil e nas Escolas de Ensino Fundamental da Rede Publica Municipal, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida Municipal, conforme descrições constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 13/06/2014 Término: 31/08/2014

Assinatura : 13/06/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 54 - 06.002.2014.333903007000000.01600000

Dotação : 76 - 06.004.2019.333903007000000.01600000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 144/2014 -PMC

Contrato Nº : 144/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 9/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra comum, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução recapeamento asfáltico na Rua Alexandre Lorenzet, Bairro Parque de Exposições e na Rua Bolívia, Bairro das Nações, neste município, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 06/06/2014 Término: 11/07/2014

Assinatura : 06/06/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 259/2013 -PMC

Contrato Nº : 259/2013

Aditivo Nº : 4 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FOCO PROPAGANDA LTDA

Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 2/2013

Objeto : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos e Fundações e IPRECON, do município de Concórdia.

Vigência : Início: 05/06/2014 Término: 12/08/2014

Assinatura : 05/06/2014

Valor R\$: 17.500,00 (Dezessete Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903988000000.01640000

Dotação : 220 - 13.001.2104.333903988000000.01660000

Dotação : 230 - 14.001.2152.333903988000000.01000001

Dotação : 240 - 15.001.2202.333903988000000.01000001

Dotação : 262 - 16.001.2401.333903988000000.01000001

Dotação : 280 - 17.001.2453.333903988000000.01000001

Dotação : 296 - 18.001.2503.333903988000000.01000001

Dotação : 303 - 19.001.2601.333903988000000.02030000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 201/2010 -PMC

Contrato Nº : 201/2010/2010

Aditivo Nº : 4º TA 201/2010/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 62/2010

Objeto : INSTALAR, OPERAR E MANTER O SERVICO DE INTERNET NO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS, EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS TECNICOS ESTIPULADOS. PR 62 2010

Vigência : Início: 22/06/2014 Término: 21/06/2015

Assinatura : 09/06/2014

Valor R\$: 9.942,36 (Nove Mil, Novecentos e Quarenta e Dois Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 132 - 09.001.2032.333903958000000.01000001

Dotação : 132 - 09.001.2032.333903997000000.01000001

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 166/2011 -PMC

Contrato Nº : 166/2011/2011

Aditivo Nº : 5 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PÁTRIA SEGURANÇA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 20/2011

Objeto : Vigilância ostensiva e monitoramento eletrônico

Vigência : Início: 13/06/2014 Término: 14/06/2015

Assinatura : 13/06/2014

Valor R\$: 91.711,32 (Noventa e Um Mil, Setecentos e Onze Reais e Trinta e Dois Centavos)

Dotação : 132 - 09.001.2032.333903401000000.01000001

PORTARIA IPRECON Nº 38/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 38/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Constitui e designa Junta Médica para avaliar a capacidade laborativa de segurados do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999, e alterações, e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999, e alterações, c/c o disposto nos arts. 50 e 55 da Lei Complementar nº 164/1999 e na Ata nº 7/2010 do Conselho Administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Junta Médica com objetivo de realizar perícia médica para avaliar a capacidade laborativa dos segurados nominados no Anexo I desta Portaria, aposentados por invalidez ou em auxílio-doença por longo período, bem como de outros que

tenham a necessidade dessa providência.

Parágrafo único. A Junta Médica obedecerá ao cronograma constante no Anexo II desta Portaria.

Art. 2º Designar, para compor referida Junta Médica, os profissionais abaixo relacionados:

I - ANGELO VIEIRA JÚNIOR - CRM/SC 4584;

II - CELSO MUNARETTO - CRM/SC 2878;

III - VERA LÚCIA TELLES CORRÊA - CRM/SC 5807.

Art. 3º Caberá à Junta Médica:

I - reunir-se, visando à instauração dos trabalhos e eleição, entre os membros, do presidente;

II - comunicar ao IPRECON os exames que se fizerem necessários à elucidação dos casos, a fim de que possam ser providenciados, bem como a data, o horário e o local em que se reunirão para realizar os exames físicos dos segurados;

III - analisar os exames, bem como proceder ao exame físico dos segurados e, caso se faça necessário, solicitar a realização de exames complementares;

IV - emitir Laudo Médico Oficial Circunstanciado, conforme formulário constante no Anexo III desta Portaria, bem como responder aos quesitos porventura formulados pelo IPRECON e pelo médico assistente do segurado;

V - quando se tratar da concessão de aposentadoria por invalidez, emitir Atestado de Incapacidade Definitiva, conforme formulário constante no Anexo IV desta Portaria;

VI - analisar os recursos interpostos em face da conclusão do Laudo Médico Oficial Circunstanciado.

Art. 4º Caberá ao IPRECON:

I - convocar os segurados que serão submetidos à Junta Médica, informar os mesmos acerca da necessidade de realização dos exames médicos solicitados, bem como dar ciência aos segurados da data, horário e local em que serão realizados os exames físicos;

II - adquirir e custear os exames solicitados pela Junta Médica;

III - cientificar, por escrito, o segurado acerca da conclusão do Laudo Médico, concedendo ao mesmo o prazo de 15 (quinze) dias para retorno às atividades laborais, em caso de revogação do benefício, ou para, querendo, recorrer da decisão, observado o disposto no art. 6º desta Portaria;

IV - receber e encaminhar os recursos à Junta Médica;

V - cientificar, por escrito, o segurado acerca do resultado do recurso interposto, concedendo ao mesmo o prazo para retorno às atividades laborais, caso a decisão seja nesse sentido.

Art. 5º Caberá ao segurado submeter-se aos exames solicitados pela Junta Médica, bem como comparecer à realização do exame físico, podendo, as suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

Art. 6º O segurado somente poderá recorrer da decisão da Junta Médica se o Laudo apresentar omissão, obscuridade ou contradição ou nos casos em que houver da data da realização do exame

físico, alteração no quadro clínico do segurado, devidamente comprovada.

Art. 7º A interposição de recurso suspende a produção dos efeitos decorrentes da conclusão do Laudo Médico.

Art. 8º Caso haja decorrido o prazo de 15 (quinze) dias da ciência do segurado acerca da conclusão do Laudo Médico e o mesmo não tenha interposto recurso, nem retornado à atividade, o pagamento do benefício será suspenso, sem prejuízo da instauração de procedimento disciplinar adequado.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 17 de junho de 2014.

MARGARETE PECINI
Agente Administrativo
ANEXO I

NOMINATA DOS SEGURADOS

Nº de Ordem	Segurado
1.	BERNARDETE GLORIA GOTTERT
2.	CATIA GILVANA BONETTI DALLA COSTA
3.	DENISE ZANELLA ZABLOCKI
4.	ENEDIR BERBARDI SGANZERLA
5.	FRACIDES DIAS
6.	GLORIA FÁTIMA DE SOUZA BORGES DANELUZ
7.	JANDIR DILDA
8.	MARIA SALETE ALVES DA SILVA
9.	MARLI PILONI
10.	MILTON PERUZZIN
11.	NEDIANA FÁTIMA PILONI
12.	RICIERI ANTONIO PEREIRA
13.	VALCI CERUTTI
14.	VITALINO MANICA
15.	VANILSE TERESINHA MASSOCO

ANEXO II

CRONOGRAMA

Nº de ordem	Responsável	Etapa	Prazo
1	Junta médica	Instauração da junta médica e designação do presidente	Até 07/07

2	Junta médica	Comunicação ao IPRECON acerca dos exames complementares necessários para emissão dos laudos conclusivos, se for o caso	Até 07/07
3	IPRECON	Aquisição, agendamento e notificação dos segurados acerca dos exames complementares	Até 21/07
4	IPRECON	Realização dos exames complementares	Até 08/08
5	IPRECON	Notificação dos segurados acerca da realização dos exames físicos	Até 15/08
6	IPRECON	Recebimento dos quesitos médicos dos segurados	Até 22/08
7	Junta médica	Realização dos exames físicos e emissão dos laudos conclusivos	Até 29/08
8	IPRECON	Ciência aos segurados acerca do resultado dos laudos conclusivos	Até 05/09
9	IPRECON	Recebimento dos recursos porventura interpostos pelos segurados	Até 22/09

ANEXO III

LAUDO MÉDICO OFICIAL CIRCUNSTANCIADO

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

Nome:	Sexo:
Data de nascimento:	Idade:
Matrícula:	
Cargo:	Função:
Carga horária:	Lotação:

2. ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ACORDO COM A LC Nº 100/1995

3. HISTÓRICO DO PACIENTE

4. PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS

5. EXAMES MÉDICOS APRESENTADOS

6. EXAMES MÉDICOS SOLICITADOS

7. DIAGNÓSTICO

8. IDENTIFICAÇÃO DA PATOLOGIA APRESENTADA

Nome:
Código Internacional da Doença - CID:
Data de início da manifestação:

9. CONCLUSÃO

Em face da avaliação médico-pericial ora realizada conclui-se pelo(a):

- () retorno do servidor as suas atividades laborais
- () concessão de auxílio-doença pelo período de ____/____/____ a ____/____/____
- () readaptação funcional, podendo o servidor realizar as atividades descritas no item 10
- () concessão/manutenção da aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, uma vez que a patologia apresentada provoca incapacidade laboral, porém não se encontra elencada na legislação municipal como grave, contagiosa ou incurável*, não é caso de moléstia profissional, nem decorre de acidente de trabalho
- () concessão/manutenção da aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, uma vez que a patologia apresentada provoca incapacidade laboral e é considerada pela legislação municipal como grave, contagiosa ou incurável* ou compatível com essas
- () concessão/manutenção da aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, uma vez que a patologia apresentada provoca incapacidade laboral e é caso de moléstia profissional
- () concessão/manutenção da aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, uma vez que a patologia apresentada provoca incapacidade laboral e decorre de acidente em serviço

* Doenças consideradas graves, contagiosas ou incuráveis pela legislação municipal (art. 47, II, da LC nº 164/1999): tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida - AIDS ou contaminação por radiação.

10. RECOMENDAÇÕES PARA OS CASOS DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL

Atividades que podem ser desenvolvidas: _____

Atividades que devem ser evitadas: _____

11. JUSTIFICATIVA PARA REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO (indicar as alterações no quadro clínico do servidor que demonstram recuperação da capacidade laboral)

--

12. OBSERVAÇÕES

--

13. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA MÉDICA

Ato de nomeação:	Data:
Nome:	CRM:
Nome:	CRM:
Nome:	CRM:

14. LOCAL, DATA E ASSINATURA

Concórdia, SC, ____ de _____ de 201__.

Assinatura	Assinatura	Assinatura
------------	------------	------------

ANEXO IV**ATESTADO DE INCAPACIDADE DEFINITIVA**

De acordo com as atribuições conferidas pela Portaria nº __/2014, de __ de ____ de 2014, e com base no Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido em __ de ____ de 2014, ATESTAMOS, para os devidos fins, que o servidor abaixo identificado é portador de patologia que o torna definitivamente incapaz para o trabalho:

Nome:	Sexo:
Data de nascimento:	Idade:
Matrícula:	
Cargo:	Função:
Carga horária:	Lotação:

Concórdia, SC, ____ de _____ de 201__.

Nome:	Nome:
CRM:	CRM:

Nome:
CRM:

Extrato do Contrato Nº 2/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2014

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON

Contratada: Segurmed - Segurança e Medicina do Trabalho Sociedade Simples

Objeto: prestação de serviços médicos por profissional devidamente habilitado nessa condição, o qual deverá compor uma junta médica do IPRECON

Valor: R\$ 100,00 (cem reais) por servidor avaliado

Período do contrato: até 31 de dezembro de 2014

Data da assinatura: 17 de junho de 2014

Assina pelo Contratante: Lucilene Lourdes Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente

Assina pela Contratada: Angelo Vieira Júnior - Sócio Administrador

Extrato do Contrato Nº 3/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/2013

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON

Contratada: Segmed - Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho Ltda

Objeto: prestação de serviços médicos por profissional devidamente habilitado nessa condição, o qual deverá compor uma junta médica do IPRECON

Valor: R\$ 200,00 (duzentos reais) por servidor avaliado

Período do contrato: até 31 de dezembro de 2014

Data da assinatura: 17 de junho de 2014

Assina pelo Contratante: Lucilene Lourdes Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente

Assina pela Contratada: Vera Lúcia Telles Corrêa - Sócia Administradora

Edital de Notificação - Convênio FMAS PfmC/Paefi 5ª Parcela

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PFM/PAEFI, no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Concórdia SC, 16 de junho de 2014.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Editais de Notificação - Convênio FMAS Ptmc/Apae 3ª Parcela

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PTMC/APAE, no valor de R\$ 5.765,20 (cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 16 de junho de 2014.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Extrato 5º TA Contrato Nº 28/2011 -FMS

Contrato Nº : 28/2011/2011

Aditivo Nº : 5 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : KAREN KNEBEL ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2011

Objeto : Contratação de serviços de radiografias odontológicas

Vigência : Início: 06/06/2014 Término: 07/06/2015

Assinatura : 06/06/2014

Valor R\$: 17.284,00 (Dezessete Mil e Duzentos e Oitenta e Quatro Reais)

Dotação : 217 - 13.001.2103.3339039500000000.01650000

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 58/2010 -FMS

Contrato Nº : 58/2010/2010

Aditivo Nº : 6 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 7/2010

Objeto : INSTALACAO E OPERARACAO E MANTER OS SERVICOS DE INTERNET NAS UNIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. PR 7 2010

Vigência : Início: 15/06/2014 Término: 15/06/2015

Assinatura : 13/06/2014

Valor R\$: 29.270,16 (vinte e nove mil, duzentos e setenta reais e dezesseis centavos).

Dotação : 209 - 13.001.2102.3339039970000000.01020000

Dotação : 220 - 13.001.2104.3339039970000000.01660000

Dotação : 210 - 13.001.2102.3339039970000000.01640000

Dotação : 217 - 13.001.2103.3339039970000000.01650000

Dotação : 368 - 13.001.2101.3339039970000000.03020000

EXTRATO CONTRATO Nº 65/2014 -FMS

Contrato Nº : 65/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : PANIFICADORA E CONF. MULTI SABOR LTDA.

Licitação : Pregão Presencial 8/2014

Objeto : Contratação de empresa para o fornecimento de café aos servidores do Fundo Municipal de Saúde, quando em viagem para transporte de pacientes que realizam tratamento médico nas cidades de Joaçaba, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 02/06/2015

Assinatura : 02/06/2014

Valor R\$: 2.640,00 (Dois Mil e Seiscentos e Quarenta Reais)

Dotação : 221 - 13.001.2104.3339039410000000.02000000

EXTRATO CONTRATO Nº 66/2014 -FMS

Contrato Nº : 66/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Licitação : Pregão Presencial 10/2014

Objeto : Seleção de empresa do ramo de seguros para firmar contrato de seguro para veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 14/06/2014 Término: 13/06/2015

Assinatura : 11/06/2014

Valor R\$: 8.195,00 (Oito Mil e Cento e Noventa e Cinco Reais)

Dotação : 210 - 13.001.2102.3339039690000000.01640000

Dotação : 216 - 13.001.2103.3339039690000000.01570000

Dotação : 217 - 13.001.2103.3339039690000000.01650000

Dotação : 220 - 13.001.2104.3339039690000000.01660000

Dotação : 221 - 13.001.2104.3339039690000000.02000000

EXTRATO CONTRATO Nº 67/2014 -FMS

Contrato Nº : 67/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : TRANSKUNZLER-TUR LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 14/2014

Objeto : Aquisição de passes para pacientes que realizam tratamento no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Vigência : Início: 12/06/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 12/06/2014

Valor R\$: 879,20 (Oitocentos e Setenta e Nove Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 217 - 13.001.2103.3339033990000000.01650000

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO DE REPRESENTAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 1/2014 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
CONCORRÊNCIA Nº 1/2014 - PMC

Objeto: contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da via que liga o loteamento Sintrial ao Distrito de Presidente Kennedy, localizada neste Município, com recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO DE REPRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público que na data de 20/06/2014 foi INDEFERIDO o recurso de representação interposto pela licitante: BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 02/06/2014. Fica a disposição da licitante se tiver interesse consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto a diretoria de compras.

Concórdia, SC, 20 de junho de 2014.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da CPL

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 1/2014 Fmc

PREFEITURA DE CONCÓRDIA- SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2014 FMC

O Superintendente do Fundo Municipal de Cultura, torna público que ratificou o ato do senhor José Alberto Mazocco, Chefe de Departamento, que declarou Inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, Inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 18 de junho de 2014, referente a prestação de serviço de espetáculo teatral, em atendimento ao PROJETO ARTE PARA TODOS, como parte integrante da Programação CONCÓRDIA 80 ANOS, a ser realizado no período de junho a outubro de 2014, a favor das empresas: CARRETEL PRODUÇÃO TEATRAL LTDA ME, no valor total estimado de R\$4.000,00(quatro mil reais); GRUPO TEATRAL DESVIO DO SEPTO, no valor total estimado de R\$4.000,00(quatro mil reais); e GRUPO TEATRAL PILIQUINHA, no valor total estimado de R\$4.000,00(quatro mil reais).

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Superintendente FMC

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 1/2014 - FIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
Nº 1/2014 - FIA
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão-de-obra), para reforma no CEBES Frei Samuel Both, localizado no Loteamento Frei Lency, Município de Concórdia - SC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 08/07/2014.

Abertura: dia 09/07/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 20 de junho de 2014.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 80/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para montagem e desmontagem de divisórias da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 08/07/2014.

Abertura: dia 08/07/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 20 de junho de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 17/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25 CAPUT da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 18 de junho de 2014, para pagamento de despesas com moradia e alimentação de acordo com a Lei 4.643, de 11 de abril de 2014 para o Programa Mais Médicos, a favor de Javier Cabrera Quintana, no valor estimado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N 287/2014

DECRETO Nº 287/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. NAURIANE DI DOMENICO, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal da Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de junho de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 288/2014

DECRETO Nº 288/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. ANDREIA LANZARINI DIDOMENICO, ocupante do cargo de professora, lotada na Secretaria Municipal da Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de junho de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 289/2014

DECRETO Nº 289/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Concede à Servidora Municipal, Sra. ADRIANA DE CEZARO MORESCO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 23/03/2010 à 22/03/2011, que serão gozadas no período de 07/07/2014 à 05/08/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de junho do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de junho de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA DE CEZARO MORESCO

Ciente em: ____/____/2014

Extrato ao Contrato Adm 049/2014

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 049/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: BRITTER RODOVIAS LTDA

Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE PARTE DA RODOVIA EMCA-005, TRECHO ENTRE LINHA BENTO E O DISTRITO DE FERNANDO MACHADO, NUMA EXTENSÃO DE 2.100 METROS E ÁREA TOTAL DE 12.600 M², SENDO QUE O ASFALTO SERÁ SOBRE PAVIMENTO COM PEDRAS IRREGULARES EXISTENTE, COM RECURSOS DO PROGRAMA BADESC CIDADES.

Valor: R\$362.135,25.

Recursos: Projeto Atividade n. 1.018.

Modalidade de Aplicação n. 449000.

Signatários: Alceu Mazzioni e Evandro Baldissera.

Cordilheira Alta, SC, em 26 de maio de 2014.

EXTRATO AO CONTRATO ADM 050/2014

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 050/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: LSW SERVIÇOS LTDA

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MEDIAÇÃO, COM ÁREA TOTAL A SER AMPLIADA DE 313.11 M².

Valor: R\$ 478.248,52

Recursos: Elemento Orçamentário n. 4490, Projeto/Atividade n. 1.007

Signatários: Clodoaldo Briancini e Liani Stoffel Wilbert

Cordilheira Alta, SC, em 27 de maio de 2014.

EXTRATO AO CONTRATO ADM 051/2014

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 051/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguros, destinados à cobertura da frota de veículos e máquinas do Poder Público Municipal - Lotes 01 - 02 e 03 - conforme proposta de preços e termos estabelecidos no edital.

Valor: R\$ 18.300,00

Recursos: Conselho Tutelar:

Projeto Atividade n. 2040;

Elemento n. 339000;

Secretaria de Agricultura, indústria e Comércio:

Projeto Atividade n. 2009;

Elemento n. 339000;

Secretaria de Infraestrutura:

Projeto Atividade n. 2011;

Elemento n. 339000;

Departamento de Assistência Social:

Projeto Atividade n. 2006;

Elemento n. 339000;

Fundo Municipal de Saúde:

Projeto Atividade n. 2019;

Elemento n. 339000;

Signatários: Clodoaldo Briancini e Angelo Augusto de Almeida

Cordilheira Alta, SC, em 29 de maio de 2014.

EXTRATO AO CONTRATO ADM 052/2014

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 052/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: BRITTER RODOVIAS LTDA

Objeto: EXECUÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DO PAVIMENTO DE PARTE DA RODOVIA EMCA-005 QUE DÁ ACESSO À LINHA BENTO, conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e proposta da contratada.

Valor: de R\$ 59.288,50

Recursos: Projeto Atividade n. 1.018.

Modalidade de Aplicação n. 449000.

Signatários: Alceu Mazzioni e Evandro Baldissera.

Cordilheira Alta, SC, em 10 de junho de 2014.

DECRETO N 290/2014

DECRETO Nº 290/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre a constituição da Comissão denominada Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis do Município Cordilheira Alta - GTCON, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 70 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões das Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants - IFAC (Federação Internacional de Contadores);

CONSIDERANDO a edição, por parte do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), que buscam orientar e normatizar o citado processo de convergência no âmbito da Contabilidade Pública;

CONSIDERANDO as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprovam o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP;

CONSIDERANDO a Portaria STN Nº 753/2012 que tornam obrigatória a implantação do Plano de Contas e das Demonstrações Contábeis constantes no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP;

CONSIDERANDO o disposto nas Normas Gerais de Direito Financeiro previstas na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º - Os Órgãos da Administração Direta e Indireta da Administração Pública do Município de Cordilheira Alta deverão adotar os critérios e procedimentos contábeis e de controle patrimonial previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade - CFC, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, integrando, para este fim, os respectivos sistemas informatizados por eles gerenciados ao sistema informatizado de contabilidade do Município.

Art. 2º - Os gestores das Secretarias referidos no art. 1º deverão disponibilizar, tempestivamente, à contabilidade, informações analíticas quanto à aquisição, constituição, movimentação, renúncia, baixa e extinção de bens, direitos, obrigações, encargos e passivos contingentes que estejam sob sua administração.

Art. 3º - Fica instituída no âmbito da Administração Pública Municipal, sob a coordenação da Secretaria de Administração e Fazenda, por intermédio do Setor de Contabilidade a Comissão denominada Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis do Município de Cordilheira Alta - GTCONT, com a finalidade de promover a integração de esforços e a discussão das medidas que possibilitem adaptação da contabilidade pública municipal às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

Art. 4º - A comissão instituída pelo presente Decreto será composta por membros, sendo eles:

I - Presidente: Flaviano Perim

II - Secretário: Michele Endler

III - Membros: Madian Gleicon Romanini, Marga Ângela Mocellin Giacomini, Solange Maria Dervanoski Lanazrin, Adriana De Cézero Moresco e Kely Cristina Ranzan

Art. 5º Os membros integrantes do Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis do Município de Cordilheira Alta - GTCONT de que trata este Decreto não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 6º São atribuições do Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis do Município de Cordilheira Alta - GTCONT, a adoção dos procedimentos previstos no cronograma de ações do Decreto Municipal nº391 /2013, em atendimento a Portaria 753/2012.

Art. 7º - Fica o setor de Contabilidade do Município autorizado a criar procedimentos

objetivando a elaboração e publicação dos demonstrativos contábeis do Município, em consonância com os pronunciamentos técnicos do Conselho Federal de Contabilidade e da Secretaria do Tesouro Nacional, para adoção dos procedimentos previstos no cronograma de ações do Decreto Municipal nº391 /2013, em atendimento a Portaria 753/2012.

Art. 8º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta do orçamento da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, 18 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Decreto N 291/2014

DECRETO Nº 291/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014

“Do cronograma de trabalho da Comissão denominada Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis do Município de Cordilheira Alta - GTCONT, instituída pelo Decreto Municipal nº 290/2014, em relação a procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos adotados e cronograma de ações adotado até dezembro de 2014, para Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta”.

DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO À PORTARIA STN Nº.

753/2013 NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

I - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS CRÉDITOS, TRIBUTÁRIOS OU NÃO, POR COMPETÊNCIA E A DÍVIDA ATIVA

II - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS AJUSTES PARA PERDAS DA DÍVIDA ATIVA

III - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS AJUSTES PARA PERDAS REFERENTES AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS OU NÃO

a. Análise das NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor Público) e MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) quanto aos procedimentos para mensuração e evidênciação de Ativos, principalmente no tocante aos Créditos a Receber e Dívida Ativa.

b. Levantamento, identificação e verificação pelo Departamento Contábil e Arrecadação, se todos os Tributos Municipais foram criados e estão sendo lançados, calculados e cobrados dentro da legalidade;

c. Reunião com a equipe do programa (software) e Tributação, para discussão das alterações que se fazem necessárias referentes a tributos sob a responsabilidade do ente, integração com a contabilidade.

d. Desenvolvimento de metodologia para registro de créditos, tributários ou não, por competência;

e. Teste para adequação do sistema à nova metodologia por competência e de ajustes para perdas, inclusive dívida ativa referente a tributo e contas a receber;

f. Implantação da nova metodologia e dos critérios por competência, referente a tributos;

g. Implantação da nova metodologia por competência, referente a contas a receber;

Data prevista 07/2014 a 12/2014

IV - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES POR COMPETÊNCIA

a. Análise das NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor Público) e MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) quanto aos procedimentos para mensuração e evidênciação de Passivos, principalmente no tocante ao reconhecimento de obrigações e das provisões por competência.

b. Elaboração de procedimentos para reconhecimento e mensuração das obrigações (inclusive contas a pagar) e provisões por competência;

c. Adequação/desenvolvimento de sistema de procedimentos para reconhecimento e mensuração das obrigações e provisões por competência, de forma integrada;

d. Implantação da nova metodologia por competência das obrigações e provisões;

Data prevista 07/2014 a 12/2014

V - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS

VI - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS - DEPRECIÇÃO

DOS BENS MÓVEIS**VII - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS - DEPRECIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS****VIII - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS - AMORTIZAÇÃO****IX - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS - EXAUSTÃO****X - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTOQUE**

a. Análise pormenorizada das NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor Público) e MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), quanto aos procedimentos para mensuração e evidenciação de Ativos, principalmente ao Patrimônio Público, e, depreciação, amortização e exaustão;

b. Elaboração de procedimentos para reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado e intangível e, de rotinas para depreciação, amortização e exaustão sistematizadas do ativo imobilizado;

c. Adequação/desenvolvimento de sistema de procedimentos para reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado e intangível, rotinas de depreciação, amortização e exaustão sistematizadas, de forma integrada;

d. Implantação no sistema para reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado e intangível, e calculo e integração contábil para registro da depreciação, amortização e exaustão.

Data prevista 07/2014 a 12/2014

X - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS DE INFRAESTRUTURA

a. Análise pormenorizada das NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor Público) e MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), quanto aos procedimentos para mensuração e evidenciação de Ativos de infraestrutura, tais como depreciação, amortização e exaustão;

b. Cadastramento no sistema de controle de patrimônio de infraestrutura;

c. Reunião com servidores responsáveis pela infraestrutura para efetuar levantamento em nível local do patrimônio de infraestrutura e iniciar o mesmo;

d. Adequação de rotinas de mensuração, valorização e controle informatizado de ativos de infraestrutura do ente.

Data prevista 01/2015 a 12/2015

XI - IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CUSTOS

a. Identificação de programas, serviços, etc. que terão os custos levantados inicialmente;

b. Adequação/desenvolvimento/Aquisição de sistema de controle de custos e metodologia a ser utilizada;

c. Elaboração de relatórios evidenciando registro de fenômenos econômicos, independentemente de questões orçamentárias;

d. Levantamento de variáveis físicas para estabelecimento de custos;

e. Levantamento de variáveis financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.

f. Análise de Relatório de custos apurados.

Data prevista 01/2015 a 12/2015

XII - ADOÇÃO DO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP), CONFORME O MCASP, DETALHADO NO NÍVEL EXIGIDO PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS**XIII - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (DCASP), CONFORME O MCASP**

a. Estudo e discussão do PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público) para análise em nível detalhado necessário ao ente;

b. Elaboração de eventos para registro contábil das alterações levantadas anteriormente;

c. Aquisição/Adequação/Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam registrados;

d. Criar rotinas de integridade de fechamento e abertura contábil para verificação da consolidação das contas nacionais do PCASP;

e. Elaboração e adequação de critérios e sistema para aplicação das DCASP (Demonstrativos Contábeis Aplicados ao Setor Público) e MDF (Manual de Demonstrativos Fiscais);

Data prevista 01/2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Decreto N 292/2014

DECRETO Nº 292/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre a Comissão de Levantamento e Reavaliação do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário do Município de Cordilheira Alta"

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo n.º 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria STN 753/2012 e Decreto Municipal nº 391/2013, que estabelece cronograma de ações para implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade, fica nomeada a Comissão de Levantamento e Reavaliação do patrimônio mobiliário e imobiliário do Município de Cordilheira Alta, composta pelos seguintes servidores:

I - Presidente - Rafaela Pacífico Dezen

II - Secretário - Ivanete Lourdes Pederssetti

III - Membros - Afrânio Elso Campagnollo, Valdin Perin, Liciane Magnanti Pasa e Danielle Cristina Morescho.

Art. 2º Compete a esta Comissão proceder o levantamento físico dos bens do Município de Cordilheira Alta, para efeito de ajustes contábeis e patrimoniais, bem como, proceder as devidas depreciações e avaliação a valor justo dos bens móveis e, reavaliação dos bens imóveis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Parágrafo único - o serviço de levantamento físico e os ajustes referidos no caput deste artigo poderão ser realizados por empresa contratada, devendo nesse caso, a comissão validar todas as etapas do processo por meio de atas.

Art. 3º O relatório conclusivo será entregue ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Os membros integrantes da Comissão de que trata este Decreto não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Decreto N 293/2014

DECRETO Nº 293/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre a Comissão de Implantação e regulamentação do funcionamento do sistema de Estoque no Município de Cordilheira Alta, SC".

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo n.º70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria STN 753/2012 e Decreto Municipal nº 391/.2013, que estabelece cronograma de ações para implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade, fica nomeada a Comissão de Implantação e regulamentação do funcionamento do sistema de Estoque do Município de Cordilheira Alta, SC, composta pelos seguintes servidores:

I - Presidente - Ivanete Lourdes Pederssetti

II - Secretário - Andréia Regina Di Domênico

III - Membros - Osni Colpani , Sidyane Zamiani , Liciane Magnanti Pasa e Danielle Cristina Morescho.

Art. 2º Compete a esta Comissão proceder o levantamento físico e cadastro do saldo inicial do estoque, definição dos centros de custos e responsáveis, bem como do funcionamento do sistema de estoque.

Parágrafo único - o serviço de levantamento físico e os ajustes referidos no caput deste artigo poderão ser realizados por empresa contratada, devendo nesse caso, a comissão validar todas as etapas do processo por meio de atas.

Art. 3º O relatório conclusivo será entregue ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Os membros integrantes da Comissão de que trata este Decreto não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Decreto N 294/2014

DECRETO Nº 294/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02/1/2 (dois) dias e meio de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. TAISA BORSOI, ocupante do cargo de Odontóloga , lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de junho de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 295/2014

DECRETO Nº 295/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, ao servidor Municipal, Sr. OSMAR BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de junho de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 296/2014

DECRETO Nº 296, DE 20 JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido a partir de 23/06/2014 em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. ELÉCSON MARTINS na função de Auxiliar de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de junho de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

Pregão Presencial R.P Nº 28/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de Pregão Presencial R.P Nº 28/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS

Tipo: Menor Preço/Item

Entrega dos envelopes: até as 08:30 h do dia 04/07/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 04/07/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 23 de Junho de 2014

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Segundo Edital de Chamamento de Candidatos Classificados No Processo Seletivo N. 002/2014, Homologado Pelo Decreto Municipal N. 125, de 06 de Junho de 2014.

SEGUNDO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDADOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO N. 002/2014, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 125, DE 06 DE JUNHO DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013 e pela Lei complementar nº039, de 03 de dezembro de 2013, faz saber a todos, que ficam convocados a se apresentarem junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, até o dia 01 de julho de 2014, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento temporário, os seguintes candidatos e respectivos cargos classificados no supramencionado Processo Seletivo:

Cargo	Nome	Classificação
MONITOR DE VIOLÃO	ROGERIO CARLOS PREVIATTI	1º

Cargo	Nome	Classificação
PROFESSOR ÁREA III- EDUCAÇÃO FÍSICA	ABEL DA SILVA DEBAS- TIANI	1º
	FRANCIELI C. DO P. LOCATELLI	2º
	LEDIANE MARIN TOIGO	3º
	GILBERTO PEREIRA MARTINS	4º
	DAIANE NARA BELATTO	5º

Cargo	Nome	Classificação
PROFESSOR ÁREA III - ARTES	LORECI MARIA GARBIN POZZER	1º
	CARLA RAVARENA	2º

Cargo	Nome	Classificação
PROFESSOR ÁREA III - CIÊNCIA	MARISA SZCZEPANSKI BETT	1º

Cargo	Nome	Classificação
PROFESSOR ÁREA IV - INFORMATICA	DIEGO MARMENTINI	1º

Cargo	Nome	Classificação
PROFESSOR ÁREA V- EDUCAÇÃO ESPECIAL	ADRIANA SALETE M. BURATO	1º

Cargo	Nome	Classificação
PROFESSOR ÁREA I - EDUCAÇÃO INFANTIL	QUEILA ELIS MARIANI	1º

Cargo	Nome	Classificação
-------	------	---------------

PROFESSOR ÁREA II-SERIES /ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	ANA POMIECINKI GUIMARAES	1º
---	--------------------------	----

Os candidatos supra relacionados deverão apresentar até o dia 27 de junho de 2014, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho - CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedido por médico;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: BESC, do Brasil ou CEF);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos, penalidade disciplinar de demissão do serviço público no exercício da função pública.

A escolha das vagas será realizada no dia 24 de junho de 2014, às 08:00 horas, junto à escola Municipal Monteiro Lobato, sendo que os candidatos deverão comparecer munidos de CPF e Identidade.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 18 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

Decreto Nº 0848/2014

DECRETO NÚMERO 0848/2014
DE 19 DE MAIO DE 2014

O Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

“ALTERA A NOMEAÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO PARA PROCESSAMENTO DE ENQUADRAMENTO FUNCIONAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA ÁREA DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Art. 1º. Fica alterada a composição da comissão para processamento de enquadramento, passando a ser composta pelos seguintes membros:

I - Presidente:

Beatriz da Silva Mesquita

II- Membros:

Alexandre Vieira Rodrigues

Mary Angela de Oliveira

Marilene Henrique Pires

Daisy Aparecida de Souza Ramos

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se o Decreto nº 0830/2014 de 19 de março de 2014.

Gabinete do Prefeito, em 19 de maio de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, em 19 de maio de 2014.

AMARILDO VOLPATO

Chefe de Gabinete

Extrato de Contrato - Processo 37/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 37/2014
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 469/2014

Objeto: REFORMA DE SALAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, CONFORME PLANILHA NO ANEXO DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa J. C. Rodrigues de Freitas ME

CNPJ: 14.035.035/0001-70

Processo Licitatório nº 37/2014 - Tomada de Preços

Valor global da Obra: 53.895,95

Vigência: 20 dias

Correia Pinto/SC 23 de junho de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato - Processo 36/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 36/2014
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 551/2014

Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL OLINTHO D'ÁVILA MESQUITA, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa Serra Sul Engenharia e Construções LTDA EPP.

CNPJ: 15.459.791/0001-90

Processo Licitatório nº 36/2014 - Tomada de Preços

Valor global da Obra: 596.600,89

Vigência: 29/05/2014 a 26/10/2014

Correia Pinto/SC 23 de junho de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato - Processo 05/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 05/2014
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 05.477.571/0001-47

Instrumento: 558/2014

Valor total: 37.507,20

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa LA DALLA PORTA JUNIOR

CNPJ: 11.145.401/0001-56

Instrumento: 557/2014

Valor total: 721,04

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES

CNPJ: 06.194.440/0001-03

Instrumento: 556/2014

Valor total: 4.484,14

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa VANUSA DIAS EIRELI EPP

CNPJ: 08.850.926/0001-88

Instrumento: 555/2014

Valor total: 2.462,10

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP

CNPJ: 04.989.294/0001-87

Instrumento: 554/2014

Valor total: 8.064,82

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MF DE ALMEIDA & CIA LTDA

CNPJ: 05.021.932/0001-34

Instrumento: 553/2014

Valor total: 3.968,22

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02

Instrumento: 552/2014

Valor total: 10.013,05

Vigência: 02/056/2014 a 31/12/2014

Correia Pinto/SC 23 de junho de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 10 - Processo 08/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/12
Processo Nº.: 8/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2014

No dia 17 do mês de Março do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vario Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 8/2014, Processo Licitatório nº. 8/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10840	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	12, 13, 20, 22, 28, 35, 37, 43, 44, 47, 67, 68, 69, 74, 108, 137, 138, 139, 141, 197, 198, 221, 222
10704	CELIA REGINA W SANI ME	15, 16, 25, 29, 42, 53, 59, 63, 64, 76, 80, 81, 100, 103, 106, 110, 122, 134, 144, 149, 155, 163, 166, 183, 200, 218, 224, 227, 230, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 256, 257, 258, 259
10555	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	
10735	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME	
11111	LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME	30, 66, 77, 84, 93, 94, 98, 104, 105, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 124, 125, 127, 128, 136, 140, 145, 146, 147, 156, 157, 160, 161, 162, 167, 168, 169, 172, 174, 182, 188, 189, 194, 234, 235, 236, 253, 262, 263, 264, 265, 266
6607	METROMED COM.DE MAT.MED.HOSPITALAR LTDA	
9245	MINI MERCADO JULIA LTDA ME	2, 4, 9, 11, 18, 21, 33, 46, 52, 58, 65, 70, 72, 73, 78, 82, 86, 88, 90, 91, 92, 101, 107, 112, 130, 131, 159, 175, 176, 177, 178, 186, 195, 202, 204, 219, 225
6252	PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP	3, 6, 8, 14, 17, 19, 23, 24, 26, 32, 34, 40, 41, 45, 49, 61, 96, 97, 99, 111, 115, 121, 126, 129, 132, 133, 142, 150, 151, 153, 154, 164, 165, 216, 217, 223, 226, 229, 231, 238, 241, 242
6705	SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP	1, 5, 7, 10, 27, 31, 36, 38, 39, 48, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 60, 75, 79, 85, 87, 89, 102, 120, 123, 135, 143, 152, 158, 170, 171, 179, 180, 181, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 196, 199, 201, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 228, 232, 233, 237, 243

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTI	05.919.156/0001-94	MARLON ENSING	072.031.589-18
CELIA REGINA W SANI ME	04.195.853/0001-87	ROBSON NATANAEL CHIQUIO	076.844.709-73
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	09.008.570/0001-00	GENUIR KUREK	007.192.539-26
JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME	13.965.228/0001-68	MARCOS EDINEI TRUPPEL	019.039.839-67
LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME	12.903.455/0001-04	FABIANO DE MORAES CARDOSO	025.934.349-88
METROMED COM.DE MAT.MED.HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	ARISTOLIDES M. FILHO	498.207.619-72
MINI MERCADO JULIA LTDA ME	04.633.915/0001-95	ALEXANDRE SENEM	039.311.869-03
PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP	79.833.950/0001-57	SILVIO GENTIL BALDESSAR	384.567.029-00
SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP	81.839.425/0001-90	ADRYEL AGLIARDI SENEM	034.473.139-19

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/12
 Processo Nº.: 8/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6252 - PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ALCOOL GEL CADA FRASCO COM 500 ML (ALCOÓL ETÍLICO HIDRATADO, 70° INPM)	UN	coperalcool	2.000,000	3,2000	6.400,00
6	CERA EM PASTA - lata	UN	castelo	420,000	6,5000	2.730,00
8	CERA EM PASTA 13KG	UN	castelo	15,000	159,0000	2.385,00
14	ESCOVA DE LIMPEZA C CABO	UN	elmo	167,000	4,5000	751,50
17	ESCOVA DUPLA FACE 110X75X25MM	UN	elmo	16,000	8,0500	128,80
19	ESPONJA DE BANHEIRO SEM SUPORTE	UN	elmo	44,000	4,2000	184,80
23	LIMPA FORNO COM 226 ml	UN	easy off	160,000	8,8000	1.408,00
24	LIMPA PISO - 1 ltro	UN	biotec	850,000	2,7700	2.354,50
26	LIXA P FOGÃO FINA	UN	nobre	276,000	0,9000	248,40
32	Multi-uso limpeza geral similar ou superior a Veja - 500ml	UN	qlar	1.387,000	1,7500	2.427,25
34	OLEO DE PEROBA 100 ml	UN	king	364,000	5,9900	2.180,36
40	REMOVEDOR DE CERA 1L	UN	km	350,000	8,0000	2.800,00
41	Removedor de Esmalte	UN	incasa	150,000	2,8900	433,50
45	SABAO EM BARRA COR CLARA/NEUTRO PC COM 5 UN	PCT	minuano	2.041,000	6,8400	13.960,44
49	SABONETE DE BOA QUALIDADE DE 90g CADA	UN	francis	1.690,000	0,8700	1.470,30
61	VASSOURA BRUXINHA	UN	betamin	85,000	17,1000	1.453,50
96	COLHER DE SOBREMESA EM INOX COM CABO EM INOX E LISO (SEM CANALETAS NO CABO)	UN	marco buny	536,000	1,5000	804,00
97	COLHER DE CAFE INOX C/ CABO E 10cm DE BASE DA COLHER	UN	marco buny	361,000	1,4900	537,89
99	Colher maciça de plástico atóxico (polietileno), impermeável, fácil higienização, resistente a temperatura de até 160°C, com dimensões de 40 cm de comprimento e base da colher com 5 cm x 8 cm, na cor branca	UN	jolly	55,000	25,0000	1.375,00
111	COPO PLASTICO INFANTIL COM CANUDO ATOXICO COR BRANCA OU TRANSPARENTE	UN	plastisul	250,000	3,8000	950,00
115	ESCORREDOR DE MACARRÃO EM ALUMINIO COM DIAMETRO DE PELO MENOS 20cm	UN	brinox	5,000	62,8000	314,00
121	Forma de bolo (grande)duplo ABC para bolo 37x26 cm	UN	fortaleza	178,000	20,0000	3.560,00
126	Garfo de mesa em inox com cabo de inox e liso (sem canaletas)	UN	marco buny	891,000	1,9900	1.773,09
129	Garrafa térmica 5 l em plástico na cor azul ou branca similar ou superior a termolar	UN	invicta	54,000	40,5500	2.189,70
132	ISQUEIRO P/ FOGAO - tam gr	UN	bic	314,000	2,2000	690,80
133	Jarra de vidro 1,5 l a 2 litros branca transparente, lisa, resistente tipo espanhola similar ou superior a marca Ruvolo	UN	nadir figuredx	52,000	17,2000	894,40
142	PA P LIXO COM CABO - GRANDE	UN	elmo	270,000	14,8500	4.009,50
150	Panela de pressão em alumínio com alça em baquelite com capacidade mínima de 10 litros similar ou superior a rochedo	UN	panex	12,000	100,0000	1.200,00
151	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS	UN	panex	29,000	54,0000	1.566,00
153	PILHA GRANDEC/ 2 D	UN	rayovac	60,000	4,5000	270,00
154	PILHA MÉDIA ALCALINA C/ 2 C	UN	rayovac	186,000	5,1000	948,60
164	Pote p alimentos c tampa 2000ml, similar ou superior a Tritec	UN	plasutil	107,000	19,9900	2.138,93
165	Pote p alimentos c tampa 3 litros, similar ou superior a Tritec	UN	plasutil	107,000	21,4500	2.295,15
216	ISQUEIRO	UN	bic	360,000	3,8500	1.386,00
217	Lixa de unha com 10	UN	jlm	200,000	1,2900	258,00
223	PAPEL HIGIÊNICO C/08 FOLHA DUPLA	UN	dueto	885,000	5,7000	5.044,50
226	PENTE FINO / p/ cabelo	UN	plasutil	80,000	2,3000	184,00
229	SHAMPOO 350 ML	UN	suave	300,000	6,7000	2.010,00
231	SHAMPU PESCAIOSE	UN	escabin	270,000	16,9500	4.576,50
238	TOUCA DESCARTAVEL C/ 10 un	UN	lamare	3.200,000	0,9000	2.880,00
241	ESCUMADEIRA PEQUENA	UN	marco buny	4,000	9,9000	39,60
242	GARFO DESCARTÁVEL SOBREMESA (PACOTE C 50)	UN	copobras	650,000	3,4800	2.262,00

Fornecedor: 6705 - SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ÁGUA SANITÁRIA 1 LITRO CADA, DE BOA QUALIDADE	UN	ZAVASKI	2.004,000	1,7900	3.587,16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/12
 Processo Nº.: 8/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

Fornecedor: 6705 - SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	BOLSA ALVEJADA - BRANCA	UN	PANO SUL	1.932,000	2,4000	4.636,80
7	CERA LÍQUIDA 750 ML - excelente qualidade	UN	POLIFLOR	1.430,000	6,8900	9.852,70
10	DESINFETANTE P/ BANHEIRO - 500 ml	UN		5.803,000	0,0000	0,00
27	LUSTRA MÓVEIS - 200ml	UN	DESTAC	1.356,000	3,5900	4.868,04
31	MASCARA DESCARTAVEL c/ 10	UN	EMBRAMAC	840,000	3,8900	3.267,60
36	PANO DE LOUÇA DE BOA QUALIDADE ATOALHADO	UN	CATARINENS	2.276,000	1,6000	3.641,60
38	PANO P/ CHAO	UN	PANO SUL	1.912,000	1,7000	3.250,40
39	PURIFICADOR DE AR	UN	BOM AR	554,000	5,4000	2.991,60
48	SABONETE INFANTIL - BEBÊ	UN	BABY	1.020,000	0,8600	877,20
50	SABONETE LÍQUIDO 500 ml - vários aromas	UN	TUTTI	514,000	8,9900	4.620,86
51	SABONETE LÍQUIDO P/ BEBÊ	UN	XUXINHA	300,000	5,8000	1.740,00
54	SACO P LIXO 30 LITROS c/ 10 - Resistente de boa qualidade	UN	COMETA	2.895,000	0,9700	2.808,15
55	SACO DE LIXO 50 litros C/10 Unidades. - Resistente de boa qualidade	UN	COMETA	3.615,000	1,1000	3.976,50
56	Saco de lixo 200 lt c/ 05	UN	EMBRAS	1.330,000	6,4900	8.631,70
57	SACO P/ LIMPEZA CRU	UN	PANOSUL	1.154,000	1,7000	1.961,80
60	SODA CAUSTICA	KG	DESOLAR	66,000	10,0000	660,00
75	BANDEJA INÓX, MEDINDO APROXIMADAMENTE 35 X 25	UN	DURANOX	55,000	59,9000	3.294,50
79	BULE INDUSTRIAL COM ALÇA EM ALUMÍNIO (NÃO PODE SER DE MADEIRA) COM CAPACIDADE PARA 3 LITROS	UN	DOCESAR	6,000	56,0000	336,00
85	Caixa organizadora em plástico atóxico, resistente com tampa de pressão, cor branca ou transparente, com capacidade de aproximadamente 35 a 40 litros	UN	GIPLAS	25,000	64,0000	1.600,00
87	CHALEIRA EM ALUMÍNIO, INDUSTRIAL, COM CABO EM ALUMÍNIO OU BRAQUELITE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5 LITROS	UN	DOCESAR	10,000	64,0000	640,00
89	CHALEIRA PEQUENA nº 2	UN	DOCESAR	36,000	14,1000	507,60
102	Container organizador multifuncional, em plástico atóxico e resistente, com tampa e capacidade para 23,5 lts, na cor branca	UN	GIPLAS	26,000	38,9000	1.011,40
120	FERVEDOR DE LEITE C APITO DE ALUMÍNIO Nº 16	UN	DOCESAR	60,000	34,9000	2.094,00
123	FÓSFORO GRANDE C 240 UN	UN	FIAT LUX	491,000	2,0500	1.006,55
135	Jarra plástica 3 a 4 litros	UN	GIPLAS	80,000	7,6000	608,00
143	PALITO P ALGODAO DOCE C/ 50 UN	UN	REGINA	100,000	3,6900	369,00
152	PAPEL ALUMINIO 4m x 45cm	UN	BOM PACK	687,000	2,7000	1.854,90
158	PLASTICO FILME (bobina de 30m x28cm)	UN	BOM PACK	360,000	2,3300	838,80
170	PRATO DESCARTAVEL - GRANDE - c/ 10 un	UN	COPOSUL	1.572,000	1,5000	2.358,00
171	PRATO DESCARTÁVEL - PEQUENO - c/10 un	UN	COPOSUL	1.270,000	1,0800	1.371,60
179	SACO P LANCHE HOT DOG 25X12 CM C 500 UN	UN	ROY PACK	50,000	10,0000	500,00
180	SACO P PIPOÇA Nº 1, DE PAPEL, C 500 UN	UN	ROY PACK	220,000	8,8000	1.936,00
181	SUPORTE P/ COPO DESCARTAVEL 180 ML	UN	COPO SUL	31,000	20,7900	644,49
185	TABUA DE LAVAR ROUPA - madeira	UN	CORAL	52,000	16,5000	858,00
187	VARAL DE CHAO C/ ABAS ALUMINIO	UN	MOR	25,000	51,9900	1.299,75
190	ABSORVENTE ÍNTIMO FEM C/ ABAS	UN	NATURALMEI	200,000	2,7900	558,00
191	ALGODÃO EM BOLAS 50G	UN	USE ES	600,000	2,5900	1.554,00
192	APARELHO DE BARBEAR COM 2 UN	UN	PROBK II	200,000	3,5000	700,00
193	CONDICIONADOR DE CABELO 350ml	UN	SUAVE	350,000	7,4000	2.590,00
196	CREME P HIDRATAÇÃO DE CABELOS 1K	UN	SUAVE	100,000	6,4900	649,00
199	CREME P PENTEAR COM 300g	UN	SUAVE	280,000	6,2900	1.761,20
201	DESODORANTE ROLON - masc. e fem.	UN	AVANÇO	300,000	7,3000	2.190,00
203	ESCOVA DE DENTE ADULTO	UN	DENTIL	450,000	3,4000	1.530,00
205	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO G C 8	UN	SEVEN	350,000	11,5000	4.025,00
206	Fralda descartável adulto M c 8 similar ou superior a Plenitude	UN	SEVEN	350,000	12,5000	4.375,00
207	Fralda descartável adulto P c 8 similar ou superior a Plenitude	UN	SEVEN	350,000	9,2900	3.251,50
208	Fralda descartável adulto XG c 8 similar ou superior a Plenitude	UN	SEVEN	350,000	12,9000	4.515,00
209	Fralda descartável infantil c/28 unid. Tamanho EG similar ou superior a Seven	UN	SEVEN	410,000	18,9000	7.749,00
210	Fralda descartável infantil c/ 36 unid. Tamanho GG similar ou superior a Seven	UN	SEVEN	1.650,000	18,9000	31.185,00
211	Fralda descartável infantil c/ 44 unid Tamanho G similar ou superior a Seven	UN	SEVEN	1.600,000	16,8000	26.880,00
212	Fralda descartável infantil c/46 unid Tamanho M similar ou superior a Seven	UN	SEVEN	1.250,000	15,8000	19.750,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/12
 Processo Nº.: 8/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

Fornecedor: 6705 - SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
213	Fralda descartável infantil c/48 unid Tamanho P similar ou superior a Seven	UN	SEVEN	1.000,000	16,1000	16.100,00
214	FRALDA TECIDO	UN	MAIX	800,000	4,5400	3.632,00
215	LENÇO UMEDECIDO C 75	UN	ANJINHO	510,000	3,2000	1.632,00
228	CREME PREVENTIVO DE ASSADURAS 45 gr	UN	XUXINHA	650,000	9,7400	6.331,00
232	TALCO INFANTIL 200 g	UN	ANJINHO	450,000	5,5900	2.515,50
233	TALCO P PÉS E TÊNIS 100G	UN	TENIS PE	200,000	6,9500	1.390,00
237	Toalha de papel interfolhado, produzida 100% em celulose, macia, absorvente resistente, extremamente econômicas, e não recicladas, que possibilite uma redução de mão de obra no reabastecimento, fardo com 1000 unidade em cada	UN	ITALY	70,000	6,2500	437,50
243	LENÇO UMEDECIDO - pote c/ 400 un	UN	ANJINHO	360,000	10,9000	3.924,00

Fornecedor: 9245 - MINI MERCADO JULIA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ÁGUA SANITÁRIA 2 LITROS, DE BOA QUALIDADE	UN	Q BOA	2.951,000	3,4500	10.180,95
4	AMACIANTE DE 2 LITROS DE BOA QUALIDADE, COM BOM RENDIMENTO, PERFUME E MACIEZ	UN	Q LAR	822,000	2,7800	2.285,16
9	DESINFETANTE P/ BANHEIRO - 2 lts	UN	Q LAR	3.753,000	2,3700	8.894,61
11	ESCOVA DE ACO	UN	SUPER AÇO	88,000	10,9000	959,20
18	ESFREGAO DE ACO	UN	LUMINAR	659,000	0,6500	428,35
21	ESPONJA PARA LAVAR LOUÇADUPLA FACE	UN	SCOTT BRITF	5.820,000	0,4100	2.386,20
33	Oleado térmico para mesa Nº 30	MT	FULCAN	512,000	10,6800	5.468,16
46	Sabão em pó de boa qualidade 1 kg (similar ou superior ao OMO)	UN	ASSIM	3.699,000	3,6100	13.353,39
52	SACO PARA LIXO 100 litros c/05 unidades - Resistente de boa qualidade	UN	LIXO LIX	3.460,000	1,0900	3.771,40
58	SAPÓLIO EM PÓ 300G	UN	Q LAR	282,000	1,8500	521,70
65	ABRIDOR DE LATA EM AÇO INOX	UN	PLASTIC	51,000	2,0900	106,59
70	BACIA PLÁSTICA MÉDIA, 8 LITROS, RESISTENTE, ALTA DURABILIDADE, SIMILAR OU SUPERIOR A TRITEC	UN	PLASVALE	105,000	4,7500	498,75
72	Balde Plástico Grande 20 litros, resistente alta durabilidade similar ou superior a Tritac	UN	PLASVALE	438,000	5,7500	2.518,50
73	BALDE PLÁSTICO MÉDIO, 15 LITROS, RESISTENTE, ALTA DURABILIDADE, SIMILAR OU SUPERIOR A TRITEC	UN	PLASVALE	325,000	3,9900	1.296,75
78	Bule industrial com alça em alumínio industrial (não pode ser de madeira), com capacidade para 5 lt.	UN	DOCESAR	10,000	71,8900	718,90
82	BULE PEQUENO Nº 10	UN	DOCESAR	30,000	14,3000	429,00
86	Cesto fechado retangular, com tampa e pedal, dimensões 22 cm largura, 32 cm de comprimento, 38 cm de profundidade, cor branca, capacidade para 20 lts	UN	PLASVALE	45,000	25,9000	1.165,50
88	CHALEIRA GRANDE 4,2 litros	UN	DOCESAR	86,000	33,4900	2.880,14
90	Coador de pano grande para café com aprox. 15 cm de diâmetro	UN	CRIS	120,000	1,4500	174,00
91	COADOR PANO, PARA CAFÉ (PEQUENO 9 CM)	UN	CRIS	231,000	0,9000	207,90
92	Coador para café, descartável nº 103	UN	BRIGITA	185,000	1,7900	331,15
101	CONCHA PEQUENA Nº9	UN	DOCESAR	38,000	4,1900	159,22
107	COPO DESCARTÁVEL 200 ML, CRISTAL	UN	COPOBRAS	330,000	2,6000	858,00
112	CORDA P/ VARAL C/ 10 M	UN	SUPERCORD	101,000	0,9000	90,90
130	GRAMPO DE ROUPA C 12 UN	UN	PEDRA AZUL	262,000	0,7000	183,40
131	GUARDANAPO MÉDIO C/ 50	UN	FOFINHO	1.686,000	0,5500	927,30
159	PLÁSTICO OLEADO P MESA Nº 30	M	VULCAN	450,000	10,6900	4.810,50
175	SACO P EMBALAR ALIMENTOS C 50 UN 2KG	UN	MAXFREEZEI	460,000	1,6500	759,00
176	SACO P EMBALAR ALIMENTOS C 100 UN 5KG	UN	MAXFREEZEI	920,000	2,2900	2.106,80
177	SACO PLÁSTICO C 100 UN, 3 KG	UN	MAXFREEZEI	440,000	2,2900	1.007,60
178	SACO PLÁSTICO C/ 100 un (5kg)	UN	MAXFREEZEI	80,000	2,2900	183,20
186	TAPETE EMBORRACHADO DE POLIPROPILENO 40x62cm	UN	BRUSS	165,000	12,9900	2.143,35
195	COTONETES c/ 75 un	UN	COTTON BAE	730,000	0,9500	693,50
202	Escova de Cabelos	UN	BRUSS	180,000	4,8000	864,00
204	ESCOVA DE DENTE INFANTIL	UN	SORRISO	3.200,000	1,8100	5.792,00
219	PAPEL HIGIENICO BRANCO - c/ 4 dupla face, Alta qualidade	UN	DUETO	5.702,000	2,9000	16.535,80
225	PAPEL TOALHA ROLO PICOTADO c/ 2 rolos	UN	FACE FACE	1.796,000	1,9400	3.484,24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/12
 Processo Nº.: 8/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

Fornecedor: 10704 - CELIA REGINA W SANI ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	Escova de mamadeira cabo em polietileno, p/mamadeira e bico, similar ou superior a Lolly	UN	LOLLY	63,000	6,5000	409,50
16	ESCOVA DE LAVAR ROUPA - média	UN	HARACEM	217,000	1,3000	282,10
25	LIMPA VIDROS 500 ml	UN	NOBRE	1.354,000	1,6200	2.193,48
29	LUVA EMBORRACHADA PARA LIMPEZA	UN	NOBRE	855,000	1,9300	1.650,15
42	RODO COM ESPONJA P PASSAR CERA - c/ cabo	UN	HARACEM	516,000	2,7300	1.408,68
53	SACO DE LIXO 15 litros - C/ 10 unidades- Resistente de boa qualidade	UN	PEGA LIXO	2.110,000	0,8700	1.835,70
59	SAPOLIO LIQUIDO 300ml	UN	PRATIK	1.962,000	1,5900	3.119,58
63	VASSOURAO P/ RUA	UN	HARACEM	130,000	15,6000	2.028,00
64	VELA c/ 08 un	UN	ZAVASKI	50,000	2,2100	110,50
76	BANDEJA PLÁSTICA APROXIMANDAMENTE 50 X 30, COR BRANCA, RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE	UN	SANTANA	925,000	8,4500	7.816,25
80	BULE GRANDE Nº 16	UN	CAMBÉ	77,000	19,5000	1.501,50
81	BULE MÉDIO Nº 12	UN	CAMBÉ	65,000	46,8000	3.042,00
100	CONCHA Nº12	UN	CAMBE	25,000	11,7000	292,50
103	Container fenestrados (caixa de supermercado), em pplipropileno (polietileno) cor branca	UN	GIPLAS	31,000	24,7000	765,70
106	COPO DESCARTAVEL 180 ML C/ 100 UN	UN	COPOSUL	3.756,000	2,3500	8.826,60
110	CORDA DE SEDA 4MM, BRANCA	KG	MASTERCOR	5,000	31,0000	155,00
122	FORMA DE PAO Nº 3	UN	CAMBE	262,000	3,2500	851,50
134	JARRA PLÁSTICA 1 L	UN	GIPLAS	92,000	2,0800	191,36
144	PANELA 5 L	UN	CAMBE	54,000	17,2900	933,66
149	Caçarola com tampa, em alumínio industrial com capacidade para aprox. 32 lt, com alça em alumínio	UN	CAMBE	30,000	84,5000	2.535,00
155	Pilha média com 2 C	UN	ALFACELL	200,000	3,9000	780,00
163	Pote p alimentos c tampa 10 litros, similar ou superior a Tritec	UN	GIPLAS	163,000	6,3700	1.038,31
166	Pote p alimentos c tampa 900ml, similar ou superior a Tritec	UN	GIPLAS	90,000	2,0800	187,20
183	SUPORTE FILTRO DE CAFE Nº 103	UN	GIPLAS	32,000	3,3500	107,20
200	DESODORANTE HIGIENIZADOR DE VASO SANITÁRIO PEDRA 35g	UN	SANY BRIL	3.132,000	0,5800	1.816,56
218	PALITO DENTE - c/100	UN	DENTIL	270,000	0,3500	94,50
224	PAPEL TOALHA - FOLHAS P/ SUPORTE C/ 1000 - Boa qualidade	UN	TUBARÃO	514,000	7,8000	4.009,20
227	PENTE PARA CABELO - gr	UN	GIPLAS	250,000	3,4000	850,00
230	SHAMPOO BEBÊ 200 ML	UN	ANJINHO	610,000	3,7000	2.257,00
244	ASSADEIRA DE VIDRO COM TAMPA DE PLASTICO, RETANGULAR, PEQUENA	UN	NADIR	15,000	29,6900	445,35
245	ASSADEIRA DE VIDRO COM TAMPA DE PLASTICO, RETANGULAR, MEDIA	UN	NADIR	15,000	31,1900	467,85
246	ASSADEIRA DE VIDRO COM TAMPA DE PLASTICO, RETANGULAR, GRANDE	UN	NADIR	15,000	38,2500	573,75
247	ASSADEIRA DE VIDRO COM TAMPA DE PLASTICO, REDONDA, PEQUENA	UN	NADIR	15,000	23,1900	347,85
248	ASSADEIRA DE VIDRO COM TAMPA DE PLASTICO, REDONDA, MEDIA	UN	NADIR	15,000	27,4000	411,00
249	ASSADEIRA DE VIDRO COM TAMPA DE PLASTICO, REDONDA, GRANDE	UN	NADIR	15,000	32,9000	493,50
250	ASSADEIRA DE VIDRO COM TAMPA DE PLASTICO, OVAL, PEQUENA	UN	NADIR	15,000	23,1900	347,85
251	ASSADEIRA DE VIDRO COM TAMPA DE PLASTICO, OVAL, MEDIA	UN	NADIR	15,000	27,4000	411,00
252	ASSADEIRA DE VIDRO COM TAMPA DE PLASTICO, OVAL, GRANDE	UN	NADIR	15,000	33,2500	498,75
255	FORMA P/ PIZZA - MEDIA	UN	CAMBE	10,000	15,5200	155,20
256	FORMA P/ PIZZA - GRANDE	UN	CAMBE	10,000	19,5500	195,50
257	FORMA P/ PUDIM C/ TAMPA - MEDIA	UN	CAMBE	8,000	26,4000	211,20
258	FORMA P/ PUDIM C/ TAMPA - GRANDE	UN	CAMBE	8,000	26,4200	211,36
259	FORMA P/ PAO DE FORMA 32x14x14cm	UN	CAMBE	12,000	6,0000	72,00

Fornecedor: 10840 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	ESCOVA P/ BANHEIRO COM SUPORTE	UN	ARQ PLAST	337,000	2,7700	933,49
13	ESCOVA P VASO SANITARIO (sem suporte)	UN	ARQ PLAST	25,000	2,7700	69,25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/12
 Processo Nº.: 8/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

Fornecedor: 10840 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	Esponja de lã de aço extra fina p/ limpeza (similar ou superior bombril) c/14	UN	SANY	2.736,000	0,8700	2.380,32
22	FLANELINHA 38X58 cm	UN	GABELLEI	953,000	1,2400	1.181,72
28	LUVA LATEX DESCARTAVEL - tam P, M,G	UN	DESCARPAK	4.431,000	12,7000	56.273,70
35	PALHA DE AÇO Nº1	UN	SANY	116,000	0,4700	54,52
37	PANO DE PIA	UN	FACILE	438,000	1,0000	438,00
43	RODO DE BORRACHA C CABO	UN	DESAFIO	557,000	4,1300	2.300,41
44	SABÃO EM BARRA	UN	ZAVASKI	205,000	1,0400	213,20
47	SABAO LIQUIDO LAVA ROUPA - 1 litro	UN	FLEX	370,000	2,0200	747,40
67	BACIA GRANDE 20 LITROS RESISTENTE, ALTA DURABILIDADE, SIMILAR OU SUPERIOR A TRITEC	UN	ARQ PLAST	73,000	7,4000	540,20
68	BACIA EM PLASTICO RESISTENTE C/ ALÇA C/APROXIMADAMENTE 30 cm DE DIAMETRO E 12 CM DE PROFUNDIDADE,NA COR BRANCA - similar ou superior a Tritec	UN	ARQ PLAST	110,000	7,4000	814,00
69	BACIA GRANDE, ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, RESISTENTE AO CALOR, COM TAMPA, 15 LITROS, resistente, alta durabilidade, similar ou superior a Tritec	UN	ARQ PLAST	116,000	4,5500	527,80
74	BALDE PEQUENO, 8 LITROS, RESISTENTE, ALTA DURABILIDADE, SIMILAR OU SUPERIOR A TRITEC	UN	ARQ PLAST	107,000	2,5900	277,13
108	COPO DESCARTÁVEL 50 ML C/ 100	UN	COPOSUL	974,000	1,1200	1.090,88
137	Lixeiro p/ banheiro com tampa 7 l	UN	ARQ PLAST	516,000	2,9200	1.506,72
138	Lixeiro plástico c/ pedal em polipropileno, resistente, cor branca, capacidade 15 l similar ou superior a Tritec	UN	ARQ PLAST	256,000	10,5500	2.700,80
139	Lixeiro plástico médio, 10 l, similar ou superior a Tritec	UN	ARQ PLAST	335,000	2,9200	978,20
141	PÁ PLÁSTICA - média	UN	ARQ PLAST	155,000	2,7200	421,60
197	CREME DENTAL DE 90gr	UN	FRIDENTE	600,000	0,9500	570,00
198	CREME DENTAL INFANTIL 50g	UN	FRUTI	2.060,000	2,6800	5.520,80
221	PAPEL HIGIENICO C/ 04 - Folha simples de alta qualidade	PCT	GUIPEL	20.120,000	0,8900	17.906,80
222	PAPEL HIGIENICO C 64, C 4 ROLOS CADA, FOLHA SIMPLES DE BOA QUALIDADE	UN	GUIPEL	511,000	14,5900	7.455,49

Fornecedor: 11111 - LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
30	MANGUEIRA JARDIM 20mts - boa qualidade	UN	IMPORT	72,000	36,0000	2.592,00
66	AÇUCAREIRO DE INOX	UN	METAL LYNE	36,000	15,5000	558,00
77	BICO DE MAMADEIRA - silicone - natuform	UN	LOLO	120,000	7,9000	948,00
84	CAIXA TÉRMICA, REVESTIDA EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR BRANCA OU AZUL, COM CAPACIDADE PRA 45 LITROS	UN	MOR	13,000	149,0000	1.937,00
93	Colher grande (Arroz)	UN	STAINLES	75,000	4,7500	356,25
94	COLHER DE SOPA EM INOX, COM CABO EM INOX E LISO (sem canaletas no cabo)	UN	IMPORT	512,000	1,4900	762,88
98	Colher maciça de plástico atóxico (polietileno), impermeável, fácil higienização, resistente até 160°C com dimensões de 60 cm de comprimento e base da colher com 5 cm x 11 cm, na cor branca	UN	TRAMONTINA	60,000	25,0000	1.500,00
104	Copo de alumínio resistente, de boa qualidade nº 16	UN	IMPORT	62,000	9,9000	613,80
105	COPO DE VIDRO MÉDIO - 200 ml	UN	LISA	696,000	2,0000	1.392,00
109	COPO PLASTICO - tipo lanche	UN	IMPORT	2.530,000	1,9000	4.807,00
114	ESCORREDOR DE MACARRAO INOX Nº 24	UN	FWB	6,000	18,0000	108,00
116	ESCUMADEIRA - grande 12,5	UN	COOKING	22,000	8,1500	179,30
117	Faca de corte p carne cabo em polietileno branco	UN	BEST	93,000	9,7000	902,10
118	Faca de cozinha p cortar legumes e frutas cabo em polietileno branco	UN	BEST	133,000	9,7400	1.295,42
119	Faca de mesa sem arestas, lisa, em inox	UN	SAFIRA	507,000	1,9900	1.008,93
124	FRIGIDEIRA DE ALUMÍNIO GRANDE Nº 38	UN	CONCORD	10,000	26,4000	264,00
125	FRIGIDEIRA DE ALUMÍNIO MÉDIA Nº 30	UN	CONCORD	8,000	22,4000	179,20
127	Garrafa térmica 1,8 l em plástico na cor azul ou branca similar ou superior a termolar	UN	TOMIX	200,000	41,6000	8.320,00
128	Garrafa térmica 1l em plástico na cor azul ou branca similar ou superior a termolar	UN	ALADIN	64,000	23,0000	1.472,00
136	JOGO DE POTES 5 PEÇAS C TAMPA	UN	PLAST	160,000	8,4400	1.350,40
140	Mamadeira completa simples, resistente	UN	IMPORT	380,000	3,4000	1.292,00
145	PANELA DE ALUMÍNIO Nº 14	UN	LIZLAR	47,000	12,9000	606,30
146	PANELA DE ALUMÍNIO Nº 16	UN	LISLAR	45,000	16,5000	742,50
147	PANELA DE ALUMÍNIO Nº 20	UN	LISLAR	75,000	19,5000	1.462,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 7/12
 Processo Nº.: 8/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

Fornecedor: 11111 - LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
156	PILHA PALITO ALCALINA C/ 2 AAA	UN	EUGIN	261,000	2,9900	780,39
157	PILHA PEQUENA ALCALINA c/2 AA	UN	EUGIN	61,000	2,9900	182,39
160	Porta talheres em plástico resistente com 5 divisórias , com tampa, dimensões 34,6x29,3x5,3 cm, na cor branca	UN	PLASTISUL	15,000	15,0000	225,00
161	PORTA SABÃO	UN	PLASTISUL	20,000	7,5000	150,00
162	POTE DE VIDRO P/ BOLACHA E BALA - 1,5 l	UN	VIDROSDOC	101,000	9,9900	1.008,99
167	Pote para mantimentos, redondo, hermético. Com capacidade 3 litros, cor branca similar ou superior a Tritec	UN	PLASUTIL	45,000	10,3900	467,55
168	Prato de vidro fundo, transparente tipo duralex	UN	DURALEX	661,000	3,9900	2.637,39
169	Prato raso vidro, transparente tipo duralex	UN	DURALEX	300,000	3,5000	1.050,00
172	Prato/bandeja - melanina decorado	UN	CRISTALSUL	30,000	16,5000	495,00
174	RALADOR EM INOX , C/ 4 FACES	UN	IMPORT	59,000	7,7900	459,61
182	SUPORTE P/ BOMBA DE AGUA MINERAL 20l litros	UN	PLASTUSIL	111,000	12,9900	1.441,89
188	XICARA grande porcelana	UN	ASKC	390,000	3,9000	1.521,00
189	XICARA DE PORCELANA BRANCA - P/ CAFEZINHO, COM PIRES	UN	ASKC	636,000	3,9000	2.480,40
194	CORTADOR DE UNHA	UN	IMPORT	140,000	1,6000	224,00
234	TOALHA DE BANHO,, 70x1,40	UN	TUBARAO	502,000	9,7400	4.889,48
235	TOALHA DE MESA RETANGULAR EM TECIDO 1,50x2,20 mt	UN	TUBARAO	70,000	19,0000	1.330,00
236	TOALHA BRANCA DE ROSTO 45x70	UN	TUBARAO	1.041,000	5,2300	5.444,43
253	COLHER PLASTICO C/ 50 UN	UN	CRISTAL	505,000	4,5000	2.272,50
262	FORMA QUADRADA - PEQUENA	UN	ALMEIDA	11,000	12,0000	132,00
263	FORMA QUADRADA - MEDIA	UN	ALMEIDA	11,000	14,0000	154,00
264	FORMA QUADRADA - GRANDE	UN	ALMEIDA	10,000	16,0000	160,00
265	FRMA REDONDA C/ FURO, 22cm	UN	ALMEIDA	6,000	13,0000	78,00
266	FORMA REDONDA C/ FURO, LATERAL REMOVIVEL,, 26cm	UN	ALMEIDA	6,000	14,0000	84,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 8/12
Processo Nº.: 8/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 9/12
Processo Nº.: 8/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado o valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 10/12
Processo Nº.: 8/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 11/12
Processo Nº.: 8/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTOPágina: 12/12
Processo Nº.: 8/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 17 de Março de 2014.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	CNPJ: 05.919.156/0001-94	_____
CELIA REGINA W SANI ME	CNPJ: 04.195.853/0001-87	_____
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	CNPJ: 09.008.570/0001-00	_____
JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME	CNPJ: 13.965.228/0001-68	_____
LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME	CNPJ: 12.903.455/0001-04	_____
METROMED COM.DE MAT.MED.HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22	_____
MINI MERCADO JULIA LTDA ME	CNPJ: 04.633.915/0001-95	_____
PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP	CNPJ: 79.833.950/0001-57	_____
SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP	CNPJ: 81.839.425/0001-90	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02 - PROCESSO 05/2014 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**

Página: 1/9

Processo Nº.: 5/2014**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2014**

No dia 2 do mês de Junho do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.741.096/0001-53, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Vânio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 5/2014, Processo Licitatório nº. 5/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	28, 34, 35, 41, 42, 43, 47, 52, 54, 55, 58, 78, 81, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 99, 104, 105, 106, 114, 115, 116, 122
922	Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda	1, 5, 6, 7, 8, 24, 48, 56, 64, 65, 72, 76, 107, 108, 109, 110, 111, 112
848	LA DALLA PORTA JUNIOR	9, 13, 14, 15, 19, 23, 39, 46, 83, 85
155	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME	2, 10, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 49, 51, 60, 61, 93, 94, 96, 97, 100, 101, 117, 118, 120, 121, 123, 124
779	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES	36, 37, 50, 79, 82, 84, 88, 125, 126
398	SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME	4, 12, 16, 17, 18, 40, 44, 45, 53, 57, 62, 63, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 80, 86, 98
525	VANUSA DIAS EIRELI - EPP	3, 11, 59, 69, 77, 102, 103, 113, 119

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZ	517.236.469-20
Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda	02.477.571/0001-47	DIEGO MURILO MAIA	053.276.049-26
LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	FABRICIO APRATO MEDEIROS	934.350.020-34
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME	05.021.932/0001-34	FELIPE ROBERTO DE FARIAS ALVES	023.919.999-50
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALAR	06.194.440/0001-03	HELIO GUIMARAS	461.296.770-49
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	04.989.294/0001-87	ARISTORIDES MENDES FILHO	498.207.619-72
VANUSA DIAS EIRELI - EPP	08.850.926/0001-88	VINICIUS ROLIM DE MOURA	012.999.330-17

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
28	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA C/ ELÁSTICO C 50 un	CX	Talge	10,000	4,2100	42,10
34	CABO P/ ESPELHO BUCAL- c/ alta duração	UN	Abc	50,000	1,6100	80,50
35	CAIXA DE INOX C/ TAMP-A	UN	Fami/Luminox	10,000	25,2600	252,60
41	CIMENTO PULPO SAN LIQUIDO 20ml	UN	Inodon	100,000	10,3000	1.030,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 2/9

Processo Nº.: 5/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2014

Fornecedor: 10 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
42	CIMENTO PULPO SAN PÓ 50gr	UN	Inodon	100,000	6,7900	679,00
43	COLETOR P/ MATERIAIS PERFUROCORTANTES -3	UN	Embalalire	150,000	1,3500	202,50
47	ASTE FLEXIVEL c/ 100 un - cotonete	UN	Higie Topp	100,000	0,8400	84,00
52	DEGERMANTE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12% L litro	UN	Inodon	100,000	7,1600	716,00
54	DESTACA PERIOSTEO	UN	Abc	4,000	6,9900	27,96
55	ENXAGUANTE BUCAL 1000ml	UN	Colgate	100,000	23,4900	2.349,00
58	ESCOVINHA P/ LIMPEZA(MÃOS/BROCAS)	UN	Preven	10,000	4,1300	41,30
78	LUVA DE PROCEDIMENTO - G cx c/50 pares	CX	Nugard	50,000	12,3500	617,50
81	LUVA DE PROCEDIMENTO SEM TALCO - M Cx C/ 50 pares	CX	Embramac	50,000	18,2000	910,00
87	PAPEL TOALHA BRANCO PICOTADO C/ 2 UNID	UN	Damas Pel	200,000	2,2500	450,00
89	PINÇA DE ADISON SEM DENTE	UN	Abc	10,000	6,0400	60,40
90	PINÇA ANATOMICA C/ DENTE	UN	Abc	10,000	5,7500	57,50
91	PINÇA ANATOMICA S/ DENTE	UN	Abc	10,000	5,3300	53,30
92	PINÇA CLINICA P/ ALGODÃO	UN	Golgran	10,000	4,5900	45,90
95	PINÇA MOSQUITINHO	UN	Abc	10,000	10,9500	109,50
99	PLACA DE VIDRO GROSSA	UN	Jon	4,000	6,7400	26,96
104	POTE C/ TAMPA MEDIO	UN	Malu	20,000	21,0000	420,00
105	POTE COM TAMPA PEQUENO	UN	Malu	20,000	19,0000	380,00
106	POTE DAPEN	UN	Maquira	4,000	1,3900	5,56
114	SELANTE FLUOSHIELD KIT MATIZADO	UN	Dentsply	10,000	104,7700	1.047,70
115	SINDESMÓTOMO	UN	Abc	8,000	4,0400	32,32
116	SOLUCAO FLUORETO DE SODIO 0,2%	UN	Inodon	50,000	4,5200	226,00
122	TESOURA DE BUCK RETA	UN	Golgran	5,000	13,0900	65,45

Fornecedor: 155 - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ADESIVO DE FRASCO UNICO (primer e adesivo) FOTOPOLIMERIZAVEL - frasco com 6g, com rendimento de até 280 gotas	UN	fgm	30,000	53,0000	1.590,00
10	BANDEJA DE AÇO 20cm	UN	açoinox	10,000	11,6300	116,30
20	BROCA DIAMANTADA N.1012	UN	fava	15,000	1,2600	18,90
21	BROCA DIAMANTADA Nº 1013	UN	fava	15,000	1,2600	18,90
22	BROCA DIAMANTADA Nº 1014	UN	fava	15,000	1,2600	18,90
25	BROCA DIAMANTADA Nº 1032	UN	fava	30,000	1,2600	37,80
26	BROCA DIAMANTADA 1112	UN	fava	10,000	1,2600	12,60
27	BROCA DIAMANTADA 3118F	UN	fava	10,000	1,2600	12,60
29	BROCA DIAMANTADA 3215	UN	fava	10,000	1,2600	12,60
30	BROCA DIAMANTADA AR Nº 1093	UN	fava	10,000	1,2600	12,60
31	BROCA DIAMANTADA Nº 1032	UN	fava	10,000	1,2600	12,60
32	BROCA DIAMANTADA Nº 1033	UN	fava	10,000	1,2600	12,60
33	BROCA DIAMANTADA Nº 1034	UN	fava	10,000	1,2600	12,60
38	CARIOSTATICO 30%	UN	maquira	8,000	13,4000	107,20
49	CUNHA DE MADEIRA	UN	pharmainox	10,000	8,0200	80,20
51	CURETA ALVEOLAR	UN	trinks	5,000	4,5000	22,50
60	ESPATULA DE MANIPULAÇÃO ODONTOLÓGICA FINA	UN	trinks	4,000	3,7400	14,96
61	ESPATULA DE MANIPULAÇÃO ODONTOLÓGICA GROSSA	UN	trinks	4,000	3,7400	14,96
93	PINÇA DE KELLY RETA	UN	abc	10,000	11,7000	117,00
94	PINÇA DE KOCHER	UN	abc	10,000	15,6000	156,00
96	PINÇA MOSQUITO CURVA 10-12cm	UN	abc	10,000	11,4000	114,00
97	PINÇA MOSQUITO RETA 10-12cm	UN	abc	10,000	11,4000	114,00
100	PONTAS P/ ULTRASSON DABI SIMILAR OU SUPERIOR	UN	dabi	4,000	74,5000	298,00
101	PONTAS P/ULTRASSON GNATUS SIMILAR OU SUPERIOR	UN	gnatus	4,000	158,0000	632,00
117	SONDA EXPLORADORA ENDODONTICA	UN	abc	5,000	3,2500	16,25
118	SONDA EXPLORADORA n. 5	UN	abc	10,000	3,2500	32,50
120	TACA DE BORRACHA P PROFILAXIA	UN	preven	300,000	0,7000	210,00
121	TESOURA CIRURGICA 15 cm RETA	UN	abc	5,000	9,9600	49,80
123	TESOURA IRIS RETA	UN	abc	5,000	8,3700	41,85
124	TIRAS DE LIXA 4mm X 170mm C/ 150	CX	preven	10,000	5,8000	58,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 3/9

Processo Nº.: 5/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2014

Fornecedor: 398 - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ALAVANCA RETA	UN	LM	5,000	11,1400	55,70
12	BROCA CIRURGICA AUTA ROTAÇÃO F6 702	UN	MEDIN	15,000	4,5200	67,80
16	BROCA DE AÇO ESFERICA CA Nº 2	UN	INJECTA	15,000	2,1000	31,50
17	BROCA DE AÇO ESFERICA CA Nº 4	UN	INJECTA	15,000	2,1700	32,55
18	BROCA DE AÇO ESFERICA CA Nº 6	UN	INJECTA	15,000	2,1700	32,55
40	CIMENTO OBTURADOR PROVISORIO 25g CAVITEC (pote)	UN	CAITHEC	20,000	7,1400	142,80
44	COLHER DE DENTINA	UN	LM	5,000	3,0400	15,20
45	CONDICIONADOR DENTAL EM GEL 3 ml Solucao de acido fosforico na concentração de 37% em gel	UN	CAITHEC	20,000	1,2600	25,20
53	DEGERMANTE DIGLUCONATO DE CLOREXEDINA 4% 1 l	UN	VICPHARMA	50,000	13,5000	675,00
57	ESCOVA PINCEL ROBSON P/ CONTRA ANGULO	UN	PREVEN	200,000	0,9300	186,00
62	ESPELHO CLINICO Nº 5 PLANO alta durabilidade	UN	IODONTOSUL	100,000	1,6200	162,00
63	EUGENOL 20ml	UN	IODONTOSUL	6,000	7,0200	42,12
66	FIO NYLON 4-4 C/ AGULHA 1,7 cm C/20	UN	PROCARE	30,000	14,9400	448,20
67	FIO SEDA 4-0C/ AGULHA 1,7cm c/ 20	UN	PROCARE	30,000	15,3200	459,60
68	FIO NYLON 5.0 C/ AGULHA 1,7 cm C/20	UN	PROCARE	30,000	15,1800	455,40
70	FOTOPOLIMERIZADOR S/ FIO	UN	KODENTECH	4,000	585,9000	2.343,60
71	HIPOCLORITO DE SODIO 1% (solução de Milton)	UN	RICIE	100,000	1,8700	187,00
73	JOGO DE ALAVANCA HEINDERBRINK	UN	LM	2,000	33,4100	66,82
74	JOGOS DE ALAVANCAS SELDIN	UN	LM	2,000	33,4100	66,82
75	JOGO DE ALAVANCA SELDIN E HEINDERBRINK INFANTIL	UN	LM	2,000	33,4100	66,82
80	LUVA DE PROCEDIMENTO - tam.P cx. c/50pares	CX	SUPERMAX	200,000	12,3900	2.478,00
86	PAPEL CARBONO ACCUFILM II C/12 FOLHAS	UN	PREVEN	10,000	1,3500	13,50
98	PLACA DE VIDRO FINA	UN	LM	4,000	2,6600	10,64

Fornecedor: 525 - VANUSA DIAS EIRELI - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	AGULHA GENGIVAL LONGA	CX	PROCARE	10,000	13,8000	138,00
11	BROCA CIRURGICA AUTA ROTAÇÃO F6 08	UN	MEDIN	15,000	6,8800	103,20
59	ESCULPIDOR P RESINA DE TITANIO	UN	PRISMA	6,000	33,4000	200,40
69	FLUOR GEL C/ 200 ml	UN	IODONTOSUL	100,000	2,7000	270,00
77	LIMA ENDODONTICA Nº 15 K FLEXOFIL	UN	MEDIN	15,000	19,4600	291,90
102	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14-17 cm	UN	ABC	4,000	11,9000	47,60
103	POTE C/ TAMPÁ GRANDE	UN	ABC	20,000	35,0000	700,00
113	ROLETES DE ALGODÃO pct C/100 UN	UN	SSPLUS	300,000	1,0500	315,00
119	SUGADOR COLORIDO DESCARTAVEL C/ 40 un	UN	SSPLUS	150,000	2,6400	396,00

Fornecedor: 779 - ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
36	CAPA P SERINGA CARPULE C/ MOTIVO INFANTIL	UN	ANGELUS	10,000	28,3500	283,50
37	CAPSULA P/ AMALGAMA 2 PORÇÕES	UN	SDI	30,000	1,8200	54,60
50	CURATIVO ALVEOLAR ALVEOLEZ 10gr	UN	BIODINAMICA	6,000	14,8900	89,34
79	LUVA DE PROCEDIMENTO - tam.M cx. c/50pares	CX	NUGARD	200,000	12,3000	2.460,00
82	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA C/ ELÁSTICO C 50 un	CX	OLIMED	200,000	4,0200	804,00
84	OLEO BAIXA ROTAÇÃO SPRAY 100ml	UN	MAQUIRA	10,000	11,0000	110,00
88	PASTA PROFILÁTICA C/ FLUOR 90gr	UN	VIGODENT	100,000	4,0500	405,00
125	TIRAS DE POLIESTER 10x120x0,05mm c/50	CX	K-DENT	20,000	1,0100	20,20
126	TOUCA DESCARTAVEL pct C 100	UN	DESCARPACI	50,000	5,1500	257,50

Fornecedor: 848 - LA DALLA PORTA JUNIOR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	APLICADOR DESCARTAVEL MICRO BRUSH	UN	KG BRUSH	40,000	4,9000	196,00
13	BROCA DE ACABAMENTO 3168F	UN	FAVA	15,000	1,2700	19,05
14	BROCA DE ACABAMENTO ALTA ROTAÇÃO 2135	UN	FAVA	15,000	1,2600	18,90
15	BROCA DE AÇO ESFERICA CA LONGA Nº 8	UN	DENTSPLY	15,000	2,1600	32,40
19	BROCA DIAMANTADA N.1011	UN	FAVA	15,000	1,2500	18,75
23	BROCA DIAMANTADA Nº 1015	UN	FAVA	15,000	1,2500	18,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 4/9
 Processo Nº.: 5/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2014

Fornecedor: 848 - LA DALLA PORTA JUNIOR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
39	CIMENTO HIDROXIDO DE CALCIO	UN	TECHNEW	5,000	9,9900	49,95
46	COPO DESCARTAVEL - c/ 100 un	PCT	BILIDER	100,000	1,9800	198,00
83	OLEO ALTA ROTAÇÃO SPRAY 100ml	UN	PREVEN	10,000	10,9900	109,90
85	OSTOPORIN 10 ml	UN	FARMOQUIMI	6,000	9,8900	59,34

Fornecedor: 922 - Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AMALGAMA DURALLOY 45% 30gr	UN	DUXALLOY	10,000	65,6000	656,00
5	ANESTESICO BUPIVACAINA 0,50% C/ 25 un	CX	NEOCAINA	4,000	57,0000	228,00
6	ANESTESICO MEPIVACAINA C VASO	CX	MEPIADRE	4,000	46,9500	187,80
7	ANESTESICO TOPICO C/ SABOR OU XYLOCAÍNA TÓPICA	UN	BENZOTOP	10,000	4,8000	48,00
8	ANESTESICO TUBETE SEM VASO C/ 50 unid	CX	XYLESTESIN	10,000	21,0000	210,00
24	ANESTESICO TUBETE C/ VASO C/ 50 UN	CX	SS WHITE	150,000	20,5000	3.075,00
48	CREME DENTAL C/ 90g C/ FLÚOR, 1.500 ppm	UN	ICE FRESH	5.000,000	0,8500	4.250,00
56	ESCOVA DENTAL INFANTIL - CABEÇA PEQUENA, MACIA	UN	MEDFIO FLOI	5.000,000	0,3000	1.500,00
64	FIO DENTAL C/ 25M	UN	MEDFIO	1.000,000	0,5600	560,00
65	FIO DENTAL EXTRA FINO C/ 25m	UN	MEDFIO	4.000,000	0,5600	2.240,00
72	IONOMETRO DE VIDRO P CONSTRUCAO DE NUCLEO DE PREENCHIMENTO na proporção: 1 colher de pó p 1 gota de liquido polimerização mesmo c ausencia de luz - pacote	UN	VITREMER	10,000	244,2000	2.442,00
76	KIT ODONTOLOGICO INFANTIL CONTENDO 1 CREME DENTAL 30g, 1 ESCOVA DENTAL INFANTIL CABEÇA PEQUENA COM CERDAS MACIAS, 1 FIO DENTAL 25m EXTRA FINO, 1 ENXAGUANTE BUCAL 60ml E ESTOJO EM PVC.	UN	ICE FRESH/S	5.000,000	4,1600	20.800,00
107	RESINA Z100 COR REPOSIÇÃO A1	UN	Z100	6,000	33,6000	201,60
108	RESINA Z100 COR REPOSIÇÃO A2	UN	Z100	9,000	33,6000	302,40
109	RESINA Z100 COR REPOSIÇÃO A3	UN	Z100	6,000	33,6000	201,60
110	RESINA Z100 COR REPOSIÇÃO A 3,5	UN	Z100	6,000	33,6000	201,60
111	RESINA Z100 COR REPOSIÇÃO B2	UN	Z100	6,000	33,6000	201,60
112	RESINA Z100 COR REPOSIÇÃO OA3	UN	Z100	6,000	33,6000	201,60

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**

Página: 5/9

Processo Nº.: 5/2014**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2014**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 6/9
Processo Nº.: 5/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado o valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 7/9
Processo Nº.: 5/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 8/9
Processo Nº.: 5/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2014

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 9/9

Processo Nº.: 5/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 2 de Junho de 2014.

Vânio Forster
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda	CNPJ: 02.477.571/0001-47	_____
LA DALLA PORTA JUNIOR	CNPJ: 11.145.401/0001-56	_____
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME	CNPJ: 05.021.932/0001-34	_____
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALAR	CNPJ: 06.194.440/0001-03	_____
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	CNPJ: 04.989.294/0001-87	_____
VANUSA DIAS EIRELI - EPP	CNPJ: 08.850.926/0001-88	_____

Corupá

PREFEITURA

Portaria Nº 2975/14

PORTARIA Nº 2975/14

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1981/10 de 17 de agosto de 2010 e com base na Portaria nº 430/08 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, que fica assim constituída:

Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Ernesto Felipe Blunk;
Suplente: Heloísa Cristina Vanin;

Representantes do Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação

Titular: Tatiane Dias;
Suplente: Juliana Twardowski;

Representantes dos Professores da Educação Básica Pública

Titular: Ana Lucia da Silva Siqueira;
Suplente: Daniela Terezinha Koch.

Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: Rosangela Rangel;
Suplente: Marli Simone Beseke Burger.

Representantes dos Servidores Técnicos - Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Cleia Werner;
Suplente: Raquel Silmara Klitzke Veiga.

Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Titular: Daril Gil Constante;
Suplente: Elaine Mokwa Klug;
Titular: Kamila Sayonara Blunk Baungartner;
Suplente: Gaby Morgana Schulze.

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública: e Estudantes Secundaristas

Titular: Rosane Melchert;
Suplente: Jussara Nunes de Oliveira;

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública - indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas
Titular: Mario Ferrazza;

Suplente: Teresa Castilhos Cipriano.

Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Léo Fernando Pacheco Moczulski;
Suplente: Vivian Marina Dallmann Soares Pereira.

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Grace Raquel Benkendorf Raasch;
Suplente: Damaris Emanuele Ulrich Teixeira.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 2974/14, de 03 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de junho de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2976/14

PORTARIA Nº 2976/14

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 2, DA SERVIDORA LUANA DANTAS IZIDRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG - 2, da servidora LUANA DANTAS IZIDRO, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2813/14 de 21 de fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de junho de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2977/14

PORTARIA Nº 2977/14

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 3, A SERVIDORA LUANA DANTAS IZIDRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG - 3, a servidora LUANA DANTAS IZIDRO, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

18 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2978/14

PORTARIA Nº 2978/14

LICENCIA A SERVIDORA DORIS FUCK RADUENZ DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciada do cargo de Agente Comunitário de Saúde, a servidora DORIS FUCK RADUENZ, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1304/11.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

18 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2979/14

PORTARIA Nº 2979/14

NOMEIA A SERVIDORA DORIS FUCK RADUENZ PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE SERVIÇO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada para o cargo de Coordenadora de Serviço, percebendo a remuneração prevista no fator 18 do anexo XI da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009, a servidora Sra. DORIS FUCK RADUENZ.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

18 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 16/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014

O Fundo de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pelo Menor preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PERSIANAS COM SUPORTES E INSTALADAS, PARA AS DEPENDÊNCIAS DO SETOR DE BOLSA FAMÍLIA NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 04/07/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.2

A partir das 14:00 horas do dia 04/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Junho de 2014.

João Carlos Martins dos Santos Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Presidente da CPL

Ata de Reunião de Julgamento de Propostas Nr. 62/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS		Nr.: 122/2014 - PR	
CNPJ:	83.754.044/0001-34	Processo Administrativo:	122/2014
Rua Coronel Vidal Ramos, 860		Processo de Licitação:	122/2014
C.E.P.:	89520-000 - Curitibanos - SC	Data do Processo:	24/04/2014

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ENGENHARIA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DO TRABALHADOR DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 62/2014
(Sequência: 2)

Ao(s) 18 de Junho de 2014, às 16:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 271/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 122/2014, Licitação nº 122/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: CONFORME PARECER JURÍDICO, TENDO EM VISTA QUE O PROCESSO EXIGE A ELABORAÇÃO DO PCMSO, E NÃO ESTA SENDO EXIGIDO VINCULO COM O MEDICO TRABALHISTA E REGISTRO NO CRM, CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL, A LICITAÇÃO FICA CONSIDERADA FRACASSADA.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitibanos, 18 de Junho de 2014
COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Pregoeiro(a)

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato N. 14/2014

CONTRATO Nº 14/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS E FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.

Contrato de prestação de serviços que fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. João Flaris Camargo, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 07.753.029/0001-93, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, com sede na cidade Xanxerê SC, sito a rua da Consolação, 317, bairro Centro, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com TERMO DE CONVITE nº 153/2014 (Adesão ao Processo Realizado Pela Prefeitura Municipal de Curitibanos), têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COMPREENDIDO DE IDENTIFICAÇÃO, DESLOCAÇÃO, DIGITAÇÃO, REGISTRO FOTOGRÁFICO, REAVALIAÇÃO, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E TERMOS DE RESPONSABILIDADES, FORNECIMENTO DE PLANILHAS, descrito nas autorizações de fornecimento nº 1549/2014 que ficam fazendo parte integrada

deste Termo.

CLAUSULA SEGUNDA -O PRAZO do presente contrato é a contar da assinatura deste Termo com término previsto para (120 dias).

A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços descritos no objeto deste contrato previstas no edital de termo de convite nº 153/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos através de recursos próprios do orçamento específico da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

4 - 01.01 - 2.001 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 3.3.90.30.99.00.00.00
4 - 01.01 - 2.001 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 3.3.90.39.99.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas as determinações previstas neste contrato e no edital de termo de convite nº 153/2014 conforme descrito baixo:

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS pagará à CONTRATADA pela prestação de serviços mencionado no objeto deste contrato, a importância total estimada de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) a serem pagos após a prestação de serviço e nota fiscal, sendo aproximadamente 1.000 ítems.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS efetuará o pagamento dos serviços prestados mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

III. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 -prestar os serviços acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2 - Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conerá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV - No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no

que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA- DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Termo de Convite nº 153/2014.

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA- FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 17 de junho de 2014.

João Flaris Camargo

Presidente da Câmara de Vereadores

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA
Contratado

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais Nºs. 8.666/93 e 10.520, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da Lei 8.666/93 o dou como aprovado.

Curitiba, 17 de junho de 2014.

Luiz Adolfo Tadeu Ceolla

Procurador Jurídico da Câmara

Contrato N. 15/2014

CONTRATO Nº 15/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS E FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.

Contrato de fornecimento que fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. João Flaris Camargo, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado FAEE

SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 07.753.029/0001-93, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, com sede na cidade Xanxerê SC, sito a rua da Consolação, 317, bairro Centro, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com TERMO DE CONVITE nº 153/2014 (Adesão ao Processo Realizado Pela Prefeitura Municipal de Curitiba), têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COMPREENDIDO DE IDENTIFICAÇÃO, DESLOCAÇÃO, DIGITAÇÃO, REGISTRO FOTOGRÁFICO, REAVALIAÇÃO, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E TERMOS DE RESPONSABILIDADES, FORNECIMENTO DE PLANILHAS, descrito nas autorizações de fornecimento nº 1549/2014 que ficam fazendo parte integrante deste Termo.

CLAUSULA SEGUNDA -O PRAZO do presente contrato é a contar da assinatura deste Termo com término previsto para (120 dias).

A CONTRATADA se obriga a fornecer os materiais descrito no objeto deste contrato previstas no edital de termo de convite nº 153/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos através de recursos próprios do orçamento específico da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

4 - 01.01 - 2.001 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 3.3.90.30.99.00.00.00
4 - 01.01 - 2.001 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 3.3.90.39.99.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas as determinações previstas neste contrato e no edital de termo de convite nº 153/2014 conforme descrito abaixo:

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS pagará à CONTRATADA pelo fornecimento mencionado no objeto deste contrato, a importância total estimada de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais) a serem pagos após o fornecimento e nota fiscal, sendo aproximadamente 1.000 itens.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS efetuará o pagamento do objeto prestado, mencionado neste contrato, por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

III. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 - fornecer os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2 - Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93,

com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a

termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV - No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA- DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Termo de Convite nº 153/2014.

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA- FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 17 de junho de 2014.

João Flaris Camargo

Presidente da Câmara de Vereadores

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA
Contratado

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais Nºs. 8.666/93 e 10.520, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da Lei 8.666/93 o dou como aprovado.

Curitiba, 17 de junho de 2014.
Luiz Adolfo Tadeu Ceolla
Procurador Jurídico da Câmara

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Contrato Nº 074/2014 - 1º Aditivo Contrato 76/2011 E 6º Aditivo Contrato Nº 062/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO: 062/2013.
Contratante: Prefeitura Municipal.

Contratado: Telefônica Brasil S/A.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia móvel para a Administração Municipal Origem: Pregão 067/2013 PMDC - Vigência 11/06/2014 à 31/12/2014

Dionísio Cerqueira 11/06/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 074/2014.
Contratante: Prefeitura Municipal.

Contratado: Enderson Paulo Dresch.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de serviços para realização de oficinas de canto, musica, curso de vocal com formação de coral para os Programas da Secretaria de Assistência Social.. Origem: Pregão 081/2014 PMDC -Valor R\$ 4.200,00 - Vigência 11/06/2014 à 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 11/06/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO: 076/2011.
Contratante: Prefeitura Municipal.

Contratado: Industria de Artefatos de Cimento Ltda.
Objeto Doação com encargos e cláusula de reversão, de áreas de terras, localizados no Distrito Industrial. Por esse instrumento fica retificado as matriculas dos lotes registrados no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Dionísio Cerqueira, SC previstas no contrato principal. ficando assim denominados :Lote 01: - Matrícula nº13.471 folha 01 do livro 02.Lote 02: matrícula nº13.472, folha 01 do livro 02. Origem: C/C 095/2011 PMDC

Dionísio Cerqueira 18/06/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

**Resultado de Licitações Pmdc Pregão Nº 081/2014
E Fundo Municipal de Saúde Pregão Nº 035**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 035/2014, Objeto: Aquisição de moveis e equipamento de informática para o Fundo Municipal de Saúde (Departamento de Vigilância Sanitária) Vencedor: Salla Com. de Equip. de Informática Ltda. - ME - Valor R\$ 1.308,00 Dionísio Cerqueira 11/06/2014.

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 081/2014, Objeto: contratação de empresa para fornecimento de serviços para realização de oficinas de canto, musica, curso de vocal com formação de coral para os Programas da Secretaria de Assistência Social.. Vencedor: Enderson Paulo Dresch - Valor R\$ 4.200,00.

Dionísio Cerqueira 11/06/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Forquilha**PREFEITURA****Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 44/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 44/2014

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 184/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO - Execução de obras de infraestrutura, construção de 01 (um) centro comunitário no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 184/PMF/2011, sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 30/05/2014 passará para 29/07/2014, prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 27/10/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 28 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 49/FMS/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 49/FMS/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ADEMIR RAMPINELLI - ME.

OBJETO - O presente Termo Contratual tem por objetivo a aquisição de forma parcelada de baterias para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota municipal de Forquilha/SC, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 11.750,00 (onze mil setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0501.2016.3390 (82), 0703.2033.3390 (129).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite Nº 106/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 26 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Fma Nº. 16/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 16/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ROSSO E MOTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a execução de serviços, com retroescavadeira para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura do Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0205.2003.3190 (13).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 12/FMA/2014.

DATA DA ASSINATURA - 06 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Ata do Edital de Tomada de Preço Nº. 127/PMF/2014 MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 127/PMF/2014

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 127/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA IRMÃ MARIA GERTRUD HOEPERS, CENTRO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, COM EXTENSÃO DE 177,57 METROS, CONFORME PROPOSTA Nº. 11526 E PROGRAMA Nº. 2014002151 DA SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/CRICIÚMA JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC.

Às nove horas do dia dezoito do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 127/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que a empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA., protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o participante da empresa Confer Construtora Fernandes Ltda., o Sr. Rodrigo de Souza Germano, e o Engº. Sr. Leandro Arns Back. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, a mesma foi habilitada para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). A empresa participante renunciou expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto o envelope nº. 02 da Proposta de Preço, o preço global apresentado foi: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA., R\$ 248.621,26 (duzentos e quarenta e oito mil seiscentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos). A proposta de menor valor global, pertencente à empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA. foi conferida pela comissão de licitação, a mesma certificou-se que a proposta apresentada de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora a empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA. O representante da empresa participante renunciou expressa o prazo para interposição de recurso sofrendo assim, a decadência deste. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 18 de junho de 2014.
ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO
Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA
Membro da Comissão

LEANDRO ARNS BACK
Engenheira Civil

CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA.
Rodrigo de Souza Germano

Ata 03 do Edital de Chamamento Nº. 28/PMF/2014 MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES ATA DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 28/PMF/2014

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 28/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO A INSCRIÇÃO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE OU MARKETING, OU QUE ATUEM EM UMA DESSAS ÁREAS, PARA COMPOR A SUBCOMISSÃO TÉCNICA A SER CONSTITUÍDA PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS A SEREM APRESENTADAS EM LICITAÇÃO, NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, TIPO TÉCNICA E PREÇO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE.

Às quinze horas do dia trinta do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para processamento do sorteio dos nomes que comporão a subcomissão do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 28/PMF/2014. Iniciados os trabalhos o presidente da comissão transcreveu o nome de cada inscrito em papeis que foram dobrados e posteriormente sorteados até completar o número de integrantes desta subcomissão. Os sorteados foram:

a) Vinculados ao Município:

ORDEM	NOME	HABILITAÇÃO
01	Carla Machado Giassi	Formação: Jornalista
02	Janaína Gomes Teixeira	Experiência profissional: Assessoria de Comunicação

b) Não vinculados ao Município:

ORDEM	NOME	HABILITAÇÃO
03	Karina Eyng Zanoni	Experiência profissional: Empresária (Impressão gráfica)

Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata. Forquilha, 30 de abril de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO
Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA
Membro da Comissão

Ata 05 do Edital de Concorrência Pública Nº. 69/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 69/PMF/2014
QUINTA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 69/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE AGÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, COMPREENDENDO: PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO § 1º DO ART. 2º DA Lei 12.232/10.

Às onze horas do dia dezoito do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se o Procurador Geral do Município de Forquilha, Dr. Ander Luiz Warmling, juntamente com a Comissão Permanente de Licitações do Município, para os procedimentos inerentes à 5ª Sessão da Licitação em epígrafe, do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 69/PMF/2014. Estiveram presentes os representantes das empresas ÚNICA COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA LTDA e EFICAZ PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA., já credenciados em sessão anterior, as quais se encontram classificadas. Procedeu-se a abertura dos envelopes Nº 4 - Da Proposta de Preço, os quais foram verificados e confirmados pelos presentes que estavam todos lacrados e rubricados no fecho. Foi examinado o cumprimento, pelas Licitantes classificadas, das exigências fixadas no Edital para a elaboração das Propostas de Preços. As documentações constantes dos envelopes circularam entre os presentes para análise e rubrica. Nada foi alegado. Foi verificado por todos que as propostas das Licitantes ÚNICA COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA LTDA e EFICAZ PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA., cumpriram com as exigências editalícias. À medida que foi identificada cada Proposta, seus valores (percentuais) foram lançados na tabela abaixo, conforme itens discriminados no Anexo III do Edital, para política de preços apresentados:

EMPRESA LICITANTE	ITEM A	ITEM B	ITEM C	ITEM D
ÚNICA COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA LTDA	30%	10%	05%	20%
EFICAZ PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.	30%	10%	05%	20%

Verificou-se que o percentual de desconto apresentado pelas licitantes são idênticos. Desta forma, foi atribuída para cada uma das licitantes a pontuação máxima, correspondente a 10 pontos, conforme item 6.3.1 do edital de chamamento. Diante do exposto, segue classificação das propostas conforme item 7 do edital:

EMPRESA LICITANTE	PONTOS PROPOSTA TÉCNICA (7.1.1)	PONTOS PROPOSTA DE PREÇO (7.1.2)	AValiação FINAL DA PROPOSTA (7.1.3)
EFICAZ PUBLIC. E PROPAGANDA LTDA.	82,10 x peso 7 = 57,47	10 x peso 3 = 3	60,47
ÚNICA COM. E ASSESSORIA LTDA	76,50 x peso 7 = 53,55	10 x peso 3 = 3	56,55

Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar a empresa EFICAZ PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA. detentora da

proposta mais vantajosa para a administração. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 18 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO Presidente da Comissão de Licitação	TAINARA REDIVO Membro da Comissão
MAGALI DA ROSA Membro da Comissão	ANDER LUIZ WARMLING Procurador Geral do Município
ÚNICA COM. E ASSOCIADOS LTDA Guilherme Beluco Campos	EFICAZ PUBLIC. E PROPAGANDA LTDA Ricardo Dal Pont

Ata do Edital de Tomada de Preço Nº. 126/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 126/PMF/2014

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 126/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA SANTA TEREZINHA, COM ÁREA DE 118,15 m², CONFORME PROPOSTA nº. 13043 E PROGRAMA nº. 2014003067 DA SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/CRICIÚMA JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC.

Às quatorze horas do dia dezoito do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 126/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que as empresas FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., CADORE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA. EPP, MINAS ENGENHARIA LTDA EPP, e CONSTRUTORA NELGUI LTDA, protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com os participantes das empresas e o Eng. Leandro Arns Back. As empresas FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA. EPP, MINAS ENGENHARIA LTDA EPP, e CONSTRUTORA NELGUI LTDA apresentaram a Certidão de Microempresa expedida pela Junta Comercial, podendo valer-se da Lei Federal nº. 123/06. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, as empresas licitantes foram habilitadas para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Abertos os envelopes nº. 02 da Proposta de Preço, os preços globais apresentados foram: FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., R\$ 149.925,14 (cento

e quarenta e nove mil novecentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos); CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA. EPP. R\$ 146.006,20 (cento e quarenta e seis mil seis reais e vinte centavos); CADORE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., R\$ 154.968,32 (cento e cinquenta e quatro mil novecentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos); MINAS ENGENHARIA LTDA EPP, R\$ 154.053,66 (cento e cinquenta e quatro mil cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos) e CONSTRUTORA NELGUI LTDA, R\$ 154.717,05 (cento e cinquenta e quatro mil setecentos e dezessete reais e cinco centavos). A proposta de menor valor global, pertencente à empresa CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA. EPP. foi conferida pela comissão de licitação, a mesma certificou-se que a proposta apresentada estava de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora a empresa CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA. EPP. Os representantes das empresas participantes renunciaram expressa o prazo para interposição de recurso sofrendo assim, a decadência deste. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 18 de junho de 2014.
ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO
Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA
Membro da Comissão

LEANDRO ARNS BACK
Engenheira Civil

CONSTRUTORA NELGUI LTDA
Nelson Guidi

CADORE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.
Jesse Inácio Vieira

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 47/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 47/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - DANNY CONFECÇÕES LTDA-ME
OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de materiais diversos para confecção de "Kit Gestante" para distribuição gratuita para os participantes do Programa SISPRENATAL, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 1.883,30 (mil oitocentos e oitenta e três reais e trinta centavos).
VIGÊNCIA - 31/12/2014.
DOTAÇÃO - 0101.2052.3390 (32).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 16/PMF/2014.
DATA DA ASSINATURA - 21 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº Ct14pmf100

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT14PMF100
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONSTRUÇÃO DE 9 (NOVE) PONTOS DE ÔNIBUS, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL), NOS SEGUINTE LOCAIS:

A) 1 (UM) PONTO DE ÔNIBUS COM 8,78 M² A SER CONSTRUÍDO NA RUA FUJI, BAIRRO MACIEIRA, EM FRENTE AO LOTE 26 DA QUADRA 342;

B) 1 (UM) PONTO DE ÔNIBUS COM 8,78 M² A SER CONSTRUÍDO NA RUA FUJI, BAIRRO MACIEIRA, EM FRENTE A QUADRA 344;

C) 1 (UM) PONTO DE ÔNIBUS COM 8,78 M² A SER CONSTRUÍDO NA AV. GUILHERME PINZ, BAIRRO SÃO MIGUEL, EM FRENTE AO LOTE 16 DA QUADRA 517;

D) 1 (UM) PONTO DE ÔNIBUS COM 8,78 M² A SER CONSTRUÍDO NA AV. MICHELE SIMONETTI, BAIRRO SÃO MIGUEL, EM FRENTE AO LOTE 08 DA QUADRA 433;

E) 1 (UM) PONTO DE ÔNIBUS COM 8,78 M² A SER CONSTRUÍDO NA RUA ALCIDES SELLA, BAIRRO SÃO MIGUEL, EM FRENTE AO LOTE 01 DA QUADRA 427;

F) 1 (UM) PONTO DE ÔNIBUS COM 8,78 M² A SER CONSTRUÍDO NA AV. PEDRO GIANELLO, BAIRRO SÃO MIGUEL, EM FRENTE AO LOTE 10 DA QUADRA 462;

G) 1 (UM) PONTO DE ÔNIBUS COM 8,78 M² A SER CONSTRUÍDO NA AV. GUILHERME PINZ, BAIRRO SÃO MIGUEL, EM FRENTE AO LOTE 17 DA QUADRA 529;

H) 1 (UM) PONTO DE ÔNIBUS COM 8,78 M² A SER CONSTRUÍDO NA RUA PAULO PEDROSO, BAIRRO SÃO CRISTOVÃO;

I) 1 (UM) PONTO DE ÔNIBUS COM 8,78 M² A SER CONSTRUÍDO NO TREVO SÃO CRISTOVÃO/SÃO MIGUEL, FB-150.

VALOR TOTAL: R\$ 67.954,53 (SESSENTA E SETE MIL, NOVECEN-
TOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E TRÊS CEN-
TAVOS). DATA DO CONTRATO: 18.06.2014. PRAZO DE VIGÊNCIA
DO CONTRATO: 90 (NOVENTA) DIAS, 18.06.2014 A 16.09.2014.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS APÓS A EMISSÃO E
ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO
LICITATÓRIO: Nº 0111/2014 - PMF. MODALIDADE: TOMADA DE
PREÇOS Nº 0011/2014. RECURSOS: 3.208 - REC. CONCESSÃO
TRANSP. COLETIVO URBANO PASSAGEIROS.

FRAIBURGO (SC), 18 DE JUNHO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº Ct14pmf101

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT14PMF101
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONSTRUÇÃO DE 2 (DOIS) PONTOS DE ÔNIBUS, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL), NOS SEGUINTE LOCAIS:

A) 1 (UM) PONTO DE ÔNIBUS COM 4,00 M² A SER CONSTRUÍDO NA RUA PANAMÁ, BAIRRO JARDIM AMÉRICA;

B) 1 (UM) PONTO DE ÔNIBUS COM 4,00 M² A SER CONSTRUÍDO NA AV. MICHELE SOMONETTI, BAIRRO SÃO MIGUEL. VALOR TOTAL: R\$ 23.721,63 (VINTE E TRÊS MIL, SETECENTOS E VINTE E UM REAIS E SESENTA E TRÊS CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 18.06.2014. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 120 (CENTO E VINTE) DIAS, 18.06.2014 A 16.10.2014. PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (NOVENTA) DIAS APÓS A EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0110/2014 - PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0010/2014. RECURSOS: 3.208 - REC. CONCESSÃO TRANSP. COLETIVO URBANO PASSAGEIROS.

FRAIBURGO (SC), 18 DE JUNHO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso da Tomada de Preços Nº 0001/2014_Fms

Aviso da Tomada de Preços nº 0001/2014 - FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado WEB de Gestão da Saúde, incluindo os serviços de treinamento, implantação, conversão dos dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo, com capacitação das diretorias e Unidades assistenciais de saúde. Modalidade: Tomada de Preços; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 08.07.2014. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 18 de junho de 2014.
Nilce Pinz
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 1136/2014

PORTARIA Nº 1.136, DE 18 DE JUNHO DE 2014.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora ANA PAULA BERNARDINO VIEIRA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 054.369.649-90, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1137/2014

PORTARIA N.º 1.137, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0045 de 05 de novembro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 049/2014 do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SÔNIA APARECIDA SCHADE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.231.329-83, contratada em caráter temporário na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1138/2014

PORTARIA N.º 1.138, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0045 de 05 de novembro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 049/2014 do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FABIO JOSÉ PEDROZO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 069.230.029-58, contratado em caráter temporário na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1139/2014

PORTARIA N.º 1.139, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 060/2014 da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DORACY CAMPOLIM DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 021.252.259-05, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1140/2014

PORTARIA N.º 1.140, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033 de 24 de julho de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 060/2014 da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVONE MOREIRA DE SOUZA SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 015.931.559-05, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1141/2014

PORTARIA N.º 1.141, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo n.º 3819, de 16 de junho de 2014. RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos à servidora pública FABIANA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Sindicante, os seguintes servidores públicos municipais:

I - JOÃO RUDINEI BELOTTO - Presidente;

II - FREDERICO IDALCIR COLOMBELLI - Membro;

III - HELENA TEREZINHA LANZARINI BRAZ OLIVEIRA - Secretário.

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1142/2014

PORTARIA N.º 1.142, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DIEGO CAMPAGNARO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 080.087.499-46, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1143/2014

PORTARIA N.º 1.143, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012 de 30 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CARLOS EDUARDO PROENCIO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 005.755.879-54, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1144/2014

PORTARIA N.º 1.144, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GILBERTO ANTUNES DE LIMA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 596.474.009-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1145/2014

PORTARIA N.º 1.145, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MAICO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 072.272.789-56, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1146/2014

PORTARIA N.º 1.146, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ENORI RÖNNAU, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 558.286.209-91, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1147/2014

PORTARIA N.º 1.147, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO CARLOS FERNANDES DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 820.503.179-72, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1148/2014

PORTARIA N.º 1.148, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLAUDIO RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 072.439.559-83, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1149/2014

PORTARIA N.º 1.149, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADILSON DE LIMA MILANI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 082.558.969-02, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1150/2014

PORTARIA N.º 1.150, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 487.197.739-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1151/2014

PORTARIA N.º 1.151, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ARCELINO SANTIAGO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 469.799.729-87, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1152/2014

PORTARIA N.º 1.152, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PEDRO ARCANGELO PEREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 346.637.899-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1153/2014

PORTARIA N.º 1.153, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO NAZÁRIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 442.745.809-20, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1154/2014

PORTARIA N.º 1.154, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADILSE ELEODORO ALVES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 899.054.319-34, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1155/2014

PORTARIA N.º 1.155, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ATANIR SCHISSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 467.455.649-04, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1156/2014

PORTARIA N.º 1.156, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO LUIZ BLEICHVHL, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 573.692.679-20, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1157/2014

PORTARIA N.º 1.157, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOHN NATHAN ANTUNES DE LIMA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 086.488.819-86, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1158/2014

PORTARIA N.º 1.158, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GLACIR BAHLS RAMOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 412.025.709-68, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 31 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Edital de Multa 887/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000887/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

IRX6945 54283967E 23/07/2013 5452-2

LXQ1598 54284171E 03/11/2013 7030-1

MIV8106 54876004E 05/11/2013 6920-0

Infr./Desd. Enquadramento

5452-2 181 * VIII

7030-1 244 * I6920-0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 888/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000888/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MFZ6344 54281723E 25/09/2013 5525-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento 5525-0 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 889/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000889/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CVM3295 54876017E 06/12/2013 6920-0

DEB4946 54876025E 28/11/2013 6920-0

DLR7043 54283948E 01/12/2013 6912-0

HYI8009 54284169E 02/11/2013 5185-1

IIW6109 54876009E 13/11/2013 6920-0

IMB9914 54876105E 14/11/2013 5525-0

IPE8221 54282699E 24/11/2013 5452-1

ISL8675 54284206E 15/11/2013 5525-0

IVS1984 54876154E 14/11/2013 5525-0

LJO1602 54876109E 17/11/2013 6599-2

LZQ4373 54876252E 04/12/2013 5185-2

MBB2265 54876015E 21/11/2013 6920-0

MDE8817 54876022E 25/11/2013 6920-0

MDO3034 54284355E 24/10/2013 5185-1

MDZ1417 54876152E 14/11/2013 6599-2

MEC1857 54876021E 25/11/2013 6920-0

MEM0454 54876010E 14/11/2013 6920-0

MEP2348 54876202E 14/11/2013 7340-0

MEQ2541 54283947E 01/12/2013 5185-1

MFJ7151 54283387E 14/11/2013 5010-0

MGV2913 54876167E 17/11/2013 5274-1

MGZ0750 54876018E 22/11/2013 6920-0

MHH6619 54283730E 20/11/2013 5010-0

MHH6619 54283731E 20/11/2013 6599-2

MHH6619 54283732E 20/11/2013 5118-0

MHH6619 54283733E 20/11/2013 6580-0

MHU6064 54282898E 14/11/2013 6602-0

MIT5893 54876113E 20/11/2013 5010-0

MIT5893 54876114E 20/11/2013 5118-0

MJB5637 54283725E 11/11/2013 6599-2

MJB5637 54283726E 11/11/2013 5835-0

MJB5637 54283727E 11/11/2013 7030-1

MJB5637 54283728E 11/11/2013 5274-1

MJE5769 54284307E 13/11/2013 7366-2

Infr./Desd. Enquadramento

6920-0 233

6912-0 232

5185-1 167
 5525-0 181 * XV
 5452-1 181 * VIII
 6599-2 230 * V
 5185-2 167
 7340-0 252 * IV
 5010-0 162 * I
 5274-1 175
 5118-0 164 c/c 162 * I
 6580-0 230 * IV
 6602-0 230 * VI
 5835-0 195
 7030-1 244 * I
 7366-2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 890/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000890/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

IJS7062 54284369E 22/10/2013 5010-0 R\$ 574,61
 IJS7062 54284370E 22/10/2013 5118-0 R\$ 574,61
 IJS7062 54284371E 22/10/2013 6637-2 R\$ 127,69
 LZZ3354 54284041E 11/10/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MFN7109 54282790E 15/10/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MFN7109 54284075E 15/10/2013 5061-0 R\$ 574,61

Infr./Desd. Enquadramento

5010-0 162 * I
 5118-0 164 c/c 162 * I
 6637-2 230 * IX
 6920-0 233
 5061-0 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 891/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000891/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

DRI0373 54876256E 07/12/2013 6912-0
 DSE1834 54876253E 07/12/2013 5185-1
 HSD3386 54283949E 01/12/2013 6912-0
 IJH6616 54283629E 07/12/2013 6599-2
 ILG8202 54876008E 12/11/2013 6920-0
 IOO4964 54284046E 24/10/2013 6920-0
 JHD1984 54876178E 26/11/2013 5185-1
 LWX5136 54284049E 31/10/2013 6920-0
 LZN5924 54876001E 01/11/2013 6920-0
 LZV6731 54876002E 01/11/2013 6920-0
 MAH5800 54876026E 28/11/2013 6920-0
 MCI4508 54876118E 23/11/2013 6599-2
 MCO6651 54876132E 08/12/2013 5045-0
 MDQ0458 54284045E 24/10/2013 6920-0
 MDV3711 54876023E 26/11/2013 6920-0
 MEG6631 54283431E 07/12/2013 5185-1
 MFD9852 54284047E 24/10/2013 6920-0
 MFW8262 54876119E 24/11/2013 5010-0
 MFW8262 54876122E 24/11/2013 7030-1
 MFW8262 54876123E 24/11/2013 5835-0
 MGH3888 54876006E 07/11/2013 6920-0
 MGI4382 54283738E 23/11/2013 6599-2
 MGU4362 54876029E 09/12/2013 6920-0
 MHB3229 54284358E 25/10/2013 6599-2
 MHI8157 54284124E 29/10/2013 7366-2
 MHT3066 54876203E 14/11/2013 6599-2
 MIX6082 54876012E 18/11/2013 6920-0
 MJC3539 54284309E 14/11/2013 5452-1

Infr./Desd. Enquadramento

6912-0 232
 5185-1 167
 6599-2 230 * V
 6920-0 233
 5045-0 162 * V
 5010-0 162 * I
 7030-1 244 * I
 5835-0 195
 7366-2 252 * VI
 5452-1 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E

SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-REND, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACI-MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 892/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000892/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FI-NAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MUL-TA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AJR6312 54283936E 21/10/2013 5185-1 R\$ 127,69
IUM0011 54284028E 24/09/2013 6920-0 R\$ 127,69
LUP0803 54283723E 05/11/2013 6599-2 R\$ 191,53
MBZ5645 54284040E 11/10/2013 6920-0 R\$ 127,69

Infr./Desd.	Enquadramento
5185-1	167
6920-0	233
6599-2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PU-BLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 893/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000893/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNI-CO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZA-DE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AIN-DA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RE-SOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR

IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

IIH0424 54876251E 04/12/2013 5185-1
IJL8025 54876195E 10/12/2013 5185-1
LZS6414 54876187E 02/12/2013 5010-0
LZS6414 54876188E 02/12/2013 5118-0
LZS6414 54876190E 02/12/2013 6637-1
LZS6414 54876191E 02/12/2013 6408-0
MAK7452 54283745E 05/12/2013 5045-0
MCV7412 54284312E 17/12/2013 6599-2
MCV7412 54284313E 17/12/2013 5010-0
MCV7412 54284314E 17/12/2013 5118-0
MLX1955 54283429E 04/12/2013 5185-1
MTH7004 54876129E 05/12/2013 5541-1

Infr./Desd.	Enquadramento
5185-1	167
5010-0	162 * I
5118-0	164 c/c 162 * I
6637-1	230 * IX
6408-0	221
5045-0	162 * V
6599-2	230 * V
5541-1	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-REND, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACI-MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 894/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000894/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FI-NAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MUL-TA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AJO1568 54282063E 19/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
AMU7594 54282250E 07/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
CAK1038 54280983E 07/01/2013 5185-2 R\$ 127,69
DIZ4481 54281573E 02/02/2013 6610-2 R\$ 127,69
DIZ4481 54281574E 02/02/2013 6637-1 R\$ 127,69
KYR0923 54281532E 31/01/2013 6912-0 R\$ 53,20
LXJ8342 54282057E 12/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
LZB7066 54281395E 03/02/2013 6610-2 R\$ 127,69
LZE7347 54280885E 14/02/2013 5452-1 R\$ 127,69
MBN9052 54282463E 03/03/2013 5525-0 R\$ 85,12
MBO0561 55619492D 25/12/2012 6912-0 R\$ 53,20
MBO2323 54282209E 20/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
MBO2323 54282210E 20/02/2013 5185-2 R\$ 127,69
MBO2323 54282211E 20/02/2013 6637-1 R\$ 127,69

MBO2323 54282212E 20/02/2013 6556-1 R\$ 191,53
 MBO2323 54282213E 20/02/2013 6769-1 R\$ 85,12
 MCD0255 54282236E 01/03/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MCZ3602 54279896E 21/01/2013 6556-1 R\$ 191,53
 MCZ3602 54279897E 21/01/2013 6556-5 R\$ 191,53
 MDI1088 54281416E 27/01/2013 6556-1 R\$ 191,53
 MFA8766 54281236E 17/01/2013 7056-1 R\$ 191,53
 MFD4438 54281841E 24/02/2013 5185-2 R\$ 127,69
 MFF8640 55619016D 04/02/2013 6050-2 R\$ 191,53
 MFF8640 55619017D 04/02/2013 5215-1 R\$ 191,53
 MGE6180 54281867E 27/02/2013 7366-2 R\$ 85,12
 MGJ4531 54280812E 19/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MHP3070 54280709E 10/01/2013 5452-1 R\$ 127,69
 MID0131 54279693E 18/02/2013 5207-0 R\$ 53,20
 MID0131 54279694E 18/02/2013 5274-1 R\$ 191,53
 MID0131 54281545E 18/02/2013 5835-0 R\$ 127,69
 MIG2547 54281442E 02/03/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MIG2547 54281443E 02/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MJO1281 54280193E 04/01/2013 5452-2 R\$ 127,69
 MJO5994 54282333E 23/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MJR9243 54282306E 16/02/2013 5525-0 R\$ 85,12
 MKE9309 54282314E 16/02/2013 5185-1 R\$ 127,69

Infr./Desd.	Enquadramento
5185-1	167
5185-2	167
6610-2	230 * VII
6637-1	230 * IX
6912-0	232
5452-1	181 * VIII
5525-0	181 * XV
6556-1	230 * I
6769-1	230 * XXII
6599-2	230 * V
6556-5	230 * I
7056-1	244 * III
6050-2	208
5215-1	170
7366-2	252 * VI
5207-0	169
5274-1	175
5835-0	195
5010-0	162 * I
5452-2	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 895/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000895/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S),

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AKN9755 54876205E 20/12/2013 5185-1
 AMG3499 54876322E 20/12/2013 5185-1
 CON0207 54282959E 21/12/2013 5525-0
 CRQ0193 54876323E 23/12/2013 6599-2
 INM9682 54876140E 17/12/2013 5525-0
 INY2672 54876262E 19/12/2013 5525-0
 LWS9633 54876551E 23/12/2013 6556-1
 LWS9633 54876552E 23/12/2013 6912-0
 LXF3917 54283435E 24/12/2013 5185-1
 MEK5880 54284323E 24/12/2013 6599-2
 MJX9112 54284321E 24/12/2013 5452-1
 MLF7176 54876243E 26/12/2013 5185-1
 MLX4865 54282647E 23/12/2013 5185-1
 MLX9625 54282961E 24/12/2013 5525-0

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167
 5525-0 181 * XV
 6599-2 230 * V
 6556-1 230 * I
 6912-0 232
 5452-1 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 896/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000896/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ATE0481 54282491E 09/05/2013 5525-0 R\$ 85,12
 ATE0481 54283506E 10/06/2013 5185-1 R\$ 127,69
 BHC3116 54282362E 06/03/2013 6920-0 R\$ 127,69
 BJH9818 54283269E 06/05/2013 6599-2 R\$ 191,53
 CCW1224 54282607E 10/04/2013 6610-2 R\$ 127,69
 CCW1224 54282608E 10/04/2013 6769-2 R\$ 85,12
 DAS6286 54281868E 27/02/2013 5185-1 R\$ 127,69

IGG9266 54282096E 18/03/2013 5541-1 R\$ 53,20
 IML7172 54282902E 29/03/2013 6599-2 R\$ 191,53
 JPC4005 54282512E 28/02/2013 5541-5 R\$ 53,20
 KPP0831 54282871E 21/04/2013 5525-0 R\$ 85,12
 LYS9842 54283287E 27/05/2013 6599-2 R\$ 191,53
 LYZ1441 54282508E 28/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
 LZQ6704 54283111E 02/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MBM0593 54282863E 06/04/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MBN8695 54283554E 20/05/2013 5169-1 R\$ 191,53
 MBN8695 54283555E 20/05/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MBN8695 54283556E 20/05/2013 6556-4 R\$ 191,53
 MBO2165 54282666E 07/04/2013 5045-0 R\$ 191,53
 MBT1354 54281557E 27/01/2013 6610-2 R\$ 127,69
 MBT7904 54281594E 11/02/2013 5487-0 R\$ 127,69
 MBX6000 54283559E 29/05/2013 5452-2 R\$ 127,69
 MCG8083 54283133E 12/06/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MCG8083 54283511E 12/06/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MCL7656 54283045E 09/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MCL7656 54283046E 05/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MCL7656 54283047E 09/04/2013 5185-2 R\$ 127,69
 MCL7656 54283048E 09/04/2013 6637-2 R\$ 127,69
 MCO7032 54283022E 31/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MCV5978 54280047E 06/02/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MCX0672 54282859E 03/04/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MCX0672 54282860E 03/04/2013 6556-1 R\$ 191,53
 MDC5625 54282876E 02/06/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MDE3300 54282713E 09/05/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MDT0136 54282851E 10/03/2013 5525-0 R\$ 85,12
 MDU9032 54283225E 30/04/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MEG3551 54282766E 11/05/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MEK5880 54283374E 01/05/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MEQ8223 54280497E 24/04/2013 5045-0 R\$ 191,53
 MEQ8223 54280498E 24/04/2013 5738-0 R\$ 191,53
 MFJ5481 54281550E 20/02/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MFR9771 54283117E 23/05/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MFR9771 54283118E 23/05/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MFR9771 54283120E 23/04/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MFR9771 54283121E 23/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MGC9983 54282854E 22/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MGM4094 54282759E 26/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MGP8117 54281446E 11/02/2013 5614-1 R\$ 127,69
 MHF4947 54283364E 28/04/2013 7366-2 R\$ 85,12
 MHG5618 55619493D 31/12/2012 5525-0 R\$ 85,12
 MHU3660 54282768E 18/05/2013 7030-1 R\$ 191,53

MHU3660 54282769E 18/05/2013 7048-1 R\$ 191,53
 MHX9512 54283729E 14/11/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MHZ1909 54282472E 11/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MHZ5339 54280773E 11/02/2013 5452-1 R\$ 127,69
 MIC2683 54282604E 17/03/2013 5525-0 R\$ 85,12
 MIH9579 54283853E 19/05/2013 5274-1 R\$ 191,53
 MIY1302 54280328E 31/12/2012 6700-2 R\$ 127,69
 MJB4941 54280495E 24/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MJB8711 54282721E 10/05/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MJR9860 54283205E 09/04/2013 5045-0 R\$ 191,53
 MJR9860 54283207E 09/04/2013 6610-2 R\$ 127,69
 MJR9860 54283209E 09/04/2013 6637-2 R\$ 127,69
 MJR9860 54283210E 09/04/2013 6637-2 R\$ 127,69

Infr./Desd.	Enquadramento
5525-0	181 * XV
5185-1	167
6920-0	233
6599-2	230 * V
6610-2	230 * VII
6769-2	230 * XXII
5541-1	181 * XVII
5541-5	181 * XVII
5010-0	162 * I
5169-1	165

6556-4 230 * I
 5045-0 162 * V
 5487-0 181 * XI
 5452-2 181 * VIII
 6912-0 232
 5185-2 167
 6637-2 230 * IX
 6556-1 230 * I
 5738-0 186 * II
 5614-1 182 * V
 7366-2 252 * VI
 7030-1 244 * I
 7048-1 244 * II
 5452-1 181 * VIII
 5274-1 175
 6700-2 230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Decreto N.º 079

DECRETO N.º 079, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal n.º 479, de 21 de fevereiro de 1994 e alterações,

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal de Educação, composição para 2014 - 2016:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Rosilene Pacheco Lima - CPF n. 454.769.349-87

Suplente: Jose Antonio Gonçalves - CPF n. 753.186.369-34

II - PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL

Titular: Jucimere Terezinha Lopes - CPF n. 005.557.290-10

Suplente: Monique de Souza Santos - CPF n. 084.724.859-35

III - DIRETOR DA REDE MUNICIPAL

Titular: Sonia Gonçalves - CPF n. 031.722.179-57

Suplente: Ana Aparecida de Souza - CPF n. 916.183.639-72

IV - ENTIDADES DE ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Titular: Mirela de bem Zulian - CPF n. 711.110.509-53

Suplente: Lorena Lurdes Michelotti - CPF n. 116.835.380-72

V - PAIS DE ALUNOS MATRICULADOS EM ESCOLAS MUNICIPAIS

Titular: Felipe Nascimento da Silva - CPF n. 058.587.079-98

Suplente: Glaucia Cardoso Batista Mello - CPF n. 005.045.329-79

VI - SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Titular: Rui Carlos Marques de Barcellos - CPF n. 063.008.120-49

Suplente: Sandra Severo - CPF n. 566.070.400-04

VII - DIRIGENTES DAS ESCOLAS PARTICULARES

Titular: Celso Jose Barbosa de Souza - CPF n. 975.932.068-15

Suplente: Edizia Inacia Pereira - CPF n. 927.573.919-68

VIII - ESTUDANTES

Titular: Luiz Carlos Bonfante Thomaz Velho Junior - CPF n. 023.359.710-77

Suplente: Dolizete Zilli - CPF n. 898.864.299-68

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Decreto N.º 080

DECRETO N.º 080, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 009/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando que as atividades da Rede Municipal de Educação são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando a necessidade de existência de vagas para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde, licença maternidade, entre outros afastamentos;

Considerando a implementação de programas e projetos que envolvem profissionais com formações específicas, ainda não contempladas em Concurso Público.

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições de Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas, para atuar em Setores da Prefeitura Municipal de Garopaba, nos seguintes termos:

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 009/2014, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, indicada pela Secretaria Municipal de Educação e designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br, e consistirá na contagem de títulos e da experiência comprovada.

Art. 4º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário pelo período de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, e se for o caso previsão de chamamento à medida que surgir a necessidade durante o período de validade do processo seletivo.

Art. 5º. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

Art. 6º. A chamada dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

Art. 7º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 8º. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- pelo término do prazo contratual;
- por iniciativa do contratado;

- por conveniência e oportunidade do serviço público.

Art. 9º. Este Decreto tem seus efeitos retroativos a 30 (trinta) de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Decreto N.º 081

DECRETO N.º 081, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 20.000,00

10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica 20.000,00

3.3.90.0.6.14.000073 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de junho de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Decreto N.º 082

DECRETO N.º 082, DE 18 DE JUNHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 3.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 3.000,00 (três mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 3.000,00

10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde 3.000,00

3.3.90.0.2.14.000062 - Aplicações Diretas 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 3.000,00 (três mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de junho de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

Portaria Nº 357/2014

PORTARIA Nº. 357 de 17 de junho de 2014

"Cria Comissão para elaboração do material descritivo para processo licitatório de contratação de OSCIP"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 10. - Cria Comissão para elaboração do material descritivo para processo licitatório de contratação de OSCIP.

Art. 20. - A comissão será composta pelos servidores públicos municipais:

Valdir Celso Fiedler - Secretário Municipal de Administração

Adriane Beatriz Moecke Galando - Secretária Municipal de Educação

Luis Carlos Behlau Weber - Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Jucelene Furlan - Coordenadora de Programa

Denise de Lima Borges - Diretora de Juventude

Alexandre Saad Benedet - Contador - Setor de licitações

Daniel Wagner Heinig - Advogado - Setor jurídico

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.978, de 16 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.978, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA SUELY APARECIDA DE JESUS MONTIBELLER, DO CARGO DE BERÇARISTA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora SUELY APARECIDA DE JESUS MONTIBELLER, do cargo de Berçarista, a partir de 16/06/2014, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 3.249/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPARG, torna público que recebeu da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), a Licença Ambiental de Instalação, válida por 12 (doze Meses) para PARCELAMENTO DO SOLO URBANO: LOTEAMENTO HABITACIONAL, localizada na BR 470, Km 39, S/N Margem esquerda.

Rua Felipe Schmidt, 485, Centro

88010-001 - Florianópolis - Santa Catarina

Fone: + 55 48 3216 1700

E-mail: fatma@fatma.sc.gov.br

URL: www.fatma.sc.gov

Decreto Nº 5.974, de 12 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.974, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E NO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação

de Ensino Fundamental

Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental

Dotação: 94 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas

R\$ 2.200,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental

Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental

Dotação: 96 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

R\$ 2.200,00

Art. 3º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Órgão: 5 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Funcional Programática: 00004.00122.00013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

Atividade: 2.200054 Manutenção das ações da Secretaria

Dotação: 64 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 4º Por conta da anulação do art. 3º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Órgão: 5 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Funcional Programática: 00004.00122.00013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

Atividade: 2.200054 Manutenção das ações da Secretaria

Dotação: 65 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 5º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Funcional Programática: 00017.00512.00025 GESTÃO DO SAMAE

Atividade: 2.200110 Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia

Dotação: 22 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas

R\$ 180.000,00

Atividade: 2.200116 Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto

Dotação: 30 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

R\$ 150.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.980, de 17 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.980, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA CLAUNICE MARIANI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 13 de junho de 2014, a carga horária da servidora CLAUNICE MARIANI, Professora de Inglês DOC IV - 6, lotada na EEB Vitório Anacleto Cardoso, para 20 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 13/06/2014.

Gaspar, 17 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

RESOLUÇÃO 10/2014 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

MUNICÍPIO DE GASPAR

RESOLUÇÃO Nº 10/2014

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Gaspar.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 18 de junho de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal, nº 1648, de 16 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar - CMAS, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 108.900,00 (cento e oito mil e novecentos reais), sendo que 40% (quarenta por cento) destina-se para investimento e 60% (sessenta por cento) para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, nas modalidades de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, dispostos da seguinte forma:

I - Acolhimento Institucional para crianças de 0 a 12 anos, Abrigo Casa Lar - Sementes do Amanhã. Entidade: GAIAA - Grupo de Apoio à Infância e Adolescência Abrigada. Receberá para Custeio o valor: R\$ 21.780,00 (vinte e um mil e setecentos e oitenta reais) e para investimento R\$ 14.520,00 (catorze mil e quinhentos e vinte reais), sendo 33,33% dos valores repassados pelo Estado.

II - Acolhimento Institucional para adolescentes de 12 a 18 anos. Acolhimento para Adolescentes masculinos - CEGAPAM. Entidade:

Ação Social e Cidadã. Receberá para Custeio o valor: R\$ 21.780,00 (vinte e um mil e setecentos e oitenta reais) e para investimento R\$ 14.520,00 (catorze mil e quinhentos e vinte reais), sendo 33,33% dos valores repassados pelo Estado.

III - Acolhimento Institucional para adolescentes de 12 a 18 anos. Casa Lar das Meninas - Programa Abrigamento para Adolescentes femininas em situação de risco. Entidade: Ação Social e Cidadã. Receberá para Custeio o valor: R\$ 21.780,00 (vinte e um mil e setecentos e oitenta reais) e para investimento R\$ 14.520,00 (catorze mil e quinhentos e vinte reais), sendo 33,33% dos valores repassados pelo Estado.

Art. 3º O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços para na modalidade Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2014.

Eloiza C. Probst

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Tomada de Preços Nº 110/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 110/2014

OBJETO: reforma do CDI Tia Maria Elisa. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 16/07/2014. ABERTURA: dia 16/07/2014 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 20 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Edital de Notificação Nº 147

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1703/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAU5068	55591569D	6599/2	20/04/2014	230 * V
AFZ0020	54536815E	6920/0	23/04/2014	233
BHN5343	54536806E	6920/0	24/04/2014	233
LXK5981	54536794E	6920/0	19/05/2014	233
LZD9875	54536792E	6920/0	19/05/2014	233
LZL4978	54536803E	6920/0	25/04/2014	233
MBY3575	54536509E	6599/2	26/04/2014	230 * V
MCU8170	54536805E	6920/0	24/04/2014	233
MDG7740	54536821E	6920/0	28/04/2014	233
MDL5657	55117493C	6599/2	24/04/2014	230 * V
MDL5657	55117494C	5045/0	24/04/2014	162 * V
MDL5657	55117495C	6637/2	24/04/2014	230 * IX
MEC0984	54536809E	6920/0	24/04/2014	233
MES1920	55591379D	6599/2	18/05/2014	230 * V
MKC3071	55591552D	6599/2	16/04/2014	230 * V
MLL9252	55591651D	6602/0	28/04/2014	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1704/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIY9959	54828617E	5541/2	10/05/2014	181 * XVII
ANC2390	54828390E	5541/2	02/05/2014	181 * XVII
ASL3344	54828488E	5541/2	07/05/2014	181 * XVII
ATK8247	54828238E	5541/2	24/04/2014	181 * XVII
CBF9728	54536905E	5541/6	14/05/2014	181 * XVII
CKG8224	54827985E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
DMW7599	54827918E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
DTE8413	54828600E	5541/2	09/05/2014	181 * XVII
IDT0844	54828535E	5541/2	06/05/2014	181 * XVII
JEY1116	54828474E	5541/2	06/05/2014	181 * XVII
LUG0442	54827971E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
LUY3203	54828418E	5541/2	30/04/2014	181 * XVII
LUZ3000	54828675E	5541/2	12/05/2014	181 * XVII
LWS0968	54827976E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
LXN5804	55591725D	5185/2	19/05/2014	167
LXN5804	55591726D	7234/0	19/05/2014	250 * I * a
LYV4873	54828684E	5541/2	13/05/2014	181 * XVII
MAH5691	54828602E	5541/2	09/05/2014	181 * XVII
MBE9292	54828601E	5541/2	09/05/2014	181 * XVII
MBP0593	54828679E	5541/2	12/05/2014	181 * XVII
MCM5469	54535822E	7234/0	30/04/2014	250 * I * a
MDA8755	54828695E	5541/2	12/05/2014	181 * XVII
MDK3142	55591812D	5185/1	22/05/2014	167
MDP5957	54536926E	5720/0	23/05/2014	186 * I
MEG7902	54536295E	5541/1	17/04/2014	181 * XVII
MEJ7548	54828009E	5541/2	10/04/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEZ8545	54828115E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
MFN8166	54828538E	5541/2	06/05/2014	181 * XVII
MFO6293	54536909E	5541/1	16/05/2014	181 * XVII
MFO7875	55591381D	7366/2	21/05/2014	252 * VI
MGO6974	54828503E	5541/2	07/05/2014	181 * XVII
MHB7410	54536919E	5541/2	21/05/2014	181 * XVII
MHI5671	54828090E	5541/2	11/04/2014	181 * XVII
MHY2574	54828480E	5541/2	07/05/2014	181 * XVII
MIW9868	54828087E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
MJQ0833	54828632E	5541/2	10/05/2014	181 * XVII
MKC8105	54828577E	5541/2	08/05/2014	181 * XVII
MKG2407	54827934E	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
MLD4862	54828710E	5541/2	12/05/2014	181 * XVII
MLD8034	54828719E	5541/2	13/05/2014	181 * XVII
MLE8025	54828526E	5541/2	07/05/2014	181 * XVII
MLN3876	54828504E	5541/2	06/05/2014	181 * XVII
MLO7322	54828608E	5541/2	10/05/2014	181 * XVII
MVC9239	54828420E	5541/2	02/05/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1705/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACD5923	55590674D	5010/0	24/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
ACD5923	55590675D	6912/0	24/02/2014	R\$ 53,20	232
ACD5923	55590676D	6637/2	24/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AKB0975	54536602E	6920/0	28/03/2014	R\$ 127,69	233
BFC2853	55591109D	6912/0	15/03/2014	R\$ 53,20	232
BFC2853	55591110D	7340/0	15/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
BFC2853	55591111D	6610/2	15/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
CNM1164	54536594E	6920/0	28/03/2014	R\$ 127,69	233
CXB5419	55590262D	5169/1	16/03/2014	R\$ 1.915,38	165
DBW1856	55590441D	5010/0	25/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
GPZ7726	54536499E	6920/0	10/03/2014	R\$ 127,69	233
IFW8379	55591118D	5061/0	23/03/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZI0758	55591155D	6912/0	23/03/2014	R\$ 53,20	232
LZN7801	54536552E	6920/0	17/03/2014	R\$ 127,69	233
MAA0581	54536701E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MAK1180	55590777D	7340/0	17/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MBC2816	54536575E	6920/0	24/03/2014	R\$ 127,69	233
MCW2688	54536609E	6920/0	27/03/2014	R\$ 127,69	233
MCX2765	54535763E	6599/2	21/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDA5400	54535864E	5118/0	06/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDA5400	54535865E	6599/2	06/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDI7158	55591169D	6912/0	31/03/2014	R\$ 53,20	232
MDO3107	55590643D	6599/2	01/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDR3626	55117489C	6556/1	06/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
MDW5495	55591170D	6599/2	31/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEM1542	55591007D	5274/1	14/03/2014	R\$ 191,53	175

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFG8754	55590747D	6599/2	01/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFG8754	55590748D	5010/0	01/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFG8754	55590749D	5118/0	01/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFG8754	55590750D	6726/1	01/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGN0423	55591113D	7340/0	20/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MGN0423	55591114D	6912/0	20/03/2014	R\$ 53,20	232
MHH0840	54535765E	6599/2	21/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHL3062	55590864D	6599/2	14/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIT3806	55590650D	7340/0	13/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1706/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAU2094	54827856E	5541/2	02/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJT0051	54827195E	5541/2	31/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ATC7433	54827571E	5541/2	22/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AVR0220	54827459E	5541/2	19/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AWQ2780	54827527E	5541/2	21/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AWS3692	54827009E	5541/2	08/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BBC0313	55590050D	5185/1	27/03/2014	R\$ 127,69	167
BUY8215	55587758D	5185/1	26/03/2014	R\$ 127,69	167
BVB0418	54827337E	5541/2	05/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HKH7173	54827514E	5541/2	17/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IFJ2133	54827562E	5541/2	20/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IFW8379	55591117D	5835/0	23/03/2014	R\$ 127,69	195
KKJ7866	54827404E	5541/2	15/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LUZ3000	54827398E	5541/2	15/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LUZ3000	54827416E	5541/2	14/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LUZ3000	54827490E	5541/2	17/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXM4321	55590647D	7234/0	09/03/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
LXO3827	54827440E	5541/2	17/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXO3827	54827465E	5541/2	19/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYF0431	54827406E	5541/2	14/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYP4432	54827538E	5541/2	20/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZA5499	54827531E	5541/2	21/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZE3181	54827539E	5541/2	20/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAY4745	8147005065	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI5115	54827257E	5541/2	10/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX2765	54535762E	5835/0	21/03/2014	R\$ 127,69	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCX2765	54535764E	7064/0	21/03/2014	R\$ 191,53	244 * IV
MDA8755	54827622E	5541/2	24/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ2449	54827621E	5541/2	24/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDV7491	54827638E	5541/2	24/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL1970	54827616E	5541/2	24/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM1542	55591008D	5185/1	14/03/2014	R\$ 127,69	167
MEM1542	55591009D	5185/2	14/03/2014	R\$ 127,69	167
MEM1542	55591010D	5207/0	14/03/2014	R\$ 53,20	169
MFB6413	54827480E	5541/2	19/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB6413	54827483E	5541/2	19/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL9696	54827524E	5541/2	20/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ2211	54827467E	5541/2	19/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC6310	54827583E	5541/2	22/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC6456	54827839E	5541/2	01/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE1041	54827805E	5541/2	31/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI0421	54827605E	5541/2	22/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN0423	55591112D	7234/0	20/03/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MHP8201	54827437E	5541/2	17/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW6304	54827601E	5541/2	22/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MID2921	54536586E	5541/6	31/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH3010	54535888E	7366/1	18/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIX9949	8147005071	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKK2022	54827450E	5541/2	19/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL8360	54827430E	5541/2	14/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO1356	54827505E	5541/2	19/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKQ7286	54827473E	5541/2	17/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLK0850	54827610E	5541/2	24/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1707/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADP0772	55587581D	5169/1	25/05/2014	165
ADP0772	55587582D	5029/1	25/05/2014	162 * II
ADP0772	55587583D	5304/0	25/05/2014	176 * III
LZT6551	55591577D	6912/0	26/04/2014	232
LZT6551	55591578D	5274/1	26/04/2014	175
LZT6551	55591579D	6599/2	25/04/2014	230 * V
LZT6551	55591580D	6637/1	26/04/2014	230 * IX
MAV6332	55591474D	5169/1	25/05/2014	165
MAV6332	55591475D	6629/0	25/05/2014	230 * VIII
MEX4297	54536802E	6920/0	29/04/2014	233
MFO7875	54536959E	6920/0	20/05/2014	233
MGA0352	55591375D	6599/2	12/05/2014	230 * V
MHC0987	54536947E	6920/0	26/05/2014	233
MIH3672	55587764D	6599/2	30/04/2014	230 * V
MJH8130	55591609D	6912/0	24/04/2014	232
MJO7453	54536807E	6920/0	24/04/2014	233
MJS1600	54536961E	6920/0	21/05/2014	233
MKK9803	54536938E	6920/0	27/05/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1708/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFH0175	55590811D	5185/1	26/05/2014	167
AFY3454	54828662E	5541/2	12/05/2014	181 * XVII
AFY3454	54828664E	5541/2	12/05/2014	181 * XVII
AIA8980	54828083E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
AJR7141	54828093E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
ANG8635	54828322E	5541/2	28/04/2014	181 * XVII
AVE1518	54536156E	5746/3	21/05/2014	187 * I
DCY3460	54828760E	5541/2	15/05/2014	181 * XVII
DDB3055	54536925E	5541/1	22/05/2014	181 * XVII
DDR0754	54828827E	5541/2	17/05/2014	181 * XVII
DGU0584	55591743D	5908/0	30/05/2014	202 * I
EAE5881	55591676D	6041/2	28/05/2014	207
EAE5881	55591677D	5207/0	28/05/2014	169
GUP6719	54828096E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
HGH1734	54828022E	5541/2	10/04/2014	181 * XVII
HMI9843	54828044E	5541/2	11/04/2014	181 * XVII
HNG5149	54828049E	5541/2	12/04/2014	181 * XVII
HNZ8959	54828186E	5541/2	19/04/2014	181 * XVII
HXY9449	54828853E	5541/2	19/05/2014	181 * XVII
IQV3965	54828389E	5541/2	02/05/2014	181 * XVII
JDY8275	54828624E	5541/2	09/05/2014	181 * XVII
KZD0234	54828619E	5541/2	10/05/2014	181 * XVII
LUZ3000	54828865E	5541/2	19/05/2014	181 * XVII
LZY0010	54536746E	5541/3	26/04/2014	181 * XVII
MAD1315	54828118E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MAN1127	55591668D	5207/0	25/05/2014	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBM7254	54828029E	5541/2	10/04/2014	181 * XVII
MBY5057	54828014E	5541/2	10/04/2014	181 * XVII
MBZ7613	54536748E	5541/6	28/04/2014	181 * XVII
MDE3306	54828127E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MDG4224	54828732E	5541/2	15/05/2014	181 * XVII
MDK5175	54828783E	5541/2	14/05/2014	181 * XVII
MEC7392	54828146E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MES3296	54828864E	5541/2	19/05/2014	181 * XVII
MEX6950	54536923E	5541/6	22/05/2014	181 * XVII
MFG4802	54828012E	5541/2	10/04/2014	181 * XVII
MFN9080	54828850E	5541/2	19/05/2014	181 * XVII
MFO7394	54828117E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MFX2237	54536661E	7366/2	22/04/2014	252 * VI
MFY7274	54828168E	5541/2	19/04/2014	181 * XVII
MGE7824	54536933E	5819/6	23/05/2014	193
MGS1549	54828863E	5541/2	19/05/2014	181 * XVII
MGZ9087	54828084E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
MHB9079	54828139E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MHP2537	54828825E	5541/2	16/05/2014	181 * XVII
MHW8869	54828720E	5541/2	13/05/2014	181 * XVII
MIK1821	54828130E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MIM5739	54828016E	5541/2	10/04/2014	181 * XVII
MIU4976	54828801E	5541/2	17/05/2014	181 * XVII
MIU5332	54536917E	5541/6	21/05/2014	181 * XVII
MJC6906	54828900E	5541/2	20/05/2014	181 * XVII
MJT4437	54828214E	5541/2	23/04/2014	181 * XVII
MJX6266	54828815E	5541/2	15/05/2014	181 * XVII
MJY1883	54828812E	5541/2	14/05/2014	181 * XVII
MKN6337	55591682D	7030/2	01/06/2014	244 * I
MKN6337	55591683D	5835/0	01/06/2014	195
MKO7666	54828823E	5541/2	16/05/2014	181 * XVII
MLA6234	54828064E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
MLB9783	54828700E	5541/2	13/05/2014	181 * XVII
MLD8034	54828747E	5541/2	16/05/2014	181 * XVII
MLF7858	54828074E	5541/2	14/04/2014	181 * XVII
MLG1368	54828781E	5541/2	14/05/2014	181 * XVII
MLL1411	54828079E	5541/2	12/04/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLL5959	54828763E	5541/2	16/05/2014	181 * XVII
MLZ3108	54828005E	5541/2	10/04/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1709/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BUV7114	55591205D	6599/2	25/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
BUV7114	55591207D	6726/1	25/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYJ2936	54536563E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
MAD1315	55591203D	5045/0	22/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAD1315	55591204D	5096/0	22/03/2014	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MBF0537	54536218E	6920/0	27/12/2013	R\$ 127,69	233
MCX1102	54536236E	6920/0	10/01/2014	R\$ 127,69	233
MDP1242	55590710D	6599/2	31/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDP1242	55590711D	5010/0	31/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDP1242	55590712D	6912/0	31/12/2013	R\$ 53,20	232
MKC2931	54536506E	6599/2	01/04/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1710/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADJ8647	54827377E	5541/2	12/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BUV7114	55591206D	5479/0	25/03/2014	R\$ 85,12	181 * X
BUV7114	55591208D	5835/0	25/03/2014	R\$ 127,69	195
CXN6362	54827242E	5541/2	07/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CXN6362	54827415E	5541/2	14/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EAZ9286	55636986D	6050/1	16/07/2013	R\$ 191,53	208
HMC3027	55590793D	5908/0	21/03/2014	R\$ 127,69	202 * I
IDT0844	54827376E	5541/2	12/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXP2551	54827423E	5541/2	14/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ1018	54827865E	5541/2	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCR8663	55590106D	5185/1	18/03/2014	R\$ 127,69	167
MDC2888	54827407E	5541/2	14/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL8810	54536491E	5541/5	19/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDP1242	55590713D	7048/1	31/12/2013	R\$ 191,53	244 * II
MEP5093	55590693D	5908/0	21/03/2014	R\$ 127,69	202 * I
MGR8893	54827368E	5541/2	12/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB7662	54827445E	5541/2	17/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJG9786	55590797D	5908/0	21/03/2014	R\$ 127,69	202 * I
MJL8328	54536492E	5541/1	20/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY5210	54827181E	5541/2	31/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV1890	55590695D	5908/0	21/03/2014	R\$ 127,69	202 * I
MLX3942	54827895E	5541/2	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 877/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHC0665	8590065721	7455/0	04/05/2014	218 * I
AIH5439	8590064834	7455/0	09/04/2014	218 * I
AQT9867	8590064874	7455/0	11/04/2014	218 * I
CMR3981	8590066073	7463/0	17/05/2014	218 * II
DWP7414	8590065763	7455/0	06/05/2014	218 * I
DYB8381	8590065814	7455/0	08/05/2014	218 * I
EGF1220	8590065762	7455/0	06/05/2014	218 * I
EGF1220	8590065818	7455/0	08/05/2014	218 * I
ERM2650	8590065812	7455/0	08/05/2014	218 * I
HJG3498	8590064884	7463/0	11/04/2014	218 * II
HJU4566	8590064967	7455/0	13/04/2014	218 * I
ILN8578	8590065728	7463/0	04/05/2014	218 * II
JKI9544	8590065553	7455/0	01/05/2014	218 * I
JPG7602	8590065782	7455/0	07/05/2014	218 * I
LWV9894	8590065996	7455/0	14/05/2014	218 * I
LXF4888	8590064956	7455/0	13/04/2014	218 * I
LXX2882	8590065708	7455/0	04/05/2014	218 * I
LXY4400	8590066074	7455/0	17/05/2014	218 * I
LYK9964	8590066079	7455/0	17/05/2014	218 * I
LYY0578	8590065851	7463/0	09/05/2014	218 * II
LZM4017	8590065867	7455/0	10/05/2014	218 * I
MBE7254	8590064997	7455/0	13/04/2014	218 * I
MBR1716	8590066022	7463/0	15/05/2014	218 * II
MDL0010	8590065797	7455/0	07/05/2014	218 * I
MDO9734	8590066019	7455/0	15/05/2014	218 * I
MEB1979	8590065923	7463/0	11/05/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEH2647	8590064830	7455/0	09/04/2014	218 * I
MEK9229	8590066078	7463/0	17/05/2014	218 * II
MEK9801	8590066072	7455/0	17/05/2014	218 * I
MER6449	8590064914	7455/0	12/04/2014	218 * I
MEV3898	8590063220	7455/0	02/03/2014	218 * I
MEY6939	8590066068	7455/0	16/05/2014	218 * I
MFH5701	8590065830	7455/0	09/05/2014	218 * I
MFV1867	8590064804	7455/0	08/04/2014	218 * I
MGE3355	8590065999	7455/0	14/05/2014	218 * I
MHJ0011	8590065109	7455/0	18/04/2014	218 * I
MHJ6055	8590064958	7455/0	13/04/2014	218 * I
MHK0493	8590065692	7455/0	04/05/2014	218 * I
MHP9335	8590065925	7455/0	11/05/2014	218 * I
MIG4683	8590065724	7455/0	04/05/2014	218 * I
MIH7190	8590064973	7455/0	13/04/2014	218 * I
MIT6734	8590060083	7455/0	05/01/2014	218 * I
MJW3921	8590065783	7463/0	07/05/2014	218 * II
MKZ3501	8590064855	7455/0	10/04/2014	218 * I
MLB6021	8590064860	7455/0	10/04/2014	218 * I
MLM5864	8590065909	7455/0	11/05/2014	218 * I
MLR3562	8590065842	7463/0	09/05/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 878/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACT8746	8590063616	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AET1922	8590063467	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHR3700	8590060991	7455/0	19/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHU8057	8590063639	7455/0	12/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIB0102	8590059172	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AJF5807	8590064365	7455/0	27/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANT9592	8590062230	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AOH9067	8590063162	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AQU7706	8590061092	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASH8438	8590059156	7463/0	22/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
ATW0267	8590063857	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVW1055	8590064486	7455/0	30/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWO3328	8590062581	7463/0	14/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
BUK0761	8590060195	7455/0	07/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
CHA3359	8590064273	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CLG3100	8590063889	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DKZ8442	8590063399	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DLB0354	8590062767	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DMH9470	8590062379	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
HBH9478	8590063814	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
HNS4115	8590063445	7463/0	08/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
HNW1805	8590064130	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
IOQ6161	8590062592	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
IOQ9164	8590064380	7455/0	28/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
KOS1063	8590062160	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXD1375	8590059065	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYE4588	8590063578	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZL2448	8590063367	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZO3223	8590062195	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZP7168	8590063472	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZS9021	8590063975	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAD3124	8590062950	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAJ7623	8590063491	7463/0	09/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAL7380	8590062966	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ2545	8590063262	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAW9075	8590063746	7463/0	15/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBF1137	8590059782	7455/0	30/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBF7249	8590064129	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH4782	8590063029	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT6432	8590059963	7455/0	02/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBY4156	8590059121	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCH8558	8590063803	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI2833	8590063146	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCP8331	8590062764	7463/0	19/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCZ2549	8590063241	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDE1930	8590064158	7463/0	23/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDG9865	8590062945	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDH1820	8590060046	7455/0	03/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDJ6964	8590064651	7463/0	05/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDW0558	8590063216	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MED4754	8590063557	7463/0	09/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEG7852	8590059276	7463/0	24/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MER8431	8590063464	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFC7066	8590064132	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFD7376	8590059686	7455/0	29/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFG8493	8590063470	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFL0413	8590063996	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFL1107	8590063859	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM6084	8590063893	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO1326	8590063317	7463/0	04/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFT7956	8590060031	7455/0	04/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGC1205	8590060253	7455/0	08/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGF8858	8590063680	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGL4662	8590063390	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGT6911	8590063659	7455/0	13/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHC2420	8590061635	7455/0	30/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHK8181	8590064107	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL6263	8590063324	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHP8201	8590063466	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHP8747	8590063952	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHT8207	8590063653	7455/0	13/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHW0137	8590063329	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MXH1065	8590062348	7463/0	09/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHZ5194	8590062975	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII5599	8590062863	7471/0	21/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
MIK0381	8590061471	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIK0381	8590061489	7455/0	28/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIK0381	8590061540	7455/0	28/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT8442	8590059026	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJH8655	8590062783	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJI5075	8590063815	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJP1650	8590060100	7463/0	05/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJP1650	8590060118	7463/0	05/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKA8434	8590062822	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKB6219	8590063778	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG0154	8590063736	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLC4387	8590062191	7463/0	08/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLC4387	8590062233	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD9947	8590062981	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLJ4737	8590062732	7455/0	18/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLM2688	8590062935	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN4561	8590062418	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLQ9874	8590059889	7455/0	01/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLR1793	8590063927	7463/0	17/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLV4072	8590063228	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX9534	8590063703	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MML0921	8590060265	7463/0	08/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MVG4128	8590063299	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MWC3429	8590063278	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
NBT4456	8590062965	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 879/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKF0543	8590065147	7455/0	18/04/2014	218 * I
AKF5770	8590065269	7455/0	25/04/2014	218 * I
AZV1010	8590065233	7455/0	20/04/2014	218 * I
BAT0661	8590065357	7455/0	27/04/2014	218 * I
CGT5557	8590065790	7455/0	07/05/2014	218 * I
CSJ8229	8590065137	7455/0	18/04/2014	218 * I
DAF9613	8590065317	7455/0	26/04/2014	218 * I
IOF6813	8590065065	7455/0	16/04/2014	218 * I
LWS1613	8590065369	7455/0	21/04/2014	218 * I
LWS1613	8590065373	7463/0	21/04/2014	218 * II
LWZ6091	8590065356	7455/0	27/04/2014	218 * I
LYA9427	8590065238	7463/0	20/04/2014	218 * II
LYW0285	8590065136	7455/0	18/04/2014	218 * I
LYZ8738	8590065182	7455/0	19/04/2014	218 * I
LYZ8738	8590065208	7455/0	19/04/2014	218 * I
LZR1832	8590065004	7455/0	13/04/2014	218 * I
MAS7483	8590065237	7455/0	20/04/2014	218 * I
MBC5510	8590065911	7455/0	11/05/2014	218 * I
MBL2945	8590065096	7455/0	17/04/2014	218 * I
MBS2647	8590065309	7455/0	26/04/2014	218 * I
MCB7730	8590065071	7455/0	16/04/2014	218 * I
MCB7730	8590065079	7463/0	16/04/2014	218 * II
MCI8598	8590065139	7455/0	18/04/2014	218 * I
MCV9426	8590065229	7455/0	20/04/2014	218 * I
MDC9751	8590065217	7463/0	20/04/2014	218 * II
MDX5422	8590064893	7455/0	11/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDX5422	8590065043	7455/0	15/04/2014	218 * I
MET3281	8590065156	7455/0	18/04/2014	218 * I
MEV2706	8590065731	7455/0	04/05/2014	218 * I
MEW0076	8590065405	7455/0	22/04/2014	218 * I
MFE7803	8590066132	7455/0	18/05/2014	218 * I
MFL7720	8590065209	7455/0	19/04/2014	218 * I
MGD0582	8590065365	7455/0	21/04/2014	218 * I
MGI8126	8590064961	7463/0	13/04/2014	218 * II
MGW7807	8590064831	7455/0	09/04/2014	218 * I
MHQ7095	8590065344	7455/0	27/04/2014	218 * I
MIO0314	8590064816	7455/0	08/04/2014	218 * I
MJG8608	8590065220	7455/0	20/04/2014	218 * I
MJQ7127	8590065250	7455/0	20/04/2014	218 * I
MKF4913	8590065011	7463/0	13/04/2014	218 * II
MKQ6088	8590065961	7455/0	12/05/2014	218 * I
MKT2875	8590065380	7455/0	21/04/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 880/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACI6065	8590063314	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AEU1639	8590063044	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALE1540	8590064022	7463/0	20/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
ALT3581	8590064171	7463/0	23/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
APA6007	8590062286	7463/0	09/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
APP7116	8590061669	7455/0	30/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARQ3694	8590063432	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AST4224	8590063349	7463/0	05/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
ATK6417	8590061463	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATV0448	8590060324	7463/0	09/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
AWZ6877	8590061044	7463/0	20/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
AXI9809	8590060616	7463/0	14/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
BIJ2173	8590063364	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
BYC5545	8590063634	7455/0	12/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
BYF7495	8590063431	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIU2371	8590063874	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DFJ0889	8590060208	7455/0	07/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
DFN8333	8590064101	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DGG2785	8590063738	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DSC6639	8590059940	7455/0	02/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
DYK9191	8590063426	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DZH6447	8590061986	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
EPM2092	8590063417	7463/0	07/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
FGG4127	8590063593	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
GTJ9395	8590063541	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
IGX7549	8590063185	7463/0	01/03/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IIP0333	8590062893	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
JNS3411	8590061430	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
KDG9355	8590063370	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
KPQ7257	8590062097	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXB9061	8590063870	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR0279	8590063481	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXY4031	8590063820	7463/0	16/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYC6300	8590064049	7455/0	21/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZL5524	8590064003	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZT1666	8590062466	7463/0	12/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBA1058	8590061743	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBK3707	8590063354	7455/0	05/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBX1595	8590059708	7455/0	29/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBX6565	8590063447	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB7730	8590063377	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH4970	8590063533	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCZ7636	8590062292	7463/0	09/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDC2888	8590062199	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDC3647	8590063484	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDC6918	8590063469	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDI9847	8590064005	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDY0703	8590063840	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF1449	8590063509	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER4930	8590063739	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER6449	8590061908	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU1094	8590063913	7463/0	17/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEX0806	8590063995	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFT8654	8590063389	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV0660	8590063839	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFY2437	8590064647	7455/0	04/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ4403	8590064054	7471/0	21/03/2014	R\$ 574,61	218 * III
MGJ6624	8590063553	7463/0	09/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGQ2124	8590061850	7471/0	02/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
MGT3678	8590063705	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV4731	8590063123	7455/0	28/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHD2152	8590063875	7471/0	16/03/2014	R\$ 574,61	218 * III
MHE8847	8590063589	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHF7289	8590059817	7463/0	30/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHG9459	8590061788	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHH2306	8590063876	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHJ9058	8590063580	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHX9039	8590063572	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ3088	8590063336	7455/0	05/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIC0387	8590064131	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIG0679	8590063742	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII8239	8590063713	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIN1948	8590061961	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIQ5783	8590063558	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIU9779	8590060285	7455/0	08/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW6681	8590063623	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJH5922	8590063588	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ0877	8590059564	7455/0	27/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJM1433	8590062956	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW7653	8590063670	7463/0	13/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKN7139	8590059674	7455/0	29/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKQ3686	8590059859	7455/0	31/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKZ4492	8590064072	7455/0	21/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLB5122	8590060669	7455/0	15/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD1388	8590060884	7463/0	18/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLF4543	8590061460	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLK8713	8590059791	7463/0	30/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MLK8713	8590059809	7455/0	30/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLP6504	8590063027	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLS7177	8590063769	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLT7757	8590063118	7455/0	28/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMJ1077	8590063463	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MWC7849	8590063865	7463/0	16/03/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 777/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJG7439	8685036458	6050/3	01/11/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR DE TRANSITO

SAMAE - GASPAR**Portaria N. 36 de 02 de Junho de 2014**

PORTARIA N. 36 DE 02 DE JUNHO DE 2014

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO MARIO CESAR VALGAS

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Torna sem efeito a nomeação do candidato conforme quadro abaixo, em virtude da desistência da vaga de acordo com o documento que fica fazendo parte integrante deste ato.

CANDIDATO	CARGO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO
MARIO CESAR VALGAS	OPERADOR DE ETA	Portaria N. 25 DE 02 de maio de 2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 02 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Portaria N. 38 de 09 de Junho de 2014

PORTARIA N. 38 DE 09 DE JUNHO DE 2014

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO DIEGO MAFRA SOARES

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Torna sem efeito a nomeação do candidato conforme quadro abaixo, em virtude de não ter tomado posse dentro do prazo legal

CANDIDATO	CARGO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO
DIEGO MAFRA SOARES	OPERADOR DE ETA	Portaria N. 25 de 02 de maio de 2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 09 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Portaria N. 41 de 17 de Junho de 2014

PORTARIA N. 41 DE 17 DE JUNHO DE 2014

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DA CANDIDATA JESSICA GOEDERT

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Torna sem efeito a nomeação da candidata conforme quadro abaixo, em virtude de não ter tomado posse dentro do prazo legal

CANDIDATO	CARGO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO
JÉSSICA GOEDERT	OPERADORA DE ETA	Portaria N. 25 de 02 de maio de 2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 17 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Guaramirim

PREFEITURA

Contrato Nº 001/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM-SC E O BANCO DO BRASIL S.A., PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DE DEFESA CIVIL.

O MUNICÍPIO GUARAMIRIM, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob nº 83.102.475/0001-16, representado por seu Prefeito Sr LAURO FROHLICH, viúvo, residente e domiciliado em Guaramirim-SC, portador do CPF: 247.165.969-15, daqui por diante designado CONTRATANTE e, de outro lado, o BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasília (DF), neste instrumento denominado BANCO, por sua Agência 2095-8/GUARAMIRIM, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 00.000.000/2646-87, representada pelo Sr BRUNO AFONSO KLEIN, casado, bncário, residente em Guaramirim-SC, portador do CPF: 423.004.879-34, têm como justo e contratados, sujeitando-se as Partes, no que couber, às disposições das Leis nº 8.666, de 21.6.1993, nº 12.340, de 1º.12.2010, dos Decretos nº 7.257, de 4.8.2010, e nº 7.505, de 27.6.2011, da Portaria nº 607, de 18.8.2011, e da Portaria nº 37, de 31.01.2012, do Ministério da Integração Nacional, os serviços descritos neste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços relativos à operacionalização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC para pagamento de despesas realizadas pelo CONTRATANTE, decorrentes dos recursos transferidos pelo Ministério da Integração Nacional, no âmbito das ações de socorro, assistências às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, na forma da Lei nº 12.340, de 1º.12.2010, dos Decretos nº 7.257, de 4.8.2010, e nº 7.505, de 27.6.2011, da Portaria nº 607, de 18.8.2011, e da Portaria nº 37, de 31.01.2012, do Ministério da Integração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

Os termos contidos neste contrato terão o significado estabelecido a seguir:

I - "CPDC" - Cartão de Pagamento de Defesa Civil, instrumento emitido em plástico específico pelo BANCO, para pagamento de despesas realizadas pelo CONTRATANTE, decorrentes dos recursos transferidos pela União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, no âmbito das ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, na forma da Lei nº 12.340, de 1º.12.2010, dos Decretos nº 7.257, de 4.8.2010, e nº 7.505, de 27.6.2011, da Portaria nº 607, de 18.8.2011, e da Portaria nº 37, de 31.01.2012, do Ministério da Integração.

II - "UNIDADE DE GOVERNO" - órgão do CONTRATANTE, com CNPJ próprio, detentor de atribuição de unidade gestora de orçamento.

III - "CENTRO DE CUSTO" - secretaria, departamento, unidade gestora, diretoria regional, unidade de gestão, divisão ou qualquer outro termo que identifique vinculação com o CONTRATANTE.

IV - "CONTA DE RELACIONAMENTO" - conta corrente específica para uso do CPDC, aberta em nome da Unidade de Governo do CONTRATANTE.

V - "REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE DE GOVERNO" - autoridade responsável pela administração dos recursos com o uso do CPDC, competindo-lhe, além de outras responsabilidades estabelecidas na legislação e na regulamentação específica:

a) Providenciar a abertura da Conta de Relacionamento junto ao BANCO, em nome da Unidade de Governo;

- b) Definir, incluir ou excluir os servidores ou empregados públicos, com vínculo permanente, como Portador(es) do CPDC;
- c) Definir e/ou alterar o Limite de Utilização para cada Centro de Custos e Portadores do CPDC;
- d) expedir a ordem para disponibilização dos limites, eletronicamente, junto ao BANCO;
- e) Retirar os cartões junto ao BANCO, mediante assinatura em termo específico, contendo os números dos cartões e nome dos referidos portadores ou orientar os Portadores para retirarem o cartão junto ao BANCO;
- f) Entregar os cartões retirados junto ao BANCO ao(s) respectivo(s) Portador(es);
- g) Assinar todo e qualquer documento dirigido ao BANCO em nome do CONTRATANTE;
- h) Receber os relatórios de controle do BANCO;
- i) Estabelecer contato com o BANCO;
- j) Responsabilizar-se pela guarda dos cartões após sua retirada junto ao BANCO, até a entrega aos portadores;
- k) Autorizar ou bloquear a utilização do CPDC em compras à distância (internet/telefone). O bloqueio se estenderá a todos os Centros de Custos e Portadores;
- l) Atuar como ordenador de despesas, para efeito da Lei nº 4.320, de 17.3.1964.

VI - "REPRESENTANTE AUTORIZADO DO CENTRO DE CUSTOS" - autoridade responsável pelo Centro de Custos, competindo-lhe, além de outras responsabilidades estabelecidas na legislação e na regulamentação específica:

- a) Definir e/ou alterar o Limite de Utilização, o valor disponível e os tipos de gastos permitidos para cada Portador do CPDC, nos casos da modalidade de Sub-Repasso;
- b) Retirar os cartões junto ao BANCO, mediante assinatura em termo específico, contendo os números dos cartões e nome dos referidos portadores ou orientar os Portadores para retirarem o cartão junto ao BANCO.
- c) Atuar como ordenador de despesas, para efeito da Lei nº 4.320, de 17.3.1964.

VII - "PORTADOR" - servidor ou empregado público autorizado a utilizar o CPDC pelo Representante Legal da Unidade de Governo ou pelo Representante Autorizado do Centro de Custos.

VIII - "LIMITE DE UTILIZAÇÃO" - valor máximo de recursos disponível para utilização do CPDC, de forma diferenciada, para cada Unidade Governo, Centro de Custos e Portador.

IX - "INSTRUMENTO" - corresponde ao número gerado pelo SIAFI para o repasse de recursos pelo Ministério da Integração Nacional, relativos às transferências obrigatórias de que tratam a Lei nº 12.340, de 1º.12.2010, e os Decretos nº 7.257, de 4.8.2010, e nº 7.505, de 27.6.2011.

X - "AFILIADO" - estabelecimento comercial, no Brasil, integrante da rede a que estiver associado o BANCO, onde o PORTADOR poderá fazer uso do CPDC.

XI - "ASSINATURA EM ARQUIVO" - modalidade pela qual o PORTADOR adquire, via telefone ou outros meios, bens e serviços de AFILIADOS, sem assinar o correspondente comprovante de venda.

XII - "ASSINATURA ELETRÔNICA" - código pessoal e secreto que o PORTADOR impõe em terminais ou outros equipamentos eletrônicos para efetivar operações.

XIII - "BANCO" - Banco do Brasil S.A., instituição financeira oficial federal responsável pela emissão, administração do CPDC e disponibilização, através de sua rede de Unidades, de suporte operacional e tecnológico para utilização do CPDC, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério da Integração Nacional para operacionalização do CPDC (Processo nº 59050.001022/2011-13).

XIV - "COMPROVANTE DE OPERAÇÃO" - documento assinado pelo PORTADOR para efetivar transações após a apresentação do CPDC aos AFILIADOS.

XV - "DEMONSTRATIVO MENSAL" - documento emitido pelo BANCO, contendo a relação das TRANSAÇÕES efetuadas pelos Portadores do CPDC.

XVI - "SECRETARIA, DEPARTAMENTO, UNIDADE GESTORA, DIRETORIA REGIONAL, UNIDADE DE GESTÃO, DIVISÃO" - órgão do Governo Estadual/Municipal com autonomia contábil e financeira, que irá aderir a este contrato para utilização do CPDC, e titular da conta cartão.

XVII - "TRANSAÇÃO" - aquisições efetuadas pelos Portadores junto aos Afiliados, com utilização do CPDC.

XVIII - "SUB-REPASSE" - modalidade na qual o Estado repassa aos municípios os recursos recebidos do Ministério da Integração Nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ESPECIFICAÇÃO DO CARTÃO.

O CPDC será confeccionado sob a inteira responsabilidade e encargo do BANCO, obedecidos os critérios e padrões técnicos e de segurança internacionais.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATANTE solicitará ao BANCO a emissão dos CARTÕES para entrega aos PORTADORES por ele indicados.

Parágrafo Segundo - Do cartão constará, além dos dados e informações obrigatórios pelos padrões internacionais, a identificação, de forma abreviada, do Centro de Custos e do Portador.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DO CPDC

O CPDC somente poderá ser utilizado para aquisição de materiais ou contratação de serviços relacionados a ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - Os gastos com o CPDC poderão ser realizados pelo PORTADOR, em locais credenciados e AFILIADOS do BANCO, por meio de terminais de compras e maquinetas manuais.

Parágrafo Segundo - São vedados com a utilização do CPDC:

I - a aceitação de qualquer acréscimo no valor da despesa decorrente da utilização do CPDC;

II - a utilização do CPDC no exterior;

III - a cobrança de taxas de adesão, manutenção, anuidades ou quaisquer outras despesas decorrentes da obtenção ou do uso do cartão;

IV - a realização de saque em dinheiro ou de compras parceladas.

Parágrafo Terceiro - O uso do CPDC não dispensará o CONTRATANTE da apresentação ao Ministério da Integração Nacional da prestação de contas do total de recursos recebidos, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DA EMISSÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E DO USO DO CARTÃO

Os cartões poderão ser emitidos em plásticos específicos ou outros de uso do BANCO, seu único proprietário, destinando-se à realização de compras de bens e serviços junto aos AFILIADOS.

Parágrafo Primeiro - O cartão é de propriedade do BANCO, e de uso pessoal e intransferível do PORTADOR nele identificado, contendo ainda sua assinatura.

Parágrafo Segundo - A utilização efetiva do cartão pelo respectivo PORTADOR fica sujeita, também, às normas específicas editadas pelo Poder Público, em especial a Lei nº 12.340, de 1º.12.2010, os Decretos nº 7.257, de 4.8.2010, e nº 7.505, de 27.6.2011, a Portaria nº 607, de 18.8.2011, e a Portaria nº 37, de 31.01.2012, do Ministério da Integração.

Parágrafo Terceiro - Respeitado o LIMITE DE UTILIZAÇÃO disponível ao CONTRATANTE, o CARTÃO destina-se a:

I. Pagamento referente à aquisição de bens e serviços, à vista, inclusive via internet, em estabelecimentos comerciais afiliados; e

II. Transações por ASSINATURA EM ARQUIVO junto aos estabelecimentos afiliados à rede da bandeira em que for processada.

Parágrafo Quarto - É de responsabilidade do CONTRATANTE, através de seu REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE DE GOVERNO:

I. Orientar os PORTADORES sobre a utilização dos cartões, inclusive quanto ao cadastramento e sigilo de senha pessoal no Banco do Brasil, indispensável para a emissão, desbloqueio e uso dos CARTÕES;

II. Orientar os PORTADORES a solicitarem ao BANCO o bloqueio de cartões em caso de extravio, roubo ou furto, ocasião em que será fornecido um Número de Ocorrência Atendimento (NOAT), que constitui confirmação e prova do pedido de bloqueio;

III. Comunicar, por escrito ou por meio eletrônico específico do BANCO, as exclusões ou inclusões de PORTADORES;

IV. Devolver ao BANCO os cartões dos PORTADORES por ele excluídos;

V. Assumir despesas e riscos decorrentes da utilização dos cartões pelos PORTADORES;

VI. Definir os tipos de gastos permitidos aos PORTADORES;

VII. Atribuir limites apropriados às transações e/ou despesas dos PORTADORES, cujo somatório, quando da utilização, não poderá exceder o limite total estipulado pelo BANCO;

VIII. Flexibilizar os limites para cada PORTADOR, por valor das transações em cada categoria de gastos onde o CARTÃO poderá ser utilizado;

IX. Solicitar ao BANCO a abertura de CONTAS CORRENTES DE RELACIONAMENTO, para recebimento dos recursos do CPDC e débitos das despesas efetuadas com os cartões.

X. Prestar contas dos gastos realizados com a utilização do CPDC.

Parágrafo Quinto - É de responsabilidade do Representante Autorizado do Centro de Custos, nos casos da modalidade de Sub-Repasse de recursos:

I. Orientar os PORTADORES sobre a utilização dos cartões, inclusive quanto ao cadastramento e sigilo de senha pessoal no Banco do Brasil, indispensável para a emissão, desbloqueio e uso dos CARTÕES;

II. Orientar os PORTADORES a solicitarem ao BANCO o bloqueio de cartões em caso de extravio, roubo ou furto, ocasião em que será fornecido um Número de Ocorrência Atendimento (NOAT), que constitui confirmação e prova do pedido de bloqueio;

III. Comunicar, por escrito ou por meio eletrônico específico do BANCO, as exclusões ou inclusões de PORTADORES;

IV. Devolver ao BANCO os cartões dos PORTADORES por ele excluídos;

V. Assumir despesas e riscos decorrentes da utilização dos cartões pelos PORTADORES;

VI. Definir os tipos de gastos permitidos aos PORTADORES;

VII. Atribuir limites apropriados às transações e/ou despesas dos PORTADORES, cujo somatório, quando da utilização, não poderá exceder o limite total estipulado pelo BANCO;

VIII. Prestar contas dos gastos realizados com a utilização do CPDC.

Parágrafo Sexto - O CARTÃO será entregue ao PORTADOR:

I. Na agência do Banco do Brasil, detentora da CONTA CORRENTE DE RELACIONAMENTO do CONTRATANTE ou do CENTRO DE CUSTOS; ou

II. No CONTRATANTE, pelo REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE DE GOVERNO ou pelo REPRESENTANTE AUTORIZADO DO CENTRO DE CUSTOS.

Parágrafo Sétimo - O cadastramento da senha do CARTÃO pelo PORTADOR será feito nas agências do BANCO mediante identificação do PORTADOR.

Parágrafo Oitavo - O desbloqueio do CARTÃO deverá ser efetuado em qualquer agência do BANCO, com utilização de senha pessoal

e intransferível cadastrada pelo PORTADOR especialmente para uso do CARTÃO.

Parágrafo Nono - Em caso de divergência de dados, rasuras, etc., no conteúdo do envelope lacrado por ocasião da entrega do CARTÃO ao PORTADOR, o CONTRATANTE deverá devolvê-lo incontinenti à agência do BANCO de relacionamento.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para o CPDC são transferidos pela União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional na forma da legislação vigente, desde que a situação de emergência ou o estado de calamidade pública decretado pelo CONTRATANTE seja reconhecido pela Secretaria Nacional de Defesa Civil daquele Ministério.

Parágrafo Único - O CONTRATANTE declara-se ciente de que:

I. o reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública é de competência do Ministério da Integração Nacional;

II. o repasse dos recursos por parte do BANCO para utilização do CPDC está na dependência de sua efetiva liberação pelo Ministério da Integração Nacional, observada a disponibilidade orçamentária e financeira daquele Ministério, e, conseqüentemente, isentando o BANCO de qualquer responsabilidade pelo descumprimento dos respectivos valores, prazos e cronogramas de liberação de recursos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS LIMITES DE UTILIZAÇÃO DO CPDC

O Limite de Utilização do CPDC pela Unidade de Governo é o valor total dos recursos que forem transferidos pelo Ministério da Integração Nacional.

Parágrafo Primeiro - O Representante Legal da Unidade de Governo cadastrará apenas um Centro de Custos para cada Conta de Relacionamento e definirá os limites individuais de cada Portador do CPDC. Nos casos de Sub-repasses de recursos de Estado para Municípios, poderá haver o cadastramento de mais de um Centro de Custos pelo Representante Legal da Unidade de Governo, vinculado a uma única Conta de Relacionamento.

Parágrafo Segundo - Nos casos da modalidade de Sub-Repasse de recursos, o limite individual de cada Portador do CPDC será cadastrado pelo Representante Autorizado do Centro de Custos.

Parágrafo Terceiro - Quando os recursos forem transferidos a Estado, com previsão de sub-repasse a Municípios, cada Município corresponderá a um Centro de Custos distinto, porém vinculado a uma mesma Conta de Relacionamento.

Parágrafo Quarto - Para o caso previsto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, o Representante Legal da Unidade de Governo do Estado fornecerá ao BANCO as seguintes informações por meio do formulário de Cadastramento de Centro de Custos, para cada Município:

- I. nome, RG e CPF do Representante Autorizado do Centro de Custos;
- II. endereço e CNPJ do Município;
- III. número do Instrumento;
- IV. código SIAFI do Município;
- V. limite destinado ao Centro de Custos gerado para o Município

Parágrafo Quinto - O limite do Centro de Custos do Estado repassador, na forma do Parágrafo Segundo desta Cláusula, diminuirá à medida que for disponibilizado aos Centros de Custos gerados para os Municípios, sendo que a soma dos limites dos Centros de Custos não poderá exceder o limite da respectiva Conta de Relacionamento da Unidade de Governo do Estado.

Parágrafo Sexto - Os recursos liberados pelo Ministério da

Integração Nacional serão automaticamente aplicados pelo BANCO em fundos de investimentos destinados ao mercado do setor público e constituirão o limite de utilização do CPDC.

Parágrafo Sétimo - O limite de cada Centro de Custo será atualizado diariamente, deduzindo-se o valor das transações efetuadas pelos Portadores, no momento da autorização da transação pelo Portador.

Parágrafo Oitavo - O limite do Portador é individual e será estipulado pelo Representante Legal da Unidade de Governo ou pelo Representante Autorizado do Centro de Custos, não podendo ultrapassar o limite do respectivo Centro de Custos, observada a competência delegada pelo Representante Legal da Unidade de Governo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS TRANSAÇÕES

As TRANSAÇÕES com o cartão de pagamento são passíveis de serem efetivadas em qualquer estabelecimento AFILIADO, devendo, para tanto, o PORTADOR apresentar o cartão e, conferidos os dados lançados, assinar o COMPROVANTE DE OPERAÇÃO emitido em duas vias.

Parágrafo Primeiro - O BANCO não se responsabilizará por qualquer eventual restrição imposta por AFILIADOS ao uso do cartão, nem pelo preço, qualidade e quantidade dos bens deles adquiridos ou dos serviços por eles prestados.

Parágrafo Segundo - A aquisição de bens e serviços ocorrerão mediante:

- I. Assinatura no COMPROVANTE DE OPERAÇÃO;
- II. ASSINATURA ELETRÔNICA; ou
- III. ASSINATURA EM ARQUIVO.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao PORTADOR verificar a correção dos dados lançados no comprovante de operação pelo(s) AFILIADO(S) sendo certo que, a impostação de senha, o fornecimento do número do CARTÃO ou a aposição da assinatura no documento, significará integral responsabilidade do CONTRATANTE e do PORTADOR, pela transação, perante o BANCO.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO DAS TRANSAÇÕES

O CONTRATANTE, através deste instrumento, autoriza o BANCO a debitar diariamente em sua CONTA CORRENTE DE RELACIONAMENTO o valor das transações processadas no dia.

Parágrafo Primeiro - O BANCO disponibilizará mensalmente ao CONTRATANTE o DEMONSTRATIVO MENSAL contendo as compras e lançamentos que configurem movimentação financeira decorrente da utilização do CARTÃO.

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo da exigibilidade do pagamento diário das transações, poderá ser contestada pelo CONTRATANTE ou pelo PORTADOR qualquer parcela do demonstrativo de conta, no prazo de até 10 (dez) dias seguintes ao vencimento do respectivo débito. O não exercício dessa faculdade implica o reconhecimento da exatidão da conta.

Parágrafo Terceiro - Poderá o BANCO, a seu exclusivo juízo, admitir que a contestação ocorra a qualquer tempo, desde que não ultrapasse os prazos máximos estipulados no regulamento da bandeira internacional em que for processada.

Parágrafo Quarto - Poderá o BANCO, a seu exclusivo critério e sem que tal procedimento constitua assunção de nova dívida, admitir que os pagamentos diários sejam pagos deduzidos as parcelas contestadas.

Parágrafo Quinto - O CONTRATANTE desde já aceita e reconhece,

para todos os efeitos legais, como válidos e verdadeiros, fac-símiles, cópias microfilmadas ou fotocópias dos comprovantes de vendas/saques, bem como os dados registrados nos computadores do BANCO, quando as TRANSAÇÕES forem processadas diretamente em terminais ou outros equipamentos eletrônicos credenciados pelo BANCO.

Parágrafo Sexto - A Central de Atendimento do BANCO registrará, no ato da contestação, aquelas que não forem esclarecidas naquele momento e informará ao CONTRATANTE o número do registro da ocorrência para acompanhamento e justificação de glosa de valor faturado.

Parágrafo Sétimo - Para efeito de controle dos gastos efetuados, será considerada como data de vencimento do CPDC o dia 10 (dez) de cada mês.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CUSTOS PARA O CONTRATANTE

O CONTRATANTE pagará ao BANCO diariamente, por meio de débito na Conta de Relacionamento, os valores das TRANSAÇÕES lançadas no dia com os CARTÕES emitidos sob a titularidade dele, sendo vedados quaisquer acréscimos, inclusive taxas de adesão, manutenção, anuidades ou quaisquer outros, que não estejam pactuados neste instrumento contratual, relativo a obtenção e uso do cartão de pagamento objeto deste contrato.

Parágrafo Primeiro - Não estão incluídas na vedação de que trata o "caput", eventuais despesas decorrentes de fornecimento, pelo BANCO, de originais ou cópias de comprovantes de venda, por solicitação do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Quando se tratar de itens questionados em que resultar comprovado que a TRANSAÇÃO não pertence realmente ao CONTRATANTE, não serão cobradas as despesas constantes do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

O CONTRATANTE será responsável pelas despesas e obrigações decorrentes da utilização, devida ou não, dos cartões emitidos a seu pedido, inclusive quando for processada na modalidade de ASSINATURA EM ARQUIVO, perante o BANCO:

I. Até a data e hora da recepção da comunicação de furto, perda e/ou extravio pelo BANCO, através dos serviços das Centrais de Atendimento, cujos telefones são de conhecimento do CONTRATANTE, disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados, quando se tratar de CARTÃO em vigor; e/ou

II. Até a data e hora da recepção da comunicação de furto, perda e/ou extravio pelo BANCO, através dos serviços das Centrais de Atendimento, quando se tratar de CARTÃO cancelado ou substituído, não devolvido pelo PORTADOR ao BANCO.

Parágrafo Primeiro - Não estarão cobertos pela comunicação de perda, roubo, furto ou extravio, a utilização do CARTÃO nas transações em terminais eletrônicos que necessitem do uso de código pessoal e secreto, pois tal código é de atribuição, conhecimento e sigilo exclusivos do PORTADOR.

Parágrafo Segundo - Nas comunicações de furto, perda e/ou extravio referidas no inciso I do caput desta Cláusula, o comunicante receberá do BANCO um Número de Ocorrência de Atendimento (NOAT), o qual constituirá confirmação e identificação do pedido de bloqueio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CADASTRO

O CONTRATANTE obriga-se a informar a mudança de seu endereço e dos CENTROS DE CUSTOS e PORTADORES ao BANCO, arcando, se não o fizer, com as consequências diretas ou indiretas dessa omissão.

Parágrafo Único - Ao ingressar no SISTEMA, o nome e identificação, dados pessoais e de consumo do CONTRATANTE ou CENTRO DE CUSTO e do PORTADOR passam a integrar o cadastro de dados de propriedade do BANCO que, desde já, fica autorizada a dele se utilizar, respeitadas as disposições legais em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS

O CONTRATANTE pagará ao BANCO, a título de ressarcimento de despesas, os gastos em que esta vier a incorrer para o fornecimento de originais ou cópias de comprovantes de operações, observado o Parágrafo 2º da Cláusula Décima.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

No caso de existir saldo financeiro remanescente na Conta de Relacionamento após o término da execução das ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, inclusive referente a rendimentos de aplicação financeira, o CONTRATANTE deverá devolver o recurso à União por meio de Guia de Recolhimento, no prazo fixado para a prestação de contas, nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O prazo deste contrato será de 5 (cinco) anos, contados de sua assinatura.

Parágrafo Único - Findo o Contrato, em seu termo ou em virtude de rescisão amigável ou judicial, na forma da Lei 8.666/93, o BANCO concluirá os serviços contratados com o CONTRATANTE relativamente ao CPDC que tenham recebido recursos financeiros do Ministério da Integração Nacional na forma prevista neste Contrato, sendo vedados novos repasses de recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS MODIFICAÇÕES

O BANCO poderá ampliar as hipóteses de utilização do CARTÃO, agregando-lhe outros serviços, e introduzir modificações no presente Contrato, desde que, compatíveis com a legislação sobre o CPDC, mediante Termo Aditivo que deverá ser assinado por ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACESSO AS INFORMAÇÕES

O CONTRATANTE autoriza expressamente o acesso aos extratos de movimentação do CPDC ao Ministério da Integração Nacional, à Controladoria-Geral da União e demais órgãos de controle federal e local.

Parágrafo Primeiro - O BANCO poderá monitorar e gravar as ligações telefônicas através da Central de Atendimento.

Parágrafo Segundo - O CONTRATANTE, desde já autoriza, de forma irrevogável e irretroatável, que o BANCO encaminhe, mensalmente, por meio eletrônico ou magnético, as informações referentes à utilização do CPDC aos órgãos responsáveis competentes, para fins de controle e divulgação no Portal da Transparência, instituído pelo Decreto nº 5.482, de 30.6.2005.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ADESÃO AO PRESENTE CONTRATO

O Município que receber recursos do Estado na modalidade de Sub-Repasse adere, incondicionalmente, aos termos do presente CONTRATO, sendo a adesão efetivada por intermédio da retirada do CARTÃO e do seu desbloqueio.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS ÔNUS E ENCARGOS

Todas as despesas necessárias e decorrentes da execução dos serviços ora contratados inclusive impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outros que forem devidos relativamente aos serviços e aos empregados, são de inteira, única e exclusiva responsabilidade do BANCO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A publicação do extrato deste contrato e dos eventuais aditamentos, no Diário Oficial do Estado/Município, ou em outro veículo de comunicação usualmente utilizado para esta finalidade, será providenciada pela CONTRATANTE, no prazo a que alude o Parágrafo Único, do art. 61 da Lei no 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Para informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a este Contrato, o BANCO coloca à disposição do Representante Autorizado do Centro de Custos do CONTRATANTE e dos PORTADORES, os telefones da Central de Atendimento do Banco do Brasil - CABB 0800 979 0909, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003 0600 (capitais e regiões metropolitanas), 0800 729 0600 (demais localidades), SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor 0800 729 0722 e para deficientes auditivos ou de fala o telefone 0800 729 0088. Caso o Representante Autorizado do Centro de Custos do CONTRATANTE ou o PORTADOR considere(m) que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deve entrar em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800 729 5678.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de GUARAMIRIM-SC para dirimir quaisquer questões oriundas do presente CONTRATO, não decididas pelas partes na forma prevista na Cláusula Vigésima Segunda deste Instrumento.

E assim, por estarem ajustadas e acordadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato, em 3(vias) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2(duas) testemunhas abaixo assinadas.

GUARAMIRIM-SC, 12 de junho de 2014.

PREFEITO

Representante do BB

SECRETÁRIO DE FINANÇAS MUNICÍPIO

Extrato do Contrato N. 11/2014 - Processo N. 26/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 11/2014

Processo de Licitação: 026/2014 - PMG

Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto: Fornecimento de gasolina comum.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: POSTO DE GASOLINA MAIOCHI LTDA com endereço na Rua 28 de Agosto, nº 1598, Centro, Guaramirim, SC, CEP 89.270-00, inscrita no CNPJ sob nº 83.539.395/0001-22.

Valor: R\$ 13.736,28 (treze mil setecentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos).

Data da Assinatura: 12/03/2014 Vigência: 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 18/06/2014.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Edital N. 37/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 37/2014

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA DE ENTULHO (TRANSPORTE, LOCAÇÃO DE CAÇAMBA E DESTINAÇÃO FINAL DO ENTULHO).

Entrega dos Envelopes: 08/07/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 08/07/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 18/06/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº. 340/2014

DECRETO Nº. 340/2014

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.147.811,20.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.147.811,20 (um milhão cento e quarenta e sete mil oitocentos e onze reais vinte centavos) constante do orçamento Municipal, aprovado pela Lei nº. 4.107/2013 de 06 de dezembro de 2013, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.1009	Construcao, ampliacao, reforma e equip. para unida
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00037100	Outros Rec. Fundo Nacional de Saúde
	Valor: (169.988,56)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA

12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.1009	Construcao, ampliacao, reforma e equip. para unida
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00017100	Outros Rec. Fundo Nacional de Saúde
	Valor: (977.822,64)

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém: do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior no vínculo 36400 no valor de R\$ 20.807,93, 16500 no valor de R\$ 20.493,31, 36400 no valor de R\$ 103.739,62 e 36402 no valor de R\$ 24,947,70; e o excesso de arrecadação no vínculo 17100 no valor de R\$ 977.822,64.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de junho de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC, edição nº ____, em __ / __ /2014.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 3.045/2014.

Lei nº 3045/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 128.000,00 (Cento e vinte e oito mil reais)

Nelson Guindani , PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;
Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

1000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
1001.3010045-1051					Aquisição de equipamentos/veículos
44900000	0164	007	Investimentos	R\$	110.000,00
1001.103040034-1048					Aquisição de equipamentos e material permanente
44900000	0166	031	Investimentos	R\$	18.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º desta lei

1000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
1001.103010045-2079					Manutenção, Encargos e Atividades do Fundo de Saúde
31900000	0164	008	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	110.000,00
1001.103040034-2078					Manutenção e implementação das ações de Promoção de Saúde
33900000	0166	035	Investimentos	R\$	18.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, 17 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI
Prefeito MUNICIPAL

Decreto Nº 3.300/2014.

Decreto nº 3300/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 128.000,00 (Cento e vinte e oito mil reais)

Nelson Guindani , PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal 3045 de 17 de junho de 2014.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

1000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
1001.3010045-1051			Aquisição de equipamentos/veículos		
44900000	0164	007	Investimentos	R\$	110.000,00
1001.103040034-1048			Aquisição de equipamentos e material permanente		
44900000	0166	031	Investimentos	R\$	18.000,00

Art. 2º - Fica anulada a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º deste decreto:

1000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
1001.103010045-2079			Manutenção, Encargos e Atividades do Fundo de Saúde		
31900000	0164	008	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	110.000,00
1001.103040034-2078			Manutenção e implementação das ações de Promoção de Saúde		
33900000	0166	035	Investimentos	R\$	18.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 17 de junho de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito MUNICIPAL

Portaria Nº 795/2014

PORTARIA Nº 795/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 17 de Junho de 2014, da servidora FRANCIELI ZAGO (Matr. 2793), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 796/2014

PORTARIA Nº 796/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 17 de Junho de 2014, da servidora IONE MARIA BELOTTO CORREA (Matr. 3229), a qual exerce a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****Portaria Nº 125/2014**

PORTARIA Nº 125, DE 05 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos ao servidor abaixo relacionado, que se encontra devidamente habilitado:

a) Mauri Miorelli Disegna - Carteira Nacional de Habilitação nº 741957343, nº registro 02464915832, categoria "AB", com validade até 10.03.2018.

Art. 2º. O servidor autorizado a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. O servidor autorizado a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 126/2014

PORTARIA Nº 126, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"DETERMINA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando, a terceirização dos serviços de transporte escolar;

Considerando, os termos do ofício nº 17, de 05 de junho de 2014;

Considerando, que o transporte escolar da Linha São Pascoal, deixou de ser efetuado por veículos do Município;

Com amparo no artigo 88, incisos VUU e IX da Lei orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. A função e atribuições de Motorista do servidor WALDEMAR CORDEIRO, serão exercidas junto a Secretaria Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 127/2014

PORTARIA Nº 127, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA O SERVIDOR DOMINGOS MACHADO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor DOMINGOS MACHADO DA SILVA - MOTORISTA - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 - REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 128/2014

PORTARIA Nº 128, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A SERVIDORA KELLYN REGINA DE OLIVEIRA REINEHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal a servidora KELLYN REGINA DE OLIVEIRA REINEHER - DENTISTA - NÍVEL 13 - REFERÊNCIA B, para o mesmo cargo, NÍVEL 13 - REFERÊNCIA C, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo V - Serviços de Nível Superior, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 129/2014

PORTARIA Nº 129, DE 1º DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA O SERVIDOR WILMAR SCUCIATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor WILMAR SCUCIATO - MOTORISTA - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 - REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

]

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Decreto Nº 2653/2014

DECRETO Nº 2653, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

"CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 88, inciso VII, e art. 30, inciso II da Lei Orgânica do Município, mais o contido no art. 17 inciso II da lei n. 8666/93, DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Avaliação de Bens Móveis, composta pelos membros a seguir identificados para, sob a presidência do primeiro, elaborar avaliação dos bens móveis constantes do Anexo Único e relatórios complementares deste Decreto:

I - Célio Lucas Ramos, brasileiro, servidor público efetivo ocupante do cargo de Veterinário, representando a Secretaria Municipal da Agricultura;

II - Luis Fernando Tragancin, brasileiro, servidor contratado, ocupante do cargo de Farmacêutico, representando o Fundo Municipal da Saúde de Ibiã;

III - Edson Gomes de Oliveira, brasileiro, servidor público efetivo, ocupante do cargo de mecânico, representando a Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras e Serviços Urbanos;

IV - Rodrigo Felicetti Perosa - servidor público efetivo, ocupante do cargo de Técnico Educacional, representando a Secretaria Municipal da Educação;

V - Elza Rinaldi Coser - servidora efetiva, ocupante do cargo de contadora, representando a Secretaria Municipal da Administração e Fazenda;

Parágrafo 1º - Os Secretários Municipais poderão ser consultados para prestar todas as informações e esclarecimentos complementares necessários para a tomada de decisão da Comissão instituída por este Decreto.

Parágrafo 2º - A Comissão referida no caput deste artigo deverá elaborar parecer conclusivo quanto aos valores e a inservibilidade ou não dos bens a serem avaliados.

Parágrafo 2º - A Comissão deverá concluir seus trabalhos no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiã - SC, 17 de Junho de 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Imbituba

PREFEITURA

Resolução Seduc/PMI Nº 001, de 4 de Junho de 2014.

RESOLUÇÃO SEDUC/PMI nº 001, de 4 de Junho de 2014.

Estabelece critérios complementares à implementação da jornada de trabalho e do horário especial de expediente dos servidores da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no exercício de sua competência e atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º do Decreto PMI nº 126, de 26 de setembro de 2007, que dispôs sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Municipal Direta e das Fundações Públicas Municipais;

CONSIDERANDO o que dispõem os artigos 1º e 2º do Decreto PMI nº 45, de 13 de abril de 2009, que estabelece horário especial de expediente da Administração Pública Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no caput do artigo 33- parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 1984, de 13 de 16 de dezembro de 1999, que estabelece horário a jornada de trabalho dos docentes da Rede Municipal de Ensino,

RESOLVE:

Art. 1º A jornada de trabalho e o horário especial de expediente dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, observará as disposições do Decreto PMI nº 126/ 2007 , Decreto PMI nº 45/2009 e Lei Complementar 1984/99.

§ 1º O horário de expediente da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Junho de 2014, observará, preponderantemente, aquele indicado no Decreto PMI nº 45/2009, ou seja, das 12h45 às 19h, com intervalo para repouso ou alimentação no período compreendido entre as 16h e 17h.

§ 2º Para adequar as atividades da Secretaria às peculiaridades das suas unidades administrativas, ficam estabelecidos os critérios complementares, ante o interesse e a conveniência dos serviços, com a especificidade do horário a ser observado por cada servidor, conforme Anexo Único desta Resolução.

§ 3º Cabe aos gestores das Unidades Organizacionais (Diretores, Chefes de Departamento, Gerentes, Coordenadores e Supervisores) a observância das disposições do Decreto PMI nº 126/ 2007 e Decreto PMI nº 45/2009, bem como, das demais normas pertinentes, com reiterada fiscalização do cumprimento dos horários de trabalho por si e pelos servidores sob suas responsabilidades.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba/SC, 04 de Junho de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Registre-se e Publique-se.

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO SEDUC/PMI nº 002, 04 de Junho de 2014.

Especificidade de Unidades Organizacionais/Servidores/Horários

UNIDADE ORGANIZACIONAL	SERVIDOR(A)		EXPEDIENTE			
	NOME	FUNÇÃO	INÍCIO	INTERVALO		FINAL
				INÍCIO	FINAL	
Gerência e Coord. de Educação	Adriana de Souza Miguel	Gerente	12h45	16h15	16h30	19h00
	Rozenilda M. Rodrigues da Rosa	Coordenador	12h45	16h00	16h15	19h00
	Fabiana de Jesus	Assessora	12h45	16h00	16h15	19h00
Departamento Financeiro	Izabel da Fonseca Cavalcante	Coordenador	12h45	16h00	16h15	19h00
	Licariane Martins	Professora	12h45	16h45	17h00	19h00
Departamento Administrativo	Vera Lucia V. Silveira	Supervisora Controle Adm	12h45	16h15	16h30	19h00
	Andreia Mendes da Silva	Supervisora Mat. Didático	12h45	16h00	16h15	19h00
	Loyde da Silva Batista	Assessora	12h45	16h30	16h45	19h00
	Elidia da S. Feliciano	Professora	12h45	16h00	16h15	19h00
Departamento de Manutenção Patrimonial	Vanderlei de Carvalho	Chefe de Departamento	12h45	16h15	16h30	19h00
	Marlise Antunes	Assessor	12h45	16h00	16h15	19h00
	Aguines Martins	Estagiaria	13h00			17h00

Departamento Pedagógico	Fabiane Correa do Nascimento	Supervisor do Ens. Fund II	12h45	16h30	16h45	19h00
	Andrea Pacheco da Rosa	Supervisora Ens. Fund I	12h45	16h00	16h15	19h00
	Ana Lucia da Silva Marques	Chefe de Departamento	12h45	16h00	16h15	19h00
	Angela Maria F. da Rosa	Professora	12h45	16h15	16h30	19h00
	Valdirene Dias Gonçalves	Coord. Educação Infantil	12h45	16h30	16h45	19h00
	Cleria Leandro Reis	Assessora Especial	12h45	16h00	16h15	19h00
	Magali Aparecida Vieira	Supervisora Ed. Especial	12h45	16h00	16h15	19h00
	Reasilvia Gomes Ribeiro	Psicopedagoga	12h45	16h15	16h30	19h00
	Izabel Inacio	Psicóloga	12h45	16h30	16h45	19h00
	Ana Cristina Figueiró Rosito	Fonoaudióloga	12h45	16h45	17h00	19h00
Departamento de Tecnologia e Informação - TI	Michele Ferreira da Silva	Supervisora de TI	12h45	16h30	16h45	19h00
	Celso Guimarães Filho	Professor	12h45	16h00	16h15	19h00
	Lourenço Luiz de Pietro Jr	Analista de Informática	12h45	16h00	16h15	19h00
Departamento de Alimentação Escolar	Olga de Lucca	Nutricionista	12h45	16h15	16h30	19h00
	Eliane A. M. Silverio	Professora	12h45	16h30	16h45	19h00
Departamento de Transporte Escolar	Eliane de Abreu Ceciliano	Supervisora	12h45	16h30	16h45	19h00
	Maria de Fátima L. da Rosa	Professora	12h45	16h30	16h45	19h00
	Luciano Geremias	Motorista	12h45	16h30	16h45	19h00
Serviços Supervisão de	Alessandra Alves	Servente merendeira	06h45	09h45	10h00	13h00
	Antonina B. de Souza	Servente merendeira	12h45	16h15	16h30	19h00
	Andréa Ribeiro	Servente merendeira	12h45	16h45	17h00	19h00
	Oto Araújo Filho	Serviços Gerais	12h45	16h45	17h00	19h00

Extrato: PMI Setur 2014/96 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETUR 2014/96 A00

Contratada: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

C.N.P.J: 82.836.057/0001-90

Objeto: CONTRATAÇÃO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA PARA LOCAÇÃO DE UM ESPAÇO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA NO EVENTO 16º QUERMESSE COMUNITÁRIA DE GAROPABA.

Valor: R\$ 10.000,00 Prazo: 5 dias

Fundamento: Processo nº. 88/2014 Inexigibilidade 06/2014

Imbituba, 17 de junho de 2014.

Adilson Jorge Silvestre

Secretário Municipal de Turismo

Contratante

Prefeitura Municipal de Garopaba

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/144 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2013/144 A01

Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA

C.N.P.J: 07.185.611/0001-09

Objeto: INCLUSÃO DE CLÁUSULA AO CONTRATO QUE: PERMITEO LIVRE ACESSO AOS DOCUMENTOS E REGISTROS CONTÁBEIS DA EMPRESA, REFERENTE AO OBJETO CONTRATADO DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICA DA UNIÃO/MINISTÉRIO E DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

Fundamento: Processo nº. 119/2013 Tomada de Preços 04/2013

Imbituba, 17 de junho de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal da Seinfra

Contratante

Castelo Engenharia Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 2013/08 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2013/08 A03

Contratada: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA

C.N.P.J: 01.375.841/0001-46

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 240 (DUZENTOS E QUARENTA) DIAS AO CONTRATO.

Fundamento: Processo nº. 131/2012 Concorrência 04/2012

Imbituba, 17 de junho de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal da Educação

Contratante

Construtora Formigoni Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato de Publicação de Pregão Presencial 24/2014 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO Nº 27/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 03 de julho de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de 02 (dois) veículos motocicleta para uso da Secretaria Municipal de Saúde e Controle a Endemias Programa Dengue.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 23 de junho de 2014.
Milene Ribeiro da Silva
Pregoeira Oficial

Iomerê**PREFEITURA****Inexigibilidade Nº 12/2014 - PMI**

Prefeitura Municipal de Iomerê
Inexigibilidade de Licitação nº 0012/2014

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show musical para Festa de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: THIAGO DE OLIVEIRA ALVES
Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Iomerê, 17 de junho de 2014
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

Ata de Reunião de Julgamento do PL 39, PP 20-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
Folha: 1/15	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2014, conforme anexos do Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 26/2014 (Sequência: 4)

Ao(s) 16 de Junho de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 39/2014, Licitação nº 20/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de 2014, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: JONATAN VIEIRA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA - EPP e COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO ONCÓRDIA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº. GILBERTO LOCATELLI, sócio proprietário da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA - EPP, a Srª DRIANE MURARO representante credenciado da empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO ONCÓRDIA e o Sr. JONATAN VIEIRA sócio proprietário da empresa JONATAN VIEIRA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de microempresa, somente a empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO ONCÓRDIA não se credencia como microempresa, as demais são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Porém a empresa JONATAN VIEIRA foi desclassificada no lote 04 por não cotar o item 27 do mesmo, conforme item 4.2.6 do edital. A empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA - EPP foi desclassificada no lote 01 por não apresentar amostras, conforme o item 5.1 do edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 2/15

LOTE: 1**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Biscoito doce tipo sortido, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, soro de leite em pó, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 25g de carboidrato, 2,2g de proteína e 3,8g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	250,00	PARATI	0,0000	4,48	1.120,00
2	Biscoito doce tipo "maisena", aromatizado artificialmente, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 23g de carboidrato, 2,2g de proteína e 3g de gorduras totais, menos de 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370 gr, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	100,00	PARATI	0,0000	3,57	357,00

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014</p>
	Folha: 3/15

LOTE: 1**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Bolacha Salgada Integral, consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fibra de trigo, extrato de malte, fosfato monocalcico, glicose, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 30g de aproximadamente: mínimo de 22g de carboidrato, 3g de proteína e 4,5g de gorduras totais, menos que 1,65 gr de gordura saturada e menos que 150 mg de Sódio O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 , na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	230,00	ISABELA	0,0000	4,61	1.060,30
55	Macarrão tipo rigatoni, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	250,00	PARATI	0,0000	2,89	722,50
56	Macarrão tipo cabelo de anjo, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão, com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	90,00	PARATI	0,0000	3,99	359,10

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 4/15

LOTE: 1**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
61	Biscoito doce maria, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal, soro de leite, açúcar invertido, cacau, amido, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g de aproximadamente: 25g de carboidrato, 2,3g de proteína e 2,8g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica (dupla) de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	200,00	PARATI	0,0000	3,99	798,00
62	Biscoito doce maria sem LACTOSE, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 24g de carboidrato, 2,2g de proteína e 2,2g de gorduras totais, menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150g de sódio acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	50,00	NINFA	0,0000	4,49	224,50
63	Biscoito doce tipo rosca, sem lactose : ingredientes farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico vit.B9, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, amido, cacau em pó, sal fermentos químicos, com valor nutricional aproximado por porção de 30g, 23g de carboidrato, 1,7 g de proteína, 2,6 de gorduras totais, 1 g de gordura saturada, 0 de gordura trans. e menos que 150g de sódio, acondicionada em embalagens plástica de polipropileno, 400 gramas, sem corantes, na embalagens deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote.	UN	50,00	NINFA	0,0000	4,69	234,50

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 5/15

LOTE: 1**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
64	Bolacha Salgada Integral, consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fibra de trigo, extrato de malte, fosfato monocalcico, glicose, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 30g de aproximadamente: mínimo de 22g de carboidrato, 3g de proteína, 4,5g de gorduras totais e menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	50,00	ISABELA	0,0000	4,69	234,50

Total do Participante -----> 5.110,40

LOTE: 2**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Carne Bovina Moida magra, de 1ª qualidade (patinho ou coxão mole), congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 3 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	220,00	FRIGORIFICO DRI	0,0000	14,58	3.207,60
5	Carne Bovina tipo músculo com osso, de 1ª qualidade, congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 3 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	150,00	FRIGORIFICO DRI	0,0000	5,72	858,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 6/15

LOTE: 2**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Carne de Frango tipo coxa e sobrecoxa, congelada, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	280,00	AURORA	0,0000	6,21	1.738,80
7	Carne Suína (iscas), congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 2Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	180,00	FRIGOLASTE	0,0000	9,02	1.623,60
8	Carne Bovina em cubos tipo patinho ou coxão mole, congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	180,00	FRIGORIFICO DRI	0,0000	14,59	2.626,20

Total do Participante -----> 10.054,20

LOTE: 3**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	Amido de Milho, produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não podendo estar úmido, fermentado ou rançoso, deve estar sob a forma de pó e produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos, umidade máxima de 14%, acidez de 2,5%, mínimo de 84% de amido e resíduo mineral fixo de 0,2%, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 87,6g de carboidrato, 0,3g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade, embalagens de 500 grs cada produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	10,00	APTI	0,0000	2,80	28,00

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014</p>
	Folha: 7/15

LOTE: 3**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1, subgrupo parboilizado, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, resistente e transparente, com 5 Kg, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, deve ser de procedência nacional e ser de safra corrente, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), informações do fabricante, especificação do produto, data de validade e lote, estampados na embalagem, sem glúten, contendo no mínimo 90% de grãos inteiros com no máximo 14% de umidade e com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 32,3g de carboidratos, 2,3g de proteínas e 2,9 de gorduras totais. Com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento	PCT	100,00	KIARROZ	0,0000	9,87	987,00
11	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PCT 1 KG	PCT	50,00	AMANDY	0,0000	3,17	158,50
12	Fubá de milho amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, não poderá estar úmido ou rançoso, com umidade máxima de 15%, com acidez máxima de 5%, com no mínimo 7% de proteína, com rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, ingredientes: fubá, ferro e ácido fólico, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 77,2g de carboidrato, 9,6g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, original do fabricante, resistente, pacotes de 01 Kg, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	150,00	VICENSI	0,0000	2,15	322,50
13	Lentilha, tipo 1, classe graúda, nova, de 1ª qualidade, sem grãos mofados e/ou cartuchos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 60,7g de carboidrato, 23,7g de proteína e 1,3g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 400g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	70,00	KERI	0,0000	3,77	263,90
14	Sagu, tipo 1, grupo tapioca, subgrupo sagu artificial, preparado com matéria prima sã, limpa, isenta de matéria terrosa, parasito, detrito animal ou vegetal, com no máximo 15% de umidade, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 86,4g de carboidrato, 0,6g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno resistente e transparente, original do fabricante, de 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	50,00	LAGES	0,0000	3,51	175,50

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 8/15

LOTE: 3**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	Mortadela de carne suína ou bovina, magra, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, de 1ª qualidade, sem manchas esverdeadas, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, ingredientes: carne mecanicamente separada de aves, toucinho, pele suína, carne bovina, maltodextrina, aromas naturais, extrato de arroz fermentado, água, amido, sal, proteína texturizada de soja, açúcar, estabilizante tripolifosfato de sódio, polifosfato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, aromas: pimenta branca, fumaça e calabresa, regulador de acidez lactato de sódio, conservadores: nitrito e nitrato de sódio, realçador de sabor glutamato monossódico e antioxidante eritorbato de sódio, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica atóxica, resistente, na embalagem deverá constar especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade de 1 mês, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	70,00	AURORA	0,0000	6,48	453,60
16	Salsicha de carne bovina ou suína tipo "hot dog", congelada, com no máximo 2% de amido, com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo de no máximo 10%, ingredientes: carne mecanicamente separada de frango, gordura suína, carne suína, água, carne de peru, proteína isolada de soja, fécula de mandioca, sal, maltodextrina, condimentos naturais, pimenta preta, regulador de acidez lactato de sódio, estabilizantes: tripolifosfato de sódio, polifosfato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, aromas: fumaça, natural de pimenta branca, naturais e idênticos aos naturais de pimentas da Jamaica e preta, realçador de sabor glutamato monossódico, antioxidantes eritorbato de sódio, conservador nitrito de sódio, corante urucum, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 50g: 1,5g de carboidrato, 6,3g de proteína e 1,3g de gorduras totais, acondicionadas em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	150,00	AURORA	0,0000	8,89	1.333,50
17	Extrato de Tomate simples concentrado, com no mínimo 20% de substância seca e de 18 a 20% de brix, com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e semente, o produto deverá estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso, ingredientes: tomate, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 8,9g de carboidrato, 1,7g de proteína e 0,2g de lipídio, e menos de 500 mg de Sódio em embalagem tetra pak de 350 gramas, original do fabricante, sem aditivos ou conservantes, na embalagem devem constar as especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	CX	80,00	ARISCO	0,0000	2,47	197,60

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 9/15

LOTE: 3**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
18	Margarina Cremosa Vegetal com sal, com 50 a 70% de lipídios, apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos, deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis, ingredientes: água, óleos vegetais líquidos interesterificados, sal, vit. A, leite em pó desnatado reconstituído, soro de leite em pó reconstituído, estabilizante mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol com ácido ricinoleico, conservador benzoato de sódio e sorbato de potássio, acidulante ácido cítrico, aroma idêntico ao natural de manteiga e aroma natural de manteiga, antioxidantes BHT, EDTA e TBHQ e corantes urucum, cúrcuma e beta caroteno sintético idêntico ao natural, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,4g de carboidrato, 0,6g de proteína e 81g de lipídio, menos que 5,5 gr de gordura saturada e menos que 500 mg de sódio acondicionado em embalagem plástica atóxica de 0,500 Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	Pt	25,00	SOYA	0,0000	4,31	107,75
19	Milho verde em lata, de 1ª qualidade, produto preparado com milho previamente debulhado, envazado praticamente cru, reidratado ou pré-cozido, imerso ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração, ingredientes: grão de milho verde in natura, água, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 20g de carboidrato, 2,1g de proteína e 0,6g de lipídio, e sódio menor que 500mg acondicionadas em latas de 280g, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	LT	80,00	QUERO	0,0000	2,01	160,80
20	Óleo de Soja refinado tipo 1, que sofreu processo tecnológico adequado como degomagem, neutralização, clarificação, frigorificação e não de desodorização, não contendo glúten, acondicionado em embalagem pet de 900ml, original do fabricante, com prazo de validade e lote, especificações do produto e informações do fabricante, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	120,00	SOYA	0,0000	3,20	384,00
37	Queijo tipo mussarela, fatiado, produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semidura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado próprio, umidade máxima de 58% e quantidade mínima de 28% de lipídios, ingredientes: leite pasteurizado, fermento lácteo, cloreto de cálcio, coalho e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 18g de aproximadamente: 0g de carboidrato, 5g de proteína e 5g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, de 150 gramas transparente e resistente, original do fabricante, com informações do fabricante, especificações do produto, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	60,00	AURORA	0,0000	4,60	276,00
38	Queijo Parmesão ralado- embalagens de 50 gr- ingredientes: queijo parmesão, fermento lácteo, cloreto de cálcio, coalho e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 10g de aproximadamente 2g de carboidrato, 3,4g de proteína e 2,7g de lipídio, embalagens de 50gr- data de fabricação, prazo de validade e lote, e registro no ministério da agricultura-SIF E SIE.	PCT	150,00	TIROL	0,0000	2,08	312,00

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014</p>
Folha: 10/15	

LOTE: 3**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
40	Achocolado em pó instantâneo, enriquecido com vitaminas, deverá ser obtido de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas, detritos animais, cascas de semente de cacau, ou outros detritos vegetais, aspecto: pó homogêneo, cor própria do tipo, cheiro característico e sabor doce, próprio, com umidade máxima de 3%, ingredientes: açúcar, cacau em pó solúvel, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico, aromatizantes, e não deve conter glúten, com valor nutricional para a porção de 100g de aproximadamente: 50,2 g de carboidrato, 19,2g de proteína e 12,7g de lipídio, acondicionado em embalagem de 400 grs aluminizada, ou metalizada ou plástica de polietileno leitoso, original do fabricante, com prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	85,00	APTI	0,0000	3,07	260,95
41	Café granulado solúvel instantâneo, com selo da ABIC, com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas, não contendo glúten, acondicionado em embalagem aluminizada de 200g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	25,00	IGUAÇU, AMIGO	0,0000	9,80	245,00
42	Colorífico vermelho, em pó, fino, homogêneo, obtidos de frutos maduros de espécimes genuínos, grãos sãos, limpos, dessecados e moídos, de coloração vermelho intenso, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isentos de materiais estranhos e livre de umidade, ingredientes: farinha de milho, óleo de soja, sal e pasta de urucum, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de 500g, original do fabricante, com informações do fabricante, especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade.	PCT	30,00	INCAS	0,0000	3,50	105,00
43	Fermento Químico em pó, produto formado de substâncias químicas que por influência do calor e/ou umidade produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentado-lhes o volume e a porosidade, contendo como ingrediente: amido de milho ou fécula de mandioca, bicarbonato de sódio, carbonato de cálcio e fosfato monocalcico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 41,6g de carboidrato, 0g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem de 250g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	15,00	ROYAL	0,0000	5,39	80,85
44	Gelatina em pó, sabores variados, produto constituído de gelatina comestível em pó, sal, açúcar, acidulante, aromatizantes e corantes artificiais, não contendo glúten, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, composição nutricional na porção de 15,4g de gelatina preparada: 13g de carboidrato, 1g de proteína e 0g de gorduras totais, acondicionada em embalagem de 1 KG, original do fabricante, enriquecida com vitaminas C, D e E, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	60,00	APTI	0,0000	9,19	551,40

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 11/15

LOTE: 3**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
45	Pó para Pudim, com leite, sabor variado, ingredientes: açúcar refinado, leite em pó, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, cacau em pó, sal e aromatizante, não contendo glúten, composição nutricional de 25g: 21g de carboidrato, 1g de proteína e 1g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso de 01 kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	100,00	APTI	0,0000	7,63	763,00
46	Açúcar cristal branco de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno transparente e resistente, original do fabricante, com 5Kg, aspecto granuloso de fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, contendo aproximadamente 99,3% de carboidrato por porção, deverá ser de origem vegetal fabricado a partir de sacarose de cana de açúcar, livre de fermentação, de parasitos e de detritos animais ou vegetais, não contendo glúten, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), na embalagem deve constar informações do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote.	PCT	60,00	MINASCUCAR	0,0000	8,87	532,20
47	Alho, novo, graúdo, de 1ª qualidade, sem réstia, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 100g, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	PCT	80,00	CHAPECO	0,0000	2,49	199,20
48	Caldo de galinha, caixas de 114grs com 12 tabletes, ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, extrato de levedura, açúcar, alho, gordura de galinha, salsa, condimento, cisteína, carne de galinha, realçadores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico, aromatizantes e corantes naturais.	UN	70,00	APTI	0,0000	2,19	153,30
49	canela em pó, embalagens de 30 grs	Pt	15,00	APTI	0,0000	2,49	37,35
50	Cravo, sem a presença de fungos, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 12 gr, sem a presença de sujidades ou produtos estranhos.	PCT	15,00	APTI	0,0000	4,16	62,40
51	Feijão preto, tipo 1, novo, de 1ª qualidade, constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e integros, sem a presença de grãos mofados e/ou cartuchos, na cor característica e variedade correspondente de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 12,2g de carboidrato, 0g de proteína e 0,3g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 6 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	140,00	AMANDY	0,0000	5,49	768,60
52	Ovos de Galinha tipo "grande", casca lisa, limpos, não trincados, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,8g de carboidrato, 12,9g de proteína e 11,5g de lipídio, embalados em dúzias em caixa de papelão ou de plástico resistente, original do fabricante, na embalagem deve constar as especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 15 dias, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	DZ	100,00	GRANJA PEDAL	0,0000	5,25	525,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 12/15

LOTE: 3**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
53	Sal refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e no máximo 15mg por Kg de acordo com a Legislação Federal Específica, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	60,00	APOLO	0,0000	1,39	83,40
54	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, acético, simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, contém conservantes, não contendo glúten, livre de sujidades, material terroso, detritos animais e vegetais, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	80,00	KOLER	0,0000	2,79	223,20
58	Aveia em flocos finos, produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 13,5g de proteína, 4,8g de lipídio e 68,4g de carboidrato, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	10,00	VITAO	0,0000	4,87	48,70
60	Doce Cremoso de Frutas tipo "Geléia", com polpa de fruta natural, deverá ser fabricado com matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, não poderá conter substância estranhas à sua composição normal, será tolerada a adição de aromatizantes naturais, será proibido adicionar ao doce de frutas corantes artificiais e aromatizantes, ingredientes: polpa de fruta, açúcar, geleificante, acidulante pectina cítrica, ácido láctico, sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 61,6g de carboidrato, 0,1g de proteína e 0,1g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, á 01 kg. original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	70,00	INCOTRIL	0,0000	5,88	411,60
69	Azeite de oliva 500ml	UN	5,00	ANDORINHA	0,0000	14,89	74,45

Total do Participante -----> 10.286,25

LOTE: 4**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
21	Banana Caturra, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	700,00	CANTU	0,0000	2,99	2.093,00
22	Maçã Vermelha, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	600,00	CANTU	0,0000	5,49	3.294,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 13/15

LOTE: 4**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
23	Morgota, in natura, nova, de 1ª qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	300,00	CANTU	0,0000	3,00	900,00
24	Mamão formosa, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	130,00	CANTU	0,0000	3,99	518,70
25	Alface Verde, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	130,00	CANTU	0,0000	2,00	260,00
26	Batata Inglesa, nova, de 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	250,00	CANTU	0,0000	2,99	747,50
27	Beterraba, sem folhas, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	100,00	CANTU	0,0000	3,99	399,00
28	Cebola, sem réstia, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	140,00	CANTU	0,0000	2,99	418,60
29	Cenoura, sem folhas, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	60,00	CANTU	0,0000	3,99	239,40
30	Pepino, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem de polipropileno, resistente com 1kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	100,00	CANTU	0,0000	2,99	299,00
31	Repolho, novo, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	120,00	CANTU	0,0000	3,89	466,80
32	Tomate, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, são, sem rupturas, TOMATE - boa qualidade (que não esteja murcho, estragado e batido) Tomate, semimaduro, 1ª qualidade, classe média ou grande, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	130,00	CANTU	0,0000	5,49	713,70
33	VAGEM qualidade e sem defeitos, beneficiada e classificada com uniformidade no tamanho e cor, ser de colheita recente. Isentas de rachaduras, perfurações, cortes ou lesões mecânicas ou provocadas por pragas ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra e resíduos de fertilizantes aderentes à casca, não podendo apresentar odores e sabores estranhos.	KG	40,00	CANTU	0,0000	4,29	171,60
34	Brócolis, novo, de 1ª qualidade, são, sem fungos, tamanho médio, flores de coloração verde, sem manchas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	50,00	CANTU	0,0000	3,99	199,50
35	Mandioca, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa e descascada, congelada, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg,	KG	120,00	CANTU	0,0000	5,49	658,80
59	Melancia, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	480,00	CANTU	0,0000	1,99	955,20

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 14/15

LOTE: 4**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
66	Abobrinha Verde, madura, de 1ª qualidade, tamanho médio, casca sã, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	60,00	CANTU	0,0000	3,99	239,40
67	MANGA DE BOA QUALIDADE (não esteja murcha, estragada e batida)	KG	100,00	CANTU	0,0000	4,49	449,00
68	Temperos naturais (salsa e cebolinha), novos, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, limpos, acondicionados em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 maço cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	30,00	CANTU	0,0000	1,99	59,70

Total do Participante -----> **13.082,90**

LOTE: 5**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
36	Leite UHT Integral, ingredientes: leite integral, estabilizante tripolifosfato de sódio, difosfato de sódio e ortofosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 6g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	L	1.000,00	AURORA	0,0000	2,78	2.780,00
39	iogurte parcialmente desnatado com polpa e sucos de fruta, sabor variado, de consistência pastosa, produto obtido através da fermentação do leite, açúcar, fermento lácteo, corante e aroma artificiais, isento de contaminações, sujidades, corpos estranhos, o rótulo deverá estar de acordo com a legislação vigente, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso, de 900g cada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade de 1 mês e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	800,00	TIROL	0,0000	4,33	3.464,00
65	Leite UHT Semidesnatado sem Lactosel, ingredientes: leite semidesnatado, estabilizante, citrato de sódio, monofosfato e difosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 2,4g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	L	50,00	PIRACANJUBA	0,0000	4,89	244,50

Total do Participante -----> **6.488,50**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 15/15

LOTE: 6**Participante: 6091 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
57	Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	KG	600,00		0,0000	7,2333	4.340,00

Total do Participante -----> 4.340,00**Total Geral ----->** 49.362,25

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 16 de Junho de 2014

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 40, PP 21-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 1/22

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Danilo João Cason, para o ano de 2014, conforme anexos do Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 27/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 16 de Junho de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 40/2014, Licitação nº 21/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de 2014, às quatorze horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliar, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: JONATAN VIEIRA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA - EPP e COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO ONCÓRDIA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, a Srª ROSMARI CHIOCHETTA LOCATELLI, representante credenciada da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA - EPP, a Srª DRIANE MURARO representante credenciado da empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA e o Sr. JONATAN VIEIRA sócio proprietário da empresa JONATAN VIEIRA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de microempresa, somente a empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA não se credencia como microempresa, as demais são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Porém a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA - EPP foi desclassificada no lote 01 por não apresentar amostras, conforme o item 5.2 do edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 2/22

LOTE: 1

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Biscoito doce maria, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal, soro de leite, açúcar invertido, cacau, amido, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g de aproximadamente: 25g de carboidrato, 2,3g de proteína e 2,8g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica (dupla) de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	55,00	PARATI	0,0000	3,65	200,75
2	Biscoito doce sabor leite, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, soro de leite em pó, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 25g de carboidrato, 2,2g de proteína, 3,8g de gorduras totais, menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	40,00	PARATI	0,0000	4,05	162,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 3/22

LOTE: 1

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Biscoito doce tipo "maisena", aromatizado artificialmente, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 23g de carboidrato, 2,2g de proteína, 3g de gorduras totais e menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	50,00	PARATI	0,0000	3,67	183,50
4	Bolacha Salgada tipo "água e sal", consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 100g de aproximadamente: mínimo de 70g de carboidrato, 10g de proteína, 12,5g de gorduras totais, menos que 5,5g de gordura saturada e 500mg de sódio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção	UN	30,00	PARATI	0,0000	4,15	124,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 4/22

LOTE: 1
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Bolacha Salgada Integral, consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fibra de trigo, extrato de malte, fosfato monocalcico, glicose, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 30g de aproximadamente: mínimo de 22g de carboidrato, 3g de proteína e 4,5g de gorduras totais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	30,00	ISABELA	0,0000	4,80	144,00
20	Biscoito sortido pct 400 gramas	PCT	35,00	PARATI	0,0000	4,15	145,25
96	Macarrão tipo cabelo de anjo, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão, com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	60,00	ISABELA	0,0000	3,79	227,40
97	Macarrão tipo parafuso, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	60,00	PARATI	0,0000	2,95	177,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 5/22

LOTE: 1
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
98	Macarrão tipo rigatoni, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	70,00	PARATI	0,0000	2,95	206,50
119	Biscoito doce maria sem LACTOSE, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 24g de carboidrato, 2,2g de proteína e 2,2g de gorduras totais, menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150g de sódio acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	25,00	NINFA	0,0000	4,10	102,50
120	Biscoito doce tipo rosca, sem lactose : ingredientes farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico vit.B9, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, amido, cacau em pó, sal fermentos químicos, com valor nutricional aproximado por porção de 30g, 23g de carboidrato, 1,7 g de proteína, 2,6 de gorduras totais, 1 g de gordura saturada, 0 de gordura trans. e menos que 150g de sódio, acondicionada em embalagens plásticas de polipropileno, 400 gramas, sem corantes, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote.	UN	20,00	NINFA	0,0000	3,99	79,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 6/22

LOTE: 1
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
121	Bolacha Salgada Integral, consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fibra de trigo, extrato de malte, fosfato monocalcico, glicose, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 30g de aproximadamente: mínimo de 22g de carboidrato, 3g de proteína, 4,5g de gorduras totais e menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	15,00	NINFA	0,0000	4,20	63,00

Total do Participante -----> 1.816,20
LOTE: 2
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Banha, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, com data de validade e fabricação, isento de produtos estranhos, odor característico ao produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	10,00	AURORA	0,0000	5,60	56,00
7	Carne Bovina em cubos tipo patinho ou coxão mole, congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	140,00	FRIGORIFICO DRI	0,0000	15,60	2.184,00
8	Carne Bovina Moida magra, de 1ª qualidade (patinho ou coxão mole), congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 3 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	90,00	FRIGORIFICO DRI	0,0000	15,60	1.404,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 7/22

LOTE: 2
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	Carne Bovina tipo músculo com osso, de 1ª qualidade, congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 3 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	50,00	FRIGORIFICO DRI	0,0000	5,80	290,00
10	Carne de Frango tipo coxa e sobrecoxa, congelada, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	200,00	AURORA	0,0000	6,20	1.240,00
11	Carne de Frango tipo inteiro, congelado, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, , na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 6 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	100,00	AURORA	0,0000	6,60	660,00
12	Carne de Peixe tipo filé de tilápia, congelado, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente,BAandeja de 500 GR, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade mínima de 2 meses na entrega, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	90,00	DIPEFAL	0,0000	15,60	1.404,00
13	Carne Suína (iscas), congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 2Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	150,00	FRIGOLASTE	0,0000	11,70	1.755,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 8/22

LOTE: 2

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
31	Lingüiça mista tipo toscana, congelada, com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo de no máximo 3%, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	40,00	ARABUTA	0,0000	12,50	500,00

Total do Participante -----> 9.493,00

LOTE: 3

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	Amido de Milho, produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não podendo estar úmido, fermentado ou rançoso, deve estar sob a forma de pó e produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos, umidade máxima de 14%, acidez de 2,5%, mínimo de 84% de amido e resíduo mineral fixo de 0,2%, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 87,6g de carboidrato, 0,3g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade, embalagens de 500 grs cada produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	30,00	APTI	0,0000	2,89	86,70
15	Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1, subgrupo parboilizado, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, resistente e transparente, com 5 Kg, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, deve ser de procedência nacional e ser de safra corrente, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), informações do fabricante, especificação do produto, data de validade e lote, estampados na embalagem, sem glúten, contendo no mínimo 90% de grãos inteiros com no máximo 14% de umidade e com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 32,3g de carboidratos, 2,3g de proteínas e 2,9 de gorduras totais. Com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento	PCT	65,00	KIARROZ	0,0000	10,90	708,50
16	ARROZ LONGO FINO, PARBOILIZADO TIPO 1 DE PROCEDÊNCIA NACIONAL, SAFRA CORRENTE, ISENTO DE MOFO, DE ODORES ESTRANHOS E DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALADO EM PACOTES DE 1 KG PLÁSTICOS ATÓXICO GRÃOS SELECIONADOS ELETRONICAMENTE NÃO SENDO NECESSÁRIO LAVAR PARA SUA PREPARAÇÃO. PRODUTO SEM ADIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS, NA ENTREGA COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 04 MESES. O PRODUTO DEVERÁ SER ACOMPANHADO DE CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO.	KG	50,00	AMANDY	0,0000	2,95	147,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 9/22

LOTE: 3
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
17	Aveia em flocos finos, produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 13,5g de proteína, 4,8g de lipídio e 68,4g de carboidrato, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	10,00	VITAO	0,0000	5,50	55,00
18	Cereal Matinal, flocos açucarados de milho com sabor natural, enriquecidos com ferro, obtidos a partir de milho sem tegumentos, cozidos, secos, laminados e tostados, recobertos por açúcar refinado, extrato de malte, sal refinado, água, adicionados de proteínas, carboidratos, palmitato de retinol (vit. A), mononitrato de tiamina (vit. B1), riboflavina (vit. B2), Niacina (vit. B3), cloridrato de piridoxina (vit. B6), cobalamina (vit. B12), ácido ascórbico (vit. C), Ácido Fólico (vit. B9), Ferro reduzido (ferro) e óxido de zinco, contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 89g de carboidrato, 4g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 300g, original do fabricante, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, livre de umidade e fragmentos estranhos, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	40,00	KELLOGS	0,0000	9,49	379,60
19	Farinha láctea enriquecida com ferro e 11 vitaminas, com sabor natural, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas, minerais, sal e aromatizantes, contendo glúten com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 65g de carboidrato, 13,5g de proteína e 7,8g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada ou plástica de polietileno leitoso, de 500g ou em latas de 300g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	12,00	NESTLE	0,0000	7,35	88,20
21	Farinha de Trigo especial, tipo 1, contendo glúten, produto obtido a partir de cereal limpo desgerminado, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, deve ter aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro e sabor próprios, com uma extração máxima de 20% e com teor máximo de cinzas de 0,68%, com no mínimo 6% de glúten seco, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 56,7g de carboidrato, 14,5g de proteína e 2,8g de lipídio acondicionado em embalagem de papel de 5Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 4 meses, enriquecida com ferro e ácido fólico, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	50,00	AMANDY	0,0000	10,80	540,00
22	Farinha de Trigo integral, produto obtido a partir de cereal integral, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, cheiro e sabor próprios, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 71g de carboidrato, 12g de proteína e 3g de lipídio acondicionado em embalagem de papel de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 4 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	10,00	AMANDY	0,0000	3,39	33,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 10/22

LOTE: 3
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
23	Farelo de Trigo ou Fibra de Trigo acondicionado em embalagens Plástica de 250 gramas, em polipropileno original do fabricante resistente e transparente, isento de matérias teroosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, informações do fabricante, com validade mínima de 6 meses e lote estampado na embalagem, valor nutricional aproximado por porção de 10 g, 2,2g de carboidrato, 1,6g de proteína e 0g de gordura.	UN	5,00	VITÃO	0,0000	4,20	21,00
24	Feijão preto, tipo 1, novo, de 1ª qualidade, constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e íntegros, sem a presença de grãos mofados e/ou cartuchos, na cor característica e variedade correspondente de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 12,2g de carboidrato, 0g de proteína e 0,3g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 6 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	130,00	AMANDY	0,0000	5,70	741,00
25	Fubá de milho amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, não poderá estar úmido ou rançoso, com umidade máxima de 15%, com acidez máxima de 5%, com no mínimo 7% de proteína, com rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, ingredientes: fubá, ferro e ácido fólico, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 77,2g de carboidrato, 9,6g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, original do fabricante, resistente, pacotes de 01 Kg, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	55,00	VICENSI	0,0000	2,30	126,50
26	Lentilha, tipo 1, classe graúda, nova, de 1ª qualidade, sem grãos mofados e/ou cartuchos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 60,7g de carboidrato, 23,7g de proteína e 1,3g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 400g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	15,00	KERI	0,0000	4,20	63,00
27	Milho para pipoca, classe amarelo, grupo duro, tipo 1, preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, detritos animais ou vegetais, com no máximo 15% de umidade, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 27,8g de carboidrato, 3,3g de proteína e 0,8g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno resistente e transparente, original do fabricante, de 500g, original do fabricante, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	40,00	CAROL	0,0000	2,60	104,00
28	Polvilho Azedo, deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não poderá estar úmido, fermentado ou rançoso, não contendo glúten, acondicionado em plástica de polipropileno ou polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	10,00	LAGES	0,0000	4,80	48,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 11/22

LOTE: 3
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
29	Polvilho Doce, deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não poderá estar úmido, fermentado ou rançoso, não contendo glúten, acondicionado em plástica de polipropileno ou polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	5,00	LAGES	0,0000	3,99	19,95
30	Sagu, tipo 1, grupo tapioca, subgrupo sagu artificial, preparado com matéria prima sã, limpa, isenta de matéria terrosa, parasito, detrito animal ou vegetal, com no máximo 15% de umidade, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 86,4g de carboidrato, 0,6g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno resistente e transparente, original do fabricante, de 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	20,00	LAGES	0,0000	3,89	77,80
32	Mortadela de carne de frango, magra, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, de 1ª qualidade, sem manchas esverdeadas, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, ingredientes: carne mecanicamente separada de aves, gordura de frango, carne de frango, água, amido, sal, proteína texturizada de soja, açúcar, condimentos naturais, pimenta branca, estabilizante tripolifosfato de sódio, conservadores: nitrito e nitrato de sódio, corante natural carmim, realçador de sabor glutamato monossódico e antioxidante eritorbato de sódio, com valor nutricional para porção de 40g de aproximadamente: 2,5g de carboidrato, 4,8g de proteína e 6,5g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de 500 g, atóxica, resistente, na embalagem deverá constar especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade de 1 mês, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	45,00	AURORA	0,0000	4,25	191,25
33	Presunto de carne de frango ou suína, magro, fatiado cozido, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não amolecido e nem pegajoso, sem manchas esverdeadas, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa altera - lá ou encobrir alguma alteração, ingredientes: carne de ave ou suína, água, amido, sal, lactato de sódio, proteína isolada de soja, açúcar, estabilizante tripolifosfato de sódio, aromatizante aromas naturais, conservadores nitrito e nitrato de sódio, antioxidante eritorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional por porção de 40g: 1g de carboidrato, 8g de proteína e 1 g de gorduras totais, acondicionada em embalagem plástica de 200 gramas, na embalagem deveram constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 1 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	50,00	AURORA	0,0000	5,60	280,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 12/22

LOTE: 3

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
34	Salsicha de carne bovina ou suína tipo "hot dog", congelada, com no máximo 2% de amido, com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo de no máximo 10%, ingredientes: carne mecanicamente separada de frango, gordura suína, carne suína, água, carne de peru, proteína isolada de soja, fécula de mandioca, sal, maltodextrina, condimentos naturais, pimenta preta, regulador de acidez lactato de sódio, estabilizantes: tripolifosfato de sódio, polifosfato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, aromas: fumaça, natural de pimenta branca, naturais e idênticos aos naturais de pimentas da Jamaica e preta, realçador de sabor glutamato monossódico, antioxidantes eritorbato de sódio, conservador nitrito de sódio, corante urucum, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 50g: 1,5g de carboidrato, 6,3g de proteína e 1,3g de gorduras totais, acondicionadas em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1 kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	70,00	AURORA	0,0000	9,00	630,00
35	Creme vegetal com sal, com no máximo 20% de lipídios, apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos, deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis, ingredientes: água, óleos vegetais líquidos interesterificados, sal, vitamina A, estabilizante mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol com ácido ricinoleico, conservador benzoato de sódio, acidulante, ácido cítrico, aromatizante, antioxidantes BHT e EDTA e corantes urucum e cúrcuma, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 10g: 0g de carboidrato, 0g de proteína e 2g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de 1kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	Pt	30,00	SOYA	0,0000	6,30	189,00
36	Doce Cremoso de Frutas tipo "Geléia", com polpa de fruta natural, deverá ser fabricado com matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, não poderá conter substância estranhas à sua composição normal, será tolerada a adição de aromatizantes naturais, será proibido adicionar ao doce de frutas corantes artificiais e aromatizantes, ingredientes: polpa de fruta, açúcar, geleificante, acidulante pectina cítrica, ácido láctico, sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 61,6g de carboidrato, 0,1g de proteína e 0,1g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, á 01 kg. original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	20,00	INCOTRIL	0,0000	8,05	161,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 13/22

LOTE: 3

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
37	Ervilha em conserva, de 1ª qualidade, produto preparado com ervilhas previamente debulhadas, envazadas praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas, imersas ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração, ingredientes: ervilha, água e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 10,5g de carboidrato, 2,6g de proteína, 0,1g de lipídio e menos que 500mg de sódio, acondicionadas em latas de 280g, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	40,00	QUERO	0,0000	1,89	75,60
38	Extrato de Tomate simples concentrado, com no mínimo 20% de substância seca e de 18 a 20% de brix, com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e semente, o produto deverá estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso, ingredientes: tomate, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 8,9g de carboidrato, 1,7g de proteína e 0,2g de lipídio, e menos de 500 mg de Sódio em embalagem tetra pak de 350 gramas, original do fabricante, sem aditivos ou conservantes, na embalagem devem constar as especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	CX	35,00	ARISCO	0,0000	2,79	97,65
39	Milho verde em lata, de 1ª qualidade, produto preparado com milho previamente debulhado, envazado praticamente cru, reidratado ou pré-cozido, imerso ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração, ingredientes: grão de milho verde in natura, água, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 20g de carboidrato, 2,1g de proteína e 0,6g de lipídio, e sódio menor que 500mg acondicionadas em latas de 280g, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	LT	35,00	QUERO	0,0000	2,09	73,15
40	Óleo de Soja refinado tipo 1, que sofreu processo tecnológico adequado como degomagem, neutralização, clarificação, frigorificação e não de desodorização, não contendo glúten, acondicionado em embalagem pet de 900ml, original do fabricante, com prazo de validade e lote, especificações do produto e informações do fabricante, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	90,00	SOYA	0,0000	3,15	283,50
70	Iogurte de soja, sem lactose, ingredientes: extrato de soja, amido modificado, fermentos, aromas idênticos aos naturais de iogurte, corante natural de urucum e conservante sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de aproximadamente 110g: 18g de carboidrato, 3,2g de proteína e 1,9g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, tipo pote, com prazo de validade mínima de 1 mês a partir da entrega, especificações do produto, informações do fabricante, registro no Ministério da Saúde. Embalagem bandejas com 04 unidades de 400 gr	UN	50,00	BATAVO	0,0000	5,89	294,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 14/22

LOTE: 3
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
71	iogurte parcialmente desnatado com polpa e sucos de fruta, sabor variado, de consistência pastosa, produto obtido através da fermentação do leite, açúcar, fermento lácteo, corante e aroma artificiais, isento de contaminações, sujidades, corpos estranhos, o rótulo deverá estar de acordo com a legislação vigente, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso, de 900g cada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade de 1 mês e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	500,00	TIROL	0,0000	4,90	2.450,00
72	iogurte de leite padronizado reconstituído, açúcar, água, creme de leite, polpa de frutas, fosfato tricálcico, amido modificado, vitaminas (A, B1, B2, B6, D), lactato de ferro, cloreto de cálcio, fermentos lácteos enzima protease, espessantes goma jataí e goma xantana, corante natural cochonila, acidulante ácido cítrico, aromatizante e conservador sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de aproximadamente 45g: 8,6g de carboidrato, 2,8g de proteína, 1,4g de lipídio, menos que 2,4g de gordura saturada e menos que 225mg de sódio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, tipo bandeja c/ 08 unidades, de 360 gramas, com prazo de validade mínima de 1 mês a partir da entrega, especificações do produto, informações do fabricante, registro no Ministério da Saúde.	UN	65,00	BATAVINHO	0,0000	5,09	330,85
75	Leite UHT Integral, ingredientes: leite integral, estabilizante tripolifosfato de sódio, difosfato de sódio e ortofosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 6g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	L	3.600,00	AURORA	0,0000	2,99	10.764,00
76	Manteiga, inspecionada e embalada em embalagem de polipropileno, de 200 gramas, com validade mínima na entrega de 3 meses.	Pt	40,00	TIROL	0,0000	4,99	199,60
77	Nata, ingredientes: creme de leite pasteurizado padronizado a 50% de gordura, com informação nutricional para porção de 25g: 0 de carboidrato, 0 de proteína, 13g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno ou plástico resistente (tipo pote), com prazo de validade, data de fabricação, especificações do produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	40,00	TIROL	0,0000	4,25	170,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 15/22

LOTE: 3
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
116	Leite UHT Semidesnatado sem Lactosel, ingredientes: leite semidesnatado, estabilizante, citrado de sódio, monofosfato e difosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 2,4g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	L	100,00	PIRACANJUBA	0,0000	4,80	480,00

Total do Participante -----> 19.910,75
LOTE: 4
Participante: 9482 - JONATAN VIEIRA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
41	Abacaxi Pérola, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, tamanho médio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	15,00		0,0000	5,552	83,28
42	Banana Caturra, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	900,00		0,0000	2,4294	2.186,46
43	Banana Prata, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	200,00		0,0000	4,1647	832,94
44	Laranja Pera, in matura, nova, de 1ª qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	450,00		0,0000	2,2708	1.021,86
45	Maçã Argentina, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas,	UN	150,00		0,0000	2,3699	355,49
46	Maçã Vermelha, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	700,00		0,0000	5,0571	3.539,97
47	Mamão formosa, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	150,00		0,0000	3,421	513,15
48	Mamão Papaia, novo de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas,	UN	100,00		0,0000	2,7765	277,65
49	Manga rosa, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	250,00		0,0000	4,2639	1.065,98
50	Melancia, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	500,00		0,0000	1,9733	986,65

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 16/22

LOTE: 4
Participante: 9482 - JONATAN VIEIRA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
51	Morgota, in natura, nova, de 1ª qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	250,00		0,0000	3,1235	780,88
52	Pêra, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas,	UN	130,00		0,0000	1,9733	256,53
53	Abóbora Cabutiá, madura, de 1ª qualidade, tamanho médio, casca sã, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	40,00		0,0000	2,0328	81,31
54	Abobrinha Verde, madura, de 1ª qualidade, tamanho médio, casca sã, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	60,00		0,0000	2,8756	172,54
55	Alface Verde, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	80,00		0,0000	1,9733	157,86
56	Batata Inglesa, nova, de 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	200,00		0,0000	2,5286	505,72
57	Beterraba, sem folhas, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	120,00		0,0000	3,1235	374,82
58	Brócolis, novo, de 1ª qualidade, são, sem fungos, tamanho médio, flores de coloração verde, sem manchas, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	75,00		0,0000	4,4622	334,67
59	Cebola, sem réstia, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	160,00		0,0000	2,479	396,64
60	Cenoura, sem folhas, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	120,00		0,0000	3,3318	399,82
61	Chuchu, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionado em embalagem de polipropileno, resistente com 1kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	120,00		0,0000	1,3387	160,64
62	Couve-Flor, nova, de 1ª qualidade, sã, sem fungos, tamanho médio, flores de coloração branca, sem manchas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	80,00		0,0000	4,2639	341,11
63	Pepino, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem de polipropileno, resistente com 1kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	100,00		0,0000	2,5682	256,82
64	Pimentão Verde, tamanho médio, novo, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 500g, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	35,00		0,0000	5,5529	194,35
65	Repolho, novo, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	50,00		0,0000	3,4706	173,53

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 17/22

LOTE: 4
Participante: 9482 - JONATAN VIEIRA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
66	Tomate, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, são, sem rupturas, TOMATE - boa qualidade (que não esteja murcho, estragado e batido) Tomate, semimaduro, 1ª qualidade, classe média ou grande, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	160,00		0,0000	5,1563	825,01
67	VAGEM qualidade e sem defeitos, beneficiada e classificada com uniformidade no tamanho e cor, ser de colheita recente. Isentas de rachaduras, perfurações, cortes ou lesões mecânicas ou provocadas por pragas ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra e resíduos de fertilizantes aderentes à casca, não podendo apresentar odores e sabores estranhos.	KG	70,00		0,0000	4,6109	322,76
115	Mandioca, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa e descascada, congelada, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg,	KG	60,00		0,0000	3,9664	237,98
117	Melão, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpo, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	20,00		0,0000	4,3134	86,27
118	Batata Doce, nova, de 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto	KG	100,00		0,0000	3,1731	317,31

Total do Participante -----> 17.240,00

LOTE: 5
Participante: 6091 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
99	Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	KG	300,00		0,0000	7,1433	2.142,98
100	Pão Sovado para cachorro quente, tipo bisnaguinha, com aproximadamente 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	KG	100,00		0,0000	10,4702	1.047,02

Total do Participante -----> 3.190,00

LOTE: 6
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
68	Creme de leite, acondicionado em caixinha, aluminizada por dentro, de 100 a 350g, com prazo de validade, data de fabricação, especificações do produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	CX	15,00	ITAMBÉ	0,0000	1,99	29,85

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 18/22

LOTE: 6
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
69	Doce de Leite pastoso, deverá ser fabricado com matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, o leite empregado deverá apresentar-se normal e fresco, no preparo do produto o leite deve entrar na proporção mínima de três partes de leite para uma de açúcar, não poderá conter substância estranhas à sua composição normal, além das previstas na NTA 56, como coadjuvante da tecnologia de fabricação será tolerado o emprego de amido na dosagem máxima de 2%, será tolerada a adição de aromatizantes naturais, será proibido adicionar ao doce de leite corantes artificiais e gorduras estranhas, geleificantes ou outras substância, embora inócuas, exceto o bicarbonato de sódio em quantidades estritamente necessárias para a mínima de 60% de carboidrato, 2% de lipídio e 6% de proteína, ingredientes: leite, açúcar, glicose, amido e bicarbonato, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 6 meses e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	Pt	30,00	TIROL	0,0000	9,45	283,50
73	Leite Condensado, acondicionado em caixinha, aluminizada por dentro, de 100 a 500g, com prazo de validade, data de fabricação, especificações do produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	CX	15,00	ITAMBE	0,0000	3,79	56,85
74	Leite de soja em pó, preparado com proteína de soja isolada, sem lactose, ingredientes: de origem vegetal, rico em vitaminas A, B12 e D, fósforo e zinco, acondicionado em embalagem aluminizada ou plástica de polietileno leitoso, de 500g, ou em latas de 300g, com valor nutricional aproximado por porção de 100g: 37g de carboidrato, 27g de proteína, 0g de lactose e 26g de lipídio, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Saúde.	UN	5,00	SUPRA SOY	0,0000	21,00	105,00
78	Ovos de Galinha tipo "grande", casca lisa, limpos, não trincados, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,8g de carboidrato, 12,9g de proteína e 11,5g de lipídio, embalados em dúzias em caixa de papelão ou de plástico resistente, original do fabricante, na embalagem deve constar as especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 15 dias, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	DZ	70,00	GRANJA PEDAL	0,0000	5,30	371,00
79	Queijo tipo Mussarela- embalagens de 150 gramas	PCT	100,00	AURORA	0,0000	3,45	345,00
80	Queijo Parmesão ralado embalagen 40gr	PCT	40,00	TIROL	0,0000	2,60	104,00
81	Achocolatado em pó instantâneo, enriquecido com vitaminas, deverá ser obtido de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas, detritos animais, cascas de semente de cacau, ou outros detritos vegetais, aspecto: pó homogêneo, cor própria do tipo, cheiro característico e sabor doce, próprio, com umidade máxima de 3%, ingredientes: açúcar, cacau em pó solúvel, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico, aromatizantes, e não deve conter glúten, com valor nutricional para a porção de 100g de aproximadamente: 50,2 g de carboidrato, 19,2g de proteína e 12,7g de lipídio, acondicionado em embalagem de 400 grs aluminizada, ou metalizada ou plástica de polietileno leitoso, original do fabricante, com prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	80,00	APTI	0,0000	3,35	268,00
82	Amendoim, novo, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, de 500g a 1kg, produto inspecionado.	KG	15,00	CANTU	0,0000	3,89	58,35

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 19/22

LOTE: 6
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
83	Café granulado solúvel instantâneo, com selo da ABIC, com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas, não contendo glúten, acondicionado em embalagem aluminizada de 200g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	40,00	IGUAÇU AMIGO	0,0000	9,89	395,60
84	Chá, caixa com 15 unidades de 30g aproximadamente, diversos sabores, sem a presença de fungos e produtos estranhos ao mesmo.	UN	15,00	MATE LEAO	0,0000	4,59	68,85
85	Coco ralado, desidratado, não acrescido de açúcar, deverá ser elaborado com endosperma procedente de frutos são e maduros, não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso, deve ter aspecto de fragmentos soltos e de cor branco, parcialmente desengordurado, ingredientes: polpa de coco parcialmente desengordurado, desidratado com conservantes, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 23g de carboidrato, 7,2g de proteína e 64,9g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	10,00	APTI	0,0000	3,19	31,90
86	Colorífico vermelho, em pó, fino, homogêneo, obtidos de frutos maduros de espécimes genuínos, grãos são, limpos, dessecados e moídos, de coloração vermelho intenso, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isentos de materiais estranhos e livre de umidade, ingredientes: farinha de milho, óleo de soja, sal e pasta de urucum, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de 500g, original do fabricante, com informações do fabricante, especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade.	PCT	25,00	INCAS	0,0000	3,09	77,25
87	Fermento Biológico, granulado, seco, instantâneo, composto de saccharomyces cerevisiae, que é um agente de reidratação, acondicionado em embalagem aluminizada de 125g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Saúde - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	10,00	SAF INSTANT	0,0000	5,45	54,50
88	Fermento Químico em pó, produto formado de substâncias químicas que por influência do calor e/ou umidade produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentado-lhes o volume e a porosidade, contendo como ingrediente: amido de milho ou fécula de mandioca, bicarbonato de sódio, carbonato de cálcio e fosfato monocalcico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 41,6g de carboidrato, 0g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem de 250g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	18,00	ROYAL	0,0000	5,80	104,40
89	Gelatina em pó, sabores variados, produto constituído de gelatina comestível em pó, sal, açúcar, acidulante, aromatizantes e corantes artificiais, não contendo glúten, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, composição nutricional na porção de 15,4g de gelatina preparada: 13g de carboidrato, 1g de proteína e 0g de gorduras totais, acondicionada em embalagem de 1 KG, original do fabricante, enriquecida com vitaminas C, D e E, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	50,00	APTI	0,0000	9,20	460,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 20/22

LOTE: 6
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
90	Mel de Abelha, elaborado a partir do néctar de flores e/ou exudatos sacarínicos de plantas, isentos de substâncias estranhas, sujidades, parasitas e corretivos de acidez, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 78g de carboidrato, 0,2g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	15,00	SUL MEL	0,0000	17,30	259,50
91	Melado, obtido do caldo de cana evaporado e concentrado até a consistência de xarope, com cor, odor, sabor e aspecto característicos, isento de sujidades, parasitos, larvas, conservantes químicos, aromatizantes artificiais, ingredientes: melado de cana, sacarose, glicose, acidulante ácido cítrico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72,6g de carboidrato, 0,5g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, hermeticamente fechada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura, Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	20,00	INCONTRIL	0,0000	8,09	161,80
92	Mucilon, sabores variados, com sabor natural, ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido,, carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, vitaminas (B1, B6, B12, D, C, E, niacina, pantotenato de cálcio, ácido fólico), fumarato ferroso e aromatizante vanilina, contendo glúten com valor nutricional para porção de 21g de aproximadamente: 18g de carboidrato, 1,2g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada ou plástica de polietileno leitoso, de 500g ou em latas de 300g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Saúde.	LT	15,00	NESTLE	0,0000	6,45	96,75
93	Pó para Pudim, com leite, sabor variado, ingredientes: açúcar refinado, leite em pó, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, cacau em pó, sal e aromatizante, não contendo glúten, composição nutricional de 25g: 21g de carboidrato, 1g de proteína e 1g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso de 01 kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	35,00	APTI	0,0000	7,49	262,15
94	Farinha de Rosca, seca, fina, ligeiramente torrada, de cor amarelada, isenta de sujidades, parasitas e larvas, ingredientes: farinha de trigo, água, sal e fermento, contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 73,6g de carboidrato, 11,4g de proteína e 7,7g de lipídio acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, de 1Kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	10,00	BOKITUS	0,0000	5,60	56,00
95	agnoline, ingredientes: farinha azeite, ovos, sal, peito de frango e temperos, embalados em pacotes em perfeito estado de conservação, com peso líquido de 400 gr o pacote, registro no ministério da agricultura- serviço de inspeção federal { SIF} Serviço de Inspeção Estadual [SIE]	PCT	60,00	MI MASSAS	0,0000	10,20	612,00
101	Açúcar de baunilha, ingredientes: açúcar refinado e aroma idêntico ao natural de baunilha, não contendo glúten, acondicionado em pote plástico resistente ou pacote plástico de polipropileno, com validade mínima na entrega de 4 meses.	PCT	20,00	APTI	0,0000	1,49	29,80

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 21/22

LOTE: 6**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
102	Açúcar cristal branco de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno transparente e resistente, original do fabricante, com 5Kg, aspecto granuloso de fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, contendo aproximadamente 99,3% de carboidrato por porção, deverá ser de origem vegetal fabricado a partir de sacarose de cana de açúcar, livre de fermentação, de parasitos e de detritos animais ou vegetais, não contendo glúten, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), na embalagem deve constar informações do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote.	PCT	60,00	MINASCUCAR	0,0000	8,50	510,00
103	Açúcar mascavo, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno transparente e resistente, com 1Kg, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, contendo aproximadamente 90,6% de carboidrato por porção, deverá ser fabricado de cana de açúcar, livre de parasitos e de detritos animais ou vegetais, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), informações do produto, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 12 meses e lote estampados na embalagem.	PCT	10,00	SUL MEL	0,0000	7,30	73,00
104	Alho, novo, grão, de 1ª qualidade, sem réstia, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 100g, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	PCT	30,00	CHAPECO	0,0000	2,89	86,70
105	Caldo de galinha, caixas de 114grs com 12 tabletes, ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, extrato de levedura, açúcar, alho, gordura de galinha, salsa, condimento, cisteína, carne de galinha, realçadores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico, aromatizantes e corantes naturais.	UN	45,00	APTI	0,0000	2,10	94,50
106	Canela em ramos, sem a presença de fungos, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 10 , sem a presença de sujidades ou produtos estranhos.	PCT	20,00	APTI	0,0000	1,80	36,00
107	Cravo, sem a presença de fungos, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 12 gr, sem a presença de sujidades ou produtos estranhos.	PCT	15,00	APTI	0,0000	2,20	33,00
108	Noz-Moscada, sem a presença de fungos ou substâncias estranhas ao produto, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno.	PCT	5,00	APTI	0,0000	2,20	11,00
109	Orégano, deverá ser constituído por folhas de espécimes vegetais genuínos, sãs, limpas e secas, aspecto folha ovalada seca, cor verde pardacenta, cheiro e sabor próprio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, de 100gramas, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	PCT	20,00	APTI	0,0000	5,80	116,00
110	Salamoníaco, ingredientes: bicarbonato de amônio, não contendo glúten, acondicionado em embalagem de polipropileno, de 100 a 500g com registro no Ministério da Saúde.	PCT	13,00	APTI	0,0000	1,50	19,50
111	Sal refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e no máximo 15mg por Kg de acordo com a Legislação Federal Específica, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	55,00	APOLO	0,0000	1,30	71,50
112	Temperos naturais (salsa e cebolinha), novos, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, limpos, acondicionados em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 maço cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	20,00		0,0000	1,70	34,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 21/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 40/2014
 Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 22/22

LOTE: 6

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
113	Vinagre de Maçã, ingredientes: fermentado acético de maçã hidratada, sem aditivos essenciais, sem conservantes, não contendo glúten, com acidez mínima de 4%, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	FR	40,00	KOLLER	0,0000	2,45	98,00
114	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, acético, simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, contém conservantes, não contendo glúten, livre de sujidades, material terroso, detritos animais e vegetais, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	50,00	KOLLER	0,0000	2,89	144,50
122	Azeite de oliva 500ml	UN	10,00	ANDORINHA	0,0000	19,89	198,90

Total do Participante -----> 5.818,65

Total Geral -----> 57.468,60

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 16 de Junho de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 39, PP 20-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 1/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 39/2014
b) Licitação Nr.: 20/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/06/2014
e) Objeto da Licitação aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2014, conforme anexos do Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)**

1 Biscoito doce tipo sortido, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, soro de leite em pó, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 25g de carboidrato, 2,2g de proteína e 3,8g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATI	UN	250,00	0,0000	4,48	1.120,00
---	----	--------	--------	------	----------

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 20/2014 - PR

Processo Administrativo:

Processo de Licitação: 39/2014

Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 2/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

- | | | | | | | |
|---|--|----|--------|--------|------|----------|
| 2 | Biscoito doce tipo "maisena", aromatizado artificialmente, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 23g de carboidrato, 2,2g de proteína e 3g de gorduras totais, menos de 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370 gr, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATI | UN | 100,00 | 0,0000 | 3,57 | 357,00 |
| 3 | Bolacha Salgada Integral, consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fibra de trigo, extrato de malte, fosfato monocalcico, glicose, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 30g de aproximadamente: mínimo de 22g de carboidrato, 3g de proteína e 4,5g de gorduras totais, menos que 1,65 gr de gordura saturada e menos que 150 mg de Sódio O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 , na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: ISABELA | UN | 230,00 | 0,0000 | 4,61 | 1.060,30 |

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 A.V. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 3/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

55 Macarrão tipo rigatoni, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATI	PCT	250,00	0,0000	2,89	722,50
56 Macarrão tipo cabelo de anjo, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão, com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATI	PCT	90,00	0,0000	3,99	359,10
61 Biscoito doce maria, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal, soro de leite, açúcar invertido, cacau, amido, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g de aproximadamente: 25g de carboidrato, 2,3g de proteína e 2,8g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica (dupla) de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATI	PCT	200,00	0,0000	3,99	798,00

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 4/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

62 Biscoito doce maria sem LACTOSE, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 24g de carboidrato, 2,2g de proteína e 2,2g de gorduras totais, menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150g de sódio acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: NINFA	UN	50,00	0,0000	4,49	224,50
63 Biscoito doce tipo rosca, sem lactose : ingredientes farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico vit.B9, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, amido, cacau em pó, sal fermentos químicos, com valor nutricional aproximado por porção de 30g, 23g de carboidrato, 1,7 g de proteína, 2,6 de gorduras totais, 1 g de gordura saturada, 0 de gordura trans. e menos que 150g de sódio, acondicionada em embalagens plástica de polipropileno, 400 gramas, sem corantes, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote. - Marca: NINFA	UN	50,00	0,0000	4,69	234,50
64 Bolacha Salgada Integral, consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fibra de trigo, extrato de malte, fosfato monocalcico, glicose, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 30g de aproximadamente: mínimo de 22g de carboidrato, 3g de proteína, 4,5g de gorduras totais e menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: ISABELA	UN	50,00	0,0000	4,69	234,50

Total do Fornecedor: 5.110,40

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 5/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

4	Carne Bovina Moída magra, de 1ª qualidade (patinho ou coxão mole), congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 3 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: FRIGORIFICO DRI	KG	220,00	0,0000	14,58	3.207,60
5	Carne Bovina tipo músculo com osso, de 1ª qualidade, congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 3 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: FRIGORIFICO DRI	KG	150,00	0,0000	5,72	858,00
6	Carne de Frango tipo coxa e sobrecoxa, congelada, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	KG	280,00	0,0000	6,21	1.738,80
7	Carne Suína (iscas), congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 2Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: FRIGOLASTE	KG	180,00	0,0000	9,02	1.623,60

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 6/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

8 Carne Bovina em cubos tipo patinho ou coxão mole, congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: FRIGORIFICO DRI	KG	180,00	0,0000	14,59	2.626,20
---	----	--------	--------	-------	----------

Total do Fornecedor: 10.054,20

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

9 Amido de Milho, produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não podendo estar úmido, fermentado ou rançoso, deve estar sob a forma de pó e produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos, umidade máxima de 14%, acidez de 2,5%, mínimo de 84% de amido e resíduo mineral fixo de 0,2%, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 87,6g de carboidrato, 0,3g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade, embalagens de 500 grs cada produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTI	PCT	10,00	0,0000	2,80	28,00
10 Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1, subgrupo parboilizado, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, resistente e transparente, com 5 Kg, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, deve ser de procedência nacional e ser de safra corrente, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), informações do fabricante, especificação do produto, data de validade e lote, estampados na embalagem, sem glúten, contendo no mínimo 90% de grãos inteiros com no máximo 14% de umidade e com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 32,3g de carboidratos, 2,3g de proteínas e 2,9 de gorduras totais. Com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento - Marca: KIARROZ	PCT	100,00	0,0000	9,87	987,00
11 FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PCT 1 KG - Marca: AMANDY	PCT	50,00	0,0000	3,17	158,50

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 7/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

12 Fubá de milho amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, não poderá estar úmido ou rançoso, com umidade máxima de 15%, com acidez máxima de 5%, com no mínimo 7% de proteína, com rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, ingredientes: fubá, ferro e ácido fólico, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 77,2g de carboidrato, 9,6g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, original do fabricante, resistente, pacotes de 01 Kg, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: VICENSI	KG	150,00	0,0000	2,15	322,50
13 Lentilha, tipo 1, classe graúda, nova, de 1ª qualidade, sem grãos mofados e/ou cartuchos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 60,7g de carboidrato, 23,7g de proteína e 1,3g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 400g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: KERI	PCT	70,00	0,0000	3,77	263,90
14 Sagu, tipo 1, grupo tapioca, subgrupo sagu artificial, preparado com matéria prima sã, limpa, isenta de matéria terrosa, parasito, detrito animal ou vegetal, com no máximo 15% de umidade, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 86,4g de carboidrato, 0,6g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno resistente e transparente, original do fabricante, de 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: LAGES	PCT	50,00	0,0000	3,51	175,50
15 Mortadela de carne suína ou bovina, magra, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, de 1ª qualidade, sem manchas esverdeadas, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, ingredientes: carne mecanicamente separada de aves, toucinho, pele suína, carne bovina, maltodextrina, aromas naturais, extrato de arroz fermentado, água, amido, sal, proteína texturizada de soja, açúcar, estabilizante tripolifosfato de sódio, polifosfato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, aromas: pimenta branca, fumaça e calabresa, regulador de acidez lactato de sódio, conservadores: nitrito e nitrato de sódio, realçador de sabor glutamato monossódico e antioxidante eritorbato de sódio, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica atóxica, resistente, na embalagem deverá constar especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade de 1 mês, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	KG	70,00	0,0000	6,48	453,60

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 8/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

16 Salsicha de carne bovina ou suína tipo "hot dog", congelada, com no máximo 2% de amido, com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo de no máximo 10%, ingredientes: carne mecanicamente separada de frango, gordura suína, carne suína, água, carne de peru, proteína isolada de soja, fécula de mandioca, sal, maltodextrina, condimentos naturais, pimenta preta, regulador de acidez lactato de sódio, estabilizantes: tripolifosfato de sódio, polifosfato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, aromas: fumaça, natural de pimenta branca, naturais e idênticos aos naturais de pimentas da Jamaica e preta, realçador de sabor glutamato monossódico, antioxidantes eritorbato de sódio, conservador nitrito de sódio, corante urucum, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 50g: 1,5g de carboidrato, 6,3g de proteína e 1,3g de gorduras totais, acondicionadas em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	KG	150,00	0,0000	8,89	1.333,50
17 Extrato de Tomate simples concentrado, com no mínimo 20% de substância seca e de 18 a 20% de brix, com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e semente, o produto deverá estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso, ingredientes: tomate, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 8,9g de carboidrato, 1,7g de proteína e 0,2g de lipídio, e menos de 500 mg de Sódio em embalagem tetra pak de 350 gramas, original do fabricante, sem aditivos ou conservantes, na embalagem devem constar as especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: ARISCO	CX	80,00	0,0000	2,47	197,60
18 Margarina Cremosa Vegetal com sal, com 50 a 70% de lipídios, apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos, deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis, ingredientes: água, óleos vegetais líquidos interesterificados, sal, vit. A, leite em pó desnatado reconstituído, soro de leite em pó reconstituído, estabilizante mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol com ácido ricinoleico, conservador benzoato de sódio e sorbato de potássio, acidulante ácido cítrico, aroma idêntico ao natural de manteiga e aroma natural de manteiga, antioxidantes BHT, EDTA e TBHQ e corantes urucum, cúrcuma e beta caroteno sintético idêntico ao natural, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,4g de carboidrato, 0,6g de proteína e 81g de lipídio, menos que 5,5 gr de gordura saturada e menos que 500 mg de sódio acondicionado em embalagem plástica atóxica de 0,500 Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: SOYA	Pt	25,00	0,0000	4,31	107,75

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
Folha: 9/16	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

19 Milho verde em lata, de 1ª qualidade, produto preparado com milho previamente debulhado, envazado praticamente cru, reidratado ou pré-cozido, imerso ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração, ingredientes: grão de milho verde in natura, água, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 20g de carboidrato, 2,1g de proteína e 0,6g de lipídio, e sódio menor que 500mg acondicionadas em latas de 280g, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: QUERO	LT	80,00	0,0000	2,01	160,80
20 Óleo de Soja refinado tipo 1, que sofreu processo tecnológico adequado como degomagem, neutralização, clarificação, frigorificação e não de desodorização, não contendo glúten, acondicionado em embalagem pet de 900ml, original do fabricante, com prazo de validade e lote, especificações do produto e informações do fabricante, produto isento de registro no Ministério da Agricultura -Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: SOYA	UN	120,00	0,0000	3,20	384,00
37 Queijo tipo mussarela, fatiado, produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semidura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado próprio, umidade máxima de 58% e quantidade mínima de 28% de lipídios, ingredientes: leite pasteurizado, fermento lácteo, cloreto de cálcio, coalho e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 18g de aproximadamente: 0g de carboidrato, 5g de proteína e 5g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, de 150 gramas transparente e resistente, original do fabricante, com informações do fabricante, especificações do produto, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	PCT	60,00	0,0000	4,60	276,00
38 Queijo Parmesão ralado- embalagens de 50 gr- ingredienets; queijo parmesão, fermento lácteo, cloreto de cálcio, coalho e sal, não contendo gluten, com valor nutricional para porção de 10g de aproximadamente 2g de carboidrato, 3,4g de proteína e 2,7g de lipídio, embalagens de 50gr- data de fabricação, prazo de validade e lote, e registro no ministério da agricultura-SIF E SIE. - Marca: TIROL	PCT	150,00	0,0000	2,08	312,00

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 10/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

40	Achocolatado em pó instantâneo, enriquecido com vitaminas, deverá ser obtido de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas, detritos animais, cascas de semente de cacau, ou outros detritos vegetais, aspecto: pó homogêneo, cor própria do tipo, cheiro característico e sabor doce, próprio, com umidade máxima de 3%, ingredientes: açúcar, cacau em pó solúvel, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico, aromatizantes, e não deve conter glúten, com valor nutricional para a porção de 100g de aproximadamente: 50,2 g de carboidrato, 19,2g de proteína e 12,7g de lipídio, acondicionado em embalagem de 400 grs aluminizada, ou metalizada ou plástica de polietileno leitoso, original do fabricante, com prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTI	PCT	85,00	0,0000	3,07	260,95
41	Café granulado solúvel instantâneo, com selo da ABIC, com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas, não contendo glúten, acondicionado em embalagem aluminizada de 200g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: IGUAÇU, AMIGO	PCT	25,00	0,0000	9,80	245,00
42	Colorífico vermelho, em pó, fino, homogêneo, obtidos de frutos maduros de espécimes genuínos, grãos sãos, limpos, dessecados e moídos, de coloração vermelho intenso, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isentos de materiais estranhos e livre de umidade, ingredientes: farinha de milho, óleo de soja, sal e pasta de urucum, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de 500g, original do fabricante, com informações do fabricante, especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade. - Marca: INCAS	PCT	30,00	0,0000	3,50	105,00
43	Fermento Químico em pó, produto formado de substâncias químicas que por influência do calor e/ou umidade produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentado-lhes o volume e a porosidade, contendo como ingrediente: amido de milho ou fécula de mandioca, bicarbonato de sódio, carbonato de cálcio e fosfato monocalcico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 41,6g de carboidrato, 0g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem de 250g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) - Marca: ROYAL	PCT	15,00	0,0000	5,39	80,85
44	Gelatina em pó, sabores variados, produto constituído de gelatina comestível em pó, sal, açúcar, acidulante, aromatizantes e corantes artificiais, não contendo glúten, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, composição nutricional na porção de 15,4g de gelatina preparada: 13g de carboidrato, 1g de proteína e 0g de gorduras totais, acondicionada em embalagem de 1 KG, original do fabricante, enriquecida com vitaminas C, D e E, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTI	KG	60,00	0,0000	9,19	551,40

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 11/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

45	Pó para Pudim, com leite, sabor variado, ingredientes: açúcar refinado, leite em pó, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, cacau em pó, sal e aromatizante, não contendo glúten, composição nutricional de 25g: 21g de carboidrato, 1g de proteína e 1g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso de 01 kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTI	KG	100,00	0,0000	7,63	763,00
46	Açúcar cristal branco de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno transparente e resistente, original do fabricante, com 5Kg, aspecto granuloso de fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, contendo aproximadamente 99,3% de carboidrato por porção, deverá ser de origem vegetal fabricado a partir de sacarose de cana de açúcar, livre de fermentação, de parasitos e de detritos animais ou vegetais, não contendo glúten, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), na embalagem deve constar informações do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote. - Marca: MINASCUCAR	PCT	60,00	0,0000	8,87	532,20
47	Alho, novo, grãoúdo, de 1ª qualidade, sem réstia, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 100g, com prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CHAPECO	PCT	80,00	0,0000	2,49	199,20
48	Caldo de galinha, caixas de 114grs com 12 tabletes, ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, extrato de levedura, açúcar, alho, gordura de galinha, salsa, condimento, cisteína, carne de galinha, realçadores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico, aromatizantes e corantes naturais. - Marca: APTI	UN	70,00	0,0000	2,19	153,30
49	canela em pó, embalagens de 30 grs - Marca: APTI	Pt	15,00	0,0000	2,49	37,35
50	Cravo, sem a presença de fungos, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 12 gr, sem a presença de sujidades ou produtos estranhos. - Marca: APTI	PCT	15,00	0,0000	4,16	62,40
51	Feijão preto, tipo 1, novo, de 1ª qualidade, constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e íntegros, sem a presença de grãos mofados e/ou cartuchos, na cor característica e variedade correspondente de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 12,2g de carboidrato, 0g de proteína e 0,3g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 6 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AMANDY	KG	140,00	0,0000	5,49	768,60

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 12/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

52	Ovos de Galinha tipo "grande", casca lisa, limpos, não trincados, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,8g de carboidrato, 12,9g de proteína e 11,5g de lipídio, embalados em dúzias em caixa de papelão ou de plástico resistente, original do fabricante, na embalagem deve constar as especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 15 dias, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: GRANJA PEDAL	DZ	100,00	0,0000	5,25	525,00
53	Sal refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e no máximo 15mg por Kg de acordo com a Legislação Federal Específica, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APOLLO	KG	60,00	0,0000	1,39	83,40
54	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, acético, simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, contém conservantes, não contendo glúten, livre de sujidades, material terroso, detritos animais e vegetais, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: KOLER	UN	80,00	0,0000	2,79	223,20
58	Aveia em flocos finos, produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 13,5g de proteína, 4,8g de lipídio e 68,4g de carboidrato, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: VITAO	PCT	10,00	0,0000	4,87	48,70
60	Doce Cremoso de Frutas tipo "Geléia", com polpa de fruta natural, deverá ser fabricado com matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, não poderá conter substância estranhas à sua composição normal, será tolerada a adição de aromatizantes naturais, será proibido adicionar ao doce de frutas corantes artificiais e aromatizantes, ingredientes: polpa de fruta, açúcar, geleificante, acidulante pectina cítrica, ácido láctico, sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 61,6g de carboidrato, 0,1g de proteína e 0,1g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, á 01 kg. original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: INCOTRIL	UN	70,00	0,0000	5,88	411,60
69	Azeite de oliva 500ml - Marca: ANDORINHA	UN	5,00	0,0000	14,89	74,45
					Total do Fornecedor:	10.286,25

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 13/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

21	Banana Caturra, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	700,00	0,0000	2,99	2.093,00
22	Maçã Vermelha, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	600,00	0,0000	5,49	3.294,00
23	Morgota, in natura, nova, de 1ª qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	300,00	0,0000	3,00	900,00
24	Mamão formosa, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	130,00	0,0000	3,99	518,70
25	Alface Verde, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	UN	130,00	0,0000	2,00	260,00
26	Batata Inglesa, nova, de 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	250,00	0,0000	2,99	747,50
27	Beterraba, sem folhas, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	100,00	0,0000	3,99	399,00
28	Cebola, sem réstia, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	140,00	0,0000	2,99	418,60
29	Cenoura, sem folhas, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	60,00	0,0000	3,99	239,40
30	Pepino, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem de polipropileno, resistente com 1kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	100,00	0,0000	2,99	299,00
31	Repolho, novo, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	UN	120,00	0,0000	3,89	466,80

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 14/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

32	Tomate, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, são, sem rupturas, TOMATE - boa qualidade (que não esteja murcho, estragado e batido) Tomate, semimaduro, 1ª qualidade, classe média ou grande, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. - Marca: CANTU	KG	130,00	0,0000	5,49	713,70
33	VAGEM qualidade e sem defeitos, beneficiada e classificada com uniformidade no tamanho e cor, ser de colheita recente. Isentas de rachaduras, perfurações, cortes ou lesões mecânicas ou provocadas por pragas ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra e resíduos de fertilizantes aderentes à casca, não podendo apresentar odores e sabores estranhos. - Marca: CANTU	KG	40,00	0,0000	4,29	171,60
34	Brócolis, novo, de 1ª qualidade, são, sem fungos, tamanho médio, flores de coloração verde, sem manchas, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	UN	50,00	0,0000	3,99	199,50
35	Mandioca, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa e descascada, congelada, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, - Marca: CANTU	KG	120,00	0,0000	5,49	658,80
59	Melancia, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	480,00	0,0000	1,99	955,20
66	Abobrinha Verde, madura, de 1ª qualidade, tamanho médio, casca sã, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	60,00	0,0000	3,99	239,40
67	MANGA DE BOA QUALIDADE (não esteja murcha, estragada e batida) - Marca: CANTU	KG	100,00	0,0000	4,49	449,00
68	Temperos naturais (salsa e cebolinha), novos, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, limpos, acondicionados em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 maço cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	UN	30,00	0,0000	1,99	59,70
Total do Fornecedor:						13.082,90

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 29/05/2014
Folha: 15/16	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 5

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

36 Leite UHT Integral, ingredientes: leite integral, estabilizante tripolifosfato de sódio, difosfato de sódio e ortofosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 6g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	L	1.000,00	0,0000	2,78	2.780,00
39 Iogurte parcialmente desnatado com polpa e sucos de fruta, sabor variado, de consistência pastosa, produto obtido através da fermentação do leite, açúcar, fermento lácteo, corante e aroma artificiais, isento de contaminações, sujidades, corpos estranhos, o rótulo deverá estar de acordo com a legislação vigente, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso, de 900g cada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade de 1 mês e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: TIROL	UN	800,00	0,0000	4,33	3.464,00
65 Leite UHT Semidesnatado sem Lactosel, ingredientes: leite semidesnatado, estabilizante, citrado de sódio, monofosfato e difosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 2,4g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PIRACANJUBA	L	50,00	0,0000	4,89	244,50

Total do Fornecedor: 6.488,50

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 20/2014 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 39/2014
Data do Processo: 29/05/2014

Folha: 16/16

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 6****INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP (6091)**

57	Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	KG	600,00	0,0000	7,2333	4.340,00
----	---	----	--------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 4.340,00
Total Geral: 49.362,25

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 40, PP 21-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 1/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 40/2014
b) Licitação Nr.: 21/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/06/2014
e) Objeto da Licitação aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Danilo João Cason, para o ano de 2014, conforme anexos do Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)**

1 Biscoito doce maria, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal, soro de leite, açúcar invertido, cacau, amido, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g de aproximadamente: 25g de carboidrato, 2,3g de proteína e 2,8g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica (dupla) de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATI	PCT	55,00	0,0000	3,65	200,75
---	-----	-------	--------	------	--------

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
Folha: 2/24	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

2 Biscoito doce sabor leite, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, soro de leite em pó, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 25g de carboidrato, 2,2g de proteína, 3,8g de gorduras totais, menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATI	UN	40,00	0,0000	4,05	162,00
3 Biscoito doce tipo "maisena", aromatizado artificialmente, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 23g de carboidrato, 2,2g de proteína, 3g de gorduras totais e menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATI	UN	50,00	0,0000	3,67	183,50

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
Folha: 3/24	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

4 Bolacha Salgada tipo "água e sal", consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 100g de aproximadamente: mínimo de 70g de carboidrato, 10g de proteína, 12,5g de gorduras totais, menos que 5,5g de gordura saturada e 500mg de sódio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção - Marca: PARATI	UN	30,00	0,0000	4,15	124,50
5 Bolacha Salgada Integral, consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fibra de trigo, extrato de malte, fosfato monocalcico, glicose, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 30g de aproximadamente: mínimo de 22g de carboidrato, 3g de proteína e 4,5g de gorduras totais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: ISABELA	PCT	30,00	0,0000	4,80	144,00
20 Biscoito sortido pct 400 gramas - Marca: PARATI	PCT	35,00	0,0000	4,15	145,25

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 4/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

96 Macarrão tipo cabelo de anjo, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão, com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: ISABELA	PCT	60,00	0,0000	3,79	227,40
97 Macarrão tipo parafuso, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATI	PCT	60,00	0,0000	2,95	177,00
98 Macarrão tipo rigatoni, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATI	PCT	70,00	0,0000	2,95	206,50

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 5/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

119 Biscoito doce maria sem LACTOSE, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 24g de carboidrato, 2,2g de proteína e 2,2g de gorduras totais, menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150g de sódio acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: NINFA	UN	25,00	0,0000	4,10	102,50
120 Biscoito doce tipo rosca, sem lactose : ingredientes farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico vit.B9, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, amido, cacau em pó, sal fermentos químicos, com valor nutricional aproximado por porção de 30g, 23g de carboidrato, 1,7 g de proteína, 2,6 de gorduras totais, 1 g de gordura saturada, 0 de gordura trans. e menos que 150g de sódio, acondicionada em embalagens plastica de polipropileno, 400 gramas, sem corantes, na embalagens deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote. - Marca: NINFA	UN	20,00	0,0000	3,99	79,80
121 Bolacha Salgada Integral, consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fibra de trigo, extrato de malte, fosfato monocalcico, glicose, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 30g de aproximadamente: mínimo de 22g de carboidrato, 3g de proteína, 4,5g de gorduras totais e menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: NINFA	UN	15,00	0,0000	4,20	63,00

Total do Fornecedor: 1.816,20

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 6/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

6	Banha, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, com data de validade e fabricação, isento de produtos estranhos, odor característico ao produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	KG	10,00	0,0000	5,60	56,00
7	Carne Bovina em cubos tipo patinho ou coxão mole, congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: FRIGORIFICO DRI	KG	140,00	0,0000	15,60	2.184,00
8	Carne Bovina Moída magra, de 1ª qualidade (patinho ou coxão mole), congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 3 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: FRIGORIFICO DRI	KG	90,00	0,0000	15,60	1.404,00
9	Carne Bovina tipo músculo com osso, de 1ª qualidade, congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 3 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: FRIGORIFICO DRI	KG	50,00	0,0000	5,80	290,00
10	Carne de Frango tipo coxa e sobrecoxa, congelada, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	KG	200,00	0,0000	6,20	1.240,00

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 7/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

11 Carne de Frango tipo inteiro, congelado, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, , na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 6 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	KG	100,00	0,0000	6,60	660,00
12 Carne de Peixe tipo filé de tilápia, congelado, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente,BAandeja de 500 GR, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade mínima de 2 meses na entrega, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: DIPEFAL	UN	90,00	0,0000	15,60	1.404,00
13 Carne Suína (iscas), congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 2Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: FRIGOLASTE	KG	150,00	0,0000	11,70	1.755,00
31 Lingüiça mista tipo toscana, congelada, com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo de no máximo 3%, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: ARABUTA	KG	40,00	0,0000	12,50	500,00
Total do Fornecedor:					9.493,00

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 8/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

14 Amido de Milho, produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não podendo estar úmido, fermentado ou rançoso, deve estar sob a forma de pó e produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos, umidade máxima de 14%, acidez de 2,5%, mínimo de 84% de amido e resíduo mineral fixo de 0,2%, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 87,6g de carboidrato, 0,3g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade, embalagens de 500 grs cada produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTI	PCT	30,00	0,0000	2,89	86,70
15 Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1, subgrupo parboilizado, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, resistente e transparente, com 5 Kg, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, deve ser de procedência nacional e ser de safra corrente, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), informações do fabricante, especificação do produto, data de validade e lote, estampados na embalagem, sem glúten, contendo no mínimo 90% de grãos inteiros com no máximo 14% de umidade e com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 32,3g de carboidratos, 2,3g de proteínas e 2,9 de gorduras totais. Com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento - Marca: KIARROZ	PCT	65,00	0,0000	10,90	708,50
16 ARROZ LONGO FINO, PARBOILIZADO TIPO 1 DE PROCEDÊNCIA NACIONAL, SAFRA CORRENTE, ISENTA DE MOFO, DE ODORES ESTRANHOS E DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALADO EM PACOTES DE 1 KG PLÁSTICOS ATÓXICO GRÃOS SELECIONADOS ELETRONICAMENTE NÃO SENDO NECESSÁRIO LAVAR PARA SUA PREPARAÇÃO. PRODUTO SEM ADIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS, NA ENTREGA COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 04 MESES. O PRODUTO DEVERÁ SER ACOMPANHADO DE CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO. - Marca: AMANDY	KG	50,00	0,0000	2,95	147,50
17 Aveia em flocos finos, produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 13,5g de proteína, 4,8g de lipídio e 68,4g de carboidrato, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: VITAO	PCT	10,00	0,0000	5,50	55,00

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 9/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

18 Cereal Matinal, flocos açucarados de milho com sabor natural, enriquecidos com ferro, obtidos a partir de milho sem tegumentos, cozidos, secos, laminados e tostados, recobertos por açúcar refinado, extrato de malte, sal refinado, água, adicionados de proteínas, carboidratos, palmitato de retinol (vit. A), mononitrato de tiamina (vit. B1), riboflavina (vit. B2), Niacina (vit. B3), cloridrato de piridoxina (vit. B6), cobalamina (vit. B12), ácido ascórbico (vit. C), Ácido Fólico (vit. B9), Ferro reduzido (ferro) e óxido de zinco, contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 89g de carboidrato, 4g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 300g, original do fabricante, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, livre de umidade e fragmentos estranhos, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: KELLOGS	PCT	40,00	0,0000	9,49	379,60
19 Farinha láctea enriquecida com ferro e 11 vitaminas, com sabor natural, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas, minerais, sal e aromatizantes, contendo glúten com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 65g de carboidrato, 13,5g de proteína e 7,8g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada ou plástica de polietileno leitoso, de 500g ou em latas de 300g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: NESTLE	UN	12,00	0,0000	7,35	88,20
21 Farinha de Trigo especial, tipo 1, contendo glúten, produto obtido a partir de cereal limpo desgerminado, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, deve ter aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro e sabor próprios, com uma extração máxima de 20% e com teor máximo de cinzas de 0,68%, com no mínimo 6% de glúten seco, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 56,7g de carboidrato, 14,5g de proteína e 2,8g de lipídio acondicionada em embalagem de papel de 5Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 4 meses, enriquecida com ferro e ácido fólico, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AMANDY	PCT	50,00	0,0000	10,80	540,00
22 Farinha de Trigo integral, produto obtido a partir de cereal integral, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, cheiro e sabor próprios, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 71g de carboidrato, 12g de proteína e 3g de lipídio acondicionada em embalagem de papel de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 4 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AMANDY	PCT	10,00	0,0000	3,39	33,90

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 10/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

23 Farelo de Trigo ou Fibra de Trigo acondicionado em embalagens Plástica de 250 gramas, em polipropileno original do fabricante resistente e transparente, isento de matérias teroosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, informações do fabricante, com validade mínima de 6 meses e lote estampado na embalagem, valor nutricional aproximado por porção de 10 g, 2,2g de carboidrato, 1,6g de proteína e 0g de gordura. - Marca: VITÃO	UN	5,00	0,0000	4,20	21,00
24 Feijão preto, tipo 1, novo, de 1ª qualidade, constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e íntegros, sem a presença de grãos mofados e/ou cartuchos, na cor característica e variedade correspondente de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 12,2g de carboidrato, 0g de proteína e 0,3g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 6 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AMANDY	KG	130,00	0,0000	5,70	741,00
25 Fubá de milho amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, não poderá estar úmido ou rançoso, com umidade máxima de 15%, com acidez máxima de 5%, com no mínimo 7% de proteína, com rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, ingredientes: fubá, ferro e ácido fólico, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 77,2g de carboidrato, 9,6g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, original do fabricante, resistente, pacotes de 01 Kg, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: VICENSI	KG	55,00	0,0000	2,30	126,50
26 Lentilha, tipo 1, classe graúda, nova, de 1ª qualidade, sem grãos mofados e/ou cartuchos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 60,7g de carboidrato, 23,7g de proteína e 1,3g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 400g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: KERI	PCT	15,00	0,0000	4,20	63,00

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 11/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

27 Milho para pipoca, classe amarelo, grupo duro, tipo 1, preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, detritos animais ou vegetais, com no máximo 15% de umidade, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 27,8g de carboidrato, 3,3g de proteína e 0,8g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno resistente e transparente, original do fabricante, de 500g, original do fabricante, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: CAROL	PCT	40,00	0,0000	2,60	104,00
28 Polvilho Azedo, deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não poderá estar úmido, fermentado ou rançoso, não contendo glúten, acondicionado em plástica de polipropileno ou polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: LAGES	PCT	10,00	0,0000	4,80	48,00
29 Polvilho Doce, deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não poderá estar úmido, fermentado ou rançoso, não contendo glúten, acondicionado em plástica de polipropileno ou polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: LAGES	PCT	5,00	0,0000	3,99	19,95
30 Sagu, tipo 1, grupo tapioca, subgrupo sagu artificial, preparado com matéria prima sã, limpa, isenta de matéria terrosa, parasito, detrito animal ou vegetal, com no máximo 15% de umidade, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 86,4g de carboidrato, 0,6g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno resistente e transparente, original do fabricante, de 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: LAGES	PCT	20,00	0,0000	3,89	77,80

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 12/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

32 Mortadela de carne de frango, magra, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, de 1ª qualidade, sem manchas esverdeadas, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, ingredientes: carne mecanicamente separada de aves, gordura de frango, carne de frango, água, amido, sal, proteína texturizada de soja, açúcar, condimentos naturais, pimenta branca, estabilizante tripolifosfato de sódio, conservadores: nitrito e nitrato de sódio, corante natural carmim, realçador de sabor glutamato monossódico e antioxidante eritorbato de sódio, com valor nutricional para porção de 40g de aproximadamente: 2,5g de carboidrato, 4,8g de proteína e 6,5g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de 500 g, atóxica, resistente, na embalagem deverá constar especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade de 1 mês, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	UN	45,00	0,0000	4,25	191,25
33 Presunto de carne de frango ou suína, magro, fatiado cozido, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não amolecido e nem pegajoso, sem manchas esverdeadas, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa altera - lá ou encobrir alguma alteração, ingredientes: carne de ave ou suína, água, amido, sal, lactato de sódio, proteína isolada de soja, açúcar, estabilizante tripolifosfato de sódio, aromatizante aromas naturais, conservadores nitrito e nitrato de sódio, antioxidante eritorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional por porção de 40g: 1g de carboidrato, 8g de proteína e 1 g de gorduras totais, acondicionada em embalagem plástica de 200 gramas, na embalagem deveram constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 1 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	PCT	50,00	0,0000	5,60	280,00
34 Salsicha de carne bovina ou suína tipo "hot dog", congelada, com no máximo 2% de amido, com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo de no máximo 10%, ingredientes: carne mecanicamente separada de frango, gordura suína, carne suína, água, carne de peru, proteína isolada de soja, fécula de mandioca, sal, maltodextrina, condimentos naturais, pimenta preta, regulador de acidez lactato de sódio, estabilizantes: tripolifosfato de sódio, polifosfato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, aromas: fumaça, natural de pimenta branca, naturais e idênticos aos naturais de pimentas da Jamaica e preta, realçador de sabor glutamato monossódico, antioxidantes eritorbato de sódio, conservador nitrito de sódio, corante urucum, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 50g: 1,5g de carboidrato, 6,3g de proteína e 1,3g de gorduras totais, acondicionadas em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1 kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	PCT	70,00	0,0000	9,00	630,00

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 13/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

35 Creme vegetal com sal, com no máximo 20% de lipídios, apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos, deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis, ingredientes: água, óleos vegetais líquidos interesterificados, sal, vitamina A, estabilizante mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol com ácido ricinoleico, conservador benzoato de sódio, acidulante, ácido cítrico, aromatizante, antioxidantes BHT e EDTA e corantes urucum e cúrcuma, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 10g: 0g de carboidrato, 0g de proteína e 2g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de 1kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: SOYA	Pt	30,00	0,0000	6,30	189,00
36 Doce Cremoso de Frutas tipo "Geléia", com polpa de fruta natural, deverá ser fabricado com matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, não poderá conter substância estranhas à sua composição normal, será tolerada a adição de aromatizantes naturais, será proibido adicionar ao doce de frutas corantes artificiais e aromatizantes, ingredientes: polpa de fruta, açúcar, geleificante, acidulante pectina cítrica, ácido láctico, sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 61,6g de carboidrato, 0,1g de proteína e 0,1g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, á 01 kg. original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: INCOTRIL	UN	20,00	0,0000	8,05	161,00
37 Ervilha em conserva, de 1ª qualidade, produto preparado com ervilhas previamente debulhadas, envazadas praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas, imersas ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração, ingredientes: ervilha, água e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 10,5g de carboidrato, 2,6g de proteína, 0,1g de lipídio e menos que 500mg de sódio, acondicionadas em latas de 280g, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: QUERO	UN	40,00	0,0000	1,89	75,60

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 14/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

38 Extrato de Tomate simples concentrado, com no mínimo 20% de substância seca e de 18 a 20% de brix, com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e semente, o produto deverá estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso, ingredientes: tomate, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 8,9g de carboidrato, 1,7g de proteína e 0,2g de lipídio, e menos de 500 mg de Sódio em embalagem tetra pak de 350 gramas, original do fabricante, sem aditivos ou conservantes, na embalagem devem constar as especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: ARISCO	CX	35,00	0,0000	2,79	97,65
39 Milho verde em lata, de 1ª qualidade, produto preparado com milho previamente debulhado, envazado praticamente cru, reidratado ou pré-cozido, imerso ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração, ingredientes: grão de milho verde in natura, água, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 20g de carboidrato, 2,1g de proteína e 0,6g de lipídio, e sódio menor que 500mg acondicionadas em latas de 280g, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: QUERO	LT	35,00	0,0000	2,09	73,15
40 Óleo de Soja refinado tipo 1, que sofreu processo tecnológico adequado como degomagem, neutralização, clarificação, frigorificação e não de desodorização, não contendo glúten, acondicionado em embalagem pet de 900ml, original do fabricante, com prazo de validade e lote, especificações do produto e informações do fabricante, produto isento de registro no Ministério da Agricultura -Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: SOYA	UN	90,00	0,0000	3,15	283,50
70 Iogurte de soja, sem lactose, ingredientes: extrato de soja, amido modificado, fermentos, aromas idênticos aos naturais de iogurte, corante natural de urucum e conservante sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de aproximadamente 110g: 18g de carboidrato, 3,2g de proteína e 1,9g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, tipo pote, com prazo de validade mínima de 1 mês a partir da entrega, especificações do produto, informações do fabricante, registro no Ministério da Saúde. Embalagem bandejas com 04 unidades de 400 gr - Marca: BATAVO	UN	50,00	0,0000	5,89	294,50

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 15/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

71	logurte parcialmente desnatado com polpa e sucos de fruta, sabor variado, de consistência pastosa, produto obtido através da fermentação do leite, açúcar, fermento lácteo, corante e aroma artificiais, isento de contaminações, sujidades, corpos estranhos, o rótulo deverá estar de acordo com a legislação vigente, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso, de 900g cada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade de 1 mês e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: TIROL	UN	500,00	0,0000	4,90	2.450,00
72	logurte de leite padronizado reconstituído, açúcar, água, creme de leite, polpa de frutas, fosfato tricálcico, amido modificado, vitaminas (A, B1, B2, B6, D), lactato de ferro, cloreto de cálcio, fermentos lácteos enzima protease, espessantes goma jataí e goma xantana, corante natural cochonila, acidulante ácido cítrico, aromatizante e conservador sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de aproximadamente 45g: 8,6g de carboidrato, 2,8g de proteína, 1,4g de lipídio, menos que 2,4g de gordura saturada e menos que 225mg de sódio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, tipo bandeja c/ 08 unidades, de 360 gramas, com prazo de validade mínima de 1 mês a partir da entrega, especificações do produto, informações do fabricante, registro no Ministério da Saúde. - Marca: BATAVINHO	UN	65,00	0,0000	5,09	330,85
75	Leite UHT Integral, ingredientes: leite integral, estabilizante tripolifosfato de sódio, difosfato de sódio e ortofosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 6g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	L	3.600,00	0,0000	2,99	10.764,00
76	Manteiga, inspecionada e embalada em embalagem de polipropileno, de 200 gramas, com validade mínima na entrega de 3 meses. - Marca: TIROL	Pt	40,00	0,0000	4,99	199,60
77	Nata, ingredientes: creme de leite pasteurizado padronizado a 50% de gordura, com informação nutricional para porção de 25g: 0 de carboidrato, 0 de proteína, 13g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno ou plástico resistente (tipo pote), com prazo de validade, data de fabricação, especificações do produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: TIROL	PCT	40,00	0,0000	4,25	170,00

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 16/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

116	Leite UHT Semidesnatado sem Lactosel, ingredientes: leite semidesnatado, estabilizante, citrado de sódio, monofosfato e difosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 2,4g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PIRACANJUBA	L	100,00	0,0000	4,80	480,00
Total do Fornecedor:						19.910,75

LOTE: 4

JONATAN VIEIRA (9482)

41	Abacaxi Pérola, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, tamanho médio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	15,00	0,0000	5,552	83,28
42	Banana Caturra, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	900,00	0,0000	2,4294	2.186,46
43	Banana Prata, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	200,00	0,0000	4,1647	832,94
44	Laranja Pera, in matura, nova, de 1ª qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	450,00	0,0000	2,2708	1.021,86
45	Maçã Argentina, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas,	UN	150,00	0,0000	2,3699	355,49
46	Maçã Vermelha, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	700,00	0,0000	5,0571	3.539,97
47	Mamão formosa, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	150,00	0,0000	3,421	513,15
48	Mamão Papaia, novo de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas,	UN	100,00	0,0000	2,7765	277,65

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 17/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

JONATAN VIEIRA (9482)

49	Manga rosa, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	250,00	0,0000	4,2639	1.065,98
50	Melancia, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	500,00	0,0000	1,9733	986,65
51	Morgota, in natura, nova, de 1ª qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	250,00	0,0000	3,1235	780,88
52	Pêra, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas,	UN	130,00	0,0000	1,9733	256,53
53	Abóbora Cabutiá, madura, de 1ª qualidade, tamanho médio, casca sã, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	40,00	0,0000	2,0328	81,31
54	Abobrinha Verde, madura, de 1ª qualidade, tamanho médio, casca sã, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	60,00	0,0000	2,8756	172,54
55	Alface Verde, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	80,00	0,0000	1,9733	157,86
56	Batata Inglesa, nova, de 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	200,00	0,0000	2,5286	505,72
57	Beterraba, sem folhas, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	120,00	0,0000	3,1235	374,82
58	Brócolis, novo, de 1ª qualidade, são, sem fungos, tamanho médio, flores de coloração verde, sem manchas, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	75,00	0,0000	4,4622	334,67
59	Cebola, sem réstia, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	160,00	0,0000	2,479	396,64
60	Cenoura, sem folhas, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	120,00	0,0000	3,3318	399,82
61	Chuchu, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionado em embalagem de polipropileno, resistente com 1kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	120,00	0,0000	1,3387	160,64

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 18/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

JONATAN VIEIRA (9482)

62	Couve-Flor, nova, de 1ª qualidade, sã, sem fungos, tamanho médio, flores de coloração branca, sem manchas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	80,00	0,0000	4,2639	341,11
63	Pepino, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem de polipropileno, resistente com 1kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	100,00	0,0000	2,5682	256,82
64	Pimentão Verde, tamanho médio, novo, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 500g, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	35,00	0,0000	5,5529	194,35
65	Repolho, novo, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	50,00	0,0000	3,4706	173,53
66	Tomate, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, são, sem rupturas, TOMATE - boa qualidade (que não esteja murcho, estragado e batido) Tomate, semimaduro, 1ª qualidade, classe média ou grande, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	160,00	0,0000	5,1563	825,01
67	VAGEM qualidade e sem defeitos, beneficiada e classificada com uniformidade no tamanho e cor, ser de colheita recente. Isentas de rachaduras, perfurações, cortes ou lesões mecânicas ou provocadas por pragas ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra e resíduos de fertilizantes aderentes à casca, não podendo apresentar odores e sabores estranhos.	KG	70,00	0,0000	4,6109	322,76
115	Mandioca, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa e descascada, congelada, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg,	KG	60,00	0,0000	3,9664	237,98
117	Melão, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpo, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	20,00	0,0000	4,3134	86,27
118	Batata Doce, nova, de 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto	KG	100,00	0,0000	3,1731	317,31
Total do Fornecedor:					17.240,00	

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 19/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 5

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP (6091)

99 Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	KG	300,00	0,0000	7,1433	2.142,98
100 Pão Sovado para cachorro quente, tipo bisnaguinha, com aproximadamente 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	KG	100,00	0,0000	10,4702	1.047,02
Total do Fornecedor:					3.190,00

LOTE: 6

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA (6021)

68 Creme de leite, acondicionado em caixinha, aluminizada por dentro, de 100 a 350g, com prazo de validade, data de fabricação, especificações do produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: ITAMBE	CX	15,00	0,0000	1,99	29,85
69 Doce de Leite pastoso, deverá ser fabricado com matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, o leite empregado deverá apresentar-se normal e fresco, no preparo do produto o leite deve entrar na proporção mínima de três partes de leite para uma de açúcar, não poderá conter substância estranhas à sua composição normal, além das previstas na NTA 56, como coadjuvante da tecnologia de fabricação será tolerado o emprego de amido na dosagem máxima de 2%, será tolerada a adição de aromatizantes naturais, será proibido adicionar ao doce de leite corantes artificiais e gorduras estranhas, geleificantes ou outras substância, embora inócuas, exceto o bicarbonato de sódio em quantidades estritamente necessárias para a mínima de 60% de carboidrato, 2% de lipídio e 6% de proteína, ingredientes: leite, açúcar, glicose, amido e bicarbonato, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 6 meses e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: TIROL	Pt	30,00	0,0000	9,45	283,50
73 Leite Condensado, acondicionado em caixinha, aluminizada por dentro, de 100 a 500g, com prazo de validade, data de fabricação, especificações do produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: ITAMBE	CX	15,00	0,0000	3,79	56,85

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 20/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 6

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

74	Leite de soja em pó, preparado com proteína de soja isolada, sem lactose, ingredientes: de origem vegetal, rico em vitaminas A, B12 e D, fósforo e zinco, acondicionado em embalagem aluminizada ou plástica de polietileno leitoso, de 500g, ou em latas de 300g, com valor nutricional aproximado por porção de 100g: 37g de carboidrato, 27g de proteína, 0g de lactose e 26g de lipídio, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Saúde. - Marca: SUPRA SOY	UN	5,00	0,0000	21,00	105,00
78	Ovos de Galinha tipo "grande", casca lisa, limpos, não trincados, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,8g de carboidrato, 12,9g de proteína e 11,5g de lipídio, embalados em dúzias em caixa de papelão ou de plástico resistente, original do fabricante, na embalagem deve constar as especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 15 dias, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: GRANJA PEDAL	DZ	70,00	0,0000	5,30	371,00
79	Queijo tipo Mussarela- embalagens de 150 gramas - Marca: AURORA	PCT	100,00	0,0000	3,45	345,00
80	Queijo Parmesão ralado embalagen 40gr - Marca: TIROL	PCT	40,00	0,0000	2,60	104,00
81	Achocolatado em pó instantâneo, enriquecido com vitaminas, deverá ser obtido de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas, detritos animais, cascas de semente de cacau, ou outros detritos vegetais, aspecto: pó homogêneo, cor própria do tipo, cheiro característico e sabor doce, próprio, com umidade máxima de 3%, ingredientes: açúcar, cacau em pó solúvel, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico, aromatizantes, e não deve conter glúten, com valor nutricional para a porção de 100g de aproximadamente: 50,2 g de carboidrato, 19,2g de proteína e 12,7g de lipídio, acondicionado em embalagem de 400 grs aluminizada, ou metalizada ou plástica de polietileno leitoso, original do fabricante, com prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTI	PCT	80,00	0,0000	3,35	268,00
82	Amendoim, novo, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, de 500g a 1kg, produto inspecionado. - Marca: CANTU	KG	15,00	0,0000	3,89	58,35
83	Café granulado solúvel instantâneo, com selo da ABIC, com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas, não contendo glúten, acondicionado em embalagem aluminizada de 200g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: IGUAÇU AMIGO	PCT	40,00	0,0000	9,89	395,60
84	Chá, caixa com 15 unidades de 30g aproximadamente, diversos sabores, sem a presença de fungos e produtos estranhos ao mesmo. - Marca: MATE LEAO	UN	15,00	0,0000	4,59	68,85

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 21/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 6

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

85	Coco ralado, desidratado, não acrescido de açúcar, deverá ser elaborado com endosperma procedente de frutos são e maduros, não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso, deve ter aspecto de fragmentos soltos e de cor branco, parcialmente desengordurado, ingredientes: polpa de coco parcialmente desengordurado, desidratado com conservantes, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 23g de carboidrato, 7,2g de proteína e 64,9g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTI	PCT	10,00	0,0000	3,19	31,90
86	Colorífico vermelho, em pó, fino, homogêneo, obtidos de frutos maduros de espécimes genuínos, grãos são, limpos, dessecados e moídos, de coloração vermelho intenso, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isentos de materiais estranhos e livre de umidade, ingredientes: farinha de milho, óleo de soja, sal e pasta de urucum, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de 500g, original do fabricante, com informações do fabricante, especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade. - Marca: INCAS	PCT	25,00	0,0000	3,09	77,25
87	Fermento Biológico, granulado, seco, instantâneo, composto de saccharomyces cerevisiae, que é um agente de reidratação, acondicionado em embalagem aluminizada de 125g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Saúde - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: SAF INSTANT	UN	10,00	0,0000	5,45	54,50
88	Fermento Químico em pó, produto formado de substâncias químicas que por influência do calor e/ou umidade produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentado-lhes o volume e a porosidade, contendo como ingrediente: amido de milho ou fécula de mandioca, bicarbonato de sódio, carbonato de cálcio e fosfato monocalcico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 41,6g de carboidrato, 0g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem de 250g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) - Marca: ROYAL	PCT	18,00	0,0000	5,80	104,40
89	Gelatina em pó, sabores variados, produto constituído de gelatina comestível em pó, sal, açúcar, acidulante, aromatizantes e corantes artificiais, não contendo glúten, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, composição nutricional na porção de 15,4g de gelatina preparada: 13g de carboidrato, 1g de proteína e 0g de gorduras totais, acondicionada em embalagem de 1 KG, original do fabricante, enriquecida com vitaminas C, D e E, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTI	KG	50,00	0,0000	9,20	460,00

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 22/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 6

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

90	Mel de Abelha, elaborado a partir do néctar de flores e/ou exudatos sacarínicos de plantas, isentos de substâncias estranhas, sujidades, parasitas e corretivos de acidez, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 78g de carboidrato, 0,2g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: SUL MEL	KG	15,00	0,0000	17,30	259,50
91	Melado, obtido do caldo de cana evaporado e concentrado até a consistência de xarope, com cor, odor, sabor e aspecto característicos, isento de sujidades, parasitos, larvas, conservantes químicos, aromatizantes artificiais, ingredientes: melado de cana, sacarose, glicose, acidulante ácido cítrico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72,6g de carboidrato, 0,5g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, hermeticamente fechada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura, Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: INCONTRIL	UN	20,00	0,0000	8,09	161,80
92	Mucilon, sabores variados, com sabor natural, ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido., carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, vitaminas (B1, B6, B12, D, C, E, niacina, pantotenato de cálcio, ácido fólico), fumarato ferroso e aromatizante vanilina, contendo glúten com valor nutricional para porção de 21g de aproximadamente: 18g de carboidrato, 1,2g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada ou plástica de polietileno leitoso, de 500g ou em latas de 300g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Saúde. - Marca: NESTLE	LT	15,00	0,0000	6,45	96,75
93	Pó para Pudim, com leite, sabor variado, ingredientes: açúcar refinado, leite em pó, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, cacau em pó, sal e aromatizante, não contendo glúten, composição nutricional de 25g: 21g de carboidrato, 1g de proteína e 1g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso de 01 kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTI	KG	35,00	0,0000	7,49	262,15
94	Farinha de Rosca, seca, fina, ligeiramente torrada, de cor amarelada, isenta de sujidades, parasitas e larvas, ingredientes: farinha de trigo, água, sal e fermento, contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 73,6g de carboidrato, 11,4g de proteína e 7,7g de lipídio acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, de 1Kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: BOKITUS	KG	10,00	0,0000	5,60	56,00

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 23/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 6
COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

95	agnoline, ingredientes: farinha azeite, ovos, sal, peito de frango e temperos, embalados em pacotes em perfeito estado de conservação, com peso líquido de 400 gr o pacote, registro no ministério da agricultura- serviço de inspeção federal { SIF} Serviço de Inspeção Estadual [SIE] - Marca: MI MASSAS	PCT	60,00	0,0000	10,20	612,00
101	Açúcar de baunilha, ingredientes: açúcar refinado e aroma idêntico ao natural de baunilha, não contendo glúten, acondicionado em pote plástico resistente ou pacote plástico de polipropileno, com validade mínima na entrega de 4 meses. - Marca: APTI	PCT	20,00	0,0000	1,49	29,80
102	Açúcar cristal branco de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno transparente e resistente, original do fabricante, com 5Kg, aspecto granuloso de fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, contendo aproximadamente 99,3% de carboidrato por porção, deverá ser de origem vegetal fabricado a partir de sacarose de cana de açúcar, livre de fermentação, de parasitos e de detritos animais ou vegetais, não contendo glúten, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), na embalagem deve constar informações do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote. - Marca: MINASCUCAR	PCT	60,00	0,0000	8,50	510,00
103	Açúcar mascavo, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno transparente e resistente, com 1Kg, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, contendo aproximadamente 90,6% de carboidrato por porção, deverá ser fabricado de cana de açúcar, livre de parasitos e de detritos animais ou vegetais, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), informações do produto, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 12 meses e lote estampados na embalagem. - Marca: SUL MEL	PCT	10,00	0,0000	7,30	73,00
104	Alho, novo, grão, de 1ª qualidade, sem réstia, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 100g, com prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CHAPECO	PCT	30,00	0,0000	2,89	86,70
105	Caldo de galinha, caixas de 114grs com 12 tabletes, ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, extrato de levedura, açúcar, alho, gordura de galinha, salsa, condimento, cisteína, carne de galinha, realçadores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico, aromatizantes e corantes naturais. - Marca: APTI	UN	45,00	0,0000	2,10	94,50
106	Canela em ramos, sem a presença de fungos, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 10 , sem a presença de sujidades ou produtos estranhos. - Marca: APTI	PCT	20,00	0,0000	1,80	36,00
107	Cravo, sem a presença de fungos, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 12 gr, sem a presença de sujidades ou produtos estranhos. - Marca: APTI	PCT	15,00	0,0000	2,20	33,00
108	Noz-Moscada, sem a presença de fungos ou substâncias estranhas ao produto, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno. - Marca: APTI	PCT	5,00	0,0000	2,20	11,00
109	Orégano, deverá ser constituído por folhas de espécimes vegetais genuínos, sãs, limpas e secas, aspecto folha ovalada seca, cor verde pardacenta, cheiro e sabor próprio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, de 100gramas, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. - Marca: APTI	PCT	20,00	0,0000	5,80	116,00

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 29/05/2014
	Folha: 24/24

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 6

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

110	Salamoníaco, ingredientes: bicarbonato de amônio, não contendo glúten, acondicionado em embalagem de polipropileno, de 100 a 500g com registro no Ministério da Saúde. - Marca: APTI	PCT	13,00	0,0000	1,50	19,50
111	Sal refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e no máximo 15mg por Kg de acordo com a Legislação Federal Específica, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APOLO	KG	55,00	0,0000	1,30	71,50
112	Temperos naturais (salsa e cebolinha), novos, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, limpos, acondicionados em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 maço cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca:	UN	20,00	0,0000	1,70	34,00
113	Vinagre de Maçã, ingredientes: fermentado acético de maçã hidratada, sem aditivos essenciais, sem conservantes, não contendo glúten, com acidez mínima de 4%, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: KOLLER	FR	40,00	0,0000	2,45	98,00
114	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, acético, simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, contém conservantes, não contendo glúten, livre de sujidades, material terroso, detritos animais e vegetais, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: KOLLER	UN	50,00	0,0000	2,89	144,50
122	Azeite de oliva 500ml - Marca: ANDORINHA	UN	10,00	0,0000	19,89	198,90
					Total do Fornecedor:	5.818,65
					Total Geral:	57.468,60

Ipumirim, 18 de Junho de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Contrato 51/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 51/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Espólio de Vicente Michahouski Filho

Objeto: Cessão de parte de um imóvel rural, com área mínima de 5.000m² (cinco mil metros quadrados) ou 0,5 ha (meio hectare), cadastrado no INCRA sob o nº 816.035.009.946-4, e devidamente matriculado sob o n.º 4.907, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC, destinado para instalação, operação e manutenção do Aterro Sanitário, Unidade de Triagem e Compostagem Municipal, onde serão depositados os resíduos sólidos urbanos do Município.

Valor: R\$ R\$ 5. 168,16 (cinco mil cento e sessenta e oito reais e dezesseis centavos)

Vigência: 01.01.2014 a 31.12.2014

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso X

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

1º Termo Aditivo ao Convênio Nº 06/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 006/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC E A ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC".

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis / SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Juliano Pozzi Pereira, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 827.405 - SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - centro, Irineópolis - SC, doravante denominado CONCEDENTE, e, de outro, a ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC, com sede à Avenida 22 de Julho, s/nº, centro, Irineópolis/SC, inscrito no CNPJ nº 06.089.199/0001-52, representado por seu Presidente, Senhor(a) Rodrigo Antonio Jurck, inscrito no CPF nº 089.370.669-80, RG nº 5.064.770, residente e domiciliado na localidade de Campo do Meio, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 1.780/2014, de 18 de Março de 2014, celebram o presente Termo Aditivo ao Convênio original, conforme as seguintes cláusulas definidoras de direitos e obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Tem o presente Termo Aditivo objetivo de incluir a letra "f", na alínea II, da Cláusula Terceira - Das Obrigações, do convênio original, o seguinte texto:

(...)

f) Fica proibido o consumo de bebida alcoólica ou o uso de qualquer substância entorpecente nos veículos que transportam os estudantes, ficando a Associação beneficiada responsável pela fiscalização desta restrição, sob pena da suspensão ou interrupção

do repasse dos valores objeto deste ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis(SC), 11 de Junho de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Rodrigo Antonio Jurck

Presidente da Associação dos Acadêmicos de Irineópolis

Testemunhas:

Nome: Patricia Fabiane Fronczak

CPF: 037.425.669-11

Nome: Rosani R. da Silva Mischka

CPF: 664.622.159-68

Extrato Processo Licitatorio 46/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 46/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 07 de julho de 2014, às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02 e Lei 9.666/93, visando a AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL S10, PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 18 de junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatório 47/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 47/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º 08/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de julho de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIO, COBERTA, COM ÁREA TOTAL DE 980,40 M² NA LOCALIDADE DE RIO BRANCO. INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETOS ARQUITETÔNICO E ESTRUTURAL, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E ORÇAMENTO. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 18 de junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.604/2014

DECRETO Nº 2.604/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

"ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 2.403/2013 QUE ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À EXAME ADMISSIONAL, PARA INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 2º do Decreto nº 2.403/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - O exame médico admissional será composto de inspeção médica e de avaliação psicológica realizada por profissionais da saúde da rede pública municipal ou profissional indicado pelo Município, de exames laboratoriais obrigatórios e pré-definidos e de exames complementares caso sejam solicitados pelo médico."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, (SC), 18 de Junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Contrato 51/2014

CONTRATO N.º 51/2014

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Comodato de parte de um Imóvel Rural que entre si celebram o Município de Irineópolis e o Sr. Vicente Michahouski Filho.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de doravante denominado COMODATÁRIO, e de outro lado o Sr. Vicente Michahouski Filho, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Bairro Jardim Brand, Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 180.250.999-20, e RG nº 10ªR 490.396-0, a seguir denominado COMODANTE, ajustam e firmam o presente nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 40, inciso XIV, aliena "c", artigo 55, inciso III da Lei Federal n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Sexta do Contrato n.º 49/2002, fica reajustado o valor, contados a partir do mês de janeiro de 2014, conforme discriminados na cláusula segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará à Contratada, o valor total aditado por 12 meses de R\$ 430,68 (Quatrocentos e trinta reais e sessenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Mensal anterior	Valor Mensal Reajustado - 5,6729% IGPM 01/2014	Valor Mensal Aditado após aplicação do reajuste
12 meses	Cessão de parte de um imóvel rural, com área mínima de 5.000m² (cinco mil metros quadrados) ou 0,5 ha (meio hectare), cadastrado no INCRA sob o nº 816.035.009.946-4, e devidamente matriculado sob o n.º 4.907, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC, destinado para instalação, operação e manutenção do Aterro Sanitário, Unidade de Triagem e Compostagem Municipal, onde serão depositados os resíduos sólidos urbanos do Município.	R\$ 407,56	R\$ 23,12	R\$ 430,68

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 17 de junho de 2014.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira Comodatário	Vicente Michahouski Filho Comodante
Testemunhas:	
Nome: Sidnei Wagner CPF: 302.634.259-91	Nome: Rodrigo Antonio Jurck CPF: 089.370.669-80

Decreto Nº 2605/2014

Decreto nº 2605/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO
02.03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração
4.4.90.00.00.00.00.0256 (10)
Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

T O T A L R\$ 17.000,00

02 - PODER EXECUTIVO
02.10 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social
4.4.90.00.00.00.00.0256 (167)
Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

T O T A L R\$ 35.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 256 - Recursos Transferências do Estado.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.0204 (47)
Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

T O T A L R\$ 45.000,00

Art. 4º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 204 - Recursos Outros Convenios da Uniao - Educação.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2606/2014

Decreto nº 2606/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme artigo 13. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 225.282,80 (Duzentos e vinte e cinco mil duzentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos) conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO
02.03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
2.002 - Manutenção da Secretaria da Administração
3.3.90.00.00.00.00.03.0100 (7)
Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.03.0100 (9)
Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

T O T A L R\$ 67.000,00

02 - PODER EXECUTIVO
02.03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
2.052 - Contribuição ao Cons. Inf. na Gestão Pública Municipal - CIGA
3.1.71.00.00.00.00.03.0100 (12)
Transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.400,00
3.3.71.00.00.00.00.03.0100 (13)
Transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.800,00

T O T A L R\$ 3.200,00

02 - PODER EXECUTIVO
02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA
2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura
3.3.90.00.00.00.00.03.0100
Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

T O T A L R\$ 50.000,00

02 - PODER EXECUTIVO
02.09 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA
2.016 - Manutenção de Ações de Serviços Urbanos
3.3.90.00.00.00.00.03.0100 (104)
Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

T O T A L R\$ 70.000,00

02 - PODER EXECUTIVO
02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social
4.4.90.00.00.00.00.03.0100 (131)
Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

T O T A L R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito citado acima serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, apurado por fonte de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Adiamento da Data de Abertura - PR Nº 40/2014

Processo Licitatório nº 51/2014 - Pregão Presencial nº 40/2014 - Objeto: Registro de Preços para aquisição de material esportivo, para diversos Departamentos. Diante da necessidade de alteração do preço máximo de alguns itens, constante no edital, fica adiada a data de abertura do Processo Licitatório, nova data será divulgada e publicada.

Itaiópolis, 18 de junho de 2014.

Angelita Puchalski

Pregoeira

Itapiranga

PREFEITURA

Portaria Nº 153/2014

Portaria nº 153 de 9 de junho de 2014
CONCEDE PAGAMENTO DE INSALUBRIDADE

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o pagamento de insalubridade no percentual de 20%, ao servidor municipal Moacir Royer, matrícula nº 14968/01, em conformidade com Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade de 24 de abril de 2014, página 162, pois o referido servidor passará exercer suas atividades laborais junto a Secretaria Municipal de Transportes e Obras..

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/5/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 9 de junho de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Aviso de Anulação Nº 103/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
AVISO DE ANULAÇÃO
CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº. 103/2014

O Município de Itapiranga, torna público a quem interessar possa, que fica anulado o Processo Licitatório na Modalidade de Convite para Compras e Serviços nº. 103/2014, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria tributária e o faz por razão de interesse publico, com base no artigo 49 da Lei nº. 8.666/93.

Itapiranga - SC., 20 de junho de 2014.
Milton Simn
Prefeito Municipal

Extrato de Contratos Prefeitura Nº 087 A 089/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 087/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Mercedes-Benz do Brasil Ltda.
ORIGEM: Processo administrativo FNDE nº 23034.005578/2013-93, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 63/2013.
OBJETO: Aquisição de veículos de transporte escolar diário de

estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação.

VALOR: R\$ 259.250,00.

VIGÊNCIA: 13 de junho de 2015.

Itapiranga - SC. 13 de junho de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 088/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Bregomar Veículos Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 086/2014.

OBJETO: Aquisição de veículos novos, 0 km, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 69.800,00

VIGÊNCIA: 16 de junho de 2015.

Itapiranga - SC. 16 de junho de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Gambatto Veículos São Miguel Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 086/2014.

OBJETO: Aquisição de veículos novos, 0 km, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 32.350,00

VIGÊNCIA: 16 de junho de 2015.

Itapiranga - SC. 16 de junho de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelope de Habilitação E Proposta- Pregão Nº 43/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 17/06/2014, a partir das 09h30min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira "Ad Hoc", a Sra. ISABELA RAICIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, MARIZA APARECIDA FILLA, nomeados pelo DECRETO Nº 2192/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 43/2014, que tem como objeto a AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS EM GERAL E SAUDE, CONFORME ESPECIFICACOES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)	
FERNANDO DE AVIZ - ME	
MAXIMA PAPELARIA LTDA	
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA	
JOSÉ CARLOS VEDAN ME	
ENIA DO ROCCIO MENDES DE MOURA	
BOZANNO E BOZANNO LTDA ME	
TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN-ME	
COMERCIAL CATRINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA	
ELMO PAPELARIA LTDA ME	

Representantes (Credenciados)	
FERNANDO DE AVIZ	
LUIZ AMARILDO MUELLER	
ERALDO SALVADOR	
SERGIO JOSE COUTINHO	
JOSE CARLOS VEDAN	
ARCELIO ANTONIO DALABONA	
ENIO BOZZANO	
SEBASTIAO MORI	
COMERCIAL CATRINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA	
BRUNO SANTOS	

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Restando desclassificada para

a fase de lances apenas a(s) empresa(s):

Empresa/Fornecedor:	Motivo:
COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA	Descumprimento do item 6.2 do edital (arquivo não compatível)

Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	MAXIMA PAPELARIA LTDA	4,4000	0,0000
2	MAXIMA PAPELARIA LTDA	3,6500	0,0000
3	MAXIMA PAPELARIA LTDA	14,3000	0,0000
4	MAXIMA PAPELARIA LTDA	40,4000	0,0000
5	MAXIMA PAPELARIA LTDA	6,5000	0,0000
6	MAXIMA PAPELARIA LTDA	8,9000	0,0000
7	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	4,1900	0,0000
8	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	15,7000	0,0000
9	MAXIMA PAPELARIA LTDA	2,8000	0,0000
10	MAXIMA PAPELARIA LTDA	73,0000	0,0000
11	MAXIMA PAPELARIA LTDA	1.930,0000	0,0000
12	MAXIMA PAPELARIA LTDA	42,0000	41,5000
13	MAXIMA PAPELARIA LTDA	16,0000	0,0000
14	MAXIMA PAPELARIA LTDA	6.370,0000	0,0000
15	MAXIMA PAPELARIA LTDA	0,8900	0,0000
16	MAXIMA PAPELARIA LTDA	1,5400	1,5300
17	MAXIMA PAPELARIA LTDA	13,3000	0,0000
18	MAXIMA PAPELARIA LTDA	23,7500	0,0000
19	MAXIMA PAPELARIA LTDA	11,1000	0,0000
20	MAXIMA PAPELARIA LTDA	11,5000	0,0000
21	MAXIMA PAPELARIA LTDA	17,2000	0,0000
22	ELMO PAPELARIA LTDA ME	3.650,0000	0,0000
23	MAXIMA PAPELARIA LTDA	1.355,0000	0,0000
24	FERNANDO DE AVIZ - ME	2,7600	0,0000

25	MAXIMA PAPELARIA LTDA	1,2000	0,0000
26	MAXIMA PAPELARIA LTDA	84,9000	0,0000
27	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	1.080,0000	0,0000
28	BOZANNO E BOZANNO LTDA ME	8,8000	0,0000
29	FERNANDO DE AVIZ - ME	3,3000	0,0000
30	BOZANNO E BOZANNO LTDA ME	27,0000	0,0000
31	MAXIMA PAPELARIA LTDA	5,7500	0,0000
32	MAXIMA PAPELARIA LTDA	13,8500	0,0000
33	MAXIMA PAPELARIA LTDA	0,5000	0,0000
34	MAXIMA PAPELARIA LTDA	11,4800	0,0000
35	MAXIMA PAPELARIA LTDA	17,4000	0,0000
36	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	6,9900	0,0000
37	ELMO PAPELARIA LTDA ME	11.760,0000	0,0000
38	MAXIMA PAPELARIA LTDA	3.250,0000	0,0000
39	FERNANDO DE AVIZ - ME	185,9000	0,0000
40	MAXIMA PAPELARIA LTDA	0,6800	0,6700
41	MAXIMA PAPELARIA LTDA	45,8000	0,0000
42	MAXIMA PAPELARIA LTDA	58,0000	57,9000
43	MAXIMA PAPELARIA LTDA	3.350,0000	0,0000
44	MAXIMA PAPELARIA LTDA	10,9000	0,0000
45	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	3.033,0000	0,0000
46	MAXIMA PAPELARIA LTDA	2.646,0000	2.645,0000
47	BOZANNO E BOZANNO LTDA ME	2,6000	0,0000
48	FERNANDO DE AVIZ - ME	26.447,0000	0,0000
49	MAXIMA PAPELARIA LTDA	3,8900	0,0000
50	MAXIMA PAPELARIA LTDA	32,4500	0,0000
51	MAXIMA PAPELARIA LTDA	2,3000	0,0000
52	MAXIMA PAPELARIA LTDA	2,1000	0,0000
53	MAXIMA PAPELARIA LTDA	61,9000	0,0000
54	MAXIMA PAPELARIA LTDA	2,9500	2,9000
55	MAXIMA PAPELARIA LTDA	2,4500	0,0000
56	MAXIMA PAPELARIA LTDA	14,0000	13,3000
57	BOZANNO E BOZANNO LTDA ME	13,2900	0,0000

58	MAXIMA PAPELARIA LTDA	3,2900	0,0000
59	MAXIMA PAPELARIA LTDA	10,8800	0,0000
60	MAXIMA PAPELARIA LTDA	0,7000	0,0000
61	BOZANNO E BOZANNO LTDA ME	4,8500	0,0000
62	BOZANNO E BOZANNO LTDA ME	3,0000	0,0000
63	MAXIMA PAPELARIA LTDA	2,6700	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras, portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
FERNANDO DE AVIZ - ME	110.515,4000
MAXIMA PAPELARIA LTDA	77.491,3000
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME	13.919,0000
BOZANNO E BOZANNO LTDA ME	6.658,8000
ELMO PAPELARIA LTDA ME	15.410,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 17/06/2014.
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL
Pregoeira "Ad Hoc"

Equipe de Apoio	Presentes na Sessão:
SOLAMIR COELHO	MARIA APARECIDA ROCHA DE JESUS
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA	
MARIZA APARECIDA FILLA	

Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelope de Habilitação E Proposta- Tomada de Preço Nº 08/2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	18/06/2014	Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 08/2014 Nº 82/2014

OBJETO:

Contratação de empresa para prestação serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá aos Hospitais, clínicas e Postos de Saúde de Joinville, conforme determinação da Secretaria de Saúde, e especificações constantes no Anexo I do edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, Jornal de grande circulação e Mural Público Municipal, no dia 03/06/2014 a fim de ampla divulgação. Retiraram edital as empresas: TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA, CNPJ/MF: 84.697.051/0001-04. Exatamente as 09h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
18/06/2014	600	09h:08m	TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA	84.697.051/0001-04

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, verificando-se nesta fase, conveniente a suspensão da sessão pública para melhor análise dos documentos apresentados em conformidade com o item 6.4 do edital, registra-se que posteriormente será marcada nova data para apresentação do resultado da habilitação. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MARIZA APARECIDA FILLA MEMBRO	JULIANA CRISTINA SOARES SPECK MEMBRO
----------------------------------	---

Licitantes presentes:
TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA
ROGÉRIO NUNES MENDES
CNPJ/MF: 041.603.339-31

Secretaria de Educação: Edital de Processo Seletivo de Admitidos Em Caráter Temporário/Vagas Remanescentes N.º 021/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 021/2014.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vagas remanescentes do Edital 25/2013, 14/2014 e 15/2014 para complementação do quadro de professores que atuarão nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental e Ampliação da Jornada Escolar, da Rede Municipal de Itapoá, num período determinado de 180 dias, compreendidos entre 24/06/2014 a 19/12/2014.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 076/2001 e 155/2003;

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 20 mês de junho de 2014. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá. Horário: das 8h00min às 13h30min.

3. QUADRO DE VAGAS:

1 vaga	Administrador Escolar	40hs
1 vaga	Inglês	40hs
1 vaga	Ed. Física	40hs

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivos e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e ou telefone.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação acadêmica, experiência profissional, cursos de

aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 23 de junho 2014 às 12hs.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

- 1- Cédula de Identidade (RG)
- 2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- 3- Título de Eleitor
- 4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)
- 5- Certidão de nascimento ou casamento
- 6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)
- 7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação
- 8- Uma foto recente
- 9- Comprovante de residência
- 10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma)
- 11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)
- 12- Certidão de Nascimento dos Filhos
- 13- Certidão de Regularização do CPF (internet)
- 14- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece)
- 15- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)
- 16- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)
- 17- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)
- 18- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)
- 19- Tipagem sanguínea
- 20- Laudo médico
- 21- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____
- 22- Comprovante de quitação militar.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

5.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

5.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 18 de junho de 2014.
Terezinha Fávoro da Silveira
Secretaria de Educação

Termo de Convocação Nº 001/2014 Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº 020/2014 Médico 40 Horas

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 020/2014

MÉDICO 40 HORAS

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato RAPHAEL LUIZ GIOPPO TOLEDO MIRA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão) ;
7. Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação ;
8. Uma foto recente ;
9. Comprovante de residência;
10. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma);
11. Registro no CRM/SC;
12. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
13. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
14. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
16. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
17. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
18. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade);
19. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
20. Tipagem sanguínea;
21. Laudo médico;
22. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde

Itapoá, 20 de Junho de 2014.

Decreto Municipal Nº 2225/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação Parcial de Dotação.

DECRETO MUNICIPAL NO 2225/2014

Data: 18 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 43, inciso III da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 533/2014, de 18 de junho de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotação, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 10.784,00 (dez mil setecentos e oitenta e quatro reais):

Suplementação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

123610021.2094 Transporte Escolar Municipal

33390 Aplicações Diretas (14) FR 26102 R\$ 10.784,00

Anulação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.04 Ensino Médio

123620022.2109 Transporte Escolar Municipal Ensino Médio

33390 Aplicações Diretas (55) FR 26102 R\$ 10.784,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de junho de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2226/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação Parcial de Dotação.

DECRETO MUNICIPAL NO 2226/2014

Data: 18 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 43, inciso III da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 534/2014, de 18 de junho de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotação, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 334.999,99 (trezentos e trinta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), conforme abaixo:

Suplementação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.02 Ensino Infantil

123650021.1032 Construção / Ampliação e Reformas

34490 Aplicações Diretas (27) FR 10100 R\$ 334.999,99

Anulações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

123610021.1029 Desapropriação de Imóvel

34490 Aplicações Diretas FR 10100 R\$ 199.999,99

123610021.2092 Material de Distribuição Gratuita

33390 Aplicações Diretas (09) FR 10100 R\$ 65.000,00

13.02 Ensino Infantil

123650021.2099 Material de Distribuição Gratuita

33390 Aplicações Diretas (33) FR 10100 R\$ 70.000,00

Total das Anulações R\$ 334.999,99

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de junho de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N. 75/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 75/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 19 E 20 DE JUNHO DE 2014 NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado como Ponto Facultativo, nas dependências da Câmara Municipal de Itapoá, nos dias 19 e 20 de junho de 2014, quinta e sexta-feira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 16 de junho de 2014.

OSNI OCKER

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

Termo de Não Atendimento A Convocação

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 05 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) ELIZETE ALVES DOS REIS BANDEIRA, Cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, classificado em 2º lugar, referente ao Teste Seletivo n.º 004/2014/SMS, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Homologação PL 05/2014 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2014/FMAS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 05/2014/FMAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial 04/2014/FMAS.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lanches (salgados, bolos e pães), destinados aos eventos a serem promovidos pelos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Empresas Vencedoras:

PANIFICADORA PB LTDA ME

VALOR R\$ 24.600,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 18 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PL 52/2014/PMJ - PP 36/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada, para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2014, que será realizado no período de 29 de outubro a 02 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt, no município de

Joaçaba - SC. Forma de Julgamento: Menor preço global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 04/07/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 04/07/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 18 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 178/2014/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2014/PMJ

PL 45/2014/PMJ - TP 4/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ.: 03.377.072/0001-40.

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação, em lajotas de concreto, da Rua Gustavo Antes, bairro Santa Tereza, no Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 207.429,80 (duzentos e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta centavos), sendo:

1) R\$ 154.434,00 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), referente aos materiais utilizados;

2) R\$ 52.995,80 (cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), referente aos serviços.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

230 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 - Aplicações Diretas

200 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0044.0 - Aplicações Diretas.

VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, na forma da lei.

DATA DE ASSINATURA: 18/06/2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 179/2014/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2014/PMJ

PL 35/2014/PMJ - CC 2/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: SOLO ENGENHARIA LTDA - CNPJ.: 08.743.714/0001-00.

OBJETO: Construção pela CONTRATADA do Centro de Inovação, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, que passam a fazer parte integrante deste Edital.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 5.113.470,36 (cinco milhões, cento e treze mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e seis centavos).

Valor material: R\$ 4.001.294,03 (quatro milhões, um mil, duzentos e noventa quatro reais e três centavos).

Valor mão-de-obra: R\$ 1.112.176,33. (um milhão, cento e doze mil, cento e setenta e seis reais e trinta e três centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.075 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

180 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 - Aplicações Diretas.

VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

DATA DE ASSINATURA: 18/06/2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Ata Registro 03/2014 FMAS

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA</p> <p>CNPJ: 02.247.113/0001-11 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 4/2014 Processo de Licitação: 5/2014 Data do Processo: 20/05/2014</p>
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lanches (salgados, bolos e pães), destinados aos eventos a serem promovidos pelos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 5/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 18 de Junho de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 2069, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 5/2014, Licitação nº 4/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6041); PANIFICADORA PB LTDA - ME (6061)

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Foi aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da empresa PANIFICADORA PB LTDA - ME (6061). Os documentos foram analisados pelos presentes, tendo sido constatado que a empresa atendeu a todas as exigências do edital, sendo, desta forma, declarada HABILITADA nessa fase do certame. Os representantes presentes à sessão manifestaram concordar com todos os atos e decisões tomadas, renunciando ao direito de interpor recurso. Dessa forma, o Pregoeiro adjudicou os itens à proponente mencionada acima, declarando-a VENCEDORA do certame. Em tempo, o envelope contendo os documentos de habilitação da empresa Supermercado Ransan Ltda. foram devolvidos ao representante da empresa presente na sessão, vez que não houve necessidade de abertura deste. O presente processo será encaminhado para o Prefeito para deliberação quanto à homologação do mesmo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Joaçaba, 18 de Junho de 2014

COMISSÃO:

TIAGO DUPONT GIUMBELLI	- - Pregoeiro(a)
TATIANA BEAL DARIVA COMIN	- - EQUIPE DE APOIO
MARIANA BELOTO MOREIRA	- - EQUIPE DE APOIO
JOHNNY GEORGE OLIVEIRA DE CARVALHO	- - EQUIPE DE APOIO
RAFAEL MARTINI VEIGA	- - EQUIPE DE APOIO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Pedro Bottin	- - Panificadora PB Ltda
Nilson Ransan	- - Supermercado Ransan Ltda

Lages

PREFEITURA

Extrato 5º Termo Aditivo Contrato 164/2011

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 164/2011 - 5º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 78.355.104/0001-06, estabelecida à Rod BR 282, nº 49, em Lages/SC - CEP: 88.520.210.

De acordo com a CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES item 7.13 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, atualizado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, e de acordo com Planilha do Engenheiro Fiscal da Obra e Parecer Jurídico favorável:

DO ADITIVO:

ADITA-SE o valor de R\$ 148.379,90 (cento e quarenta e oito mil, trezentos e setenta e nove reais e noventa centavos).

DA SUPRESSÃO:

SUPRIME-SE o valor de R\$ 148.379,90 (cento e quarenta e oito mil, trezentos e setenta e nove reais e noventa centavos).

Lages, 25 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato 1º Termo Aditivo Contrato 50/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 050/2014 - FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: STANG & STANG LTDA, inscrita no CNPJ: 08.033.253/0001-73 com sede na Av: Dom Pedro II nº967 - Bairro São Cristóvão cep.88509-000

De acordo com a CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA item 7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, anuência do Secretário Municipal de Assistência Social, Secretário Municipal da Fazenda e Procuradoria Geral do Município, ADITA-SE o valor da Gasolina Comum para R\$ 2,911 (dois reais e noventa e um centavos).

Lages, 14 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages.

Extrato 3º Termo Aditivo Contrato 90/2012

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 90/2012 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FRANMEX ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.999.189/0001-91, estabelecida à Rua Otacílio Vieira da Costa n.º 190 - Lages/SC - cep: 88.501-050.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Do contrato: fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias.

2.2 - A sua validade: fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias.

Lages, 06 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

PP 30-2014 FMAS

Prefeitura do Município de Lages

Estado de Santa Catarina

Secretaria da Administração

Executivo de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 30-2014 FMAS Objeto: Aquisição de Material de Higiene e Limpeza, Gêneros Alimentícios, Utensílios de Cama, Mesa e Banho

Tipo: Menor Preço Por Lote Abertura: 07/07/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 60.221,84

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br"www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 18 de junho de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Comunicado Audiência Pública COMUNICADO

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, Prefeito Municipal de Lauro Müller/SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 301 da Lei Municipal nº 11.549/2008 - Plano Diretor Participativo, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 19h00min do dia 26 de Junho de 2014, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina, para Discussão sobre a criação de 01 (uma) área de interesse social no município de Lauro Müller.

Lauro Müller/SC, 11 de Junho de 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 051/2014 PORTARIANº 051/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 89 inciso II letras "a" e "b" da Lei Orgânica Municipal, combinado com os dispositivos legais da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR A PEDIDO, a professora REJANE VASIELE-VSKI MIRANDA, Professora II, da Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves, lotada com 40 (quarenta) horas semanais e lotá-la na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 052/2014 PORTARIANº 052/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 89 inciso II letras "a" e "b" da Lei Orgânica Municipal, combinado com os dispositivos legais da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR A PEDIDO, a professora ARISTELA DE OLIVEIRA, Professora II, da Escola Municipal Hilário Pescador, lotada com 40 (quarenta) horas semanais e lotá-la na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 053/2014 PORTARIA Nº 053/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 05.02.2014 a 02.02.2015, para o funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, AURIMAR MOTTA, ocupante do cargo de Professor de Educação Física.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 054/2014 PORTARIANº 054/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, RAMIRIS FONTANELLA, do Cargo de Provisão em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DASI 4 .

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 055/2014

PORTARIANº 055/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, CÉLIA MARIA NASCIMENTO PIGNATEL, do Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor(a) do Departamento de Obras junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DASI 1 .

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 056/2014

PORTARIANº 056/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, EMERSON BORGES, do Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Suprimentos e Patrimônio junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 1 .

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 057/2014

PORTARIANº 057/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, JAIR FERNANDES MADEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Esporte junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 1, sem ônus para o município e do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 058/2014

PORTARIANº 058/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, CÉLIA MARIA NASCIMENTO PIGNATEL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor(a) do Departamento de Esporte junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 059/2014

PORTARIANº 059/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, EMERSON BORGES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Obras junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 060/2014

PORTARIANº 060/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, JAIR FERNANDES MADEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Suprimentos e Patrimônio junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 061/2014

PORTARIANº 061/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, RICARDO FONTANELLA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Fiscalização e Tributação junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 1, fazendo cessar os efeitos da Portaria nº 056/2013, que concedeu o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Departamento Administrativo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 062/2014

PORTARIANº 062/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, LEANDRO STANGHERLIN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Departamento Administrativo junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 2, fazendo cessar os efeitos da Portaria nº 007/2014, que concedeu o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Setor junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 063/2014

PORTARIANº 063 /2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que a concessão de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social impede a manutenção do vínculo do servidor público com a Administração;

CONSIDERANDO que retorno do servidor aposentado no quadro da administração só será possível com aprovação em novo Concurso Público nos termos do artigo 37, II da Constituição Federal do Brasil, observado ainda, os casos de impossibilidade de cumulação dos proventos de aposentadoria com os vencimentos da nova função;

CONSIDERANDO, que a servidora ROSIMERI TERESINHA QUERINO após a sua aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência não submeteu-se a novo concurso público;

CONSIDERANDO, que o Parecer da Assessoria Jurídica opina pela exoneração do servidor aposentado mantido na função, sem aprovação a novo concurso público;

CONSIDERANDO, que a exoneração baseada em correção de ato administrativo nulo (permanência de servidor sem devido concurso), é dispensada a prévia deflagração de processo administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, ROSIMERI TERESINHA QUERINO, Enfermeira do quadro de pessoal do Hospital Municipal Henrique Lage do município de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 064/2014

PORTARIANº 064/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, MARIA DARCI SANTA HELENA GONÇALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) do Departamento de Ação Social junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 065/2014

PORTARIA Nº 065/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 10.02.2014 a 10.02.2015, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, GISLAINE DE FÁTIMA PADILHA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 066/2014

PORTARIA Nº 066/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a licença sem vencimentos, pelo período de 01.02.2014 a 31.01.2015, da funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, HELLEN VASIELE-VSKI PESCADOR, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 067/2014

PORTARIANº 067/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas do SAMU,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 01 de Junho de 2014, os efeitos da Portaria nº 089/2013, de 05/02/13, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de FRANCIELE CANDIDO, para a função de Técnica em Enfermagem do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 068/2014

PORTARIANº 068/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas do SAMU,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 01 de Junho de 2014, os efeitos da Portaria nº 098/2013, de 15/02/13, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de MARLON RABELLO AMANCIO, para a

função de Técnico em Enfermagem do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 069/2014

PORTARIANº 069/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, DEISE DA SILVA TEIXEIRA, Servente, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 070/2014

PORTARIANº 070/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas do SAMU,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 01 de Junho de 2014, os efeitos da Portaria nº 100/2013, de 15/02/13, que estabeleceu o contrato

em Caráter Temporário de GISELLE DAGOSTIM ZILLI RIBEIRO, para a função de Técnica em Enfermagem do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 071/2014 PORTARIANº 071/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas do SAMU,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 01 de Junho de 2014, os efeitos da Portaria nº 465/2013, de 01/11/13, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de GERUSA DA SILVA AMANCIO, para a função de Técnica em Enfermagem do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 072/2014 PORTARIANº 072/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado

do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas do SAMU,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 01 de Junho de 2014, os efeitos da Portaria nº 086/2013, de 05/02/13, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de JOSÉ NAZARENO DE SOUZA, para a função de Motorista do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 074/2014 PORTARIANº 074/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas do SAMU,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 01 de Junho de 2014, os efeitos da Portaria nº 088/2013, de 05/02/13, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de VANDERLEI JOSÉ TASCA, para a função de Motorista do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 073/2014

PORTARIANº 073/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas do SAMU,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 01 de Junho de 2014, os efeitos da Portaria nº 087/2013, de 05/02/13, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de RENE DE OLIVEIRA, para a função de Motorista do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 075/2014

PORTARIANº 075/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas do SAMU,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 01 de Junho de 2014, os efeitos da Portaria nº 141/2013, de 20/02/13, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de RONALDO RIBEIRO DA SILVA, para a função de Motorista do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

EDITAL DE PREGAO Nº82/2014 - PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº82/2014 - PMLM
PROCESSO Nº82/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 03 de julho de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material de construção para serviços desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social, no Município de Lauro Muller/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nas planilhas orçamentárias e memoriais descritivos. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 18 de junho de 2014.
ALAN CROSETTA
Pregoeiro Municipal

Portaria Nº 076/2014

PORTARIANº 076/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas do SAMU,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 01 de Junho de 2014, os efeitos da Portaria nº 249/2013, de 21/03/13, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de MARCIO JOSÉ SILVEIRA, para a função de Motorista do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 077/2014

PORTARIA Nº 077/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Processo Seletivo a ser realizado para preenchimento de vagas do SAMU,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 01 de Junho de 2014, os efeitos da Portaria nº 163/2013, de 01/03/13, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de DEISE CARDOSO, para a função de Técnica em Enfermagem do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 078/2014

PORTARIANº 078/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ALAN JUNG CROCETTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor junto ao Gabinete do Prefeito, Código/Nível DASI 1, fazendo cessar os efeitos da Portaria nº 372/2013, que concedeu o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor do Controle Interno junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 079/2014

PORTARIA Nº 079/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, DÍLSON TARTARI FELISBINO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Recursos Humanos junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 080/2014

PORTARIANº 080/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº ,069/2013, de 04 de fevereiro de 2013, que nomeou como Diretora Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, MARIA HELOÍSA DALSSASSO.

Parágrafo único - A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de professora com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas no Pré Escolar Criança Feliz e 20 (vinte) horas no Centro de Educação Infantil Irani Vargas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 081/2014
PORTARIANº 081/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 076/2013, de 04 de fevereiro de 2013, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, ADÉLIA DOLORES VIEIRA DE JESUS.

Parágrafo único - A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de professora com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 082/2014
PORTARIANº 082/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 081/2013, de 04 de fevereiro de 2013, que nomeou como Diretora Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, BRUNA RAMOS GAZOLA.

Parágrafo único - A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de professora com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais na Escola Municipal Emília Mamede Soares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 084/2014
PORTARIA Nº 084/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil FRANCINI HOFFMAN, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal Emília Mamede Soares.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/02/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 083/2014
PORTARIANº 083/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 207/2013, de 04 de Março de 2013, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, FRANCINI HOFFMAN.

Parágrafo único - A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 085/2014

PORTARIA Nº 085/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 10 (dez) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora LEILA APARECIDA ROSA DE SOUZA, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 086/2014

PORTARIA Nº 086/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora JANAINA VIEIRA, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, incidente sobre o vencimento correspondente a 20 (vinte) horas, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

EDITAL DE PREGAO Nº83/2014 - PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº83/2014 - PMLM
PROCESSO Nº83/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 03 de julho de 2014 às 11:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição 10 computadores para atendimento das Secretarias do Município de LAURO MULLER/SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 18 de junho de 2014.

ALAN CROSETTA
Pregoeiro Municipal

Portaria Nº 087/2014

PORTARIA Nº 087/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 10 (dez) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora PAULA ROSSI GABRIEL, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Emília Mamede Soares.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, incidente sobre o vencimento correspondente a 20 (vinte) horas, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 088/2014

PORTARIA Nº 088/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DÉBORA DE OLIVEIRA ESPINDOLA, para a função de professora de Ensino Fundamental - Anos Iniciais- Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 17 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves, em substituição à funcionária efetiva Aristela de Oliveira.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 089/2014

PORTARIA Nº 089/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA ELOÍSA VICENTE, para a função de professora de Ensino Fundamental - Anos Iniciais- Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 17 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral, em substituição à funcionária efetiva Vanderléia Alves

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 090/2014

PORTARIA Nº 090/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, IONES DAS GRAÇAS VELHO, para a função de professora de Ensino Fundamental - Anos Iniciais- Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 17 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves, em substituição à funcionária efetiva Silvania Aparecida Tasca Bett.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 091/2014

PORTARIA Nº 091/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, SAMUEL MACHADO MADEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jornalista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 092/2014

PORTARIANº 092/ 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010, concurso passível de revogação;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ALINE RIGHETTO TASCA, aprovada em 6º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professor II - Ensino Fundamental 1ª a 5ª série, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

T E R M O D E P O S S E

No dia 17 do mês de Fevereiro do ano de 2014, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora ALINE RIGHETTO TASCA, aprovada no Concurso Público nº 003/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Professor II - Ensino Fundamental 1ª a 5ª série, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 217/2014. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller,
17 de Fevereiro de 2014.
ALINE RIGHETTO TASCA
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretario de Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA Nº 093/2014

PORTARIA Nº 093/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, INÊS DO LIVRAMENTO SPRICIGO, aprovada em 4º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professor II - Ensino Fundamental Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola Ligia Chaves Cabral, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

T E R M O D E P O S S E

No dia 17 do mês de Fevereiro do ano de 2014, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora INÊS DO LIVRAMENTO SPRICIGO, aprovada no Concurso Público nº 003/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Professor(a) II - Ensino Fundamental Anos Iniciais, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 093/2014. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

Lauro Müller, 17 de Fevereiro de 2014.
INÊS DO LIVRAMENTO SPRICIGO
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretario de Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA Nº 094/2014

PORTARIANº 094/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública CÍNDIA DOS SANTOS, Professora II, em caráter temporário, para 40 (quarenta) semanais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, onde a mesma já possui 20 (vinte horas) semanais, pelo período de 17 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, em substituição à funcionária efetiva Rosilda Schimitz.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 095/2014

PORTARIANº 095/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública ROSINETE APARECIDA BAGGIO FERNANDES, Professora II, em caráter temporário, para 40 (quarenta) semanais na Escola Municipal Hilário Pescador, onde a mesma já possui 20 (vinte horas) semanais, pelo período de 17 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, em substituição à funcionária efetiva Rejane Vasielevski Miranda.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 096/2014

PORTARIA Nº 096/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, GRASIELE PIAT, para a função de professora de Educação Infantil- Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, em substituição à funcionária efetiva Noemia Santana Alves.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 097/2014

PORTARIA Nº 097/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, FABIANA DA SILVA, para a função de professora de Educação Infantil- Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Sagrada Família, em substituição à funcionária efetiva Jadna Eliana Souza da Silva.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 098/2014

PORTARIA Nº 098/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ANDRESA GONÇALVES MARTINS COAN, para a função de professora de Educação Infantil- Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, em substituição à funcionária efetiva Janice Del prato.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

EDITAL DE PREGAO Nº26/2014 - FMS

EDITAL DE PREGAO Nº26/2014 - FMS

PROCESSO Nº26/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que ocorrerá no dia 03 de julho de 2014 às 13:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para Aquisição de motocicleta cargo para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde,

Lauro Muller, 09 de junho de 2013.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

Portaria Nº 099/2014

PORTARIA Nº 099/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal

nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CARLA DE FÁTIMA BEZ BATTI, para a função de professora de Educação Infantil- Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Sagrada Família, em substituição à funcionária efetiva Jadna Eliana de Souza.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 100/2014

PORTARIA Nº 100/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARILÉIA MACHADO, para a função de professora de Educação Infantil- Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, em substituição à funcionária efetiva Tomásia Emília Bristot Martignago.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº81/2014 - PMLM

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº81/2014 - PMLM
PROCESSO Nº81/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes que o presente edital a ocorrer no dia 26 de junho de 2014 às 13:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, sofreu alterações no seus itens 2,20 e 28, o mesmo realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de EPIS para o ano de 2014. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 20 de junho de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

Decreto Nº 078/2014

DECRETO Nº 078/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Departamento de Administração

DOTAÇÃO 08

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Total: R\$ 100.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item orçamentário;

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Departamento de Administração

DOTAÇÃO 10

4.6.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Total: R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

DECRETO Nº 079/2014

DECRETO Nº 079/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.005 - Manutenção do Departamento de Finanças

DOTAÇÃO 13

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 45.000,00

Total: R\$ 45.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item orçamentário;

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.005 - Manutenção do Departamento de Finanças

DOTAÇÃO 14

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 45.000,00

Total: R\$ 45.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

DECRETO Nº 080/2014

DECRETO Nº 080/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - É considerado Ponto Facultativo, nos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, o dia 19 de Junho de 2014 (Dia de Corpus Christi), quinta-feira.

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, especialmente os relacionados à área da Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19/06/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lebon Régis

PREFEITURA

Extrato Pregão Presencial Nº 13/2014 - Processo Licitatório Nº 29/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2014

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que a licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço. Objeto: Aquisição de material permanente, do tipo veículo Caminhão com Caçamba Basculante, com prestação de serviços de manutenção e assistência técnica, de acordo com as especificações e condições constantes no edital foi deserta, que não apareceram interessados em apresentar documentação e propostas no dia 11/06/2014. Maiores Informações: www.lebonregis.sc.gov.br ou licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 16 de Junho de 2014.
Adair da Silva Mattos
Pregoeiro

Leoberto Leal**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 033/2014 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2014

TIPO: Menor Preço (por item) Objeto: Eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha a serem utilizados em encontros de convivência e fortalecimento de vínculos, oficinas, reuniões, atividades sócio-educativas e ações realizadas através da Assistência Social, CRAS e Programa de Atendimento Integral a Família - PAIF no Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 033/2014. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 07 de julho de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 18/06/2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul**PREFEITURA****Extrato Pregão - Casa Lar Pequeno Príncipe - 02/2014**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza, no dia 03 de julho de 2014, às 14:00, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 18 de junho de 2014.
Pedro Ari Parizotto
Presidente

Aviso de Licitação - Pregão Presencial 42/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de empresa especializada em fornecimento de peças e mão de obra, para retirar a plataforma instalada em um caminhão Mercedes Benz 1718 e instalá-la em um caminhão Ford Cargo 2628E, realizando todas as adaptações necessárias, e também para retirar a caçamba instalada neste último, realizar a reforma completa da mesma, e instalá-la em um caminhão Iveco Tector 260E28(novo). O recebimento dos envelopes de documentos e propostas será até as 08:15 horas do dia 03 de julho de 2014, sendo que o início do certame será às 8:30 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 18 de junho de 2014.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Contrato PML Nº 089.14

Contrato PML nº 089/2014

CONTRATAÇÃO DE A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM LAJOTA DE CONCRETO COM ÁREA DE 2.726,00 M² E EXECUÇÃO DE 05 (CINCO) TRAVESSIAS ELEVADAS DE SEGURANÇA PARA PEDESTRES, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Av. Barão do Rio Branco, nº 56, 2º andar, sala B, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.624.275/0001-45, neste ato representada por seu sócio administrador ANDRÉ LEMOS VIEIRA, brasileiro maior, portador da cédula de identidade nº 11/R 3.808.914 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 026.240.709-40, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente Contrato referente À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM LAJOTA DE CONCRETO COM ÁREA DE 2.726,00 M² E EXECUÇÃO DE 05 (CINCO) TRAVESSIAS ELEVADAS DE SEGURANÇA PARA PEDESTRES, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 052/2014, Tomada de Preços nº 011/2014, é a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e fornecimento dos materiais necessários para a pavimentação de passeios públicos em lajota de concreto com área de 2.726,00 m² e execução de 05 (cinco) travessias elevadas de segurança para pedestres, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	1	SER	Pavimentação de passeios públicos em lajota de concreto com área de 2.726,00m² e execução de 05 (cinco) travessias elevadas de segurança para pedestres.	1.030.182,57	1.030.182,57

1.2.O objeto da presente licitação deverá ser executado em conformidade com os Projetos Básicos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do Anexo I (CD) do Edital.

1.3.A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 05 (cinco) meses contados da mesma data.

1.4.Para o início dos serviços são necessários os seguintes documentos:

1.5.Pela empresa contratada:

a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado.

b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;

c) Matrícula do INSS da obra;

1.6.Pelo Município:

a) Ordem de Serviço autorizando início da obra.

1.7. Da medição dos serviços:

a) Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa contratada serão medidos mensalmente de 30 em 30 dias, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal da obra.

b) Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.

c) Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, independentemente do cronograma físico-financeiro apresentado, com base nos preços constantes do contrato e devidamente certificados.

1.8. Ao encerrar a obra a empresa contratada deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:

a) "As built" da obra,

b) Encerramento da Matrícula com o INSS com as devidas quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

1.9. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.10. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.11. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.12. Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.13. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CONTRATADA colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.14. Serão de responsabilidade da CONTRATADA as despesas relativas à instalação e consumo de água e energia elétrica necessárias à execução do objeto, devendo as faturas destes fornecimentos serem emitidas em seu nome, durante o período da contratualidade.

1.15. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I

e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 1.030.182,57 (um milhão trinta mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos);

2.2. O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente, conforme os laudos de medição mensais efetuados pela Assessoria de Planejamento da Prefeitura de Luzerna e de Declaração da Prefeitura Municipal, onde foram executados os serviços.

2.3 O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

2.4. Caso seja antecipado o cronograma físico, na mesma proporção poderá ser antecipado o cronograma financeiro.

2.5. O último pagamento só será efetuado após o recebimento parcial e total da obra.

2.6. Doravante, o termo de recebimento total da obra somente será emitido após a entrega pela CONTRATADA da "as built".

2.7. A alíquota de 3,0% referente ao ISS incidente sobre os serviços prestados serão retidos no ato dos pagamentos a serem efetuados pela Contratante a CONTRATADA;

2.8. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a PREFEITURA DE LUZERNA, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna - SC, CNPJ/MF 01.613.428/0001-72, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

2.9. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

2.10. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

2.11. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos seguintes termos:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Investimentos
Elemento: 4.4.90.51.98
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Projeto: 1101.15.451.0061.1053 - Pavimentação e Alargamento de Ruas e Passeios Públicos.
Reduzido: 169
Fonte: 3.89: Alienação de Bens destinados a outros Programas.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do Edital;

4.2. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial;

4.3. Entregar a obra, completamente executada, em até 05 (cinco) meses contados da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelece o cronograma físico-financeiro;

4.4. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.5. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.7. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;

4.8. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.9. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada;

4.10. Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados no Memorial Descritivo e/ou de mão-de-obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término da obra;

4.11. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

4.12. Executar Diário da Obra comprovando o andamento dos serviços e os prazos de execução;

4.13. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

4.14. Fornecer à Secretaria Municipal Infraestrutura a documentação de sua competência, relativa à Pasta de Obras do "e-Sfinge Obras" do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

4.15. Facilitar todas as atividades de fiscalização da Comissão;

4.16. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço Inicial, para proceder ao início da execução do objeto;

4.17. Fornecer ART dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

a) Advertência;

b) Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

5.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.3. Os serviços em atraso sujeitarão o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por dia que exceder aos prazos estabelecidos, exceto quando justificados e aceitos pelo Município.

5.4. A multa a que alude o subitem 5.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

5.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 5% (cinco por cento), do valor do contrato.

5.6. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letras "a" e "b" e inciso II, letras "b", "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

7.1.1. por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da Ordem de Serviço inicial, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, art. 57, § 1º, incisos I, II, III, IV e VI.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ANDRÉ LEMOS VIEIRA
ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

Contrato FMAS Nº 006.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Contrato FMAS nº 006.14

CONTRATO DE LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO ESPORTE CLUBE VITÓRIA PARA A PRÁTICA DE BOLÃO DESTINADAS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS GRUPOS DE IDOSOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/SC.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.006.814/0001-48, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado LOCATÁRIO, e o ESPORTE CLUBE VITÓRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 83.518.860/0001-49, situado na Avenida 16 de fevereiro, 127, Centro, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Presidente, CELSO MITTERER, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1.511.558 e inscrito no CPF/MF sob o nº 460.804.659-49, residente e domiciliado, neste Município de Luzerna/SC, doravante denominada LOCADORA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO ESPORTE CLUBE VITÓRIA PARA A PRÁTICA DE BOLÃO DESTINADAS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS GRUPOS DE IDOSOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/SC, conforme Processo Licitatório nº 076/2014 Dispensa de Licitação Nº 001/2014 de 09 de junho de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a locação das dependências do esporte clube vitória para a prática de bolão destinada às atividades desenvolvidas pelos grupos de idosos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna/SC, conforme processo licitatório nº 076/2014 dispensa de licitação nº 001/2014 de 09 de junho de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E PAGAMENTO

2.1. O preço total da locação convencionado é de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), sendo que o pagamento será pago até o quinto dia útil de cada mês ao da prestação do serviço.

2.2 O valor somente será revisado quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela LOCADORA.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO E RESCISÃO

O presente contrato vigorará da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2014 e poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 e pelas formas do art.79 da Lei Federal 8.666/93

e suas alterações.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES**

O LOCATÁRIO obriga-se a não fazer modificações ou transformações no imóvel, sem autorização escrita do LOCADOR.

**CLÁUSULA QUINTA
DA DOTAÇÃO**

As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação: aplicações diretas - outras despesas correntes

Elemento: 3.3.90.39.10 - locação de imóveis

Empenhamento ordinário

Atividade: 1201.08.0025.2027 - apoio a pessoa idosa

Reduzido: 001

Fonte: 00 - recurso ordinário

**CLÁUSULA SEXTA
DO FORO**

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 09 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

LOCATÁRIO

CELSO MITTERER
ESPORTE CLUBE VITÓRIA
LOCADORA

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

**Extrato de Homologação - PL 074/2014 - PP
043/2014 - Moveis - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0074/2014 - PML

Pregão nº 0043/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0074/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de mobiliários destinados a Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, conforme discriminados em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME

* ANDREIA LORENZI - ME

* TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

* LA INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA

* V. SOUZA MOVEIS PLANEJADOS - ME

- Valor total: R\$ 385.778,00

Luzerna (SC), 18 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Receitas Federais do Dia 17/06/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 17/06/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.224,18
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.224,18
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.224,18
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	734,51
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	489,67

Luzerna, 18/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 16/06/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 16/06/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.864,85
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.864,85
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.864,85
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.118,91
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	745,94

Luzerna, 18/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra**PREFEITURA****Editais de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 107/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de plaquetas de identificação e adesivos, destinados ao Departamento de Trânsito e Departamento de Patrimônio do Município de Mafra, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 08/07/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de junho de 2014.

Roberto Agenor Scholze Fabiano Maurício Kalil
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Lei Complementar Nº. 033/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº. 033/2014.

DE 17 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 5 DE 02 DE MARÇO DE 2.004.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Revoga-se os itens 1, 3 e 10 da Tabela Discriminação das Taxas de Serviços Administrativos.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 17 de junho de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Maravilha**PREFEITURA****Ext. Proc. N. 3.062/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 3.062/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 032/2014 - Sistema de Registro de Preços - SRP.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial - SRP, o registro de preços de combustíveis para posterior aquisição, conforme a necessidade do Município de Maravilha - SC, com abastecimento realizado na sede da licitante vencedora, tipo menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 03 de julho de 2014, até às 9h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 18 de junho de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Lei Nº 3.766/2014

LEI Nº 3.766, DE 18 DE JUNHO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para os mutuários, imóveis de propriedade do Município de Maravilha, adquiridos e quitados através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º são os matriculados no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob as matrículas a seguir relacionadas, com os respectivos mutuários proprietários:

- MARLI TEREZINHA CAMARGO

Lote Urbano nº (14), da quadra nº (51), situado no Loteamento "Colina do Sol", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 231,82 m² (duzentos e trinta e um metros e oitenta e dois centímetros quadrados), objeto da Matrícula nº 15.654.

- SILVINO GONÇALVES DA SILVA

Lote Urbano nº (16), da quadra nº (01), situado no "Loteamento do Parque", nesta Cidade Município e Comarca de Maravilha, com área de 194,70 m² (cento e noventa e quatro metros e setenta centímetros quadrados), objeto da Matrícula nº 11.787.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor dos imóveis será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 18 de junho de 2014.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 66/2014

DECRETO Nº 66, DE 2 DE JUNHO DE 2014.
Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.717, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Abre Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 - Departamento de Manutenção e Desenv. Ensino

12 - Educação

12.365 - Educação Infantil

12.365.0007 - Educação para a Cidadania

12.365.0007.1.021 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.62 - Outros recursos do Fundo Nac. de Desenv. da Educação - FNDE

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.205,68

12.365.0007.2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.62 - Outros recursos do Fundo Nac. de Desenv. da Educação - FNDE

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 130.808,20

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de transferências financeiras efetuadas pelo FNDE através das Resoluções 15 e 17, ambas de 16 de maio de 2013, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

1000.00.00 - Receitas Correntes

1700.00.00 - Transferências Correntes

1721.00.00 - Transferências da União

1721.35.00 - Transferências de Recursos do FNDE

1721.35.99 - Outras Transf. de Recursos do FNDE

Destinação de Recursos: 0.1.62 - Outros recursos do Fundo Nac. de Desenv. da Educação - FNDE R\$ 130.808,20

2000.00.00 - Receitas de Capital

2400.00.00 - Transferência de Capital

2420.00.00 - Transferências Intergovernamentais

2421.00.00 - Transferências da União

2421.99.00 - Outras Transferências da União

Destinação de Recursos: 0.1.62 - Outros recursos do Fundo Nac. de Desenv. da Educação - FNDE R\$ 40.205,68

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 2 de junho de 2014.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 017-2014 Ninibus Saude**

Município de Marema - Pregão Presencial n. 017/2014.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Proc. Licitatório n. 030/2014 - Modalidade de Pregão Presencial n. 017/2014, para Aquisição de um veículo tipo VAN/MINIBUS, novo, zero, ano e modelo 2014/2014, através de Convenio n. 2014TR0001731, celebrado entre o Estado de Santa Catarina/SDR/Xanxere e a Prefeitura Municipal de Marema - Processo n. SDR050003072/2014. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 07/07/2014, às 09h00min e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 07/07/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222 ou Site www.marema.sc.gov.br.

Marema, 18 de junho de 2014
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Massaranduba**PREFEITURA****Co 29/2013 Ca 29/1 - Bar Ginasio Municipal - Jose Carlos Sebold**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 29 / 2013

CONTRATO ADITIVO Nº. 29/1

Processo Licitatório nº. 43/2013

Concorrência nº.3/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: JOSE CARLOS SEBOLD

OBJETO: Prestação de serviço inerente a aulas de língua Italiana nas instituições educacionais.

VALOR MENSAL: R\$ 329,00 (trezentos e vinte e nove reais),

VIGENCIA: 26.06.2014 a 26.06.2015.

Massaranduba, 16 de Junho de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Co 48/2013 Ca 48/1 - Pav. 1º Braço Trecho 2 - Paviplan

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 48/2013

CONTRATO ADITIVO Nº. 48/1

Processo Licitatório nº. 79/2013

Concorrência nº.7/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização da estrada 1º Braço do Norte, trecho 2.

VIGENCIA: O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado, tendo como início da vigência dia 12 de Junho de 2014, findando em 10 de Setembro de 2014. Este aditamento de prazo se faz necessário pelas razões anexas, onde citam: alteração no projeto geométrico e no projeto de drenagem.

Massaranduba, 10 de Junho de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Co 2/2012 Ca 2/4 - Coleta de Lixo - Retificação - Recicle

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 2/2012

CONTRATO ADITIVO Nº. 2/4

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: Tomada de Preços para Serviços de Engenharia nº. 113/2011

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA

OBJETO: Consiste na Contratação de empresa especializada em

serviços de Engenharia Sanitária, para execução do transporte e destinação final em aterro sanitário licenciado de resíduos sólidos compactáveis, domiciliares e comerciais produzidos no Município de Massaranduba.

OBRIGAÇÕES: A partir da data de assinatura do presente instrumento o Município de Massaranduba, passará a ser responsável pela obtenção do licenciamento ambiental do transbordo atualmente operado no Município pela contratada.

Massaranduba, 01 de Junho de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Co 2/2012 Ca 2/5 - Coleta de Lixo - Adit. Valor - Recicle

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 2/2012

CONTRATO ADITIO Nº. 2/5

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: Tomada de Preços para Serviços de Engenharia nº. 113/2011

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA

OBJETO: Consiste na Contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia Sanitária, para execução do transporte e destinação final em aterro sanitário licenciado de resíduos sólidos compactáveis, domiciliares e comerciais produzidos no Município de Massaranduba.

Valor: R\$ 9.840,43 (nove mil, oitocentos e quarenta reais e quarenta e três centavos).

Massaranduba, 01 de Junho de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Decreto 2925 de 17 de Junho de 2014

DECRETO 2925 DE 17 DE JUNHO DE 2014

Abre Crédito Especial

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1595 de 17 de Junho de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional especial no Orçamento 2014 no valor de R\$ 510.000,00 (Quinhentos e dez mil reais), no programa abaixo discriminado:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.1111 - Construção de Quadra Esportiva Escolar Coberta

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12254 - Transferência de Convênios da União/ Educação R\$ 510.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito adicional especial acima mencionado, decorrerão do provável excesso de arrecadação a ser apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 17 DE JUNHO DE 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Lei Nº. 1594 de 17 de Junho de 2014

LEI Nº. 1594 DE 17 DE JUNHO DE 2014

Altera Anexo de Metas do Plano Plurianual - 2014/

2017 e Lei das Diretrizes Orçamentárias - 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Os anexos de Metas do PPA 2014/2017, aprovado pela Lei nº 1.525/2013, ficam acrescidos da seguinte ação:

Programa: 0081 - CRIANÇA NA ESCOLA

Função: 12 - EDUCAÇÃO

Sub-função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

Ação: 1111 - Construção de Quadra Esportiva Escolar Coberta

Produto: Quadra de Esportes

Unidade: Unidade

Meta: 01

Fonte: 12254 - Transferências de Convênios da União/Educação R\$ 510.000,00

Art. 2º. Os anexos de Metas da LDO 2014, aprovado pela Lei nº 1526/2013, ficam acrescidos da seguinte ação:

Programa: 0081 - CRIANÇA NA ESCOLA

Função: 12 - EDUCAÇÃO

Sub-função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

Ação: 1111 - Construção de Quadra Esportiva Escolar Coberta

Produto: Quadra de Esportes

Unidade: Unidade

Meta: 01

Fonte: 12254 - Transferências de Convênios da União/Educação R\$ 510.000,00

Art. 3º. Para atender ao disposto no Art. 1º e 2º desta Lei, fica acrescido no Anexo das Receitas do PPA 2014/2017 e na LDO do exercício de 2014 na rubrica 24710200010000 - Transferências de Convênios da União/Educação, Vínculo 12254, o valor de R\$ 510.000,00(Quinhentos e dez mil reais), decorrente de transferência de recursos do FNDE.

Art. 5º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 17 DE JUNHO DE 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Lei Nº 1595 de 17 de Junho de 2014

LEI Nº 1595 DE 17 DE JUNHO DE 2014

Autoriza a Abertura de Crédito Especial

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional especial no Orçamento 2014 no valor de R\$ 510.000,00 (Quinhentos e dez mil reais), no programa abaixo discriminado:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.1111 - Construção de Quadra Esportiva Escolar Coberta

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12254 - Transferência de Convênios da União/ Educação R\$ 510.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito adicional especial acima mencionado, decorrerão do provável excesso de arrecadação a ser apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 17 DE JUNHO DE 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2927 de 18 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2927 DE 18 DE JUNHO DE 2014

Aprova a Instrução Normativa da Controladoria nº 01/2014

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa da Controladoria nº 01/2014, que estabelece procedimentos para utilização de E-mails, Computadores, Navegação na Rede Mundial de Computadores - Internet e Comunicação - Telefonia Móvel e Fixa.

Art. 2º O não cumprimento das obrigações previstas na Instrução implicará ao servidor as penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 18 de junho de 2014
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2926 de 17 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2926 DE 17 DE JUNHO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.445,00 (Hum mil quatrocentos e quarenta e cinco reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0054.2025 - Conservação dos Serviços Urbanos

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 31600 - Contribuição de Interv. Dominio Eco. CIDE R\$ 1.445,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do provável Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba,
em 17 de Junho de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2928 de 20 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2928 DE 20 DE JUNHO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1597 de 20 de Junho de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602.010.302.0191.1102 - Aquisição de Equipamentos para o Hospital

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 12355 - Transf. Convênios Estado - Saúde R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602.010.301.0190.1097 - Aquisição de Equipamentos para Saúde Básica

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 12355 - Transf. Convênios Estado - Saúde R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 20 DE JUNHO DE 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2929 de 20 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2929 DE 20 DE JUNHO DE 2014
Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 750.000,00 (Setecentos e sessenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602.010.302.0191.1102 - Aquisição de Equipamentos para o Hospital
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 12355 - Transf. Convênios Estado - Saúde R\$ 725.000,00
0602.010.302.0191.2103 - Manutenção da Unidade Hospitalar

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 12355 - Transf. Convênios Estado - Saúde R\$ 25.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do provável excesso de arrecadação a ser verificado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 20 DE JUNHO DE 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Lei Nº. 1597 de 20 de Junho de 2014

LEI Nº. 1597 DE 20 DE JUNHO DE 2014

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602.010.302.0191.1102 - Aquisição de Equipamentos para o Hospital

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 12355 - Transf. Convênios Estado - Saúde R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602.010.301.0190.1097 - Aquisição de Equipamentos para Saúde Básica

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 12355 - Transf. Convênios Estado - Saúde R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 20 DE JUNHO DE 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 010/2014

PORTARIA nº 010/2014
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor JULIANO FERNANDES, ocupante do cargo de Operador de Estação (Eta/Ete), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 19/06/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Junho de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Notificação

NOTIFICAÇÃO

Nos termos do requerimento protocolizado sob o nº 084/2014, fica ciente o interessado, Senhor Eládio Biz, que as informações solicitadas estão disponíveis na sede do Município de Meleiro.

Meleiro, 16 de Junho de 2014.
JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Adm. e Finanças

Portaria Nº 248/2014

PORTARIA nº 248/2014
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor ARCÂNGELO JOÃO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado

médico, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 18/06/2014

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Junho de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 249/2014

PORTARIA n.º 249/2014
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM - SAMU POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita ELIZANDRA MICHELS, para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir da presente data, por um período de até (seis meses).

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 20/06/2014.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Junho de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 250/2014

PORTARIA n.º 250/2014
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora

pública municipal LUCILENA ZAVARIZ, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 01 de Agosto de 2005 a 30 de Julho de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Junho de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 251/2014

PORTARIA n.º 251/2014
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, e Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita FRANCINE CARDOSO, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Lucilena Zavariz, em virtude de Prêmio, até o retorno da mesma.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Junho de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº021/2014

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Contrato nº 021/2014
Contratado: Ernani Erno Conrado
Termo de Cessão de Uso;

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 021-2014, tendo como objeto a cessão gratuita de uso e gozo de área de propriedade do cedente para o cessionário Município de Modelo, consistente na área de 100m², cuja área não está cercada, para a instalação de torre metálica e fornecimento de energia para utilização dos equipamentos, localizada na Linha Janguta, cuja torre é denominada de 4 Torre Janguta 2.

Modelo (SC), 17 de junho de 2014
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 022/2014

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Contrato nº 022/2014
Contratado: Mateus Ogliari
Termo de Cessão de Uso;

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 022/2014, tendo como objeto a cessão gratuita de uso e gozo de área de propriedade do cedente para o cessionário Município de Modelo, consistente na área de 100m², cuja área não está cercada, para a instalação de torre metálica e fornecimento de energia para utilização dos equipamentos, localizada na Linha Janguta, cuja torre é denominada de 6 Torre Santa Rosa.

Modelo (SC), 17 de junho de 2014
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 023/2014

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Contrato nº 023/2014
Contratado: Ivo Claudio Lauermann
Termo de Cessão de Uso;

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 023/2014, tendo como objeto a cessão gratuita de uso e gozo de área de propriedade do cedente para o cessionário Município de Modelo, consistente na área de 100m², cuja área não está cercada, para a instalação de torre metálica e fornecimento de energia para utilização dos equipamentos, localizada na Linha Pedra Furada, cuja torre é denominada de 3 Torre Pedra Furada.

Modelo (SC), 17 de junho de 2014
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 024/2014

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Contrato nº 024/2014
Contratado: Antonio Rauber
Termo de Cessão de Uso;

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 024/2014, tendo como objeto a cessão gratuita de uso e gozo de área de propriedade do cedente para o cessionário Município de Modelo, consistente na área de 100m², cuja área não está cercada, para a instalação de torre metálica e fornecimento de energia para utilização dos equipamentos, localizada na Linha Salete, cuja torre é denominada de 2 Torre Salete 02.

Modelo (SC), 17 de junho de 2014
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 028/2014

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Contrato nº 028/2014
Contratado: Ivo Jacoby
Termo de Cessão de Uso;

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 028-2014, tendo como objeto a cessão gratuita de uso e gozo de área de propriedade do cedente para o cessionário Município de Modelo, consistente na área de 100m², cuja área não está cercada, para a instalação de torre metálica e fornecimento de energia para utilização dos equipamentos, localizada na Linha Palmeiras, cuja torre é denominada de 7 Torre Telesc/Palmeiras

Modelo (SC), 17 de junho de 2014
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 029/2014

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Contrato nº 029/2014
Contratante:Aldo Fenske
Valor: R\$ 574,00

O Senhor Prefeito em exercício de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 029-2014, objetivando a aquisição de cascalho a ser retirado da propriedade do Sr. Aldo Fenske, localizado na Linha Janguta, interior do Município de Modelo -SC. O período do objeto se estenderá até o termino das 82 cargas de cascalho.

Modelo (SC), 22 de maio de 2014
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 030/2014

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Contrato nº 030/2014
Cedente:Associação Esportiva e Cultura Janguta
Termo de Cessão de uso de bem público.

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 030-2014, objetivando a cessão gratuita de uso e gozo para utilização de imóvel do Município, consistente em: Parte do Lote Rural nº 180-B, da seção Araçá, com área de 3.025 m², com um prédio escolar, em alvenaria, com área construída de 63,55m², cobertos com folhas de Eternit situado em Linha Janguta, interior do Município de Modelo - SC, matriculada no Ofício de Registro de imóveis da Comarca de Pinhalzinho - SC, sob nº 3.115. a presente cessão de uso restringe-se apenas ao uso e gozo dos bens identificados acima, nas atividades da Cessionária e nos termos do Código Civil. O prazo do presente contrato é de 10 anos podendo ser prorrogado pelo mesmos período.

Modelo (SC), 04 de junho de 2014
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 031/2014

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Contrato nº 031/2014
Contratado: Solange Reinheimer MEI

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 031-2014, objetivando a contratação de serviços autônomos para ministrar oficinas de artesanato, no Município de Modelo -SC. A oficina será ministrada para as crianças e adolescentes, participantes do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos "Cultivar". Com carga horária de 08 horas semanais, no período de 01 de junho à 20 de dezembro de 2014.

Modelo (SC), 11 de junho de 2014
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 033/2014

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Contrato nº 033/2014
Contratado: Nério Ceccon
Termo de Cessão de Uso;

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 033/2014, tendo como objeto a cessão gratuita de uso e gozo de área de propriedade do cedente para o cessionário Município de Modelo, consistente na área de 100m², cuja área não está cercada, para a instalação de torre metálica e fornecimento de energia para utilização dos equipamentos, localizada na Linha Salete, cuja torre é denominada de 9 Torre Salete 03.

Modelo (SC), 17 de junho de 2014
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 035/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 035/2014

Contratado: Libório Keil

Termo de Cessão de Uso;

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 035/2014, tendo como objeto a cessão gratuita de uso e gozo de área de propriedade do cedente para o cessionário Município de Modelo, consistente na área de 100m², cuja área não está cercada, para a instalação de torre metálica e fornecimento de energia para utilização dos equipamentos, localizada na Linha Salete, cuja torre é denominada de 1 Torre Pedra Salete.

Modelo (SC), 17 de junho de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 036/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 036/2014

Contratado: Guinter Leomar Krieser

Termo de Cessão de Uso;

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 036/2014, tendo como objeto a cessão gratuita de uso e gozo de área de propriedade do cedente para o cessionário Município de Modelo, consistente na área de 100m², cuja área não está cercada, para a instalação de torre metálica e fornecimento de energia para utilização dos equipamentos, localizada na Linha Janguta, cuja torre é denominada de 5 Torre Janguta.

Modelo (SC), 17 de junho de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 037/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 037/2014

Contratado: Moacir Gomes

Termo de Cessão de Uso;

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 037-2014, tendo como objeto a cessão gratuita de uso e gozo de área de propriedade do cedente para o cessionário Município de Modelo, consistente na área de 100m², cuja área não está cercada, para a instalação de torre metálica e fornecimento de energia para utilização dos equipamentos, localizada na Linha Cedro, cuja torre é denominada de 8 Torre Cedro

Modelo (SC), 17 de junho de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 195/2014

Decreto nº 195/2014 de 17/06/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 735/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 735/2014, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA EM POSTES DE CONCRETO COM REFLETORES 250W VAPOR METÁLICO E MEDIÇÃO EM MEDIA TENSÃO, NO PARQUE DA FEPAR DO MUNICÍPIO DE MODELO CONFORME ART Nº 4868278-7, COM RECURSOS DO CONVENIO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MARAVILHA E O MUNICÍPIO DE MODELO, PROPOSTA SIGEF Nº12802., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
CERAÇA - COOPERATIVA DE INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO VALE DO ARAÇÁ	202.599,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC,
Terça-Feira, 17 de junho de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras

Portaria Nº 105/2014

PORTARIA Nº 0105/2014 de 18.06.2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NILVA FATIMA ALEBRANDT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 16.06.2014 atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde por um período de 180 (cento e oitenta) dias, e posterior comunicação de decisão da perícia médica do INSS, concedendo o benefício/afastamento até o dia 30.09.2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal NILVA FATIMA ALEBRANDT, matrículas nº 1874-0 e 1877-5, ocupante do cargo efetivo de Professora com carga horária de 20 horas semanais cada contrato, lotada no

Departamento Municipal de Educação, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 18.06.2014 a 30.09.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de junho de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Decreto Nº 196/2014

DECRETO Nº 0196/2014 DE 18.06.2014.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ACT DA PROFESSORA JANETE FERRARI GALLINA - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.132/2014, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando a necessidade de atendimento à rede municipal de Ensino,

Considerando o afastamento até o dia 30.09.2014 para tratamento de saúde da Servidora Nilva Fatima Allebrandt, conforme perícia médica realizada,

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2014,

Considerando o Decreto nº 173/2014 de 19.05.2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: JANETE FERRARI GALLINA CPF: 790.100.169-00 RG nº 2.856.862	
CARGO	Professora Ensino Superior - ACT - Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Jardim de Infância Cantinho Alegre
TURMA	Pre I
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular do cargo Nilva Fatima Allebrandt afastada para tratamento de saúde no período de 18.06.2014 a 30.09.2014, conforme Portaria nº 105/2014.
VIGÊNCIA PRORROGAÇÃO	18.06.2014 a 30.09.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de junho de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 197/2014

DECRETO Nº 0197/2014 DE 18.06.2014.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ACT DA PROFESSORA ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA KASPER - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.132/2014, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando a necessidade de atendimento à rede municipal de Ensino,

Considerando o afastamento até o dia 30.09.2014 para tratamento de saúde da Servidora Nilva Fatima Allebrandt, conforme perícia médica realizada,

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2014,

Considerando o Decreto nº 174/2014 de 19.05.2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA KASPER CPF: 026.025.109-71 RG nº 5.889.290	
CARGO	Professora Ensino Superior - ACT - Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Jardim de Infância Cantinho Alegre
TURMA	Pre I
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Matutino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular do cargo Nilva Fatima Allebrandt afastada para tratamento de saúde no período de 18.06.2014 a 30.09.2014, conforme Portaria nº 105/2014.
VIGÊNCIA PRORROGAÇÃO	18.06.2014 a 30.09.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de junho de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 198/2014

Decreto nº 198/2014 de 18/06/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 598/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 598/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS PESADAS E CAMINHÕES, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DMER, E DEMAIS SECRETARIAS, DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC. , adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
JACOBY & JACOBY LTDA.	133.440,00
NC TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME	201.200,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 18 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Ata de Registro de Preços 001/14

Processo Licitatório nº. 598/2014 da Modalidade Pregão com o nº. 020/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Modelo e a empresa NC TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME inscrita no CNPJ nº 14.429.601/0001-29, aqui representada por seu procurador, Sr. EDIVAN SGANZERLA, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 020/2014, cujo objeto é a eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS PESADAS E CAMINHÕES, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DMER, E DEMAIS SECRETARIAS, DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC. Sendo:

Propo- nente vencedor	Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vir unit.	Vir total
NC TRANS- PORTES & SER- VIÇOS LTDA ME3		SERVIÇOS DE TRATOR DE ESTEIRA CAPACIDADE MÍNIMA 153 HP	NC	h	200	188,5000	37.700,00
NC TRANS- PORTES & SER- VIÇOS LTDA ME5		SERVIÇOS DE CAMINHÃO BASCULANTE, CAPACIDADE MÍNIMA 6M³, 12T - 162HP	NC	h	1.500	109,0000	163.500,00

Nos termos da Lei nº 10.520/02; do Decreto nº 7.892/13; do Decreto nº 3.555/00; do Decreto nº 5.450/05; do decreto nº 3.722/01; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas. Sendo:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município de Modelo não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será (ao) pago(s) na possível Contratação de SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS PESADAS E CAMINHÕES, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DMER, E DEMAIS SECRETARIAS, DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, especificado(s) no Clausula Primeira desta ata de registro de preços.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A prestação dos serviços deverá ser executada nos locais informados pela Secretaria/Departamento solicitante do serviço, em até 24 horas do pedido, mediante apresentação de Ordem de Serviço fornecida pelo responsável do Setor, não serão tolerados atrasos sem justificativa prévia e por escrito.

Imediatamente após a prestação dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor

Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade na prestação do serviço em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes da cláusula sétima e seus subitens.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Após o recebimento do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal e boletim de medição da obra, o pagamento será efetuado pelo Município de Modelo até o dia 12 do mês subsequente ao mês de expedição da nota fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita (m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

- a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo

estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ou Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 020/2014 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Modelo, SC 02 de Junho de 2014.

Representante legal: _____

Razão social da empresa: _____

DETENTORA DA ATA

Ata de Registro de Preços 002/14

Processo Licitatório nº. 598/2014 da Modalidade Pregão com o nº. 020/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Modelo e a empresa JACOBY & JACOBY LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.619.631/0001-56, aqui representada por seu sócio, Sr. OLANDO JACOBY, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 020/2014, cujo objeto é a eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS PESADAS E CAMINHÕES, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DMER, E DEMAIS SECRETARIAS, DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC. Sendo:

Propo- nente vencedor	Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
JACO- BY & JACOBY LTDA.	1	SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA - CAPACIDADE MÍNIMA 99 HP - PESO OPERACIONAL MÍNIMO 16 TONELADAS	JACO- BY & JACO- BY	h	500	184,0000	92.000,00
JACO- BY & JACOBY LTDA.	2	SERVIÇOS DE RETROESCAVADEIRA, CAPACIDADE MÍNIMA 75CV	JACO- BY & JACO- BY	h	300	91,0000	27.300,00
JACO- BY & JACOBY LTDA.	4	SERVIÇOS DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE CILINDRO LISO, AUTO-PROPEL. 83CV - 6,6T, IMPACTO DINÂMICO 18,5/11	JACO- BY & JACO- BY	h	140	101,0000	14.140,00

Nos termos da Lei nº 10.520/02; do Decreto nº 7.892/13; do Decreto nº 3.555/00; do Decreto nº 5.450/05; do decreto nº 3.722/01; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas. Sendo:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município de Modelo não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será (ão) pago(s) na possível Contratação de SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS PESADAS E CAMINHÕES, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DMER, E DEMAIS SECRETARIAS, DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, especificado(s) no Clausula Primeira desta ata de registro de preços.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A prestação dos serviços deverá ser executada nos locais informados pela Secretaria/Departamento solicitante do serviço, em até 24 horas do pedido, mediante apresentação de Ordem de Serviço fornecida pelo responsável do Setor, não serão tolerados atrasos sem justificativa prévia e por escrito.

Imediatamente após a prestação dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade na prestação do serviço em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes da cláusula sétima e seus subitens.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Após o recebimento do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal e boletim de medição da obra, o pagamento será efetuado pelo Município de Modelo até o dia 12 do mês subsequente ao mês de expedição da nota fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita (m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o

valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ou Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 020/2014 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Modelo, SC 02 de Junho de 2014.

Representante legal: _____

Razão social da empresa: _____

DETENTORA DA ATA

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Audiência Pública Para Discussão E Análise do Projeto de Lei Complementar Que Altera Os Art. 19, 52 E 57 da Lei Complementar 020/2014

Município de Morro da Fumaça-SC. Prorrogação da Audiência Pública para Discussão e Análise do Projeto de Lei Complementar que altera os art. 19, 52 e 57 da Lei Complementar 020/2014. Local: ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL PREFEITO AUZILIO FRASSON, SITO A RUA 20 DE MAIO, N.º 100, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO. Dia: 26/06/2014. Hora: 10:00.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson
em 17 de junho de 2014.
Aginaldo David Maccari
Prefeito

Lei Complementar Nº. 028/2014

Lei Complementar nº. 028/2014

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 009 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito do Município de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de minhas atribuições legais; FAÇO A TODOS SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º A Lei Complementar no 009, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Artigo 4º -

III -

f) Gestor de Sistemas Educacionais.

Artigo 8º - A formação profissional exigida para o exercício das diferentes atividades e modalidades no ensino na Rede Municipal é a de Nível Superior de Licenciatura Plena para os cargos Docente e Especialista em Assuntos Educacionais e a de Nível Superior para Psicólogo, Nutricionista, Fonoaudiólogo e Gestor de Sistemas Educacionais.

Artigo 9º - Excepcionalmente, somente para contratos temporários, poderá ser aceita habilitação de nível médio, desde que cursando curso superior em área correlata a atuação, para os professores que forem atuar na Educação Infantil, Ensino Especial e no Ensino Fundamental, desde que não haja interessados com nível superior completo para preencher as vagas disponíveis.

Artigo 11 - A estrutura organizacional da carreira dos cargos que integram os Grupos Ocupacionais Docente, Apoio Técnico Pedagógico para as funções de Técnico em Gestão Escolar, Coordenador Pedagógico e Psicopedagogo e Apoio Administrativo para as funções de Psicólogo, Nutricionista, Fonoaudiólogo e Gestor de Sistemas Educacionais, do Quadro de Pessoal Permanente do Magistério, é constituída de 08 (oito) níveis e 05 (cinco) referências, observada a formação profissional exigida, na forma dos anexos I a III e XVI desta Lei.

Parágrafo Único - Excetuam-se da composição da Carreira estabelecida neste artigo os cargos de Oficial de Serviços Administrativos Escolares, Auxiliar de Ensino e Zelador de escola, observando as habilitações profissionais, integrarão carreiras de 06 (seis) níveis e 05 (cinco) referências, respectivamente conforme anexos II, III e XVI desta Lei.

Artigo 16 - O progresso funcional dos ocupantes dos cargos

pertencentes aos Grupos Docente (Professor), Apoio Técnico Pedagógico (Especialistas em Assuntos Educacionais e Auxiliar de Ensino) e Apoio Administrativo (Psicólogo, Nutricionista, Fonoaudiólogo, Gestor de Sistemas Educacionais e Oficial de Serviços Administrativos Escolares (Secretário Escolar)) ocorrerá dentro do mesmo cargo, após o cumprimento do estágio probatório, nas seguintes modalidades:

- a)
- b)
- c)

Parágrafo Único - Para os ocupantes dos cargos de Zelador de escola a progressão funcional dar-se-á apenas por horas de aperfeiçoamento e por avaliação de desempenho.

Artigo 17 -

a) 01 (uma) referência pela comprovação de participação em 80 (oitenta) horas de cursos presenciais de atualização e ou aperfeiçoamento do período anterior ao da operacionalização, diretamente relacionada à disciplina ou área de atuação, exceto para o cargo de zelador que importará a comprovação de participação em 40 (quarenta) horas.

Artigo 20 -

Artigo 27 - A ampliação da jornada de trabalho do Membro do Magistério dar-se-á, havendo conveniência e oportunidade, mediante a existência de vagas, devidamente justificadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Artigo 31 - A jornada de trabalho dos ocupantes do grupo ocupacional de Apoio Técnico Pedagógico e de Apoio Administrativo para as funções de Psicólogo, Nutricionista, Fonoaudióloga e Gestor de Sistemas Educacionais poderá ser de 10 (dez), 20 (vinte) 30 (trinta) 40 (quarenta) horas semanais, mediante requerimento do servidor pertencente a este grupo e autorização da Secretaria da Educação.

Parágrafo Único - Excetuam-se deste artigo os ocupantes dos cargos de Oficial de Serviços Administrativos Escolares (Secretário Escolar) e Zelador de escola, do Grupo de Apoio Administrativo, cuja jornada de trabalho deverá ser de 40 (quarenta) horas semanais.

Artigo 32 -

§ 1º - O vencimento base dos ocupantes de cargos dos grupos ocupacionais do Quadro do Magistério, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais é o fixado em níveis e referências, segundo os valores constantes nos anexos XVII a XX desta Lei.

§ 2º - Os valores constantes nos anexos XVII a XX serão multiplicados pelo valor 10 (dez), assim denominado como Unidade Relativa de Valor (URV), que servirá como base de cálculo para o vencimento inicial.

Artigo 33 - O professor admitido em caráter temporário perceberá mensalmente, retribuição pecuniária equivalente ao nível de vencimento do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, anexo XVII desta Lei, a seguir especificado:

Artigo 35 -

Parágrafo Único - A concessão da gratificação de que trata o "Caput" deste artigo fica vinculada à jornada de trabalho cumprida pelos ocupantes dos cargos mencionados neste artigo, em regência de sala de aula, em turmas da educação infantil ou do 1º ao 9º ano do ensino fundamental.

Artigo 37 - O Membro do Magistério afastado da ministração de aulas para exercer o cargo de Diretor de Escola fará jus ao vencimento da carga horária de 40 (quarenta) horas aula e mais uma gratificação de função, conforme o número de alunos: até 300 (trezentos) alunos, 30% (trinta por cento); de 300 (trezentos) a 500 (quinhentos) alunos, 40% (quarenta por cento); acima de 500 (quinhentos) alunos, 50% (cinquenta por cento); calculados sobre o vencimento do cargo efetivo.

Artigo 39 - O Membro do Magistério afastado da ministração de aulas para exercer o cargo de Coordenador de CEI - Centro de Educação Infantil fará jus ao vencimento da carga horária de 40 (quarenta) horas aula e mais uma gratificação de função, conforme o número de alunos: até 300 (trezentos) alunos, 30% (trinta

por cento); de 300 (trezentos) a 500 (quinhentos) alunos, 40% (quarenta por cento); acima de 500 (quinhentos) alunos, 50% (cinquenta por cento); calculados sobre o vencimento do cargo efetivo.

Parágrafo Único - O Membro do Magistério afastado da ministração de aulas para exercer o cargo de Coordenador de Programa de Educação de Jovens Adultos, Auxiliar de Direção em unidade escolar com 300 (trezentos) ou mais alunos ou Auxiliar da Secretaria de Educação fará jus ao vencimento da carga horária de 40 (quarenta) horas aula e mais uma gratificação de função de 30% (trinta por cento), calculados sobre o vencimento do cargo efetivo.

Artigo 41 -

Parágrafo Único - A gratificação por Triênio não será acumulável, sendo cada uma delas calculada sobre o vencimento do servidor, conforme nível/referência da tabela salarial constante nos anexos XVII a XX desta Lei.

Artigo 50 - Ficam absorvidas e extintas pelos vencimentos constantes nos anexos XVII a XX, os vencimentos instituídos por leis municipais.

Art. 2º A Lei Complementar no 009, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

Artigo 10/A - A formação profissional exigida para o exercício das atividades de Zelador de escola é a de nível fundamental, conforme anexo XIV desta Lei.

Artigo 44/A - Será concedido à licença de que trata o caput do art. 43 da seguinte forma:

I - através de listas divulgadas anualmente, com o nome dos servidores que irão gozar do benefício;

II - As listas deverão conter datas pré-fixadas do período de concessão, dando preferência aos servidores com maior tempo de serviço e se utilizando dos critérios do caput do art. 44 para desempate;

III - Poderá o servidor trocar de lugar na lista com outro servidor do mesmo grupo, desde que haja concordância entre ambos;

IV - As listas serão elaboradas em grupos, que poderão gozar do benefícios simultaneamente. Sendo os grupos distribuídos da seguinte forma:

a) Grupo Docente (professor);

b) Grupo de Apoio Técnico Pedagógico Nível Superior (Técnico em Gestão Escolar, Coordenador Pedagógico e Psicopedagogo);

c) Grupo de Apoio Técnico Pedagógico Nível Médio (Auxiliar de Ensino);

d) Grupo de Apoio Administrativo Nível Superior (Psicólogo, Nutricionista, Fonoaudiólogo e Gestor de Sistemas Educacionais);

e) Grupo de Apoio Administrativo Nível Médio (Oficial de Serviços Administrativos Escolares);

f) Grupo de Apoio Administrativo Nível Fundamental (Zelador).

V - Dentro de cada Grupo os servidores serão distribuídos por unidades escolares, sendo que cada unidade escolar poderá conceder o benefício a um servidor de cada grupo quando 40 horas aula e a dois servidores quando 20 horas aulas.

Parágrafo Único - O poder executivo poderá aumentar os quantitativos do Inc. V por motivos de conveniência e oportunidade.

Artigo 44/B - O período de concessão da licença de que trata o caput do art. 43 será de 05 (cinco) anos a contar do término do período de aquisição.

Artigo - 50/A - Fica autorizado o chefe do poder executivo, através de ato administrativo, a complementar o salário do membro do magistério enquadrado no art. 9º desta lei, em que a remuneração ficar abaixo do "Piso Salarial Profissional Nacional dos Professores" instituído pela Lei Federal 11.738 de 16 de julho de 2008.

Artigo 50/B - Para efeitos do "caput" do art. 50/A, considerar-se-á remuneração todas as vantagens pecuniárias recebidas a qualquer título pelo membro do magistério.

Artigo 52/A - Fica autorizado a implementação de programa de estágio, como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho

produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio e da educação especial, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, em conformidade com a lei federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

§1º - O número de estagiários para implementação do programa será de até 35% (trinta e cinco por cento) o número de vagas constantes nesta lei.

§2º - O programa de estágio será regulamentado no que couber através de decreto do poder executivo.

Art. 3º Ficam revogados o "parágrafo único do art. 16", "parágrafo único do art. 20" e "§2º do art. 42" da Lei Complementar no 009, de 22 de dezembro de 2011.

Art. 4º - Fica alterado o anexo IX da Lei Complementar no 009, de 22 de dezembro de 2011, passando a Denominação do cargo para "Gestor de Sistemas Educacionais" e acrescentando a descrição detalhada "Desenvolver suas atividades nos diversos sistemas ligados a Secretaria do Sistema de Educação".

Art. 5º - O anexo I desta lei altera o Anexo XVI da Lei Complementar no 009, de 22 de dezembro de 2011. O anexo II desta lei altera o Anexo XVII da Lei Complementar no 009, de 22 de dezembro de 2011. O anexo III desta lei altera o Anexo XVIII da Lei Complementar no 009, de 22 de dezembro de 2011. O anexo IV desta lei altera o Anexo XIX da Lei Complementar no 009, de 22 de dezembro de 2011. O anexo V desta lei altera o Anexo XX da Lei Complementar no 009, de 22 de dezembro de 2011.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, exceto: I - A revogação do "§2º do art. 42", da Lei Complementar no 009, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigor a partir de 1º de Julho de 2014.

II - A alteração do "Auxiliar de Ensino" da tabela salarial constante do anexo XIX, migrando para a tabela salarial constante do anexo XVIII, da Lei Complementar no 009, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigor a partir de 1º de janeiro de 2016.

III - A alteração constante no art. 16 e Parágrafo Único do art. 20 da Lei Complementar no 009, de 22 de dezembro de 2011, relativo a progressão por nova habilitação, dos cargos de Oficial Administrativo Escolar e Auxiliar de Ensino, passa a ter vigor a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 7º - Fica o poder executivo autorizado a conceder o dissídio/reajuste/recomposição salarial do mês de maio de 2014, bem como reajustes reais subsequentes, sobre os valores constantes nesta lei.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson
em 20 de Junho de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 005/2014
(Altera o Anexo XVI da Lei Complementar nº 009/2011)

Quadro Permanente do Magistério Público Municipal
Tabela de Progressão por nível/Referência
Grupo Docente (Professor).

Professor	Habilitação
Nível Superior (Graduação)	1A a 8E
Especialização	5A a 8E
Mestrado e/ou Doutorado	6A a 8E

Grupo de Apoio Técnico Pedagógico (Técnico em Gestão Escolar, Psicopedagogo e Coordenador Pedagógico); Grupo de Apoio Administrativo (Psicólogo, Nutricionista, Fonoaudiólogo e Gestor de Sistemas Educacionais).

Técnico em Gestão Escolar, Psicopedagogo, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Coordenador Pedagógico e Gestor de Sistemas Educacionais.	Habilitação
Nível Superior (Graduação)	1A a 4E
Especialização	5A a 8E
Mestrado e/ou Doutorado	6A a 8E

Grupo de Apoio Técnico Pedagógico (Auxiliar de Ensino); Grupo de Apoio Administrativo (Oficial de Serviços Administrativos Escolares (Secretário de Escola)).

Auxiliar de Ensino e Oficial de Serviços Administrativos Escolares (Secretário de Escola)	Habilitação
Nível Médio	1A a 6E
Nível Superior (Graduação)	3A a 6E

Grupo de Apoio Administrativo (Zelador de Escola).

Zelador de Escola	Habilitação
Nível Fundamental	1A a 6E

ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 005/2014

(Altera o Anexo XVII da Lei Complementar nº 009/2011)

TABELA SALARIAL

QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Grupo: Docente

Cargo: Professor

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

Habilitação	Nível	Referência				
		A	B	C	D	E
Licenciatura Plena	1	162,890	166,148	169,471	172,860	176,317
	2	179,844	183,441	187,109	190,852	194,669
	3	198,562	202,533	206,584	210,716	214,930
	4	219,228	223,613	228,085	232,647	237,300
Pós-Graduação (Especialização)	5	242,046	246,887	251,825	256,861	261,998
	6	267,238	272,583	278,035	283,595	289,267
Pós-Graduação (Mestrado ou Doutorado)	7	295,053	300,954	306,973	313,112	319,375
	8	325,762	332,277	338,923	345,701	352,615

ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR 005/2014

(Altera o Anexo XVIII da Lei Complementar nº 009/2011)

TABELA SALARIAL

QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Grupo: Apoio Administrativo / Apoio Técnico Pedagógico

Cargo: Oficial de Serviços Administrativos Escolares (Secretário Escolar) e Auxiliar de Ensino
Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

Habilitação	Nível	Referência				
		A	B	C	D	E
Nível Médio	1	118,185	120,549	122,960	125,419	127,927
	2	130,486	133,096	135,757	138,473	141,242
	3	144,067	146,948	149,887	152,885	155,943
Nível Superior	4	159,061	162,243	165,488	168,797	172,173
	5	175,617	179,129	182,712	186,366	190,093
	6	193,895	197,773	201,728	205,763	209,878

ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR 005/2014
(Altera o Anexo XIX da Lei Complementar nº 009/2011)

TABELA SALARIAL

QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
Grupo: Apoio Administrativo
Cargo: Zelador de escola
Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

Habilitação	Nível	Referência				
		A	B	C	D	E
Nível Fundamental	1	084,365	086,052	087,773	089,529	091,319
	2	093,146	095,009	096,909	098,847	100,824
	3	102,840	104,897	106,995	109,135	111,318
	4	113,544	115,815	118,131	120,494	122,904
	5	125,362	127,869	130,427	133,035	135,696
	6	138,410	141,178	144,001	146,882	149,819

ANEXO V DA LEI COMPLEMENTAR 005/2014
(Altera o Anexo XX da Lei Complementar nº 009/2008)

TABELA SALARIAL

QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
Grupo: Apoio Técnico Pedagógico (Cargo: Técnico em Gestão Escolar, Coordenador Pedagógico, Psicopedagogo)
Grupo: Apoio Administrativo (Cargo: Gestor de Sistemas Educacionais, Psicólogo, Nutricionista e Fonoaudiólogo).
Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

Habilitação	Nível	Referência				
		A	B	C	D	E
Licenciatura Plena	1	236,333	241,060	245,881	250,798	255,814
	2	260,931	266,149	271,472	276,902	282,440
	3	288,089	293,850	299,727	305,722	311,836
	4	318,073	324,435	330,923	337,542	344,293

Pós-Graduação (Especialização)	5	351,178	358,202	365,366	372,673	380,127
	6	387,729	395,484	403,394	411,461	419,691
Pós-Graduação (Mestrado ou Doutorado)	7	428,085	436,646	445,379	454,287	463,372
	8	472,640	482,093	491,735	501,569	511,601

Lei Complementar Nº. 025/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº. 025/2014

“CONCEDE AUMENTO REAL AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS, INCLUÍDO O QUADRO ESPECIAL EM EXTINÇÃO E OS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE, AOS PROVENTOS E ÀS PENSÕES DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, SC, faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica concedido aumento real, a partir de 01 de Maio de 2014, pela aplicação do índice de 1,19% (um vírgula dezenove por cento) sobre os vencimentos dos servidores e empregados públicos do Poder Executivo, incluídos os contratados temporariamente nos termos do inc. IX do art. 37 da Constituição Federal, exceto aos aposentados e pensionistas não detentores do direito à paridade.

Parágrafo único- Ficam excluídos do aumento real que trata o “caput” deste artigo, os subsídios dos Secretários Municipais, Prefeito e Vice, cuja fixação é de competência privativa do Legislativo.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,
em 13 de Junho de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº. 1650/2014

LEI Nº. 1650/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLANTAR O PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, SC, faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a implantar o Programa Porteira Adentro que tem como objetivo auxiliar na execução de obras de infra-estrutura em pequenas propriedades rurais e serviços essenciais em propriedades rurais do Município de Morro da Fumaça.

Art. 2º - O auxílio de que trata o artigo anterior refere-se à:

I - Realização de terraplenagem e destoca;

II - Abertura, conservação, drenagem e revestimento de estradas de acesso e dentro das propriedades rurais;

III - Construção e manutenção de estradas de acesso à unidades produtoras de aves e outros sistemas de integração.

IV - Construção e reforma de tanques e açudes para criação de peixes e captação de água.

V - Realização de drenagens, sem fornecimento de material;

VI - Fornecimento e transporte de saibro em quantidade a ser definida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e regulamentada por Decreto Municipal;

VII - Realização de aterros, serviços de limpeza, abertura de valas e serviços com fins ambientais, tanto no meio rural quanto urbano;

VIII - Outros serviços que cumpram os objetivos do Programa.

§ 1º - Os serviços serão executados com máquinas e equipamentos de propriedade do município e de terceiros contratados, atendidas as disposições legais.

§ 2º - Mediante Convênio ou ajuste, os serviços de que trata o Programa Porteira Adentro poderão ser realizados por máquinas e equipamentos de órgãos governamentais como CIDASC, EPAGRI, DEINFRA, secretaria de desenvolvimento regional, empresas de extração de carvão que tenha estabelecido este compromisso nas medidas compensatórias, empresas executoras de obras como rodovias e outros empreendimentos que vierem a se estabelecer na cidade.

Art. 3º - Para execução dos serviços previstos no artigo anterior, será cobrado do Produtor beneficiário o valor do custo hora-máquina ou do fornecimento de materiais, conforme o caso, conforme Tabela definida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e regulamentada por Decreto Municipal;

§ 1º - Os valores custeados pelos beneficiários do programa, serão utilizados na manutenção do mesmo e deverão ser depositados em conta bancária da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, com recolhimento através de Guias de Documento de Arrecadação Municipal.

§ 3º - Os serviços solicitados serão executados mediante cadastro realizado junto à Secretaria Municipal de Agricultura, bem como do recolhimento prévio do valor da hora máquina ou do fornecimento de materiais, conforme caput do presente artigo;

§ 4º - Acaso for necessário a execução de serviços excedentes ao previamente recolhido a título de contrapartida, o valor que exceder deverá ser recolhido no prazo de até sessenta (60) dias, sob pena do beneficiário ser excluído do programa que trata a presente Lei.

§ 5º - Para os casos dos itens VI e VII, o fornecimento se limita

ao transporte de até 70 m³ (setenta metros cúbicos) de saibro (areão), sendo que os excedentes serão custeados integralmente pelo requerente.

Art. 4º - A normatização para a operacionalização do Programa, como prioridade, cronograma, preços dos serviços, limites de atendimento por cliente e outras peculiaridades, será regulamentada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, devendo ser ratificada por Decreto do Executivo, obedecidas as diretrizes da presente lei.

§ 1º - Para se beneficiar do referido programa, o requerente deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Ser inscrito como produtor e/ou agricultor rural;

II - Exercer atividades relacionadas ao agronegócio;

III - Possuir no máximo 100 hectares de terras no Município;

IV - Necessitar de melhorias em sua propriedade na área aterro e/ou saneamento;

§ 2º - O Decreto de que trata o parágrafo primeiro deste artigo, deverá conter anexo tabela com os valores de hora-máquina e dos equipamentos a serem utilizados, bem como o valor estimado por metro cúbico dos materiais utilizados para o revestimento das estradas e aterros.

§ 3º - Caberá ao Poder Executivo, juntamente com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, estabelecer as regras para o melhor funcionamento do Programa, inclusive quanto aos valores a serem cobrados, disponibilização de máquinas, equipamentos, veículos e mão-de-obra.

§ 4º - Casos diversos aos previstos na presente lei, serão discutidos junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, podendo o Município atendê-los desde que possível operacionalmente, mediante pagamento integral do valor dos benefícios, após receber por escrito a deliberação do Conselho.

Art. 5º - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo ao interessado a responsabilidade pela elaboração de projetos, encaminhamento junto aos órgãos ambientais e apresentação da licença ao Município por ocasião da requisição dos serviços, isentando o Município de Morro da Fumaça das responsabilidades advindas da execução do serviço.

Art. 6º - Cabe à Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Morro da Fumaça, a coordenação e execução do Programa.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,
em 20 de Junho de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº. 1652/2014

LEI Nº. 1652/2014

ALTERA A LEI Nº 1.243 DE 02 DE JULHO DE 2007, AUMENTA OS ITENS DOS PRODUTOS ALIMENTARES DE NECESSIDADE BÁSICA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E ESTENDE O BENEFÍCIO AO CARGO DE ZELADOR.

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, SC, faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 1.243, de 02 de julho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º

II - Fazem parte da relação de produtos alimentares de necessidade básicas:

QUANT.	UND.	ESPECIFICAÇÃO
01	Und.	Açúcar refinado (Embalagem 05 kg)
01	Und.	Arroz parboilizado tipo 01 (Embalagem 05 kg)
01	KG	Batata inglesa lavada (embalagem de 01 kg)
01	Und.	Bolacha doce sortida (embalagem 500 gr)
01	Und.	Café embalado a vácuo (pct. 500 gr)
02	KG	Farinha de mandioca (embalagem de 01 kg)
01	KG	Farinha de milho (embalagem de 01 kg)
03	KG	Farinha de trigo especial (embalagem de 01 kg)
02	KG	Feijão tipo 01 (embalagem de 01 kg)
03	KG	Frango -coxa e sobre-coxa (embalagem de 01 kg)
06	Litro	Leite Integral Longa Vida (embalagem de 01 Litro)
01	KG	Macarrão com ovos (embalagem de 01 kg)
01	Und.	Margarina c/ sal (pote 500 gr)
02	Und.	Óleo de soja (02 lata 900 ml)
02	Duzia	Ovos galinha médio
01	KG	Sal refinado (embalagem de 01 kg)

Art. 2º A Lei no 1.243, de 02 de julho de 2007, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

Art. 1º

§2º - Esta lei se aplicará para servidores com cargo de zelador.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,
em 20 de Junho de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº. 1651/2014

LEI Nº. 1651/2014

"ESTABELECE NORMAS E CONDIÇÕES PARA A INSTALAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE FEIRAS TEMPORÁRIAS, EXPOSIÇÕES, BAZARES OU EVENTOS SIMILARES ITINERANTES DE VENDAS A VAREJO OU AO ATACADO DE PRODUTOS E MERCADORIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, SC, faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se feiras temporárias, exposições, bazares ou eventos similares itinerantes, as exposições temporárias de caráter eventual que se instalam de maneira transitória e cuja atividade principal seja a venda no atacado ou no varejo, à outros empresários ou, diretamente ao consumidor final, em espaço unitário ou dividido em estandes individuais, de produtos industrializados ou manufaturados, bem como a prestação de serviços, com fins comerciais ou não, com a participação de um ou mais comerciantes ou associações/empresas e realizadas em locais abertos ou fechados no Município.

§1º Ficam excluídas da presente Lei as feiras, exposições e mostras temporárias, de caráter científico, tecnológico, beneficente e cultural que não tiverem por fim precípuo a venda de mercadorias ou serviços, bem como aquelas realizadas por entidades de Classe do Comércio e Indústria com sede neste Município, devidamente constituídas há mais de 05 (cinco) anos e registradas nos órgãos competentes;

§2º Ficam igualmente excluídas as feiras, festas e mostras que tiverem como parceira a Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, bem como as que fazem parte do patrimônio histórico e cultural desta cidade.

§3º As associações Filantrópicas, tais como exemplo APAE, Hospital, ficam à critério do poder público ad referendum das entidades de classes constituídas no Município de Morro da Fumaça relativo às mercadorias cuja pretensão requerem Alvará, podendo desobrigá-la da apresentação das exigências desta Lei, contudo jamais poderá ser realizado evento no mês de Dezembro, como também não poderá vender mercadorias da estação corrente ao tempo do evento.

§4º Consideram-se locais abertos, obrigatoriamente, os logradouros particulares ou áreas de terrenos particulares, locados, cedidos ou firmados a qualquer termo, e que contenha infraestrutura e atendido todas as exigências legais para tal fim que será explorada no ato, cuja entrada, permanência e saída do público possa ser controlada com segurança; sendo vedada a utilização de logradouros públicos.

§5º Consideram-se locais fechados os galpões, salões, ginásios, clubes, armazéns, centro comunitário, e similares, que contenha estrutura e infraestrutura atendendo todas as exigências legais para o fim específico que será explorada no ato, cuja entrada, permanência e saída do público possa ser controlada com segurança, sendo vedada a utilização de logradouros públicos.

§6º Considera-se "Stand" a área mínima de 12 (doze) metros quadrados, e máxima de 36 (trinta e seis) metros quadrados, delimitada fisicamente de forma a permitir a perfeita identificação da mercadoria e da empresa pertencente a cada empresário, devidamente identificada em planta ou croqui de acordo com a forma e teor exigidos pelos padrões da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça e Corpo de Bombeiros.

Art. 2º A concessão do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento para a realização do evento estará submetida à fiscalização, revisão e revogação, a todo instante seja para o estabelecimento, empresa de eventos ou empresário, e para cada stand que comercializará ou exporá mercadorias. Tal emissão de Alvará será de competência exclusiva do Poder Executivo Municipal,

observado na íntegra a legislação em geral, e em especial esta, pois nenhum ato ilegal poderá ser exercido, nem mesmo após expedido o Alvará.

Art.3º As feiras temporárias, exposições, bazares ou eventos similares itinerantes somente poderão ser realizados por empresas promotoras de eventos, devidamente registradas para estes fins junto à Receita Federal e Junta Comercial do Estado de origem, contudo além do Alvará para a empresa promotora do evento, deverá ser observado o artigo a seguir.

Art. 4º Toda unidade comercial/empresarial, entendida por stand individual, que pretenda se estabelecer para comercializar seus produtos nas feiras temporárias, exposições, bazares ou eventos similares itinerantes deverá obter o Alvará de Licença de Localização e Funcionamento perante a Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, independentemente daquela obtida pela empresa promotora do evento, o qual será expedido de acordo com as disposições desta Lei, sendo vedada sua emissão para pessoa física.

Art. 5º O Alvará de Licença de Localização e Funcionamento para realização do evento não poderá ser concedido para desenvolvimento das atividades pretendidas por período superior a 1 (um) dia, nem mais do que um evento ao ano da mesma atividade e grupo de mercadorias, ficando vedada a venda de produtos e mercadorias da estação atual.

§1º é terminantemente proibido a realização de feiras temporárias, exposições, bazares ou eventos similares itinerantes no mês de Dezembro.

§2º os agentes do Poder Público Municipal incumbidos da fiscalização poderão requisitar força policial para fazer sua prerrogativa de Poder de Polícia para não permitir a continuidade do exercício das atividades do evento que se encontrar funcionando ao arpejo do contido no presente dispositivo.

Art. 6º No exame do pedido do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento observar-se-ão os princípios que regem a atividade econômica, indutora do desenvolvimento no âmbito municipal, podendo ser ouvido entidades de classe do Município, devendo ser assegurada principalmente:

A garantia das normas de proteção e defesa do consumidor, atendendo-se a ordem pública e o interesse social;

A garantia dos interesses econômicos e financeiros do Município; Observância das responsabilidades fiscais e recolhimentos das taxas e tributos junto às receitas federal, estadual e municipal.

O enquadramento nas convenções coletivas de trabalho entre as entidades sindicais das respectivas categorias as quais a base territorial do Município de Morro da Fumaça esteja abrangido.

Art. 7º A concessão do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento para a realização do evento dar-se-á mediante a apresentação, pela empresa promotora do evento, de requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

Referente à pessoa jurídica promotora do evento:

O requerente deverá apresentar documento que comprove sua inscrição junto à Prefeitura do Município de origem, Junta Comercial do Estado de origem e da Secretaria da Receita Federal, cuja data de abertura da empresa seja 12 meses anterior à realização do evento;

certidões negativas de débitos expedidas pela Prefeitura do Município de origem;

documento comprobatório expedido pelo proprietário do imóvel onde será realizado o evento constando o período pretendido;

relação das pessoas jurídicas que participarão do evento como comerciantes expositores, contendo obrigatoriamente a razão social, o C.N.P.J., a Inscrição Estadual e o endereço, devidamente assinada pelo responsável da empresa promotora do evento;

comprovação de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

certidões negativas de débitos expedidas pelas Fazendas Federal,

Estadual e Municipal, às quais se encontra jurisdicionado o município onde se localiza a sede da empresa promotora; certidões expedidas pelos Cartórios de Distribuição Cível das Justiças Federal e Estadual e pelo Cartório de Registro de Protesto aos quais se encontra jurisdicionado o município onde se localiza a sede da empresa promotora;

comprovação de inscrição das pessoas físicas responsáveis pela promoção do evento e dos integrantes do quadro societário da pessoa jurídica, junto ao Cadastro de Pessoas Físicas;

relativamente às pessoas físicas elencadas na alínea anterior, deverão apresentar certidões expedidas pelo Cartório de Distribuição Cível e Criminal da Justiça Federal, pelo Cartório de Distribuição Cível da Justiça Estadual, pelo Cartório de Distribuição Criminal da Justiça Estadual e do Cartório de Registro de Protestos, tanto do local de suas residências quanto do local do estabelecimento, dentro dos seus prazos de validade;

comprovante de comunicação às regionais da Receita Federal, da Secretaria da Fazenda Estadual, do Ministério do Trabalho e Emprego e às entidades representativas de classes econômicas, patronais e de empregados, envolvidas quanto à realização do evento;

comprovante de solicitação de apoio da Polícia Militar ou contrato com empresa de segurança privada;

comprovante de plano de destinação de resíduos produzidos durante a realização do evento, aprovado pelo órgão municipal competente, acompanhado de documento comprobatório de sua viabilidade e realização;

certidão negativa de débito (CND) junto ao INSS e FGTS;

certidão negativa de falência ou concordata, expedida pela distribuidora do foro do município de origem;

laudo das instalações elétricas, acompanhado do respectivo ART;

laudo de vistoria do Departamento Municipal de Saúde referente à praça de alimentação e instalações sanitárias no local do evento;

comprovante da apólice de seguro contratada para cobertura de responsabilidade civil por danos pessoais e materiais contra terceiros para garantir a segurança dos expositores e visitantes;

assinatura e homologação de Acordo Coletivo da empresa de eventos com os Sindicatos da classe de cada atividade a ser explorada (empregados e patronal);

apresentação por parte de todos os feirantes expositores do comprovante de quitação da última guia de contribuição sindical; regulamento do evento.

II - referente ao local de realização do evento:

a) atestado, fornecido por um engenheiro civil, inscrito no cadastro mobiliário do município de Morro da Fumaça e no Conselho Regional de Engenheiros e Agrônomos de que as instalações físicas, elétricas e hidro sanitárias do local de realização do evento atendem às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

b) apresentar Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e projeto de prevenção especial devidamente aprovado pela unidade responsável pelo município de Morro da Fumaça, referente ao imóvel onde será realizado o evento;

c) certidão negativa de débitos expedida pela Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, referente ao imóvel onde será realizado o evento;

d) parecer favorável com expedição de Alvará pelo Departamento de Saúde e Vigilância Sanitária sobre a viabilidade da realização do evento;

e) planta ou croqui do local onde será realizado o evento com a denominação da localização e disposição dos stands, devidamente assinada por engenheiro civil cadastrado junto ao cadastro mobiliário do município de Morro da Fumaça e no Conselho Regional de Engenheiros e Agrônomos, com anotação de responsabilidade

técnica quanto à existência de sanitários em número suficiente para utilização dos visitantes e rampas de acesso e estacionamento para portadores de necessidades especiais, inclusive com placas indicativas;

f) a empresa promotora do evento deverá obrigatoriamente manter no local do evento, ambulância durante período integral da realização do evento com profissionais médicos e enfermeiros à disposição dos visitantes bem como equipe de Brigada Contra Incêndio.

III - referente às empresas participantes ou feirante expositor:

a) comprovante de inscrição junto ao Município de origem, à Secretaria da Fazenda do Estado de origem e à Secretaria da Receita Federal;

b) certidões negativas de débitos, expedidas pelas Fazendas Federal, Estadual e Municipal às quais se encontra jurisdicionada o município onde se localiza a sede do feirante expositor;

c) certidões negativas expedidas pelos Cartórios de Distribuição Cível das Justiças Federal e Estadual e pelo Cartório de Registro de Protesto aos quais se encontra jurisdicionado o município onde se localiza a sede do feirante expositor;

d) comprovação de inscrição das pessoas físicas integrantes do quadro societário junto ao Cadastro de Pessoas Físicas e das pessoas jurídicas, integrantes do quadro societário junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

e) relativamente às pessoas físicas e jurídicas elencadas na alínea anterior, apresentar certidões negativas expedidas pelo Cartório de Distribuição Cível e Criminal da Justiça Federal, pelo Cartório de Distribuição Cível da Justiça Estadual, pelo Cartório de Distribuição Criminal da Justiça Estadual e do Cartório de Registro de Protestos, tanto do município de suas residências quanto do município do feirante expositor;

§ 1º O Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e o projeto de prevenção especial deverão ser apresentados até quarenta e oito horas antes do início do evento, sendo que a não apresentação acarretará o indeferimento do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento e a interdição do local;

§ 2º Os documentos elencados neste inciso deverão ter sido expedidos há menos de seis meses da data do evento;

§ 3º O pedido do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento deverá ser protocolizado junto ao órgão responsável da Prefeitura Municipal com no mínimo sessenta dias de antecedência do início do evento.

Art. 8º Após autorizada a realização da feira temporária, exposição, bazar ou evento similar itinerante e antes da expedição do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento o promotor do evento deverá recolher, junto à Prefeitura Municipal, as seguintes taxas:

I - licença equivalente a metragem quadrada total do estabelecimento no qual haverá o evento, respeitado o valor na forma do §1º deste artigo.

II - licença para cada comerciante expositor, por Stand e por metragem quadrada de ocupação do Stand (aberto ou fechado), deverá ser delimitado área e respeitado o valor na forma do §1º deste artigo.

§ 1º Os valores das taxas será 0,5 (meia) unidade de UFM (Unidade Fiscal Municipal) de Morro da Fumaça, por metro quadrado, do estabelecimento para a empresa de eventos e, igualmente para os Alvarás individuais por empresário de acordo com a metragem

quadrada de área de ocupação de cada Stand.

§ 2º O promotor do evento fica isento do pagamento da taxa a que se refere este artigo relativamente às pessoas jurídicas com sede no município de Morro da Fumaça, uma vez que já contribuintes do município e desde que em dia com suas obrigações junto ao erário municipal;

Art. 9º Havendo cobrança de ingressos, 10% (dez por cento) da arrecadação bruta será destinada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, o qual poderá indicar representantes para acompanhar a arrecadação.

Art. 10 O Poder Executivo Municipal deverá deferir ou indeferir o pedido para realização das feiras temporárias, exposições, bazares ou eventos similares itinerantes, justificando e fundamentando a decisão, no mínimo trinta dias antes do início da realização do evento.

Art. 11 As feiras temporárias, exposições, bazares ou eventos similares itinerantes deverão obedecer ao disposto no Código de Posturas do município de Morro da Fumaça ou Lei específica que regulamenta o horário de abertura, funcionamento e fechamento do comércio local, além das Convenções Coletivas de Trabalho de cada classe, CLT, CDC, Código Civil, Código Penal e Resoluções, Portarias e demais congêneres, inclusive Sanitarista, aplicáveis aos atos e situações ali presentes.

Parágrafo Único: Em caso de descumprimento do estabelecido no caput deste artigo, o Alvará de Licença de Localização e Funcionamento será revogado.

Art. 12 A emissão de sons e ruídos decorrentes da realização do evento, inclusive em sua divulgação, deverá obedecer, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos nas normas oficiais vigentes no município. A remoção dos resíduos remanescentes da divulgação e da realização do evento será de inteira responsabilidade da empresa promotora do evento, sob pena de aplicação de multa equivalente ao quádruplo do valor total gasto no evento por todos os feirantes expositores e impedimento de realização de novos eventos da mesma espécie ou atividade comercial em caso de não liquidação do débito.

Art. 13 Os feirantes expositores deverão portar, sempre, os seguintes documentos:

I - crachá de identificação;

II - cópia autenticada do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal;

III - cópia autenticada do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, devidamente aprovado;

IV - cópias autenticadas das guias de recolhimentos dos tributos e taxas municipais constantes no Código Tributário Municipal;

V - comprovante de recolhimento, pelo locatário do imóvel onde será realizado o evento, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, no percentual ou valor constante no Código Tributário Municipal sobre o aluguel dos espaços cedidos aos comerciantes expositores;

VI - relação enumerada por estande e com a identificação da empresa participante, devidamente assinada pelo promotor do evento, contendo obrigatoriamente a razão social, o C.N.P.J., a Inscrição Estadual e o endereço, sendo uma via para a fiscalização estadual, outra via para a fiscalização municipal, mais uma via para a CDL de Morro da Fumaça e outra via para a Associação Comercial e Industrial de Morro da Fumaça.

Art. 14 A promotora reservará, no principal acesso ao local do evento, espaço gratuito para PROCON, Vigilância Sanitária, Fazendas e demais Fiscalizações.

Parágrafo Único: A empresa promotora do evento fica equiparada ao fornecedor, para os efeitos da Lei 8.078, de 11 de Novembro de 1990, respondendo solidariamente por qualquer violação dos direitos dos consumidores.

Art. 15 Ficam asseguradas às empresas estabelecidas no Município de Morro da Fumaça, o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos espaços colocados à disposição no evento, seja ao comércio, indústria ou serviços, que deverão manifestar seu interesse até 5 (cinco) dias antes da realização da feira ou evento.

Art. 16 A título de penalidade, fica aqui arbitrado o valor equivalente a 1.000 (um mil) UFM vigente à época do evento no Município de Morro da Fumaça, multa esta emitida contra cada empresário infrator para cada infração cometida conforme tudo o quanto aqui se determinou nesta Lei.

Parágrafo Único: na hipótese de extinção, substituição ou modificação da denominação da UFM, valerá a que lhe substituir.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,
em 20 de Junho de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Ata - Tomada de Preço Nº 123/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA PREGÃO Nº 123/2014 PMN - DESERTA

OBJETO : TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO DE CARREIRA PARA PUXAR EMBARCAÇÕES COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EM TERRENO LOCALIZADO NA RUA LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS - BAIRRO SÃO PEDRO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. - DATA DE ACONTECIMENTO 03/06/2014 AS 09:00H

RESULTADO - LICITAÇÃO FOI DESERTA.

NOVA DATA SERÁ PUBLICADA FUTURAMENTE.

Douglas Lemos

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE

Navegantes, 18 de junho de 2014

Comunicado Licitação Concorrência 75/2014 PMN

COMUNICADO - I

Concorrência 75/2014

Alteração data e horário continuação verificação PROPOSTA TÉCNICA.

O Presidente e a Comissão Permanente de Licitação comunicam aos interessados que houve recurso protocolado pela empresa IPM sistema de gestão pública quanto à apresentação da proposta técnica, conforme já publicado em 18/06/2014 as 10h no site www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor; desta forma a data da continuação da sessão inicialmente agendada para o dia 24/06/2014 as 14 h, FOI ALTERADA PARA O DIA 27/06/2014 AS 15 H, respeitando assim o prazo contido no art. 109 §3º lei 8666/93.

Local - auditório Prefeitura Municipal de Navegantes

Dia continuação - 27/06/2014

Horário continuação - 15h

Navegantes, 18 de junho de 2014.

Aprovação Amostra E Abertura de Envelope E Chamamento da 2ª Colocada

EDITAL Nº. 08/2014 FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2014 FMAS

REGISTRO PREÇOS Nº. 08/2014 FMAS

BENILDE PERÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
COMISSÃO DE PREGÃO

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO

A Secretaria de Administração e Logística, informa as APROVAÇÕES E REPROVAÇÕES das amostras entregues pelas empresa PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob nº 01.98.455/0001-54 E JJ COMERCIO LTDA - ME inscrita no CNPJ sob nº 06.935.540/0001-43, uma vez que mantiveram o padrão aceitável ou inaceitável isto é, em conformidade ou não conformidade com os ditames do Edital nº. 08/2014 FMAS. Pregão

Presencial nº. 08/2014 FMAS.
Registro de Preços nº. 08/2014 FMAS.

Item	Especificação	Amostra	Parecer Laudos	Parecer da secretaria
Item	Especificação			
1	SABÃO EM PÓ C/ AMACIANTE COM- POSIÇÃO: TENSOATIVO ANIONICO, ALCALINIZANTE, CARGA, COADJU- VANTE, BRANQUEADOR OPTICO, CORANTE, ENZIMAS, AGENTE ANTI REDEPOSITANTE, AGENTE AMACIAN- TE, PERFUME E ÁGUA, COM PARTI- CULAS ROSA. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFATO DE SÓDIO C/ TENSOATIVO BIODE- GRADAVEL. EMBALAGEM PLASTICA TIPO SACHET CONTENDO 01 KG. (APRESENTAR AMOSTRA)	PUBLI- CITI DISTRIBUI- DO- RA DE LIVROS LTDA - EPP EM NÃO CON- FORMI- DADE COM O EDITAL	NÃO CONFERE	AMOSTRA REPROVA- DA
2	DETERGENTE LÍQUIDO: DESCRIÇÃO DO OBJETO: COMPOSIÇÃO QUÍMICA TENSOATIVOS ANIÔNICOS, GLICERI- NA , COADJUVANTES,PRESERVANTE,S MELESTRANTE,ESPESSANTE,OPACIFI- CANTE, FRAGRÂNCIA, COMPONENTE ATIVO, LINEAR ALQUILBENZENO, SULFANATO DE SÓDIO, TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. EMBALAGEM CON- TENDO 500 ML COM BICO DOSADOR. (APRESENTAR AMOSTRA)	CELIA REGINA WAM- BOM- BOM- SANI - ME NÃO APRE- SENTA- ÇÃO		
3	AMACIANTE DE ROUPAS: DESCRIÇÃO DO OBJETO: COMPOSIÇÃO: CLORETO DE DISTEARIL, DIMETIL AMÔNICO, COADJUVANTE, CONSERVANTE, CO- RANTE, ESSÊNCIA E VEÍCULO. EMBAL- AGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA, INDICANDO TÉCNICO RESPONSÁVEL, NOTIFICAÇÃO NA ANVISA/MS E INSTRUÇÕES DE USO. VALIDADE 24 MESES, A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. EMBALAGEM: EM GALÃO CONTENDO 05 LITROS. (APRESENTAR AMOSTRA)	CELIA REGINA WAM- BOM- BOM- SANI - ME NÃO APRE- SENTA- ÇÃO		
4	ESPONJA PARA BANHO: DESCRI- ÇÃO DO OBJETO: COMPOSIÇÃO: MATERIAL POLIPROPILENO, DIMEN- SÕES MÍNIMAS 10X7.APRESENTAR AMOSTRA	AMAN- DA COMÉR- CIO DE PAPÉIS E EMBA- LAGENS LTDA NÃO APRE- SENTA- ÇÃO		

5	ÁLCOOL LIQUIDO 92,8° : DESCRIÇÃO DO OBJETO: ETÍLICO E HIDRATADO, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 01(UM) LITRO (QUE NÃO ESTOURE NO EM- PILHAMENTO), COM CONCENTRAÇÃO DE 92,8° INPM. EMBALAGEM CON- TENDO: ESPECIFICAÇÕES, INDICA- ÇÕES, PREOCUPAÇÕES E MODO DE USAR, NOME, ENDEREÇO, CNPJ DO FABRICANTE, SERVIÇO DE ATENDI- MENTO AO CONSUMIDOR, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NOME E REGISTRO DO TÉCNICO OU PROFIS- SIONAL RESPÓNSAVEL NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ OSTENTAR A IDENTIFICAÇÃO DE CERTIDÃO OBTIDA NO ÂMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE CERTIFICAÇÃO - SBC, DEMOSTRANDO CONFORMI- DADE À NORMA BNR 5991:1997, DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NOR- MAS TÉCNICAS - ABNT, CONFORME EXIGÊNCIA DA PORTARIA N. 15 DO INMETRO, DE 29-01-2001. AROMA DE EUCALIPTO. DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E CÓDIGO DE BARRAS INDICADOS NO PRODUTO E NA CAIXA. VALIDADE MÍNIMA: 24 MESES A PARTIR DE CADA PEDIDO DE ENTREGA MENSAL. (APRESENTAR AMOSTRA)	CELIA REGINA WAM- BOM- BOM- SANI - ME NÃO APRE- SENTA- ÇÃO		
6	SABÃO EM BARRA GLICERINADO: DESCRIÇÃO DO OBJETO: PACOTE COM 05 UNIDADES DE 200 GR. COR AZUL. COMPOSIÇÃO: SABÃO A BASE DO SÓDIO (TENSOATIVO ANIÔNI- CO) , EMOLIENTE, COADJUVANTES, BRANQUEADOR ÓPTICO, SEQUES- TRANTES, CORANTES, CRISTAIS, DE BICARBONATO DE SÓDIO, ALCALINI- ZANTES, FRÂGRANCIA, 1,2-BENOA- TIAZOLIN, 3- ONA, CARGA E ÁGUA. FORMATO ANATÔMICO. DERMATO- LOGICAMENTE TESTADO.EMABALA- GEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA, INDICANDO TÉCNICO RESPONSÁVEL E NOTIFICAÇÃO NA ANVISA/MS. VALIDADE 36 MESES, A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO (APRESENTAR AMOSTRA)	COMER- CIA- LIZZA DISTRIBUI- DO- RA DE PRODU- TOS DE LIMPE- ZA LTDA - ME NÃO APRE- SENTA- ÇÃO		

7	<p>DESINFETANTE PARA BANHEIRO: DESCRIÇÃO DO OBJETO: AÇÃO GERMICIDA E BACTERICIDA, FRAGRÂNCIA PINHO SILVESTRE, EMBALAGEM PLÁSTICA, FLEXÍVEL E RESISTENTE (QUE NÃO ESTOURE NO EMPILHAMENTO). EMBALAGEM CONTENDO: ESPECIFICAÇÕES, INDICAÇÕES PREOCUPAÇÕES E MODO DE USAR, NOME, ENDEREÇO, CNPJ DO FABRICANTE, SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, BEM COMO A COMPOSIÇÃO QUÍMICA, NOME E REGISTRO DO TÉCNICO OU PROFISSIONAL RESPONSÁVEL COMPETENTE NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE, COM REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO VÁLIDA NA ANVISA. COMPOSIÇÃO : TENSOATIVO CATIÔNICO,ESTABILIZANTE, CORANTE,FRAGRÂNCIA E VEÍCULO, CLORETO DE AQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO 1,0%. EMBALAGEM: GALÃO CONTENDO 02 LITROS COM IDENTIFICAÇÃO DO NOME DO FABRICANTE E O NOME DO PRODUTO.ACONDICIONADOS EM CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE QUE SUPORTE EMPILHAMENTO. DATA DE FABRICAÇÃO , DATA DE VALIDADE E CÓDIGO DE BARRAS INDICADO NO FRASCO E NA CAIXA. VALIDADE MÍNIMA: 18 MESES A PARTIR DE CADA PEDIDO DE ENTREGA. APRESENTAR AMOSTRA</p>	JJ COMERCIO LTDA - ME	CONFERE	AMOSTRA APROVADA
8	<p>ESPONJA DE LÃ DE AÇO Descrição do objeto: Contendo 60 gramas, Pacote com 08 unidades, para limpeza de louças, talheres, vidros, painéis e objetos de alumínio. Produto abrasivo, Composição Aço carbono. Validade mínima 3 anos, a partir da data de fabricação. (APRESENTAR AMOSTRA)</p>	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP	NÃO CONFERE	AMOSTRA REPROVADA

9	<p>SABONETE CREMOSO: DESCRIÇÃO DO OBJETO: COMPOSIÇÃO: SEBOATO DE SÓDIO, PALMISTATO DE SÓDIO, PALMISTATO DE PÓTASSIO, COCOIL ISETIONATO DE SÓDIO, ÁCIDO ESTEÁRRICO, SEBOATO DE POTÁSSIO, METIL OLEOIL TAURATO DE SÓDIO, ISETIONATO DE SÓDIO, ESTEARATO DE AÓDIO, EDITRONATO TETRASSÓDICO, GLICERINA, ÁCIDO ETIDRÔNICO, PROPILENO GLICOL,SORBITOL, FRAGRANCIA, CLORETO DE SÓDIO LECITINA, METILPARABENO,PROPILPARABENO, EXTRATO DE ALOE VERA, ACETATO DE TOCOFERILA (VITAMINA E) E ÁGUA. EMBALAGEM: CONTENDO NO MÍNIMO 90 GRAMAS. VALIDADE: 24 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO QUE NÃO PODERÁ EXCER 30 DIAS PARTIR DA ENTREGA. (APRESENTAR AMOSTRA)</p>	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME		
10	<p>SACO DE LIXO 100 LITROS: REFORÇADO,DIMENSÕES PLANAS MINIMAS : 75 CM DE LARGURA X 105 CM DE ALTURA ,COM VARIAÇÃO NAS MEDIDAS DE 1CM. O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODOR DESAGRADAVEL .ESPESSURA DE 0,14 MILIMETROS PARA PAREDE DUPLA, PESO DE 70 GRAMAS POR UNIDADE VARIAÇÃO DE ATÉ 8% NA ESPESSURA E NO PESO. EMBALAGEM PLASTICA FARDO COM 100 UNIDADES , EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT-NBR 9190/9191-TABELA 1,CLASSE 1,TIPO E CADA PACOTE DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE/ FORNECEDOR E CODIGO DE BARRAS , NOME DO PRODUTO E AS MEDIDAS COMPOSIÇÃO 98% POLIETILENO E 2% PIGMENTOS.VALIDADE: PRODUTOS NÃO PERECIVEL .(APRESENTAR AMOSTRA)</p>	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME		

11	SACO DE LIXO 30 LITROS: DESCRIÇÃO DO OBJETO: REFORÇADO, DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 59 CM DE LARGURA X 62 CM DE ALTURA, COM VARIAÇÃO NAS MEDIDAS APROXIMADAS DE 01 CM. O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. ESPESSURA DE 0,060 MILÍMETROS PARA PAREDE DUPLA, PESO DE 11 GRAMAS POR UNIDADE. VARIAÇÃO DE ATÉ 8% NA ESPESSURA E NO PESO. EMBALAGEM PLÁSTICA FARDOS COM 100 UNIDADES, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT-NBR 9190/9191 - TABELA 1, CLASSE 1, TIPO A. CADA PACOTE DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE/FORNECEDOR, CÓDIGO DE BARRAS, NOME DO PRODUTO E AS MEDIDAS. COMPOSIÇÃO 98% POLIETILENO E 2% PIGMENTOS. VALIDADE: PRODUTO NÃO PERECÍVEL. (APRESENTAR AMOSTRA)	CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME NÃO APRESENTAÇÃO		
12	SHAMPOO : Descrição do objeto: Shampoo neutro com proteína, fotoprotetor, formula suave, não irrita os olhos, hidratação e brilho para todos os tipos de cabelo, dermatologicamente e oftalmologicamente aprovado. Ingredientes: água, sulfato de sódio, PEG-150, EDTA. Embalagem: potes plásticos contendo no mínimo 350 ml. (Apresentar amostra).	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP EM NÃO CONFORMIDADE COM O EDITAL	NÃO CONFERE	AMOSTRA REPROVADA
13	CONDICIONADOR : Descrição do objeto: Cloreto de diestearil, diamônio, álcool estearílico, polietilenoglicol laurato de sorbitano, hidroxietil celulose, álcool benzílico, EDTA tetrassódico, fragância, ácido cítrico, D&C laranja nº 4 e água. (Apresentar amostra).	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP EM NÃO CONFORMIDADE COM O EDITAL	NÃO CONFERE	AMOSTRA REPROVADA
14	VASSOURA NYLON DESCRIÇÃO DO OBJETO COM CAPA EM PLÁSTICO, LARG. DE NO MÍNIMO 25 CM. CABO EM MADEIRA FORRADO COM PVC DE NO MÍNIMO 1,40 MTS E SUPORTE PARA PENDURAR. COM NO MÍNIMO 60 TUFOS EM CERDAS DE NYLON FIRMES E MACIAS. (APRESENTAR AMOSTRA)	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME NÃO APRESENTAÇÃO		
15	LIMPA VIDROS: DESCRIÇÃO DO OBJETO: COMPOSIÇÃO MÍNIMA: PRINCÍPIOS ATIVOS ALQUILBENZENOSULFONATO DE SÓDIO, COADJUVANTE, SOLVENTES, PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, CORANTE, PERFUME E ÁGUA. EMBALAGEM COM 500 ML COM GATILHO. APRESENTAR AMOSTRA	CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME NÃO APRESENTAÇÃO		
16	PANO DE PRATO: DESCRIÇÃO DO OBJETO: PANO DE PRATO ALVEJADO EXTRA COM 0,90 X 70 CM, COM BAINHA, 100% ALGODÃO, COM TRAMA 30,7M/P1KG. (APRESENTAR AMOSTRA)	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME NÃO APRESENTAÇÃO	NÃO CONFERE	AMOSTRA REPROVADA
17	PANO DE CHÃO: DESCRIÇÃO DO OBJETO: ALVEJADO, SACA MEDINDO NO MÍNIMO 50 X 70 7 MP/1KG. COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO. (APRESENTAR AMOSTRA)	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP EM NÃO CONFORMIDADE COM O EDITAL		

18	ODORIZADOR DE AMBIENTE: DESCRIÇÃO DO OBJETO: INGREDIENTE ATIVO, ÁGUA, NITRITO DE SÓDIO, BICARBONATO DE SÓDIO, FRAGÂNCIA, REPELENTE. EMBALAGEM EM LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400ML. (APRESENTAR AMOSTRA)	COMERCIALIZADORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME NÃO APRESENTAÇÃO		
19	MULTI INSETICIDA AEROSOL: Descrição do objeto: Composição mínima, Transfluthrin 0,04% d-phenothrin 0,10% etanol. Emulsificantes solvente e propelentes. Informação adicional: Inseticida a base de água, mata moscas, pernilongos, muriçocas, carapanãs e o mosquito da dengue. Também eficaz no combate as baratas. Latas contendo no mínimo 300 ml. APRESENTAR AMOSTRA	COMERCIALIZADORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME NÃO APRESENTAÇÃO		
20	DESODORANTE SPRAY Descrição do objeto: Composição mínima: Propilenoglicol, farnesol, óleo de abacate, álcool etílico, água e fragrância. apresentar amostra			
21	ESCOVA DENTAL ADULTO: Descrição do objeto: Composição: resinas termoplásticas, âncora metálica, nylon e pigmentos. Embalagem individual. APRESENTAR AMOSTRA	AMANDA COMÉRCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA NÃO ENTREGUE		
22	CREME DENTAL ADULTO DESCRIÇÃO DO OBJETO: CREME DENTAL ADULTO COM FLUOR APROVADO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA. COMPOSIÇÃO: LAURIL SULFATO DE SÓDIO, SORBITOL, SILICA HIDRATADA, GANTREZ, SACARENA SÓDICA, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA, CORANTES AGUA, TRICLOSAN. FLUOR CARRAGENA HIDROXIDO DE SÓDIO. TUBO CONTENDO 90 GRAMAS (APRESENTAR AMOSTRA)	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP EM NÃO CONFORMIDADE COM O EDITAL NÃO CONFERE		AMOSTRA REPROVADA

23	LIMPADOR DE PISO: PRODUTO DE LIMPEZA PESADA PARA PISOS EM GERAL, PEDRA MINEIRA, ARDÓSIA, AZULEJOS, REMOÇÃO DE CAL, ARGAMASSA E CIMENTO. EMBALAGEM PLÁSTICA COM 01 LITRO. APRESENTAR AMOSTRA	COMERCIALIZADORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME NÃO APRESENTAÇÃO		
24	SACO DE LIXO 50 L - PRETO 1ª QUALIDADE, COMPOSIÇÃO PLÁSTICO RECICLADO POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE E MASTER PRETO 98% RESINA RECUPERADA E 2% EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE CONTENDO 10 UNIDADES (APRESENTAR AMOSTRA)	CELIA REGINA WAMBOMEL SANI - ME NÃO APRESENTAÇÃO		
25	LUVA CIRURGICA TAMANHO MEDIO, EM LATEX, NATURAL E ATOXICO AMBIDESTRA, COM AJUSTE ANATOMICO, LUBRIFICADA COM PO BIO-ABSORVIVEL NAO ALERGICO, ESPESSURA MEDIA DO FILME 0,19 MM E COMPRIMENTO DE 265 MM EMPUNHADEIRA JUSTA E BAINHA NO PUNHO A DATA DE FABRICAÇÃO E A DATA DE VALIDADE DEVERÃO VIR IMPRESSAS NA EMBALAGEM DO MATERIAL. CAIXA COM 100 UNIDADES	COMERCIALIZADORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME NÃO APRESENTAÇÃO		
26	ESPONJA DUPLA FACE: DESCRIÇÃO DO OBJETO: ESPUMA DE POLIURETANO, FIBRA SINTÉTICA COM MATERIAL ABRASIVO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 110 MMX70MMX20MM APRESENTAR AMOSTRA	COMERCIALIZADORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME NÃO APRESENTAÇÃO		

27	PRODUTO DE LIMPEZA MULTI USO EM FRASCO DE 500 ML. COMPOSIÇÃO MINIMA:ALQUIL BENZENO, ULFANATO DE SODIO, ALCOOL, ETOXILADO, COADJUVANTE, AE-QUESTRANTE E AGUA . EMBALAGEM PLASTICA. APRESENTAR AMOSTRA	CELIA REGINA WAM-BOM-MEL SANI - ME NÃO APRESENTAÇÃO		
28	LUVA DE BORRACHA PARA TRABALHOS DOMÉSTICOS, PACOTE COM UM PAR NA COR AMARELA. TAMANHOS P, M, G E GG	COMERCIALIZZA DISTRI-BUIDO-RA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME NÃO APRESENTAÇÃO		
29	LUSTRA MÓVEIS: EM FRASCO DE 200 ML COM FRAGANCIA AGRADAVEL, COMPOSIÇÃO QUIMICA MÍNIMA: CERA DE CARNAÚA, CERAS NATURAIS SILICONE, SOLVENTE E PERFUME (APRESENTAR AMOSTRA)	CELIA REGINA WAM-BOM-MEL SANI - ME NÃO APRESENTAÇÃO		
30	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA: COM AÇÃO BACTERIOSTÁTICA EM CAIXA COM 01 UNIDADE DE 25 G COM SUPORTE PLÁSTICO. (APRESENTAR AMOSTRA)	CELIA REGINA WAM-BOM-MEL SANI - ME NÃO APRESENTAÇÃO		
31	PENTE EM PLÁSTICO: RIGIDO PARA CABELO, DENTES LARGOS, TAMANHO 20 CM COM CABO (APRESENTAR AMOSTRA)	AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA NÃO ENTREGUE		

32	ABSORVENTE HIGIENICO PCT COM 10 UND TIPO NORMAL SEM ABAS, FORMATO TRADICIONAL, APRESENTAÇÃO EXTERNA, COMPRIMENTO 35 CM , LARGURA 10 CM	PUBLI-CITI DISTRI-BUIDO-RA DE LIVROS LTDA - EPP EM NÃO CONFORMIDADE COM O EDITAL	NÃO CONFERE	AMOSTRA REPROVADA
33	APARELHO DE BARBEIAR: DESCRIÇÃO DO OBJETO: COMPOSIÇÃO MINIMA:RESINAS TERMOPLÁSTICA, AÇO INOXIDÁVEL REVESTIDO COM PLATINA,CROMO,POLITETRAFLUORC ETILENO E ALUMINIO. PACOTE COM 02 UNIDADES.APRESENTAR AMOSTRA	AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA NÃO ENTREGUE		

Secretaria Municipal de Administração
Secretária: Benilde Perão

AVALIADAS POR PROFISSIONAL COMPETENTE NA ÁREA.

4.10 DAS AMOSTRAS

4.10.1 A PROPONENTE DECLARADA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AS AMOSTRAS DE TODOS OS ITENS. O PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR O MATERIAL EM 01 (UM) UNIDADE CONFORME SOLICITADO NA RELAÇÃO DE ITENS DO EDITAL (EX: 01 (UM) DETERGENTE LIQUIDO, 01 (UMA) ESPONJA PARA BANHO...).

4.10.2 AS AMOSTRAS DO PROPONENTE TERÃO QUE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS CONSTANTES DO EDITAL E ATENDER A 100% (CEM POR CENTO) DO ITEM COTADO, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

4.10.3 A Empresa licitante vencedora deverá apresentar as amostras (Conforme item 4.10.1) independente de intimação em até 03 (três) dias úteis após a data da finalização do Pregão.

4.10.3.1 As Amostras devem ser apresentadas na Secretaria de Administração e Logística, no Departamento de Compras e Licitações, localizado nas dependências da Prefeitura Municipal de Navegantes/SC.

4.10.4 A Empresa licitante que ficar em 2º (segundo) lugar poderá ser convocada a apresentar as amostras, em caso de penalização da vencedora e deverá atender a todas as exigências do presente edital.

4.10.5 A Empresa licitante vencedora que se recusar a apresentar/entregar as amostras no prazo estipulado no edital, poderão ser enquadradas na previsão do Art. 7º da lei 10520/02, caracterizando má fé, fraude ou mesmo intenção de prejudicar o ente publico na aquisição do objeto:

"Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento

da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais". (Art. 7º, lei 10520/02).

4.11 A SOLICITAÇÃO DAS AMOSTRAS VISA ASSEGURAR A QUALIDADE DOS MATERIAIS COTADOS E A PRONTA VERIFICAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DO ITEM COTADO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL, PERMANECENDO EM PODER DO MUNICÍPIO PARA CONFERÊNCIA COM OS PEDIDOS REALIZADOS.

OBS.: AS AMOSTRAS NÃO APROVADAS PODEM SER RETIRADAS NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PELOS RESPONSÁVEIS/REPRESENTANTES DAS EMPRESAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

DIANTE DO EXPOSTO, O PREGOEIRO CONVOCA AS EMPRESAS QUE PARTICIPARÃO DO PREGÃO ACIMA MENCIONADO DIA 25/06/2014 ÀS 08h30min PARA ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO, MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP INSCRITA NO CNPJ SOB Nº85.260.164/0001-00 A DEMAIS LICITANTES CLASSIFICADAS EM SEGUNDO LUGAR JÁ HABILITADAS DEVERÁ APRESENTAR AS EM ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS APÓS ESTA INTIMAÇÃO.

SÃO ELAS: ITEM 1; 2; 17; 23; 28; 29; 30: AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA, ITEM 3; 5; 11: COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, ITEM 4; 9; 16; 19; 24; 26; 27: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP, ITEM 6; 8; 10; 14; 18; 21; 22; 31: CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME E ITEM 12; 25; 32; 15 : JJ COMERCIO LTDA - ME.

OBS: AS AMOSTRAS NÃO APROVADAS PODEM SER RETIRADAS NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PELOS RESPONSÁVEIS/REPRESENTANTES DAS EMPRESAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

Pregoeiro(s) DOUGLAS LEMOS/ MARIA BENEDITA CORRÊA

Equipe de apoio - Josezite Dos Santos
Fernanda Hassmann Constâncio
Carla Claudino

Navegantes, 16 de junho 2014.

Portaria de Progressão Funcional por Tempo de Serviço-2205/2014

PORTARIA Nº. 2205 DE 21 DE MAIO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCIANA DE SOUZA, sob matrícula nº 4829/01 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "C", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com

seus efeitos a partir de 02 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
21 DE MAIO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 21 de maio de 2014.

Portaria de Exoneração - 2264-2340/2014

PORTARIA Nº. 2264 DE 23 DE MAIO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR o Sr. DILAN ANACLETO LUCREZIA matrícula Nº632626/01 do cargo de Monitor de Educação Especial de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 02 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MAIO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de maio de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de maio de 2014.

PORTARIA Nº. 2265 DE 23 DE MAIO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. JULIANA KOVACS LACERDA matrícula Nº632641/02 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de

Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 02 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MAIO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de maio de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de maio de 2014.

PORTARIA Nº. 2266 DE 23 DE MAIO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. MARAISA GABRIELA DE ANDRADE LEÃO matrícula Nº62876/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 02 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MAIO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de maio de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de maio de 2014.

PORTARIA Nº. 2279 DE 02 DE JUNHO DE 2014

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. AMANDA BORBA COUTO matrícula Nº62610/02 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo

seu efeito a partir de 08 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2280 DE 02 DE JUNHO DE 2014

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. SUZELE BENTA DO NASCIMENTO matrícula Nº53470/10 do cargo de Professora de Ensino Fundamental de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 02 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2281 DE 02 DE JUNHO DE 2014

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. SUZELE BENTA DO NASCIMENTO matrícula Nº53470/11 do cargo de Professora de Ensino Fundamental de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 02 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2283 DE 02 DE JUNHO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. DANIARA RENATA ALVES matrícula Nº3612/10 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 02 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2284 DE 02 DE JUNHO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. MARIA TEREZA FELICIANO BALAK matrícula Nº2699/02 do cargo de Agente de Serviços Gerais de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 02 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2287 DE 02 DE JUNHO DE 2014.
"EXONERA PARA FINS DE APOSENTADORIA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

RESOLVE:

I - Exonerar, para fins de aposentadoria voluntária, a Srª. LIDIA MARIA MONTEIRO DOS SANTOS, matrícula nº. 1864/02, do cargo de Professora de Ensino Fundamental, MAG II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme processo Administrativo nº 2014.04.00103, exercendo suas funções junto a Secretaria de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 05 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de junho de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2288 DE 02 DE JUNHO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. GRAZIELI CARLOS DE MARIA matrícula Nº3763/05 do cargo de Monitora de Educação Infantil de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 03 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2311 DE 03 DE JUNHO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. JANAINA FORLIM DE SOUZA matrícula Nº3842/15 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 05 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JUNHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2312 DE 03 DE JUNHO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. CAROLINA RAMOS ACCETTA matrícula Nº4975/14 do cargo de Professora de Ensino Fundamental de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 02 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JUNHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2317 DE 05 DE JUNHO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. CASSANDRA DA SILVA CAMPOS matrícula Nº3414/12 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 05 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JUNHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2323 DE 05 DE JUNHO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. LUCIANA MABA DA SILVA matrícula Nº1172/12 do cargo de Monitora de Educação Especial de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 09 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JUNHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2340 DE 11 DE JUNHO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ANDREA RAMOS matrícula Nº15161/08 do cargo de Monitora de Educação Especial de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 11 de junho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2014.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 31/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS DE USO PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE REFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 03/07/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 03/07/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 18 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Portaria de Progressão Funcional Horizontal-2180/2014

PORTARIA Nº. 2180 DE 20 DE MAIO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR DESEMPENHO "

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº. 072 de 08 de janeiro de 2010, Cap. III, Seção II - Art. 20 e 21.

RESOLVE:

I - Promover MARIA FATIMA DA SILVA RIBEIRO, sob código 2366/14, no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por DESEMPENHO, de forma horizontal no cargo de Professor nível MAG .02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais para posicionar-se na REFERÊNCIA DE CLASSE "02", pelo período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado nos artigos 20 e 21 da Lei Complementar 072 de 08 de janeiro de 2010 Dispõe sobre o Plano de Carreira e as Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 03 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
20 DE MAIO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2014.

Portaria de Retorno de Licença Para Tratar de Assuntos Particulares-2229-2324/2014

PORTARIA Nº 2229 DE 21 DE MAIO DE 2014.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 1812/2013 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Srª. JUSSARA MACHADO GARCIA, que exerce função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 26 de maio de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 26 de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,
21 DE MAIO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 21 de maio de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2014

PORTARIA Nº 2324 DE 05 DE JUNHO DE 2014.
"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 934/2013 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sr^a. FRANCIELLI DE LIMA, que exerce função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 10 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 10 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,
05 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de junho de 2014

Ata de Reunião do Conselho Desenave, Realizada Em 10/06/2014

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DESENAVE, REALIZADA EM 10/06/2014.

Ata de reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico, realizada aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze. Foi aberta a reunião e em primeira chamada verificado o quórum mínimo para instalação, funcionamento e deliberações dos trabalhos do Conselho, conforme consta em lista de

presença. O Presidente cumprimentou a todos, passando a palavra ao Sr. Márcio Mendonça, que procedeu a apresentação da empresa NEWLANDS ENGENHARIA LTDA ME. O Sr. Márcio iniciou falando que a empresa tem sua matriz na cidade de Florianópolis/SC, atuando no mercado imobiliário há vinte e um anos; em virtude da ampliação do Porto de Navegantes/SC, o empreendimento será instalado neste município, na BR- 470, no KM 03, Bairro São Domingos e será composto por quatorze galpões geminados, destinados à locação. O Sr. Márcio mencionou que existem outros projetos em negociação e que a intenção da empresa é continuar o investimento na região. O Sr. Márcio informou que os galpões serão construídos em parceria com outros investidores, portanto alguns galpões serão de propriedade da Newlands Engenharia e os outros serão vendidos aos investidores, porém todos serão destinados à locação. Após, o Sr. Márcio discorreu sobre: o plano de trabalho, sendo que a principal atividade da empresa é a incorporação de empreendimentos imobiliários; sobre o estudo de mercado com a crescente demanda da região por áreas destinadas à armazenagem; sobre a engenharia, o tamanho e localização do projeto; sobre a previsão da geração de empregos; sobre o orçamento da receita e despesa; e, sobre o cronograma de implantação. O Sr. Márcio confirmou que a previsão é de que as obras sejam concluídas até o mês de outubro deste ano. O Sr. Márcio esclareceu que foi feito um projeto junto à FUMAN, para preservação de área verde localizada em frente ao empreendimento. Concluindo, o Sr. Márcio informou que sua empresa está em negociação para que a FEDEX e mais quatro empresas chinesas se instalem em Navegantes/SC. Após, o Presidente dispensou o representante da empresa e convidou os Conselheiros para o início da votação dos incentivos econômicos e benefícios fiscais que serão concedidos à empresa: os incentivos econômicos dispostos no artigo 7º, da Lei 124/2011 ficarão condicionados à disponibilidade do poder público no momento em que forem requeridos. Quanto aos benefícios fiscais, foi deliberado da seguinte forma: isenção de cinquenta por cento do ITBI, no recolhimento de guia complementar, conforme Processo Administrativo nº. 943/2014; isenção de cinquenta por cento do IPTU, pelo prazo de três anos; e, isenção de cinquenta por cento da taxa de licença para localização e verificação de funcionamento regular de estabelecimento, pelo prazo de três anos. Assim, finalizando a reunião o Presidente agradeceu a presença de todos. Eu, Carla E. Pires Rocha, lavrei a presente Ata que deverá ser enviada a todos os membros por e-mail, aprovada e assinada pelo Presidente. Estiveram presentes na reunião: Sr. Antonio Carlos Romão Carmona, Sr. Sidnei Milani, Sr. Charles Alberto Passos, Sr. Carlos Sérgio de Souza, Sr. Giann Thiago Moro, Sr. Rinaldo Luiz de Araújo, Sr. João Luiz Rescaroli, Sr. José Antonio Marques Correa, Sr. Carlos Alberto Vicente, Sr. Irineu Zimmermann, Sr. Ivo Carlos Hoemke, Sr. Hercules Kolher, Sr. Mauricio Manica Marin, Sr. Fábio João Jovita e Sr. Márcio Mendonça.

Carla E. Pires Rocha
1ª Secretária

Antonio Carlos Carmona
Presidente

DESENAVE - RESOLUÇÃO Nº. 04/2014

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE NAVEGANTES

RESOLUÇÃO Nº 04/2014

O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Navegantes - DESENAVE - reunido em 10/06/2014, de acordo com o art. 8º da Lei Complementar nº 124 de 02 de dezembro de 2011, resolve conceder à empresa NEWLANDS ENGENHARIA LTDA-ME., inscrita no CNPJ sob o número 01.820.804/0002-80:

Art. 1º Isenção de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, no recolhimento de guia complementar, conforme Processo Administrativo nº. 943/2014, na aquisição do imóvel destinado a implantação do empreendimento econômico.

Art. 2º Isenção de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, a partir do próximo ano de exercício, pelo período de três anos.

Art. 3º Isenção de 50% (cinquenta por cento) da taxa de licença para localização e verificação de funcionamento regular de estabelecimento, pelo período de três anos, a contar do início das atividades.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,
20 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

Antonio Carlos R. Carmona
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Receita

Ata II - Concorrência Nº 113/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes

Ata Abertura Habilitação - Concorrência nº 113/2014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS SERRANA, SANECOM, COM OS MESMOS CREDENCIADOS INICIALMENTE, E AS EMPRESAS SIM (NOVO CREDENCIADO- SR SERGIO LUCIANO KUEHL) E EMPRESA CONASA (NOVO CREDENCIADO SR- LUIZ MÁRIO MACHADO) ; ESTAVAM AUSENTES AS EMPRESAS RBI E SANECOM; APÓS AS CONSIDERAÇÕES INICIAIS FOI ABERTO O ENVELOPE QUE ESTAVA LACRADO COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DISPONIBILIZADO AOS PRESENTES PARA VERIFICAÇÃO.

APÓS A VERIFICAÇÃO O PRESIDENTE DA COMISSÃO DEU A PALAVRA AOS LICITANTES PARA APONTAR SE TINHAM VERIFICADO ALGUMA IRREGULARIDADE, CONFORME SEGUIE foram apontadas as seguintes irregularidades contra as empresas::

CONASA - referente a capacidade financeira os valores apresentados não são iguais, no objeto do contrato social não consta eletromecânica, não consta no acervo os serviços corte e religação, ligação de água, deslocamento de cavalete e ramal predial, instalação de hidrante aferição e eletromecânica,-

SANECOM - o objeto social no contrato social não consta eletromecânica assim como certidão pessoa jurídica, Sintegra está como baixa deferida, não foi apresentado balanço patrimonial mas sim um balancete, o índice de liquidez há erro de valores, acervo não consta serviços corte e religação, ligação de água, deslocamento de cavalete e ramal predial, instalação de hidrante aferição e eletromecânica, interligação de água e serviço de geofonamento, na certidão de pessoa jurídica o capital social esta divergente do apresentado no capital social e na própria certidão diz que se tiver alguma alteração deverá ser informada ou perderá validade..

SIM - não tem no contrato social eletromecânica, atestado pessoa jurídica não eletromecânica, não aparece o engenheiro vinculado (o que esta na pessoa jurídica não é o mesmo que está no cat), não tem acervo de aferição, interligação e eletromecânica., apresentou alvará de localização ao invés de comprovante de inscrição estadual/ municipal. O contrato de prestação de serviços com engenheiro é valido até 5/12/14 e a obra é estimada por 12 meses a partir da assinatura..

RBI - o objeto do contrato social é incompatível com o da licitação,

não possui no objeto eletromecânica, nem operação, manutenção assim como na certidão de pessoa jurídica, o acervo apresentado é em nome de consorcio, não diz qual atividade que a mesma executa no consorcio, a cat está em cnpj distinto, o engenheiro da pessoa jurídica não apresentou atestado de capacidade técnica. SANECOM - no atestado de capacidade não consta serviço de manutenção e operação de rede de distribuição de água e recuperação de vias. Apresentado a certidão simplificada dizendo que é ME (maio) mas o balanço não corresponde ao de uma micro empresa.

FINALIZADO OS APONTAMENTOS DOS LICITANTES, AO CONSTATAR QUE NÃO HAVIA TEMPO HÁBIL PARA DIVULGAÇÃO DE QUAIS EMPRESAS FORAM HABILITADAS ASSIM COMO O APONTAMENTO DA COMISSÃO, O PRESIDENTE DA COMISSÃO INFORMOU AOS LICITANTES QUE O RESULTADO DA HABILITAÇÃO / INABILITAÇÃO DOS MESMOS SERÁ PUBLICADO NO SITE DA PREFEITURA WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR LINK FORNECEDOR E TAMBÉM NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO ATÉ O DIA 25/06/2014 SENDO QUE O PRAZO RECURSAL CONTARÁ APARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOM.

MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO.

Douglas Lemos - Presidente
e comissão.
Navegantes 20 de junho de 2014

HOMOLOGAÇÃO - TP 091-097/2014.

/Homologação TP 091/2014.

Processo: Tomada de Preço Nº 91/2014

Data: 18/06/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Objeto: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DA RUA FRANCISCO SCHMIDT, LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Contratado: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA.

Valor: R\$ 744.374,46 (setecentos e quarenta e quatro mil trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Navegantes, 18 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Homologação TP Nº 092/2014

Processo: Tomada de Preço: 092/2014.

Data:18/06/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Objeto: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DAS RUAS: PARAGUAI LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ, RUA OSMUNDO DUTRA, RUA MARIA CARLOTA VIEIRA, RUA JOSÉ WANDER PINHEIRO, RUA COMENDADOR PEDRO F. DOS SANTOS E RUA ORLANDINO FORMIGAL, LOCALIZADAS NO BAIRRO MEIA PRAIA, ATRAVÉS DE CONVENIO COM O FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM.

Empresa: SONA CONSTRUTORA LTDA - ME

Valor: R\$ 862.821,41 (oitocentos e sessenta e dois mil oitocentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos)

Navegantes, 18 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Homologação TP Nº 093/2014
Processo: Tomada de Preço: 093/2014.
Data: 18/06/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DAS RUAS: ERACI SANTOS COUTO, RUA JOSÉ ELPÍDIO LOBO, RUA ALICE HOSTINS, RUA LEOCÁDIO FERREIRA BARBOSA E RUA FELIX GEOVANELA, LOCALIZADAS NO BAIRRO CENTRO E RUA HORÁCIO JÚLIO DA SILVA - MARGINAL AEROPORTO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DE CONVENIO COM O FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM.

Empresa: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP

Valor: R\$ 445.197,43 (quatrocentos e quarenta e cinco mil cento e noventa e sete reais e quarenta e três centavos).

Navegantes, 18 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Homologação TP Nº 094/2014
Processo: Tomada de Preço: 094/2014.
Data: 18/06/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL DA RUA PREFEITO MANOEL EVALDO MULLER, LOCALIZADA NO BAIRRO VOLTA GRANDE NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa: BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA.

Valor: R\$ 379.153,10 (trezentos e setenta e nove mil cento e cinquenta e três reais e dez centavos).

Navegantes, 18 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Homologação TP Nº 095/2014
Processo: Tomada de Preço: 095/2014.
Data: 18/06/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Objeto: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM PAVER COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A RUA ANTONIO HENGEL LOCALIZADA NO BAIRRO HUGO DE ALMEIDA, E COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO PARA A RUA OLINDIO RODOLFO DE SOUZA, LOCALIZADA NO BAIRRO ESCALVADOS E DA RUA INACIO A. VIEIRA, LOCALIZADA NO BAIRRO PORTO ESCALVADOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DO CONVÊNIO COM O FUNDO DE APOIO DOS MUNICÍPIOS - FUNDAM.

Empresa: C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Valor: R\$ 498.182,50 (quatrocentos e noventa e oito mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

Navegantes, 18 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Homologação TP Nº 096/2014
Processo: Tomada de Preço: 096/2014.
Data: 18/06/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Objeto: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DAS RUAS: SERVIDÃO SILVESTRA DA SILVA FERREIRA, RUA MARIA COSTA FERREIRA LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO PEDRO, RUA MARIA GAYA E BECO ORMILDA GAYA DA SILVA, LOCALIZADOS NO BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa: C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Valor: R\$ 210.738,65 (duzentos e dez mil setecentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

Navegantes, 18 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Homologação TP Nº 097/2014
Processo: Tomada de Preço: 097/2014.
Data: 18/06/2014

Objeto: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DO BECO ETELVINA FIÃO PIVATTO E DO BECO CRISPIM, LOCALIZADOS NO BAIRRO VOLTA GRANDE E DA RUA VER. LUIZ COSTA, RUA VER. JOSÉ JOÃO DA SILVA, DA RUA VER. JOSÉ INACIO DA SILVA E DA RUA VENCESLAU TEODORO DA SILVA, LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO DAUER, BAIRRO MACHADOS, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa: BELGA CONSTRUÇÕES & INCORORAÇÕES LTDA.

Valor: R\$ 332.000,00 (trezentos e trinta e dois mil reais)

Navegantes, 18 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Extratos Contratuais PMN Nº 170-176/2014.

Extrato Contratual PMN 170/2014.

Contrato Nº.: 170/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA.

Vigência : Início: 20/06/2014 Término: 17/11/2014.

Valor....: R\$ R\$ 744.374,46 (setecentos e quarenta e quatro mil trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Licitação : Tomada de Preços nº 091/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.490.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica (com fornecimento de materiais) da Rua Francisco Schimidt, localizada no Bairro Gravatá, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 091/2014 - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Navegantes, 20 de junho de 2014.

Extrato Contratual PMN 171/2014.

Contrato Nº.: 171/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: Sona Construtora Ltda.

Vigência : Início: 20/06/2014 Término: 18/10/2014.

Valor....: R\$ 862.821,41 (oitocentos e sessenta e dois mil oitocentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos).

Licitação : Tomada de Preços nº 092/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.490.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de concreto (com fornecimento de materiais) das Ruas Paraguai - Bairro Gravatá, Rua Osmundo Dutra, Rua Maria Carlota Vieira, Rua José Wander Pinheiro, Rua Comendador Pedro F. dos Santos e Rua Orlandino Formigal - Bairro Meia Praia - Conforme Tomada de Preço nº 092/2014 - Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Navegantes, 20 de junho de 2014.

Extrato Contratual PMN 172/2014.

Contrato Nº.: 172/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Artefatos de Cimentos Santa Terezinha Ltda.

Vigência : Início: 20/06/2014 Término: 18/10/2014.

Valor....: R\$ 445.197,43 (quatrocentos e quarenta e cinco mil cento e noventa e sete reais e quarenta e três centavos).

Licitação : Tomada de Preços nº 093/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de concreto (com fornecimento de materiais) da Rua Eraci Santos Couto, Rua José Elpidio Lobo, Rua Alice Hostins, Rua Leocádio Ferreira Barbosa e Rua Félix Geovanela - Centro e Rua Horácio Júlio da Silva - Marginal Aeroporto, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 093/2014 - Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Navegantes, 20 de junho de 2014.

Extrato Contratual PMN 173/2014.

Contrato Nº.: 173/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Baltt Empreiteira, Transportes e Terraplanagem Ltda.

Vigência : Início: 20/06/2014 Término: 17/12/2014.

Valor....: R\$ 379.153,10* (trezentos e setenta e nove mil cento e cinquenta e três reais e dez centavos).

Licitação : Tomada de Preços nº 094/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica (com fornecimento de materiais) da Rua Prefeito Manoel Evaldo Muller, localizada no Bairro Volta Grande, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 094/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Navegantes, 20 de junho de 2014.

Extrato Contratual PMN 174/2014.

Contrato Nº.: 174/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CR Artefatos de Cimento Ltda.

Vigência : Início: 20/06/2014 Término: 17/11/2014.

Valor....: R\$ 498.182,50 (quatrocentos e noventa e oito mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

Licitação : Tomada de Preços nº 095/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Drenagem Pluvial e Pavimentação com Paver (com fornecimento de materiais) da Rua Antônio Hengel - Bairro Hugo de Almeida, e com Lajotas Sextavadas de Concreto para a Rua Olindio Rodolfo de Souza - Bairro Escalvados e Rua Inácio A.Vieira - Bairro Porto Escalvados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 095/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Navegantes, 20 de junho de 2014.

Extrato Contratual PMN 175/2014.

Contrato Nº.: 175/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CR Artefatos de Cimento Ltda.

Vigência : Início: 20/06/2014 Término: 18/09/2014.

Valor....: R\$ R\$ 210.738,65 (duzentos e dez mil setecentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

Licitação : Tomada de Preços nº 96/2014

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto (com fornecimento de materiais) da Servidão Silvestra da Silva Ferreira, Rua Maria Costa Ferreira - Bairro São Pedro, Rua Maria Gaya e Beco Ormilda Gaya da Silva - Centro, conforme Tomada de Preço nº 096/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Navegantes, 20 de junho de 2014.

Extrato Contratual PMN176/2014.

Contrato Nº.: 176/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Belga Construções & Incorporações Ltda.

Vigência : Início: 20/06/2014 Término: 18/09/2014.

Valor....: R\$ R\$ 332.000,00 (trezentos e trinta e dois mil reais).

Licitação : Tomada de Preços nº 097/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto (com fornecimento de materiais) do Beco Etelvina Fião Pivatto e Beco Crispim - Bairro Volta Grande e Rua Vereador Luiz Costa, Rua Vereador José João da Silva, Vereador José Inácio da Silva e Rua Venceslau Teodoro da Silva - Loteamento Dauer, Bairro Machados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 097/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Navegantes, 20 de junho de 2014.

NAVEGANTESPREV

Aviso de Licitação N.º 001/2014 Navegantesprev

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014 NAVEGANTESPREV

REPUBLICADO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório de OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO ZERO KM, TIPO SW OU SUV, PARA USO DO NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: 07/07/2014 até às 14:50 hs. Abertura envelopes: 07/07/2014 às 15:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Av. Conselheiro João Gaya, nº 295, Centro em Navegantes/SC ou no site: www.navegantesprev.sc.gov.br.

Navegantes, 18 de junho de 2014.

JAN ULLRICH

DIRETOR PRESIDENTE

Nova Trento

PREFEITURA

Resultado de Habilitação - Concorrência Pública Nº 001/2014

Resultado do Julgamento da Habilitação - Processo Licitatório nº 047/2014 - Concorrência 001/2014 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é o registro de preços de material de enfermagem para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade, constantes da listagem do ANEXO I, parte integrante deste Edital, contendo a discriminação dos materiais e seus quantitativos estimados, locais, horário e condições de entregas e recebimentos, bem como as demais normas de transporte e sanitária, quando exigida. Houve a participação das seguintes empresas licitantes: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES (CNPJ 03.505.263/0001-40), FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. (CNPJ 07.164.711/0001-40), OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. (CNPJ 03.033.589/0001-12), PLASMEDIC COM. DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA. (CNPJ 09.200.303/0001-22), ISAMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. ME (CNPJ 05.948.061/0001-07) E DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME (CNPJ 15.025.636/0001-65).

Da análise da documentação restaram habilitadas para a sequência do certame todas as empresas licitantes. Finalizando a reunião, decidiu a comissão marcar para o dia 27/06/2014 as 09:30 horas a fase de abertura das propostas.

Nova Trento (SC), 17 de junho de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Resultado Final E Homologação - PP 028/2014

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2014
HOMOLOGAÇÃO: 26/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto Aquisição de brinquedos pedagógicos e de entretenimento para educação infantil do município de Nova Trento, referente ao programa do Governo Federal denominado BRASIL CARINHOSO, conforme Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:
EMPRESA VENCEDORA:

PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA-EPP. (CNPJ Nº 01.098.455/0001-54) - Valor Total: R\$ 15.900,00 (Quinze mil e novecentos reais).

Nova Trento/SC, 26 de maio de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Resultado E Homologação - Pregão Presencial Nº 036/2014

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2014
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/
FUNDO SAÚDE

OBJETO: O objeto deste Pregão é a Contratação de empresa especializada para consultoria na área educacional e administrativa, com intuito de auxiliar na elaboração da reforma estatutária do magistério e estatuto dos servidores, além de elaboração/atualização do Regimento Escolar.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

HUMANITY - CENTRO DE NEGÓCIOS, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA. EPP. (CNPJ Nº 10.640.600/0001-78) - Valor Total R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Nova Trento/SC, 16 de junho de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Portaria 05/2014

PORTARIA Nº. 05, de 11 de junho de 2014.

NOMEIA COMISSÃO PARA PROCEDER AO INVENTÁRIO, AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE NOVO HORIZONTE, SANTA CATARINA.

JOSÉ IVANIR DALANORA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do artigo 19, incisos II e III, cumulado com o artigo 18, inciso I, alínea d),

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, os senhores (as), LOURDES DE MACÊDO e JORGE ALEXANDRE CRISTANI, para, sob a presidência do primeiro e, na sua ausência, do segundo, constituírem a COMISSÃO ESPECIAL com a finalidade de identificar, conferir, numerar, avaliar, reavaliar os bens patrimoniais da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Santa Catarina.

Art. 2º - Todos os atos da Comissão serão formalizados em atas, laudo de avaliação patrimonial e ao término dos trabalhos o Inventário Patrimonial da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Santa Catarina.

Art. 3º - Aos trabalhos tratados nesta Portaria e desenvolvidos pela Comissão ora nomeada, não lhe será atribuída qualquer remuneração, por se tratar de relevantes serviços públicos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 11/06/2014.

JOSÉ IVANIR DALLANORA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Extrato Termo Aditivo Nº 001 ao Ca Nº 007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO ADITIVO

Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 007/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA-ME

Vigência : Início20/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Pregão Presencial Nº.: 020/2013

Valor do Aditivo: R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento dos quantitativos dos serviços relacionados nos itens 10, 11, 12 e 16 do contrato.

Recurso Orçamentário: 40.01-034-12.361.0005-2.010-3.3.90.00-110- Manutenção Ensino Fundamental-FUNDEB; 50.01-092-26.782.0014-2.023-3.3.90.00-109 - Manutenção do Depto de Transportes; 50.02-117-20.606.0015-2.028-3.3.90.00-109 - Manutenção Depto de Agricultura e Meio Ambiente

Fundamentação: art. 65, I, "b", § 1º da Lei 8.666/93.

Novo Horizonte, 20 de Junho de 2014

Orleans

PREFEITURA

Pregão 83/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL 83/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA E UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA. Recebimento das Propostas: até o dia 03/07/2014 às 13:45m.

Abertura das Propostas: dia 03/07/2014, as 14h:00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 18 de Junho de 2014.

Ouro Verde

PREFEITURA

Errata Edital 0053

ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL N. 53/2014

Comunicamos a quem interessar possa que o MUNICÍPIO DE OURO VERDE, Estado de Santa Catarina, abriu Licitação Pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 1518/2006, e subsidiariamente a Lei Federal n. 8666/93, de 21 de junho de 1993, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n. 53/2014, Tipo Menor Preço/Por Item, OBJETIVANDO A Aquisição de materiais para reforma da cobertura sobre a mangueira do parque de exposições de animais e para diversas melhorias no parque (pisos, pintura, cobertura) do parque municipal mansueto guilherme faccio, a onde se Lê: "e estará recebendo os Envelopes contendo às propostas de preços e os Envelopes para Habilitação até as 09h00 do dia 27 de Junho de 2014. Credenciamento, sessão de lances e habilitação: às 09h05m", passa a ser: "...e estará recebendo os Envelopes contendo às propostas de preços e os Envelopes para Habilitação até as 08h10m. Credenciamento, sessão de lances e habilitação: às 08h20m do dia 27 de Junho de 2014...", na sala de reuniões da Comissão Municipal de Licitações, junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE/SC, sito a Rua João Maria Conrado, n. 425, Centro. A integra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados na Prefeitura Municipal de Ouro Verde/SC, sito a Rua João Maria Conrado, n. 425, Centro, fone (0**49) 3447-0007, na Secretaria Municipal de Administração, no horário das 07h45 às 11h45 e das 13h15 às 17h15 de segunda a sexta-feira.

Ouro Verde/SC, 18 de Junho de 2014.
ROSANE MINETO SELIG
Prefeita Municipal

Errat Edital 0049

ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL
N. 49/2014

Comunicamos a quem interessar possa que o MUNICÍPIO DE OURO VERDE, Estado de Santa Catarina, abriu Licitação Pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 1518/2006, e subsidiariamente a Lei Federal n. 8666/93, de 21 de junho de 1993, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n. 0049/2014, Tipo Menor Preço/Por Item, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE ÓELO DÍSEL BS500 COMUM E LOCAÇÃO POR HORA TRABALHADA DE MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA TRECHOS/SERRA SÃO JOSÉ E RODOVIA 155 EXTENSÃO 5.500M, a onde se Lê: "OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE ÓELO DÍSEL BS500 COMUM E LOCAÇÃO POR HORA TRABALHADA DE MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA TRECHOS/SERRA SÃO JOSÉ E RODOVIA 155 EXTENSÃO 5.500M, passa a ser: "...OBJETIVANDO A LOCAÇÃO POR HORA TRABALHADA DE MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA TRECHOS/SERRA SÃO JOSÉ E RODOVIA 155 EXTENSÃO 5.500M...", na sala de reuniões da Comissão Municipal de Licitações, junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE/SC, sito a Rua João Maria Conrado, n. 425, Centro, demais informações constantes no edital que não colidirem com a presente retificação permanecem em pleno vigor. A integra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados na Prefeitura Municipal de Ouro Verde/SC, sito

a Rua João Maria Conrado, n. 425, Centro, fone (0**49) 3447-0007, na Secretaria Municipal de Administração, no horário das 08h00 às 11h45 e das 13h00 às 17h00 de segunda a sexta-feira.

Ouro Verde/SC, 18 de Junho de 2014.

ROSANE MINETO SELIG

Prefeita Municipal

Extrato Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO I DE PRAZO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº1355/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE

CONTRATADA: COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC

Objeto: Para fins de dar suporte à execução das ações de defesa sanitária animal no âmbito do município de Ouro Verde/SC. Amparo Legal pela Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Ouro Verde (SC), 18 de junho de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

Paial

PREFEITURA

Republicação Pregão Presencial 018/2014

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

REPUBLICAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 018/2014

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, abrangendo as categorias de Auxiliar de Serviços Gerais, a serem executados nas dependências das instalações da Prefeitura Municipal de Paial conforme especificado no anexo "E" - Termo de Referência deste edital.

Tipo: Menor Preço por global

Recebimento das propostas: até as 08:45 hs do dia 03/07/2014

Abertura: 03/07/2014 as 09:00hs

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 18 de junho de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Resultado Pregão Presencial 124/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PRE-
GÃO PRESENCIAL Nº. 124/2014

A Pregoeira, torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 124/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na contratação de empresa para o fornecimento de Aberturas, (portas e janelas), devidamente instaladas, incluindo o material e mão de obra, no Sistema Registro de Preços, para atender as necessidades das diversas Unidades de Ensino do Município de Palhoça, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I e Anexo II partes integrantes deste Edital convocatório.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME, CNPJ Nº 18.414.304/0001-60, venceu os itens 01, 02, 03, 04, 05, do lote nº 01, totalizando a importância de R\$ R\$ 21.034,10 (vinte e um mil, trinta e quatro reais e dez centavos).

Palhoça, 18 de junho de 2014.
SHIRLEY REGINA DE FARIAS
Pregoeira - Portaria 1420/2014

Decreto Nº 1.661, de 04 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 1.661, DE 04 DE JUNHO DE 2014.
REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS. Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 1.320/2001, Lei Complementar nº 096/2010 e Lei Complementar nº 159/2014 e demais disposições aplicáveis, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Ficam redistribuídos, conforme art. 91 da Lei Complementar nº 096/2010, 07 (sete) cargos da Administração Direta do Município para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA.

Art. 2º Os cargos redistribuídos passarão a fazer parte do quadro de cargos do IPPA, devendo a Autarquia Municipal assumir todas as despesas e encargos relativos aos cargos.

Art. 3º Os cargos com os respectivos servidores que serão redistribuídos encontram-se no anexo único, parte integrante deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CARGO	SERVIDOR OCUPANTE CARGO	LOTAÇÃO ANTERIOR CARGO	LOTAÇÃO ATUAL CARGO
Assistente Administrativo	Andrea Mara Harger Luckmann Pléticos	Sec. Adm.	IPPA
Assistente Administrativo	Maria Terezinha Broering Fernandes	Sec. Adm.	IPPA
Assistente Administrativo	Alberto Prim	Sec. Adm.	IPPA
Assistente Administrativo	Verlanis Burato	Sec. Adm.	IPPA
Auxiliar de Serviços Gerais	Enedir Neide Valente Martins	Sec. Adm.	IPPA
Auxiliar de Serviços Gerais	Maria da Conceição Cruz	Sec. Adm.	IPPA
Assistente Administrativo	Eduardo Luiz Broering	Sec. Saúde	IPPA

DECRETO Nº 1.668, DE 10 DE ABRIL DE 2014.

DECRETO Nº 1.668, DE 17 DE JUNHO DE 2014.
ORÇAMENTO. DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 1.664, DE 11 DE JUNHO DE 2014, QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2014, NA ORDEM DE R\$ 13.645.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Sant., de 26 de dezembro de 2013, resolve

D E C R E T A R:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto nº. 1.664, de 11 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias abaixo:

Órgão	06.00	Secretaria Municipal de Habitação
UNIDADE	06.01	Secretaria Municipal de Habitação
Proj./Ativ.	1.151	PAC – Programa de Aceleração de Crescimento
17	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -500.000,00
Proj./Ativ.	2.087	Construção de Unidades Habitacionais
25	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -300.000,00
Órgão	07.00	Procuradoria Geral do Município
Unidade	07.01	Procuradoria Geral do Município
Proj./Ativ.	2.167	Precatórios
36	3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -2.500.000,00

Proj./Ativ.	1.152	Aquisição e Desapropriação de Terrenos
28	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -400.000,00
	14.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
	14.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
Proj./Ativ.	1.116	Construção da Ponte da Guarda do Cubatão
192	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -300.000,00
Proj./Ativ.	1.148	Construção da Sede da Prefeitura de Palhoça
196	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -50.000,00
Proj./Ativ.	1.178	Construção de Rodoviária
203	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -500.000,00
Proj./Ativ.	7.135	Pavimentação com Lajotas da R. Catarina Claudina Espindola
220	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -180.000,00
Proj./Ativ.	7.136	Pavimentação com Lajotas da R. Catarina Claudina Espindola
221	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -85.000,00
Proj./Ativ.	7.137	Pavimentação com Lajotas e rede pluvial da Serv. Weingartner
222	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -80.000,00
Proj./Ativ.	7.138	Pavimentação com Lajotas e rede pluvial da R. Nicolina Maria Farias
223	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -115.000,00
	SOMA REC. PROP.	5.010.000,00
Proj./Ativ.	7.143	Pavimentação e reparos na R. Paulo Bepler
227	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -200.000,00
Proj./Ativ.	7.144	Pavimentação da Rua Maria Veronica da Luz
228	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -70.000,00
Proj./Ativ.	7.145	Pavimentação da Rua Alvaro Conceição Moreira
229	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -90.000,00
Proj./Ativ.	7.146	Melhorias das Ruas do bairro Eldorado
225	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -230.000,00
Proj./Ativ.	4.147	Pavimentação da Rua José Jorge da Silva
231	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -70.000,00
Proj./Ativ.	7.148	Pavimentação da Rua Agenor Eugênio da Silva
232	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -100.000,00
Proj./Ativ.	7.149	Drenagem de vala perpendicular a Rua Francisco J. de Lucas
233	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -90.000,00
Proj./Ativ.	7.150	Pavimentação da Rua 25 de Dezembro

234	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -200.000,00
Proj./Ativ.	7.151	Pavimentação da Avenida Manoel Cantalício Vidal
235	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -300.000,00
Proj./Ativ.	7.152	Praça Lot. Jardim das Palmeiras
236	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -150.000,00
Proj./Ativ.	7.159	Construção de um pontilhão sobre o Rio dos Pombos
237	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -50.000,00
Proj./Ativ.	7.160	Implant. de calçadas padrão nas ruas Nossa Sra Aparecida e Cruz e Souza
238	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -200.000,00
Proj./Ativ.	7.161	Pavimentação da rua Juvencio Pires
239	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -80.000,00
Proj./Ativ.	7.163	Pavimentação da Rua Aldo Estacino Patrício
240	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -300.000,00
Proj./Ativ.	7.169	Pavimentação e Tubulação da Rua Olibio Silveira
241	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -160.000,00
Proj./Ativ.	7.142	Pavimentação da Rua Odete Truppel dos Santos
226	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -242.000,00
Proj./Ativ.	7.171	Pavimentação da Rua Jovino Correa da Silva
243	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -100.000,00
Proj./Ativ.	7.172	Pavimentação da Rua Maria José da Conceição
244	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -120.000,00
Proj./Ativ.	7.183	Pavimentação Candido da Rosa
255	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -124.000,00
Proj./Ativ.	7.178	Pavimentação da Rua Candido Isidoro da Silva
250	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -143.000,00
Proj./Ativ.	7.173	Pavimentação da Rua Edna Floriano Andrade
245	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -50.000,00
Proj./Ativ.	7.174	Pavimentação da Rua José Candido da Silva
246	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -150.000,00
Órgão	28.00	Secretaria de Seg. Pública e Def. Cidadão
Unidade	28.01	Secretaria de Seg. Pública e Def. Cidadão
Proj./Ativ.	2.024	Criação da Guarda Municipal
330	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas -240.000,00
331	3.1.91.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000	Aplicações Diretas - Intra-Orçamentária -47.000,00

	SOMA REC. PROOP. 25%	4.506.000,00
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	13.01	Secretaria Municipal de Educação
Proj./Ativ.	1.170	Reforma e Ampliação Escola Adriana Wengartner
126	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 Aplicações Diretas	-250.000,00
Proj./Ativ.	1.168	Reforma do Grupo Escolar Frei Damião
120	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 Aplicações Diretas	-150.000,00
Proj./Ativ.	1.031	Aquis. De Equip. e Mat. Permanente – Educação Infantil
105	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 Aplicações Diretas	-280.000,00
Proj./Ativ.	1.005	Construção Ampli. Ref. Escolas – Ens. Fund.
88	4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 Aplicações Diretas	-450.000,00
Proj./Ativ.	2.022	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil
151	3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 Aplicações Diretas	-29.000,00
	SOMA REC PROP 25%	1.159.000,00
	TOTAL DAS ANULAÇÕES	9.675.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 17 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.669, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

DECRETO Nº 1.669, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA. Declara para fins de desapropriação para ampliação do Cemitério Bom Jesus de Nazaré e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso das atribuições legais, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fim de desapropriação, amigável ou judicial, de uma faixa de terras situada no Passa Vinte, destinada à ampliação do Cemitério Bom Jesus de Nazaré, de propriedade de GILBERT BRAULINO DE SOUZA e GISLENE DAURA DE SOUZA, a saber:

I - 1.901,00 m² (um mil, novecentos e um metros quadrados) do imóvel pertencente a GILBERT BRAULINO DE SOUZA e GISLENE DAURA DE SOUZA, inserido em uma área maior com 2.478,50 m² (dois mil, quatrocentos e setenta e oito metros e cinquenta centímetros quadrados), sendo que o imóvel a ser desapropriado possui as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 11,00 metros com área remanescente e 11,00 metros com terras de João Valentino; Fundos medindo 23,00 metros com terras de Teobaldo da Silva Borges; Laterais, de um lado medindo 80,00

metros com Stylo Industria Comércio Prestação de Serviços Ltda (anteriormente Caetano de Oliveira), e de outro lado medindo 97,50 metros com o Cemitério Bom Jesus de Nazaré e Escola Básica Vicente Silveira (anteriormente Salvador Marcos da Silveira), constante da matrícula 26.323, fls 178 do livro Nº 2-ER, no registro de imóveis da comarca de Palhoça, de acordo com o croqui constante em anexo.

§ 1º Para fins de desapropriação, o valor da justa indenização dos imóveis descritos no inciso I será definido por Laudo de Avaliação a ser efetuado pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis.

Art. 2º A área a ser desapropriada ficará afetada para fins de ampliação do Cemitério Bom Jesus de Nazaré.

Art. 3º A despesa com a execução deste Decreto, corre a conta da dotação específica do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014

Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

Palmitos

PREFEITURA

Processo 80/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 80/2014. Modalidade: Inexigibilidade Nº 02/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE GRUPO DE PROFISSIONAIS DO SETOR ARTISTICO PARA APRESENTAÇÃO DE ESPETACULO TEATRAL "NAÇÕES MOVIMENTOS DO MUNDO". Contratada: Grupo Étnico Madre Paulina. Vigência: 31/07/2014.

Palmitos 13/06/2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Processo 84/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 84/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE NO DISTRITO DE SANTA LÚCIA, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM EDITAL. Data da entrega dos envelopes: 08/07/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 08/07/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 20 de Junho de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 046/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Quarto Termo Aditivo ao contrato nº 046/2011, de 21/07/2011.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 46/2011 objeto do Processo Licitatório na modalidade Pregão nº 70/2011; Considerando que a Lei Municipal nº 048/2013 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de julho de 2014, ou a conclusão de novo processo licitatório, o que ocorrer primeiro. Contratado: ROSWELT FERNANDO WERKA ME.

Papanduva, 29 de abril de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 049/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 049/2013, de 26/03/2013.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo referido na cláusula segunda por mais 12 (doze) meses com início em 26 de março de 2014 e término em 26 de março de 2015. Fica acrescido no objeto do contrato 049/2013, o reajuste financeiro previsto na cláusula 3ª, item 3.7 do contrato supra citado em 5,7677%, índice este apurado pelo IGPM acumulado dos últimos 12 meses. Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Papanduva, 25 de março de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 049/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Quarto Termo Aditivo ao contrato nº 049/2013, de 26/03/2013.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão total do item 10 - Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet - do contrato supra citado. Tal supressão faz-se necessária em virtude de que a municipalidade não fará uso deste item contratado. Esta supressão corresponde ao valor de R\$ 25.531,44, 21,438% do contrato original. Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Papanduva, 16 de maio de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 076/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 076/2012, de 26/12/2012.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 76/2012 objeto do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial 98/2012; Considerando que a Lei Municipal nº 048/2013 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando que a cláusula sétima do contrato nº 76/2012 prevê a possibilidade de prorrogação; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o processo licitatório TP 012/2014 que trata da contratação de serviços para a manutenção da iluminação pública do município encontra-se suspenso por tempo indeterminado para apuração de denúncia de irregularidade na documentação; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de julho de 2014, ou o encerramento da TP 012/2014 ou a conclusão de novo processo licitatório, o que ocorrer primeiro. Contratado: QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.

Papanduva, 29 de abril de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 111/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 111/2013, de 22/11/2013.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência para a execução do objeto do contrato 111/2013, que devido a intempéries do clima prejudicou o andamento das obras, necessitando portanto deste aditivo de tempo, passando assim a vigência deste contrato ser até o dia 15 de junho de 2014. Contratado: QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.

Papanduva, 20 de março de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 085/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2014.

Objeto: Contratação de serviços médicos especializados, para atuar nas unidades de saúde do Fundo Municipal de Saúde. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: 03 de julho de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 03/07/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (047) 3653-2166.

Papanduva, 18 de junho de 2014

Odair José Leandro Dias

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços Nº 086/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2014.

Objeto: Registro de preços para a aquisição de recargas de água mineral e gás de cozinha, para uso das Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 03 de julho de 2014 às 13:45hs; Início da Sessão Pública: 03/07/2014 - 14:00hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 18 de junho de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 087/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2014.

Objeto: Contratação de serviços de um Instrutor de Banda. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 04 de julho de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 04/07/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 18 de junho de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Contrato Nº 059/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 059/2014, Referente ao Pregão Presencial nº 064/2014.

Objeto: Prestação de serviços médicos de otorrinolaringologia. Contratada: CLÍNICA DR HERZOG - OTORRINOLARINGOLOGIA, MEDICINA DO TRABALHO E PSICOLOGIA LTDA, totalizando o montante de R\$ 77.400,00 (setenta e sete mil e quatrocentos reais), sendo pago o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por consulta e R\$ 812,50 (oitocentos e doze reais e cinquenta centavos) por procedimento realizados. Vigência: a contagem do prazo deste contrato se iniciará no dia 28 de maio de 2014 até 27 de maio de 2015, ou até a realização de novo teste seletivo ou concurso público, o que ocorrer primeiro.

Papanduva/SC, 28 de maio de 2014

Odair José Leandro Dias

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**Ata de Recebimento E Abertura de Documentação Nr. 03/2014 (Sequência 1)**

ESTADO DE SANTA CATARINA TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2014 - TP

CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA Processo Administrativo: CNPJ: 83.493.726/0001-30 Processo de Licitação: 2/2014 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78 Data do Processo: 29/05/2014 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, EM ALVENARIA, COM 02 PAVIMENTOS, ÁREA DE 630M² NA RUA SIMEÃO ALVES DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS ARQUITETÔNICOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 3/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 16 de Junho de 2014, às 08:45 horas, na sede da(o) CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 3/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 2/2014, Licitação nº. 2/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA E J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

INICIALMENTE FOI CONSTATADO A PRESENÇA DOS VEREADORES CEZAR AUGUSTO BUSSULARO DOS SANTOS, ALOIS MIKALOVICZ E A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA. FOI VERIFICANDO A PRESENÇA DAS EMPRESAS ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA E J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, AS QUAIS PROTOCOLARAM DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DA FAZE DA HABILITAÇÃO DO PROCESSO, ONDE CONSTATOU-SE QUE: AS EMPRESAS ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA E J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, APRESENTARAM TODA DOCUMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL DO CORRESPONDENTE PROCESSO E FORAM CONSIDERADAS HABILITADAS PARA FAZE DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS. LOGO APÓS O PRESIDENTE DA COMISSÃO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 109 DA LEI N. 8666 DE 21 DE JUNHO DE 1993, INFORMOU QUE IRIA DECLARAR ABERTO O PRAZO PARA RECURSOS LIGADOS À ESTA FASE, PORÉM VERIFICOU QUE TODAS AS EMPRESAS PARTICIPANTES, ESTAVAM ALÍ REPRESENTADAS POR UM RESPONSÁVEL. DESTA FORMA COM BASE NO O INCISO ART. 43, INCISO III DA LEI FEDERAL Nº 8666/93, FOI VERIFICADO COM TODOS OS PRESENTES SE ESTES TINHAM INTERESSE EM RENUNCIAR O PRAZO DE RECURSO PARA QUE NA SEQUÊNCIA FOSSE POSSÍVEL REALIZAR A PRÓXIMA FASE DO PROCESSO, SENDO ESTA O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS. NA OPORTUNIDADE OS REPRESENTANTES DECLARARAM EXPRESSAMENTE RENUNCIADO O PRAZO DE RECURSO REFERENTE A FASE DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS, DEIXANDO ASSIM A COMISSÃO COM A LIBERDADE DE DAR PROSSEGUIMENTO AO PROCESSO.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Papanduva, 16 de junho de 2014

COMISSÃO:

JAMES MICHEL CERNIAK - Presidente da Comissão de Licitação
JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA - MEMBRO
NOELI CRISTINA DA SILVA - MEMBRO
ROSINHA SAVITSKI - MEMBRO
SANDRA MARIA DE MORAES - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JERSON LOPES DE OLIVEIRA - Representante
IONE APARECIDA MACHADO ROCHA - Representante

Ata de Reunião de Julgamento de Propostas Nr. 04/2014 (Sequência 2)

ESTADO DE SANTA CATARINA TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2014 - TP

CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA Processo Administrativo: CNPJ: 83.493.726/0001-30 Processo de Licitação: 2/2014 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78 Data do Processo: 29/05/2014 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, EM ALVENARIA, COM 02 PAVIMENTOS, ÁREA DE 630M² NA RUA SIMEÃO ALVES DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS ARQUITETÔNICOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 4/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 16 de Junho de 2014, às 10:15 horas, na sede da(o) CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 3/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 2/2014, Licitação nº 2/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: NESTA FASE DO PROCESSO FOI CONSTATADO A PRESENÇA DO VEREADOR ALOIS MIKALOVICZ E DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA A SENHORA JACINTA MIKALOVICZ. AS EMPRESAS ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA E J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, QUE FORAM CONSIDERADAS HABILITADAS NA FASE ANTERIOR DO PROCESSO, APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO CORRESPONDENTE À PROPOSTA ONDE FORNECERAM O VALOR GLOBAL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DESTE PROCESSO DA SEGUINTE FORMA: EMPRESA ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA - VALOR DE R\$ 821.695,28 E A EMPRESA J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA - VALOR DE R\$ 825.858,06. A COMISSÃO FEZ A ANÁLISE DAS DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTAÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL, E VERIFICOU QUE TODAS AS DEMAIS EXIGÊNCIAS FORAM ATENDIDAS. A EMPRESA J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA APRESENTOU SUA PROPOSTA COM VALOR DE R\$ 4.162,78 A MAIS QUE A PROPOSTA DA EMPRESA

ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, FICANDO ABAIXO DA DIFERENÇA DE 10% DA PROPOSTA DESTA QUE SERIA UMA DIFERENÇA DE R\$ 82.169,53, DESTA FORMA PODENDO SER BENEFICIADA PELO ART. 44 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO QUE A HABILITA PARA ESTA SITUAÇÃO. DESTA FORMA CONFORME PREVISTO NO EDITAL EM SEU ITEM 5 (JULGAMENTO DAS PROPOSTAS) - 5.1.2.2 (CLASSIFICAÇÃO) - B.3, A EMPRESA J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA FICA CONVOCADA PARA QUE, SE DESEJAR, NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO HORAS) SENDO ESTE EM 17/06/2014 ÀS 11H00MIN APRESENTE NOVA PROPOSTA COM PREÇO INFERIOR À PROPOSTA DA EMPRESA ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA. DECORRIDO ESTE PRAZO, NÃO HAVENDO NOVA PROPOSTA, A EMPRESA QUE APRESENTOU A MELHOR PROPOSTA INICIAL SERÁ DECLARADA VENCEDORA E O RESULTADO FINAL SERÁ ENCAMINHADO PARA PRESIDENTE DESTA CASA DE LEIS PARA QUE A SEU JUÍZO TOME A DECISÃO FINAL.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Papanduva, 16 de junho de 2014

COMISSÃO:

JAMES MICHEL CERNAK - Presidente da Comissão de Licitação
JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA - MEMBRO
NOELI CRISTINA DA SILVA - MEMBRO
ROSINHA SAVITSKI - MEMBRO
SANDRA MARIA DE MORAES - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JERSON LOPES DE OLIVEIRA - Representante
IONE APARECIDA MACHADO ROCHA - Representante

Ata de Reunião de Julgamento de Propostas Nr. 05/2014 (Sequência 3)

ESTADO DE SANTA CATARINA
TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2014 - TP
CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
Processo Administrativo:
CNPJ: 83.493.726/0001-30
Processo de Licitação: 2/2014
RUA SERGIO GLEVINSKI, 78
Data do Processo: 29/05/2014
C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, EM ALVENARIA, COM 02 PAVIMENTOS, ÁREA DE 630M² NA RUA SIMEÃO ALVES DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS ARQUITETÔNICOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 5/2014 (Sequência: 3)

Ao(s) 17 de Junho de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 3/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 2/2014, Licitação nº 2/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: APÓS A ANALISE PRELIMINAR DAS PROPOSTAS DO REFERIDO PROCESSO REALIZADA ÀS 10H15MIN DO DIA 16 DE JUNHO DE 2014, ONDE COMISSÃO REALIZOU A ANALISE PRELIMINAR DAS PROPOSTAS E CONSTATOU E REGISTROU A APRESENTAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS: EMPRESA ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA - VALOR DE R\$ 821.695,28 E A EMPRESA J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA - VALOR DE R\$ 825.858,06 A COMISSÃO VERIFICOU QUE A EMPRESA J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA É UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE CONFORME APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO EMITIDA PELA JUCESC, QUE A HABILITA PARA SER BENEFICIADA PELO ART. 44 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. SENDO ASSIM, CONFORME PREVISTO NO EDITAL EM SEU ITEM 5 (JULGAMENTO DAS PROPOSTAS) - 5.1.2.2 (CLASSIFICAÇÃO) - B.3, A EMPRESA J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA FOI CONVOCADA NA SESSÃO DO DIA 16 DE JUNHO DE 2014 PARA QUE, SE DESEJA-SE, NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO HORAS) SENDO ESTE EM 17 DE JUNHO DE 2014 ÀS 11H00MIN APRESENTASSE NOVA PROPOSTA COM PREÇO INFERIOR À PROPOSTA DA EMPRESA ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA. DIANTE DISSO, A COMISSÃO SE REUNIU E CONSTATOU QUE A EMPRESA J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA APRESENTOU AINDA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2014 ÀS 14H35MIN UMA NOVA PROPOSTA DENTRO DO PRAZO FIXADO A QUAL FOI APRESENTADA COM O NOVO VALOR DE R\$ 821.283,99, SENDO ESTE INFERIOR À PROPOSTA INICIAL DA EMPRESA ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA. SENDO ASSIM A COMISSÃO DECLARA A EMPRESA J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA COMO VENCEDORA DO CORRESPONDENTE PROCESSO LICITATÓRIO E ENCAMINHA A DECISÃO À PRESIDENTE DESTA CASA DE LEIS, PARA QUE DENTRO DO PRAZO LEGAL SEJA REALIZADA A HOMOLOGAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO.

Participante: 6527 - J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Un.	Preço Total
1	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, EM ALVENARIA, COM 02 PAVIMENTOS, ÁREA DE 630M² NA RUA SIMEÃO ALVES DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA	UN.	1,00		0,0000	821.283,99	821.283,99

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Papanduva, 17 de junho de 2014

COMISSÃO:

JAMES MICHEL CERNIAK - Presidente da Comissão de Licitação
JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA - MEMBRO
NOELI CRISTINA DA SILVA - MEMBRO
ROSINHA SAVITSKI - MEMBRO
SANDRA MARIA DE MORAES - MEMBRO

Extrato de Contrato Nº 03/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
CONTRATO Nº: 9912351967/2014
CONTRATADO: ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

OBJETO: SERVIÇOS E PRODUTOS DE TRANSPORTE DE ENCOMENDAS E CORRESPONDÊNCIAS.

VIGÊNCIA: 12 MESES - PRORROGÁVEL POR PERÍODOS IGUAIS E SUCESSIVOS ATÉ O LIMITE DE 60 MESES.

VALOR ESTIMADO: R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS)

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02/06/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA,
16 DE JUNHO DE 2014.
JACINTA MIKALOVICZ
PRESIDENTE

Passos Maia**PREFEITURA****Portaria Nº 390, de 06 de Junho de 2014.**

PORTARIA Nº 390, de 06 de junho de 2014.
"EXONERA SERVIDORA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pela servidora;

RESOLVE:**Art. 1**

º. EXONERAR a servidora CLECIANE SCHERNOSKI, ocupante do cargo de Professor (sem habilitação), lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 06 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 06 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Portaria Nº 391, de 10 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 391, de 10 de junho de 2014.
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando a Comunicação de Decisão emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - que concede prorrogação de benefício de auxílio doença para a servidora Onia Maria Guimarães Fagundes até o dia 15/07/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora ONIA MARIA GUIMARÃES FAGUNDES, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Símbolo SG-13, com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, até o dia 15/07/2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 10 de junho de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Portaria Nº 392, de 10 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 392, de 10 de junho de 2014.
"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares da servidora Cleciane Schernoski e, portanto, a necessidade de contratação de servidora para substituí-la;
Considerando o disposto nos incisos I e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal n.º 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese acima;
Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;
E considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR a senhora LORENI SILVEIRA DE ANDRADE FERREIRA, para ocupar o cargo de Professor (Sem habilitação), símbolo PSH-2, Grupo ocupacional Pessoal Docente, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 10 de junho de 2014 a 19 de dezembro de 2014.
Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento estabelecido na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 10 de junho de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Portaria Nº 393, de 10 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 393, de 10 de junho de 2014.
"REDUZ JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso

das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando não haver mais a necessidade de manter a carga horária da servidora Odete de Souza Ribeiro em 40 (quarenta) horas semanais em virtude do deslocamento de parte dos alunos da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nova Conquista para a Escola Nossa Senhora Aparecida;
Considerando, por fim, a necessidade de formalizar a redução de carga horária realizada;

RESOLVE:

Art. 1º. REDUZIR A JORNADA DE TRABALHO da servidora ODETE DE SOUZA RIBEIRO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais a partir do dia 10 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de junho de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Portaria Nº 394, de 16 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 394, de 16 de junho de 2014.
"AMPLIA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o pedido de ampliação de carga horária da servidora efetuado pela Secretária Municipal da Educação e Esportes, para suprir a demanda de Professor na Escola Nossa Senhora Aparecida, tendo em vista o aumento do número de alunos;
Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente desta municipalidade para suprir as referidas necessidades;
Considerando o permissivo legal do art. 2º, da Lei Municipal nº 243/98;
Considerando, por fim, a necessidade de formalizar a ampliação de carga horária realizada;

RESOLVE:

Art. 1º. AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL da servidora LILIAN KERLIN DE ÁVILA PIRES, ocupante do cargo de Professor (sem habilitação) de 10 (dez) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais a partir do dia 16/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 16 de junho de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Portaria Nº 395, de 16 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 395, de 16 de junho de 2014.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento formulado pela Secretária Municipal da Educação e Esportes, solicitando a contratação de servidor para suprir a necessidade de Professor (sem habilitação) junto ao Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEDE); Considerando o disposto nos incisos I e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal n.º 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese acima;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

E considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR a senhora ELIS MAIARA BASI, para ocupar o cargo de Professor (Sem habilitação), símbolo PSH-1, Grupo ocupacional Pessoal Docente, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 16 de junho de 2014 a 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento estabelecido na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 16 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Paulo Lopes**PREFEITURA****Edital de Multa 420/14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000420/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CIG0319 54825539E 20/02/2014 5118-0

CIG0319 54825540E 20/02/2014 5010-0

CIG0319 54825541E 20/02/2014 6637-2

MBO0986 54095464E 30/12/2013 6602-0

MCG9722 54825536E 01/02/2014 5525-0

MCG9722 54825538E 01/02/2014 5622-1

MGY3161 54095467E 31/01/2014 5835-0

MGY3161 54095468E 31/01/2014 7056-1

MKV2588 54825653E 25/12/2013 5525-0

Infr./Desd. Enquadramento

5118-0 164 c/c 162 * I

5010-0 162 * I

6637-2 230 * IX

6602-0 230 * VI

5525-0 181 * XV

5622-1 182 * VI

5835-0 195

7056-1 244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 421/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000421/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO

FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MDN7796 54095392E 09/12/2013 5045-0 R\$ 191,53

MDN7796 54095393E 09/12/2013 6912-0 R\$ 53,20

MDN7796 54095394E 09/12/2013 6599-2 R\$ 191,53

Infr./Desd. Enquadramento

5045-0 162 * V

6912-0 2326599-2 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 422/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000422/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

IBD0227 54095263E 20/06/2013 5541-1 R\$ 53,20

Infr./Desd. Enquadramento 5541-1 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 423/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000423/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AHN2148 54825712E 04/02/2014 6920-0

CCF0619 54825576E 07/02/2014 5525-0

DJC3105 54825711E 04/02/2014 6920-0

MDO6959 54825714E 06/02/2014 6920-0

MEI1250 54825715E 11/02/2014 6920-0

MFM9043 54825657E 27/02/2014 7366-2

MIS4190 54825577E 07/02/2014 7030-1

MIS4190 54825578E 07/02/2014 5835-0

MJG1773 54825584E 06/03/2014 5479-0

Infr./Desd. Enquadramento

6920-0 233

5525-0 181 * XV

7366-2 252 * VI

7030-1 244 * I

5835-0 195

5479-0 181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 424/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000424/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

LXU3727 54095025E 15/05/2013 5525-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento5525-0 181 * XV
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 425/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000425/2014
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
IJF2350 54095398E 19/02/2014 5045-0
MBL5365 54825542E 18/03/2014 5185-1
MBL5365 54825543E 18/03/2014 6599-2
MBL5365 54825544E 18/03/2014 6637-2
Infr./Desd. Enquadramento

5045-0 162 * V
5185-1 167
6599-2 230 * V6637-2 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 426/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000426/2014
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa
Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
MGM0092 54095365E 13/08/2013 5274-1 R\$ 191,53
MGM0092 54095366E 13/08/2013 5835-0 R\$ 127,69
MIN1754 54095331E 03/10/2013 5452-1 R\$ 127,69
Infr./Desd. Enquadramento

5274-1 175
5835-0 1955452-1 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 427/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000427/2014
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
MHG0985 54095405E 24/01/2014 7366-2
Infr./Desd. Enquadramento7366-2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 428/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000428/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MCZ3711 54825519E 12/12/2013 6599-2 R\$ 191,53

Infr./Desd. Enquadramento6599-2 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 06 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Portaria Nº 245/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 245/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação vigente, Resolve:

TORNAR SEM EFEITO a portaria de nº413/2013 que colocou a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, o Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Carlos Correa, brasileiro, portador do CPF nº 625.685.829-87, matrícula nº 762, ocupante do Cargo de Motorista, que retorna a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social _ RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC,
em 16 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 246/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 246/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

COLOCAR A DISPOSIÇÃO, da Secretaria Municipal de Saúde, o Servidor Público Municipal efetivo e estável, Ademir Manoel Cabral, nomeado pela portaria nº 163/2002, brasileiro, portador do CPF nº 251.972.239-87, matrícula nº 748 ocupante do Cargo de Motorista.

Município de Paulo Lopes - SC,
em 16 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 247/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 247/2014

EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Elizete Zanela dos Santos, brasileira, portadora do CPF nº 625.684.429-72, matrículas nº 15 e 10989, ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 01/07/2014, conforme benefício nº 6060500157 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC,
em 17 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
ERRATA
PORTARIA Nº 243/2013

Na portaria nº243/2013 de 13 de Junho de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 17/06/2014, onde se lê "2013" Leia-se "2014". Permanecendo o restante do texto sem alteração

Município de Paulo Lopes - SC,
18 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1617/2014

LEI Nº1617/2014

Dispõe sobre a doação de imóveis particulares ao Município de Paulo Lopes.

O PREFEITO MUNICIPAL Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em doação, a título gratuito e sem ônus ao erário municipal, partes de imóveis particulares, equivalentes às áreas de vias públicas abertas que se enquadre nas medidas do Código de Posturas do Município, conservadas e denominadas pelo Poder Público Municipal, para fins de regularização do imóvel por parte do particular e do Município.

Art. 2º. As doações serão feitas mediante Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de junho de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 19/2014

DECRETO Nº19/2014

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.593 de 29 de novembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
R\$ 120.000,00
17.511.0009.1.042 - Melhoramento do Saneamento Básico
R\$ 120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001131 - Aplicações Diretas
R\$ 120.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) da fonte 0.1.24.001131 - Convênio SDR/Saneamento.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de junho de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

DECRETO Nº 20/2014

DECRETO Nº20/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.593/2013 - LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada, no orçamento fiscal vigente, a dotação abaixo, no limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 30.000,00
08.244.0007.2.029 - Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.29.000056 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro do exercício anterior da fonte 0. 3.29.000056 - IGD/Bolsa Família - no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de junho de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

Contrato Nº 114/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2014 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Administrativo 53/2014 PMP - Pregão Presencial 23/2014 PMP

CONTRATADA: C.M PONCIANO EIRELI - EPP

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza de fossa e caixa de gordura.

VALOR TOTAL: R\$ 31.050,00 (trinta e um mil e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: até 31.12.2014

Penha, 18 de junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

Decreto Nº 2055/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2055 /2014

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 4.646.968,41 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos).

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Penha, autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 4.646.968,41 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos), de acordo com artigo 41, II e Artigo 43 § 1º, da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964 e autorizado pela Lei Municipal nº 2658/2013 de 19/11/2013, conforme como segue:

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.030-Funcionamento e manutenção do FUNDEB 60%-Fundamental

Fonte de Recursos: 0018 - Recursos FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00.00.00.0018.0/77-Aplicações Diretas

R\$ 2.509.362,95

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.365.0009

Atividade: 2.031- Funcionamento e manutenção do FUNDEB 60%-Infantil

Fonte de Recursos: 0018 - Recursos FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00.00.00.0018.0/84-Aplicações Diretas

R\$ 1.068.802,73

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.365.0009

Atividade: 2.032-Funcionamento e manutenção do FUNDEB 40%-Fundamental

Fonte de Recursos: 0019 - Recursos FUNDEB 40%

3.1.90.00.00.00.00.00.0019.0/85-Aplicações Diretas

R\$ 604.105,89

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.365.0009

Atividade: 2.033- Funcionamento e manutenção do FUNDEB 40%-Infantil

Fonte de Recursos: 0019 - Recursos FUNDEB 40%

3.1.90.00.00.00.00.00.0019.0/88-Aplicações Diretas

R\$ 464.696,84

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento ao crédito suplementar aberto na forma do Art. 1º, correrá à conta do excesso de arrecadação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$4.646.968,41 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos), conforme arrecadação e previsão para o presente exercício.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Penha,

06 de junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

Decreto Nº 2060/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2060/2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ."

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; e de conformidade com o art. 41, da Lei nº. 4.320/64, Resolução nº 26, de 26 de agosto de 2013 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Comissão Intergestores Bipartite-CIB/SC, e Lei Municipal 2.658, de 19 de novembro de 2013 (LOA), autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 142.752,33 (Cento e quarenta e dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos), destinados a suplementar o orçamento das seguintes entidades e dotações:

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 08.244.0008

Atividade: 2.068 - Funcionamento e Manutenção das Ações do Fundo Munic. De Assistência Social

3.3.90..00.00.00.00.00.0.1.0000.0/1

Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 08.244.0008

Atividade: 2.070 - Proteção Social Básica

3.3.90..00.00.00.00.00.0.1.5200.582/44

Aplicações Diretas
R\$ 9.752,33
3.3.90..00.00.00.00.00.0.1.5200.585/45
Aplicações Diretas
R\$ 108.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta:

I - da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social de Penha:

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.244.0008
Atividade: 2.068 - Funcionamento e Manutenção das Ações do Fundo Munic. De Assistência Social
4.4.90..00.00.00.00.00.0.1.0000.0/2
Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00

II - do provável excesso de arrecadação a se verificar no corrente exercício, como segue:

Serviços da Proteção Social Básica - Fundo Estadual de Saúde
R\$ 9.752,33
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV - FNAS R\$ 108.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 13 de junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Cv02/2014 - Fumtur

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2014 - FUMTUR
CARTA CONVITE Nº 02/2014 - FUMTUR

Objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços da Festividade de 56 anos do Município de Penha/SC, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos inclusive o anexo I.

Abertura do Processo: 30/06/2014 às 14:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS

17H:00M.

Penha, 18 de JUNHO de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

Aviso Licitação 44/2014 - Pregão Presencial 23/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 23/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Proc. de Licitação 44/2014 - Pregão Presencial 23/2014, julgamento Menor Preço.

Objeto: Aquisição de estação de bombeamento compacta tipo Booster automático.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 03 de julho de 2014, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 18 de Junho de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Editais de Notificação Nº 192 A 206

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 192/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEA2523	55839574B	6637/2	10/06/2013	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 193/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDP8174	55839577B	5010/0	22/06/2013	162 * I
MHD6787	55839578B	6653/2	22/06/2013	230 * XI
MHD6787	55839884B	5010/0	22/06/2013	162 * I
MHD6787	55839885B	6599/2	22/06/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 194/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGU0460	55839895B	6599/2	15/09/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 400 195/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICX2087	55839584B	6599/2	24/10/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 196/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDN2038	55839589B	6637/2	01/12/2013	230 * IX
MFH2588	55839897B	5525/0	01/12/2013	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 197/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEM5596	55839595B	6912/0	01/12/2013	232
MDV2038	55839590B	5967/0	01/12/2013	203 * V
MDV2038	55839591B	7056/1	01/12/2013	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 198/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFS8391	55839585B	5010/0	24/10/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 199/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFS8391	55839586B	5118/0	24/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFS8391	55839587B	6599/2	24/10/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 200/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AID2816	55839596B	5169/1	16/02/2014	165
MFM8756	55839597B	6548/0	23/02/2014	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 201/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZO0233	55839604B	5185/1	09/03/2014	167
MAM9305	55839600B	5185/1	02/03/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 400 202/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IFB6307	55839599B	5185/1	28/02/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 203/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFA1741	55839848B	6599/2	09/04/2014	230 * V
MFA1741	55839849B	6912/0	09/04/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 204/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKI0114	55839607B	5010/0	18/04/2014	162 * I
MKI0114	55839609B	5061/0	18/04/2014	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 205/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMA1375	55839603B	5185/1	09/03/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 206/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CEF2963	55839617B	5525/0	18/05/2014	181 * XV
MFO8920	55839789B	5525/0	18/05/2014	181 * XV
MFY0805	55839611B	5452/2	18/05/2014	181 * VIII
MIO1665	55839781B	5410/0	18/05/2014	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA

Peritiba

PREFEITURA

Aviso Licitação 44/2014 - Pregão Presencial 23/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 23/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Proc. de Licitação 44/2014 - Pregão Presencial 23/2014, julgamento Menor Preço.

Objeto: Aquisição de estação de bombeamento compacta tipo Booster automático.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 03 de julho de 2014, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 18 de Junho de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Editais de Notificação Nº 192 A 206

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 192/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEA2523	55839574B	6637/2	10/06/2013	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 193/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDP8174	55839577B	5010/0	22/06/2013	162 * I
MHD6787	55839578B	6653/2	22/06/2013	230 * XI
MHD6787	55839884B	5010/0	22/06/2013	162 * I
MHD6787	55839885B	6599/2	22/06/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 400 194/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGU0460	55839895B	6599/2	15/09/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 400 195/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICX2087	55839584B	6599/2	24/10/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 196/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDN2038	55839589B	6637/2	01/12/2013	230 * IX
MFH2588	55839897B	5525/0	01/12/2013	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 197/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEM5596	55839595B	6912/0	01/12/2013	232
MDV2038	55839590B	5967/0	01/12/2013	203 * V
MDV2038	55839591B	7056/1	01/12/2013	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 198/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFS8391	55839585B	5010/0	24/10/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 199/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFS8391	55839586B	5118/0	24/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFS8391	55839587B	6599/2	24/10/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 200/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AID2816	55839596B	5169/1	16/02/2014	165
MFM8756	55839597B	6548/0	23/02/2014	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 201/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZO0233	55839604B	5185/1	09/03/2014	167
MAM9305	55839600B	5185/1	02/03/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 400 202/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IFB6307	55839599B	5185/1	28/02/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 203/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFA1741	55839848B	6599/2	09/04/2014	230 * V
MFA1741	55839849B	6912/0	09/04/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 204/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKI0114	55839607B	5010/0	18/04/2014	162 * I
MKI0114	55839609B	5061/0	18/04/2014	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 205/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMA1375	55839603B	5185/1	09/03/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 206/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CEF2963	55839617B	5525/0	18/05/2014	181 * XV
MFO8920	55839789B	5525/0	18/05/2014	181 * XV
MFY0805	55839611B	5452/2	18/05/2014	181 * VIII
MIO1665	55839781B	5410/0	18/05/2014	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Edital de Convocação 003/2014- Processo Seletivo Nº 001/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2014- PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital de processo Seletivo n. 001/2014, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, os candidatos aprovados, abaixo relacionados:

Número da inscrição	NOME DO CANDIDATO	CARGO
95494	MARISA CARDOZO DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O candidato acima relacionado deverá, no prazo de 10 dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte a ciência deste documento, providenciar O exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo Município e os seguintes documentos, conforme item 16.8 do Edital do concurso Público.

- formulário de Dados Cadastrais;
- formulário de Declaração de Dependência;
- formulário de Declaração de Bens;
- formulário de Declaração de não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções;
- fotocópia da Carteira de Identidade;
- fotocópia do Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, certidão de quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais emitida pelo T.R.E. (pode ser emitida no site do T-SC) ;
- fotocópia do Certificado de Reservista;
- fotocópia de certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso); comprovante de registro no órgão de classe.
- fotocópia do Cartão do PASEP (caso não esteja inscrito no PASEP deverá ser preenchido o formulário de inclusão do n.º de inscrição junto ao BB, a ser retirado na Coordenadoria de Recursos Humanos);
- fotocópia do Cartão do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- fotocópia da Certidão de Casamento;
- fotocópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- Carteira de Trabalho
- comprovante de residência atual (conta luz ou água ou telefone)
- comprovante de conta bancária
- carteira nacional do S.U.S
- carteira de identificação de registro no órgão de classe (conselho regional de educação física)

A entrega da Documentação dar-se-á no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva, 111, Município de Pinheiro Preto-SC, no horário das 07:30hs as 11:30 e das 13:30 as 17:30.

Pinheiro Preto/SC, 16 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Decreto Nº 2.850, de 28 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 2.850, DE 28 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2013, NA UNIDADE GESTORA DO SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do Art. 9º, da Lei nº 2.616 de 24 de Dezembro de 2013 e o Artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 113.347,61 (Cento e Treze Mil, Trezentos e Quarenta e Sete Reais, Sessenta e Hum Centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2.013 na Unidade Gestora SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE, conforme prevê o Artigo 9º, inciso III da Lei nº 2.616 de 24/12/2013, Artigo 43, Parágrafo 1º, inciso I da Lei nº 4.320 de 17/03/64, destinado ao seguinte Programa e Dotação abaixo discriminado.

ÓRGÃO: 15000 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 - SAMAE

Projeto/Atividade: 0004.0122.0080.2056 - Manutenção dos Serviços Administrativos.

Modalidade de Aplicação: 3390- Aplicações Diretas

Vinc. p/Fonte Recursos: 03240110 - Convênio FUNASA
R\$ 113.347,61

TOTAL R\$ 113.347,61

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, mediante publicação em órgão oficial no prazo de 30 (trinta) dias.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 28 de maio de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.844, de 30 de Abril de 2014.

DECRETO N.º 2.844, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

ESTABELECE O REGULAMENTO GERAL DO CONCURSO PARA ESCOLHA DA RAINHA E PRINCESAS DA FESTA POMERANA.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, ALÍNE "n" da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Regulamento Geral do Concurso para a escolha da Rainha e Princesas da Festa Pomerana.

Art. 2º O concurso englobará as categorias Rainha da Festa Pomerana e Rainha da Festa Pomerana Mirim, sendo que em cada uma delas estão compreendidas a Rainha, 1ª e 2ª Princesas.

Art. 3º Poderão participar do concurso somente as Rainhas eleitas nos Clubes de Caça e Tiro de Pomerode.

Parágrafo Único. Será vetada a inscrição das candidatas adulta e mirim que Já tenham sido eleitas Rainha e/ou 1ª e 2ª Princesas da

Festa Pomerana em edições anteriores.

Art. 4º As inscrições deverão ser efetuadas pelas diretorias dos Clubes de Caça e Tiro de Pomerode junto à Secretaria de Turismo (SETUCE), com antecedência mínima de 30(trinta) dias da data da realização do concurso, onde obrigatoriamente, deverá estar presente o presidente ou representante legal da sociedade, a candidata e, no caso da candidata mirim responsável ou representante legal. Para assinatura de documentos, oficializando o ato da inscrição.

Art. 5º As participantes de cada categoria deverão cumprir integralmente os seguintes requisitos:

CATEGORIA ADULTA	CATEGORIA MIRIM
1. Ser representante escolhida pelo Clube representado; 2. Apresentar-se com o traje típico alemão; 3. Usar a faixa com o nome do Clube que representa; 4. Ter idade mínima de 18(dezoto) anos e máxima de 25(vinte e cinco) anos na data da realização do concurso; 5. Não ser casada e não ter filhos.	1. Ser representante escolhida pelo Clube representado; 2. Apresentar-se com o traje típico alemão; 3. Usar a faixa com o nome do Clube que representa; 4. Ter idade mínima de 08(oito) anos e máxima de 11(onze) anos na data da realização do concurso.

§ 1º Os quesitos mencionados no "caput" deste artigo deverão ser comprovados perante o Clube que a candidata representa, ficando este responsável pelas informações que serão prestadas no ato da inscrição para o concurso das Realezas da Festa Pomerana.

§ 2º Em caso de quaisquer dúvidas ou reclamações quanto à veracidade dos requisitos estabelecidos no "caput" deste artigo, a candidata será desclassificada sumariamente, não podendo participar do concurso e sem direito de indenização de alguma natureza em face da administração pública.

Art. 6º A Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SETUCE) TERÁ PRAZO DE 05(cinco) úteis para deferir ou não a inscrição da candidata, bem como, de comunicar o clube sobre a oficialização da inscrição, que por sua vez será o responsável por informar sua candidata.

Art. 7º As candidatas serão avaliadas com a pontuação de 05(cinco) a 10(dez), assim distribuídos:

1. Beleza;
2. Desenvoltura oral;
3. Simpatia;
4. Postura;
5. Conhecimento da língua alemão.

§ 1º A ordem das candidatas para o desfile será definida por sorteio.

§ 2º A coreografia será definida em ensaios programados pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte(SETUCE), com data e local de ensaio previamente divulgados, nos quais é obrigatório o comparecimento das candidatas e, caso a candidata deixe de comparecer em dois ensaios, estará desclassificada sumariamente.

Art. 8º A Comissão Julgadora do concurso será composta por personalidades do "trade" turístico ou convidados, sendo que a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SETUCE), será responsável por esta composição.

§ 1º Serão classificadas e premiadas em 1º lugar a Rainha da Festa Pomerana e a Rainha da Festa Pomerana Mirim, em 2º lugar a 1ª Princesas e, em 3º lugar a 2ª Princesa de cada categoria.

§ 2º Também será premiada a torcida que durante a realização do evento se destacar pela sua organização, animação e comportamento bem como, pelo acatamento das Normas e Regulamento do Evento. Essa avaliação será efetuada por uma comissão

formada pelo promotor do evento e o prêmio será entregue ao final do concurso.

§3º No prazo de 07(sete) dias úteis após a realização do evento, a Rainha, 1ª e 2ª Princesas da categoria adulto deverão entregar fotocópia autenticada do comprovante de residência, RG e CPF e, a Rainha e 1ª e 2ª Princesa da categoria mirim deverão entregar fotocópia autenticada do comprovante de residência, RG e/ou Certidão de nascimento, para a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte(SETUCE).

Art. 9º Na categoria adulta, a Rainha da Festa Pomerana receberá, a título de incentivo, o equivalente a 01(hum) salário mínimo e as Princesas ½ (meio) salário mínimo mensalmente. Sendo que o início do pagamento será no mês de fevereiro do ano do certame e cessará no mês de janeiro do ano subsequente.

§1º A concessão do estímulo está condicionada a participação das candidatas eleitas em eventos oficiais do município, visitas oficiais e a empresas locais, feiras, bem como, a condição de representantes do município e da Festa Pomerana sempre que forem convocadas e onde terão sua imagem divulgada em matérias promocionais do município.

§ 2º Em caso de não comparecimento a qualquer evento, salvo motivo devidamente justificado e comprovado, fica a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SETUCE) desobrigada do pagamento do valor concedido como incentivo em relação ao mês em que ocorrer a falta.

Art. 10 Para ambas as categorias, os custos de salão de beleza, quando relacionados a compromissos oficiais fora do município, correrão por conta da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte(SETUCE), EXCETO durante a Festa Pomerana, onde o custeio será feito pela organização do evento.

Art. 11 Nas categorias adulto e mirim, durante o período de reinado, as eleitas receberão a título de empréstimo, 03(três) trajes típicos completos¹ para serem utilizados sempre que houver a necessidade de representar a Festa Pomerana e o Município. Sendo que a manutenção desses trajes durante o certame é de responsabilidade de cada eleita.

Parágrafo Único. Os trajes deverão ser devolvidos em bom estado de uso e conservação, juntamente com demais acessórios que por ventura tenham sido cedidos, num prazo máximo de 10(dez) dias úteis após o término da edição da Festa Pomerana que estiveram representando.

Art. 12 Durante o período da Festa Pomerana as eleitas serão transportadas de suas residências até o local da Festa Pomerana e vice-versa, pelos organizadores do evento. Contudo, em outras ocasiões e eventos que acontecerem no perímetro do município, o transporte correrá por conta de cada eleita. E no caso de eventos fora do perímetro do município o transporte das eleitas será provido pela Secretaria de Turismo Cultura e Esporte (SECTUCE).

Art. 13 As despesas relacionadas a alimentação das eleitas será provida pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SETUCE) quando estiverem representando a Festa Pomerana e/ou o município, exceto durante a Festa Pomerana, quando então será provida pela organização do evento.

1- Vestidos e/ou saias, blusas, anáguas, aventais, coroas, faixa, jóias e bijuterias.

Art. 14 Haverá programação específica para a divulgação da Festa Pomerana em outros eventos e as eleitas deverão ser comunicadas com antecedência pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte

Art. 15 As três candidatas eleitas na categoria adulta e mirim,

deverão participar de aulas de turismo, de história de Pomerode e de postura para que possam estar aptas a divulgar o Município em Feiras, Congressos, Encontros e outros eventos para as quais sejam convidadas, cabendo a Secretaria de Turismo e Cultura - SETUCE organizar, ministrar e estabelecer datas para a realização das aulas e orientações.

Art. 16 Não será permitido o uso de bebidas alcoólicas, cigarros, drogas ou congêneres, assim como também é vetado tatuagens ou piercings que possam interferir ou não ser condizentes na identidade visual germânica pelas candidatas durante todo o período do concurso.

Art. 17 Sempre que requerida a presença, as eleitas deverão estar a disposição da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, para a realização de viagens, participação em festas, eventos, confraternizações e demais trabalhos que o cargo impõe, sendo que, a presença das eleitas na categoria mirim somente será requerida para eventos diurnos. E todas as eleitas sempre deverão estar de porte de seus documentos de identificação.

Parágrafo Único. No caso da eleita não desempenhar a função de maneira satisfatória e que atenda os requisitos do cargo que representa, a organização do evento se reserva o direito de substituí-la, usando o critério da classificação obtido no concurso.

Art. 18 Caberá a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte o pagamento das despesas de hotel, alimentação, transporte aéreo e/ou terrestre das eleitas quando estiverem oficialmente em eventos representando a Festa Pomerana e o município.

Art. 19 A Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, bem como, a promotora do concurso ficam isentas de qualquer despesa que a Rainha ou princesas venham a adquirir durante o reinado que não estejam previstas no presente Decreto ou contrato.

Art.20 Havendo alterações nas disposições deste Decreto, antes, durante ou após a realização do concurso, deverá a candidata notificar imediatamente a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte e a comissão organizadora do evento e tais infringências poderão resultar na sua desclassificação, inclusive com a devolução dos prêmios recebidos.

Art. 21 Todas as participantes do concurso autorizam, a título gratuito, o uso do seu nome, sons, fotos e imagens, em todos os tipos de mídia nacional e internacional, a serem utilizados pela Secretaria Turismo, Cultura e Esporte e patrocinadores ou terceiros por ele expressamente autorizados, para divulgação do evento.

Art. 22 As participantes que forem eleitas não poderão concorrer em nenhum outro Clube de Caça e Tiro de Pomerode no decorrer do ano do seu reinado, antes de entregarem as respectivas faixas as suas sucessoras.

Art. 23 Os casos omissos neste Decreto serão dirimidos pela Entidade realizadora da Festa Pomerana e pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte.

Art. 24 Este Decreto entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 30 de abril de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.846 de 09 de Maio de 2014

DECRETO Nº 2.846 DE 09 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CCO - COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA PARA AS FESTAS REALIZADAS E APOIADAS PELO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA :

Art. 1o - Serão nomeadas por portaria, Comissões Centrais Organizadoras (CCO) para as festas realizadas e apoiadas pelo Município .

Art. 2o - As comissões serão compostas por Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, da seguinte maneira:

I. FESTA POMERANA:

- a) 01(um) membro da Fundação Cultural de Pomerode;
- b) 01(um) membro da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte;
- c) 01(um) membro da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer;
- d) 01(um) membro do Poder Executivo.

II. STAMTISCH

- a) 03(três) membros da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer;
- b) 01(um) membro do Poder Executivo.

III. OSTERFEST

- a) 02(dois) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
- b) 01(um) membro da AVIP - Associação Visite Pomerode;
- c) 01(um) membro da ACIP- Associação Comercial e Industrial de Pomerode.

IV. MISS POMERODE

- a) 01(um) membro da Fundação Cultural de Pomerode
- b) 03(três) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;

V. CAMINHADA NOTURNA

- a) 02(dois) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
- b) 01(um) membro da Fundação Cultural de Pomerode;
- c) 01(um) membro da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer.

VI. PROJETO BRASIL X ALEMANHA

- a) 02(dois) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
- b) 01(um) membro da Fundação Cultural de Pomerode;
- c) 01(um) membro da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer.

VII. POMER BIKE FEST

- a) 01(um) membro da sociedade civil organizada, legalmente constituída;
- b) 01(um) membro da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer;
- c) 01(um) membro da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes;
- d) 01(um) membro da Associação Visite Pomerode - AVIP.

VIII. FESTIVAL GATRONÔMICO

- a) 01(um) membro da ACIP - Associação Comercial e Industrial de Pomerode,
- b) 01(um) membro da AVIP- Associação Visite Pomerode,

- c) 01(um) membro da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
d) 01(um) membro da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer.

IX. FESTIVAL /ENCONTRO DOS GRUPOS FOLCLÓRICOS

- a) 02(dois) membros de grupos folclóricos de Pomerode- distintos;
b) 01(um) membro da Fundação Cultural de Pomerode;
c) 01(um) membro da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte.

X. FESTIVAL DA PRIMAVERA

- a) 03(três) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
b) 01(um) membro do Poder Executivo.

XI. KINDERFEST

- a) 03(três) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
b) 01(um) membro do Poder Executivo.

XII. PRÉ POMERANA

- a) 01(um) membro da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer;
b) 01(um) membro da Fundação Cultural de Pomerode;
c) 01(um) membro da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
d) 01(um) membro do Poder Executivo.

XIII. FESTIVAL DE NATAL

- a) 02(dois) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
b) 01(um) membro da ACIP- Associação Empresarial e Industrial de Pomerode;
c) 01(um) membro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

XIV. FESTA DA VIRADA

- a) 02(dois) membros da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer;
b) 01(um) membro do Poder Executivo;
c) 01(um) membro da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 09 de maio de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.851 de 30 de Maio de 2014

DECRETO Nº 2.851 DE 30 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CCO - COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA PARA AS FESTAS REALIZADAS E APOIADAS PELO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA :

Art. 1º - Serão nomeadas por portaria, Comissões Centrais Organizadoras (CCO) para as festas realizadas e apoiadas pelo Município .

Art. 2º - As comissões serão compostas por Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro e equipe de trabalhos da seguinte

maneira:

I. FESTA POMERANA:

- a) 01(um) membro da ACIP;
b) 01(um) membro da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte;
c) 01(um) membro da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer;
d) 01(um) membro da AVIP;
e) 02(dois) membros do Poder Executivo;
f) 04(quatro) membro da Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Pomerode.

II. STAMTISCH

- a) 03(três) membros da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer;
b) 01(um) membro do Poder Executivo.

III. OSTERFEST

- a) 02(dois) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
b) 01(um) membro da AVIP- Associação Visite Pomerode;
c) 01(um) membro do Poder Executivo.

IV. MISS POMERODE

- a) 01(um) membro da Fundação Cultural de Pomerode
b) 03(três) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;

V. CAMINHADA NOTURNA

- a) 02(dois) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
b) 01(um) membro da Fundação Cultural de Pomerode;
c) 01(um) membro da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer.

VI. PROJETO BRASIL X ALEMANHA

- a) 02(dois) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
b) 01(um) membro da AVIP- Associação Visite Pomerode;
c) 01(um) membro da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer.

VII. POMER BIKE FEST

- a) 01(um) membro da sociedade civil organizada, legalmente constituída;
b) 01(um) membro da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer;
c) 01(um) membro da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes;
d) 01(um) membro da Associação Visite Pomerode - AVIP.

VIII. FESTIVAL GATRONÔMICO

- a) 01(um) membro da ACIP- Associação Comercial e Industrial de Pomerode;
b) 01(um) membro da AVIP- Associação Visite Pomerode;
c) 01(um) membro da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer;
d) 01(um) membro da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte.

IX. FESTIVAL /ENCONTRO DOS GRUPOS FOLCLÓRICOS

- a) 02(dois) membros de grupos folclóricos de Pomerode- distintos;
b) 01(um) membro da Fundação Cultural de Pomerode;
c) 01(um) membro da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte.

X. FESTIVAL DA PRIMAVERA

- a) 03(três) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;

b) 01(um) membro do Poder Executivo.

XI. KINDERFEST

a) 03(três) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;

b) 01(um) membro do Poder Executivo.

XII. PRÉ POMERANA

a) 01(um) membro da ACIP;

b) 01(um) membro da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte;

c) 01(um) membro da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer;

d) 01(um) membro da AVIP;

e) 02(dois) membros do Poder Executivo;

f) 04(quatro) membro da Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Pomerode.

XIII. FESTIVAL DE NATAL

a) 02(dois) membros da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte,

b) 01(um) membro da ACIP- Associação Empresarial e Industrial de Pomerode,

c) 01(um) membro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

XIV. FESTA DA VIRADA

a) 02(dois) membros da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer,

b) 01(um) membro do Poder Executivo,

c) 01(um) membro da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 30 de maio de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.832, de 18 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.832, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 2.626, de 10 de março de 2014, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Pomerode, crédito adicional suplementar no valor de R\$3.500.000,00 (Três Milhões e Quinhentos Mil Reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 0800 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 0801 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana

Programa: 0070 - Infraestrutura e Urbanismo

Projeto/Atividade: 1024 - Aquisição de Máquinas e Veículos

Categoria Econômica: 4 - Despesas de Capital

Grupo de Natureza da Despesa: 4 - Investimentos

Modalidade de Aplicação: 90 - Aplicações Diretas

Elemento de Despesa: 52 - Equipamentos e Material Permanente

Vínculo: 01830002 - Oper. Créd. Int. Outros Progr. BADESC

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.571, de 30 de agosto de 2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 18 de março de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.855 de 18 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2.855 DE 18 DE JUNHO DE 2014

REVOGA O DECRETO Nº 2.074 DE 26 DE ABRIL DE 2005.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 74, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Decreto nº 2.074, que "DECLARA DE INTERESSE SOCIAL PARA EFEITO DE DESAPROPRIAÇÃO, UMA ÁREA DE TERRAS, SEM BENFEITORIAS, PARA O ACESSO DO JARDIM SOOLÓGICO DE POMERODE, MANTIDO PELA FUNDAÇÃO HERMANN WEEGE",

CONSIDERANDO, a Ação de Desapropriação, autos nº 050.05.000626-6, intentada contra as proprietárias do mencionado imóvel - Margareth Hasse e Tânia Hasse -,

CONSIDERANDO, a falta de interesse da atual administração municipal em desapropriar o referido imóvel, em razão da dificuldade de adequação do imóvel para dar acesso ao Zoológico,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o DECRETO Nº 2.074 de 26 de abril de 2005.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode/SC, em 18 de junho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 1.228, de 10 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 1.228, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto nas Leis Municipais nº 1.071/98 - Código Tributário e nº 1889/2011 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de -0,13% (menos zero virgula treze por cento), considerando o IGP-M do mês de maio de 2014, que passará a vigorar a partir de 1º de julho de 2014.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,18171.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de junho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Extrato do Edital de Processo Seletivo Nº 06/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2014

A Prefeitura Municipal de Porto Belo no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que estarão abertas as inscrições a para o Processo Seletivo a partir de 23 de junho de 2014, destinado ao cadastro de reserva e preenchimento de vagas temporárias existentes no quadro de pessoal do Poder Executivo, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições expressas no presente Edital, bem como na legislação vigente: Lei nº 1489/07 e suas alterações. Maiores informações no site www.portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo, 18 de junho de 2014.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Contrato 116/2014 - Prefeitura

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 116/2014 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e a empresa LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA.

Objeto: Aquisição de Óleo Lubrificante.

Valor total R\$ R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais)

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 036/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 12 de junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA.

Contratada

Extrato de Contrato 117/2014 - Prefeitura

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 117/2014 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e a empresa SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.

Objeto: Aquisição de Óleo Lubrificante.

Valor total R\$ R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 036/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 12 de junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.

Contratada

Extrato de Contrato 118/2014 - Prefeitura

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 118/2014 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e a empresa LUBRIFIL LTDA - EPP.

Objeto: Aquisição de Óleo Lubrificante.

Valor total R\$ 76.487,50 (setenta e seis mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 036/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 12 de junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

LUBRIFIL LTDA - EPP.

Contratada

Extrato de Contrato 063/2014 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 063/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e a empresa LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA.
Objeto: Aquisição de Óleo Lubrificante.
Valor total R\$ R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais)
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 036/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 12 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA.
Contratada

Extrato de Contrato 064/2014 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 064/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e a empresa SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.
Objeto: Aquisição de Óleo Lubrificante.
Valor total R\$ R\$ 7.870,00 (sete mil oitocentos e setenta reais)
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 036/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 12 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.
Contratada

Extrato de Contrato 065/2014 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 065/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e a empresa LUBRIFIL LTDA - EPP.
Objeto: Aquisição de Óleo Lubrificante.
Valor total R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 036/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 12 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

LUBRIFIL LTDA - EPP.
Contratada

Decreto Nº 471/2014

DECRETO Nº 471, de 02 de junho de 2014.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA TATIANE DE SOUZA, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Manutenção de Serviços da Educação, Símbolo AS, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto Nº 487/2014

DECRETO Nº 487, de 17 de junho de 2014.
Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 245.000,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil reais):

ÓRGÃO	ÓRGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
UNIDADE		1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
PROJETO		1002 - Construção/Ampliação/Aquisição Equip. Escolares	
MODALIDADE	4490 - 170 - Aplicações Diretas	49	245.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			245.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Termo de Compromisso PAC 2 - 09657/2014, na Fonte 170, conforme Artigo 5º, Inciso II, da Lei Municipal nº 4.200, de 02 de dezembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de junho de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Portaria Nº 017/2014

PORTARIA Nº 017, de 16 de junho de 2014.
Dispõe sobre o 13º Salário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Antecipar 50% (cinquenta por cento) do 13º Salário, no dia 11 de julho de 2014.

Parágrafo único. Para receber a primeira parcela do 13º Salário, o Servidor deverá, até o dia 04 de julho de 2014, solicitá-la por escrito à Chefia de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Porto União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso Nº 10.746/2009-8

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 10.746/2009-8

Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso nº 10.746/2009-8, celebrado entre o Município de Porto União e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro - Porto União - SC, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Anizio de Souza, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União - SC, na Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 2.548, portador do RG nº 325.323 - SC e do CPF nº 180.245.569-87 e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamago, nº 381 - Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante - Geral Coronel BM Marcos de Oliveira, portador da Carteira de Identidade Militar nº 908675-7 e do CPF nº 454.919.259-34, resolvem alterar a Cláusula Sétima do Termo de Cessão de Uso - Prazo e Vigência, na forma que especificam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O prazo estabelecido no instrumento original, objetivando a cessão

de veículo para servir de apoio ao CESSIONÁRIO, fica, mediante este instrumento, prorrogado por 05 (cinco) anos, a partir de 20 de agosto de 2014, podendo, no interesse das partes, ser renovado por Termo Aditivo, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo vigorará a partir de 20 de agosto de 2014, condicionada sua validade à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado - DOE.

E, por ser a expressão de interesse dos convenientes, assinam o presente Termo, em (03) três vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Porto União (SC), 16 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA CEDENTE Prefeito Municipal de Porto União	Coronel BM - MARCOS DE OLIVEIRA CESSIONÁRIO Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Portaria N.º 808/2014 - RH

PORTARIA Nº 808, de 29 de maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Leila Andrukiu da Cruz Carraro, aprovada em 8º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, pertencente ao Grupo Ocupacional Técnico Administrativo - GTA, Anexo II, com vencimentos na Classe "07" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 327/2014 - RH

PORTARIA Nº 327, de 07 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Márcia Aparecida Simplicio de Souza, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Porto União - SC, em 07 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 369/2014 - RH

PORTARIA Nº 369, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Silmara Bueno de Camargo, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, para a Classe "C", Referência "03", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Porto União - SC, em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio do Sul**PREFEITURA****Resumos dos Contratos 115 A 117/2014**

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 115/2014

Dispensa nº 093/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Serralheria Rosvale Ltda EPP

Objeto: execução de 26 (vinte e seis) abrigos para passageiros em Rio do Sul

Valor: R\$ 218.162,28 (duzentos e dezoito mil e cento e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovação motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 20 (vinte) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos

Recurso: Próprios/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 116/2014

Dispensa nº 092/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Serralheria Rosvale Ltda EPP

Objeto: execução de 18 (dezoito) abrigos para passageiros em Rio do Sul

Valor: R\$ 98.918,49 (noventa e oito mil e novecentos e dezoito reais e quarenta e nove centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovação motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 20 (vinte) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos

Recurso: Próprios/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 117/2014

Dispensa nº 094/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Equal Construtora e Incorporadora Ltda

Objeto: execução da modernização do Terminal Urbano, localizado na Rua Santos Dumont, Centro em Rio do Sul.

Valor: R\$ 186.371,42 (cento e oitenta e seis mil e trezentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovação motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 20 (vinte) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos

Recurso: Próprios/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contrato Administrativo Nº 318/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 318/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SHANNA WOLFF SIEVES, portador(a) do CPF nº 008.333.649-44 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Cerejeira, nº 26, Bairro Jardim Alexandro - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Assistente Social, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria de Assistência Social e Habitação, em substituição a Claudia Mara Fronza, designada para ocupar cargo de Secretário Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.402,03 (três mil, quatrocentos e dois reais e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 09/06/2014 e encerrando-se em 08/07/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância

correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 06 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SHANNA WOLFF SIEVES

Contratado (a)

Portaria Nº 0708/RH

PORTARIA N. 0708/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

As conclusões da Comissão Sindicante de fls. 14 a 16, dos autos da Sindicância Administrativa n. 023/2013, instaurada pela Portaria n. 1165/RH de 23 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 01 de outubro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 18 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo designe um servidor responsável para realizar o acompanhamento de cada retirada de banheiros químicos do Parque Municipal Harry Hobus, sendo que esta pessoa deverá elaborar relatório de ocorrências a ser assinado pelos presentes.

Art. 2º. Determinar que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo verifique se a empresa responsável já efetuou a reposição do banheiro químico, caso identifique que a reposição não tenha sido efetuada, que o mesmo seja repostado imediatamente.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 17 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0710/RH

PORTARIA N. 0710/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Suspender até 23 de julho de 2014, os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2013, em virtude da servidora Sirlei Fiamoncini, estar em Licença para Tratamento de Saúde no período correspondente ao da Suspensão.

Art. 2º Os trabalhos da comissão citada acima deverão reiniciar-se em 24 de julho de 2014.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0713/RH

PORTARIA N. 0713/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora PATRICIA SOARES, matrícula n. 102105/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de junho de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0714/RH

PORTARIA N. 0714/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora MARIA DE LOURDES MUSSOLIN ZEFERINO, matrícula n. 74624/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de

28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de junho de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Lei Complementar 279

LEI COMPLEMENTAR Nº 279, de 06 de junho de 2014.

“CONSIDERA, PARA EFEITOS DO ART. 482-A DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, FAIXA DE TERRA COMO EDIFICÁVEL”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-

Fica definido, nos termos do art. 482-A da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, com suas alterações posteriores, a faixa de terras do imóvel de matrícula nº 46.732 do Cartório de Registro de Imóveis de Rio do Sul, de propriedade de Bazza Administradora de Bens Ltda., devidamente identificada no mapa descrito no Anexo I desta Lei Complementar, como edificável.

Art. 2º-

A Secretaria Municipal de Planejamento deverá verificar no projeto arquitetônico e no projeto estrutural do imóvel a ser construído sobre a faixa definida no art. 1º desta Lei Complementar se, nos termos do inciso II do art. 482-A da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, com suas alterações posteriores, há viabilidade técnica da edificação com garantia do acesso a rede pública pluvial.

Art. 3º-

O alvará da construção a ser edificada sobre a faixa de terras definida no art. 1º desta Lei Complementar somente poderá ser liberado pela Secretaria Municipal de Planejamento se, nos termos do inciso III do art. 482-A da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, com suas alterações posteriores, o proprietário do imóvel renunciar ao seu direito de indenização decorrente da servidão de passagem de tubulação, conforme termo definido no Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 4º-

Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º-

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

06 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Portaria Nº 0634/RH

PORTARIA Nº 0634/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 29/05/2014 a 26/08/2014, concedida por meio da Portaria n. 0253/RH de 06/03/2014 a servidora municipal NELZI TEREZINHA PIETRASCK, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Maio de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0635/RH

PORTARIA Nº 0635/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 26/05/2014 a 09/06/2014, concedida por meio da Portaria n. 0452/RH de 25/04/2014 ao servidor municipal LUIZ CARLOS MAURICIO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Pintor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Maio de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0636/RH

PORTARIA Nº 0636/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 24/05/2014 a 22/06/2014, concedida por

meio da Portaria n. 0451/RH de 25/04/2014 a servidora municipal MARGARETE DUBIELA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Maio de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0637/RH

PORTARIA Nº 0637/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 26/05/2014 a 24/07/2014, concedida por meio da Portaria n. 0370/RH de 02/04/2014 a servidora municipal MARLI CAMARGO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Maio de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0638/RH

PORTARIA Nº 0638/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 08/05/2014 a 05/08/2014, ao servidor municipal AUGUSTINHO IGNACIO, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Maio de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0639/RH

PORTARIA Nº 0639/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 23/05/2014 a 21/07/2014, a servidora municipal CELIA MARIA DE OLIVEIRA DREHER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Maio de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0640/RH

PORTARIA Nº 0640/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 19/05/2014 a 17/07/2014, ao servidor municipal MANOEL MIRANDA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Maio de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0641/RH

PORTARIA Nº 0641/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 28/05/2014 a 11/06/2014, a servidora municipal IRENE DE FATIMA KOWALSKI DA CRUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Maio de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0694/RH

PORTARIA Nº 0694/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 30/05/2014 a 28/07/2014, concedida por meio da Portaria n. 0252/RH de 06/03/2014 a servidora municipal VENI APARECIDA NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de Junho de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0695/RH

PORTARIA Nº 0695/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 03/06/2014 a 17/07/2014, a servidora municipal VALDIRENE CONZATTI MELVERSTET, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de Junho de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0696/RH

PORTARIA Nº 0696/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de

2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 02/06/2014 a 30/08/2014, concedida por meio da Portaria nº 0286/RH de 14/03/2014 a servidora municipal LEILA DENISE GUCKERT LOSI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de Junho de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0697/RH

PORTARIA Nº 0697/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 02/06/2014 a 30/08/2014, concedida por meio da Portaria nº 0254/RH de 06/03/2014 ao servidor municipal FLAVIO HAMILTON RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de Junho de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0698/RH

PORTARIA Nº 0698/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 06/06/2014 a 04/08/2014, concedida por meio da Portaria n. 0589/RH de 21/05/2014 a servidora municipal ZULEIDA WIGGERS AVI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de Junho de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0699/RH

PORTARIA Nº 0699/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 27/05/2014 a 20/06/2014, ao servidor municipal ROMULO AUGUSTO BORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo Farmacêutico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de Junho de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0700/RH

PORTARIA Nº 0700/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 09/06/2014 a 23/07/2014, concedida por meio da Portaria n. 0398/RH de 11/04/2014 a servidora municipal SIRLEI FIAMONCINI, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de Junho de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0709/RH

PORTARIA Nº 0709/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 251, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, requerimento protocolado sob o n. 147739/2014, Licença para Amamentar, no período de 12/06/2014 a 11/08/2014, a servidora municipal PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA, ocupante do cargo de Professor - ACT. A referida licença será parcelada da seguinte forma: 03 vezes por semana, por uma hora no período matutino e 02 vezes por semana, por uma hora no período vespertino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Junho de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Editais de Carta Convite 33/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
EDITAL DE CARTA CONVITE 33/2014 FMS

OBJETO: Contratação de profissional técnico especializado em atividades relacionadas às áreas de processamento dos sistemas de informação ambulatorial e hospitalar (SIA/SUS e SIH/SUS) do Ministério da Saúde e demais ações inerentes ao controle, avaliação e auditoria dos serviços públicos de saúde para atender necessidade da Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria desta secretaria.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, rua Tuiuti, 154, centro, Rio do Sul/SC Setor de Controle e Avaliação e Auditoria no dia 30 de junho de 2014 às 9:00..
ENTREGA DOS ENVELOPES: Setor de Controle e Avaliação e Auditoria até às 08:30 do dia 30 de junho de 2014, no endereço acima.
EDITAL COMPLETO: Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 13:30 de 2º à 6ª feira, no setor de Licitações da Saúde, através do e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou no site www.riodosul.sc.gov.br.
BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul, 23 de junho de 2014.
LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 744 de 17 de Junho de 2014

RESOLUÇÃO No 744, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Autoriza pagamento de meia diária e indenização de transporte a Vereadores.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de meia diária a vereadora Maria Helena Zimmermann e ao vereador Cariso Sávio Giacomini no valor de R\$ 145,57 (Cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) cada, para representar a Câmara de Vereadores de Rio do Sul em missão oficial, de reunião com o Superintendente Estadual do Patrimônio Público, com o fito de tratar de assuntos

referentes a regularização dos terrenos da linha ferroviária no município de Rio do Sul, a ser realizada no dia 18 de junho do corrente ano, às 10:30 horas, na cidade de Florianópolis.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis - SC, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive as passagens aéreas..

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de junho de 2014.
JAIME SBORZ
Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI
Vice Presidente da Mesa

JANARA MAFRA
1ª Secretária

ZELI DA SILVA
2ª Secretária

Portaria Nº 773/2014

PORTARIA No 773, DE 16 DE JUNHO DE 2014

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais etc...

RESOLVE:

Art. 1º Designar, nos termos da Resolução nº 619, de 31 de maio de 2011, alterada pela Resolução nº 647, de 03 de abril de 2012, c/c Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011, os seguintes servidores estáveis para compor Comissão de Avaliação dos Servidores estáveis e estágio probatório, para o mandato de dois anos:

I - Thayná Fiamoncini, Diretora Administrativa da Câmara;
II - Douglas Rafael Lizot, eleito através de processo de votação realizado na data de 13 de junho do corrente ano;
III - 01 (um) membro rotativo, indicado pela Diretora Administrativa, dentre os servidores de cada setor a ser avaliado, com preferência ao servidor com mais tempo de serviço no Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Fica designado como membro suplente, que deverá atuar nos casos de ausência e impedimento dos membros titulares, a servidora Heliana Duarte Prim.

Art. 2º O valor da Gratificação mensal a ser concedida aos membros titulares da referida Comissão, com exceção do membro rotativo, será no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor de referência do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. O membro suplente somente fará jus a gratificação correspondente no mês em que vier a substituir algum membro titular.

Art. 3º Designar, os seguintes servidores para compor Comissão Permanente Especial Recursal:

I - Giovani Nascimento, Diretor Geral da Câmara;
II - Luis Fernando Schweder;
III - Valdenir Borges Ribeiro, indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul.

Parágrafo único. A Comissão Permanente Especial Recursal não fará jus, em hipótese alguma, a qualquer gratificação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de junho de 2014.
JAIME SBORZ
Presidente da Mesa

Portaria Nº 780/2014

PORTARIA Nº 780, DE 18 DE JUNHO DE 2014
Dispõe sobre o horário especial de funcionamento da Câmara de Vereadores de Rio do Sul no dia 23 de junho de 2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Artigo 13, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010:

RESOLVE:

Art. 1º A Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em virtude do jogo da seleção brasileira pela Copa do Mundo FIFA 2014, a realizar-se no dia 23 de junho de 2014, terá seu funcionamento em turno único, das 7hs30min às 13hs30min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de junho de 2014.
JAIME SBORZ
Presidente da Câmara

Salto Veloso

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 02/2014

EXTRATO DE CONTRATO E
EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS
, EM PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A
DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES
POSTERIORES.

Modalidade : DISPENSA DE LICITAÇÃO

Número : 02/2014

Data Processo: 02/06/2014

Fundamentação: Art. 24 Inc.II

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO
DE SERVIÇOS TÉCNICOS DO MERCADO FINANCEIRO
O IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos servidores públicos do município de Salto Veloso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Aquisição supra identificado, que a decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

CONTRATADO: SMI CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA -, com um valor total de R\$7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais)

SALTO VELOSO, 02 de junho de 2013.

Convênio 005/2014

Convênio 005/2014

Conveniente - O Município de Salto Veloso.

Conveniada - Associação da Terceira Idade Amigos para Sempre.

Objeto - Manutenção e promoção de atividades voltadas a inclusão, entretenimento e lazer dos idosos do município de Salto Veloso, conforme Plano de Trabalho e Aplicação apresentado pela entidade.

Valor Mensal - R\$ 4.215,00 (quatro mil duzentos e quinze reais) mensais.

Prazo - 02/06/2014 a 31/12/2014.

Salto Veloso/SC, 02 de junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº 013/2014

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

CONTRATO N.º : 0013/2014.

CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.

CONTRATADO : SUELI TERESINHA CHAVES SIMÕES.

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

VIGÊNCIA : 17/06/2014 até a realização de Concurso

Público..
AMPARO LEGAL....: Constituição Federal, inciso IX, Art. 37; Lei Orgânica Municipal, art. 23, inciso III, alínea a; Lei nº. 881/97, de 20.08.97; Edital de Processo Seletivo 003/2013.
FUNÇÃO : AUXILIAR D ELIMPEZA URBANA.
LOCAL : SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO.
CARGA HORÁRIA....: 40 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 891,51 .

Portaria Nº. 203/2014

PORTARIA Nº. 203/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 11 de Junho de 2014 a 10 de Julho de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora SIMONE CARRILHO TAVARES BORGHA do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2013 a 31/01/2014.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 11 de Junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 204/2014

PORTARIA Nº. 204/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 09 de Junho de 2014 a 08 de Julho de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARCIMONE ADRIANA DEVALIERI VETURIN do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/08/2009 a 31/07/2010.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 11 de Junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 205/2014

PORTARIA Nº. 205/2014

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 881/97 de 20/08/1997.

Resolve:

Artigo 1º. Admitir a Sra. SUELI TERESINHA CHAVES SIMÕES, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo, na função de Auxiliar de Limpeza, 40 horas semanais.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de Junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 206/2014

PORTARIA Nº. 206/2014

"CONCEDE LICENÇA REMUNERADA A SERVIDORA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE FAMILIAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com o Art. 78 da Lei nº 570/91 de 10 de outubro de 1991.

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada a contar desta data Licença remunerada de 30 dias para tratamento de familiar a servidora Sra. IRENE TOMAZI TINELLI, conforme perícia médica, parte integrante da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 207/2014

PORTARIA Nº. 207/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Junho de 2014 a 22 de Julho de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora DEBORA BARONCHELLO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 16/04/2013 a 15/04/2014.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto 171 - Ponto Facultativo

DECRETO N. 171 DE 16 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE DECRETAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVISÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as repartições municipais no dia 20 de Junho de 2014 em decorrência de feriadão de Corpus Cristi.

Art. 2º. Todos os departamentos e secretarias municipais voltam ao atendimento normal na Segunda Feira 23 de Junho de 2014.

Art. 3º No período em que perdurar o ponto facultativo será disponibilizado aos usuários da Secretaria Municipal de Saúde Pública, plantão, onde os pacientes com necessidades médicas serão encaminhados a hospitais da região.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 18 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso (SC),
16 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
SEC. MUNICIPAL DE GESTÃO E DES. ECONOMICO.
MATRÍCULA 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Errata do Contrato Nº 179/2014

ERRATA CONTRATO Nº 179/2014

No Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC nº 1508, de 16 de junho de 2014, página 336, na publicação do Extrato de Contrato nº 179/2014, onde se lê "EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, como Contratada" leia-se "SOLO ENGENHARIA LTDA, como Contratada".

Decreto Nº 593/2014

DECRETO Nº 0593, DE 16 DE JUNHO DE 2014

Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM, fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,3243, a partir de 01 de junho de 2014, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 0577, de 02 de junho de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2014
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 594/2014

DECRETO Nº 0594, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF (286) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo R\$ 11.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(403) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF (287) 3.3.90.32.00.00.00 152 - Material de Dist. Gratuita R\$ 3.000,00

(288) 3.3.90.36.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 5.000,00 (290) 3.3.90.47.00.00.00 152 - Obrig. Tributárias e Contrib. R\$ 3.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(406) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. PF R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 5847/2014

PORTARIA Nº 5847, DE 16 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de junho de 2014, aposentadoria por invalidez proporcional à segurada ANIZIA TARACHUK VILMIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, Nível I, Classe D, matrícula nº 2970, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 2989/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5864/2014

PORTARIA Nº 5864, DE 16 DE JUNHO DE 2014

Constitui Comissão Especial para acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 004/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 004/2014.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;

EDERVAL JOSÉ NEIDERT- Representante do Departamento de Recursos Humanos;

VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

SANDRA PETERS

- Representante da Secretaria Municipal de Educação

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2014

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5869/2014

PORTARIA Nº 5869, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que conta no Processo Administrativo nº 2159/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar suposta infração disciplinar atribuída a empregada pública MARINA BALAK, matrícula funcional nº 40.888, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 2159/2014, teria, em tese, adulterado seu atestado médico, ato que se enquadra na conduta descrita no artigo 482, alínea "a", da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Designar a Comissão Processante Especial, constituída por meio do Decreto nº 0094/2013, para dar cumprimento ao disposto no item precedente.

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a empregada pública supra-citada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei 228/01, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 5872/2014

PORTARIA Nº 5872, DE 17 DE JUNHO DE 2014
Retifica Portaria nº 13656/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o nome do beneficiário no artigo 1º da Portaria nº 13656, de 22 de agosto de 2012, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 15 de agosto de 2012, pensão por morte a RAUL FERREIRA SOARES, EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA SOARES e RODRIGO DOS SANTOS FERREIRA SOARES, na condição de cônjuge e filhos, respectivamente, da ex-servidora inativa JULIA NUNES DOS SANTOS SOARES."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5873/2014

PORTARIA Nº 5873, DE 17 DE JUNHO DE 2014
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARIA BERNADETE DE MELLO LIMA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00091/14-4, de 12 anos, 09 meses e 29 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 3868, de 03 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5877/2014

PORTARIA Nº 5877, DE 17 DE JUNHO DE 2014
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal HILÁRIO HARRI HUTTL, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00046/14-9, de 11 anos e 03 meses, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 4076, de 16 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5878/2014

PORTARIA Nº 5878, DE 17 DE JUNHO DE 2014
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ANIZIA TARACHUK VILMIZ, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20722003.1.00016/99-2, de 20 anos, 09 meses e 09 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 4056, de 13 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5879/2014

PORTARIA Nº 5879, DE 17 DE JUNHO DE 2014
Concede Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas

atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal JAIME SOARES FERNANDES, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00006/14-7, de 13 anos, 08 meses e 19 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 3782, de 30 de maio de 2014.

Art. 2º Conceder averbação de Tempo de Serviço Militar, de 11 meses e 28 dias para fins de aposentadoria - conforme Certidão de Tempo de Serviço do Ministério da Defesa do Exército Brasileiro nº 10/62º BI.

Art. 3 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Listagem de Portarias Nº 006/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 5821, de 11 de junho de 2014. Prorroga Licença de parte da Jornada de Trabalho, pelo prazo de um ano, conforme Processo nº 3148/2014. Cassia de Moraes Neves. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 5822, de 11 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2011/2014, período de 23/06/2014 a 22/07/2014. Josmar Travinski. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 5823, de 11 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2010/2013, período de 01/06/2014 a 30/06/2014. Eliane Maria de Aquino. Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 5824, de 11 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2011/2014, período de 02/06/2014 a 01/07/2014. Rosangela Maria Pscheidt Kruger. Instrutor de Recreação. SEMAS.

Portaria nº 5825, de 11 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2008/2011, período de 16/06/2014 a 15/07/2014. Filipe Weihermann. Assistente Administrativo. SEPLU.

Portaria nº 5826, de 11 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2002/2005, período de 03/06/2014 a 02/07/2014. Alderico José Dana. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 5827, de 11 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2009/2012, período de 02/06/2014 a 01/07/2014. Elair Pinheiro. Técnica em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 5828, de 11 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2007/2010, período de 13/06/2014 a 12/07/2014. Antenor Schwarz. Auxiliar de Topógrafo. SEMOB.

Portaria nº 5829 de 11 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2009/2012, período de 30/06/2014 a 29/07/2014. Rafael Schroeder. Fiscal em Vigilância Sanitária. SEMUS.

Portaria nº 5830, de 11 de junho de 2014. Concede Abono de Permanência, a partir de 13 de maio de 2014, conforme Processo nº 2557/2014. Martin Ilg Neto. Fiscal de Obras. SEPLU.

Portaria nº 5831, de 11 de junho de 2014. Concede Abono de Permanência, a partir de 19 de fevereiro de 2014, conforme Processo nº 2679/2014. Geovana Franck Rodrigues Vicente. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 5832, de 11 de junho de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 11 de junho de 2014. Elizete Rossa de Souza. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5833, de 11 de junho de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 11 de junho de 2014. Lilian Kenoblau Arnold. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5834, de 11 de junho de 2014. Revoga Portaria nº 5833/2014 que nomeou servidora pública Lilian Kenoblau Arnold, no cargo de Atendente Educativo, por desistência espontânea.

Portaria nº 5835, de 12 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Luciane Aparecida Roiek. Professor Anos Finais - Educação Física. 40 horas semanais. EBM Ladir dos Santos e EBM Alexandre Garcia. SEMED.

Portaria nº 5836, de 12 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Eliane Martins Rocha Schiochet. Professor Educação Infantil. CEIM Tempo Mágico. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5837, de 12 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Vanessa Pereira de Freitas. Atendente Educativo. 30 horas semanais. CEIM Tempo Mágico. SEMED.

Portaria nº 5838, de 12 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Flavia Raquel Stahelin. Professor Educação Infantil. CEIM Sonho Meu. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5839, de 12 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Andreia Barbosa dos Santos. Auxiliar de Serviços. CEIM Silvío Grossl. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5840, de 12 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Daniele Spieckert Tomelin. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Denise Harms. SEMED.

Portaria nº 5841, de 12 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Roselete de Melo. Especialista em Assuntos Educacionais. 40 horas semanais. EBM Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 5842, de 16 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Adriana Juraszek. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 5843, de 16 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Ana Maria da Silva Lima. Especialista em Assuntos Educacionais. SEMED.

Portaria nº 5844, de 16 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Ana Paula Silveira Soares. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 5845, de 16 de junho de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Andrea Muller Bayer. Motorista. SEMUS.

Portaria nº 5846, de 16 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Angela Maria de Souza. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5848, de 16 de junho de 2014. Declara Vago cargo de Mecânico, a partir de 01 de junho de 2014, ocupado pelo servidor Antonio Siqueira de Carvalho Filho, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5849, de 16 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Francieli Lisboa. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5850, de 16 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Gabriela Tibes Bueno. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 5851, de 16 de junho de 2014. Declara Vago Cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 01 de junho de 2014, ocupado pelo servidor Hilário Harri Huttl, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5852, de 16 de junho de 2014. Declara Vago Cargo de Digitador, a partir de 01 de junho de 2014, ocupado pela servidora Irene Leoni da Silva Brosowski, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5853, de 16 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Jussara Fidelis Ferreira Liebl. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5854, de 16 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Karina Cristina dos Santos. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5855, de 16 de junho de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Kedina Novacki. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5856, de 16 de junho de 2014. Declara Vago Cargo de Assistente Administrativo, a partir de 02 de junho de 2014, ocupado pela servidora Maria Leocadia Silva, com fulcro no art. 47, VII, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5857, de 16 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Monica Piechontcoski dos Santos. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 5858, de 16 de junho de 2014. Declara Vago cargo de Médico Ortopedista, a partir de 01 de junho de 2014, ocupado pelo servidor Pericles Menezes da Costa, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5859, de 16 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Priscilla Peyerl Momoli Varela. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5860, de 16 de junho de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Roberto Coswig Fiss. Médico Dermatologista. SEMUS.

Portaria nº 5861, de 16 de junho de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Rozemilda Fidencio da Cruz Holtemann. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 5862, de 16 de junho de 2014. Declara Vago Cargo de Atendente Educativo, a partir de 01 de junho de 2014, ocupado pela servidora Sandra Eliete Sant'anna Pinheiro, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5863, de 16 de junho de 2014. Declara Vago Cargo de Auxiliar de Serviços, a partir de 01 de junho de 2014, ocupado pela servidora Teresa Piaskovski Neczypor, com fulcro no art. 47,

V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5865, de 16 de junho de 2014. Nomeia Coordenador de Serviços Administrativos do CREAS, a partir de 09 de junho de 2014. Elaine Maria de Oliveira Buchmann. SEMAS.

Portaria nº 5866, de 16 de junho de 2014. Exonera Coordenador de Serviços de Tubulação, a partir de 01 de junho de 2014. Rubens Schroeder Junior. SEMOB.

Portaria nº 5867, de 16 de junho de 2014. Nomeia Coordenador de Setor de Tubulação, a partir de 01 de junho de 2014. Rubens Schroeder Junior. SEMOB.

Portaria nº 5868, de 16 de junho de 2014. Declara Vago Cargo de Professor Anos Iniciais, a partir de 01 de junho de 2014, ocupado pela servidora Anisia Tarachuk Vilmiz, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5871, de 16 de junho de 2014. Nomeia Chefe de Divisão da Escola de Música, a partir de 17 de junho de 2014. Claudio José Fagundes. FC.

Portaria nº 5874, de 17 de junho de 2014. Concede Retorno às Atividades a partir de 16 de junho de 2014 e Revoga a Portaria nº 4469/2014. Karla Meliane Wormsbecher Paqueira. Farmacêutica. SEMUS.

Portaria nº 5875, de 17 de junho de 2014. Concede Redução de Carga horária, de 40 horas semanais para 30 horas semanais, a partir de 16 de junho de 2014. Karla Meliane Wormsbecher Paqueira. Farmacêutico. SEMUS.

Portaria nº 5876, de 17 de junho de 2014. Concede prorrogação de licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de dois anos, a contar de 01 de junho de 2014. Ana Leoni Schoeffel. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL

Edital Nº 003/2014

RESULTADO FINAL

PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 003/2014

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público o resultado final do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 003/2014.

Classificação	Nome	Cargo
1º	André Ronchetti	Médico Psiquiatra

São Bento do Sul, 18 de junho de 2014.
Fernando Tureck
Prefeito Municipal

Edital Nº 004/2014 - Retificação Nº 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO Nº 001

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração e do Departamento de Recursos Humanos, referente ao Processo Seletivo Simplificado 004/2014 para a contratação de pessoal, atendendo a Administração Direta e Indireta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009, para o ano letivo de 2014, torna público a retificação do edital conforme segue:

1. A tabela do item 1.1 passa a ter a seguinte redação:

Professor - Ciências (Habilitado)
Professor - Ciências (Não Habilitado)

2. Os demais itens do edital permanecem inalterados não afetando o cronograma de atividades do seletivo.

São Bento do Sul (SC), 18 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Nº 153/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2014

MENOR PREÇO LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 02 de julho de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: SERVIÇO DE BANDA LARGA POR MEIO DE FIBRA OPTICA PARA TRANSMISSÃO DE DADOS VIA INTERNET COM VELOCIDADE DE 10 MBPS, DOWNLOAD DE 10.240 Kbps E UPLOAD 1.024 Kbps, PARA A 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**Carta-Convite Nº 41/2014 - Republicação**

Carta Convite nº 41/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 41/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, que receberá até as 17:00 horas do dia 03 de julho de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO:

Elaboração de projeto estrutural e construção, com fornecimento de materiais, de prolongamento da galeria existente e proteção da área de construção da Elevatória de Esgoto da Sub-bacia 3 do Rio São Bento na Rua Antônio Kaesemodel, para eliminar riscos de erosão e desmoronamento de talude na galeria existente, trazendo segurança para a unidade construída (EEB) e para divisa de terreno.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 18 de junho de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

Edital de Notificação 446/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 764 446/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHN1854	8764032676	7455/0	29/03/2014	218 * I
AMU5722	8764032600	7455/0	21/03/2014	218 * I
CVJ8904	8764032765	7455/0	24/03/2014	218 * I
DKE2703	8764032651	7455/0	29/03/2014	218 * I
DTD4567	8764032688	7455/0	29/03/2014	218 * I
IPM4090	8764032608	7455/0	17/03/2014	218 * I
LXC1137	8764032690	7463/0	29/03/2014	218 * II
LXC1668	8764032614	7463/0	21/03/2014	218 * II
LXK3647	8764032606	7455/0	23/03/2014	218 * I
LYI8712	8764032699	7455/0	29/03/2014	218 * I
MAN4031	8764032680	7455/0	29/03/2014	218 * I
MDK8533	8764032769	7455/0	26/03/2014	218 * I
MDU5234	8764032611	7455/0	19/03/2014	218 * I
MEC8915	8764032610	7455/0	17/03/2014	218 * I
MEV2124	8764032599	7455/0	20/03/2014	218 * I
MFC5331	8764032518	7463/0	18/03/2014	218 * II
MFV9266	8764032655	7455/0	29/03/2014	218 * I
MGF4821	8764032686	7455/0	29/03/2014	218 * I
MHG2082	8764032792	7455/0	28/03/2014	218 * I
MHK6404	8764032700	7463/0	29/03/2014	218 * II
MHS6864	8764032654	7455/0	29/03/2014	218 * I
MIB4007	8764032695	7463/0	29/03/2014	218 * II
MIH1651	8764032659	7471/0	29/03/2014	218 * III
MIH1651	8764032662	7463/0	29/03/2014	218 * II
MIH1651	8764032671	7463/0	29/03/2014	218 * II
MIH1651	8764032692	7455/0	29/03/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIH5923	8764032669	7455/0	29/03/2014	218 * I
MJG2026	8764032557	7455/0	18/03/2014	218 * I
MJI5978	8764032571	7455/0	17/03/2014	218 * I
MJK3049	8764032637	7455/0	29/03/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 447/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 764 447/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXA5435	8764030889	7455/0	27/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031018	7455/0	05/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031424	7455/0	29/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031425	7455/0	30/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031426	7455/0	02/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031454	7455/0	02/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031574	7455/0	13/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031621	7455/0	24/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031662	7455/0	20/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031664	7455/0	24/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031665	7455/0	25/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031716	7455/0	28/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031717	7455/0	26/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031721	7455/0	28/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA5435	8764031722	7463/0	28/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGI2458	8764027979	7455/0	02/12/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 448/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 764 448/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABI1461	8764033389	7455/0	12/04/2014	218 * I
ARA1166	8764033050	7455/0	05/04/2014	218 * I
ATX2760	8764033593	7455/0	18/04/2014	218 * I
COE1923	8764033401	7455/0	13/04/2014	218 * I
DIK7948	8764032983	7455/0	03/04/2014	218 * I
DXF3802	8764033573	7463/0	16/04/2014	218 * II
DXX8755	8764033545	7463/0	18/04/2014	218 * II
HOM9570	8764033683	7455/0	18/04/2014	218 * I
IAT1205	8764033481	7455/0	11/04/2014	218 * I
IEW2508	8764033614	7455/0	19/04/2014	218 * I
IGK8462	8764033676	7455/0	19/04/2014	218 * I
IMQ7025	8764033550	7455/0	14/04/2014	218 * I
IUB2660	8764033424	7463/0	09/04/2014	218 * II
JNH1961	8764033063	7455/0	06/04/2014	218 * I
KFZ3790	8764033358	7455/0	10/04/2014	218 * I
KXP0891	8764033474	7455/0	10/04/2014	218 * I
LWZ0042	8764033416	7455/0	12/04/2014	218 * I
LXK0134	8764033396	7455/0	13/04/2014	218 * I
LXW3755	8764032994	7455/0	03/04/2014	218 * I
MBW9531	8764033041	7463/0	02/04/2014	218 * II
MCA2978	8764033029	7455/0	01/04/2014	218 * I
MCE1246	8764033388	7455/0	12/04/2014	218 * I
MCH1609	8764033495	7455/0	10/04/2014	218 * I
MEU5823	8764033403	7455/0	13/04/2014	218 * I
MEV3507	8764033507	7455/0	10/04/2014	218 * I
MEY6025	8764033052	7455/0	06/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFE9307	8764033042	7463/0	02/04/2014	218 * II
MGP9042	8764033597	7455/0	18/04/2014	218 * I
MGW2642	8764033411	7455/0	10/04/2014	218 * I
MGW2642	8764033483	7463/0	11/04/2014	218 * II
MGW2642	8764033662	7455/0	14/04/2014	218 * I
MHC1599	8764032962	7455/0	02/04/2014	218 * I
MHP3114	8764033037	7455/0	06/04/2014	218 * I
MIN4733	8764033028	7455/0	01/04/2014	218 * I
MIR4617	8764033691	7455/0	14/04/2014	218 * I
MJF2191	8764033541	7455/0	20/04/2014	218 * I
MJG2026	8764032661	7455/0	29/03/2014	218 * I
MJI2441	8764033470	7463/0	09/04/2014	218 * II
MJX3783	8764033385	7455/0	12/04/2014	218 * I
MJY1618	8764033690	7455/0	14/04/2014	218 * I
MJZ2427	8764032615	7455/0	23/03/2014	218 * I
MKC6871	8764032945	7455/0	02/04/2014	218 * I
MKC6871	8764032998	7455/0	03/04/2014	218 * I
MKC8154	8764033047	7455/0	04/04/2014	218 * I
MKE6714	8764032639	7455/0	29/03/2014	218 * I
MKE8994	8764032897	7463/0	01/04/2014	218 * II
MKF5501	8764033030	7455/0	02/04/2014	218 * I
MKI8007	8764033608	7455/0	18/04/2014	218 * I
MKJ1278	8764033375	7455/0	11/04/2014	218 * I
MKQ5147	8764032616	7455/0	23/03/2014	218 * I
MLL4830	8764033544	7455/0	17/04/2014	218 * I
MLX9892	8764033003	7455/0	03/04/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 449/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 764 449/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFN6395	8764032293	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 450/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 764 450/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AER9351	8764033540	7455/0	20/04/2014	218 * I
AJX5404	8764033750	7463/0	25/04/2014	218 * II
BJS5567	8764033912	7455/0	28/04/2014	218 * I
FBP7330	8764033365	7455/0	10/04/2014	218 * I
HLG0226	8764033928	7455/0	29/04/2014	218 * I
ILK2365	8764033828	7455/0	22/04/2014	218 * I
ITT4003	8764032927	7463/0	01/04/2014	218 * II
LCA4336	8764033057	7455/0	04/04/2014	218 * I
LXK0134	8764032652	7455/0	29/03/2014	218 * I
LZI2227	8764033838	7455/0	26/04/2014	218 * I
MCG2289	8764033736	7455/0	24/04/2014	218 * I
MGZ2668	8764033868	7455/0	29/04/2014	218 * I
MIM6672	8764032870	7455/0	06/04/2014	218 * I
MIO3763	8764033899	7455/0	29/04/2014	218 * I
MJB6812	8764033789	7455/0	22/04/2014	218 * I
MJN1835	8764033849	7455/0	27/04/2014	218 * I
MJY1618	8764033840	7455/0	21/04/2014	218 * I
MLA4105	8764033036	7455/0	05/04/2014	218 * I
MLF9141	8764033894	7455/0	29/04/2014	218 * I
MLK2041	8764033931	7455/0	30/04/2014	218 * I
MLP0235	8764032977	7463/0	03/04/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 451/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 764 451/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJH9598	8764032809	7455/0	26/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 452/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 764 452/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AZG1962	8764033353	7455/0	10/04/2014	218 * I
DGA1705	8764033402	7455/0	13/04/2014	218 * I
LXW6302	8764033857	7455/0	25/04/2014	218 * I
MHP4445	8764033843	7455/0	23/04/2014	218 * I
NBR3818	8764033508	7455/0	10/04/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 453/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 764 453/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMB0361	8764032535	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
API5244	8764032675	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAI7141	8764032016	7463/0	23/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCZ1206	8764032374	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMF1514	8764032027	7455/0	28/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 454/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 764 454/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APC8103	8764033519	7455/0	14/04/2014	218 * I
BSS6930	8764033502	7463/0	13/04/2014	218 * II
CBE4596	8764033485	7455/0	11/04/2014	218 * I
ILF8682	8764033675	7455/0	19/04/2014	218 * I
IMH3664	8764033352	7455/0	10/04/2014	218 * I
IPO8429	8764033382	7455/0	12/04/2014	218 * I
JTT1673	8764033692	7455/0	14/04/2014	218 * I
JZP9202	8764033891	7455/0	29/04/2014	218 * I
LXW6590	8764033537	7455/0	19/04/2014	218 * I
LZP5446	8764033685	7455/0	19/04/2014	218 * I
MAY1895	8764033383	7471/0	12/04/2014	218 * III
MBW7996	8764033693	7455/0	15/04/2014	218 * I
MDK6090	8764033475	7455/0	10/04/2014	218 * I
MDN7345	8764033516	7455/0	17/04/2014	218 * I
MFA6498	8764033476	7455/0	10/04/2014	218 * I
MFS3008	8764033551	7455/0	14/04/2014	218 * I
MIJ5490	8764033611	7455/0	14/04/2014	218 * I
MIQ4486	8764033696	7463/0	19/04/2014	218 * II
MJJ2732	8764033584	7455/0	17/04/2014	218 * I
MJK3049	8764033258	7455/0	09/04/2014	218 * I
MJK3049	8764033509	7455/0	11/04/2014	218 * I
MJK3049	8764033615	7455/0	20/04/2014	218 * I
MJO2166	8764033568	7455/0	16/04/2014	218 * I
MLA8775	8764033484	7463/0	11/04/2014	218 * II
MLV7129	8764034021	7455/0	11/05/2014	218 * I
MLV7129	8764034291	7455/0	11/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLY0691	8764033521	7463/0	15/04/2014	218 * II
NDD2528	8764033056	7455/0	03/04/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 455/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 764 455/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADT5956	8764032299	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMC4624	8764032241	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DKN0889	8764032453	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
INA6641	8764032393	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
INQ8769	8764032311	7463/0	01/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
LCE6147	8764032249	7463/0	02/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYE4807	8764032442	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZH7834	8764032473	7455/0	13/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAA1778	8764032484	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAI9872	8764032472	7455/0	13/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAU1535	8764032260	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAY1895	8764032462	7463/0	12/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCP6219	8764032304	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCW0685	8764032371	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDJ1868	8764032508	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDJ9114	8764032316	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDX5992	8764032434	7455/0	12/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFR2088	8764032194	7455/0	28/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ0443	8764032480	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGW2642	8764032266	7463/0	05/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIR7345	8764032339	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJH5288	8764032486	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJO6148	8764032454	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKL2313	8764032208	7463/0	28/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKS6932	8764032394	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MUW0301	8764032477	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 622/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 220 622/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZC5250	55616432C	5274/1	16/03/2014	R\$ 191,53	175
MFR2088	55616617C	6920/0	23/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 623/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 220 623/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMD1070	55616297C	7366/2	17/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 624/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 220 624/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEQ2443	55616096C	5010/0	25/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJG0592	55616620C	6920/0	23/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 625/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 220 625/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYD0647	55616861C	6599/2	24/05/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR

DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 626/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 220 626/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMC6598	55616632C	6920/0	08/03/2014	R\$ 127,69	233
DGA9117	55616629C	6920/0	08/03/2014	R\$ 127,69	233
MAB9521	55616626C	6920/0	08/03/2014	R\$ 127,69	233
MDS1802	55616578C	5169/1	01/03/2014	R\$ 1.915,38	165
MGA0252	55616855C	5010/0	02/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGA0252	55616856C	6556/1	02/03/2014	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE JUNHO DE 2014

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR

DELEGADO REGIONAL 12. DRP

São José

PREFEITURA

Edital Nº 023/2014/Usj

EDITAL Nº 023/2014/USJ

Tornar pública a convocação dos habilitados às vagas para TRANSFERÊNCIAS E retornos do edital nº 018/2014/usj.

De acordo com o edital nº 018/2014/USJ, a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José, no uso de suas atribuições, torna pública a convocação dos candidatos habilitados as vagas de Transferências e Retornos oferecidas pelo Centro Universitário Municipal de São José - USJ, para o ingresso no segundo semestre letivo de 2014.

1. Habilitados - Curso de Administração:

Retorno de Abandono: 05 (cinco) Vagas
HENRIQUE MATTOS DO AMARAL
Transferência Interna (de acadêmico oriundo do curso de Ciências Contábeis):
05 (cinco) Vagas
NÃO OBTEVE CANDIDATOS
Transferência Externa (de acadêmico oriundo do mesmo curso ou áreas de conhecimento afins):
05 (cinco) Vagas
ANA KELEN WALTRICK DE SÁ
CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA
DIEGO JOSÉ HASS
JOÃO RICARDO BROERING
VINICIUS GUILHERME MARTINS
Retorno de Graduado (ex-aluno do USJ, formado no Curso de Ciências Contábeis):
05 (cinco) Vagas
CLOVIS CRISTIANO JOAQUIM
JOSÉ VALDIR DIAS FILHO
Retorno de Graduado de outra IES: 02 (duas) Vagas
GENIVALDO SARTOR
MAGDA CRISTINE DE SOUZA

2. Habilitados - Curso de Pedagogia:

Retorno de Abandono: 08 (oito) Vagas
VILMAR MARQUES
Transferência Interna (de acadêmico oriundo do curso de Ciências da Religião):
01 (uma) Vaga
ADRIANA PEREIRA
Transferência Externa (de acadêmico oriundo do mesmo curso ou áreas de conhecimento afins):
10 (dez) Vagas

ANA CLARA WESTARB
MARGARIDA BATISTA RIBEIRO DUMONT PEREIRA
Retorno de Graduado (ex-aluno do USJ, formado no Curso de Ciências da Religião):
10 (dez) Vagas
NÃO OBTEVE CANDIDATOS
Retorno de Graduado de outra IES: 10 (dez) Vagas
ALINE SCHNEIDER
CHARLENE SOUZA CHIELLA
DANIELA BORTOLI
EDISON VOLNEY DE BARROS
FLÁVIA NAZARÉ FERMIANO
MARIA ANDREIA PINZEGGER
PATRICIA ANDERSON SILVA

3. Habilitados - Curso de Ciências da Religião:

Retorno de Abandono: 05 (cinco) Vagas
NÃO OBTEVE CANDIDATOS
Transferência Interna (de acadêmico oriundo do curso de Pedagogia): 01 (uma) Vaga
NÃO OBTEVE CANDIDATOS
Transferência Externa (de acadêmico oriundo do mesmo curso ou áreas de conhecimento afins): 05 (cinco) Vagas
JOÃO ALVES DO PRADO FILHO
Retorno de Graduado (ex-aluno do USJ, formado no Curso de Pedagogia):
05 (cinco) Vagas
NÃO OBTEVE CANDIDATOS
Retorno de Graduado de outras IES: 05 (cinco) Vagas
GILMAR CARLOS CADORE
LUCIANO CRAVO DA SILVA

4. Período de matrícula para os habilitados nos dias 21,22 e 23 de julho de 2014, das 16h30min às 21h00min, na Secretaria Acadêmica do Centro Universitário Municipal de São José, localizada na Rua Silvia Maria Fabro, 97 - Kobrasol - São José.

5. É responsabilidade do candidato o envio do atestado de vaga para a instituição de origem, estando sua matrícula condicionada ao recebimento da documentação da instituição de origem até a data do dia 25 de julho.

6. O candidato habilitado que não comparecer no período de matrícula perderá o direito à vaga.

7. De acordo com o edital, os candidatos não habilitados deverão retirar os documentos no Setor de Protocolo no prazo de 60 dias a partir do dia 23 de junho de 2014.

8. Os candidatos deverão apresentar o original e fotocópia, ou uma fotocópia autenticada da seguinte documentação para a realização da matrícula:

a. Diploma ou certificado de conclusão do ensino médio e diploma de conclusão do curso superior, devidamente registrado (Inciso II

- do Art. 44, da LDB nº 9.394, de 1996);
- b. Histórico Escolar do Ensino Médio;
- c. Certidão de Nascimento ou Casamento;
- d. Título de Eleitor;
- e. Documento comprobatório de estar em dia com as obrigações militares (sexo masculino);
- f. Frente e verso do comprovante de vacinação contra rubéola (para mulheres), Lei nº 10.196 de 24/07/96;
- g. Duas fotos 3x4 recentes.
- h. Atestado de Regularidade junto ao Enade da IES oriunda.
- i. Comprovante de Residência

9. Início das aulas para os habilitados: 28 de julho de 2014.

10. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José, 17 de junho de 2014.

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha
Reitora do Centro Universitário Municipal de São José

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 032/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2014 - Processo nº 078/2014. Contratado: PRIME GRAPHICS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços gráficos para atender o ensino fundamental da Secretaria de Educação do Município de Saúde de São José/SC. Valor Total: R\$62.992,00 - sessenta e dois mil, novecentos e noventa e dois reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 082/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2014 - PR 003/2014 - Processo 008/2014 - Fornecedores: I - COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS BADU LTDA - EPP (Lote 01 e 06); II - DOMINGOS MARTINS - AUTO CENTER PEÇAS E MECÂNICA LTDA (Lote 03); e III - COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA - EPP (Lote 02, 04, 05, 07 e 08). Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e acessórios mecânicos em geral, para a frota da Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Percentual de Desconto por Lote: Lote 01, 03 e 06 - 40,00%; Lote 02 - 40,5%; Lote 04 - 58,25%; Lote 05 - 60,25%; Lote 07 - 68,25%; e Lote 08 - 68,10%. Valor Global: R\$850.053,75 - oitocentos e cinquenta mil, cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 13 de maio de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 088/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2014 - PE 038/2014 - Processo 101/2014 - Fornecedor: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulicos e elétricos, destinados a manutenção predial, preventiva e corretiva das unidades de ensino da rede municipal de São José/SC. Valor Global: R\$515.855,30 - quinhentos e quinze mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 19 de maio de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 087/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2014 - PE 081/2013 - Processo 393/2013 - Fornecedor: TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de bandeiras oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de São José, para atender as unidades escolares da rede municipal de ensino de São José/SC. Valor Global: R\$45.000,00 - quarenta e cinco mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 13 de maio de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 077/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2013 - Processo nº 382/2013. Contratado: SCHEYLLA DE MENDONÇA ME. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais permanentes, incluindo móveis para escritório, TV, aparelhos telefônicos, frigobar, máquina fotográfica e outros para atender as Secretarias de Administração, Ouvidoria Geral e Infraestrutura, da Prefeitura de São José/SC. Valor Total: R\$8.099,99 - oito mil, noventa e nove reais e noventa e nove centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 083/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2014 - PR 022/2014 - Processo 094/2014 - Fornecedores: I - ABRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME; II - ANA CAROLINY DE LIMA QUEIROZ - ME; e III - NOVA ERA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra, para realizar manutenção preventiva e corretiva nas instalações prediais das unidades escolares de ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de São José/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$179.176,00 (cento e setenta

e nove mil, cento e setenta e seis reais); II - R\$134.382,00 (cento e trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais); e III - R\$304.599,20 (trezentos e quatro mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte centavos). Valor Global: R\$618.157,20 - seiscientos e dezoito mil, cento e cinquenta e sete reais e vinte centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 15 de maio de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 084/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2014 - PR 013/2014 - Processo 059/2014 - Fornecedor: NOVA ERA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra especializada, para realizar manutenção predial corretiva e preventiva na Fundação Municipal de Cultura e Turismo do Município de São José/SC. Valor Global: R\$169.500,00 - cento e sessenta e nove mil e quinhentos reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 20 de maio de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Resultado da Carta Convite Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA CARTA CONVITE Nº 006/2014 - Processo nº 112/2014 Objeto: Contratação de empresa para efetuar reforma emergencial do C.E.M. RENASCER, localizado no bairro Real Park, Município de São José, incluindo fornecimento dos materiais necessários a realização da obra. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª VINÍCIUS GOEDERT - ME; 2ª PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA; e 3ª HANG EMPREIT. DE MÃO DE OBRA E CONST. CIVIL LTDA EPP. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

Decreto Nº 2804/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2804/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ANDREY VICENTE DA LUZ do cargo de Secretário de Serviços Públicos - SM (Interino), com lotação na Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2806/2014

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2806/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado ANDREY VICENTE DA LUZ para exercer o cargo de Assessor Técnico - de Assuntos Estudantis - CCM 8, com lotação na Fundação Educacional de São José, nos termos da Lei Complementar nº 017/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

Decreto Nº 2805/2014

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2805/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado MICHEL DA SILVA SCHLEMPER ocupante do cargo de Secretário de Serviços Públicos - SM, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

Aviso de Licitação

CONSELHO COMUNITÁRIO DE FORQUILHINHAS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Presidente do Conselho Comunitário de Forquilhaínas- São José/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, torna público, que se encontra aberta à licitação: Modalidade: Carta-Convite 01/2014 - Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR. Data da abertura: dia 27 de junho de 2014, às 14 horas. O Convite em inteiro teor está à disposição dos interessados de segunda a sexta-feira das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17horas e na Secretaria do Conselho Comunitário de Forquilhaínas.Informações pelo fone (48) 33572946, sito à Rua Princesa Isabel, nº 413, Forquilhaínas, São José/SC, CEP: 88106-730.

São José/SC, 16 de junho de 2014.

INOCÊNCIO DE LIMA

Presidente do Conselho Comunitário de Forquilhaínas

Edital de Concurso Público Nº 003/2014/Gab - Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Convocatório Para A Segunda Etapa do Concurso Público

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014/GAB

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PARA A SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO

PROVA DIDÁTICA DE CARÁTER CLASSIFICATÓRIO E ELIMINATÓRIO

A Prefeita Municipal de São José e a Superintendente da Fundação Educacional de São José, no uso de suas atribuições legais, tornam públicas as seguintes deliberações:

1. Retificar parcialmente a tabela contida no item 3.3 do Instrumento Convocatório para a Prova Prática do Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014/GAB, no que atina apenas à alteração de datas, horários e salas destinados à aplicação da Prova Didática, passando a vigor com a seguinte redação:

EMPREGO PÚBLICO - Área de Ensino	DATA E HORÁRIO DO SORTEIO DO TEMA	DATA E HORÁRIOS DE APLICAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA			
		Número de Inscrição do Candidato	Data	Horário	Sala
Professor de Ensino Superior - História	16/06/2014, às 14h00min	5.582	24/06/2014	8h15min	01
		6.074	24/06/2014	9h30min	01
		9.642	24/06/2014	10h45min	01
		9.826	24/06/2014	14h00min	01
		12.748	24/06/2014	15h15min	01
Professor de Ensino Superior - Matemática / Estatística	16/06/2014, às 14h00min	4.969	25/06/2014	10h45min	02
Professor de Ensino Superior - Filosofia	16/06/2014, às 14h00min	6.901	25/06/2014	8h15min	01
		8.852	25/06/2014	9h30min	01
		10.211	25/06/2014	10h45min	01
		10.220	25/06/2014	14h00min	01
		12.434	25/06/2014	15h15min	01
Professor de Ensino Su- perior - Ciências Sociais	16/06/2014, às 14h00min	9.000	24/06/2014	8h15min	03
		11.576	24/06/2014	9h30min	03
		11.780	24/06/2014	10h45min	03
Professor de Ensino Superior - Letras / Língua Portuguesa	16/06/2014, às 14h00min	2.438	24/06/2014	8h15min	02
		8.342	24/06/2014	9h30min	02
		9.190	24/06/2014	10h45min	02
		9.514	25/06/2014	7h45min	03
		9.988	25/06/2014	9h00min	03
		12.878	25/06/2014	10h15min	03
		13.020	25/06/2014	11h30min	03

2. Divulgar a composição das Bancas Examinadoras do Concurso Público, que atuarão na aplicação da Prova Didática, nos seguintes termos:

2.1 Banca Examinadora para a área de atuação em História:

a) Membros titulares: Prof. Dr. Sérgio Luiz Ferreira

Profa. Ma. Isabel Christianni Susunday Beróis

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha

b) Membro suplente: Profa. Ma. Maria Solange Coelho Borges

2.2 Banca Examinadora para a área de atuação em Matemática/Estatística:

a) Membros titulares: Profa. Ma. Maria Solange Coelho Borges
Prof. Dr. Ivan Ludgero Ivanqui
Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha

b) Membro suplente: Prof. Me. José Raul Staub

2.3 Banca Examinadora para a área de atuação em Ciências Sociais:

a) Membros titulares: Profa. Ma. Arlete de Costa Pereira
Prof. Dr. José Carlos da Silva
Profa. Dra. Alessandra Tonelli

b) Membro suplente: Profa. Ma. Maiara Pereira Cunha

2.4 Banca Examinadora para a área de atuação em Filosofia:

a) Membros titulares: Prof. Dr. José Claudio Morelli Matos
Prof. Dr. Evandro Oliveira de Brito
Profa. Ma. Vera Regina Lúcio

b) Membro suplente: Profa. Dra. Adarzilse Mazzuco Dallabrida

2.5 Banca Examinadora para a área de atuação em Letras / Língua Portuguesa:

a) Membros titulares: Profa. Dra. Lúcia Correia Marques de Miranda Moreira
Profa. Ma. Janine Pacheco da Luz
Profa. Ma. Keila Cristina Arruda Villamayor Gonzalez

b) Membro suplente: Profa. Ma. Carolina Ribeiro Cardoso da Silva

São José (SC), 18 de junho de 2014.

Adeliana Dal Pont	Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Prefeita Municipal	Superintendente da FUNDESJ

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº. 408, de 16 de Junho de 2014.

RESOLUÇÃO Nº. 408, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº. 397 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014 E INSTITUI PONTO FACULTATIVO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 74, INCISO II, ALÍNEA "a", 1, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o inciso X, do artigo 1º, da Resolução nº. 397 de 26 de fevereiro de 2014, passando a vigorar com nos seguintes termos:

"[...]

X - 19 de junho (quinta-feira), Corpus Christi (Feriado Municipal - Lei nº. 2.302/1991);

[...]"

Art. 2º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO no dia 20 de junho de 2014 (sexta-feira), para a Câmara Municipal de Vereadores de São José/SC.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 16 de Junho de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Resolução Nº. 407, de 16 de Junho de 2014

RESOLUÇÃO Nº. 407, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA À VEREADORA MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 37, § 5º, I, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO c/c ART. 74, INCISO II, "5", e ART. 87, II, §§ 2º e 4º, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por prazo indeterminado, à Vereadora MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG, haja vista o Decreto nº. 2786/2014 (doc. anexo), que nomeou a Vereadora para ocupar o Cargo em Comissão de Secretária da Educação - SM, com lotação na Secretaria de Educação, conforme ofício nº. 282/2014, expedido pela Prefeita Municipal e protocolado nesta Casa Legislativa em 13 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 16 de Junho de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº72/2014

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº72/2014

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 72/2014, Edital de Pregão Nº 72/2014, Objeto: Aquisição de um caminhão tratorado e um britador móvel para fins de adequação e manutenção das estradas vicinais do município. Recursos provenientes do convênio n.2014TR001335, assinado entre o município de São José do Cedro e o Estado de Santa Catarina, e recursos próprios do município. Recebimento das propostas até às 08:00 horas do dia 03/07/2014. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 03/07/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, ou no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro - SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 138/2014, de 09 de Junho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2014, DE 09 DE JUNHO DE 2014.
Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 055/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 025/2014, Modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Dilação do prazo de execução do Contrato nº 055/2014, de 07/03/2014 por 61 (sessenta e um) dias, a fim de possibilitar a Contratada tempo suficiente para conclusão dos serviços, bem como para que a fiscalização do Município conclua os projetos "as built".

Data de Assinatura: 09/06/2014.

Vigência: de 09/06/2014 a 11/08/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 141/2014, de 11 de Junho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2014, DE 11 DE JUNHO DE 2014.
Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 085/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 170/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 116/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SCHVANS TRANSPORTES LTDA ME, CNPJ nº 10.460.261/0001-48.

Objeto: Aditar o item 18 do Contrato nº 085/2014, de 28/03/2014 em 7,0 km/dia (sete quilômetros por dia), totalizando 840 km (oitocentos e quarenta quilômetros) para os 120 (cento e vinte) dias letivos de 2014.

Valor Aditado: R\$ 2.352,00 (dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 11/06/2014.

Vigência: de 11/06/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Almir Schvans - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 142/2014, de 11 de Junho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2014, DE 11 DE JUNHO DE 2014.
Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 064/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 21/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SILVEIRA SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 05.830.358/0001-65.

Objeto: Aditar a quantidade de itens do Contrato nº 064/2010, de 22/03/2010, em razão da necessidade de incluir o Centro de Educação Infantil Municipal Cora Coralina, localizado na rua Lauro Muller, s/n, Loteamento Meneguetti IV, no bairro Santa Catarina,

em São Lourenço do Oeste, na prestação de serviço de monitoramento de alarmes 24 horas.

Valor Aditado: R\$ 80,00 (oitenta reais) mensais, totalizando R\$ 533,33 (quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 11/06/2014.

Vigência: de 11/06/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Terezinha Altina Silveira - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 143/2014, de 12 de Junho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2014, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Origem: Processo Licitatório nº 051/2014, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EDMAR DA SILVA ME, CNPJ nº 11.354.002/0001-03.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INTERNAS DAS COZINHAS 01 E 02 E COPA DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE EVENTOS, DE ACORDO COM OS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS. CONFORME CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO Nº 01.399/2012-4, VINCULADO AO PROJETO PTEC 01590/2012.

Valor: R\$ 36.863,09 (trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais e nove centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados de acordo com as liberações dos recursos financeiros do Convênio PTEC nº 01.399/2012-4, firmado com o Estado de Santa Catarina Sistema Estadual de Incentivo à Cultura ao Turismo e ao Esporte SEITEC e contrapartida do Município, liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora Contratada, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências. Além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na execução dos serviços no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente; também da contribuição prevista no parágrafo segundo do art. 72 da Instrução Normativa MPS nº 971/2009, quando for o caso. No ato do pagamento a Contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas à matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, sob pena de retenção e regularização por parte da Municipalidade, com respectivo desconto nos pagamentos.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - 203/2014 - 09.01.13.392.4511.1.026.4.4.90.00.00.00.00.00 - Construção Centro de Eventos.

Data de Assinatura: 12/06/2014.

Vigência: de 12/06/2014 a 10/09/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edmar da Silva - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 145/2014, de 16 de Junho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 320/2013.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, CNPJ nº 11.353.858/0001-56.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 320/2013, de 12/12/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: R\$ 249,00 (duzentos e quarenta e nove reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.494,00 (um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais) até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 16/06/2014.

Vigência: de 30/06/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Daniel da Rocha - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 146/2014, de 16 de Junho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 321/2013.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, CNPJ nº 11.353.858/0001-56.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 321/2013, de 12/12/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: R\$ 263,60 (duzentos e sessenta e três reais e sessenta centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.581,60 (um mil, quinhentos e oitenta e um reais e sessenta centavos) até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 16/06/2014.

Vigência: de 30/06/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Daniel da Rocha - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 147/2014, de 16 de Junho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 336/2013.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: IRMÃOS PARIS LTDA ME, CNPJ nº 05.985.085/0001-28.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 336/2013, de 20/12/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais) até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício

financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 16/06/2014.

Vigência: de 30/06/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Cleiton Paris - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 148/2014, de 16 de Junho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 337/2013.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: IRMÃOS PARIS LTDA ME, CNPJ nº 05.985.085/0001-28.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 337/2013, de 20/12/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 16/06/2014.

Vigência: de 30/06/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Cleiton Paris - pela Contratada.

Lei Nº 2.168, de 18 de Junho de 2014.

LEI Nº 2.168, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em doação patrocínio e auxílio financeiro para realização de almoço, a ser oferecido em homenagem ao Dia do Agricultor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação patrocínio e auxílio financeiro para a realização de almoço, a ser oferecido em homenagem ao Dia do Agricultor, durante as atividades comemorativas ao Aniversário de Emancipação Política Administrativa.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a arcar com o restante das despesas provenientes da realização do evento descrito no artigo anterior, limitado ao montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na hipótese em que não consiga arrecadar patrocínio ou auxílio financeiro em valor suficiente para cobrir o montante integral dos custos com o evento.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta dos recursos previstos no orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.888, de 18 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.888, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

03.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM			
03.01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM			
03.01.02.062.4513.2.004	5	Aplicação Direta	R\$ 5.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

03.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM			
03.01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM			
03.01.02.062.4513.2.004	4	Aplicação Direta	R\$ 5.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação - Processo Licitatório Nº 096/2014, Dispensa de Licitação Nº 006/2014.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2014

Contratada a Empresa: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CNPJ -00.360.305/0001-04

Fundamento Legal: Lei n.8.666/93 - Art. 24, inciso VIII.

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E OUTRAS AVENÇAS, PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA;

a) Centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Município, que hoje representam 466 servidores, abrangendo servidores ativos, inativos e pensionistas, lançados em contas salário individuais na CAIXA, além de créditos em favor de estagiários ou qualquer outra pessoa que mantenha ou venha a manter vínculo de remuneração com a CONTRATANTE, seja recebendo vencimento, salário, subsídio, proventos e pensões ou bolsa estágio, denominados, doravante, para efeito deste instrumento, CREDITADOS,

em contrapartida da efetivação de débito na conta corrente do Município.

Parágrafo único - As contas de livre movimentação, decorrentes do relacionamento entre a CAIXA e os servidores, somente serão abertas com a anuência destes.

b) Centralização e manutenção na CAIXA da arrecadação e/ou cobrança bancária do IPTU cobrado pelo MUNICÍPIO mediante utilização de guias de recebimento ou cobrança integrada da CAIXA.

c) Centralização e processamento da receita municipal e da movimentação financeira de todas as contas correntes, inclusive da Conta Única do MUNICÍPIO (sistema de caixa único) se houver; excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção dos recursos decorrentes de contratos ou convênios em outras instituições financeiras.

d) Centralização e movimentação financeira do MUNICÍPIO, relativa aos recursos provenientes de transferências legais e constitucionais, bem como de convênios a serem assinados com quaisquer órgãos do governo federal e estadual, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras.

e) Centralização e processamento das movimentações financeiras de pagamento a credores, incluindo fornecedores, bem como de quaisquer pagamentos ou outras transferências de recursos financeiros feitos pelo MUNICÍPIO a entes públicos ou privados, a qualquer título, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras.

f) Centralização e processamento de todas as movimentações financeiras dos Fundos do Poder Executivo Municipal, a qualquer título, exceto os recursos oriundos de convênios e/ou contratos com obrigatoriedade de movimentação em outra instituição financeira, por força de lei ou exigência do órgão repassador.

g) Aplicação das disponibilidades financeiras de caixa do MUNICÍPIO, bem como dos recursos dos Fundos a que alude a alínea "f";

h) Centralização e manutenção na CAIXA da arrecadação e/ou cobrança bancária de todos os tributos cobrados pelo MUNICÍPIO, Autarquias e Fundações vinculadas, mediante utilização de guias de recebimento ou cobrança integrada CAIXA.

i) Centralização e manutenção na CAIXA do produto de arrecadação, através de cobrança bancária, de todos os tributos cobrados pelo MUNICÍPIO e pelas Autarquias, inclusive quando arrecadados em outras Instituições Financeiras ou tesouraria própria.

j) Concessão de crédito aos servidores ativos e inativos, pensionistas e estagiários da Prefeitura Municipal de 466 e órgãos da Administração Direta, mediante consignação em folha de pagamento, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CAIXA.

l) Centralização na CAIXA dos depósitos judiciais de processos de qualquer natureza, nos casos em que o MUNICÍPIO possua autonomia na definição do banco depositário.

Parágrafo Primeiro - O presente CONTRATO tem âmbito nacional, abrangendo toda a rede da CAIXA que é composta por agências/PA disponibilizados para atendimento aos servidores/empregados da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Fica designada pela CAIXA a Ag. São Lourenço do Oeste, número 1884, localizada na Rua Coronel Bertaso, 1050, Centro, em São Lourenço do Oeste, SC, como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento à CONTRATANTE, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pela CAIXA neste instrumento.

Valor Total: R\$ 639.000,00 (seiscentos e trinta e nove mil reais).

Vigência: A vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, contada da assinatura do contrato, prorrogável por mais 12 (doze) meses, na forma prevista no art. 57, inc. II, e § 4º da Lei 8.666 de 1993.

São Lourenço do Oeste - SC
Geraldino Cardoso
Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 097/2014, PR Nº 063/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 03/07/2014, às 10:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS P13 E P45 PARA UTILIZAÇÃO NO PREPARO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto N.º 094/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 094/2014

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Nomear as servidoras Michelle Nalovaiko, Simone Moretti e Rainildes Pitz Junckes, sob a presidência da primeira, para compor a comissão de avaliação de despesas de exercício anterior.

Art. 2º - A Comissão deverá emitir relatórios no prazo de quinze dias a contar da publicação deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 272/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 272/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA - PROFESSORA II - LETRA F.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 273/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 273/2014

Designa o Vice-Prefeito Municipal o Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO a exercer voluntariamente o Cargo de em Comissão de Secretário de Transportes e Obras.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei 836/2014,

RESOLVE:

Art. 1.º- Designar o Vice-Prefeito Municipal o Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO a exercer voluntariamente o cargo em Comissão de Secretário de Transportes e Obras, pelo período em que o servidor titular encontrar-se afastado de férias (16/06/2014 a 03/07/2014).

Art. 2.º- Pelo exercício no cargo de Secretário de Transportes e Obras, o Vice-Prefeito acima citado não receberá nenhuma remuneração ou subsídio, devido a este cargo, conforme tabela constante da Lei Municipal n.º 19/1997.

Art. 3.º- O Senhor Edson José da Silva Filho receberá unicamente o subsídio referente ao cargo de Vice-Prefeito Municipal.

Art. 4.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 274/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 274/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA JOCIANE LOHN MACAGNAN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

JOCIANE LOHN MACAGNAN - PROFESSORA III - LETRA I.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 275/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 275/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ROSEMARY REITZ FRANCENER, ocupante do cargo de Professora II, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ROSEMARY REITZ FRANCENER, pelo período de 40 (quarenta) dias, a contar da data de 12/06/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12/06/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

EDITAL DE DISPENSA 62.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-202

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br - compras@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 65/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88113-250 torna público

que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em conformidade com as condições e anexos que seguem:

1 - Nos termos do art. 24, Inc. XVII, da Lei nº. 8.666/1993, a Prefeitura contrata-se com a empresa DIMAS COMERCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA, Aquisição e instalação de Para choques frontais do tipo alto, sendo 02 (dois) para choques para os Caminhões da Secretaria de Obras e 01 (um) para choque para o Caminhão da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

- JUSTIFICATIVA: O Entendimento doutrinário é farto, no sentido de que é dispensável a licitação quando visa viabilizar a manutenção da garantia técnica dada pelos fabricantes, nesse sentido Jessé Torres Pereira Júnior, afirma que: "nessas circunstâncias, a condição mais vantajosa não é a do menor preço, mas a que vincule a responsabilidade do fabricante pelo correto funcionamento da máquina, o que, a seu turno vincula o interesse da administração." In, Comentários a Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, Rio de Janeiro Renovar, 1994, p. 44

2- Para atendimento ao pedido do art. 26, da Lei nº. 8.666/1993, expõe-se o que segue:

2.1- O valor global dos objetos licitados é de R\$ 14.100,00 (catorze mil e cem reais)

2.2 - O pagamento do Objeto da presente licitação dar-se-ão em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal ao Setor de Contabilidade do Município.

2.3- Para a assinatura do contrato o contratado deverá apresentar:

a) cópia da cédula de identidade e CPF

b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);

c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual (CND);

d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal (CND);

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS (CND);

f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CND);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."

Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica. 10.01.1.076.4.4.9 0.00.00.00.00.00.0000 (161); 07.01.1.074.4.4.90.00.00.00.00.00.0000 (150)

No mais a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº. 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 125/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 125/2014-PMS

Processo Licitatório nº. 102/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 47/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.700.729/0001-48, estabelecida na Rua Angelo Rubini, nº 660, Barra do Rio Cerro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.260-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de banners e adesivos para veículos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Banner em lona B. O. de 4,0 metros de altura x 2,00 metros de comprimento, com impressão digital de boa qualidade, impressão digital de 720dpis, gramatura 440, aplicação de logomarcas. As extremidades deverão ser nas opções: 1) Na vertical da lona devem ser soldadassobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) Acabamento com ilhós em todos os lados.	9	Unidade	330,00	2.970,00
02	Banner em lona B. O. de 1,5 metros de altura x 0,7 metro de comprimento, com impressão digital de boa qualidade, impressão digital de 720dpis, gramatura 440, aplicação de logomarcas. As extremidades deverão ser nas opções: 1) Na vertical da lona devem ser soldadassobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) Acabamento com ilhós em todos os lados.	7	Unidade	53,00	371,00
03	Banner em lona B. O. de 1,2 metros de altura x 0,9 metro de comprimento, com impressão digital de boa qualidade, impressão digital de 720dpis, gramatura 440, aplicação de logomarcas. As extremidades deverão ser nas opções: 1) Na vertical da lona devem ser soldadassobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) Acabamento com ilhós em todos os lados.	13	Unidade	45,00	585,00
04	Banner em lona B. O. de 0,80 metro de comprimento x 1,20 metros altura, com impressão digital de boa qualidade, impressão digital de 720dpis, gramatura 440, aplicação de logomarcas. As extremidades deverão ser nas opções: 1) Na vertical da lona devem ser soldadassobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) Acabamento com ilhós em todos os lados.	18	Unidade	40,00	720,00

05	Banner em lona B. O. de 3,0 metros de altura x 1,5 metros de comprimento, com impressão digital de boa qualidade, impressão digital de 720dpi, gramatura 440, aplicação de logomarcas. As extremidades deverão ser nas opções: 1) Na vertical da lona devem ser soldadas sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) Acabamento com ilhós em todos os lados.	7	Unidade	175,00	1.225,00
06	Banner em lona B. O. de 1,8 metros de altura x 1,0 metro de comprimento, com impressão digital de boa qualidade, impressão digital de 720dpi, gramatura 440, aplicação de logomarcas. As extremidades deverão ser nas opções: 1) Na vertical da lona devem ser soldadas sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) Acabamento com ilhós em todos os lados.	22	Unidade	80,00	1.760,00
07	Faixa em lona B. O. de 4,00 metros de comprimento x 0,60 metro de altura, com impressão digital de boa qualidade, as extremidades horizontais deverão ser soldadas sobre hastes de madeira cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca.	15	Unidade	90,00	1.350,00
08	Faixa em lona B. O. de 3 metros de comprimento por 0,60 metro de altura, com impressão digital de boa qualidade, horizontais deverão ser soldadas sobre hastes de madeira cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca	37	Unidade	65,00	2.405,00
09	Banner em lona impressa em B. O. de 5,0 metros de altura x 2,0 metros de comprimento, com impressão digital de boa qualidade, as extremidades deverão ter acabamento com ilhós em todos os lados (semelhante a out door).	6	Unidade	380,00	2.280,00
10	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 2 do Termo de Referência. Medidas: 40 cm de comprimento x 20 cm de altura.	4	Unidade	8,00	32,00
11	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 3 e nº 5 do Termo de Referência. Medidas: 60 cm de comprimento x 30 cm de altura.	16	Unidade	18,00	288,00
12	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo de impressão, conforme o slide nº 4 do Termo de Referência. Medidas: 70 cm de comprimento x 15 cm de altura.	30	Unidade	8,00	240,00
13	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 6 do Termo de Referência. Medidas: 40 cm de comprimento x 25 cm de altura.	4	Unidade	10,00	40,00
14	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 7 do Termo de Referência. Medidas: 25 cm de comprimento x 25 cm de altura.	20	Unidade	6,00	120,00
15	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 8 do Termo de Referência. Medidas: 35 cm de comprimento x 35 cm de altura.	10	Unidade	12,00	120,00
16	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 9 do Termo de Referência. Medidas: 2 m de comprimento x 50 cm de altura.	3	Unidade	60,00	180,00

17	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide n° 10 do Termo de Referência. Medidas: 55 cm de comprimento x 40 cm de altura.	9	Unidade	21,00	189,00
18	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide n° 11 e n° 12 do Termo de Referência. Medidas: 3 m de comprimento x 20 cm de altura.	6	Unidade	50,00	300,00
19	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide n° 13 e n° 16 do Termo de Referência. Medidas: 60 cm de comprimento x 45 cm de altura.	22	Unidade	25,00	550,00
20	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide n° 14 do Termo de Referência. Medidas: 1,80 m de comprimento x 30 cm de altura.	2	Unidade	44,00	88,00
21	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide n° 15 do Termo de Referência. Medidas: 105 cm de comprimento x 10 cm de altura.	1	Unidade	10,00	10,00
22	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide n° 17 do Termo de Referência. Medidas: 30 cm de comprimento x 15 cm de altura.	6	Unidade	4,50	27,00
23	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide n° 18 do Termo de Referência. Medidas: 50 cm de comprimento x 25 cm de altura.	12	Unidade	12,00	144,00
24	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide n° 19 do Termo de Referência. Medidas: 35 cm de comprimento x 30 cm de altura.	6	Unidade	10,00	60,00
25	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide n° 20 do Termo de Referência. Medidas: 55 cm de comprimento x 30 cm de altura.	2	Unidade	16,00	32,00
26	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide n° 21 do Termo de Referência. Medidas: 40 cm de comprimento x 20 cm de altura.	15	Unidade	7,60	114,00
27	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide n° 22 do Termo de Referência. Medidas: 60 cm de comprimento x 30 cm de altura.	20	Unidade	17,00	340,00
28	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão, conforme o slide n° 23 do Termo de Referência. Medidas: 20 cm de comprimento x 10 cm de altura.	6	Unidade	2,00	12,00

29	Aquisição e instalação (a intalação será na terra e deverá ser calçado, ou seja, com uma sapata de cimento no chão) de placa retangular, material de fabricação em ACM (Aluminum Composite Material), espessura do ACM (Aluminum Composite Material) é de no mínimo 3mm, tamanho: 0,60 metro de comprimento por 0,20 metro de altura. A estrutura de sustentação deve ser em alumínio, com altura de 80 cm, com espessura condizente para sustentação da placa. As informações descritas na placa devem ser de adesivos recorte em vinil polimérico, a fonte e o tamanho dos dizeres serão de acordo com as necessidades da Secretaria.	5	Unidade	58,00	290,00
30	Aquisição e instalação (a intalação será na terra e deverá ser calçado, ou seja, com uma sapata de cimento no chão) de placa retangular, material de fabricação em ACM (Aluminum Composite Material), espessura do ACM (Aluminum Composite Material) é de no mínimo 3mm, tamanho: 0,62 metro de comprimento por 0,40 metro de altura. A estrutura de sustentação deve ser em alumínio, com altura de 80 cm, com espessura condizente para sustentação da placa. As informações descritas na placa devem ser de adesivos recorte em vinil polimérico, a fonte e o tamanho dos dizeres serão de acordo com as necessidades da Secretaria.	6	Unidade	85,00	510,00
TOTAL R\$					17.352,00

Valor do contrato: R\$ 17.352,00 (dezessete mil trezentos e cinquenta e dois reais)

Data da Assinatura: 18/06/2014 - Vigência: 18/06/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I Errata de Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 53/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 53/2014-PMS

PROCESSO Nº. 117/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de inclusão de item referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 53/2014-PMS, visando à aquisição de tubos de concreto prensados de vários diâmetros, conjunto fossa e filtro, lajotas, meio fio pavers e mourões, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer; e Secretaria da Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Inclui-se:

ANEXO IX
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 53/2014-PMS
TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
1	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,20 X 1,00 no mínimo 3 cm de espessura (a empresa descarrega no local da obra)	200	Unidade	14,00	2.800,00
2	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,30 X 1,00 no mínimo 3 cm de espessura (a empresa descarrega no local da obra)	200	Unidade	15,50	3.100,00
3	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,40 X 1,00 no mínimo 4 cm de espessura (a empresa descarrega no local da obra)	1500	Unidade	21,00	31.500,00
4	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,60 X 1,00 no mínimo 6 cm de espessura (a empresa descarrega no local da obra)	1500	Unidade	41,00	61.500,00

5	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,80 X 1,00 no mínimo 8 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra).	800	Unidade	140,00	112.000,00
6	Tubos de concreto prensados com diâmetro 1,00 X 1,00 no mínimo 10 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra)	500	Unidade	198,00	99.000,00
7	Tubos de concreto prensados com diâmetro 1,20 X 1,00 no mínimo 13 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra)	100	Unidade	260,00	26.000,00
8	Tubos de concreto prensados com diâmetro 1,50 X 1,00 no mínimo 15 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra).	300	Unidade	450,00	135.000,00
9	Tubos de concreto prensados com diâmetro 1,50 X 1,00 no mínimo 15 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra).	30	unidades	1.000,00	30.000,00
10	Poste de concreto prensado - medindo 8 metros de comprimento (padrão Celesc	12	unidades	290,00	3.480,00
11	Paver de concreto prensado - espessura 6 cm	2000	unidades	0,62	1.240,00
12	Meio fio prensado de concreto - medindo 80 X 25 X 8 cm	350	unidades	11,80	4.130,00
13	Lajota sextavada de concreto prensado - medindo 25 X 25 X 8	2500	unidades	1,70	4.250,00
14	Mourão de concreto prensado (alambrado) 250 cm X 10 cm X 10 cm	50	unidades	26,00	1.300,00
15	Mourão de concreto prensado (alambrado) 300 cm X 10 cm X 10 cm	50	unidades	29,00	1.450,00
16	Conjunto fossa e filtro: fossa (1,00 X 2,00), filtro (1,00 X 2,00) - 03 "Ts" esgoto 100 mm, 03 "Caps", 6 metros de tubos PVC 100 MM, 0,65 metros cúbitos pedra pulmão	65	unidades	730,00	3.650,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					520.400,00

Schroeder, 18 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 126/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 126/2014-PMS

Processo Licitatório nº. 103/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 48/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: H. HEINECK TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 12.834.217/0001-86, estabelecida na Avenida Izídio Carlos Peixer, nº 1.077, Ilha da Figueira, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em transporte de calcário da cidade de Botuverá para a cidade de Schroeder, para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrita fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Transporte de Calcário da cidade Botuverá/SC para cidade de Schroeder/SC. Total a ser transportado: 150 toneladas Distância total do trajeto: 308 quilômetros. Mínimo a ser transportado por viagem: 12 a 15 toneladas	150	Unidade	66,70	10.005,00
TOTAL R\$					10.005,00

Valor do contrato: R\$ 10.005,00 (dez mil e cinco reais)

Data da Assinatura: 18/06/2014 - Vigência: 18/06/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.985/2014 de 16 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2.985/2014 de 16 de junho de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.303 - Manutenção das Ações do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 5.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 2.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 5.500,00

05.03 - UNIDADE DE CULTURA

05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 29.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 12.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.303 - Manutenção das Ações do Gabinete do Vice-Prefeito

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 7.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 5.500,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.03 - UNIDADE DE CULTURA

05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 41.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no

DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Termo de Rescisão Contratual 04/2014-PMS

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº. 90/2014 - PMS

Processo de licitação nº. 41/2014 - PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 01/2014 - PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.574.370/0001-20, estabelecida na Rodovia SC 495 nº 2034, Areias Pequenas, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP 89.245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Marcelo Benvenuti, inscrito no CPF sob o nº. 024.368.779-63, portador da carteira de identidade nº. 2/R 4.017.012-SSP/SC, ficam ajustados à rescisão contratual amigável de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, II, e conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 90/2014-PMS, celebrado no dia 08 de maio de 2014, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Bauer, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 250 m e área total de 2.743,00 m², conforme contrato de repasse nº 780488/2012-MCIDADES/CAIXA, por intermédio do Ministério das Cidades, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014, de acordo com o pedido interposto pela empresa e Parecer nº 027/2014-PROJUR da Procuradoria Municipal.

CLÁUSULA 2.ª - DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 18 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Daniela Samulescki
CPF N.º 053.350.739-18
Testemunha 01

Ivandra de Souza
CPF N.º 047.563.299-00
Testemunha 02

I Errata de Pregão Presencial Nº. 51/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2014-PMS

PROCESSO Nº. 115/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 51/2014-PMS, visando contratação de prestadora de seguros para veículos zero quilômetros para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado:

Leia-se:
ANEXO III
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2014-PMS - PROCESSO Nº 115/2014-PMS
PROPOSTA COMERCIAL

NOME DA EMPRESA: _____
CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____ ENDEREÇO COMPLETO: RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____
CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: () _____

Apresentamos nossa proposta para a contratação de prestadora de seguros para veículos zero quilômetros para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Presencial nº. 51/2014-PMS, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

LOTE I - SEGURO TOTAL					
Item	Descrição	Qtde.	Unidade	Valor R\$ Unitárioa	Valor total R\$
Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer					
01	VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0305, Chassi 9BWAG4125FT528623, renavam 1008914506.	01	Unidade		
Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças					
02	VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0245, Chassi 9BWAG4121FT528585, renavam 1008913771.	01	Unidade		
03	VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa QHC9714, Chassi 9BWAG412XFT528228, renavam 1008010895.	01	Unidade		
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos					
04	VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0165, Chassi 9BWAG4127FT528588, renavam 1008912830.	01	Unidade		
Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental					
05	VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0065, Chassi 9BWAG412XFT528505, renavam 1008912015.	01	Unidade		
Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo					
06	VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKH9925, Chassi 9BWAG4125FT528590, renavam 1008909383.	01	Unidade		
Secretaria de Saúde de Assistência Social					

07	CLASSIC SEDAN LS 1.0, chevrolet, ano/ modelo 2014/2014, na cor branca, placa MMH1554, Chassi 8AGSU19F0ER168613, renavam 1005236477.	01	Unidade		
TOTAL R\$ LOTE I					

Coberturas:

Danos Materiais	R\$ 100.000,00
Danos Corporais	R\$ 200.000,00
Danos Morais	R\$ 30.000,00
APP Morte	R\$ 10.000,00
APP Invalidez	R\$ 10.000,00

Vidros
Franquia Normal

100% da Tabela FIPE

Assistência 24 horas: Guincho, chaveiro, táxi, hotel, pane elétrica e mecânica, troca de pneu. 400 km de Guincho.
Carro Reserva (popular básico) por 10 dias em caso de perda parcial ou perda total - com livre escolha de oficinas.

LOTE II - CONTRA TERCEIROS					
Item	Descrição	Qtde.	Unidade	Valor R\$ Unitário	Valor total R\$
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos					
08	Caminhão Basculante, mercedes Benz/atron 2729 - 9X4, placa OKG 2184, ano/modelo 2014, na cor branca, renavam 1005916907.	01	Unidade		
TOTAL R\$ LOTE II					

Seguro Contra Terceiros

Danos Materiais	R\$ 100.000,00
Danos Corporais	R\$ 200.000,00
Danos Morais	R\$ 30.000,00
Assistência 24 Horas	

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com deslocamento para implantação da solução contratada e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

- Conter Nome do banco, número de conta corrente da licitante, agencia e cidade. Preferencialmente conta bancária em uma das agências conveniadas com o município, ou seja, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou Bradesco.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 6.1.4 do edital).

-----, ---- de ----- de 2014.

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Responsável Legal (nome, cargo, RG, CPF).

Obs.: O documento deverá ser preferencialmente em papel timbrado da licitante

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2014-PMS

TERMO DE REFERÊNCIA

Esta licitação tem por objeto a contratação de prestadora de seguros para veículos zero quilômetros para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

LOTE I - SEGURO TOTAL

Item	Descrição	Qtde.	Unidade	Valor R\$ Unitário Referência	Valor total R\$ Referência
Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer					
01	VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0305, Chassi 9BWAG4125FT528623, renavam 1008914506.	01	Unidade	899,81	899,81
Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças					
02	VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0245, Chassi 9BWAG4121FT528585, renavam 1008913771.	01	Unidade	899,81	899,81
03	VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa QHC9714, Chassi 9BWAG412XFT528228, renavam 1008010895.	01	Unidade	899,81	899,81
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos					
04	VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0165, Chassi 9BWAG4127FT528588, renavam 1008912830.	01	Unidade	899,81	899,81
Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental					
05	VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0065, Chassi 9BWAG412XFT528505, renavam 1008912015.	01	Unidade	899,81	899,81
Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo					
06	VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKH9925, Chassi 9BWAG4125FT528590, renavam 1008909383.	01	Unidade	899,81	899,81
Secretaria de Saúde de Assistência Social					
07	CLASSIC SEDAN LS 1.0, chevrolet, ano/ modelo 2014/2014, na cor branca, placa MMH1554, Chassi 8AGSU19F0ER168613, renavam 1005236477.	01	Unidade	658,35	658,35
TOTAL REFERÊNCIA R\$ LOTE I					6.057,21

Coberturas:

Danos Materiais	R\$ 100.000,00
Danos Corporais	R\$ 200.000,00
Danos Morais	R\$ 30.000,00
APP Morte	R\$ 10.000,00
APP Invalidez	R\$ 10.000,00

Vidros

Franquia Normal

100% da Tabela FIPE

Assistência 24 horas: Guincho, chaveiro, táxi, hotel, pane elétrica e mecânica, troca de pneu. 400 km de Guincho.
Carro Reserva (popular básico) por 10 dias em caso de perda parcial ou perda total - com livre escolha de oficinas.

LOTE II - CONTRA TERCEIROS

Item	Descrição	Qtde.	Unidade	Valor R\$ Unitário Referência	Valor total R\$ Referência
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos					
08	Caminhão Basculante, mercedes Benz/atron 2729 - 9X4, placa OKG 2184, ano/modelo 2014, na cor branca, renavam 1005916907,	01	Unidade	1.230,02	1.230,02
TOTAL REFERÊNCIA R\$ LOTE II					1.230,02

Seguro Contra Terceiros

Danos Materiais	R\$ 100.000,00
Danos Corporais	R\$ 200.000,00
Danos Morais	R\$ 30.000,00
Assistência 24 Horas	

Schroeder, 18 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo de Homologação E Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preço Nº. 01/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2014-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2014-PMS, PROCESSO Nº. 41/2014-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Bauer, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 250 m e área total de 2.743,00 m², conforme contrato de repasse nº 780488/2012-MCIDADES/CAIXA, por intermédio do Ministério das Cidades, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014, que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim/SC.
Valor da proposta vencedora: R\$ 235.552,58 (duzentos e trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).
Data da Assinatura: 18/06/2014 - Vigência: 31/12/2014

Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 127/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato do Contrato nº. 127/2014-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 01/2014-PMS - Processo nº. 41/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim/SC.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Bauer, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 250 m e área total de 2.743,00 m², conforme contrato de repasse nº 780488/2012-MCIDADES/CAIXA, por intermédio do Ministério das Cidades, projeto, memorial descritivo, planilha de

quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014, que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Valor do contrato: R\$ 235.552,58 (duzentos e trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).
Data da Assinatura: 18/06/2014 - Vigência: 31/12/2014

Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 47/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2014

Página: 1/7

Número do Registro de Preços: 36/2014 Data do Registro: 18/06/2014 Válido até: 18/06/2015**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de banners e adesivos para veículos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Banner em lona B. O. de 4,0 metros de altura x 2,00 metros de comprimento, com impressão digital de boa qualidade, impressão digital de 720dpi, gramatura 440, aplicação de logomarcas. As extremidades deverão ser nas opções: 1) Na vertical da lona devem ser solidadassobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) Acabamento com ilhós em todos os lados.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	330.0000	1
2	Banner em lona B. O. de 1,5 metros de altura x 0,7 metro de comprimento, com impressão digital de boa qualidade, impressão digital de 720dpi, gramatura 440, aplicação de logomarcas. As extremidades deverão ser nas opções: 1) Na vertical da lona devem ser solidadassobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) Acabamento com ilhós em todos os lados.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	53.0000	1
3	Banner em lona B. O. de 1,2 metros de altura x 0,9 metro de comprimento, com impressão digital de boa qualidade, impressão digital de 720dpi, gramatura 440, aplicação de logomarcas. As extremidades deverão ser nas opções: 1) Na vertical da lona devem ser solidadassobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) Acabamento com ilhós em todos os lados.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	45.0000	1
4	Banner em lona B. O. de 0,80 metro de comprimento x 1,20 metros altura, com impressão digital de boa qualidade, impressão digital de 720dpi, gramatura 440, aplicação de logomarcas. As extremidades deverão ser nas opções: 1) Na vertical da lona devem ser solidadassobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) Acabamento com ilhós em todos os lados.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	40.0000	1
5	Banner em lona B. O. de 3,0 metros de altura x 1,5 metros de comprimento, com impressão digital de boa qualidade, impressão digital de 720dpi, gramatura 440, aplicação de logomarcas. As extremidades deverão ser nas opções: 1) Na vertical da lona devem ser solidadassobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) Acabamento com ilhós em todos os lados.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	175.0000	1
6	Banner em lona B. O. de 1,8 metros de altura x 1,0 metro de comprimento, com impressão digital de boa qualidade, impressão digital de 720dpi, gramatura 440, aplicação de logomarcas. As extremidades deverão ser nas opções: 1) Na vertical da lona devem ser solidadassobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) Acabamento com ilhós em todos os lados.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	80.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2014

Número do Registro de Preços: 36/2014		Data do Registro: 18/06/2014		Válido até: 18/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de banners e adesivos para veículos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Faixa em lona B. O. de 4,00 metros de comprimento x 0,60 metro de altura, com impressão digital de boa qualidade, as extremidades horizontais deverão ser soldadas sobre hastes de madeira cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	90,0000	1
8	Faixa em lona B. O. de 3 metros de comprimento por 0,60 metro de altura, com impressão digital de boa qualidade, horizontais deverão ser soldadas sobre hastes de madeira cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	65,0000	1
9	Banner em lona impressa em B. O. de 5,0 metros de altura x 2,0 metros de comprimento, com impressão digital de boa qualidade, as extremidades deverão ter acabamento com lhdos em todos os lados (semelhante a out door).	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	380,0000	1
10	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 2 do Termo de Referência. Medidas: 40 cm de comprimento x 20 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	8,0000	1
11	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 3 e nº 5 do Termo de Referência. Medidas: 60 cm de comprimento x 30 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	18,0000	1
12	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo de impressão, conforme o slide nº 4 do Termo de Referência. Medidas: 70 cm de comprimento x 15 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	8,0000	1
13	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 6 do Termo de Referência. Medidas: 40 cm de comprimento x 25 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	10,0000	1
14	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 7 do Termo de Referência. Medidas: 25 cm de comprimento x 25 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	6,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2014

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 36/2014		Data do Registro: 18/06/2014		Válido até: 18/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de banners e adesivos para veículos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 8 do Termo de Referência. Medidas: 35 cm de comprimento x 35 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	12,0000	1
16	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 9 do Termo de Referência. Medidas: 2 m de comprimento x 50 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	60,0000	1
17	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 10 do Termo de Referência. Medidas: 55 cm de comprimento x 40 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	21,0000	1
18	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 11 e nº 12 do Termo de Referência. Medidas: 3 m de comprimento x 20 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	50,0000	1
19	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 13 e nº 16 do Termo de Referência. Medidas: 60 cm de comprimento x 45 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	25,0000	1
20	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 14 do Termo de Referência. Medidas: 1,80 m de comprimento x 30 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	44,0000	1
21	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 15 do Termo de Referência. Medidas: 105 cm de comprimento x 10 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	10,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2014

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 36/2014		Data do Registro: 18/06/2014		Válido até: 18/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de banners e adesivos para veículos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 17 do Termo de Referência. Medidas: 30 cm de comprimento x 15 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	4,5000	1
23	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 18 do Termo de Referência. Medidas: 50 cm de comprimento x 25 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	12,0000	1
24	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 19 do Termo de Referência. Medidas: 35 cm de comprimento x 30 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	10,0000	1
25	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 20 do Termo de Referência. Medidas: 55 cm de comprimento x 30 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	16,0000	1
26	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 21 do Termo de Referência. Medidas: 40 cm de comprimento x 20 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	7,6000	1
27	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão ou recorte/plotado, de acordo com a necessidade da Secretaria, conforme o slide nº 22 do Termo de Referência. Medidas: 60 cm de comprimento x 30 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	17,0000	1
28	Aplicação/colocação, elaboração de Layout para aprovação da Secretaria e aquisição de adesivo automotivo de impressão, conforme o slide nº 23 do Termo de Referência. Medidas: 20 cm de comprimento x 10 cm de altura.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	2,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2014

Número do Registro de Preços: 36/2014		Data do Registro: 18/06/2014		Válido até: 18/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de banners e adesivos para veículos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Aquisição e instalação (a instalação será na terra e deverá ser calçada, ou seja, com uma sapata de cimento no chão) de placa retangular, material de fabricação em ACM (Alumínio Composite Material), espessura do ACM (Alumínio Composite Material) é de no mínimo 3mm, tamanho: 0,60 metro de comprimento por 0,20 metro de altura. A estrutura de sustentação deve ser em alumínio, com altura de 80 cm, com espessura condizente para sustentação da placa. As informações descritas na placa devem ser de adesivos recorte em vinil polimérico, a fonte e o tamanho dos dizeres serão de acordo com as necessidades da Secretaria.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	58,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2014

Número do Registro de Preços: 36/2014		Data do Registro: 18/06/2014		Válido até: 18/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de banners e adesivos para veículos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Aquisição e instalação (a instalação será na terra e deverá ser calçada, ou seja, com uma sapata de cimento no chão) de placa retangular, material de fabricação em ACM (Alumínio Composite Material), espessura do ACM (Alumínio Composite Material) é de no mínimo 3mm, tamanho: 0,62 metro de comprimento por 0,40 metro de altura. A estrutura de sustentação deve ser em alumínio, com altura de 80 cm, com espessura condizente para sustentação da placa. As informações descritas na placa devem ser de adesivos recorte em vinil polimérico, a fonte e o tamanho dos dizeres serão de acordo com as necessidades da Secretaria.	UN	MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (12600)		0	85,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2014

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 36/2014		Data do Registro: 18/06/2014		Válido até: 18/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de banners e adesivos para veículos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2014
PROCESSO Nº 102/2014

(12600) - MIXPLAC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME

Schroeder, 18 de Junho de 2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PRESENCIAL 48/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 37/2014		Data do Registro: 18/06/2014		Válido até: 18/06/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em transporte de calcário da cidade de Botuverá para a cidade de Schroeder, para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do M						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.

1	Transporte de Calcário da cidade Botuverá/SC para cidade de Schroeder/SC. Total a ser transportado: 150 toneladas Distância total do trajeto: 308 quilômetros. Mínimo a ser transportado por viagem: 12 a 15 toneladas	UN	H HEINECK TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA (12511)		0	66.7000	1
---	---	----	---	--	---	---------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2014

Número do Registro de Preços: 37/2014		Data do Registro: 18/06/2014		Válido até: 18/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em transporte de calcário da cidade de Botuverá para a cidade de Schroeder, para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do M							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2014
PROCESSO Nº 103/2014

(12511) - H HEINECK TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

Schroeder, 18 de Junho de 2014.

Serra Alta**PREFEITURA****Extrato Prorrogação Pregão Presencial Nº 35-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PRORROGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2014

PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

Tipo: Menor Preço/Global.

OBJETO: Aquisição de Material para instalação de esquadrias com vidro temperado incolor e colocação de um Toldo no Prédio da Creche Municipal Primeiros Passos, garantindo aos alunos um lugar agradável, confortável, seguro e propício para o desenvolvimento e aprendizado.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 07 de Julho de 2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 07 de Julho de 2014.
O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 18 de junho de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

Siderópolis**PREFEITURA****67/2014 CV Aviso Academia Sao Martinho**

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Processo de Licitação PMS nº 67/2014

CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PMS Nº 33/2014

O Município de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 30/06/2014, às 16h00min (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Construção de uma academia ao ar livre no bairro São Martinho Alto, conforme proposta de transferência 0000008816 entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e Prefeitura Municipal de Siderópolis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária. O edital já está disponível no Setor de Licitações do município. Maiores informações: licitação@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 3188 (Fabíola C. Comin).

Siderópolis, 18 de junho de 2014.

HELIO ROBERTO CESA.

Prefeito Municipal.

Timbé do Sul

PREFEITURA

Decreto 116/2014

DECRETO Nº 116, DE 17 DE JUNHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.725/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 125.700,00 (cento e vinte e cinco mil e setecentos reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - Gabinete do Prefeito
2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(25) - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(12) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
2.006 - Manutenção do Ensino Básico
3.3.90.00.00.00.00.00.0087(21) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
2.009 - Manutenção do Ensino Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.0084(4) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(42) - Aplicações Diretas R\$ 50.700,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2.027 - Manutenção da Secretaria de Agricultura
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(122) - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

02.01 - Gabinete do Prefeito
2.033 - Manutenção das Ações da Defesa Civil
4.4.90.00.00.00.00.00.0080(142) - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
1.004 - Ampliação da Rede Física do Ensino Básico
4.4.90.00.00.00.00.00.0087(144) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
1.006 - Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.0087(30) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
1.007 - Aquis., Constr. E Ampliação de Praças Poli Esportivas
4.4.90.00.00.00.00.00.0087(61) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
1.008 - Construção de Ginásio de Esportes
4.4.90.00.00.00.00.00.0087(64) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes

1.016 - Pavimentação de Vias Urbanas
4.4.90.00.00.00.00.00.0080(115) - Aplicações Diretas R\$ 6.200,00

1.017 - Construção de Ponte, Pontilhões e Passeios Públicos
4.4.90.00.00.00.00.00.0080(119) - Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1.020 - Sinalização de Trânsito e Indicativos
4.4.90.00.00.00.00.00.0080(134) - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação
2.019 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(86) - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 17 de Junho de 2014.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 117/2014

DECRETO Nº 117, DE 17 DE JUNHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a lei Municipal nº 1.726/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00.0101(18) - Aplicações Diretas R\$ 41.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
1.012 - Aquisição de Veículos
4.4.90.00.00.00.00.00.0101(1) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
1.013 - Construção e Ampliação da Unidade Básica de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0101(4) - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 17 de Junho de 2014.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 118/2014

DECRETO Nº 118, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, Fernando Daniel, matrícula nº 2338, ocupante do Cargo de Agente de Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Timbé do Sul, 17 de junho de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 119/2014

DECRETO Nº 119, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 e Lei Complementar 01/2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a Senhora Vilma Pelizzari Ghellere, matrícula nº 2857, do Cargo de Secretario de Assistência Social e habitação - CC-1, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 18 de Junho de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 120/2014

DECRETO Nº 120, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

FIXA REMUNERAÇÃO DA SECRETÁRIA DO CONSELHO TUTELAR DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das suas atribuições e em atendimento ao que estabelecem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal 934/1997;

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixada a remuneração da Senhora Eliane Ferro Stecanella, CPF nº 469.730.959-68 e RG nº 969.062, no cargo de Secretária do Conselho Tutelar do Município de Timbé do Sul, correspondente ao Nível 86/A1.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e tem efeitos a partir de 17/06/2014.

TIMBÉ DO SUL - SC, 18 de junho de 2014.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal]

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretario de Administração e Finanças

Decreto 121/2014

DECRETO Nº 121, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA SECRETARIO DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 e Lei Complementar 01/2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o Senhor Gelson Correa, matrícula nº 820, do Cargo de Secretario de Saúde - CC-1, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 18 de Junho de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.725/2014

LEI Nº 1.725, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 125.700,00 (cento e vinte e cinco mil e setecentos reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - Gabinete do Prefeito
2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00.00.00.0080(25) - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.0080(12) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
2.006 - Manutenção do Ensino Básico
3.3.90.00.00.00.00.0087(21) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
2.009 - Manutenção do Ensino Infantil
3.3.90.00.00.00.00.0084(4) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município
3.3.90.00.00.00.00.0080(42) - Aplicações Diretas R\$ 50.700,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2.027 - Manutenção da Secretaria de Agricultura
3.3.90.00.00.00.00.0080(122) - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

02.01 - Gabinete do Prefeito
2.033 - Manutenção das Ações da Defesa Civil
4.4.90.00.00.00.00.0080(142) - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
1.004 - Ampliação da Rede Física do Ensino Básico
4.4.90.00.00.00.00.0087(144) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
1.006 - Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil
4.4.90.00.00.00.00.0087(30) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
1.007 - Aquis., Constr. E Ampliação de Praças Poli Esportivas
4.4.90.00.00.00.00.0087(61) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
1.008 - Construção de Ginásio de Esportes
4.4.90.00.00.00.00.0087(64) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
1.016 - Pavimentação de Vias Urbanas
4.4.90.00.00.00.00.0080(115) - Aplicações Diretas R\$ 6.200,00
1.017 - Construção de Ponte, Pontilhões e Passeios Públicos
4.4.90.00.00.00.00.0080(119) - Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1.020 - Sinalização de Trânsito e Indicativos
4.4.90.00.00.00.00.0080(134) - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação
2.019 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
3.3.90.00.00.00.00.0080(86) - Aplicações Diretas R\$

60.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 17 de Junho de 2014.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.726/2014

LEI Nº 1.726, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00101(18) - Aplicações Diretas R\$ 41.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
1.012 - Aquisição de Veículos
4.4.90.00.00.00.00.00101(1) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
1.013 - Construção e Ampliação da Unidade Básica de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00101(4) - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 17 de Junho de 2014.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução 05/2014**

Resolução 05/2014

Altera a Resolução 02/84 de 12/04/84 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo que estabelece o Artigo 19, letra "b" do Regimento Interno RESOLVE:

Art. 1º Fica o Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbé do Sul alterado nos seguintes dispositivos:

"Art. 122 As reuniões ordinárias compor-se-ão de cinco partes:

Pequeno Expediente;

Prolongamento do Expediente;

Ordem do Dia;

Tribuna Popular;

Grande Expediente.

SEÇÃO III**DO GRANDE EXPEDIENTE**

Art. 128 Esgotada as fases anteriores da sessão passar-se-á para o Grande Expediente, que terá duração máxima e improrrogável de 50 (cinquenta) minutos.

Art. 129 O tempo do Grande Expediente é reservado aos Partidos Políticos para pronunciamento dos Vereadores, adotado o seguinte sistema de inscrição e uso da palavra:

I A mesa abrirá tempo de 10 (dez) segundos para inscrição de Vereador que poderá usar a palavra pelo tempo máximo de 5 (cinco) minutos;

II Cada Vereador poderá inscrever-se somente uma vez para fazer uso da palavra.

III O Vereador inscrito no Grande Expediente, fazendo uso da palavra, poderá ceder, uma vez e no máximo de 2 (dois) minutos, o tempo que lhe é concedido;

IV É permitido ao Vereador solicitar cessão de tempo apenas uma vez durante toda a fase do Grande Expediente.

Parágrafo único - Ao Presidente cabe a prerrogativa de fazer o uso da palavra no final do Grande Expediente, não sendo-lhe permitida a cessão do tempo que dispõe."

Art. 2º Ficam revogadas as disposições anteriores previstas pelos Artigos 122, 128, 129, 130, 131 e seus parágrafos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 17 de junho de 2014

Vereador Cassiano Ghelere

Presidente

Publicada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul na data supra.

Luiz José Warnier

Agente Legislativo

Timbó

PREFEITURA

Aviso Pregão Presencial N.º 16 2014 FMS- Aquisição de 01 Veículo

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 16/2014 - FMS

OBJETO: Fornecimento, garantia e assistência técnica de 01 (um) veículo (tipo passeio), novo, sem uso, especificado no anexo I (termo de referência) para atender as necessidades da secretaria de saúde, conforme proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 11422.955000/1130-06 do Ministério da Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 03 de julho de 2014. ABERTURA: dia 03 de julho de 2014 às 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações situada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 16/06/2014
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

Certidão de Aprovação Nº 007 de 12 de Maio de 2014-Republicado

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 007 DE 12 DE MAIO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o LOTEAMENTO denominado "CAPITAIS", situado no lado ímpar da Rua Expedicionário Pedro João Silva, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 129,73 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tirolezes, nesta Cidade, com a área de 16.071,72m² (Dezesseis mil, setenta e um metros e setenta e dois decímetros quadrados), processo L-028/2008 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente RITA ITTNER, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 231, datado de 25 de janeiro de 2008 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O Loteamento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 22.958, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.019.0187.001, sendo constituído:

De 21 (vinte e um) lotes, uma área para a Rua Santiago, uma área para a Rua La Paz e uma área para a Rua Bogotá, abaixo transcritos:

Lote 01 (um) - com área de 649,69m² (seiscentos e quarenta e nove metros e sessenta e nove decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Expedicionário Pedro João Silva, esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 27,39 metros com lado ímpar da Rua Expedicionário Pedro João Silva; fundos estrema em 33,27 metros com o lote nº 02; lado esquerdo estrema em 13,82 metros com o lado ímpar da Rua Santiago e em 9,50 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Santiago; e, lado direito estrema em 19,54

metros com terras de Walmor Conti, matrícula nº 6.050, livro 2;

Lote 02 (dois) - com área de 498,09m² (quatrocentos e noventa e oito metros e nove decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado direito do imóvel, 19,88 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Expedicionário Pedro João Silva, estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Walmor Conti, matrícula nº 6.050, livro 2; lado esquerdo estrema em 33,14 metros com o lote nº 03; e, lado direito estrema em 33,27 metros com o lote nº 01;

Lote 03 (três) - com área de 496,92m² (quatrocentos e noventa e seis metros e noventa e dois decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado direito do imóvel, 34,88 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Expedicionário Pedro João Silva; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Walmor Conti, matrícula nº 6.050, livro 2; lado direito estrema em 33,14 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 33,00 metros, sendo em 18,00 metros com o lote nº 04 e em 15,00 metros com o lote nº 05;

Continuação da Certidão n.º 007/2014, fls. 02.

Lote 04 (quatro) - com área de 536,84m² (quinhentos e trinta e seis metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado ímpar da Rua La Paz; estremando na frente em 24,25 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,25 metros com o lote nº 05; lado direito estrema em 18,00 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo estrema em 12,00 metros com lado ímpar da Rua La Paz e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua La Paz;

Lote 05 (cinco) - com área de 453,81m² (quatrocentos e cinqüenta e três metros e oitenta e um decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua La Paz, distante pelo lado direito do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago, estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua La Paz; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 03; lado direito estrema em 30,25 metros com o lote nº 04; e, lado esquerdo estrema em 30,25 metros com o lote nº 06;

Lote 06 (seis) - com área de 452,85m² (quatrocentos e cinqüenta e dois metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua La Paz, distante pelo lado direito do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago, estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua La Paz; fundos estrema em 15,00 metros com terras Walmor Conti, matrícula nº 6.050, livro 2; lado esquerdo estrema em 30,13 metros com o lote nº 07; e, lado direito estrema em 30,25 metros com o lote nº 05;

Lote 07 (sete) - com área de 666,95m² (seiscentos e sessenta e seis metros e noventa e cinco decímetros quadrados) situado no final da Rua La Paz, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 57,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua da Rua Santiago; estremando na frente em 18,00 metros com o final da Rua La Paz, em 3,00 metros com o lado ímpar da Rua La Paz e em 30,13 metros com o lote nº 06; fundos estrema em 48,00 metros com terras de Arnoldo Laemmel, matrícula nº 6.631, livro 2; lado direito estrema em 15,00 metros com terras de Walmor Conti, matrícula nº 6.050, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 12,00 metros com o lote nº 08;

Lote 08 (oito) - com área de 768,95m² (setecentos e sessenta e oito metros e noventa e cinco decímetros quadrados), situado no lado par da Rua La Paz, distante pelo lado esquerdo do imóvel, em

39,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 30,00 metros, sendo em 18,00 metros com o lado par da Rua La paz e em 12,00 metros com o lote nº 07; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 13; lado direito estrema em 25,63 metros com terras de Arnaldo La-
emmel, matrícula nº 6.631, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 25,63 metros com o lote nº 09;

Lote 09 (nove) - com área de 474,47m2 (quatrocentos e setenta e quatro metros e quarenta e sete décímetros quadrados) situado no lado par da Rua La Paz, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua La Paz; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 12; lado direito estrema em 31,63 metros sendo, em 6,00 metros com o lado par da rua

Continuação da Certidão n.º 007/2014, fls. 03.

La Paz e em 25,63 metros com o lote nº 08; e, lado esquerdo estrema em 31,63 metros com o lote nº 10;

Lote 10 (dez) - com área de 561,64m2 (quinhentos e sessenta e um metros e sessenta e quatro décímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado par da Rua La Paz; estremando na frente em 25,63 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 31,63 metros com o lote nº 09; lado direito estrema em 12,00 metros com o lado par da rua La Paz e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua La Paz ; e, lado esquerdo estrema em 18,00 metros com o lote nº 11;

Lote 11 (onze) - com área de 568,30m2 (quinhentos e sessenta e oito metros e trinta décímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado ímpar da Rua Bogotá; estremando na frente em 26,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 32,00 metros com o lote nº 12; lado direito estrema em 18,00 metros com o lote nº 10; e, lado esquerdo estrema em 12,00 metros com o lado ímpar da Rua Bogotá e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Bogotá;

Lote 12 (doze) - com área de 480,00m2 (quatrocentos e oitenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Bogotá, distante pelo lado direito do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Bogotá; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 09; lado direito estrema em 32,00 metros com o lote nº 11; e, lado esquerdo estrema em 32,00 metros, sendo em 6,00 metros com o lado ímpar da Rua Bogotá e em 26,00 metros com o lote nº 13;

Lote 13 (treze) - com área de 780,00m2 (setecentos e oitenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Bogotá, distante pelo lado direito do imóvel, 39,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 30,00 metros, sendo em 18,00 metros com o lado ímpar da Rua Bogotá e em 12,00 metros com o lote nº 14; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 08; lado direito estrema em 26,00 metros com o lote nº 12; e, lado esquerdo estrema em 26,00 metros com terra de Waldemar Schuetze, matrícula nº 12.154, livro 2;

Lote 14 (quatorze) - com uma área total de 666,00m2 (seiscentos e sessenta e seis metros quadrados), situado no final da Rua Bogotá distante pelo lado direito do imóvel, 57,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 18,00 metros com o final da Rua Bogotá, em 3,00 metros com o lado par da Rua Bogotá e em 30,00 com o lote nº 15; fundos estrema em 48,00 metros com terras de Waldemar Schuetze,

matrícula nº 12.154, livro 2; lado direito estrema em 12,00 metros com o lote nº 13; e, lado esquerdo estrema em 15,00 metros com o lote nº 21;

Lote 15 (quinze) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Bogotá, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado
Continuação da Certidão n.º 007/2014, fls. 04.

par da Rua Bogotá; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 20; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 14; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 16;

Lote 16 (dezesseis) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Bogotá, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Bogotá; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 19; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 15; e, lado esquerdo estrema 30,00 metros com o lote nº 17;

Lote 17 (dezessete) - com área de 532,27m2 (quinhentos e trinta e dois metros e vinte e sete décímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada pelo lado par da Rua Bogotá; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 16; lado direito estrema em 12,00 metros com lado par da Rua Bogotá e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua Bogotá; e, lado esquerdo estrema em 18,00 metros com o lote nº 18;

Lote 18 (dezoito) - com área de 536,12m2 (quinhentos e trinta e seis metros e doze décímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado par da Rua Professor Alfredo Girardi; estremando na frente em 24,23 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,18 metros com o lote nº 19; lado direito estrema em 18,00 metros com o lote nº 17; e, lado esquerdo estrema em 11,97 metros com o lado par da Rua Professor Alfredo Girardi e em 9,45 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Santiago;

Lote 19 (dezenove) - com área de 452,27m2 (quatrocentos e cinquenta e dois metros e vinte e sete décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Professor Alfredo Girardi, distante pelo lado direito do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Professor Alfredo Girardi; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 16; lado direito estrema em 30,18 metros com o lote nº 18; e, lado esquerdo estrema em 30,12 metros com o lote nº 20;

Lote 20 (vinte) - com área de 451,36m2 (quatrocentos e cinquenta e um metros e trinta e seis décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Professor Alfredo Girardi, distante pelo lado direito do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Professor Alfredo Girardi; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 15; lado direito estrema em 30,12 metros com o lote nº 19; e, lado esquerdo estrema em 30,06 metros com o lote nº 21;

Lote 21 (vinte e um) - com área de 450,45m2 (quatrocentos e cinquenta metros e quarenta e cinco décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Professor Alfredo Girardi, distante pelo lado direito do imóvel, 48,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago;

estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Professor Alfredo Girardi; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 14; lado direito estrema em 30,06 metros com o lote nº Continuação da Certidão n.º 007/2014, fls. 05.

20; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com terras de Waldemar Schuetze, matrícula nº 12.154, livro 2;

ÁREA VERDE - A Área Verde destinada ao Loteamento Capitais com uma área total de 711,45m², está situada na matrícula nº 22.040, livro 2, sendo parte do lote nº 64 do Loteamento Capitais III, de propriedade de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, cujo lote está descrito no referido loteamento;

ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA - A Área de Utilidade Pública destinada ao Loteamento Capitais, com uma área total de 876,66m², está situada na matrícula nº 16.987, livro 2, de propriedade de Heins Henrique Hoeltgebaum;

RUA SANTIAGO - Uma faixa de terras com área de 3.223,84m² (Três mil, duzentos e vinte e três metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado ímpar da Rua Expedicionário Pedro João Silva, distante pelo lado esquerdo 129,73 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tirolese; estremando na frente em 25,96 metros com o lado ímpar da Rua Expedicionário Pedro João Silva; fundos estrema em 26,01 metros com o lado par da Rua Professor Alfredo Girardi; lado direito estrema em 9,50 metros na curva de transição formada com o lote nº 01, em 215,93 metros, sendo em 13,82 metros com o lote nº 01, em 15,00 metros com o lote nº 02, em 15,00 metros com o lote nº 03, em 24,25 metros com o lote nº 04, em 24,00 metros com a testada da Rua La Paz, em 25,63 metros com o lote nº 10, em 26,00 metros com o lote nº 11, em 24,00 metros com a testada da Rua Bogotá, em 24,00 metros com o lote nº 17 e em 24,23 metros com o lote nº 18, em 9,45 metros na curva de transição formada com o lote nº 18; e, lado esquerdo estrema em 9,32 metros na curva de transição formada com terras de Cosma Purin, matrícula nº 22.249, livro 2, em 216,33 metros com terras de Cosma Purin, matrícula nº 22.249, livro 2 e em 9,40 metros na curva de transição formada com terras de Cosma Purin, matrícula nº 22.249, livro 2. A Rua Santiago tem gabarito total de 14,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 3,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

RUA LA PAZ - Uma faixa de terras com área de 735,45m² (Setecentos e trinta e cinco metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado direito 74,13 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Expedicionário Pedro João Silva; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 18,00 metros com o lote nº 07; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 04, em 45,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 04, em 15,00 metros com o lote nº 05, em 15,00 metros com o lote nº 06 e em 3,00 metros com o lote nº 07; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 10, em 27,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 10 e em 15,00 metros com o lote

Continuação da Certidão n.º 007/2014, fls. 06.

nº 09, em 6,00 metros com o lote nº 09 e em 18,00 metros com o lote nº 08. A Rua La Paz tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

RUA BOGOTÁ - Uma faixa de terras com área de 735,45m² (Setecentos e trinta e cinco metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado esquerdo 54,26 metros da esquina formada com o lado par da Rua Professor Alfredo Girardi; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 18,00 metros com o lote nº 14; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 11, em 27,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 11 e em 15,00 metros com o lote nº 12, em 6,00 metros com o lote nº 12 e em 18,00 metros com o lote nº 13; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 17, em 45,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 17, em 15,00 metros com o lote nº 16, em 15,00 metros com o lote nº 15 e em 3,00 metros com o lote nº 14. A Rua Bogotá tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

O loteamento destina-se para uso residencial e comercial, não sendo permitidas edificações com área inferior a 100,00m², as de madeira e as com cobertura do tipo meia-água, com exceção no alinhamento dos fundos dos lotes, devendo ser ainda, observadas as exigências do Plano Diretor do Município;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano;

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 12 de maio de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

Certidão de Aprovação Nº 008 de 12 de Maio de 2014-Replicado

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 008 DE 12 DE MAIO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o LOTEAMENTO denominado "CAPITAIS I", situado no lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 130,22 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tirolese, nesta Cidade, com a área de 34.961,14m² (trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e um metros e quatorze decímetros quadrados), processo L-055/2008 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente RITA ITTNER, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 230, datado de 25 de janeiro de 2008 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O Loteamento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o

nº 22.957, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.018.0564.001, sendo constituído:

De 45 (quarenta e cinco) lotes, dos quais o lote 65 é destinado para Área Verde, contendo uma área para a Rua Santiago, uma área para a Rua Quito, uma área para a Rua Lima, uma área para a Rua Assunção, uma área para a Rua Montevideu e uma área para a Rua Buenos Aires, abaixo transcritos:

Lote 01 (um) - com área de 534,03m² (quinhentos e trinta e quatro metros e três décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; estremando na frente em 24,08 metros com lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,13 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 12,02 metros com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi e em 9,40 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Santiago; e, lado esquerdo estrema em 18,00 metros com o lote nº 11. No lado esquerdo deste imóvel fica reservada uma faixa 'non aedificandi' com 3,00 metros de largura e 18,00 metros de comprimento destinada à faixa sanitária;

Lote 02 (dois) - com área de 452,41m² (quatrocentos e cinquenta e dois metros e quarenta e um décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 10; lado direito estrema em 30,19 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo estrema em 30,13 metros com o lote nº 01. Nos fundos deste imóvel fica reservada uma faixa 'non aedificandi' com 3,00 metros de largura e 15,00 metros de comprimento destinada à faixa sanitária;

Continuação da Certidão n.º 008/2014, fls. 02.

Lotes 03 (três) - com área de 453,33m² (quatrocentos e cinquenta e três metros e trinta e três décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 09; lado direito estrema em 30,25 metros com o lote nº 04; e, lado esquerdo estrema em 30,19 metros com o lote nº 02. Nos fundos deste imóvel fica reservada uma faixa 'non aedificandi' com 3,00 metros de largura e 15,00 metros de comprimento destinada à faixa sanitária;

Lote 04 (quatro) - com área de 454,24m² (quatrocentos e cinquenta e quatro metros e vinte e quatro décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 48,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 08; lado direito estrema em 30,31 metros com terras de Waldemar Schuetze, matrícula nº 18.866, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,25 metros com o lote nº 03. Nos fundos deste imóvel fica reservada uma faixa 'non aedificandi' com 3,00 metros de largura e 3,00 metros de comprimento destinada a faixa sanitária;

Lote 08 (oito) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Quito, distante pelo lado direito do imóvel, 48,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Quito; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 04; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 09; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com terras de Waldemar Schuetze, matrícula nº 18.866, livro 2;

Lote 09 (nove) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Quito, distante pelo lado direito do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Quito; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 03; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 10; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 08;

Lote 10 (dez) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Quito, distante pelo lado direito do imóvel, 18,00 metros da esquina formada pelo lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Quito; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 11; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 09;

Lote 11 (onze) - com área de 532,27m² (quinhentos e trinta e dois metros e vinte e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado

Continuação da Certidão n.º 008/2014, fls. 03.

ímpar da Rua Quito; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 10; lado direito estrema em 18,00 metros com o lote nº 01; e, lado esquerdo estrema em 12,00 metros com o lado ímpar da Rua Quito e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da rua Quito;

Lote 12 (doze) - com área de 532,27m² (quinhentos e trinta e dois metros e vinte e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado par da Rua Quito; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 13; lado direito estrema em 12,00 metros com o lado par da Rua Quito e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua Quito; e, lado esquerdo estrema em 18,00 metros com o lote nº 21;

Lote 13 (treze) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Quito, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Quito; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 20; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 14; e, lado esquerdo em 30,00 metros com o lote nº 12;

Lote 14 (Quatorze) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Quito, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Quito; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 19; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 15; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 13;

Lote 15 (quinze) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Quito, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 48,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Quito; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 18; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Waldemar Schuetze, matrícula nº 18.866, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 14;

Lote 18 (dezoito) - com área de 450,00m² (quatrocentos e

cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Lima, distante pelo lado direito do imóvel, 48,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Lima; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 15; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 19; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com terra de Waldemar Schuetze, matrícula nº 18.866, livro 2;

Lote 19 (dezenove) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Lima, distante pelo lado direito do imóvel, 33,00 metros da

Continuação da Certidão n.º 008/2014, fls. 04.

esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Lima; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 14; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 20; e, lado esquerdo em 30,00 metros com o lote nº 18;

Lote 20 (vinte) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Lima, distante pelo lado direito do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Lima; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 13; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 21; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 19;

Lote 21 (vinte e um) - com área de 532,27m2 (quinhentos e trinta e dois metros e vinte e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado ímpar da Rua Lima; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 20; lado direito estrema em 18,00 metros com o lote nº 12; e, lado esquerdo estrema em 12,00 metros com o lado ímpar da Rua Lima e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Lima;

Lote 22 (vinte e dois) - com área de 532,27m2 (quinhentos e trinta e dois metros e vinte e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado par da Rua Lima; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 23; lado direito estrema em 12,00 metros com o lado par da Rua Lima e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua Lima; e, lado esquerdo estrema em 18,00 metros com o lote nº 33;

Lote 23 (vinte e três) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Lima, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Lima; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 32; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 24; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 22;

Lote 24 (vinte e quatro) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Lima, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Lima; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 31; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 25; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 23;

Lote 25 (vinte e cinco) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e

cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Lima, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 48,00

Continuação da Certidão n.º 008/2014, fls. 05.

metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Lima; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 30; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 24;

Lote 30 (trinta) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Assunção, distante pelo lado direito do imóvel, 48,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Assunção; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 25; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 31; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com terras de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2. Nos fundos deste imóvel fica reservada uma faixa 'non aedificandi' com 3,00 metros de largura e 15,00 metros de comprimento destinada à faixa sanitária;

Lote 31 (trinta e um) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Assunção, distante pelo lado direito do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Assunção; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 24; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 32; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 30. Nos fundos deste imóvel fica reservada uma faixa 'non aedificandi' com 3,00 metros de largura e 15,00 metros de comprimento destinada à faixa sanitária;

Lote 32 (trinta e dois) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Assunção, distante pelo lado direito do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Assunção; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 23; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 33; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 31. Nos fundos deste imóvel fica reservada uma faixa 'non aedificandi' com 3,00 metros de largura e 15,00 metros de comprimento destinada à faixa sanitária;

Lote 33 (trinta e três) - com área de 532,27m2 (quinhentos e trinta e dois metros e vinte e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado ímpar da Rua Assunção; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 32; lado direito estrema em 18,00 metros com o lote nº 22; e, lado esquerdo estrema em 12,00 metros com o lado ímpar da Rua Assunção e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Assunção. No lado direito deste imóvel fica reservada uma faixa 'non aedificandi' com 3,00 metros de largura e 18,00 metros de comprimento destinada à faixa sanitária;

Continuação da Certidão n.º 008/2014, fls. 06.

Lote 34 (trinta e quatro) - com área de 532,27m2 (quinhentos e trinta e dois metros e vinte e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado par da Rua Assunção; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 35; lado direito estrema em 12,00 metros com o lado par da Rua Assunção e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua Assunção; e, lado esquerdo estrema em 18,00 metros com o lote nº 45;

Lote 35 (trinta e cinco) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Assunção, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Assunção; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 44; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 36; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 34;

Lote 36 (trinta e seis) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Assunção, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Assunção; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 43; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 37; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 35;

Lote 37 (trinta e sete) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Assunção, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 48,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Assunção; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 42; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 36;

Lote 42 (quarenta e dois) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Montevidéu, distante pelo lado direito do imóvel, 48,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Montevidéu; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 37; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 43; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com terras de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2;

Lote 43 (quarenta e três) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Montevidéu, distante pelo lado direito do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Montevidéu; fundos estrema em 15,00 metros

Continuação da Certidão n.º 008/2014, fls. 07.

com o lote nº 36; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 44; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 42;

Lote 44 (quarenta e quatro) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Montevidéu, distante pelo lado direito do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Montevidéu; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 35; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 45; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 43;

Lote 45 (quarenta e cinco) - com área de 532,27m2 (quinhentos e trinta e dois metros e vinte e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado ímpar da Rua Montevidéu; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 44; lado direito estrema em 18,00 metros com o lote nº 34; e, lado esquerdo estrema em 12,00 metros com o lado ímpar da Rua Montevidéu e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Montevidéu;

Lote 46 (quarenta e seis) - com área de 532,27m2 (quinhentos e trinta e dois metros e vinte e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado par da Rua Montevidéu; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 47; lado direito estrema em 12,00 metros com o lado par da Rua Montevidéu e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua Montevidéu; e, lado esquerdo estrema em 18,00 metros com o lote nº 57;

Lote 47 (quarenta e sete) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Montevidéu, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Montevidéu; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 56; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 48; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 46;

Lote 48 (quarenta e oito) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Montevidéu, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Montevidéu; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 55; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 49; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 47;

Lote 49 (quarenta e nove) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Montevidéu, distante pelo lado esquerdo do imóvel,

Continuação da Certidão n.º 008/2014, fls. 08.

48,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Montevidéu; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 54; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 48;

Lote 54 (cinquenta e quatro) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Buenos Aires, distante pelo lado direito do imóvel, 48,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 49; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 55; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com terras de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2;

Lote 55 (cinquenta e cinco) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Buenos Aires, distante pelo lado direito do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 48; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 56; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 54;

Lote 56 (cinquenta e seis) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Buenos Aires, distante pelo lado direito do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 47; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 57; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 55;

Lote 57 (cinquenta e sete) - com área de 532,27m2 (quinhentos e trinta e dois metros e vinte e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado par da Rua Buenos Aires; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 56; lado direito estrema em 18,00 metros com o lote nº 46; e, lado esquerdo estrema em 12,00 com o lado par da Rua Buenos Aires e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua Buenos Aires;

Lote 58 (cinquenta e oito) - com área de 503,99m2 (quinhentos e três metros e noventa e nove decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, esquina formada com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; estremando na frente em 19,41 metros e em 3,17 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 28,50 metros com o lote nº 59; lado direito estrema em 12,00 metros com o lado ímpar da Rua Buenos Aires e em 9,42 metros

Continuação da Certidão n.º 008/2014, fls. 09.

na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; e, lado esquerdo estrema em 16,85 metros com o lote nº 65 - Área Verde;

Lote 59 (cinquenta e nove) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Buenos Aires, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 18,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 65 - Área Verde; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 60; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros, sendo em 28,50 metros com o lote nº 58 e em 1,50 metros com o lote nº 65 - Área Verde;

Lote 60 (sessenta) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Buenos Aires, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 33,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 65 - Área Verde; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 61; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 59;

Lote 61 (sessenta e um) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Buenos Aires, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 48,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 65 - Área Verde; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 60;

Lote 65 (sessenta e cinco) - Área Verde - com área de 4.043,36m2 (Quatro mil, quarenta e três metros e trinta e seis decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado direito do imóvel, 28,58 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; estremando na frente em 80,72 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 77,16 metros com o lote nº 64 de propriedade de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2; lado direito estrema em 16,85 metros com o lote nº 58, em 1,50 metros com o lote nº 59, em 45,00 metros, sendo em 15,00 metros com o lote nº 59, em 15,00 metros com o lote nº 60 e em 15,00 metros com o lote nº 61; e, lado esquerdo estrema em 42,58 metros com terras de Ingo Neitzel, matrícula nº 19.098, livro 2. A Área verde deverá ser transferida ao Patrimônio do Município de Timbó;

ÁREA VERDE - parte do lote 64 de propriedade de Elfi Schuetze

e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2, com uma área de 544,62m2, complementa a Área Verde do Loteamento Capitais I;

Continuação da Certidão n.º 008/2014, fls. 10.

RUA QUITO - Uma faixa de terras com área de 771,45m2 (Setecentos e setenta e um metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado direito 54,06 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 12,00 metros com terras de Waldemar Schuetze, matrícula nº 18.866, livro 2; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 11, em 57,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 11, em 15,00 metros com o lote nº 10, em 15,00 metros com o lote nº 09 e em 15,00 metros com o lote nº 08; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 12, em 57,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 12, em 15,00 metros com o lote nº 13, em 15,00 metros com o lote nº 14 e em 15,00 metros com o lote nº 15. A Rua Quito tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

RUA LIMA - Uma faixa de terras com área de 771,45m2 (Setecentos e setenta e um metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado direito 54,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Quito; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 12,00 metros com terras de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 21, em 57,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 21, em 15,00 metros com o lote nº 20, em 15,00 metros com o lote nº 19 e em 15,00 metros com o lote nº 18; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 22, em 57,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 22, em 15,00 metros com o lote nº 23, em 15,00 metros com o lote nº 24 e em 15,00 metros com o lote nº 25. A Rua Lima tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

RUA ASSUNÇÃO - Uma faixa de terras com área de 771,45m2 (Setecentos e setenta e um metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado direito 54,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Lima; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 12,00 metros com terras de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 33, em 57,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 33, em 15,00 metros com o lote nº 32, em 15,00 metros com o lote nº 31 e em 15,00 metros com o lote nº 30; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 34, em 57,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 34, em 15,00 metros com o lote nº 35, em 15,00 metros com o lote nº 36 e em 15,00 metros com o lote nº 37. A Rua Assunção tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

Continuação da Certidão n.º 008/2014, fls. 11.

RUA MONTEVIDÉU - Uma faixa de terras com área de 771,45m² (Setecentos e setenta e um metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado direito 54,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Assunção; estremando na frente em 24,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 12,00 metros com terras de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 45, em 57,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 45, em 15,00 metros com o lote nº 44, em 15,00 metros com o lote nº 43 e em 15,00 metros com o lote nº 42; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 46, em 57,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 46, em 15,00 metros com o lote nº 47, em 15,00 metros com o lote nº 48 e em 15,00 metros com o lote nº 49. A Rua Montevidéu tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

RUA BUENOS AIRES - Uma faixa de terras com área de 897,54m² (Oitocentos e noventa e sete metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado direito 54,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Montevidéu; estremando na frente em 26,00 metros com o lado ímpar da Rua Santiago; fundos estrema em 14,00 metros com terras de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 57, em 57,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 57, em 15,00 metros com o lote nº 56, em 15,00 metros com o lote nº 55 e em 15,00 metros com o lote nº 54; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com o lote nº 58, em 57,00 metros, sendo em 12,00 metros com o lote nº 58, em 15,00 metros com o lote nº 59, em 15,00 metros com o lote nº 60 e em 15,00 metros com o lote nº 61. A Rua Buenos Aires tem gabarito total de 14,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 3,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

RUA SANTIAGO - Uma faixa de terras com área de 6.246,01m² (Seis mil, duzentos e quarenta e seis metros e um decímetros quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, distante pelo lado esquerdo 130,22 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tiroleses; estremando na frente em 26,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; fundos estrema em 5,57 metros com terras de Maria Goll, matrícula nº 22.922, livro 2; lado direito estrema em 9,40 metros na curva de transição formada com o lote nº 01, em 381,49 metros, sendo em 24,08 metros com o lote nº 01, em 24,00 metros com o lote nº 11, em 24,00 metros com a testada da Rua Quito, em 24,00 metros com o lote nº 12, em 24,00 metros

Continuação da Certidão n.º 008/2014, fls. 12.

com o lote nº 21, em 24,00 metros com a testada da Rua Lima, em 24,00 metros com o lote nº 22, em 24,00 metros com o lote nº 33, em 24,00 metros com a testada da Rua Assunção, em 24,00 metros com o lote nº 34, em 24,00 metros com o lote nº 45, em 24,00 metros com a testada da Rua Montevidéu, em 24,00 metros com o lote nº 46, em 24,00 metros com o lote nº 57, em 26,00 metros com a testada da Rua Buenos Aires, em 19,41 metros com o lote nº 58, em 83,89 metros, sendo em 3,17 metros com o lote nº 58 e em 80,72 metros com o lote nº 65 - Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 9,44 metros na curva de transição formada com terras de Cosma Purin, matrícula nº 22.161, livro 2,

em 382,66 metros, sendo em 170,52 metros com terras de Cosma Purin, matrícula nº 22.161, livro 2, em 165,45 metros com terras de Cosma Purin, matrícula nº 22.163, livro 2 e em 46,69 metros com terras de Maria Goll, matrícula nº 22.922, livro 2 e em 85,24 metros com terras de Maria Goll, matrícula nº 22.922, livro 2. A Rua Santiago tem gabarito total de 14,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 3,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

O loteamento destina-se para uso residencial e comercial, não sendo permitidas edificações com área inferior a 70,00m², as de madeira e as com cobertura do tipo meia-água, com exceção no alinhamento dos fundos dos lotes, devendo ser ainda, observadas as exigências do Plano Diretor do Município;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º

335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 12 de maio de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

Certidão de Aprovação Nº 009 de 12 de Maio de 2014-Republicado

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 009 DE 12 DE MAIO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o LOTEAMENTO denominado "CAPITAIS II", situado no lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 40,40 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana, nesta Cidade, com a área de 3.971,22m² (três mil, novecentos e setenta e um metros e vinte e dois decímetros quadrados), processo L-026/2008 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente WALDEMAR SCHUETZE, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 230, datado de 25 de janeiro de 2008 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O Loteamento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 18.866, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.018.0594.001, sendo constituído:

De 05 (cinco) lotes, uma área para a Rua Quito e uma área para a Rua Lima, abaixo transcritos:

Lote 05 (cinco) - com área de 911,22m² (novecentos e onze metros e vinte e dois decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, distante pelo direito do imóvel,

40,40 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 30,00 metros com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; fundos estrema em 30,00 metros, sendo em 15,00 metros com o lote nº 07 e em 15,00 metros com o lote nº 06; lado direito estrema em 30,44 metros, sendo em 29,50 metros com terras de Richard Lorez Danker, matrícula nº 17.295, livro 2 e em 0,94 metros com terras de Quirino João Longo, matrícula nº 14.488, nº livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,31 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2;

Lote 06 (seis) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Quito, distante pelo lado direito do imóvel, 78,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Quito; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 05; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 07; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros, sendo em 0,94 metros com terra de Heins Henrique Hoeltgebaum, matrícula nº 12.612, livro 2, em 15,00 metros com terra de Armide Maria Weege, matrícula nº 14.828, livro 2 e em 14,06 metros com terra de Quirino João Longo, matrícula nº 14.488, livro 2;

Lotes 07 (sete) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Quito, distante pelo lado direito do imóvel, 63,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros
Continuação da Certidão n.º 009/2014, fls. 02.

com o lado ímpar da Rua Quito; fundos estrema em 15,00 metros com lote nº 05; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 06;

Lote 16 (dezesseis) - com área de 792,00m² (setecentos e noventa e dois metros quadrados), situado no lado par da Rua Quito, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 63,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 12,00 metros, em 6,00 metros e em 18,00 metros com o lado par da Rua Quito; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 17; lado direito estrema em 24,00 metros, sendo em 11,56 metros com terras de Luciana Cristina Lazzarini, matrícula nº 12.839, livro 2 e em 12,44 metros com terras de Vilma Zanghelini, matrícula nº 12.707, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2;

Lote 17 (dezessete) - com área de 792,00m² (setecentos e noventa e dois metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Lima, distante pelo lado direito do imóvel, 63,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 12,00 metros, em 6,00 metros e em 18,00 metros com o lado ímpar da Rua Lima; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 16; lado direito estrema em 30,00 com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 24,00 metros, sendo em 6,44 metros com terras de Cerlene Claudomira Luiz da Silva, matrícula nº 13.720, livro 2, em 15,00 metros com terras de José Antonio Werner, matrícula nº 12.724, livro 2 e em 2,56 metros com terras de Vilma Zanghelini, matrícula nº 12.707, livro 2;

ÁREA VERDE - A Área Verde destinada ao Loteamento Capitais II, com um área total de 200,00m² (duzentos metros quadrados) está situada em parte no lote nº 64 do Loteamento Capitais III, de propriedade de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2;

RUA LIMA - Uma faixa de terras com área de 108,00m² (Cento e oito metros quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado

direito 75,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 18,00 metros com a Rua Lima; fundos estrema em 18,00 metros com o lote nº 17; lado direito estrema em 6,00 metros com o lote nº 17; e, lado esquerdo estrema em 6,00 metros com terras de Cerlene Claudomira Luiz da Silva, matrícula nº 13.720, livro 2. A Rua Lima tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

RUA QUITO - Uma faixa de terras com área de 468,00m² (Quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado direito 63,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 12,00 metros com a testada da Rua Quito; fundos estrema em 18,00 metros, sendo em 3,94 metros com terras de Luciana Cristina Continuação da Certidão n.º 009/2014, fls. 03.

Lazzarini, matrícula nº 12.839, livro 2 e em 14,06 metros com terras de Heins Henrique Hoeltgebaum, matrícula nº 12.612, livro 2; lado direito estrema em 30,00 metros, sendo em 15,00 metros com o lote nº 07 e em 15,00 metros com o lote nº 06; e, lado esquerdo estrema em 12,00 metros, em 6,00 metros e em 18,00 metros com o lote nº 16. A Rua Quito tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

O loteamento destina-se para uso residencial e comercial, não sendo permitidas edificações com área inferior a 70,00m², as de madeira e as com cobertura do tipo meia-água, com exceção no alinhamento dos fundos dos lotes, devendo ser ainda, observadas as exigências do Plano Diretor do Município;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º

335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 12 de maio de 2014.
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.
Município de Timbó

Certidão de Aprovação Nº 010 de 12 de Maio de 2014-Replicado
CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 010 DE 12 DE MAIO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o LOTEAMENTO denominado "CAPITAIS III", situado no lado par da Rua Apucarana, distante pelo lado esquerdo

do imóvel, 197,25 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, nesta Cidade, com a área de 11.305,14m² (onze mil, trezentos e cinco metros e quatorze decímetros quadrados), processo L-025/2008 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente ELFI SCHUETZE E KARIN LAEMMEL, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 230, datado de 25 de janeiro de 2008 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O Loteamento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 22.040, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.018.0595.001, sendo constituído:

De 15 (quinze) lotes, dos quais o lote 64 é destinado para Área Verde, contendo uma área para a Rua Lima, uma área para a Rua Assunção, uma área para a Rua Montevideu e uma área para a Rua Buenos Aires, abaixo transcritos:

Lote 26 (vinte e seis) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Lima, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 63,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Lima; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 29; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 27; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2;

Lote 27 (vinte e sete) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Lima, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 78,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Lima; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 28; lado direito estrema em 30,00 metros, sendo em 6,00 metros com terras de Cordula Ruprecht, matrícula nº 15.374, livro 2, em 17,75 metros com terras de Marcelo Bodemüller, matrícula nº 16.975, livro 2 e em 6,25 metros com terras de Aline Inês Hendges, Dionatan Luiz Hendges e Dayan Carlos Hendges, matrícula nº 16.976, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 26;

Lote 28 (vinte e oito) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Assunção, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Assunção; fundos estrema em 15,00 metros com
Continuação da Certidão n.º 010/2014, fls. 02.

lote nº 27; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 29; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros, sendo em 18,25 metros com terras de Marcos Aurélio Moser, matrícula nº 16.977, livro 2 e em 11,75 metros com terras de Aline Inês Hendges, Dionatan Luis Hendges e Dayan Carlos Hendges, matrícula nº 16.976, livro 2. Nos fundos deste imóvel fica reservada uma faixa 'non aedificandi' com 3,00 metros de largura e 15,00 metros de comprimento destinada a faixa sanitária;

Lote 29 (vinte e nove) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Assunção, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 45,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Assunção; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 26; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 28. Nos fundos deste imóvel fica reservada uma faixa 'non aedificandi' com 3,00 metros de largura e 15,00 metros de comprimento destinada a faixa sanitária;

Lote 38 (trinta e oito) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Assunção, distante pelo lado direito do imóvel, 45,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Assunção; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 41; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 39; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2;

Lote 39 (trinta e nove) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) situado no lado par da Rua Assunção, distante pelo lado direito do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Assunção; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 40; lado direito estrema em 30,00 metros, sendo em 20,00 metros com terras de Adilso Panocho, matrícula nº 16.979, livro 2 e em 10,00 metros com terras de Cirlei Agostini, matrícula nº 16.980, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 38;

Lote 40 (quarenta) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Montevideu, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Montevideu; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 39; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 41; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros, sendo em 20,00 metros com terras de Bernt Emmel, matrícula nº 16.981, livro 2 e em 10,00 metros com terras de Cirlei Agostini, matrícula nº 16.980, livro 2;

Lote 41 (quarenta e um) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Montevideu, distante pelo lado esquerdo do

Continuação da Certidão n.º 010/2014, fls. 03.

imóvel, 45,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Montevideu; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 38; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 40;

Lote 50 (cinquenta) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Montevideu, distante pelo lado direito do imóvel, 45,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Montevideu; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 53; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 51; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2;

Lote 51 (cinquenta e um) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Montevideu, distante pelo lado direito do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Montevideu; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 52; lado direito estrema em 30,00 metros, sendo em 20,00 metros com terras de Eduardo Kruger, matrícula nº 16.983, livro 2 e em 10,00 metros com terras de Cristiano Largura e Larissa Cristina Wartha, matrícula nº 16.984, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 50;

Lote 52 (cinquenta e dois) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da

Rua Buenos Aires, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com lote nº 51; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 53; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros, sendo em 20,00 metros com terras de Edney Jeferson Piske e Joyce Regina Ittner, matrícula nº 16.985, livro 2 e em 10,00 metros com terras de Cristiano Largura e Larissa Cristina Wartha, matrícula nº 16.984, livro 2;

Lote 53 (cinquenta e três) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Buenos Aires, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 45,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 50; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 52;

Lote 62 (sessenta e dois) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Buenos Aires, distante pelo lado direito do imóvel, 45,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00

Continuação da Certidão n.º 010/2014, fls. 04.

metros com o lote nº 64 - Área Verde; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 63; e, lado esquerdo em 30,00 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2;

Lote 63 (sessenta e três) - com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Buenos Aires, distante pelo lado direito do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Apucarana; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 64 - Área Verde; lado direito estrema em 30,00 metros, sendo em 29,48 metros com a área declarada de Área de Utilidade Pública de propriedade de Heins Henrique Hoeltgebaum, matrícula nº 16.987, livro 2 e em 0,52 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 12.613, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 62;

Lote 64 (sessenta e quatro) - Área Verde - com área de 2.318,79m2 (dois mil, trezentos e dezoito metros e setenta e nove décimos quadrados), situado nos fundos dos lotes 62 e 63, distante pela frente do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Buenos Aires, e deste ponto distante pelo lado direito do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado par da rua Apucarana; estremando na frente em 30,00 metros, sendo em 15,00 metros com o lote nº 63 e em 15,00 metros com o lote nº 62; fundos estrema em 30,00 metros com terras de Ingo Neitzel, matrícula nº 19.098, livro 2; lado direito estrema em 77,68 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 12.613, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 77,16 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2. Este lote está destinado a Área Verde sendo, uma área de 711,45m2 destinada a Área Verde do Loteamento Capitais, de propriedade de Rita Ittner, matrícula nº 22.958, livro 2, uma área de 544,62m2 destinada a Área Verde do Loteamento Capitais I, de propriedade de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2, uma área de 200,00 m2 destinada a Área Verde do Loteamento Capitais II, de propriedade de Waldemar Schuetze, matrícula nº 18.866, livro 2, e uma área de 862,72m2 destinada a Área Verde do Loteamento Capitais III, de propriedade de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2. Este lote deverá ser obrigatoriamente anexado ao lote 65 do Loteamento

Capitais I, de propriedade de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2;

RUA LIMA - Uma faixa de terras com área de 360,00m2 (Trezentos e sessenta metros quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado na interseção da frente com o lado esquerdo a uma distância de 63,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago, distante pelo lado esquerdo 63,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santiago; estremando na frente em 12,00 metros com a Rua Lima; fundos estrema em 12,00 metros, sendo em 9,44 metros com terras de Cordula Ruprecht, matrícula nº 15.374, livro 2 e em 2,56 metros com terras de Cerlene Claudomira Luiz da Silva, matrícula nº 13.720, livro 2; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Waldemar Schuetze, matrícula nº 18.866, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros, sendo em 15,00 metros com o lote nº 26 e em 15,00 metros com o lote nº 27. A Rua Lima tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada. "Esta área deverá

Continuação da Certidão n.º 010/2014, fls. 05.

ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

RUA ASSUNÇÃO - Uma faixa de terras com área de 735,45m2 (Setecentos e trinta e cinco metros e quarenta e cinco décimos quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado par da Rua Apucarana, distante pelo lado esquerdo 197,25 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; estremando na frente em 24,00 metros com o lado par da Rua Apucarana; fundos estrema em 12,00 metros com a Rua Assunção; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com terras de Adilso Panoch, matrícula nº 16.979, livro 2, em 54,00 metros, sendo em 24,00 metros com terras de Adilso Panoch, matrícula nº 16.979, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº 39 e em 15,00 metros com o lote nº 38; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com terras de Marcos Aurelio Moser, matrícula nº 16.977, livro 2, em 54,00 metros, sendo em 24,00 metros com terras de Marcos Aurelio Moser, matrícula nº 16.977, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº 28 e em 15,00 metros com o lote nº 29. A Rua Assunção tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

RUA MONTEVIDÉU - Uma faixa de terras com área de 735,45m2 (Setecentos e trinta e cinco metros e quarenta e cinco décimos quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado par da Rua Apucarana, distante pelo lado esquerdo 54,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Assunção; estremando na frente em 24,00 metros com o lado par da Rua Apucarana; fundos estrema em 12,00 metros com a Rua Montevideu; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com terras de Eduardo Kruger, matrícula nº 16.983, livro 2, em 54,00 metros, sendo em 24,00 metros com terras de Eduardo Kruger, matrícula nº 16.983, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº 51 e em 15,00 metros com o lote nº 50; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com terras de Bernt Emmel, matrícula nº 16.981, livro 2, em 54,00 metros, sendo em 24,00 metros com terras de Bernt Emmel, matrícula nº 16.981, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº 40 e em 15,00 metros com o lote nº 41. A Rua Montevideu tem gabarito total de 12,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 2,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

RUA BUENOS AIRES - Uma faixa de terras com área de 855,45m2

(Oitocentos e cinquenta e cinco metros e quarenta e cinco décimos quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado par da Rua Apucarana, distante pelo lado esquerdo 54,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Montevidéu; estremando na frente em 26,00 metros com o lado par da Rua Apucarana; fundos estrema em 14,00 metros com a Rua Buenos Aires; lado direito estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com terras de Heins Henrique Hoeltgebaum, matrícula nº 16.987, livro 2, em 54,00 metros, sendo Continuação da Certidão n.º 010/2014, fls. 06.

em 24,00 metros com terras de Heins Henrique Hoeltgebaum, matrícula nº 16.987, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº 63 e em 15,00 metros com o lote nº 62; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com terras de Edney Jeferson Piske e Joyce Regina Ittner, matrícula nº 16.985, livro 2, em 54,00 metros, sendo em 24,00 metros com terras de Edney Jeferson Piske e Joyce Regina Ittner, matrícula nº 16.985, livro 2, em 15,00 metros com o lote nº 52 e em 15,00 metros com o lote nº 53. A Rua Buenos Aires tem gabarito total de 14,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 3,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

O loteamento destina-se para uso residencial e comercial, não sendo permitidas edificações com área inferior a 70,00m², as de madeira e as com cobertura do tipo meia-água, com exceção no alinhamento dos fundos dos lotes, devendo ser ainda, observadas as exigências do Plano Diretor do Município;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei n.º. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei n.º. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano;

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 12 de maio de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

Certidão de Aprovação Nº 011 de 12 de Maio de 2014-Repblicado

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 011 DE 12 DE MAIO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar n.º. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto n.º. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar n.º. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o LOTEAMENTO denominado "CAPITAIS IV", situado no lado ímpar da Rua Tirolezes, distante pelo lado direito do imóvel, 290,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, nesta Cidade, com a área de 14.114,24m² (quatorze mil, cento e quatorze metros e vinte e quatro décimos quadrados), processo L-027/2008 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente MARIA GOLL, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 230, datado de 25 de janeiro de 2008 e da aprovação técnica exarada pelo

profissional.

O Loteamento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 22.922, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.018.0006.001, sendo constituído:

De 15 (quinze) lotes, dos quais o lote 80 é destinado para Área Verde e uma área remanescente, contendo uma área para a Rua Santiago e uma área para a Rua Buenos Aires, abaixo transcritos:

Lote 66 (sessenta e seis) - com área de 455,11m² (quatrocentos e cinquenta e cinco metros e onze décimos quadrados), situado no lado par da Rua Santiago, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 93,01 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; estremando na frente em 16,54 metros com lado par da Rua Santiago; fundos estrema em 9,36 metros com a área descrita em 1º lugar de propriedade de Orlando Strey, matrícula nº 1.977, livro 2; lado direito estrema em 36,04 metros, sendo em 23,95 metros com terras de Ingo Neitzel, matrícula nº 19.098, livro 2 e em 12,09 metros com a área descrita em 1º lugar de propriedade de Orlando Strey, matrícula nº 1.977, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 38,29 metros com o lote nº 67;

Lote 67 (sessenta e sete) - com área de 592,83m² (quinhentos e noventa e dois metros e oitenta e três décimos quadrados), situado no lado par da Rua Santiago, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 78,01 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Santiago; fundos estrema em 15,00 metros com a área descrita em 1º lugar de propriedade de Orlando Strey, matrícula nº 1.977, livro 2; lado direito estrema em 38,29 metros com o lote nº 66; e, lado esquerdo estrema em 43,59 metros com o lote nº 68;

Lotes 68 (sessenta e oito) - com área de 696,38m² (seiscentos e noventa e seis metros e trinta e oito décimos quadrados), situado no lado par da Rua Santiago, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 63,01 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Santiago; fundos estrema em 16,04 metros com a área descrita em 1º lugar de propriedade de Orlando Strey, matrícula nº 1.977, livro 2; Continuação da Certidão n.º 011/2014, fls. 02.

lado direito estrema em 43,59 metros com o lote nº 67; e, lado esquerdo estrema em 49,26 metros com o lote nº 69;

Lote 69 (sessenta e nove) - com área de 781,54m² (setecentos e oitenta e um metros e cinquenta e quatro décimos quadrados), situado no lado par da Rua Santiago, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 48,01 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Santiago; fundos estrema em 16,04 metros com a área descrita em 1º lugar de propriedade de Orlando Strey, matrícula nº 1.977, livro 2; lado direito estrema em 49,26 metros com o lote nº 68; e, lado esquerdo estrema em 54,94 metros com o lote nº 70;

Lote 70 (setenta) - com área de 782,59m² (setecentos e oitenta e dois metros e cinquenta e nove décimos quadrados), situado no lado par da Rua Santiago, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 33,01 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Santiago; fundos estrema em 8,06 metros com a área descrita em 1º lugar de propriedade de Orlando Strey, matrícula nº 1.977, livro 2; lado direito estrema em 54,94 metros com o lote nº 69; e, lado esquerdo estrema em 38,08 metros, sendo em 28,54 metros com o lote nº 71 e em 9,54 metros com o lote nº 74,

em 21,08 metros, sendo em 6,08 metros com o lote nº 74 e em 15,00 metros com o lote nº 75;

Lote 71 (setenta e um) - com área de 470,76m² (quatrocentos e setenta metros e setenta e seis décimos quadrados), situado no lado par da Rua Santiago, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 18,01 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; estremando na frente em 8,67 metros e em 6,33 metros com o lado par da rua Santiago; fundos estrema em 15,77 metros com o lote nº 74; lado direito estrema em 28,54 metros com o lote nº 70; e, lado esquerdo estrema em 36,21 metros, sendo em 23,39 metros com o lote nº 72 e em 12,82 metros com o lote nº 73;

Lote 72 (setenta e dois) - com área de 464,88m² (quatrocentos e sessenta e quatro metros e oitenta e oito décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Buenos Aires, esquina formada com o lado par da Rua Santiago; estremando na frente em 16,68 metros com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 23,39 metros com o lote nº 71; lado direito estrema em 12,02 metros com o lado par da Rua Santiago e em 10,25 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; e, lado esquerdo estrema em 23,66 metros com o lote nº 73;

Lote 73 (setenta e três) - com área de 474,85m² (quatrocentos e setenta e quatro metros e oitenta e cinco décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Buenos Aires, distante pelo lado direito do imóvel, 22,67 metros da esquina formada com o lado par da Rua Santiago; estremando na frente em 9,89 metros, em 3,63 metros na curva de transição e em 13,91 metros com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 12,82 metros com o lote nº 71; lado direito estrema em 23,66 metros com o lote nº 72; e, lado esquerdo estrema em 21,61 metros com o lote nº 74;

Continuação da Certidão n.º 011/2014, fls. 03.

Lote 74 (setenta e quatro) - com área de 513,05m² (quinhentos e treze metros e cinco décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Buenos Aires, distante pelo lado direito do imóvel, 50,10 metros da esquina formada com o lado par da Rua Santiago; estremando na frente em 12,00 metros, em 4,00 metros e em 3,00 metros com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 6,08 metros e em 9,54 metros com o lote nº 70; lado direito estrema em 37,38 metros, sendo em 21,61 metros com o lote nº 73 e em 15,77 metros com o lote nº 71; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 75;

Lote 75 (setenta e cinco) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Buenos Aires, distante pelo lado direito do imóvel, 69,10 metros da esquina formada com o lado par da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 70; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 74; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com a área descrita em 1º lugar de propriedade de Orlando Strey, matrícula nº 1.977, livro 2;

Lote 76 (setenta e seis) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Buenos Aires, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 73,83 metros da esquina formada com o lado par da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 30,00 metros com a área descrita em 1º lugar de propriedade de Orlando Strey, matrícula nº 1.977, Livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 77;

Lote 77 (setenta e sete) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Buenos

Aires, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 58,83 metros da esquina formada com o lado par da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com a área Remanescente; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 76; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 78;

Lote 78 (setenta e oito) - com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Buenos Aires, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 43,83 metros da esquina formada com o lado par da Rua Santiago; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros com a área Remanescente; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 77; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 79;

Lote 79 (setenta e nove) - com área de 483,87m² (quatrocentos e oitenta e três metros e oitenta e sete décimos quadrados), situado no lado par da Rua Buenos Aires, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 26,83 metros da esquina formada com o lado par da Rua Santiago; estremando na frente em 10,09 metros, em 3,63 metros na curva de transição e em 3,28 metros com o lado par da rua Buenos Aires; fundos estrema em 15,00 metros, sendo em 3,36 metros com a área remanescente e em 11,64 metros com o lote nº 80 - Área Verde; lado direito estrema

Continuação da Certidão n.º 011/2014, fls. 04.

em 30,00 metros com o lote nº 78; e, lado esquerdo estrema em 36,81 metros com o lote nº 80 - Área Verde;

Lote 80 (oitenta) - ÁREA VERDE - com área de 2.521,16m² (dois mil, quinhentos e vinte e um metros e dezesseis décimos quadrados), situado no lado par da Rua Buenos Aires, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 17,10 metros da esquina formada com o lado par da Rua Santiago; estremando na frente em 9,73 metros com o lado par da Rua Buenos Aires; fundos estrema em 61,87 metros com terras de 4F Administradora de Bens Ltda, matrícula nº 4.750, livro 2; lado direito estrema em linha quebrada em 36,81 metros e em 11,64 metros com o lote nº 79, em 44,46 metros com a área Remanescente; e, lado esquerdo estrema em 21,00 metros e em 73,67 metros com terras de Cosma Purin, matrícula nº 22.163, livro 2. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir a respectiva Área Verde;

ÁREA REMANESCENTE - com área de 2.447,87m² (dois mil, quatrocentos e quarenta e sete metros e oitenta e sete décimos quadrados), edificado com uma casa residencial de madeira, um pavimento, com área de 111,00m²; e, uma ampliação residencial mista, um pavimento, com área de 18,85m², sob nº 1027, situada no lado ímpar da Rua Tirolezes, distante pelo lado direito do imóvel, 290,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; estremando na frente em 6,21 metros com o lado ímpar da Rua Tirolezes; fundos estrema em 48,36 metros, sendo em 15,00 metros com o lote nº 76, em 15,00 metros com o lote nº 77, em 15,00 metros com o lote nº 78 e em 3,36 metros com o lote nº 79; lado direito estrema em 44,03 metros e em 44,10 metros com terras de 4F Administradora Bens Ltda, matrícula nº 4.750, livro 2 e em 44,46 metros com o lote nº 80 - Área Verde; e, lado esquerdo estrema em 88,57 metros com a área descrita em 1º lugar de propriedade de Orlando Strey, matrícula nº 1.977, livro 2;

RUA BUENOS AIRES - Uma faixa de terras com área de 1.271,71m² (Um mil, duzentos e setenta e um metros e setenta e um décimos quadrados), destinada à abertura do logradouro público; situado no lado par da Rua Santiago, distante pelo lado esquerdo 341,99 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; estremando na frente em 26,00 metros

com o lado par da Rua Santiago; fundos estrema em 18,00 metros com a área descrita em 1º lugar de propriedade de Orlando Strey, matrícula nº 1.977, livro 2; lado direito estrema em 10,25 metros na curva de transição formada com o lote nº 72, em 26,57 metros, sendo em 16,68 metros com o lote nº 72 e em 9,89 metros com o lote nº 73, em 3,63 metros na curva de transição formada com o lote nº 73, em 25,91 metros, sendo em 13,91 metros com o lote nº 73 e em 12,00 metros com o lote nº 74, em 4,00 metros com o lote nº 74, em 18,00 metros, sendo em 3,00 metros com o lote nº 74 e em 15,00 metros com o lote nº 75; e, lado esquerdo estrema em 9,42 metros na curva de transição formada com terras de Cosma Purin, matrícula nº 22.163, livro 2, em 30,91 metros, sendo em 11,09 metros com terras de Cosma Purin, matrícula nº 22.163, livro 2, em 9,73 metros com o lote nº 80 - Área Verde e em 10,09 metros com o lote nº 79, em 3,63 metros na curva de transição formada com o lote nº 79, em 48,28 metros, sendo em 3,28 metros com o lote nº 79, em 15,00 metros com o lote nº 78, em 15,00 metros com o lote nº 77 e em 15,00 metros com o lote nº 76. A Rua Buenos Aires tem Continuação da Certidão n.º 011/2014, fls. 05.

gabarito total de 14,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 3,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

RUA SANTIAGO - Uma faixa de terras com área de 357,64m2 (Trezentos e cinquenta e sete metros e sessenta e quatro décimos quadrados), de formato triangular, destinada à abertura do logradouro público; situado no lado par da Rua Santiago, distante pelo lado esquerdo 26,68 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Buenos Aires; em formato triangular; estremando na frente em 85,24 metros com o lado par da Rua Santiago; fundos estrema em 82,87 metros, sendo em 16,54 metros com o lote nº 66, em 15,00 metros com o lote nº 67, em 15,00 metros com o lote nº 68, em 15,00 metros com o lote nº 69, em 15,00 metros com o lote nº 70 e em 6,33 metros com o lote nº 71; e, lado direito estrema em 8,90 metros com terras de Ingo Neitzel, matrícula nº 19.098, livro 2. A Rua Santiago tem gabarito total de 14,00 metros, sendo 8,00 metros de pista e 3,00 metros de calçada. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público";

O loteamento destina-se para uso residencial e comercial, não sendo permitidas edificações com área inferior a 70,00m2, as de madeira e as com cobertura do tipo meia-água, com exceção no alinhamento dos fundos dos lotes, devendo ser ainda, observadas as exigências do Plano Diretor do Município;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano;

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 12 de maio de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

Portaria No 1072, de 02 de Maio de 2014

PORTARIA No 1072, DE 02 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Liliane França Alves, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal LILIANE FRANÇA ALVES, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 862, de 04 de fevereiro de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1073, de 02 de Maio de 2014

PORTARIA No 1073, DE 02 DE MAIO DE 2014

Altera temporariamente a carga horária de servidoras contratadas temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidoras contratadas temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2014, a contar desta data, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Andréa Marina Brehmer Peters	20h/a	40h/a
Carla Klabunde Meier	20h/a	40h/a
Tatiana Angeli	40h/a	28h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1074, de 02 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 1074, DE 02 DE MAIO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013 e nº 3320, de 07 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Jaqueline Vanusa Dias de Almeida	1035, de 08/04/2014	15/05/2014
Loretta Goetten Sell	1035, de 08/04/2014	30/06/2014
Monica Estela Hoe Lange	1035, de 08/04/2014	30/06/2014
Talita Ribeiro Candido	1035, de 08/04/2014	01/06/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1076, de 05 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 1076, DE 05 DE MAIO DE 2014

Nomeia Servidor para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 02 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar de 02 de maio do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Renato Niess	Supervisor da Divisão de Apoio Adm-Obras / CC-3	61

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1077, de 05 de Maio de 2014

PORTARIA No 1077, DE 05 DE MAIO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Beatriz Aparecida Pereira Belli (Aumento do número de alunos)	15/12/92	086.973.429-61	44h	05/05/2014 a 30/06/2014
Cristiane Cardozo (Subst.Roseli F.Gonçalves, que se encontra em Lic. Maternidade)	15/09/68	038.722.849-75	44h	05/05/2014 a 30/06/2014
Dolores Caimi Krauss (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.do Conc.Público / Proc.Seletivo)	15/10/50	039.761.799-22	44h	14/05/2014 a 02/06/2014
Giovani Alberto Nunes (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.do Conc.Público / Proc.Seletivo)	26/06/64	629.399.639-91	44h	21/05/2014 a 30/06/2014

Giselly Carol Cristóvão (Aumento do número de alunos)	27/05/88	061.485.369-94	44h	13/05/2014 a 30/06/2014
Graciela Natalina de Carvalho (Subst.Erondina Bauer, que se aposentou)	25/12/87	055.138.849-84	44h	12/05/2014 a 30/06/2014
Ivanildes Maria Moreira (Aumento do número de alunos)	19/04/2014	637.846.299-20	44h	22/05/2014 a 30/06/2014
Marly Barreto dos Santos (Aumento do número de alunos)	17/08/68	633.410.934-00	44h	13/05/2014 a 30/06/2014
Mirian Cristina Martins (Subst.Helenice de Fátima Moreira, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	06/01/84	047.777.809-70	44h	15/05/2014 a 13/06/2014
Salete Fagundes (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.do Conc.Público / Proc.Seletivo)	17/11/73	765.042.209-72	44h	06/05/2014 a 30/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1078, de 05 de Maio de 2014

PORTARIA No 1078, DE 05 DE MAIO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo

discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Professor C10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Carlos Augusto Valandro (Subst.Ana C.Schuster Araújo, que se encontra em Lic.Maternidade)	02/04/80	004.033.059-18	08h	19/05/2014 a 30/06/2014
Leandro Ferreira Vieira (Atend.Reforço Escolar. Aprovado no Proc.Seletivo 01/2012)	18/08/79	003.597.059-60	20h	05/05/2014 a 30/06/2014
Maira Liana Maas (Atend.Reforço Escolar. Aprovado no Proc.Seletivo 01/2012)	17/09/83	036.013.959-08	25h	06/05/2014 a 30/06/2014
Mary Lea Butzke (Subst.Lenise T.M.Pasqualini, que se aposentou. Aprovada no Proc.Seletivo 01/2012)	31/05/60	936.471.159-91	20h	21/05/2014 a 30/06/2014
Pamela Barattieri Siegel (Subst.Janete F.Mendes que se encontra em afast. do exerc.do cargo)	12/02/92	083.231.689-03	44h	05/05/2014 a 04/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1079, de 05 de Maio de 2014

PORTARIA No 1079, DE 05 DE MAIO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: EDUCADOR INFANTIL B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Eliane Norato (Subst.Ivone S.Justino, que se aposentou. Aprovada no Proc.Seletivo 01/2012)	25/07/84	045.945.219-32	30h	20/05/2014 a 30/06/2014
Jaciara Paola Bell Saraiva (Aumento do número de alunos. Aprovada no Processo Seletivo 01/2012)	23/06/92	052.657.439-95	30h	12/05/2014 a 30/06/2014
Janara Thais Maas (Subst.Inge-lore Andre-atta, que se encontra em Licença Para Tratamento de Saúde)	11/02/92	087.927.749-11	30h	12/05/2014 a 02/06/2014
Scheila Cristina Zomer (Subst.Carla Teske, em afast.do exerc.do cargo)	29/03/84	057.537.559-09	30h	22/05/2014 a 05/06/2014
Sonia Gonçalves Ribeiro (Subst.Bruna R.Valcanaia Junkes, que se encontra em Lic.Maternidade)	02/02/70	621.264.669-49	30h	06/05/2014 a 30/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1080, de 06 de Maio de 2014

PORTARIA No 1080, DE 06 DE MAIO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: PSICÓLOGO (GP-65)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Márcia Tomelin (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	24/09/75	904.390.159-87	10h	07/05/2014 a 30/06/2014

Cargo: AUXILIAR DE RECREAÇÃO INFANTIL (SG-16)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Adelita Helena Dalpiaz Moreira (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	16/03/60	529.991.229-34	40h	12/05/2014 a 30/06/2014

Adriana Furlani Zатели (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	01/06/84	040.148.949-32	40h	13/05/2014 a 30/06/2014
Diangela Danubia Maas Nones (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	30/03/81	003.931.489-80	40h	06/05/2014 a 30/06/2014
Merlania Meneghelli Fusinato (Subst.Gisieli dos Santos, que se encontra em Licença Maternidade)	02/03/80	027.931.019-66	40h	12/05/2014 a 30/06/2014
Nilvane Maurice Hoss (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	06/01/75	020.661.949-99	40h	19/05/2014 a 30/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1081, de 06 de Maio de 2014

PORTARIA No 1081, DE 06 DE MAIO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Assistência Social)

Cargo: Assistente Social (GP-65)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Cacilde Vieira (Subst.Deise A.N.Mendes, que se encontra em afast. do exerc.do cargo -ocupando Cargo em Comissão)	27/12/68	569.766.319-68	35h	06/05/2014 a 30/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1082, de 06 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 1082, DE 06 DE MAIO DE 2014

Altera a Portaria nº 1611, de 30 de setembro de 2010, que nomeia membros para o Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50, c/c art.70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e conformidade com o art.3º e seus §§ de 1º a 5º, da Lei nº 2.106, de 24 de agosto de 2000, alterada pela Lei nº 2476, de 30 de setembro de 2010:

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 1611, de 30 de setembro de 2010, que nomeia membros para o Conselho de Alimentação Escolar, com mandato até 30 de setembro de 2014, designando:

.....

III-REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS:

Titular:

Suplente: Alexandre Furnari Bastos, em substituição a Mayra M.C.Giacomozzi

IV-REPRESENTANTES DE ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS:

1.Titular:

2. Suplente: Jaira Pacher Lenzi, em substituição a Maria da Conceição Aparecida Leira

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1083, de 06 de Maio de 2014

PORTARIA No 1083, DE 06 DE MAIO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Técnico em Enfermagem (SP-31)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Rosana de Bairos de Paula (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. no Conc.Públ / Processo Seletivo)	08/08/78	025.690.639-40	30h	06/05/2014 a 03/06/2014

Cargo: Enfermeiro (GP-65)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Lidia Naize Korc (Subst. Alessandra G.P.Xavier, que se encontra em Lic.para Trat.de Saúde)	06/01/81	005.058.369-71	30h	19/05/2014 a 03/06/2014

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
------	------------	-----	-----------------	---------

Ivone Carvalho de Siqueira Sacht (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. no Conc.Públ / Processo Seletivo)	15/01/69	065.464.229-05	44h	07/05/2014 a 03/06/2014
--	----------	----------------	-----	-------------------------

Juarez Carlos Freire (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. no Conc.Públ / Processo Seletivo)	17/01/70	551.687.101-82	44h	12/05/2014 a 03/06/2014
--	----------	----------------	-----	-------------------------

Cargo: Agente Comunitário de Saúde

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Dietlind Muller Bloedorn (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. no Conc.Públ / Processo Seletivo)	14/06/61	400.209.169-49	40h	07/05/2014 a 03/06/2014
Edeltraut Dálcia Weiss (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. no Conc.Públ / Processo Seletivo)	18/04/67	658.125.819-91	40h	06/05/2014 a 03/06/2014
Elenir Roepke Gessner (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. no Conc.Públ / Processo Seletivo)	20/12/86	054.456.189-94	40h	06/05/2014 a 03/06/2014
Sueli Locks Pasquali (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. no Conc.Públ / Processo Seletivo)	23/06/71	421.607.079-53	40h	07/05/2014 a 03/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1084, de 06 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 1084, DE 06 DE MAIO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013 e nº 3320, de 07 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Adriana Neckel Soares	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Alessandro Mondadori Hoffmann	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Aline Boer	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Aline Ventz	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Ana Karolina Longo Boaventura	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Anderlei Tessarolo Degering	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Andiara Geele Cristofolini Pretti	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Andrea Drager	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Andreia Schultz	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Anna Carine Bell	1034 de 08.04.2014	03/06/2014
Anna Paula Borchardt da Paz	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Aparecida Belarmino Roeder	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Araci Kruger	1046 de 15.04.2014	03/06/2014
Arseno Adriano	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Bruna Luiza Fiamoncini	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Cacia Rodrigues Mengarda	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Carina Renata Dal Cortivo Duarte	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Carla Cristina Lima dos Santos	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Carlos Alberto Zilse	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Claudete Lucia Zumach Chiste	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Cleia Cesarino	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Daniela Rodrigues Carvalho	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Darcio Habowsky	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Davi da Maia	1021 de 03.04.2014	03/06/2014

Dorothea Oelke	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Edemar Wille	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Ederson Jose Girelli	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Edina Vaz de Franca	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Egberto Jose de Freitas	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Eliane Aparecida de Oliveira	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Eliane Lando e Silva	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Eliane Margrit dos Anjos Volkmann	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Eliane Moser	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Elisiane Gisela Largura Schroeder	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Erica Patricia Gomes Barbosa	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Flavia Dayane Simeoni	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Flavia Michele Bernardo Zeschau	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Gabriela Anacleto Cardoso Wetzel	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Gilberto Luiz Goedert	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Helida de Oliveira Rocha Lutzow	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Iliane Peres de Lima Habowski	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Isabel Tancon Oda	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Ivone dos Santos Portela	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Janaina Bianchet	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Janderick de Souza Alves	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Jocimara Odete Pasquali Pessati	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Joice Stollmeier Kroenke	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Joselene Drager Weber	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Josete Luiza Reck Sfredo	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Josiane das Graças de Liz Paulo	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Josiane Santos Ramos	1046 de 15.04.2014	03/06/2014
Juliana Fernandes	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Julien Freddy Santistevan	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Juraci Klug	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Juraci Teske Vanderwegen	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Kathia Milke Arndt	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Katy Christine Bremer	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Ketlyn Helmbrecht Fernandes	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Lea Rosana Sofka dos Reis	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Lena Morgana Gessner da Silva	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Lizandro Frainer Furlani	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Lucia Elena Crossa Casali	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Luciana Schiavo	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Luciano Ezequiel Godinho	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Luis Carlos Godoi	1021 de 03.04.2014	03/06/2014

Lurdes Nunes Linhares	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Luzia Aparecida Gaulke Felippi	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Maira Lucia Cipriani	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Maira Pasqualini Marin	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Maira Silva de Godoy	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Marco Guerra	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Marcos Antonio Sanches	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Margareth Raasch Frainer	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Maria Girola Felippi	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Marileia Cristiane Schlickmann	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Marilene de Mello	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Marize Michelson da Rosa	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Melissa Michele Pereira e Silva	1062 de 30.04.2014	03/06/2014
Mere Teresinha Fagundes Wetzel	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Meri Terezinha Ribeiro	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Mirela Storino	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Moacir de Freitas Toledo	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Norbert Neumayr	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Olivia Brait	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Pamela Regina Floriani	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Patricia Slomp	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Priscila Lenzi Odebrecht	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Querem Hapuque Gomes Silva	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Roberta Nelci Pellin	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Rodrigo Oliveira da Silva	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Rosa Maria Borchardt	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Rosangela Ferreira da Silva Primo	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Rose Meli Stolf Evaristo	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Rosely Gessner Aguiar	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Rosemeri Carvalho Portes da Silva	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Rosemeri Morlo Stano	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Samir Jorge Curi Ayache	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Samuel Cristaldo Dominguez	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Sandra Regina de Lima	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Sarita Lucia Machado Zumach	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Shirlei Schurt Vicenti	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Silvana Longo Roepke	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Silvana Maria Longo	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Songela dos Santos	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Telmo Nunes Bastos	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Thiago Prange	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Vanessa Mlynasczyk	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Wilmar Scoz	1021 de 03.04.2014	03/06/2014
Zenita Maria de Souza	1021 de 03.04.2014	03/06/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1085, de 06 de Maio de 2014

PORTARIA No 1085, DE 06 DE MAIO DE 2014

Altera temporariamente a carga horária de servidores contratados temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores contratados temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotados na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2014, a contar de 05 de maio do corrente, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Adriana Bona	20h/a	35h/a
Adriano de Oliveira	21h/a	26h/a
Andreia Scheila Zatelli Fiamoncini	25h/a	34h/a
Darcísio Knoch	39h/a	44h/a
Elton Ricardo Poffo	21h/a	24h/a
Gisele Cristina Hordina	20h/a	25h/a
Joelma Demonti Tiso	20h/a	30h/a
Joseane Nolli Heimann	20h/a	30h/a
Michele de Souza Kretski	26h/a	31h/a
Nadir Nazzato Machado	20h/a	35h/a
Tatiana Patrícia Teske Weege	20h/a	25h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1086, de 06 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 1086, DE 06 DE MAIO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013 e nº 3320, de 07 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Dirleia Aparecida Bonacolsi Possamai	1004, de 01/04/2014	21/05/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1087, de 06 de Maio de 2014

PORTARIA No 1087, DE 06 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Sonia Gonçalves Ribeiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal SONIA GONÇALVES RIBEIRO, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 861, de 04 de fevereiro de 2014, a contar de 02 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1088, de 06 de Maio de 2014

PORTARIA No 1088, DE 06 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Zenaide Jesus de Bairos de Oliveira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal ZENAIDE JESUS DE BAIROS DE OLIVEIRA, contratada temporariamente para o cargo de Educadora Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 822, de 15 de janeiro de 2014, a contar de 02 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1089, de 06 de Maio de 2014

PORTARIA No 1089, DE 06 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Arlindo Sandri, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar de 02 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal ARLINDO SANDRI, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 244, de 18 de março de 2013, a contar de 02 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1090, de 07 de Maio de 2014

PORTARIA No 1090, DE 07 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Maria Liduina Rodrigues do Carmo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** a Servidora Pública Municipal MARIA LIDUINA RODRIGUES DO CARMO, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 042, de 15 de janeiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1091, de 07 de Maio de 2014

PORTARIA No 1091, DE 07 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Eliane Margrit dos Anjos Volkmann, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** a Servidora Pública Municipal ELIANE MARGRIT DOS ANJOS VOLKMANN, contratada temporariamente para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 121, de 1º de fevereiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1092, de 09 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 1092, DE 09 DE MAIO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013 e nº 3320, de 07 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º **ALTERAR** a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE
(Fundo Municipal de Trânsito)

NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Renan Augusto Dehlano	1062, de 30/04/2014	12/05/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1093, de 09 de Maio de 2014

PORTARIA No 1093, DE 09 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Janara Thaís Maas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** a Servidora Pública Municipal JANARA THAIS MAAS, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 819, de 15 de janeiro de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1094, de 09 de Maio de 2014

PORTARIA No 1094, DE 09 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Cacilde Vieira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 05 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** a Servidora Pública Municipal

CACILDE VIEIRA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2961, de 12 de fevereiro de 1996, a contar de 05 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1095, de 12 de Maio de 2014

PORTARIA No 1095, DE 12 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Adriana Furlani Zatelli, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal ADRIANA FURLANI ZATELLI, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 882, de 10 de fevereiro de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1096, de 12 de Maio de 2014

PORTARIA No 1096, DE 12 DE MAIO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Adão Bueno (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	30/10/59	342.609.780-04	44h	12/05/2014 a 30/06/2014

Cargo: Técnico em Agropecuária (SP-52)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Douglas Hugo Jandthe (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	07/11/90	077.943.319-00	35h	21/05/2014 a 30/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1097, de 13 de Maio de 2014

PORTARIA No 1097, DE 13 DE MAIO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE
(Fundo Municipal de Trânsito)

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Alexandre Eduardo Cavilha (Ausência de cand.aprov.em Conc.Público/Proc.Seletivo)	27/04/94	093.083.019-92	44h	13/05/2014 a 30/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de maio de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1098, de 14 de Maio de 2014

PORTARIA No 1098, DE 14 DE MAIO DE 2014

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE
(Fundo Municipal de Trânsito)

NOME	CARGO (CONTRATO TEMPO-RÁRIO)	Nº CNH / CATEGORIA
Alexandre Eduardo Cavilha	Auxiliar Operacional	05575550129 / AB

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de maio de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1099, de 15 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 1099, DE 15 DE MAIO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013 e nº 3320, de 07 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Elisangela Kienen	1062/2014	30/06/2014
Fabiana Milchert	1035/2014	02/06/2014
Jaqueline Vanusa Dias de Almeida	1074/2014	02/06/2014
Mary Lea Hilller Fassbinder	1035/2014	02/06/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de maio de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1100, de 15 de Maio de 2014

PORTARIA No 1100, DE 15 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Nilvane Maurice Hoss, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social), a contar de 14 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal NILVANE MAURICE HOSS, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 878, de 10 de fevereiro de 2014, a contar de 14 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1101, de 15 de Maio de 2014

PORTARIA No 1101, DE 15 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Flavia Ines Bertolini, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal FLAVIA INES BERTOLINI, do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 477, de 07 de maio de 2009, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1102, de 16 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 1102, DE 16 DE MAIO DE 2014

Altera a Portaria nº 439, de 25 de junho de 2013, que nomeia membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50, c/c art.70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art.13 da Lei Complementar nº 393, de 17 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 439, de 25 de junho de 2013, que nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, para mandato até 25 de junho de 2015, designando:

.....

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE:

Titular:

Suplente: VERA LÚCIA DE CASTILHO, em substituição ao Udemar Pellin

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1103, de 16 de Maio de 2014

PORTARIA No 1103, DE 16 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Sandra Maria Nichelatti, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal SANDRA MARIA NICHELATTI, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 819, de 15 de janeiro de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1104, de 19 de Maio de 2014

PORTARIA No 1104, DE 19 DE MAIO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Professor A10				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Alcilene Candida Soares Silva (Aumento do número de alunos)	24/07/77	995.894.516-91	20h	19/05/2014 a 30/06/2014
Lindalva Menestrina Dalpiaz (Subst.Lenise T.M.Pasqualini, que se aposentou. Aprovada no Proc.Seletivo 01/2012)	25/08/72	702.618.579-91	20h	20/05/2014 a 30/06/2014
Lucas Ferreira Povoas (Aumento do número de alunos)	24/03/91	060.816.459-32	12h	19/05/2014 a 30/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1106, de 19 de Maio de 2014

PORTARIA No 1106, DE 19 DE MAIO DE 2014

Altera temporariamente a carga horária de servidores contratados temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores contratados temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotados na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2014, a contar de 19 de maio do corrente, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Brian Fernando Zabala	22h/a	14h/a
Juliani Soares Marques	24h/a	44h/a
Maira Liana Maas	25h/a	45h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1107, de 19 de Maio de 2014

PORTARIA No 1107, DE 19 DE MAIO DE 2014

Designa e dispensa profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Lidia Naize Korc	Enfermeira	19/05/2014

Art.2º DISPENSAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Vanessa Luana Jost Ludovico	Enfermeira	15/05/2014

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1108, de 19 de Maio de 2014

PORTARIA No 1108, DE 19 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Monica Estela Hoe Lange, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal MONICA ESTELA HOE LANGE, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 805, de 14 de janeiro de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1109, de 20 de Maio de 2014

PORTARIA No 1109, DE 20 DE MAIO DE 2014

Autoriza Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a conduzir veículos oficiais, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículos oficiais de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Lidia Naize Machado	Enfermeira	03854404005 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1110, de 20 de Maio de 2014

PORTARIA No 1110, DE 20 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Patricia Regina Felippi, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 23 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal PATRICIA REGINA FELIPPI, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 819, de 15 de janeiro de 2014, a contar de 23 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1111, de 20 de Maio de 2014

PORTARIA No 1111, DE 20 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Giselly Carol Cristóvão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 13 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal GISELLE CAROL CRISTÓVÃO, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1077, de 05 de maio de 2014, a contar de 13 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1112, de 21 de Maio de 2014

PORTARIA No 1112, DE 21 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Jaciara Paola Bell Saraiva, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 09 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal JACIARA PAOLA BELL SARAIVA, contratada temporariamente para o cargo de Educadora Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 958, de 10 de março de 2014, a contar de 09 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1113, de 23 de Maio de 2014

PORTARIA No 1113, DE 23 DE MAIO DE 2014

Exonera o Servidor Público Municipal Marco Guerra, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR o Servidor Público Municipal MARCO GUERRA, contratado temporariamente para o cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 820, de 15 de janeiro de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Lei Nº 2720, de 23 de Junho de 2014

LEI Nº 2720, DE 23 DE JUNHO DE 2014

"Altera o art. 80 da Lei n.º 2.506, de 22 de março de 2011."

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 80 da Lei n.º 2.506, de 22 de março de 2011 passa a ter a seguinte redação.

"Art. 80. É permitida a transferência da outorga a terceiros que preencham os requisitos necessários para a sua concessão.

§1.º Em caso de falecimento do outorgado o direito à exploração do serviço será transferido a seus sucessores legítimos, nos termos dos arts. 1.829 e seguintes do Título II do Livro V da Parte Especial da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§2.º As transferências de que tratam o caput e o § 1.º dar-se-ão pelo prazo da outorga e são condicionadas à prévia anuência do poder público municipal e ao atendimento dos requisitos fixados para a outorga."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Ata Sorteio Subcomissão - Concorrência N.º 48 2014 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE SORTEIO SUBCOMISSÃO TÉCNICA - CONCORRÊNCIA Nº. 48/2014 - PMT

Às nove horas, do décimo oitavo dia, do mês de junho de dois mil e catorze, (18/06/2014) na Sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e representando a empresa Edson Antonio Britembach (Prodiz Comunicação), o Sr. Edson Antonio Britembach, para realização do sorteio dos integrantes que irão compor a Subcomissão Técnica, nos termos do Item 20.6 do Edital. Considerando que não houve impugnação quanto aos nomes constantes da relação dos indicados a compor a Subcomissão Técnica, a qual foi publicada no Anexo V do Edital de Concorrência nº 48/2014, na data de 23/04/2014, passamos a realização do sorteio. Foi conferida a relação dos nomes indicados na listagem do Anexo V do Edital e, estando de acordo, os mesmos foram dobrados e inseridos em um envelope plástico. Passou-se ao sorteio da seguinte forma: - 1º sorteado: EUMAR FRANCISCO DA SILVA (sorteado pelo representante da empresa Edson Antonio Britembach - Prodiz Comunicação); - 2º sorteado: BRENO LEITE TAKAHASHI (sorteado pela Presidente da Comissão, Sra. Carmelinde Brandt); - 3º sorteado: JAIME JOEL AVENDANO JARA (sorteado pela Secretária da Comissão, Sra. Pamela A. Campregher Floriano). Os documentos contidos nos envelopes nº 01 e nº 02, os quais foram lacrados em envelopes distintos, sendo dois envelopes para os documentos constantes da Proposta Técnica - Plano de Comunicação Publicitária e, dois envelopes para os documentos constantes da Proposta Técnica - Conjunto de Informações Referentes ao Proponente, os quais foram rubricados em seus lacres pelos presentes na sessão do dia 16/06/2014, ficam sob a responsabilidade do Setor de Licitações para convocação dos membros da Subcomissão Técnica para realização de sua entrega, nos termos do Item nº 11.2 do Edital. Em relação aos envelopes nº 3 e nº 4, estes deverão permanecer sob responsabilidade do Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para abertura. Desta forma, diante das considerações acima, a Subcomissão Técnica para análise e julgamento dos documentos contidos nos envelopes nº 01 e nº 02, nos termos do Edital, fica composta pelos seguintes membros: EUMAR FRANCISCO DA SILVA, BRENO LEITE TAKAHASHI e JAIME JOEL AVENDANO JARA. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais presentes. Registre-se, publique-se, intimem-se.

CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro

Edson Antonio Britembach (Prodiz Comunicação)

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 12 2014 FMS - Material Odontológico

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos destinados as equipes de saúde bucal e odontologia da Policlínica de referência do Município de Timbó/SC. EMPRESAS FORNECEDORAS: Dental Med Sul Artigos Odontológicos LTDA; Silmes Com. Prod. Odontológicos LTDA ME; Cirúrgica Bela Vista Comércio de Produtos Hospitalares LTDA ME; e Dentaria e Distr. Hosp. Porto Alegreense EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 69.663,92 (um milhão setecentos e oitenta e três mil trezentos e sessenta e dois reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/06/2015

Timbó, 18/06/2014
ALFREDO JOAO BERRI
Secretária de Educação

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 19 2014 SAMAE - Material Hidráulico

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para reposição de estoque do almoxarifado em atendimento às necessidades do setor de manutenção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Sul Ar e Água Equipamentos LTDA; Hidroluna Materiais para Saneamento LTDA; Corr Plastik Industrial LTDA; Angolini & Angolini LTDA; Doal Plastic Ind. E Com. LTDA; Margem Comércio de Materiais Hidráulicos LTDA EPP; Sanemarck Com. de Mat. Hidráulicos LTDA ME; Esaplast Ind. Com. Materiais Plásticos LTDA EPP; H.D.S. Comercial, Hidráulica e Saneamento LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 138.322,40 (cento e trinta e oito mil trezentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/06/2015

Timbó, 18/06/2014
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAME

Aviso Pregão Presencial N.º 63 2014 PMT - Geotecnia/Apoio Geotécnico

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 63/2014 - PMT

OBJETO: registro de preços para contratação de empresa(s) de engenharia especializada em geotecnia/apoio geotécnico, para execução de serviço de investigação geotécnica por meio de ensaios de compactação - proctor normal, índice de suporte califórnia - isc (cbr) - energia normal, com coleta de amostras e de ensaios de laboratório; e teste de viga benkelman, de acordo com o termo de referência e normas técnicas da ABNT para pavimentação das

ruas Blumenau, Indaial, Oswaldo Cruz, Botuverá, Emílio Jurk, Fritz Klug, Otto Wolter e demais ruas do município de Timbó, conforme necessidade. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 04 de julho de 2014. ABERTURA: dia 04 de julho de 2014 as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 06/06/2014.
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de

Treze Tílias

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 73/2014

EXTRATO DE CONTRATO 73/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para pavimentação asfáltica em C.A.U.Q de 3.643 m² na rua Três Barras no município de Treze Tílias - SC, conforme projeto constante no Anexo I, integrante deste edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preço 41/2014

VIGÊNCIA: 18/06/2014 - 20/10/2014;

VALOR ESTIMADO: R\$ \$ 343.332,44 (Trezentos e quarenta e três mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos)

DATA ASSINATURA: 16/06/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.02.2214.44.90.00.00.00.00.00.00.24 e 05.02.2214.44.90.00.00.00.00.00.0105

TREZE TÍLIAS, 18 de Junho de 2014.

Extrato de Contrato Nº 74/2014

EXTRATO DE CONTRATO 74/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: CARBONI DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de 01 (um) caminhão traçado 6x2 novo e 01 (uma) caçamba basculante nova, destinados para a Secretaria de Transportes e Obras de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial 46/2014

VIGÊNCIA: 18/06/2014 - 10/07/2014;

VALOR ESTIMADO: R\$ 185.000,00 (Cento e oitenta e cinco mil)

DATA ASSINATURA: 16/06/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.01.2005.44.90.00.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 18 de Junho de 2014.

Extrato de Contrato Nº 75/2014

EXTRATO DE CONTRATO 75/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: FACCHINI COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de 01 (um) caminhão traçado 6x2 novo e 01 (uma) caçamba basculante nova, destinados para a Secretaria de Transportes e Obras de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial 46/2014

VIGÊNCIA: 18/06/2014 - 10/07/2014;

VALOR ESTIMADO: R\$ 30.550,00 (Trinta mil, quinhentos e cinquenta reais)

DATA ASSINATURA: 16/06/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.01.2005.44.90.00.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 18 de Junho de 2014.

Aviso de Licitação 55/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 51/2014 - CARTA CONVITE

Objeto: Contratação de pessoa física para elaboração de projeto arquitetônico de uma Escola Municipal com área estimada de 3.200m² para o município de Treze Tílias.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 02/07/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

Pregão Presencial 45/2014 - Pmtc

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 45/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 45/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM visando a AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS 0KM, ANO/MODELO 2014, COM CAPACIDADE MINIMA DE 19 PASSAGEIROS + MOTORISTA, PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO . A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:30h. do dia 03 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30min as 17:30min, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 18 de junho de 2014.
Silvio Venturi
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 46/2014 Pmtc

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 46/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 46/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR LOTE visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE NO MUNICIPIO DE TROMBUDO CENTRAL . A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 16:00h. do dia 03 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30min as 17:30min, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 18 de junho de 2014.
Silvio Venturi
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 16/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 16/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 16/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIO. AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO ANO/MODELO 2014, COM CAPACIDADE MINIMA DE 14 PESSOAS (13 PASSAGEIROS + MOTORISTA) PARA SECRETARIA DE SAÚDE. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:30min. do dia 03 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 17 de junho de 2014.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 17/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 17/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 17/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIO. AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO ANO/MODELO 2014 COM CAPACIDADE PARA CINCO LUGARES PARA TRANSPORTE DE PACIENTES FORA DO DOMICÍLIO DE TROMBUDO CENTRAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:30 min. do dia 03 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 18 de junho de 2014.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 18/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 18/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993,

fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 18/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIO. AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO ANO/MODELO 2014 COM CAPACIDADE PARA CINCO LUGARES PARA TRANSPORTE DE PACIENTES FORA DO DOMICÍLIO DE TROMBUDO CENTRAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 11:30 min. do dia 03 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 18 de junho de 2014.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 19/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 19/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 19/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIO. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTES PARA SECRETARIA DE SAÚDE. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 14:00h. do dia 03 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 18 de junho de 2014.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

Resolução Nº 011/2014

RESOLUÇÃO Nº 011/2014

ADIA HORÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o adiamento da Sessão Ordinária do dia 23 de Junho (segunda-feira), das 19:00 horas para às 19:30 horas. Conforme deliberação em Plenário na Sessão Ordinária do dia 16 de Junho de 2014.

Art.2º revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC-.

Em 17 de Junho de 2014.

FLÁVIO ALBANO
Presidente

WENDLINGNILSI SEHN
Vice-Presidente

SÉRGIO LUÍS EIDT
1º Secretário

GILBERTO LUNKES
2º Secretário

Contrato N.54/2014 Reforma Casa da Cultura

CONTRATO Nº 54/2014.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de empreitada global, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Bairro Progresso neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa BW CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.727.986/0001-12, estabelecida na Rua Sete de Setembro, nº 888, no Município de Iporã do Oeste/SC considerada doravante denominado CONTRATADA e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA REFORMA DA COBERTURA DO AUDITÓRIO DA CASA DA CULTURA em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2014, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA REFORMA DA COBERTURA DO AUDITÓRIO DA CASA DA CULTURA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 60 (sessenta) dias consecutivos a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 - Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 03 (três) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

3.6 - A execução dos serviços deverá ser feita exclusivamente com funcionários da contratada, devidamente registrados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 33.317,55 (trinta e três mil trezentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos) sendo custo com mão de obra de R\$ 9.995,27 (nove mil novecentos e noventa e cinco reais e vinte sete centavos) e material de R\$ 23.322,29 (vinte e três mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos).

4.2 - A medição será obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

4.3 - O pagamento e liquidação das notas fiscais, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, CONFORME BOLETIM DE MEDIÇÃO.

4.3.1 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período.

- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.4 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.5 - Nos aspectos previdenciários, será ainda observado o que dispõe a legislação previdenciária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

6.1 - O prazo para a conclusão da obra é 60 (sessenta) dias consecutivos a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (81) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

8.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.6 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.7 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da

execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.8 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.9 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.10 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.11 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.12 - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se civil e criminalmente, durante a execução das obras, pela segurança dos operários e demais pessoas que estiverem ou entrarem no canteiro de obras; deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado à terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.13 A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2014, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2 - Multas de:

5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada

segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificados forem executados e aceitos pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO APROVADO E EMITIDO PELO SETOR DE PROJETOS E CONVÊNIOS.

14.7 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 - A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;

O atraso injustificado no início da obra;

A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;

A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 16 de junho de 2014.

ENOI SCHERER BW CONSTRUÇÕES LTDA ME
Contratante Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF:918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 52/2014

CONTRATO Nº 52/2014

Pelo presente instrumento de contrato em regime de empreitada global, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Volmir Pedro Lawisch, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 710.744.149-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa BW CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.727.986/0001-12, estabelecida na Rua Sete de Setembro, nº 888, no Município de Iporã do Oeste/SC considerada doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA AMPLIAÇÃO DO PAVILHAO INDUSTRIAL 2, LOCALIZADA NA LINHA FELIPE SCHMIDT, ACORDO COM O CONVENIO DO ESTADO N.2014TR000761 em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 04/2014, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA AMPLIAÇÃO DO PAVILHAO INDUSTRIAL 2, LOCALIZADA NA LINHA FELIPE SCHMIDT.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 - Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 03 (três) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

3.6 - A execução dos serviços deverá ser feita exclusivamente com funcionários da contratada, devidamente registrados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 293.437,55, sendo custo com mão de obra de R\$ 88.031,27(oitenta e oito mil trinta e um reais e vinte sete centavos) e material de R\$ 205.406,29(Duzentos e cinco mil quatrocentos e seis reais e vinte nove centavos).

4.2 - A medição será obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

4.3 - O pagamento e liquidação das notas fiscais, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, CONFORME BOLETIM DE MEDIÇÃO.

4.3.1 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período.

- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.4 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.5 - Nos aspectos previdenciários, será ainda observado o que dispõe a legislação previdenciária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

6.1 - O prazo para a conclusão da obra é 90 (noventa) dias consecutivos a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de

fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (109,151,191) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

8.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.6 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.7 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.8 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.9 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.10 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.11 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.12 - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se civil e criminalmente, durante a execução das obras, pela segurança dos operários e demais pessoas que estiverem ou entrarem no canteiro de obras; deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado à terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.13 A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLAÚSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 04/2014, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2 - Multas de:

5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificados forem executados e aceitos pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO APROVADO E EMITIDO PELO SETOR DE PROJETOS E CONVÊNIOS.

14.7 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 - A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;

O atraso injustificado no início da obra;

A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;

A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a

ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC.,

Tunápolis - SC., 02 de JUNHO de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício

CONTRATANTE

BW CONSTRUÇÕES LTDA ME

CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 23/2014

CONTRATO Nº 23/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS (SC), e a empresa SANTÉ GESTÃO EM SAÚDE LTDA.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado por seu gestor Sr. Bruno José Heberle, com sede na Albino Frantz, centro, no município de Tunápolis/SC inscrito no CNPJ nº 12.273.240/0001-49, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SANTÉ GESTÃO EM SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 14.411.840/0001-51, estabelecida na Padre Anchieta, 808 Bairro Agostini, no Município de São Miguel do Oeste/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Veranice Bertochi, portadora do CPF nº 681.820.829-00 residente e domiciliado na Avenida Martin Piasieski, 1048, Centro, no Município de Descanso/SC celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 16/2014, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 15/2014, homologado no dia 16 de junho de 2014, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para treinamento para atualização dos servidores públicos do Fundo Municipal da Saúde, conforme Termo de Referência constante no Anexo I.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço unit	Preço Total
4	16	horas	NASF- NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA Atualização em Saúde da Criança Direcionamento de medidas em saúde da criança; A criança desnutrida e a equipe multidisciplinar Criança e seu ambiente X atividades do NASF Aspectos do profissional da saúde frente ao problema Desafios do NASF em saúde da criança de risco Conceitos definições em puericultura Construção de Inserção comunitária Construção de Propostas de grupos Público- alvo Profissionais do NASF e profissionais da saúde Instrutores: Médico e Enfermeiro	250,00	4.000,00
5	8	horas	OBESIDADE INFANTIL Atenção à criança obesa; Manejo alimentar e nutricional; Abordagem integral da família com a criança com excesso de peso; Enfoque na promoção de saúde; Prevenção de outras doenças crônicas; Abordagem nutricional diária. Público: Pais, familiares e responsáveis de crianças na faixa etária de zero a dois anos. Instrutor: Médico	500,00	4.000,00
			TOTAL GERAL		8.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. A presente contratação terá vigência até 31.12.2014 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica do Fundo Municipal de Saúde e Gestor do Fundo, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. Os cursos deverão ser ministrados no Município de Tunápolis/SC, de acordo com o cronograma do Fundo Municipal da Saúde, o mesmo se encontra disponível com o Secretário Municipal da Saúde.

3.2 As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone, fax e/ou e-mail e prestar suporte às dúvidas eventuais do Município em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

4.1. O valor total ora contratado é de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), considerando consignado conforme a proposta apresentada e considerada vencedora no Processo de Licitação.

4.2. O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada

4.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

4.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.5 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste

4.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (35,45) do Fundo Municipal de Saúde da Tunápolis, do ano de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DO DOCUMENTO FISCAL

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Albino Frantz, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda

número do empenho e do processo licitatório.

6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

7.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

7.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

7.1.3. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.4. Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

7.1.6. Emitir, através do setor competente, autorização para início da prestação dos serviços.

7.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.2.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula primeira - do objeto - e na cláusula terceira - da forma de execução - do presente contrato;

7.2.2. Prestar os serviços nas condições e prazos estipulados;

7.2.3. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do contrato;

7.2.4. Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos, quando do deslocamento para a realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código Brasileiro de Trânsito;

7.2.5. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade;

7.2.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao Município ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

7.2.7. Assumir todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.2.8. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.9. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;

7.2.10. Exigir da Secretaria Municipal de Saúde a emissão de autorização, para que proceda ao início da execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas

de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.2. O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso.

8.2.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

8.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Tunápolis (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

TUNÁPOLIS, SC., 16 de junho de 2014.

Bruno José Heberle
Contratante
Gestor Fundo

Santé Gestão em Saúde Ltda
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259.60

Contrato N.24/2014

CONTRATO Nº 24/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS (SC), e a empresa CRIATIVA CURSOS E TREINAMENTOS LTDA- ME.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado por seu gestor Sr. Bruno José Heberle, com sede na Albino Frantz, centro, no município de Tunápolis/SC inscrito no CNPJ nº 12.273.240/0001-49, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CRIATIVA CURSOS E TREINAMENTOS LTDA- ME sediada na Avenida Santa Helena nº 221, centro CEP 89910-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.461.680/0001-92, doravante denominada CONTRATADA, neste representada pela sócia administradora Sra. Franciele Pauletto, portadora do CPF nº 057.146.299-57, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 16/2014, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 15/2014, homologado no dia 16 de junho de 2014, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para treinamento para atualização dos servidores públicos do Fundo Municipal da Saúde, conforme abaixo:

Item	uni	Descrição	Preço hora	Total geral
01	20h	PROTOCOLO DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL Disponibilização à Secretaria de Saúde de três vias impressas e encadernadas com os Protocolos finalizados. Instrutor: Nutricionista	150,00	3.000,00
02	8h	SEMINÁRIO DE SAÚDE DA CRIANÇA Tema: Relação entre a Conservação de Alimentos e a Saúde da Criança Público: Pais, familiares e responsáveis de crianças na faixa etária de zero a cinco anos, Agentes Comunitários de Saúde Instrutor: Nutricionista	250,00	2.000,00

03	8h	ATUALIZAÇÃO EM VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL Política Nacional de Alimentação Promoção da Alimentação saudável Abordagem, promoção da saúde e prevenção de doenças relacionadas à alimentação e nutrição Desnutrição Infantil Vigilância Alimentar Vigilância Nutricional Abordagem inicial da criança e família no contexto de inserção social Público - alvo Equipes de profissionais e colaboradores da Secretaria de Saúde Instrutores: Nutricionista e Enfermeiro	210,00	1.680,00
06	8h	HUMANIZAÇÃO E ACOLOHIMENTO EM SAÚDE Módulo: colaboradores da Secretaria de Saúde Trabalho em equipe: Dicas para se trabalhar melhor em equipe e Atitudes que devem ser evitadas no trabalho em equipe; Como conviver melhor no trabalho; Comportamentos inadequados no ambiente de trabalho; Qualidade no atendimento ao paciente; Gafes no atendimento; Hierarquia; Conflito Organizacional; Acolhimento; Humanização da assistência da saúde. Público- alvo Equipe de profissionais e colaboradores da Secretaria de saúde Instrutor: Psicólogo	200,00	1.600,00
Total Geral				8.280,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. A presente contratação terá vigência até 31.12.2014 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica do Fundo Municipal de Saúde e Gestor do Fundo, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. Os cursos deverão ser ministrados no Município de Tunápolis/SC, de acordo com o cronograma do Fundo Municipal da Saúde, o mesmo se encontra disponível com o Secretário Municipal da

Saúde.

3.2 As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone, fax e/ou e-mail e prestar suporte às dúvidas eventuais do Município em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

4.1. O valor total ora contratado é de R\$ 8.200,00 (Oito mil e duzentos reais), considerando consignado conforme a proposta apresentada e considerada vencedora no Processo de Licitação.

4.2. O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada

4.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agencia Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

4.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.5 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste

4.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (35,45) do Fundo Municipal de Saúde da Tunápolis, do ano de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DO DOCUMENTO FISCAL

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Albino Frantz, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

7.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

7.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

7.1.3. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.4. Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

7.1.6. Emitir, através do setor competente, autorização para início da prestação dos serviços.

7.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.2.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula primeira - do objeto - e na cláusula terceira - da forma de execução - do presente contrato;

7.2.2. Prestar os serviços nas condições e prazos estipulados;

7.2.3. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do contrato;

7.2.4. Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos, quando do deslocamento para a realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código Brasileiro de Trânsito;

7.2.5. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade;

7.2.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao Município ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

7.2.7. Assumir todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.2.8. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.9. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;

7.2.10. Exigir da Secretaria Municipal de Saúde a emissão de autorização, para que proceda ao início da execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.2. O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso.

8.2.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

8.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo

indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Tunápolis (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

TUNÁPOLIS, SC., 16 de junho de 2014.

Bruno José Heberle
Contratante
Gestor Fundo

Criativa Cursos e Treinamentos LTDA- ME
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259-60

Turvo

PREFEITURA

Portaria 198/2014

PORTARIA Nº 198/14, de 17 de Junho de 2014.
FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. ADAIR CONSTANTE, CPF nº 636.982.429-15, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Transportes e Obras, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de junho de 2014.
EDSON JAIR DAGOSTIN
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 199/2014

PORTARIA Nº 199/14, de 18 de Junho de 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995

(Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora KATIA FERNANDES RIBEIRO POSSAMAI, CPF nº. 034.612.669-06, matrícula nº. 1206, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Professor, no período de 18.06.2014 a 29.07.2014, referente ao período aquisitivo de 11.05.2009 a 31.08.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 05 de maio de 2014. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de junho de 2014
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 200/2014

PORTARIA Nº 200/14, de 18 de Junho de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até o dia 29 de Julho de 2014 a contratação da servidora a baixo relacionada, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013-SME, exercendo a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a Servidora Katia Fernandes R. Possamai, que se encontra em Licença.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Mariluci Zavariz	066.565.039-69	3062

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 201/2014

PORTARIA Nº 201/14, de 18 de Junho de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 17 de Junho de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, nomeada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - ESFs, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 115/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Elisangela Pereira Ferreira	024.621.579-80	2122

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 202/2014

PORTARIA Nº 202/14, de 18 de Junho de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Junho de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, nomeada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - ESFs, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 115/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Andresa Pavei	039.538.089-82	3187

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 203/2014

PORTARIA Nº 203/14, de 18 de Junho de 2014.

ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Rita de Cássia Silverio	784.965.949-04	Casa da Criança

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 20 de Junho de 2014 e encerrará em 12 de Dezembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 204/2014

PORTARIA Nº 204/14, de 18 de Junho de 2014.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Servidor JOÃO DE TOLEDO, CPF nº. 248.866.450-20, matrícula nº 0988, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Saúde, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Convenio FMS 003/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 003/2014

CONVENIADA: Hospital São Sebastião de Turvo.

OBJETO: Repasse de recurso financeiro, por parte do Fundo Municipal de Saúde ao Hospital São Sebastião de Turvo, objetivando auxiliar no custeio da folha de pagamento de funcionário e pagamento de fornecedores.

VALOR: R\$ 50.000,00

VIGÊNCIA: De 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente.

Portaria 205/2014

PORTARIA Nº 205/14, de 20 de Junho de 2014.

ADMITE AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei nº 2.140/12 de 27 de Novembro de 2012,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Elisiane Américo de Souza	074.816.309-33	E. M. São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 20 de Junho de 2014 e encerrará em 05 de Dezembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 20 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 206/2014

PORTARIA Nº 206/14, de 20 de Junho de 2014.

ADMITE PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	DISCIPLINA
Renata de Farias	030.590.599-69	Educação Física

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 20 de Junho de 2014 e encerrará em 02 de Dezembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 20 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 31/2014

DECRETO Nº 031/14, de 18 de Junho de 2014.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013.
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 325.450,85 (trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos), assim classificados:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.182.0056.2.030 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUN-REBOM

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080.0 (025) - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0055.1.021 - VIAS URBANAS PAVIM. PASSEIO E PRAÇAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 (082) - Aplicações Diretas
R\$ 7.400,00

17.512.0057.1.032 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080.0 (085) - Aplicações Diretas
R\$ 278.050,85

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0024 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 7.400,00 e a conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 318.050,85.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 18 de Junho de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 114/2014, Referente A Tomada de Preços Nº 03/2014.

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: BENEFATTO CONSTRUTORA LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada em pavimentação com pedras, para a execução de um projeto de calçamento na Rua Araucária, Rua Ipê e Estrada Municipal, compreendendo a drenagem pluvial, a pavimentação com pedras irregulares e a sinalização viária, totalizando 2.965,00 m², com fornecimento de materiais e mão de obra especializada, a ser executado na cidade de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 186.985,77 (cento e oitenta e seis mil novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Tomada de Preços nº 03/2014 e Contrato nº 114/2014.

Vargeão, SC, 18 de junho de 2014.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Leilão 001/2014

PROCESSO 045/2014

LE001/2014

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA

O município de Vargem Bonita, Santa Catarina, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966, Centro, cidade de Vargem Bonita, Fone (49) 3548 3000, CEP 89.675/000, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.187/0001-31, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09:00 horas do dia 14 de JULHO de 2014, tendo como local o AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES, localizado a Rua Coronel Vitório, 823, Centro, Vargem Bonita, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC 162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 ÔNIBUS MARCOPOLLO/VOLARE A8 ESC, ano 2002, modelo 2003, Placas MCL 9868, diesel, cor amarela. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00. LOTE 02: 01 VW/KOMBI LOTAÇÃO, ano/modelo 2002, Placas MCI 3067, gasolina, cor branca, não está rodando. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00. LOTE 03: 01 CAMINHONETE VW/SAVEIRO SL 1.6, ano/modelo 2005, Placas MEM 8121, álcool/gasolina, cor branca, carroceria aberta, está rodando. LANCE INICIAL R\$ 5.500,00. LOTE 04: 01 CAMINHONETE VW/SAVEIRO 1.6, ano/modelo 2007, Placas MDM 1063, gasolina, cor branca, carroceria aberta, está rodando. LANCE INICIAL R\$ 6.500,00. LOTE 05: 01 Automóvel VW/GOL SPECIAL, ano/modelo 2003, Placas MCB 3173, gasolina, cor branca, não está rodando. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. LOTE 06: 01 Automóvel VW/GOL 1.0 GIV, ano 2008, modelo 2009, Placas MEC 7524, álcool/gasolina, cor branca, nº motor CCP 008913, 5P, 71CV, está rodando. LANCE INICIAL R\$ 6.000,00. LOTE 07: 01 Automóvel VW/GOL 1.0 GIV, ano 2008, modelo 2009, Placas MEF 9224, álcool/gasolina, cor branca, 5P, 71CV, não está rodando. LANCE INICIAL R\$ 4.000,00. LOTE 08: 01 Automóvel FIAT/UNO MILLE ECONOMY, ano/ modelo 2010, Placas MID 9324, álcool/gasolina, cor branca, está rodando. LANCE INICIAL R\$ 7.000,00. LOTE 09: 01 CAMIONETA FIAT/DUCATO MULTI, ano 2003, modelo 2004, Placas MDM 2889, cor branca, Diesel, está rodando. LANCE INICIAL R\$ 20.500,00. LOTE 10: 01 CAMINHÃO GM/MATRA M19 683 BASCULANTE, ano/modelo 1990 Placas LZZ 9614, diesel, cor branca, está rodando. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. LOTE 11: 01 CAMINHÃO FORD/F 7000 BASCULANTE, ano/modelo 1980, Placas LZU 0406, diesel, cor azul, não está rodando. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. LOTE 12: 01 Veículo GM/KADETT GLS, ano/modelo 1998, Placas CPE 3930, Gasolina, cor branca, está rodando. LANCE INICIAL R\$ 4.500,00. LOTE 13: 01 TRATOR AGRÍCOLA DE PNEU VALMET 88, diesel, cor amarela, está rodando. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. LOTE 14: 01 TRATOR AGRÍCOLA DE PNEU VALMET 885, ano 1998, cor verde, não está rodando. LANCE INICIAL R\$ 6.000,00. LOTE 15: 01 TRATOR DE PNEU MASSEY FERGUSON, ano/modelo 1994, cor vermelha, está rodando. LANCE INICIAL R\$ 6.000,00. LOTE 16: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO SECO, cor azul. LANCE INICIAL R\$ 150,00. LOTE 17: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO, cor azul. LANCE INICIAL R\$ 100,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.VARGEMBONITA.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (49) 3548 3000, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Vargem Bonita (SC), em 09 de Junho de 2014.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA

Videira

PREFEITURA

Editais de Convocação do Fórum de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil Para Compôr O CMAS - Videira Para O Biênio 2014/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O CMAS - Videira para o BIÊNIO 2014/2016

Terça-feira, 10 de junho de 2014

O Conselho Municipal de Assistência Social de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8742/93 - LOAS e Lei Municipal 162/1996, através de sua Presidente Rosani Luiza Schneider, CONVOCA os representantes de entidades de atendimento ao idoso, representantes de entidades não-governamentais de âmbito municipal de promoção, proteção, defesa e controle social da política de assistência social, organizações e entidades de trabalhadores do setor e representantes de usuários para o Fórum de Assistência Social, onde serão eleitos os representantes da sociedade civil para compor o CMAS - Biênio 2014/2016.

Art. 1º - A eleição dos representantes da sociedade civil que integram o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Videira, biênio 2014/2016, se dará através de Fórum de Eleição, que será realizado no dia 30 de junho de 2014, às 14h na sala de Reuniões do Departamento de Ação Social de Videira.

Dos Eleitores

Art. 2º - São eleitores aptos a participarem do Fórum de Eleição, os representantes de todas as Entidades e Organizações da sociedade civil, representantes dos usuários da assistência social, representantes dos trabalhadores da assistência social, representantes de entidades prestadoras de serviços e organizações de assistência social do município de Videira.

Das Vagas

Art. 3º - Poderão concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para o biênio 2012/2014, os representantes das Entidades e Organizações de Assistência Social não-governamentais do município de Videira.

§ 1º - Para cada vaga, corresponderá um membro titular e um membro suplente.

§ 2º - Somente poderão concorrer às vagas as entidades que estiverem legalmente representadas no Fórum de Eleição, no dia 30/06/2014

Dos votantes

Art. 4º - Terão direito a voto um representante, legalmente instituído pela entidade.

§ 1º - Cada entidade somente poderá credenciar para o processo de ESCOLHA um Representante/delegado que esteja presente no Fórum de Eleição;

§ 2º - Cada Delegado poderá representar uma única entidade;

Art. 5º - Os delegados deverão ser credenciados junto ao

Departamento de Assistência Social até o dia do Fórum da Eleição.

Da realização do Fórum de Eleição

Art. 6º - O Fórum de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal de Assistência Social será coordenada pela Comissão Eleitoral do CMAS em exercício.

Parágrafo Único - Cabe à Comissão Eleitoral do CMAS, dar ciência dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição ao Ministério Público e às Entidades Não Governamentais habilitadas a participarem do presente pleito.

Art. 7º - A diretoria executiva do CMAS deverá registrar em ata todos os procedimentos do Fórum de Eleição.

Art. 8º - O Fórum de Eleição terá início com a exposição dos procedimentos de escolhados representantes da sociedade civil que comporão o CMAS para o biênio 2014/2016.

Art. 9º - Cada Entidade candidata terá três minutos para apresentar sua Entidade e expor os motivos pelos quais pretende fazer parte do CMAS.

§ 1º - A ordem da apresentação das entidades se dará por meio de sorteio;

§ 2º - As entidades podem abrir mão deste tempo se assim lhes convier.

Art. 10º - Após as apresentações das Entidades, os delegados votantes se reunirão pelo prazo máximo de trinta minutos, definirão quem são representantes da sociedade civil (seis titulares e seis suplentes) para comporem o CMAS no biênio 2014/2016.

Da Proclamação dos Eleitos

Art. 11º - O resultado final do Fórum de Eleição será divulgado em edital afixado no hall da Prefeitura Municipal de Videira no prazo de 05 (cinco) dias e publicado no Diário Oficial.

Da Posse

Art. 12º - A posse dos novos membros do Conselho Municipal de Assistência Social dar-se-á pelo Prefeito Municipal, ou por quem o mesmo designar, após a divulgação dos nomes dos representantes eleitos.

Art. 13º - As Entidades que não se fizerem presentes na posse através de seus representantes e não apresentarem justificativa por escrito endereçada ao CMAS perderão o direito a participar do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Videira/SC, biênio 2014/2016.

Das Disposições Finais

Art. 14º - A função de membro de Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 15º - Em caso de omissão deste Edital, as questões serão resolvidas pela Comissão Eleitoral, sem prejuízo de edição de novos editais e resoluções por parte do Conselho Municipal de Assistência Social de Videira - CMAS.

Videira, 10 de junho de 2014.
Rosani Luiza Schneider
Presidente CMAS

Resultado Julgamento Propostas TP 10-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2014 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, restando vencedora a empresa Fernando da Silva Teixeira - ME vencedora no certame com o valor de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 18 de Junho de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Inexigibilidade Nº 01/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2014 - FMS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2014 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 18/01/2014

CONTRATADA: THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PERIÓDICA DO ELEVADOR INSTALADO NO PAME 24 HORAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.912,00 (três mil novecentos e doze reais)

FUNDAMENTO: Art. 25 "caput", I da Lei 8.666/93 e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 18 de Junho de 2014, com duração até o dia 17 de Junho de 2015, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 18 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.155/14

DECRETO Nº 11.155/14, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Define o rol dos Feriados e Pontos Facultativos do ano de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 830/2001 e alterações,

DECRETA

Art. 1º O rol dos feriados, nos termos da legislação vigente, no curso do ano de 2014, fica assim constituído:

I - 1º de março - Dia do Município - sábado;

II - 18 de abril - Paixão de Cristo - sexta-feira;

III - 21 de abril - Tiradentes - segunda-feira;

IV - 1º de maio - Dia do Trabalho - quinta-feira;

V - 19 de junho - Corpus Christi - quinta-feira;

VI - 07 de setembro - Independência do Brasil - domingo;

VII - 12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida - domingo;

VIII - 02 de novembro - Finados - domingo;

IX - 15 de novembro - Proclamação da República - sábado;

X - 8 de dezembro - Dia da Imaculada Conceição - segunda-feira;

XI - 25 de dezembro - Natal - quinta-feira.

Art. 2º Os pontos facultativos, durante o ano de 2014, nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades essenciais, são constituídos pelos dias abaixo relacionados:

I - 04 de março - carnaval - terça-feira;

II - 05 de março - Quarta-feira de Cinzas (até as 13:30h) - quarta-feira;

III - 15 de outubro - quarta-feira (comemoração do "Dia do Professor", exclusivo para o magistério público municipal, conforme art. 313 do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Videira - Lei Complementar nº 130/12);

IV - 28 de outubro - terça-feira (comemoração do "Dia do Servidor", exceto para o magistério público municipal, conforme art. 313 do Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar nº 129/12);

V - 24 de dezembro - véspera de Natal - quarta-feira;

VI - 31 de dezembro - véspera de Ano Novo - quarta-feira.

Art. 3º Os pontos facultativos relacionados no art. 2º deste Decreto poderão sofrer supressões ou alterações, mediante decreto, se assim o determinar a conveniência e a oportunidade para a Administração Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.798/14.

Videira, 16 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0783/14

PORTARIA nº 0783/14

Altera a Composição da Comissão Permanente de Licitações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Permanente de Licitações, a partir de 12 de março de 2014, que passa a ser a seguinte:

PATRÍCIA MARQUES DE LIMA- Presidente

RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA - Chefe

LUCELIA FEDRIGO - Membro

DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO - Membro

Art. 2º Aos integrantes da Comissão, ocupantes de cargo efetivo, fica assegurado o direito à percepção das funções gratificadas previstas em Lei.

Art. 3º A Comissão Permanente de Licitações solicitará aos órgãos do Município avaliações e pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios nas modalidades da Lei nº 8.666/93, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 460/14.

Videira, 12 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0791/14

PORTARIA nº 0791/14

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 2694/14, nomeada pela Portaria nº 414/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12 e a vista do que consta da solicitação da Presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 21 de junho de 2014, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 2694/14.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de junho de 2014.

Videira, 17 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0790/14

PORTARIA nº 0790/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8896/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a SILVANA VANZ SCHWAIGA, Professora, de 01 de julho de 2014 até 01 de outubro de 2014, referente ao quinquênio de 01 de março de 2002 até 28 de fevereiro de 2007.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2014.

Videira, 16 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.154/14

DECRETO Nº 11.154/14, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Homologa os Resultados Finais e respectiva classificação do Concurso Público - Edital nº 001/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no Edital do Concurso Público nº 001/2014;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Concurso Público - Edital nº 01/2014, conforme se apresenta a seguinte relação dos respectivos candidatos aprovados, obedecendo a ordem decrescente das notas obtidas, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO

Legenda:

CG	CE	T.A.	NF
Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Total de acertos	Nota Final

Atendente de Consultório Dentário

Inscrição/ Nome	Data de Nascimento	TA	CG	TA	CE	TA	NF	Situação
4628 - Rafaela Ferreira	10/09/1993	14	3,50	14	3,50	28	7,00	1º. Classificado
4775 - Ana Paula Zatta	06/03/1976	12	3,00	14	3,50	26	6,50	2º. Classificado
4745 - Cibele Cristina Ponte	26/01/1986	15	3,75	11	2,75	26	6,50	3º. Classificado
4668 - Mariange-la Ritter Ricciardi	05/07/1984	12	3,00	13	3,25	25	6,25	4º. Classificado
4756 - Juliane Naffin	26/05/1987	10	2,50	13	3,25	23	5,75	5º. Classificado
4686 - Fabiana Verza Da Rosa	10/03/1992	11	2,75	12	3,00	23	5,75	6º. Classificado
4641 - Andréia Freitas	23/05/1988	7	1,75	15	3,75	22	5,50	7º. Classificado
4763 - Daiane Maria De Campos	26/05/1987	11	2,75	11	2,75	22	5,50	8º. Classificado
4767 - Nathalia Padilha	28/04/1994	11	2,75	11	2,75	22	5,50	9º. Classificado
4642 - Joelma Vicentina Dos Santos	23/03/1996	12	3,00	10	2,50	22	5,50	10º. Classificado
4739 - Daiana Soares Zanin	20/02/1991	14	3,50	8	2,00	22	5,50	11º. Classificado
4758 - Sthephannie Conceição Da Silva	04/05/1993	11	2,75	10	2,50	21	5,25	12º. Classificado
4774 - Dejanira Antunes Cruz	27/03/1971	9	2,25	11	2,75	20	5,00	13º. Classificado
4760 - Luana Aparecida Levan-doski	25/08/1988	11	2,75	9	2,25	20	5,00	14º. Classificado

Médico - ESF

Inscrição/ Nome	Data de Nascimento	TA	CG	TA	CE	TA	NF	Situação
4747 - Clebereson Teixeira Teodoro	29/01/1981	14	2,80	17	3,40	31	6,20	1º. Classificado
4617 - Sullivan Francisco Da Silva	10/12/1982	10	2,00	17	3,40	27	5,40	2º. Classificado
4638 - Nathaliê Galvan	18/02/1987	12	2,40	15	3,00	27	5,40	3º. Classificado

Pregão Presencial Nº 86/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2014-PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 86/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 07/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos

encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 20 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato de Rescisão de Contrato de Permissão de Uso Nr 2001/0403/0007-1, Lei Nº 2468/10

INSTRUMENTO PARTICULAR DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO NR 2001/0403/0007-1, LEI Nº 2468/10, QUE FAZER O MUNICÍPIO DE VIDEIRA SC COMO PERMITENTE, E O BANCO DO BRASIL S.A. A PRESENTE MINUTA - PADRÃO DE RESCISÃO FOI APROVADA PELO PARECER DIJUR - COJUR/CONSU N. 15.339, DE 29/09/2006 - O OBJETIVO DESTE INSTRUMENTO, COMO OUTORGANTE/OUTORGADO NA MELHOR FORMA DE DIREITO, RESCINDE, COMO REINCINDIDO TEM DE AGORA E PARA SEMPRE, A PERMISSÃO DE USO DO IMÓVEL SITUADO À AVENIDA MANOEL ROQUE, 188, SALA COM APROXIMADAMENTE 20M2, NO ANDAR TERREO DO PAÇO MUNICIPAL, NESTA CIDADE, CELEBRADO PELO TERMO DO CONTRATO DE 23/12/2010, RECEBENDO O PERMITENTE DO PERMISSIONÁRIO AS RESPECTIVAS CHAVES, SEM RESSALVA DE QUALQUER NATUREZA. EM CONSEQUÊNCIA DA RESCISÃO ORA EFETIVADA, FICA, DESDE JÁ, AUTORIZADO O PRIMEIRO OUTORGANTE E RECIPROCAMENTE O OUTORGADO A REQUERER O CANCELAMENTO, NO REGISTRO DE IMÓVEIS, DE QUALQUER INSCRIÇÃO OU AVERBAÇÃO QUE TENHA POR OBJETO O CONTRATO EXTINTO.

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL
VIDEIRA, 29 DE MAIO DE 2014.

Pregão Presencial Nº 38/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 38/2014-FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO CORRETIVA NO EQUIPAMENTO ADVIA 60, INSTALADO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 03/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026. Videira/SC, 20 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Rescisão N. 0075/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0075/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0219/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: DEJANDIR OLIVIO
CPF: 636.886.709-49
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir 11 de junho de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL

Dispensa de Licitação Nº 02/2014 - CMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2014 - CMV

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2014 - CMV

HOMOLOGAÇÃO: 20/06/2014

CONTRATADA: FORMATTO NET LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA, COM VELOCIDADE DE 10 MB, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA.

VALOR: R\$ 1.188,00 (um mil cento e oitenta e oito reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 20 de Junho de 2014.

Lourenço Becker

Presidente

Contrato Nº 03/2014 - CMV

Contrato N.: 03/2014 - CMV

Data de Assinatura: 20/06/2014

Vigência: de 20/06/2014 a 20/06/2015.

Contratada: FORMATTO NET LTDA

Valor: R\$ 1.188,00 (um mil cento e oitenta e oito reais)

Licitação: DL 02/2014 - CMV

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA, COM VELOCIDADE DE 10 MB, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA.

Vitor Meireles

PREFEITURA

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 016/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2013, FIRMA-DO ENTRE O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP.

A Prefeitura Municipal de Vitor Meireles - PMVM, inscrita no CNPJ sob o nº 79.372.520/0001-85, sediada à Rua Santa Catarina, nº 2.266, Centro, na cidade de Vitor Meireles/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12, Bairro Sabugueiro, nesta cidade de Vitor Meireles, doravante denominada simplesmente Contratante, e de outro lado a empresa DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.570/0001-00, estabelecida a Rua IRMGARD CARL, nº 225, Bairro Asilo, Cidade de Blumenau/SC, aqui representada pelo Sr. DIEGO ALESSANDRO CARL, residente e domiciliado à Rua Doutor Paulo Aldinger, nº 122, Bairro Asilo, na cidade de Blumenau/SC, carteira de identidade nº 4.514.517-2, CPF nº 048.425.629-78, doravante denominada simplesmente Contratada, celebram o presente contrato, baseado nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e nº 8.958, de 20 de Dezembro de 1994, que se regerá pelas cláusulas contratuais: resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com o disposto na lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O item 1.1 do contrato original celebrado entre as partes em 21 de Junho de 2013, passa a vigorará com a seguinte redação:

1.1 O regime de execução do contrato deverá ser por empreitada por preço global. A entrega deverá ser feita conforme o lote ganho no pregão presencial nº 024/2013. Conforme discriminação do lote e dos itens a serem entregues globalmente:

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	MODELO	QTDE	UNID	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE Nº 01						
AMASSADEIRA, DE 7 KG, COM ESTRUSSOR CONJUGADO.	BRAESI	AELI7201	1	UND	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00
AMASSADEIRA ESPIRAL, DE 25 KG.	VENANCIO	VAEM25	1	UND	R\$ 3.931,57	R\$ 3.931,57
ASSADEIRA DE ALUMÍNIO REDONDA Nº 24, DE 24 x 5 CM.	FORTALEZA	ASSADEIRA 24	20	UND	R\$ 21,69	R\$ 433,80

ASSADEIRA RETANGULAR DE ALUMÍNIO Nº 03, DE 42,5X 27,8 X 6,4 CM.	FORTALEZA	ASSADEIRA 03	20	UND	R\$ 12,45	R\$ 249,00
BALANÇA ELETRÔNICA CALCULADORA, CAPACIDADE DE 15 KG.	C&F	C6MT	1	UND	R\$ 463,95	R\$ 463,95
BATEDEIRA PLANETÁRIA, CAPACIDADE DE 12 LITROS.	VENANCIO	VBP12	1	UND	R\$ 1.522,95	R\$ 1.522,95
CAÇAROLA DE ALUMÍNIO Nº 34, DE 14,5 LITROS.	VIGOR	CAÇAROLA 34	2	UND	R\$ 97,13	R\$ 194,26
CAÇAROLA DE ALUMÍNIO Nº 40, DE 23,5 LITROS.	VIGOR	CAÇAROLA 40	2	UND	R\$ 108,45	R\$ 216,90
CALDEIRA DE ALUMÍNIO Nº 38, DE 40 LITROS.	VIGOR	CAÇAROLA 50	1	UND	R\$ 125,00	R\$ 125,00
CÂMARA DE PÃES FECHADA, COM 20 ESTEIRAS DE 58 X 68 CM.	VENANCIO	AC20	2	UND	R\$ 712,90	R\$ 1.425,80
CHALEIRA DE ALUMÍNIO, DE 7,5 LITROS.	ABC	26	2	UND	R\$ 84,87	R\$ 169,74
CILINDRO ELÉTRICO, COM ROLO DE 39 CM COM PEDESTAL.	VENANCIO	CLPV39	1	UND	R\$ 3.150,00	R\$ 3.150,00
FOGÃO 4 BOCAS, SENDO 2 DUPLAS E GRELHA, DE 30 X 30 CM.	VENANCIO	EXTRA	1	UND	R\$ 492,25	R\$ 492,25

FORMA DE PÃO CASEIRO EM FLANDRES, DE 30X10X10 CM.	FORTALEZA	FLANDRES 500GR	100	PA	R\$ 9,43	R\$ 943,00
FORNO PARA FOGÃO COM PORTA DE VIDRO, DE 43 X 55 CM.	VENANCIO	EXTRA	1	UND	R\$ 292,33	R\$ 292,33
FORNO TURBO Á GÁS, DE 10 ESTEIRAS, DIGITAL.	VENANCIO	FCDT10	1	UND	R\$ 3.765,40	R\$ 3.765,40
FRITADEIRA INDUSTRIAL ELÉTRICA, DE 36 LITROS, ÁGUA E ÓLEO.	PROGAS	PRE3000E	1	UND	R\$ 830,33	R\$ 830,33
GELADEIRA COMERCIAL 04 PORTAS, CAPACIDADE DE 585 LITROS.	THERMOLUX	COLD 4P	1	UND	R\$ 2.635,69	R\$ 2.635,69
LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, DE 1/2 CV E CAPACIDADE DE 4 LITROS.	JLCOLOMBO	4LBR	1	UND	R\$ 292,33	R\$ 292,33
MESA DE TRABALHO COM TAMPO INOX, DE 1,90X0,89 MTS.	VENANCIO	BA19	2	UND	R\$ 450,75	R\$ 901,50
SELADORA DE PEDAL PARA SACOS PLÁSTICOS, DE 40 CM.	SELOPRATIKA	400MM	1	UND	R\$ 344,20	R\$ 344,20
TOTAL DA PROPOSTA						R\$ 25.480,00

A Aquisição dos equipamentos para equipar a padaria municipal, vem através do programa PRONAT do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Contrato nº 765451/2011/MDA/CAIXA. Referência APF: 0372145-90/2011.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo do contrato será prorrogado por (60) sessenta dias,

devido ao atraso na tramitação do convênio, o prazo começará contar no dia 10 de junho de 2014, com vigência até o dia 10 de Agosto de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 21 de Junho de 2013, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Vitor Meireles (SC), 10 de Junho de 2014.

CONTRATANTE:

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP

Diego Alessandro Carl

Testemunhas:

CLAUDINEI FELICIANO	SANDRO LUNELLI
CPF: 042.800.449-02	CPF: 064.162.869-20

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 017/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2013, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA SANDRO VILMAR PIRES - ME.

A Prefeitura Municipal de Vitor Meireles - PMVM, inscrita no CNPJ sob o nº 79.372.520/0001-85, sediada à Rua Santa Catarina, nº 2.266, Centro, na cidade de Vitor Meireles/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12, Bairro Sabugueiro, nesta cidade de Vitor Meireles, doravante denominada simplesmente Contratante, e de outro lado a empresa SANDRO VILMAR PIRES - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.253.952/0001-91, estabelecida a Rua João Teófilo Deucher, nº 29, Bairro Centro, cidade de Bom Retiro/SC, aqui representada pelo Sr. SANDRO VILMAR PIRES, residente e domiciliado a Rua João Teófilo Deucher, nº 29, Bairro Centro, cidade de Bom Retiro/SC, carteira de identidade nº 1.961.326, CPF nº 584.080.379-00, doravante denominada simplesmente Contratada, celebram o presente contrato, baseado nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e nº 8.958, de 20 de Dezembro de 1994, que se regerá pelas cláusulas contratuais: resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com o disposto na lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O item 1.1 do contrato original celebrado entre as partes em 21 de Junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

1.1 O regime de execução do contrato deverá ser por empreitada por preço global. A entrega deverá ser feita conforme o lote ganho no pregão presencial nº 024/2013. Conforme descriminação do lote e dos itens a serem entregues globalmente:

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	MODELO	QTDE	UNID	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE Nº 02						
CADEIRA FIXA COM GRADE E PRANCHETA POLIPROPILENO EXPANDIDO, COM DIMENSÕES DE 826 x 492 x 640 mm (AxLxP)	Pethiflex	UNI ERGO	36	UND	R\$ 104,00	R\$ 3.744,00
CADEIRA FIXA COURO ECOLÓGICO EXPANDIDO, COM DIMENSÕES DE 825 x 490 x 640 mm (AxLxP)	Pethiflex	CSF 02	6	UND	R\$ 80,00	R\$ 480,00
MESA REUNIÃO RETANGULAR, DE 2700 x 1200 x 740 CM	Dalpra	RETANGULAR 2700 LIGHT	1	UND	R\$ 350,00	R\$ 350,00
PERSIANA TECIDO COM BLECAUTE, DE 1,40 x 2,00 MTS (AxL)	Camesa	Voil Liso	4	UND	R\$ 350,00	R\$ 1.400,00
PROJETOR, PROJEÇÃO DE 1,80 x 5,00 MTS	LG	BS275	1	UND	R\$ 1.187,00	R\$ 1.187,00
QUADRO BRANCO DE FÓRMICA, DE 1,20 x 3,00 MTS	Cortiar	2327	1	UND	R\$ 150,00	R\$ 50,00
TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL PAREDE, DE 1,80 x 1,80 MTS	Projete-las	Educar	1	UND	R\$ 250,00	R\$ 250,00
TOTAL DA PROPOSTA						R\$ 7.561,00

A Aquisição dos equipamentos para equipar o auditório municipal da casa do agricultor, vem através do programa PRONAT do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Contrato nº 765451/2011/MDA/CAIXA. Referência APF: 0372145-90/2011.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo do contrato será prorrogado por (60) sessenta dias, devido ao atraso na tramitação do convênio, o prazo começará contar no dia 10 de junho de 2014, com vigência até o dia 10 de Agosto de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 21 de Junho de 2013, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Vitor Meireles (SC), 10 de Junho de 2014.

CONTRATANTE:

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

SANDRO VILMAR PIRES - ME

Sandro Vilmar Pires

Testemunhas:

CLAUDINEI FELICIANO

CPF: 042.800.449-02

SANDRO LUNELLI

CPF: 064.162.869-20

Extrato de Inexigibilidade 001/2014 FAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 001/2014 FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - Município de Vitor Meireles

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014 FAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: NAPOLEÃO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROMOVER AULA DE MÚSICA NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

VALOR TOTAL: R\$ 12.600,00

Vitor Meireles - SC, 17 de Junho de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

Decreto 051/2014

DECRETO Nº 051/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o dia 19 de junho de 2014, possui evento religioso (Corpus Christi), sendo feriado destinado especialmente à fé cristã e suas comemorações;

Considerando que o Governo do Estado de Santa Catarina adotou como ponto facultativo o dia 20 de junho de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nos setores públicos municipais, no dia 20 de Junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC, 18 de Junho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

Lei 3985 Suplementa

LEI Nº 3985/2014 de 16 de junho de 2014.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2014 e dá outras providências".

DACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.014 - Ampliação da frota Rodoviária
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	15.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	1.003 - Aquisição de Veículos
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.02	103.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações de despesa:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.011 - Saneamento Geral
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	15.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	2.046 - Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde Sanitária
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	75.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	2.041 - Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.02	28.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 17 de junho de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Decreto 310/2014 Suplementa

DECRETO Nº. 310/2014

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2014 e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal do Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 3985 de 17 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.014 - Ampliação da frota Rodoviária
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	15.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	1.003 - Aquisição de Veículos
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.02	103.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações de despesa:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.011 - Saneamento Geral
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	15.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	2.046 - Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde Sanitária
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	75.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	2.041 - Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.02	28.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 17 de junho de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Portaria 01

PORTARIA Nº 960/2014

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela Servidora A. P. M., em data de 01/01/2014;

CONSIDERANDO o Ofício nº 022/2014, encaminhado pela administradora do H.F.B, em resposta à Administração, informando não haver prontuário de atendimento relativo ao atestado supra, bem como a cópia do mesmo, desconhecendo se este foi preenchido nas dependências da Instituição;

CONSIDERANDO o Ofício em resposta encaminhado pelo médico, A. S. A., o qual informa que não prestou atendimento à Servidora A. P. M., bem como não emitiu o referido atestado; reconhecendo, ainda, que a assinatura constante do mesmo não era sua;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, as infrações disciplinares previstas nos incisos I, XI e XII do art. 168 da Lei 1.729/94, as quais podem, inclusive, implicar na penalidade de demissão, consoante prescrito no art. 163 c/c art. 168 da mesma lei;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pela Servidora Municipal, A. P. M., acerca dos fatos acima relatados.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I - Fabiane Paula Giroto Rissi;
II - Catiane Curtarelli;
III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de junho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Aviso de Pregão 70 - Saude

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO N. 134/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 070/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 070/2014, até às 08h45min horas do dia 03 de julho de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de 4 (quatro) veículos zero km para serem utilizados junto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrição completa no edital, tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 18 de junho de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Aviso de Dispensa de Licitação 035-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

PROCESSO 135/2014

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 035/2014

O município de Xaxim, através de seu Prefeito comunica que está homologada a licitação supracitada que tem por objeto a contratação de serviços de arbitragem para realização do campeonato municipal de futebol de campo categoria SENIOR, com deslocamento até as comunidades onde serão realizados os jogos, tudo em conformidade com o cronograma e os pareceres anexo ao presente processo, a saber:

Fornecedores/Valor homologado: Associação de Árbitros do Oeste. CNPJ: 72.307.960/0001-00 valor total R\$ 3.740,00 (três mil setecentos e quarenta reais).

Data da homologação 20 de junho de 2014.

Xaxim, 20 de junho de 2014.
Idacir Antônio Orso
Prefeito Municipal

Decreto 312

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

DECRETO Nº 0312/2014.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE PREÇOS PÚBLICOS RELATIVOS AOS HORÁRIOS A SEREM COMERCIALIZADOS NOS GINÁSIOS DE ESPORTES DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, NA PRÁTICA DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Idacir Antonio Orso, Prefeito do Município de Xaxim, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e:

Considerando que, tendo em vista a inexistência de regulamentação quanto ao tema;

Considerando que, por tratar-se de bens públicos, não pode o valor ser fixado à critério do particular;

DECRETA:

Art. 1º. Fixa-se o preço público máximo para a contratação de horário, pelos interessados que pretendem fazer uso dos Ginásios de Esportes de propriedade do Município, e que estejam sendo administrados por permissionários/concessionários, independentemente do dia da semana, ou horário, o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), para cada hora cheia.

§ 1º. A reserva de horário dar-se-á diretamente com o permissionário/concessionário.

§ 2º. O preço dos alimentos e bebidas comercializados nas copas dos Ginásios, não serão regulados por este decreto.

Art. 2º. Os valores sofrerão reajuste anualmente, referente ao acumulado de 12 (doze) meses, com base no IGPM, a partir da publicação do presente decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições anteriores em contrário.

Xaxim, 18 de junho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro
Procurador-geral do Município

OAB/SC 20.041

RUA RUI BARBOSA, Nº 347 / FONE (49) 3353-8200 / CNPJ
82.854.670/0001-30 / CEP 89825-000

Associações

AMAVI

Extrato do Contrato Nº 09/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2014

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI.

Credenciada: Rádio Educadora Taió Ltda.-ME

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA de veiculação em rádio AM do programa jornalístico "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, com periodicidade diária, no horário das 17 horas, conforme especificado no Edital de Chamamento Público nº 01/2014.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2014, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 12/06/2014.

Assinam: José Constante, Presidente da AMAVI e Marcia Hosang, representante legal da Rádio Educadora Taió Ltda.-ME.

AMVALI

120ª Assembleia Geral Ordinária da Amvali

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 004/2014

O Presidente da AMVALI - Associação dos Municípios do Vale do Itapocu, Senhor LAURO FRÖHLICH, Prefeito de Guaramirim/SC, de acordo com o disposto nos Estatutos Sociais,

CONVOCA:

Os Prefeitos da AMVALI, a participarem da 120ª Assembleia de Prefeitos, com a seguinte programação:

Data: 24 de junho de 2014 (Terça-feira)

Horário: 14h00

Local: Sede da AMVALI, sito a Rua Arthur Gumz, 88 - Vila Nova

Município: Jaraguá do Sul (SC)

ORDEM DO DIA:

Assinatura do "Programa Saúde Fiscal nos Municípios" MP/SC;

Coletiva com Imprensa - 35 anos da AMVALI;

Resumo do Cronograma do PIGIRS - Resíduos Sólidos;

Palavra Livre.

Jaraguá do Sul, 17 de junho de 2014.

Prefeito de Guaramirim/SC

Presidente da AMVALI

Consórcios

CIMVI

Resolução Nº 097, de 11 de Junho de 2014 - Republicado por Incorreção No Texto Anterior

RESOLUÇÃO Nº 097, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Especial por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$380,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$380,00 (trezentos e oitenta reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.003.0004.0695.0006.2003 - Gestão de Turismo

3339000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 75,00

3449000000000000 - Aplicações Diretas R\$305,00

Total R\$380,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Especial que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 11 de junho de 2014.

Hartwig Persuhn

Presidente

CIS/AMFRI**Extrato de Primeiro Termo Aditivo ao Credenciamento Nº. 031/2013**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº. 031/2013

Do Objeto do Termo Aditivo: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Além dos procedimentos credenciados para prestação de serviços pelo CREDENCIADO fica acrescido ao objeto do contrato principal firmado os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO ESOFAGO	03.03.07.004-8	49,50
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO ESTOMAGO /DUODENO	03.03.07.005-6	47,25
BIOPSIA DE PELE E PARTES MOLES	02.01.01.037-2	25,83
ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	02.09.01.003-7	48,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	02.02.03.028-8	17,16
ULTRASSONOGRRAFIA DOPPLER DE MEMBRO INFERIOR E SUPERIOR UNILATERAL	02.05.01.004-0	160,00
ULTRASSONOGRRAFIA ECODOPPLER COLORIDO DE VASOS CAROTIDAS BILATERAL	-	160,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Credenciado: CLÍNICA SÃO MARCOS LTDA - CNPJ 17.171.566/0001-89.

Data de Assinatura: 01.04.2014.

Célio José Bernardino
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CONSÓRCIO MAMPITUBA**Contrato 03/2014**

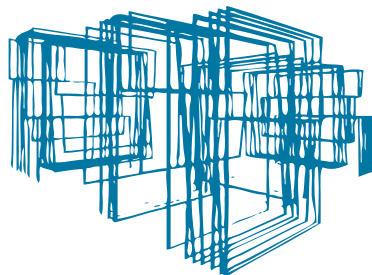
CONTRATO 03/2014. Contratante: Consócio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba. Contratado: Prefeitura Municipal de Praia Grande. Objeto: locação de um imóvel, constituído de um terreno urbano situado na estrada geral Mampituba, com área total de 25,120,06 m2, que será utilizado pelo locador para instalação e funcionamento de uma usina de asfalto. Valor: R\$ 724,00 mensais, totalizando R\$ 5.068,00. Vigência: de 01/06/2014 a 31/12/2014.

São João do Sul, 01 de junho de 2014.
Presidente do Consórcio.

Contrato 04/2014

CONTRATO 04/2014. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba. Contratado: Lopes e Pereira Ltda. Objeto: recuperação de infra-estrutura para instalação de uma Usina de Asfalto, incluindo materiais e mão de obra. Valor: R\$ 12,685,95. Vigência: de 02/06/2014 a 31/12/2014.

São João do Sul, 02 de junho de 2014.
Presidente do Consórcio.



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br